

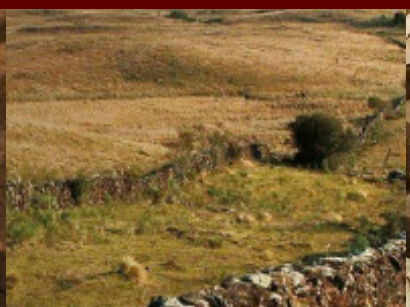


Prêmio Luiz de Castro Faria

Artigos premiados entre os anos de 2017 a 2023

IPHAN






Prêmio Luiz de Castro Faria

Artigos premiados entre os anos de 2017 a 2023

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes

Presidente do Iphan
Leandro Grass

Diretoria do Iphan
Adriana Bortoli
Andrey Schlee
Deyvesson Gusmão
Márcia Lucena
Daniel Sombra

Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais
Daniel Sombra

Centro Nacional de Arqueologia
Jeanne Crespo

Coordenação de Socialização e Conservação
Ana Paula da Rosa Leal

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Prêmio Luiz de Castro Faria
Artigos premiados entre os anos de 2017 a 2023

Organização
Francini Medeiros da Silva
Ana Paula da Rosa Leal

Brasília, Iphan, 2025

Ficha Técnica

Coordenação Editorial
Francini Medeiros da Silva

Organização
Francini Medeiros da Silva
Ana Paula da Rosa Leal

Revisão de texto
Tikinet Edição Ltda

Direção de arte, Projeto gráfico e Diagramação
Estúdio Zebra

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
www.gov.br/iphan
publicacoes@iphan.gov.br
cna@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

P925

Prêmio Luiz de Castro Faria : artigos premiados entre os anos de 2017 a 2023 / Organização : Francini Medeiros da Silva e Ana Paula da Rosa Leal. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2025.
397 p.

Modo de acesso: www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-452-3

1. Arqueologia - Prêmio. 2. Patrimônio arqueológico. 3. Preservação. I. Silva, Francini Medeiros da. II. Leal, Ana Paula da Rosa.

CDD 930.1

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

Sumário

Apresentação do prêmio 7

Apresentação da coletânea 9

Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias 11
Camilla Agotisni - vencedora da 5ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2017

Tempus Edax, Homo Edacior: Explorações científica e econômica em sambaquis do Brasil 41
Maília Calazans - vencedora da 5ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2017

Marieta e Josefa no prédio da loucura: uma arqueologia dos espaços manicomiais 67
Juliana Brandão - vencedora da 6ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2018

Documentação fotográfica técnica e científica de pinturas rupestres: A fotografia digital como ferramenta de estudos e preservação em arqueologia 87
Alexandre Oliveira - vencedor da 6ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2018

Onde estão as quadrículas? A decapagem mecânica e suas contribuições para o estudo de unidades domésticas no contexto da arqueologia preventiva 119
Bruno Barreto - vencedor da 7ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2019

Arqueologia dos gestos na indústria lítica do sítio Colônia Miranda – SE 151
Janaina Coutinho - vencedora da 7ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2019

Arqueologia do Axé: O Exu submerso e a paisagem sagrada 181
Luciana de Castro - vencedora da 8ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2020

Aprendizagem e pesquisa em perspectiva intercultural: Reflexões de uma arqueóloga trabalhando no Rio Negro..... 209
Helena Lima - vencedora da 8ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2020

O passado que não quer calar: Uma arqueologia do Dops/MG 241
Andres Zarankin - vencedor da 9ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2021

Arqueologia, burocracia e povos indígenas: A disputa pelo patrimônio cultural e pelo território na retomada Mbya Guarani da ponta do arado, Porto Alegre (RS/Brasil)..... 265
Marcus Wittmann - vencedor da 9ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2021

Por um museu do forte vivo: Arqueologia Pública junto aos quilombolas do Forte Príncipe da Beira em tempos de pandemia 293
Louise Cardoso - vencedora da 10ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2022

Arqueologia de contrato e educação patrimonial: A trajetória da legislação do Iphan acerca da realização de atividades educativas no brasil (1986-2017)..... 327
Adson Pinheiro - vencedor da 10ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2022

Diálogos afrodiaspóricos em sala de aula: por uma arqueologia antirracista 357
Patrícia Marinho - vencedora da 11ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2023

Entre memórias e vestígios: Teias do tempo no encontro do patrimônio vivo – um relato do sítio arqueológico Alto da Lagoa de Santa Teresa. 379
Heloísa Bitú - 11ª vencedora da 11ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - ano 2023

APRESENTAÇÃO DO PRÊMIO

Luiz de Castro Faria atuou no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde contribuiu para a formação de várias gerações de especialistas e professores no campo da arqueologia. Antes de se voltar ao estudo da antropologia, área na qual teve grande destaque, Castro Faria dedicou-se à pesquisa e preservação de grutas naturais e sambaquis em quase todo o litoral brasileiro. Seus registros científicos reconstituíram parte da história do Brasil e fortaleceram o movimento de conscientização sobre a importância dos sítios arqueológicos.

Foi ainda um importante articulador de políticas públicas, juntamente com o fundador do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. Um dos principais legados dele foi o anteprojeto da Lei 3.924/61, sancionado pelo presidente Jânio Quadros. A norma dispõe sobre o patrimônio arqueológico brasileiro e determina, entre outras medidas, que esses elementos fiquem sob a guarda e proteção do Poder Público.

Dessa forma, o Prêmio reconhece o trabalho de Luiz de Castro Faria como mediador entre a academia e a administração pública. Símbolo de uma geração pioneira e idealista, a atuação do pesquisador é uma inspiração para aqueles que lutam pelo estudo do nosso passado e pela ampliação das iniciativas de preservação do patrimônio arqueológico.

Coordenação de Socialização e Conservação do Centro Nacional de Arqueologia

APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA

É com grande satisfação que apresentamos os catorze artigos premiados nas edições de 2017 a 2023 do Prêmio Luiz de Castro Faria. Cabe ressaltar que esta premiação foi instituída em 2013 pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com o objetivo de promover a difusão e valorização do patrimônio arqueológico brasileiro, reconhecendo as produções científicas que dialogam com as temáticas de sua preservação e salvaguarda. Inicialmente, a premiação contemplava trabalhos de conclusão de cursos de graduação, mestrado e doutorado; a partir de 2017, foi incluída a categoria "artigos científicos". A partir das leituras e análises dessas produções, compreendemos a importância de divulgá-las para além dos especialistas, democratizando o conhecimento sobre o patrimônio arqueológico brasileiro para um público mais amplo.

Neste volume, teremos a oportunidade de aprender sobre os sítios arqueológicos brasileiros, com ênfase em metodologias de documentação de pinturas rupestres, métodos para o estudo de unidades domésticas e o estudo dos gestos nas indústrias líticas. Refletiremos também sobre a historicização da exploração científica e econômica dos sambaquis e sobre a trajetória das políticas de Educação Patrimonial no Iphan. Serão abordados, ainda, temas sensíveis, como o passado ditatorial brasileiro, os espaços manicomiais, as demandas políticas e territoriais de grupos indígenas, e a escravização de pessoas trazidas forçadamente da África para o Brasil, durante os períodos colonial e imperial.

Além disso, esta publicação inclui pesquisas resultantes dos diálogos entre arqueólogas, arqueólogos e comunidades locais, valorizando saberes tradicionais e perspectivas plurais da história, por meio de narrativas inclusivas e representativas. Exemplos disso são a conceituação de uma "Arqueologia do Axé", as ações de Arqueologia Pública com grupos quilombolas, experiências com práticas de ensino anticolonialistas e antirracistas, e reflexões sobre a construção de uma metodologia de Arqueologia Social e Inclusiva.

Consideramos que este volume celebra a excelência acadêmica e a diversidade teórica e metodológica que caracteriza o campo da Arqueologia no Brasil, ao mesmo tempo em que reforça a importância de uma ciência acessível, inclusiva e socialmente transformadora.

Aproveitamos para agradecer às participantes, aos participantes, às avaliadoras, aos avaliadores, e às parceiras e parceiros que tornaram possível a realização deste prêmio ao longo dos anos. Esperamos que esta publicação inspire novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores a seguir adiante no desafio de refletir sobre os obstáculos à preservação e salvaguarda do patrimônio arqueológico brasileiro nos contextos contemporâneos, bem como sobre a responsabilidade social da Arqueologia na construção de uma sociedade plural, mais consciente, inclusiva e conectada ao seu patrimônio cultural.

Eis aqui a materialização da diversidade e dos múltiplos temas que podem ser abordados pela disciplina da Arqueologia, os quais reforçam posturas dialógicas e democráticas da comunidade arqueológica, permitindo-nos refletir sobre o nosso passado, projetar nosso futuro e dar voz aos mais diversos grupos humanos.

Boa leitura a todas, todes e todos!

Jeanne Cristina Menezes Crespo
Diretora do Centro Nacional de Arqueologia

TEMPORALIDADES E SABERES INSCRITOS EM RUÍNAS E MEMÓRIAS[1]

Camilla Agostini[2]

Resumo

Este artigo trata de uma pesquisa desenvolvida em um complexo de ruínas na praia do Sahy, no litoral sul do Rio de Janeiro/Brasil que teve duas linhas de ação concomitantes. A primeira em torno de um problema histórico-arqueológico associado às ruínas sobre o tráfico ilegal de escravos e o processo de escravização de africanos na primeira metade do século XIX. A segunda enfocou os usos contemporâneos desse espaço e o caráter público da prática de pesquisa, refletindo sobre aspectos metodológicos e o processo de produção do conhecimento.

Palavras-chave: Produção do Conhecimento, Temporalidades, Memória, Arqueologia Etnográfica.

Abstract

This article deals with a research developed in a complex of ruins on the Sahy beach, in the south coast of Rio de Janeiro / Brazil and had two concomitant lines of action. The first was about a historical-archaeological problem associated with the ruins related to the illegal slave trade and the process of enslavement of Africans in the first half of the nineteenth century. The second focused on the contemporary uses of this space and the public character of the research practice, reflecting on methodological aspects and the process of knowledge production.

Keywords: Knowledge, Temporalities, Memory, Archaeological Ethnography.

1 Esse artigo teve sua primeira edição publicada na Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica | Vol. 13 | No. 1 | Jan - Jun | 2019.

2 Professora Associada - Departamento de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Nupecm-UERJ). Pós-doutoranda no Laboratório de Arqueologia Pública da Universidade Estadual de Campinas (NEPAM-Unicamp). Integra o Instituto de Memória e Ação Social (IMAS). Pesquisa com apoio do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI-UFF) do CNPq..camilla.rio.br@gmail.com.http://orcid.org/0000-0002-5104-8819.

Introdução

Este artigo aborda uma pesquisa que transita entre a Arqueologia, a História e a Antropologia, observando alguns parâmetros no processo interdisciplinar de construção do conhecimento. O objetivo da pesquisa foi o de desenvolver uma problemática relacionada a uma experiência específica da escravidão brasileira – a ilegalidade do tráfico de escravos na primeira metade do século XIX, e de estabelecer um diálogo entre temporalidades e saberes para uma reflexão não apenas sobre esse passado, mas também sobre ruínas vivas no presente. O trabalho foi realizado em um complexo de ruínas, com cerca de 40.000 m^2, à beira mar, na praia do Sahy, em Mangaratiba - RJ, Brasil, e encontra-se em área protegida pela legislação ambiental.

O intuito neste artigo, a partir do trabalho realizado no sítio arqueológico do Sahy, é abordar possibilidades inscritas em sítios arqueológicos, em particular aqueles com a presença de ruínas e vestígios aparentes. A *presença* desses vestígios no cotidiano das pessoas que circulam pelo local traz para a pauta não apenas o potencial do presente para pensar o passado, mas do encontro dessas temporalidades para pensar nos usos e estratégias de preservação desses bens. Assim, com uma metodologia que coloca em diálogo os vestígios arqueológicos, a oralidade, a memória e os princípios etnográficos de registro, foram consideradas diferentes temporalidades históricas que se fazem presentes no local. A prática de pesquisa traz ainda para a cena os usos públicos das ruínas e de seus espaços associados e os diferentes sentidos a eles conferidos por grupos sociais contemporâneos.

A pesquisa se desenvolveu ao longo dos anos de 2014 e 2015, com equipe reduzida, contando com auxílios de pesquisa governamentais e apoios de diferentes instituições públicas[3]. Em cinco temporadas de campo que duraram entre dez e vinte dias e seis visitas de um a dois dias, contando com equipe que variou de duas a seis pessoas, foram realizados mapeamento das estruturas (planta baixa e análises pontuais de suas transformações no tempo), escavações para identificação do comportamento estratigráfico de parte do complexo e coletas pontuais de sedimentos e materiais para análise.

3 A pesquisa foi desenvolvida junto ao Labhoi na Universidade Federal Fluminense (UFF) e contou com a parceria das historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, com recursos do CNPq e Faperj. Contou ainda com o apoio de diversas instituições, entre elas a Fundação Mário Peixoto; Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Mangaratiba; Associação de Pescadores, Maricultores e Lazer do Sahy (Assopesca); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade de São Paulo (USP); e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O trabalho de campo arqueológico de mapeamento de estruturas e escavação foi precedido de pesquisa arquivística de manuscritos e mapas históricos. A prática de campo, no entanto, abriu brechas para outras frentes que incluíram o trabalho com a oralidade e a memória, assim como uma atenção etnográfica para os usos contemporâneos do local. Nesse sentido, também foram realizados mapeamentos do uso religioso contemporâneo (referente a oferendas e outras instalações religiosas nas ruínas); conversas informais e entrevistas gravadas, especialmente com antigos moradores locais, banhistas e lideranças religiosas; registro audiovisual e anotações escritas de diferentes usos contemporâneos do local em relação (religioso, lazer, ambiental, de trabalho, do cotidiano de moradores locais, da pesquisa); realização de roda de conversa e produção de desenhos por moradores locais para se pensar a possibilidade de um trabalho de cartografia social; e a produção e doação de uma exposição à associação de pesca local.

Do ponto de vista da história da ocupação, nem o levantamento documental, nem a oralidade permitiram ainda precisar o momento de início de construção do complexo de ruínas do Sahy. Em mapa de 1767, o local aparece identificado com referência à família Suzano, mas sem indicação clara de edificações onde se encontravam as atuais ruínas[4]. No entanto, pelo contexto de ocupação histórica da região, por essa indicação de pertencimento à família Suzano (confirmada por outros documentos, mencionados adiante), pelas dimensões e características arquitetônicas bem como pelas marcas de inúmeras modificações das estruturas ao longo do tempo, parece bastante plausível supor que elas sejam, no mínimo, dos setecentos. Há outra vertente de análise documental que relaciona a ocupação dos setecentos a jesuítas[5], hipótese essa que não deve ser descartada tendo em vista as dimensões do complexo, as terras vizinhas de indígenas no século XIX e os fragmentos de imagens de santos em terracota de grande porte encontrados no lado Leste do complexo onde estariam as casas, não muito distante onde há indícios de possível capela, com vestígios de oratório.

A história fundiária que inclui essas edificações atualmente em ruínas foi reconstituída pela historiadora local, descendente de antigos proprietários desse complexo. A documentação histórica levantada remonta à sesmaria de Martim de Sá, ainda nos seiscentos, além de mostrar sucessivos processos de fragmentação e reintegração das terras ao longo do tempo. A historiadora Mirian Bondim, com esse levantamento documental, mapeou a dinâmica fundiária no tempo e sua cronologia: primeiramente

4 ARC / RJ – Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro, mandadas tirar pelo Ilmo. Exmo. Sr. Conde da Cunha, Capitão Geral e Vice Rey do Estado do Brasil, no ano de 1767. Agradeço à Mirian Bondim a indicação e disponibilização desse conjunto de documentos cartográficos.

5 Relatório de prospecções arqueológicas s.d. – Acervo Arquivo Iphan/RJ.

com a sesmaria de Martim de Sá (1608-1620); com ocupação posterior de Salvador Correia de Sá e Benevides (1630-1652); seguida da aquisição pela família Rendon, com posterior fragmentação da propriedade; reintegração das terras ao longo do século XVIII pela família Suzano, a partir de 1725, com nova fragmentação das terras pelos herdeiros em 1831; reintegração da propriedade por Gabriel Antonio Montebello (1833-1854), tendo sua família mantido as terras até 1877; entre 1877 e 1890, ocorrendo nova fragmentação da propriedade pelos herdeiros de Gabriel Antonio Montebello; e com reintegração das terras por Negib Khaleb (1891-1922).

É interessante notar no levantamento de Bondim que, ao menos por três vezes, com a morte do proprietário, as terras acabaram sendo divididas em terrenos, que eram fragmentos do terreno original maior, que foram posteriormente recomprados por um novo proprietário que reintegrava as terras originais sob seu domínio. A pesquisa documental, juntamente à oralidade, sugere um potencial de estudo sobre agregados e libertos, que nessas fases de fragmentação das terras surgem como pequenos proprietários, sendo subtraídos a cada reintegração.

Esse processo de fragmentação ocorreu, por exemplo, no início do século XIX, após o domínio da família Suzano. Foi Gabriel Antonio de Montebello quem fez o movimento de recomprar os terrenos, reunindo as terras que incluíam não apenas o complexo de ruínas do Sahy, mas o chamado Engenho do Gago, em praia vizinha, e terras no vale contíguo, por onde subia serra acima a estrada do Rubião. A memória local, além de indícios em documentação manuscrita e impressa ainda em estudo, sugere que Montebello esteve envolvido com o tráfico de escravos, no período de sua ilegalidade determinada pela Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831, que declarou livres todos os escravos vindos de fora do Império e impôs penas aos importadores dos mesmos escravos. Essa lei foi amplamente burlada por traficantes e senhores de escravos até 1850, determinando o período de ilegalidade do tráfico de escravos (1831-1850). Isto é, o complexo de ruínas do Sahy teria participado ativamente na recepção clandestina de africanos vindos do além-mar na primeira metade do século XIX. A leitura das paredes de pedra sugere ainda que para tal o complexo teria sido adaptado com grandes paredes lacradas e uma possível extensão do complexo teria sido realizada com novas estruturas.

A pesquisa que se desenvolveu no local por dois anos iniciou-se então com um interesse histórico-arqueológico sobre a logística da ilegalidade do tráfico negreiro nessa fase de clandestinidade. A prática de campo, contudo, para além do tempo de Montebello e do tráfico ilegal de escravos, incluiu um olhar sobre a contemporaneidade daquele lugar, que, mesmo em ruínas, continua sendo usado, apropriado

e partícipe da vida ali, à beira mar. Assim, as ruínas, para além de uma sobra do passado, são ainda vivas na contemporaneidade (como ruínas), e, nesse sentido, não é possível estar em campo e ignorar a sua existência no presente (Gonzalez-Ruibal, 2014), bem como as relações que diferentes grupos estabelecem com elas e suas histórias-memórias (Comarrof; Comarrof, 2010). Como ressalta Castañeda (2006; 2009), há uma diferença em "ir a campo coletar dados" e "estar em campo".

Desse modo, este texto busca estabelecer um diálogo principalmente entre esse tempo da escravidão e do tráfico de escravos e o tempo encantado da religião, particularmente da Umbanda, que tem o local como uma extensão dos terreiros, levando para lá suas práticas com diferentes finalidades. Se as paredes de pedra podem contar a história de Montebello e da clandestinidade do tráfico de escravos através do olhar arqueológico, umbandistas e espiritualistas contam que ali vivem espíritos, e seu olhar para aquela realidade sensível ajuda a pensar em como esse tempo antigo pode viver embaralhado nos tempos de hoje. Do ponto de vista epistemológico ou mesmo ontológico, a atenção, assim, é para o encontro do presente "histórico" das ruínas e de quem vive e visita hoje o local e o presente "anímico ou espiritual" de quem ali permanece.

Quando um sítio arqueológico apresenta diferentes temporalidades, incluindo sua contemporaneidade, surge a questão de como lidar com o *presente arqueológico*. Esse *presente* inclui o próprio contexto arqueológico[6], que pode guardar em si a diacronia de ocupações ao longo do tempo, permitindo a construção de uma história linear e cronológica, mas que, considerado *no seu tempo*, também apresenta uma combinação desses diferentes tempos. Uma realidade contemporânea que pode parecer fragmentada, dispersa no conhecimento, manifesta em rastros a princípio desarticulados ou articulados de forma aparentemente confusa.

Se é possível o entendimento da sucessão de ocupações, usos e contextos que constituem um tempo histórico linear da vida em locais como esse, pergunto se seria possível estabelecer um diálogo entre os tempos, uma vez que estão todos esses diferentes momentos fragmentados e misturados, *compondo uma mesma realidade* no presente. A pergunta é se, do ponto de vista da produção do conhecimento, além de separarmos e organizarmos categorias historicamente definidas, podemos

6 A referência a "Contexto Arqueológico" aqui é uma menção ao clássico conceito descrito por Michael Schiffer (1995; 1996), que considera o processo formativo do sítio arqueológico a partir do seu abandono e considerando inúmeras variáveis antrópicas e naturais para sua transformação ao longo do tempo. Um contexto que guarda os vestígios abandonados ou descartados – sempre em estado de transformação. Em contraposição ao que o autor designou "Contexto Sistêmico", que são os locais, coisas e pessoas associados e que se encontram ainda atuantes em determinado sistema sociocultural vivo.

pensar outras relações entre essas temporalidades (*e.g.* Gonzalez-Ruibal, 2014; Hamilakis; Anagnostopoulo, 2009, 2011; Fabian, 2013; Chackrabarty, 1997).

O sítio do Sahy, como mencionado, guarda ruínas e vestígios aparentes, conhecidos e desconhecidos por visitantes mais ou menos atentos a eles. Algumas experiências no andamento da pesquisa fizeram pensar sobre a questão colocada acima e apresentaram como chave para uma articulação não linear/cronológica de temporalidades o presente.

É no presente, seja na composição do contexto arqueológico encontrado, seja nos usos contemporâneos dados aos vestígios, que essas temporalidades se encontram e é nele que surgem possibilidades de diálogos entre os tempos. Para isso, tem sido importante o uso de ferramentas como princípios etnográficos de observação, participação e experiência (*e.g.* Silva, 2006; Favret-Saada, 2005; Bonetti; Fleischer, 2007), o trabalho com e sobre a oralidade e a memória em paralelo ao registro da materialidade do local (Pollak, 1989; Benjamin, 2006; Abreu; Mattos, 2012) bem como relatos, explicações e orientação de diferentes especialistas sobre o entendimento de uma dimensão espiritual que é, em certa medida, compartilhada por tradições religiosas no Brasil, especialmente umbandistas e kardecistas[7].

Esses diálogos têm mostrado possibilidades de correlacionar problemas históricos com saberes não acadêmicos – em particular o religioso – e de considerar a relação intrínseca de passado e presente que pode ser pensada a partir das ruínas segundo a perspectiva espiritual. Esses diálogos, no cotidiano do trabalho de campo, colocam questões sobre domínios de conhecimento e possíveis entendimentos dos vestígios arqueológicos bem como de sua espacialidade, fazendo pensar no que pode advir dessas paredes de pedra, a começar pela chegada de navios negreiros e da história da escravidão nesse lugar.

7 Foram muitos os especialistas ou lideranças religiosas que dividiram saberes e explicações que colaboraram para que certas ferramentas (entendimentos, princípios) pudessem contribuir no desenvolvimento deste artigo. A aproximação com esses saberes, iniciada em pesquisas ainda no ano de 2000, contou com muitas conversas informais, atendimentos e compartilhamento de experiências de trabalho de campo e da vida religiosa. Muitas pessoas não podem ser lembradas em nome, pela falha da memória e de anotação, mas podem ser representadas por Carina Guimarães, Nívea Moreira, Paulo Dias, Tio Juca, Seu Paulo de Ipiabas, dona Elza, Zilar Motta – de Vassouras –, Glaucia Abreu, Sara e o Centro Espírita Aliança do Divino Pastor – do Rio de Janeiro –, Eduardo Freitas, Deti Suzano, Arlete Queiroz Gonçalves e sua filha Elaine – do Sahy –, dona Placidina e o Centro Espírita Amor e Verdade – de Barra do Piraí –, Dona Iara – com barracão em Nova Iguaçu e Ana Cristina Sousa, em Porto Seguro. Do ponto de vista estritamente acadêmico, que foi o princípio, podem ser referidos os trabalhos e a orientação de Robert Slenes bem como toda a bibliografia que ele descortinou (v. Slenes, 1995, 1999, 2002).

O tempo de Montebello (1833-1868) no tempo da ilegalidade (1831-1850)

Na primeira metade do século XIX, o escravismo brasileiro foi marcado pela ilegalidade do tráfico de escravos e pela clandestinidade de diferentes sujeitos que permaneceram enredados nas engrenagens desse "infame comércio" (Rodrigues, 2005a). Considera-se que nessa época ocorreram mudanças importantes para a recepção de africanos vindos do além-mar, respondendo à nova condição clandestina.

A partir do século XIX, particularmente depois da década de 1830, cresceu a produção cafeeira nas regiões interioranas do Vale do Paraíba, tornando-se o café o principal produto de exportação do Império. Esse período de opulência das *plantations* cafeeiras do Vale do Paraíba foi também período de clandestinidade do tráfico de escravos para o Brasil.

Foi a Lei Feijó, de 1831, que passou a proibir o tráfico negreiro para o Brasil. No entanto, foi a partir desse momento que, contrariamente à determinação legal, cresceu vultuosamente o número de africanos trazidos principalmente da África Central (Florentino, 1995; Ferreira, 1996; Klein, 1999; Curtin, 1969). Na prática, dessa maneira, não estava promulgado o fim do tráfico, mas sim apenas anunciado (*e.g.* Mattos; Schnoor, E., 1995; Abreu; Mattos, 2012; Mattos, 2013; Lourenço, 2013, 2018; Yabeta, 2013, 2014; Agostini, 2013). Quando a Lei Euzébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos para o Império do Brasil, reforçando a antiga e amplamente ignorada lei de 1831, é acirrada a busca por traficantes clandestinos, levando a cabo finalmente esse comércio de gente. Assim, ainda que a fiscalização tivesse fechado os olhos para a continuidade no tráfico negreiro, ele teve que ser reestruturado para funcionar clandestinamente entre 1831 e 1850.

Para a recepção clandestina dos africanos foi então necessário o estabelecimento de toda uma logística que multiplicou pequenos portos pelo litoral, criando uma nova infraestrutura de recebimento e consequentemente de condição no processo de escravização dessas pessoas nas terras brasileiras. No litoral sul-fluminense os desembarques clandestinos cresceram em especial em Marambaia, Itaguaí, Mangaratiba, Ilha Grande, Angra dos Reis e Parati.

A dinâmica da ilegalidade do tráfico contou com todo um aparato que incluía desde portos e atracadouros, barracões e "fazendas de engorda" ou quarentena, trapiches e mercados, e cemitérios, incluindo a participação de diferentes

formas das populações locais não escravas. Abordar o estabelecimento, funcionamento e os significados desses espaços nos permite mapear a logística de recepção dos africanos no Brasil e de como esses espaços atuaram no processo de escravização.

Assim, toda essa arquitetura, cujos vestígios são encontrados em ruínas no litoral brasileiro, também nos fala desse processo. Um processo social de fazer dos africanos os escravos que passavam a compor boa parte da sociedade escravista brasileira. Eles não estavam prontos, era preciso produzi-los (Agostini; Almeida, 2019).

Pesquisas históricas e arqueológicas desenvolvidas no litoral sul-fluminense têm oferecido recursos para refletir sobre esse processo de produção ou do fazer-se escravo no Brasil (v. Mattos, 2013). As paredes remanescentes no sítio arqueológico do Sahy, em Mangaratiba, fazem pensar em algumas engrenagens do sistema, tais como a violência física e a tortura simbólica ou psicológica, a possibilidade de espaços de treinamento, nos quais a língua podia ser aprendida e o *trabalho* servir como uma ferramenta de opressão e de transformação dessas pessoas no processo de sua inclusão nessa sociedade, como escravos. Futuras escavações poderão oferecer subsídios para uma aproximação à experiência propriamente dos africanos nesse processo e suas estratégias de se "(re)fazer" em uma nova sociedade.

Por outro lado, a pesquisa incluiu um olhar sobre como as populações do pós-abolição, assim como grupos contemporâneos, lidaram e continuam lidando com a memória dessa experiência, seja pelo silêncio, seja por diferentes formas de (re) apropriação desse passado, particularmente manifesto em antigos espaços abandonados, paredes arruinadas que contam diferentes histórias sobre as pessoas que se fizeram ali, dependendo dos olhos de quem as vê.

A referência da memória local é forte em associar a Ilha da Marambaia ao Sahy, como um primeiro local de chegada para quarentena e um segundo para venda. Essa referência é condizente com outros contextos, nos quais, da mesma forma, as indicações são de chegada em ilhas e posterior encaminhamento para o continente. Como teria ocorrido na Ilha Cunhambebe e/ou Ilha Grande e o Bracuí, não muito longe da praia do Sahy, em Angra dos Reis – RJ (Mattos; Abreu, *no prelo*), e em Ilha Bela e São Sebastião, no litoral norte de São Paulo (Agostini, 2013).



Figura 1. Relação da Ilha da Marambaia (círculo abaixo) e a Praia do Sahy (círculo acima). (Imagem satélite: Google Earth).

No processo de "produzir escravos" era necessário, na chegada ao Brasil, enterrar mortos, tratar doentes, deixá-los em quarentena. Após a chamada "engorda", esses africanos seriam encaminhados para locais de venda para seus futuros compradores-senhores. Essas etapas são relativamente conhecidas ou referidas pela historiografia e mesmo pela memória local (Rodrigues, 2005b; Mattos, 2013). Vejamos em seguida o que a cultura material pode ajudar a contar.

Algumas paredes e alguns relatos remetem à experiência da violência, como a referência repetida na oralidade de um calabouço, que chegou a ser descrito em relatório de prospecções arqueológicas realizadas na década de 1970[8], com localização hoje desconhecida. Um complexo quadrangular com cerca de 120m^2 parece ter sido construído posteriormente ao complexo maior, que se encontra protegido por um muro contínuo em todo seu perímetro. Um dos seus compartimentos apresenta orifícios na face interna de uma das paredes que, pelas características físicas e por relatos orais, apresentavam ali fixadas correntes. Uma das hipóteses levantadas é de ali ter sido um barracão para alojamento dos africanos, onde pessoas ficariam aprisionadas lado a lado[9].

8 Acervo do Arquivo do Iphan-RJ.

9 Foram realizadas análises de solo para a identificação de presença de cropostanol (um indicador de fezes humanas), com resultados ainda em processamento.

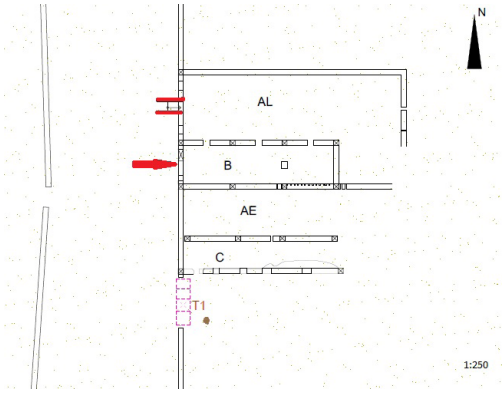
No sítio do Sahy, junto a essa estrutura identificada como possível barracão para abrigo dos africanos, encontra-se outro amplo compartimento com rampa de acesso. A rampa sugere a facilitação de acesso para as rodas de veículos ou entrada de animais. Documentos analisados preliminarmente, como testamentos e inventários[10], parecem sugerir esse espaço como um local de trabalho – produção de farinha ou construção e depósito de canoas, utilizadas para o transporte de curtas distâncias, inclusive de gente. Aqui faz lembrar que o trabalho serviu como ferramenta de transformação e opressão dessas pessoas bem como de camuflagem de uma situação clandestina. Pelo momento, são hipóteses a serem observadas com o andamento da pesquisa. Essa é uma edificação de interpretação complexa, considerando ainda que em algum momento do tempo todos os seus acessos parecem ter sido vedados.



Figura 2. Mapeamento preliminar do complexo de ruínas com 40.000 m2 no Sítio do Sahy – Mangaratiba, RJ. A estrutura que tem sido associada como abrigo dos africanos é a estrutura quandrangular do lado direito, na parte de cima da planta (desenho-Autocad por Clarice F. Muhlbauer).

10 Arquivo da Câmara – Testamento de Grabriel Antonio de Monte Bello, 1862 (cópia cedida por Mirian Bonbim); Museu da Justiça / RJ – Inventário de Maria Francisca Monte Bello Bondim, 1876; Inventário de Maria Francisca Monte Bello Pimenta, 1884.





Figuras 3 e 4. Complexo quadrangular, identificado hipoteticamente como local para abrigo dos africanos; indicado pela documentação como rancho de canoas e/ou produção de farinha. (Desenho-Autocad por Clarice F. Muhlbauer; foto da autora).

Autores como Jaime Rodrigues (2005a; 2005b) e Boccia e Malerbi (1977) mencionam documentos nos quais os próprios africanos relatam sua chegada, após a travessia do Atlântico. São citados locais escondidos, geralmente nas matas onde ficavam algumas semanas, aprendiam a língua e trabalhavam. No litoral norte-paulista, outro sítio arqueológico tem sido identificado como possível intermediário no tráfico de escravos (Agostini, 2013). Nesse estudo anterior, apontei para a possibilidade desse local ter sido um espaço afastado e internado nas matas, nas quais esse "aprendizado" poderia estar sendo realizado. Nesses locais os africanos recém-chegados poderiam aprender um pouco da língua e do ofício que passariam a exercer no interior.

Os elementos identificados no complexo de ruínas do Sahy têm fortalecido a ideia do local ter servido ao mesmo tempo para abrigo dos africanos e operado com a função de introduzi-los ao sistema escravista como trabalhadores escravos. No testamento de Gabriel Antonio de Montebello há menção de que ele teria ficado responsável por um escravo de outro senhor, para lhe corrigir, "para tirá-lo da vadiação"[11]. Por que Montebello estaria ajudando outro senhor a conduzir seu escravo ao mundo do trabalho? Ele seria um "especialista" no assunto?

Para além da violência física e do trabalho, também a pressão simbólica ou mesmo psicológica aparece nas ruínas como mais um fator operado pelo sistema nesse

11 Acervo da Câmara – Testamento de Gabriel Antonio Monte Bello, 29/01/1862. O documento consultado é uma transcrição do testamento realizada na Vila de Mangaratiba em 30/03/1901.

processo. Ao que parece, exatamente em frente à porta do possível barracão/senzala estava a porta do cemitério. Julio César Pereira (2007), em trabalho sobre o cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, lembra o terror que deveria ser para africanos verem as pessoas – e quiçá seu próprio futuro – em covas coletivas, sem cuidados ou procedimentos adequados no enterramento. John Thornton, entre outros autores, mostrou que, para diferentes grupos centro-africanos nesse tempo do tráfico, a falta de cuidados com o morto poderia acatar para o seu espírito uma vida além-morte de um fantasma em tormento. Assim, para além da violência física, a tortura "psicológica" sobre a vida além-morte também pode ser lida nessas paredes que ficaram no tempo.

Como mencionado, a ampliação das escavações poderá indicar a experiência propriamente desse processo, e não apenas a estrutura montada para que ele acontecesse. Para pensar, talvez, como as interpretações de Robert Slenes (1995) sobre o "reconhecimento de malungos" durante todo o trajeto da África ao interior fluminense dialogam com as estruturas de poder e opressão do sistema. Esse seria um passo necessário para pensar a experiência de "africanos" que eram escravizados como um processo contínuo, nunca completamente terminado[12].

Essas paredes incompletas de pedra – assim como outras miudezas a elas associadas – oferecem uma fonte diferenciada para a pesquisa, além de uma via de comunicação com a população não acadêmica contemporânea. Essas paredes, que são visitadas, observadas e "imaginadas" por diferentes pessoas nos lançam o desafio do encontro de saberes, de como conduzir reflexões que coloquem em diálogo diferentes dimensões e sentidos que elas podem conter.

Essa atenção para possibilidades de inclusão de outros saberes e sentidos conferidos a esse local de certa maneira expande a perspectiva de interdisciplinaridade para uma perspectiva *intersaberes*, que, em última instância, coloca desafios sobre a questão da autoridade e legitimidade de diferentes domínios de conhecimento.

12 Agradeço aqui a indicação de Hebe Mattos para a observação sobre esse processo e as inúmeras conversas com Marcos Leitão de Almeida sobre a análise e reflexão desse processo a partir de fontes materiais, linguísticas, orais e manuscritas.

A pesquisa como processo: que venham outros tempos

A pesquisa, como mencionado, teve um caráter interdisciplinar, com especial atenção para os cuidados metodológicos no trânsito entre a prática arqueológica, histórica, antropológica e a prática pública. Hilton Japiassú (1976) sugere uma peculiaridade para o conceito de interdisciplinaridade, que, para além de empréstimos e diálogos entre disciplinas, considera a *transformação* da perspectiva inicial do pesquisador com a experiência de seu deslocamento para o campo vizinho, implicando em criações híbridas e originais. Parece interessante expandir essa noção de Japiassú para além dos diálogos entre os campos disciplinares acadêmicos, incluindo uma perspectiva *intersaberes*, quando outros domínios de conhecimento – como dos saberes ditos tradicionais – entram em jogo com "referência consultada" e não apenas como fonte, isto é, com autoridade e/ou legitimidade junto ao saber acadêmico.

Aqui surge uma questão que apenas em outro artigo seria possível contemplá-la na sua complexidade. Detentores de conhecimentos tradicionais, a quem me refiro como autores ou "referências consultadas", muitas vezes permanecem anônimos por falhas de registro ou encaminhamento na pesquisa, por interesse das próprias pessoas consultadas, entre outros motivos. Do ponto de vista de um domínio de conhecimento que é adquirido por vias espirituais, abarcando memórias e saberes, como incluir sua referência na narrativa acadêmica? A quem referenciar? À liderança, às entidades ou aos espíritos, ou à instituição na qual eles se abrigam e que guarda esse conhecimento/aprendizado religioso-espiritual? Quem assina ou endossa? A religião, a casa, o médium ou o(s) espírito(s)? Não sendo essa difícil tarefa para esse momento, o exercício neste artigo foi o de pensar sobre a inclusão desses outros saberes ou ontologias como referências que se articulam no processo de produção do conhecimento histórico-arqueológico.

Nesse estudo não foi desenvolvida até o momento uma prática de pesquisa colaborativa ou participativa tal como definida atualmente pela antropologia e pela arqueologia (*e.g.* Castañeda, 2009; Hamilakis; Anagnostopoulos, 2009; Hogberg; Holtorf, 2005; Colwell-Chanthaphonh, 2009). O exercício foi o de incorporação de alguns princípios no próprio pensar do pesquisador, no caso, pesquisadora (Favret-Saada, 2005). O trânsito por diferentes instâncias e domínios de conhecimento demanda do pesquisador cuidados metodológicos particulares, considerando a experiência em diferentes campos do saber.

Um desafio inicial foi de caráter metodológico, ao abraçar a possibilidade do uso combinado de fontes de naturezas diversas. Vale ressaltar que falar em diversidade de

fontes não implica apenas a menção a "tipos de fontes", mas de naturezas empíricas diferentes. Falar em natureza e tipos de fontes como coisas diferentes traduz a ideia de que, por exemplo, inventários, processos criminais e listagens comerciais são tipos de fonte de natureza escrita, diferente na natureza material, fragmentada e dispersa no espaço do registro arqueológico, que inclui vestígios de tipos cerâmicos, vítreos, ósseos, metálicos etc., diferente ainda na natureza do registro oral e da memória sejam elas registradas em entrevistas programadas, entrevistas livres ou conversas informais. Mapas, fotografias e gravuras contêm também a representação e o registro visual como característica.

Cada fonte ou empiria exige um cuidado metodológico específico, considerando, por exemplo, suas dimensões de temporalidade que variam. Ou seja, o tempo da memória, o tempo registrado na estratigrafia das escavações e o tempo de um acontecimento ou evento registrado em um manuscrito, marcado por dia, mês e ano, não podem ser tratados da mesma forma (Feinman, 1997; Agostini, 2009).

Em outro momento, sugeri o uso da dimensão cotidiana como referencial temporal que permite a associação de diferentes empirias (Agostini, 2002). Essa dimensão pode/deve incluir uma abordagem processual, que procura perceber a mudança na ordem do cotidiano. Analisar as diferentes fontes a partir da orientação de questões-problemas, que têm a dimensão processual do cotidiano como referência, ajuda a superar as diferentes temporalidades, próprias de cada fonte. Isto é, o foco está em buscar nelas o que elas podem falar de experiências cotidianas e elementos constituintes de estruturas socioculturais em (trans)formação.

Outro exemplo do desafio de se pensar estratégias metodológicas para o uso combinado dessas fontes, quando cada empiria exige um procedimento particular, é que por vezes eles podem ser conflitantes, particularmente na condução dos trabalhos de campo. Isso acontece, por exemplo, no que diz respeito às orientações metodológicas no trabalho com gente! Sejam pessoas entrevistadas para o estudo sobre ou com a memória e a tradição oral sobre o passado escravista, seja a relação pública da equipe durante as escavações com as diferentes pessoas que visitam e transitam pelo local, ou sejam ainda grupos que se apropriam das ruínas, com os quais buscamos aproximação para diálogo, entre eles grupos religiosos e moradores locais – sendo essa aproximação conduzida por princípios da prática etnográfica.

O uso de princípios etnográficos – ou uma "atenção etnográfica" – auxilia nas formas de registro de diferentes maneiras, incluindo o registro das relações estabelecidas entre pesquisadores e grupos que compartilham o mesmo espaço no próprio processo de construção das interpretações e reflexões sobre contextos

passados, ou, ainda, como forma de observar o encaminhamento da pesquisa, isto é, admitindo a própria arqueologia e o processo de construção do conhecimento como objeto – para tal o uso de pequenas filmagens tem sido bastante útil durante o trabalho de campo (seja para registro técnico das escavações, seja para fins mais propriamente etnográficos).

O exemplo de como as metodologias para o registro da memória/oral e etnográfico podem ser de certa maneira conflitantes ajuda a explicar as soluções que temos encontrado para o trabalho com/sobre a memória e a "participação etnográfica". A História Oral oferece tradicionalmente uma série de ferramentas e cuidados para o estudo e registro das tradições orais, cuja natureza empírica demanda metodologias específicas, por exemplo, considerando o tempo e a dinâmica da *memória*, entre outros.

Talvez a ferramenta mais tradicional desse campo de estudos seja a realização de entrevistas gravadas. A qualidade dessas entrevistas depende não apenas da habilidade do pesquisador em perguntar e da disponibilidade do entrevistado em falar, mas da relação que se estabelece entre eles. Um princípio básico importante que orienta o pesquisador, nesse caso, é inicialmente "perguntar sem dizer", de maneira a não sugestionar a pessoa a responder algo "que se queira ouvir". Nesse sentido, é como se o pesquisador não estivesse autorizado a dizer aquilo que pensa sobre o que indaga (geralmente ele está pensando muitas coisas!). Por outro lado, não se trata de uma recusa ao outro em compartilhar o conhecimento, mas algo necessário em um primeiro momento no trabalho com e sobre a memória (Vansina, 1990; Thompson, 2002; Ferreira, 2005; Halbwachs, 2004).

No caso da pesquisa no Sahy não foi diferente. Entrevistas e conversas se iniciaram em uma primeira aproximação com os moradores, as suas memórias e seus saberes. Walter Benjamim nos lembra de que "quanto mais esquecido de si mesmo está quem escuta, tanto mais fundo se grava nele a coisa escutada" (Benjamin, 2006). O movimento, assim, foi o de ceder espaço à fala do outro, recuando com as expectativas, ainda que elas continuassem a orientar a atuação de quem pergunta. No entanto, em algum momento, o silêncio deve ser rompido, seja para indagar de forma mais específica, seja para ceder aos interesses do outro pelo assunto ou para permitir aproximação. O silêncio assim tem um lugar no método, mas sua condução é determinada pela prática-experiência-relação.

Um exemplo prático no caso do complexo de ruínas estudado pode ser apontado para as informações sobre as estruturas propriamente. Algumas pessoas mais antigas viram coisas que hoje não mais existem. Por armadilha da memória ou dissimulação desconfiada, muitas vezes essas informações podem chegar enviesadas ao pesquisador.

Em um primeiro momento a motivação era perguntar o que as pessoas sabiam sobre o local por ouvir dizer, por ter presenciado ou por ter sentido. Assim, foram registradas falas que mencionaram a chegada de africanos que paravam primeiro na ilha da Marambaia, para depois virem para aquele local no Sahy para serem vendidas. Outras se referiam a certo local de erosão fluvial como "um antigo canal por onde os escravos entravam escondidos", ou ainda a correntes presas na parede, que "estava ali até pouco tempo" e que foram arrancadas. Pessoas mencionaram também a existência de um cemitério, cujos sepultamentos foram impactados pela obra de duplicação da linha do trem, na década de 1970, ou ainda de um buraco, que se tinha acesso por uma escada e referido como calabouço, hoje com acesso desconhecido.

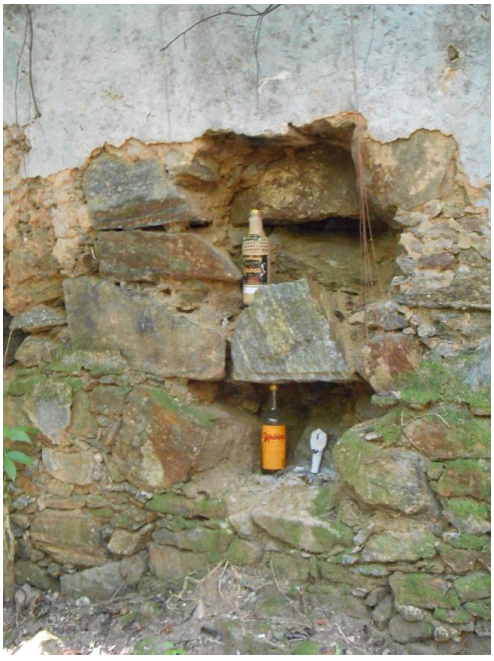
Essas referências, entre tantas outras coisas ditas, somam de forma interessante com os olhares da pesquisa na interpretação dos vestígios sobre o passado escravista. Aqui cabe ressaltar quem definiu o momento no qual tive que sair do silêncio, comentando de forma mais detalhada aquilo que orientava o olhar da pesquisa. Na verdade, não foram os manuais de história oral ou qualquer metodologia predeterminada (Bell, 1991), mas sim a *relação*. Alguns moradores se mostraram curiosos com relação ao nosso trabalho e nossas buscas. De toda forma, junto à curiosidade por nossas atividades, houve frequentemente uma legítima indagação sobre os ganhos que a comunidade local teria com nosso trabalho, o que desafiou e mobilizou o projeto.

Um dos estudantes que atuava junto à equipe na escavação, com orientação para essa "atenção etnográfica" e registro cotidiano do trabalho, por sorte filmou esse momento que foi uma conversa com um morador, quando deixei de perguntar "o que você sabe sobre esse lugar" para incluir "me parece ser assim…". No caso, o morador imaginava um local semelhante aos registros bem conhecidos das *plantations* do Vale do Paraíba, com terreiro central para secagem do café. Como pesquisadora, em conversa com o morador sobre nossas interpretações acerca das estruturas, discordei, indicando o que eu via de diferente.

Nesse sentido, quem definiu como proceder com o silêncio no método foi a relação e a própria experiência de/na pesquisa – ainda que suas ferramentas e orientações gerais sejam predeterminadas. O procedimento ressaltado aqui reconhece ferramentas que são frequentes nas pesquisas, mas que são geralmente silenciadas nas publicações finais: como o imprevisto, o improviso, o silêncio e a experiência do próprio pesquisador; bem como a relação estabelecida entre o grupo de pesquisa e as diferentes pessoas e grupos de interesse locais (Bonetti;

Fleischer, 2007). Essa prática tem sugerido que princípios etnográficos talvez sejam o eixo metodológico que, nesse caso, permitiram a integração das diferentes metodologias no trabalho de campo.[13]

Outra situação, que exemplifica o *processo* da pesquisa, parte da dimensão religiosa das ruínas, que, à semelhança de cemitérios, cachoeiras ou encruzilhadas, são de interesse para festividades, devoções, práticas de cura, oferendas e "trabalhos", já que ali moram os espíritos, e esse é o lugar *deles*. Essa presença (algum tipo de *posse* ou pertencimento?) dos espíritos nesses espaços é vivenciada e materializada pelas pessoas de diferentes maneiras. Além das práticas mencionadas, quando o canto, a dança e o toque de tambores ocupam o local, com a efemeridade dos corpos que dali se apropriam e partem ao fim de cada ritual, pequenas esculturas são instaladas pelas ruínas, entre outros objetos. Algumas já abandonadas se somam aos fragmentos das peças arqueológicas, outras ainda em uso são cultuadas e mantidas vivas. Expressão de antigos espíritos que "ficam ali, moram ali, por ser aquele o lugar *deles*"[14].





Figuras 5 e 6. Imagens encontradas no complexo: à esquerda, Zé Pelintra "instalado" em uma das paredes; à direita São Benedito encontrado isoladamente, aparentemente em situação já de descarte. Ambos sem cabeça (Fotos da Autora)

13 Agradeço à Márcia Bezerra por me alertar para esse caminho.

14 Relato de Deti Suzano, morador no Sahy há pelo menos 60 anos, que se reconhece como "da curimba".

Em um dia de celebração religiosa, estive no complexo das ruínas do Sahy, para observar as práticas no local. Tive a oportunidade de pedir autorização para filmar um grupo que estava prestes a começar a festa-ritual (uma *gira*). Eu estava lá há cerca de 20 dias registrando as ruínas, medindo e desenhando as paredes, as pedras, fazendo o registro da arquitetura. Não havia público assistindo o encontro além de pessoas ligadas ao grupo, apenas duas ou três pessoas que acompanhavam à distância e a pesquisadora vestida como tal (com mochila, bota, calça e camisa de manga comprida, em meio a banhistas), fazendo pequenas filmagens e fotografias. Nesses encontros a prática é que espíritos ou *entidades* se fazem presentes, dançam, festejam e, por vezes, prestam atendimentos. Em determinado momento, quando os Caboclos, que são espíritos da terra associados a indígenas, vieram para a *gira*, três ou quatro deles se aproximaram, um de cada vez, e me indagaram gestualmente como quem perguntasse "quem é você?".

Conversei com eles, pensando que seria uma oportunidade de perguntar se nosso trabalho era bem-vindo. Tentei explicar que estudávamos o tempo antigo dos escravos e que para isso cavávamos a terra buscando coisas daquele tempo, entre outras atividades. A cada conversa tive um retorno positivo, de que nosso trabalho era bem visto, mas todos perguntaram em seguida: "mas a mata você não vai tirar, não, né…?". Em um primeiro instante eu me perguntei em pensamento "mas que mata?". De toda forma, expliquei que não, que apenas limpávamos a vegetação rasteira e pequenos arbustos quando necessário.

Quando, de volta à pousada onde estava alojada, fui conferir o registro das fotos, me deparei com imagens cuja parte superior era totalmente verde! Foi quando ri da minha desatenção, me dando conta de que eu estava trabalhando em uma Unidade de Conservação Ambiental, cuja vegetação cresceu posterior ao abandono das estruturas e sobre elas, e que aquele era hoje um local com densa cobertura vegetal. Como pesquisadora atenta ao registro de cada detalhe das estruturas, passava dias olhando para as pedras e, de repente, tinha esquecido ou ficado cega para o fato de que aquele era um lugar verde, com uma mata que esses Caboclos me lembraram de considerar e respeitar.

Essa história serve de exemplo de atenções que esses grupos nos fazem ter que a princípio não teríamos e que, por fim, interferem nos procedimentos de pesquisa, incluindo procedimentos mais técnicos, como a escolha de áreas de escavação. Determinadas áreas são escolhidas mais prioritariamente para as oferendas e outras não. O uso religioso daquele espaço é muito dinâmico e pareceu preciso fazer um mapeamento disso, para saber como intervir.



Figura 7. Exuberância da vegetação na área das ruínas, protegida pelos Caboclos (Foto da Autora).

Além do cuidado na escolha das áreas de escavação e procedimentos diretamente relacionados ao trabalho da equipe no local, entrevistas agendadas e conversas informais foram realizadas com lideranças religiosas e praticantes a elas associados. De uma maneira geral, essa aproximação teve uma tripla motivação. A primeira foi o interesse sobre o que as pessoas sabiam sobre a história-memória da ocupação desse lugar. A segunda, para conhecer as motivações espirituais que os levavam até ali e as implicações daquele espaço nas suas práticas. Por fim, para simplesmente buscar espaços de diálogo, com atenção para as possibilidades que eles pudessem oferecer e que não estavam necessariamente previstas, com o intuito de abrir margem a possibilidades de diálogos entre saberes – o acadêmico e o religioso.

A pesquisa teve ainda outros desafios ao pensar na possibilidade de diálogo de diferentes domínios de conhecimento. Ao longo do trabalho surgiu a questão de como ou se é possível incluir princípios de conhecimento-entendimento de diferentes saberes na produção do conhecimento científico. Refiro-me aqui para além de usá-los como fonte, inclui-los como orientadores da própria epistemologia, isto é, do processo que conduz a elaboração das interpretações e das narrativas. Pensando em como dialogar com o entendimento religioso do local, que tem "razões de ser" na própria escravidão e suas memórias contidas nas ruínas. Apresento a seguir um aspecto que ilustra essa possibilidade.

As ruínas no seu tempo e o lugar do pesquisador

O complexo de ruínas do Sahy, como antigo local de violência e tortura, conta sobre o sofrimento no processo do "tornar-se escravo" no Brasil. Da produção de um sofrimento que foi historicamente transmitido, inclusive. Esse local teria feito parte da logística de recepção desses africanos e dos primeiros momentos de sua socialização ou adequação ao sistema escravista. Espaços que conduziam esse processo nos seus primeiros passos no Brasil. Há que se ressaltar, espaços de violência.

As ruínas de uma maneira geral, e também essas ruínas no presente, frequentemente são recursos para religiões como a Umbanda, como mencionado anteriormente. Recursos esses, inclusive, diretamente ligados a essa história de sofrimento. Para ilustrar, vale destacar que, em particular ali nas ruínas do Sahy, são encontradas praticamente todas as condições ou os recursos de interesse para trabalhos religiosos, incluindo trabalhos de cura, tais como o mar, o rio, a mata, as próprias ruínas, a estrada de ferro, o mangue, um cemitério. Por um lado, um local onde todos os especialistas – me refiro aqui a linhas espirituais – podem encontrar os recursos de que precisam para seus trabalhos, e, por outro, um mesmo lugar onde todas essas forças estão juntas concentradas.

A questão que interessa ressaltar nesse contexto é o lugar do sofrimento. A professora e praticante religiosa local, Elaine Gonçalves, filha de dona Arlete, contou que certa vez foi perguntada do porquê do interesse espiritual por um local onde houve tanto sofrimento, e se isso não seria uma contradição[15]. Ela então disse qual foi a sua resposta, já explicando que no sofrimento as pessoas buscam por ajuda. Um local de grande sofrimento teria sido, portanto, um local onde as pessoas lançaram mão de todos os artifícios possíveis para superar ou ao menos suportar a dor e a angústia pela qual passavam. Então, segundo essa explicação, seria ali um lugar de grande concentração dessa força evocada e utilizada, uma força que permanece concentrada nas ruínas e que serve de recurso aos vivos de hoje.

Lendo estudos de africanistas sobre práticas religiosas de muitos desses africanos em seus lugares de origem, particularmente na macrorregião Congo-Angola do tempo do tráfico negreiro, é interessante notar como certas práticas podem ser consideradas uma espécie de intersecção entre o tempo das paredes que violentavam do tempo do tráfico de escravos e o tempo das paredes que curam de hoje. Refiro-me em especial aos chamados cultos Kimpasi, da região do antigo reino do Kongo.

15 Entrevista gravada com dona Arlete e Elaine Gonçalves em 7 de novembro de 2014.

Tratava-se de cultos de cura que previam a morte social do indivíduo e seu renascimento com a incorporação de novas habilidades para serem usadas socialmente. Um ponto de relevância foi ressaltado por Slenes (1995), fazendo alusão aos trabalhos de Thornton (2010), MacGaffey (1986) e um artigo de Craemer, Vansina e Fox (1976), quando tais cultos são identificados historicamente, ocorrendo em grande profusão nos momentos de crise social, conflitos, guerras etc. Ou seja, eles proliferavam sobremaneira perante o sofrimento. Na instabilidade e na dor, eram cultos de revitalização praticados para o reestabelecimento da saúde física dos indivíduos e mesmo da saúde social.

Nesse exemplo ao qual me detenho sobre as ruínas do Sahy, uma pergunta que combina os tempos do sítio arqueológico – o tempo do tráfico negreiro e o tempo de seu uso religioso na contemporaneidade –, bem como os saberes sobre ele, seria, por exemplo, de como pensar esse local como *um local que transforma o sofrimento*. Isso inclui a história escravista contida nessas paredes, sua relevância pública, religiosa e sociomedicinal atual, e, inclui, ainda, pensarmos em qual é o nosso lugar como pesquisadores perante esse potencial.

Um caso que parece ilustrar como de certa forma isso pode ser pensado é o do Instituto dos Pretos Novos, na antiga região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Um contexto análogo, no qual foi identificado um cemitério de africanos recém-chegados que eram enterrados em valas coletivas e tinham seus corpos incinerados, ainda no tempo da legalidade do comércio negreiro.

Da perspectiva daquelas pessoas, que não suportaram a violência do percurso, ter em mente a possibilidade de ter seu corpo sem um enterro apropriado, talvez fosse ainda mais aterrorizante do que a violência em vida, considerando a noção que se tinha de que, dessa maneira, seu espírito vagaria como um fantasma atormentado, como se entendia acontecer também com os espíritos de suicidas, por exemplo (Thornton, 2010; Pereira, 2007).

Pois bem, o cemitério dos pretos novos naquele tempo da escravidão provavelmente tinha essa marca para os africanos, assim como o cemitério ao lado da Igreja São José, no Bracuí, em Angra dos Reis, localização vizinha ao Sahy. Marilda de Souza, liderança no quilombo do Bracuí, conta da criação do cemitério pelo senhor, no século XIX, já que as famílias dos escravos estavam sofrendo muito por não terem local para a realização de enterros apropriados para seus parentes falecidos[16].

16 Trecho da entrevista no vídeo de apresentação do site Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil

Retomando a questão de como pensar esses lugares como vias para a transformação do sofrimento, vale notar o que acontece no referido Instituto dos Pretos Novos (IPN) hoje, além da visitação ao cemitério. São oficinas, cursos, palestras, exposições de arte, lançamentos de livros, biblioteca, rodas de samba, comes e bebes!, valorizando a experiência do trauma, não pelo trauma em si, para "rememorá-lo", mas como via de reflexão e de transformação. De certa maneira, o mesmo princípio da perspectiva umbandista, traduzida pela Elaine sobre as ruínas, é o mesmo princípio dos cultos de revitalização no antigo reino do Kongo, como vias para se processar e superar o sofrimento.

Existem propostas variadas sobre como cuidar do complexo de ruínas do Sahy e suas histórias, que, entre tantas, ressaltei apenas um de seus aspectos. Entre as propostas, pensando na questão da transformação do sofrimento, existem projetos que vão desde a ideia de cercar as ruínas, restringindo o seu acesso, à criação de um memorial do holocausto negro, lembrando de nome a nome os africanos que passaram por ali[17]. Pelo momento, o sítio encontra-se bastante abandonado pelas autoridades governamentais e pelos pesquisadores.

Inúmeras narrativas foram ouvidas durante a pesquisa sobre a presença de escravos que continuam ali trabalhando, com seus espíritos ainda presos no tempo da escravidão. Como exemplo, pode-se mencionar a narrativa de um jovem de 15 anos que descreve cenas de homens trabalhando, juntando lenha nas ruínas do Sahy e que depois desapareciam[18]. Ou de visões comuns em lugares associados à história da escravidão, como o local chamado Lage Seca, quilombo do Bracuí, em região vizinha, onde são vistos lençóis secando, um local ressaltado pelos quilombolas como um lugar de memória[19].

Considerando tais narrativas, bem como os apontamentos sobre o papel do uso religioso desses espaços para a cura e no cuidado do sofrimento de vivos e de mortos, a pergunta é se as autoridades governamentais e os grupos de pesquisa estão capacitados para, sozinhos, elaborarem propostas de uso e manejo do local. O cerceamento do uso do local ou sua afirmação como lugar de dor são caminhos para a transformação?

- http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php, acessado em abril de 2018.

17 Indicações de interesse por cercamento para limite de acesso e controle sobre o local chegou a ser colocado por agentes da prefeitura de Mangaratiba; a proposta de um Memorial que lembre a violência e que de alguma maneira humanize aqueles que passaram por ela tem sido apresentada pelo referido projeto Passados Presentes.

18 Entrevista com Eduardo Henrique Moreira de Freitas, em 11 de janeiro de 2014.

19 Trecho de entrevista com Marilda Souza Trecho no vídeo de apresentação do site Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil – http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php. Acesso em: abril de 2018.

Para concluir, ressalto a questão de que tipo de conhecimento se quer com esses trânsitos e diálogos no *presente arqueológico*. Vale ressaltar que não se trata de propor algum tipo de metodologia fechada em si mesma, lembrando a crítica de James Bell (1991) ao abordar aspectos metodológicos na pesquisa arqueológica. No entanto, de uma maneira geral, um aspecto que considero relevante ressaltar é a expansão da noção de interdisciplinaridade para uma perspectiva *intersaberes* do ponto de vista do pensamento científico e a importância sociopolítica de incluir entendimentos não acadêmicos, ou mesmo outras ontologias, como partícipes do *processo interpretativo* das pesquisas científicas, como elementos transformadores da episteme do pesquisador (Fafret-Saada, 2005). Considerar o presente arqueológico em seu mosaico de temporalidades abre margens para processos interpretativos diversos nem sempre reféns da linearidade cronológica e de contextos históricos fechados.

Como mencionado, a pesquisa não teve a chance de desenvolver práticas definidas atualmente como colaborativas, nas quais moradores locais ou detentores de saberes tradicionais são convidados como coautores desse processo da pesquisa. Ainda assim, debruçou-se sobre o desafio de pensar em como estender o trabalho interdisciplinar, com a inclusão de entendimentos tradicionais, ou certos princípios de entendimento da realidade, que são consultados e incorporados nas engrenagens de produção do conhecimento científico (Favret-saada, 2005). O que se notou, no caso do Sahy, foi que essa engrenagem interpretativa híbrida transformou o principal combustível que a movia e alimentava: o problema de pesquisa.

As ruínas, como expressão do processo de escravização, passaram a ser reconhecidas como um recurso potencial de transformação de sofrimento em diferentes instâncias, individuais, sociais, históricas e espirituais-anímicas. Os pesquisadores, do seu lugar e no seu trânsito, devem, assim, se perguntar qual o seu lugar perante esse potencial. Parece claro que a participação integrada ou colaborativa com outros agentes é fundamental para que o vislumbre de mudança no tempo presente se desenvolva para ações efetivas, a exemplo do referido projeto *Passados Presentes*, desenvolvido pelas historiadoras Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Gringberg junto às comunidades do Bracuí, Pinheiral e São José da Serra[20], e de experiências como as de Kodzo Gavua em Gana sobre a gestão desses lugares de memória, bem como dos questionamentos de Barbara Little (2013), nos Estados Unidos, entre outros autores, sobre o lugar sociopolítico do pesquisador.

20 http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php. Acessado em: abril de 2018.

De toda forma, o intuito neste artigo foi o de compartilhar a experiência de trânsitos por campos de saber ao longo do processo da pesquisa, os cuidados e as possibilidades que uma prática acadêmica híbrida oferece. Abraçar múltiplas temporalidades inscritas em sítios arqueológicos e estabelecer um diálogo entre elas, para além da dicotomia sincrônico-diacrônico, foi um desafio que o complexo de ruínas do Sahy propôs.

Agradecimentos

Ao CNA e ao Iphan, pela premiação de melhor artigo científico no Edital Luiz de Castro Faria 2017; a pesquisa de que trata esse artigo foi desenvolvida durante o meu pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF) e contou com a parceria das historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, o apoio de Ana Mauad, e recursos de editais do CNPq e da Faperj. Agradecimento ao Labhoi, que abrigou um laboratório de arqueologia para o desenvolvimento da pesquisa. Contou ainda com o apoio de diversas instituições: Fundação Mário Peixoto; Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Mangaratiba; Associação de Pescadores, Maricultores e Lazer do Sahy (Assopesca); Colégio Estadual Montebello Bondim; Restaurante Bar Zé da Quentinha; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade de São Paulo (USP); representando as lideranças religiosas com as quais tivemos contato no local, agradeço à dona Arlete Queiroz Gonçalves e sua filha Elaine Gonçalves – responsáveis pelo centro de umbanda no bairro do Sahy – e representando os moradores do Sahy, agradeço a Deti Suzano, reconhecido pelos demais como um dos mais antigos do bairro, Wlad e Nilton Machado que organizaram uma roda de conversa com moradores e disponibilizaram as dependências da associação de pesca para suporte à pesquisa; à historiadora local Mirian Bondim pelo compartilhamento de documentos; à preciosa equipe da FMP, coordenada por Eduardo Enrique Goularte, lamentavelmente hoje dissolvida; aos estudantes e colegas e estagiários bolsistas e não bolsistas que participaram nos trabalhos de campo; e à Soraia Lima Costa por todo apoio. Por fim, a todos que contribuíram com leituras de versões preliminares deste artigo: à própria dona Arlete e à Elaine, com quem conversei sobre o texto; aos arqueólogos Marcos André T. de Souza e Rafael Abreu e Souza, aos historiadores Marcos Leitão de Almeida, Thiago Campos Pessoa e Daniela Yabeta. Este texto foi disponibilizado em versões ainda inéditas para discussão com estudantes de graduação e pós-graduação, que deram suas contribuições, na realização de uma valiosa dinâmica acadêmica que aprendi e valorizo:

aos pós-graduandos em Arqueologia da UFMG, graduandos e pós-graduandos em História da UFF, graduandos em Arqueologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e da Uerj. É de minha inteira responsabilidade o que segue.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. C.; MATTOS, H. (org.). **Passados presentes.** 1ª Ed. Niterói: EDUFF, 2012.

AGOSTINI, C. Entre senzalas e quilombos: "comunidades do mato" em Vassouras do oitocentos. In: Zarankin, A. e Senatore, M.X. (org.) **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos e Práticas**. Buenos Aires: Ed. Del Tridente, 2002.

AGOSTINI, C. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. **Topoi**. Vol.10 (18), 2009.

AGOSTINI, C. Cultura material e expressão simbólica à sombra da clandestinidade: o caso do sítio São Francisco / São Sebastião (SP). In: Mattos, Hebe (org.) **Diáspora negra e lugares de memória. A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil Imperial**, 2013.

AGOSTINI, C.; ALMEIDA, M.L.de. De Mvika à Cabiúna: a dinâmica social de pessoas e lugares no processo de escravização durante o segundo escravismo. In: Santos, Vanicléia Silva; Symanski, Luís Cláudio; Holl, Augustin. **Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana**. Curitiba: Editora Prismas, 2019.

BELL, J. A. Anarchy and Archaeology. In: Robert W. Preucel (Ed.). **Processual and postprocessual archaeologies:** multiple ways of knowing the past. Illinois: Center for Archaeological Investigations, 1991.

BENJAMIN, W. **Passagens.** Traduzido para o português por Irene Aron. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

BOCCIA, A. M. M; MALERBI, E. M. O contrabando de escravos para São Paulo. **Revista de História**, No. 112, 1977.

BONETTI, A.; FLEISCHER, S. (org.). **Entre saias justas e jogos de cintura.** Florianópolis: EDUNISC, 2007.

CASTAÑEDA, Q. E. The invisible theatre of ethnography: performative principles of fieldwork. **Project Muse**. Social Tought and Comentary, 2006.

CASTAÑEDA, Q. E. The past as transcultural space: using ethnographic installation in the study of archaeology. **Public Archaeology: archaeological ethnographies**, vol. 8 (2-3). 2009.

CHAKRABARTY, D. The time of history and the time of gods. In: Lisa Lowe; David Lloyd (Eds.) **The politics of culture in the shadow of capital**. London: Duke University Press, 1997.

CRAEMER, W.; VANSINA, J.; FOX, R. C. Religious Movements in Central Africa: a theoretical study. **Comparative Studies in Society and History** vol.18, (4), 1976.

COMARROF, J.; COMARROF, J. Etnografia e imaginação histórica. **Revista Proa**, n° 2, vol.01, 2010.

COLWELL-CHANTHAPHONH, C. Myth of the Anasazi: archaeological language, collaborative communities, and the contested past. **Public Archaeology**: archaeological ethnographies, vol. 8 (2/3), 2009.

CURTIN, P. D. **The Atlantic Slave Trade: A Census**. University of Wisconsin Press, Madison, 1969.

FABIAN, J. **O tempo e o outro**. Como a antropologia estabelece seu objeto. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013 (1983).

FAVRET-SAADA, J. **Cadernos de Campo**. No. 13, 2005. Tradução para o português de Siqueira, Paula e Lima, Tania Stolze. "Ser afetado", do original Favret-Saada, Jeanne. "Être Affecté". In: *Gradhiva: Revue* d´Histoire et d´*Archives de l´Anthropologie*, 8, 1990.

FEINMAN, G. M. Thoughts on new approaches to Combining the archaeological and historical records. **Journal of Archaeological Method and Theory**. V.4, nº 3/4, 1997.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FERREIRA, R.A. **Dos Sertões ao Atlântico:** tráfico ilegal e comércio lícito em Angola, 1830-1860. Dissertação de mestrado, IFCH / UFRJ, 1996.

FLORENTINO, M.G. **Em Costas Negras:** uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Returning to where we have never been: excavating the ruins of modernity. **Ruin Memories Materialities, Aesthetics and the Archaeology of the Recent Past.** London: Routledge, 2014.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.

HAMILAKIS, Y.; ANAGNOSTOPOULOS, A. What is Archaeological Ethnography? **Public Archaeology: arachaeological ethnographies**, vol. 8 (2-3), 2009.

HAMILAKIS, Y. Archaeological Ethnography: A Multitemporal Meeting Ground for Archaeology and Anthropology. **Annu. Rev. Anthropol**. nº. 40, 2011.

HOGBERG, A.; HOLTORF, C. Talking people – from community to popular archaeologies. In: **Arkeologi Splittring eller Mangfald?** Kulturmiljoavdelning, Estocolmo, 2005.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KLEIN, H. S. **The Atlantic Slave Trade**. New approaches to the Americas. Cambridge University Press, 1999.

LITTLE, B. Reversing the narrative from violence to peace: some thoughts from an archaeologist. **Historical Archaeology**. Vol 47 (3), 2013.

LOURENÇO, T.C.P. Os Souza Breves e o tráfico ilegal de africanos no litoral sul-fluminense. In: Hebe Mattos (org.) **Diáspora negra e lugares de memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial**. Niterói: Editora da UFF, 2013.

LOURENÇO, T.C.P. **O Império da Escravidão**. O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

MACGAFFEY, W. Ethnography and the closing of the frontier in Lower Congo, 1885-1921. **Africa**, 56 (3), 1986.

MATTOS, H. (Org.). **Diáspora negra e lugares de memória: A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial**, Niterói: EDUFF, 2013.

MATTOS, H.; ABREU, M. Forthcoming. Performing History: Jongos, Quilombos and the Memory of Illegal Atlantic Slave Trade in Rio de Janeiro, Brazil. In: David Dean (ed.) **A Companion to Public History**, Chichester, U.K., John Willeys & son Ltda.

MATTOS, H.; SCHNOOR, E. (org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos.** Rio de Janeiro: top books, 1995.

MUAZE, M.; SALLES, R. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

PEREIRA, J. C. M. S. ***À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro***. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 2 (3), 1989.

RODRIGUES, J. **O infame comércio**. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Ed. Unicamp, 2005a (2000).

RODRIGUES, J. **De costa a costa**. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005b.

SCHIFFER, M.B. **Behavioral Archaeology**. First principles. Salt Lake City: University of Utah Press, 1995.

SCHIFFER, M.B. Formation Processes of the Historical and Archaeological Records. In: W. David Kingery (ed.). **Learning from Things: method and theory of material culture studies**. Smithsonian Institution Press, 1996.

SILVA, W.G. da. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: Edusp, 2006.

SLENES, R.W. "Malungu, ngoma vem!" África encoberta e descoberta no Brasil. **Cadernos da escravatura**, Luanda, 1995.

SLENES, R.W. **Na senzala uma flor.** As esperanças e recordações na formação da família escrava Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, R.W. The great porpoise-skull strike: central african water spirits and slave identity in early-nineteenth-century Rio de Janeiro. In: **Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SLENES, R.W. **inédito. "Tumult and silence" in Rio de Janeiro, 1848:** a central revitalization cult in the abolition of the Brazilian slave trade. Campinas (versão 2001).

THOMPSON, P. **A voz do passado**. História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, R.F. **Flash of the spirits. African and Afro-American art and philosophy.** Nova Iorque: Vintage Books; 1984 (1983).

THORNTON, J.K. Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundo, de 1500 a 1700. In: Linda M. Heywood (org.), **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

VANSINA, J. **Paths in the Rainforests. Toward a history of political tradition in Equatorial Africa**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1990.

YABETA, D.P. Da comunidade remanescente de quilombo ao tráfico de africanos livres: os processos da Auditoria Geral da Marinha sobre apreensões de recém-desembarcados na Ilha da Marambaia (RJ) – 1850-51 In: MATTOS, H. (Org.). **Diáspora negra e lugares de memória: A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial**, Niterói: EDUFF, 2013.

YABETA, D.P. **Marambaia. História, memória e direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro (c. 1850 – tempo presente)**. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2014.

TEMPUS EDAX, HOMO EDACIOR: EXPLORAÇÕES CIENTÍFICA E ECONÔMICA EM SAMBAQUIS DO BRASIL[1]

Marília Oliveira Calazans[2]

Resumo

Neste artigo, examinamos os traços da exploração caieira informados por uma série de trabalhos de arqueologia em sambaquis, produzidos a partir do século XIX. Os objetivos são dimensionar o patrimônio arqueológico – ainda hoje sob risco – cuja perda iminente os cientistas do século XIX denunciaram por meio de seus textos; além de examinar quais relações estes *homens de sciencia* teriam com a extração de conchas dos sambaquis para a fabricação de cal, nas entrelinhas de seus depoimentos. Como principais resultados, temos uma certa promiscuidade das práticas exploratórias dos sambaquis, fossem arqueológicas ou caieiras. Essa mesma confluência ocorreu no âmbito legal, em que, no século XX, os sambaquis foram circunscritos como jazidas minerais.

Palavras-chave: Sambaqui; arqueologia brasileira; cal; patrimônio.

1 Provérbio latino citado por Conde de la Hure: "O tempo é voraz, o homem ainda mais". Ou, em Victor Hugo, na sua obra *Notre Dame* de Paris [*Corcunda de Notre Dame*, em versão brasileira], "o tempo é cego, o homem é burro". Victor Hugo recorreu ao mesmo provérbio romano evocado pelo Conde, por uma razão semelhante. Em Notre Dame…, a Catedral, a arquitetura da Idade Média e do Antigo Regime são, metaforicamente, personagens principais e sofrem a mesma violência e degeneração que Quasímodo, o corcunda da torre. In: KESSLER, Joan C. Babel and Bastille: architecture as metaphore in Victor Hugo's Notre Dame de Paris. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/40551243?uid=3737664&uid=2134&uid=2484106827&uid=2&uid=70&uid=3&uid=2484106817&uid=60&sid=21104714790017> Acesso em 30 set 2014. Sobre o movimento de restauração dos monumentos franceses atacados pela revolução, em meados do século XIX, ver também: KUHL, Beatriz. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. Revista CPC, São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov 2006/ abr 2007.

2 Doutoranda em Arqueologia no MAE-USP. Técnica no Caaf-Unifesp.

Abstract

This paper examines the traces of lime extraction evidenced by a series of archaeological studies on shell mounds (*sambaquis*) conducted since the 19th century. It aims to assess the scale of this archaeological heritage—still at risk today—whose imminent loss was already reported by 19th-century scientists in their writings. Additionally, it investigates how these scientists were connected to the extraction of shells from shell mounds for lime production, as inferred from their accounts. The findings reveal a significant overlap between archaeological and industrial exploitation practices. This convergence also extended to the legal domain, where, in the 20th century, shell mounds were classified as mineral deposits.

Keywords: Shell mound; Brazilian archaeology; lime; heritage.

> Os costumes da população nova são outros, em vez de construir os *sambaquis* ella os destróe fazendo cal e brevemente delles em vão se procurarão vestigios: restará só o nome (Capanema, 1876, p.88).

Sambaquis são os grandes montes artificiais compostos por restos faunísticos característicos da região litorânea (mariscos, berbigões, conchas e ossos de aves e de pequenos mamíferos) que, acumulados ao longo de milhares de anos, conformaram enormes depósitos, monumentos que serviram de acampamentos ou cemitérios, mas, sobretudo, como marcos paisagísticos para os colonizadores do litoral brasileiro. Esses foram algumas vezes chamados de paleoíndios, pois são anteriores aos povos ceramistas dos quais descendem as comunidades indígenas atuais. As datações mais antigas alcançam os nove mil anos AP (Antes do Presente), embora a maior parte dos sítios concentrem datas que variam entre quatro e dois mil anos AP (Gaspar *et al.*, 2011).

À revelia de seu significado e das informações que esses sítios contêm, os sambaquis parecem condenados a figurar na história e na memória como meras curiosidades de um tempo de barbárie. No seio deste debate, pulsa o próprio conceito de civilização, que serviu e serve de baliza analítica aos estudos sobre o passado, enraizando imagens sobre a pré-história invariavelmente projetadas para sociedades contemporâneas.

Os sambaquis foram um tema persistente, porém marginal na arqueologia brasileira, deflagrando esse controverso binômio: importância/marginalidade. Embora tenham despertado interesse científico (o próprio imperador D. Pedro II acompanhou escavações em São Vicente-SP em 1876)[3] (Prous, 1992, p. 8; Gaspar, 2004, p.12), os sítios sambaquieiros continuaram a ser saqueados, consumidos pela indústria da cal desde o século XVI. Os mais antigos textos que tratam do sambaqui apontam para a identidade indígena relacionada ao sítio, tanto quanto o seu uso para obtenção da cal a partir da queima das conchas. Nossa pesquisa procurou demonstrar, a partir de fontes publicadas nos principais periódicos científicos do século XIX, mas também de outros documentos, artigos e livros, como as pesquisas sobre os sambaquis brasileiros se enquadraram nas produções da arqueologia, em seu período formativo ou institucional (Barreto, 1999). Consideramos que os sítios conchíferos do Brasil afora eram um dos principais temas da arqueologia praticada no Brasil e no mundo.

Todos os autores que escreveram sobre os sambaquis, desde o século XIX, concordam que estes montes sempre foram conhecidos seja por razões topográficas ou por interesses exploratórios. Em casos como os relatos dos padres historiadores, serviram, inclusive, para algumas deduções sobre o modo de vida das populações indígenas. Era reconhecido que os sambaquis fossem resultado de um trabalho humano, tantas vezes com a função de um cemitério, de características bastante particulares. Neste sentido, o que ocorreu em meados do século XIX foi uma apropriação dos sambaquis pela ciência, que enxergou nestes sítios perguntas e respostas que coadunavam com suas preocupações.

O que chamamos de ciência consistiu em um *corpus* de conhecimentos, pessoas e instituições que representou uma das grandes guinadas na história do conhecimento humano no ocidente. No século XIX, período em que muitas disciplinas científicas se estabeleceram, a arqueologia também surgiu na esteira de outras ciências, como a biologia, a geologia e a paleontologia. À sua maneira, incorporou conhecimentos e técnicas à metodologia que responderia suas próprias perguntas sobre o passado humano, cujas pistas estavam guardadas em objetos e esqueletos soterrados, quer pela natureza da passagem do tempo, quer pelo intencional trabalho de grupos humanos ancestrais.

Os sítios concheiros, ocorridos e reconhecidos em diversos pontos do planeta se enquadravam na segunda categoria. Por alguma razão, pessoas que viveram no

3 Este episódio é narrado por Pedro II no volume 16 de seu diário.

litoral ou em áreas de aluvião utilizavam-se de conchas das mais diversas, dentre as disponíveis ou as suas preferidas, para construir montículos, plataformas, ou verdadeiros montes – como o caso dos exuberantes sambaquis do litoral sul do Brasil. Para os círculos europeus de ciência, esses concheiros eram uma importante questão, pois representavam vestígios de antigos habitantes, o povo pré-histórico que habitara aquelas paragens litorâneas (Ferreira; Noelli, 2007; Langer, 2001). O que comiam, como viviam e o que conheciam, eram questões que os *kjoekken-moeddings*, como eram chamados os concheiros dinamarqueses, poderiam ajudar a descobrir. Como testemunhos de um tempo de barbárie, os concheiros eram, exatamente por isso, uma importante evidência da evolução.

Esses intelectuais exportaram para o Brasil a ideia de que as casqueiras das quais diziam os populares seriam uma importante evidência arqueológica. Neste período, pululavam no continente americano de norte a sul expedições em busca de tesouros arqueológicos. No Brasil, que se organizava política e intelectualmente como nação moderna, uma determinada elite, especialmente centrada na capital, tratou de desenvolver o conhecimento histórico do país.

Por trás da narrativa nacionalista, da busca pelo passado grandioso que explicaria a formação de uma nação composta por indígenas dizimados, africanos – e seus descendentes – escravizados e o português invasor, todos em harmonia a dividir um império, esteve também a consolidação do domínio do território. As expedições tinham este duplo caráter: controle do passado e do presente. A história era uma ferramenta indispensável para a constituição do império brasileiro (Ferreira, 2010).

Sob outro ponto de vista, as pesquisas em geografia, história, arqueologia e afins, ao mesmo tempo que recebiam investimentos da coroa, e a suas demandas deveriam responder, também progrediam com certa autonomia, especialmente com a entrada de estrangeiros no país. Tais cientistas chegavam ao Brasil para comprovar, com evidências locais, suas teses. Foi assim com Darwin, Peter Lund, e outros tantos viajantes, naturalistas e cientistas. Lund, o sábio de Lagoa Santa, atraiu a atenção de uma parcela de intelectuais europeus interessada sobre a antiguidade humana. A partir de descobertas na Dinamarca, foi possível revisitar textos um pouco mais antigos, como de Darwin e Agassiz, que apontavam a existência de concheiros em pontos do litoral do Novo Mundo.

Foi o suficiente para que, no último quartel dos oitocentos, grande parte das expedições se voltasse para decifrar os sambaquis. As questões, em geral, pairavam sobre a descrição, formato, conteúdo e topografia. O renovado Museu Nacional,

a partir da gestão transformadora de Ladislau Netto – ele próprio autor de muitos trabalhos – concentrava a maior parte das pesquisas, que também reverberavam no IHGB e, posteriormente, nas outras instituições de ciência, criadas províncias afora. Os autores, desde pontos diversos do país, tinham que trocar informações de suas pesquisas e, tantas vezes, não contavam com mais que a palavra escrita para isso. Aos poucos, percebiam que estavam diante de sítios com importantes diferenças, exceto por uma: foram construídos em um passado desconhecido, por antigos habitantes do Brasil.

É verdade que a ideia do sambaqui como vestígio pré-histórico foi um pressuposto oriundo de dois caminhos distintos: o senso comum, confirmado pelo relato dos jesuítas que descreviam a fonte da cal de suas construções, e, do outro lado do Atlântico, as pesquisas da Europa. Ainda que rondado por hipóteses diluvianas – uma versão científica que a geologia elaborara para o dilúvio universal –, os cientistas, face ao que nomearam com a versão aportuguesada do Tupi, ratificaram a hipótese antrópica com seus pareceres.

Dessa forma, os sambaquis nasceram como fenômeno arqueológico, e sua estrutura e conteúdo impunham à arqueologia a mobilização e elaboração de técnicas e teorias que os decifrassem. É possível pensar em uma dupla gênese, pois a arqueologia, a partir dos concheiros no Brasil e no mundo, se conformava como ciência. Sambaquis e arqueologia, mutuamente se ajustaram a suas concepções modernas e científicas (Calazans, 2016b).

É claro que a excentricidade dos sambaquis também conduziu especialistas a interessantes asserções sobre o passado do território, da fauna e dos seres humanos ancestrais. Os sambaquis foram compreendidos como pontos de demarcação da variação do nível dos mares e oceanos, confirmando a tese preconcebida entre geólogos. Afinal, se os sambaquis eram construídos em áreas litorâneas, fluviais ou lagunares, outra hipótese não explicaria seu afastamento em quilômetros das faixas aquáticas. As espécies de moluscos também eram analisadas e tantas vezes indicavam extinção de espécies, escassez, abundância em outros períodos.

Fosse a partir de uma hipótese arqueológica ou de uma investigação antropológica, os sambaquis também suscitaram especulações sobre a natureza de seus construtores, a começar por sua origem autóctone, ou migratória. De uma forma ou de outra, ao homem do sambaqui, como foram chamados, não foi admitida senão a pecha de primitivo ou bárbaro. Especificamente, três tipos de evidências corroboravam essa tese: primeiro, a rusticidade das ferramentas encontradas em pedra polida,

a ausência de cerâmica e de agricultura. Depois, os dados extraídos das medições cranianas, que confirmaram a suposta pequena capacidade cerebral das populações cujos esqueletos foram extraídos dos sambaquis. Por fim, a inabilidade em edificar suas habitações e monumentos funerários (Calazans, 2016a). Em vez disso, de acordo com aquela visão, o homem dos sambaquis vivia e enterrava seus mortos em meio aos restos de sua alimentação, e essa era talvez a maior prova de seu primitivismo moral e intelectual. Esses três tipos de evidência, conjugados, confirmavam o pressuposto da barbárie que era indefectivelmente projetado às populações indígenas remanescentes no século XIX, sobretudo os Botocudo, representantes do quinhão mais baixo de tal escala evolutiva.

A época de construção dos sambaquis permaneceu um mistério ainda por longas décadas. Os autores do período não conseguiram chegar a um consenso mínimo diante da questão. Enquanto alguns trabalhavam com a hipótese de poucos séculos, outros supuseram alguns milênios, sempre de forma imprecisa, todavia. Essa informação é interessante quando conjugada com nossa primeira asserção sobre o estabelecimento da antiguidade humana e terrestre, dado em meados do século XIX, porque guarda em si a ideia de um fato importante sobre a periodização da história estabelecida naquela época: não é linear e uniforme, no sentido que progride do antigo ao moderno, do passado ao presente, da pré-história aos tempos atuais em todos os lugares. Ao contrário, o tempo histórico segue uma variável espaço-temporal – com licença ao conceito emprestado da física –, isto é, não progride e evolui de maneira homogênea, de forma tal que, qual a viagem no tempo sonhada por físicos e literários, pode-se, a qualquer momento presenciar a pré-história, pulsante em tribos primevas, tal como fora milênios atrás.

A teoria de evolução, aplicada à história, ajudou a sanar esse conflito teórico, e, na interpretação dos autores que estudamos, ajustou as discrepâncias evolutivas em um novo preceito: de que a evolução depende do ambiente, e o evoluído pode regredir, um primitivo pode nunca evoluir ou estacionar em um determinado patamar. A arqueologia desenvolvida no Brasil teve que se desenvolver com base nesses pressupostos. Dessa forma, explicaria uma involução dos artefatos: metal nos povos andinos ancestrais, pedra polida nos sambaquis dos povos degenerados e pedra lascada entre os indígenas contemporâneos, supostamente descendente de todos aqueles. Tal seriação contrariava o sistema das três idades – da pedra polida, lascada e do metal –, que funcionava com certa eficácia na arqueologia europeia.

Outro aspecto que evidenciamos foi a relação entre a exploração industrial e a científica dos sambaquis. Os próprios cientistas nos informam sobre o consumo

predatório dos sambaquis, salientando-o em toda a costa brasileira, e a extinção de diversos sítios. Ocorre que, a exploração arqueológica, mesmo que para fins bastante diversos, também interferia nos sítios de forma irreversível. Isto significa que, para a maior parte dos arqueólogos, a coexistência de suas atividades não era exatamente um impedimento, ao contrário, em depoimentos como os de Peter Lund (no caso da exploração do salitre), Conde de La Hure, Ferreira Penna e Charles Hartt (em relação aos exploradores da cal), pareceram atividades estranhamente complementares.

Sabemos que muitos outros sítios continuaram a ser explorados até o esgotamento completo nas décadas posteriores. É possível que se traga à tona dados por ora perdidos, por meio dos rastros das documentações de propriedades privadas em que havia sambaquis, da atuação dos engenheiros portugueses que atuavam na construção civil na América portuguesa, ou mesmo a documentação comercial referente à produção, circulação e tributação da cal. Esses dados podem fornecer informações para uma cartografia da arqueologia naquele período, entre outros fins.

O que restou dos sambaquis

Pioneirismo científico e destruição do patrimônio. De acordo com a literatura arqueológica do século seguinte, foram esses os principais legados da arqueologia em sambaquis brasileiros no século XIX (Blasis, 2005; Gaspar, 2004; Prous, 1992). São poucos os trabalhos dedicados a considerar e analisar os êxitos da arqueologia dos oitocentos para as práticas científicas posteriores. Entre eles, destacamos os textos de Johnni Langer, Lúcio Ferreira e Francisco Noelli. Esses trabalhos, mais específicos sobre a arqueologia em sambaquis, ainda que breves, são fundamentais para balancear o ponto de vista predominante de que os cientistas do século XIX não teriam ido além do debate sobre a artificialidade ou origem natural dos concheiros da costa brasileira. Ambos compreendem a arqueologia daquele século dentro de um cenário complexo de institucionalização, poder, política e ideologias. Além disso, legitimam os cientistas pioneiros e seu legado. O arrasamento dos sítios sambaquis, sobretudo pela indústria caieira, outro tópico polêmico, apontado desde pelo menos o século XVII pelas histórias narradas pelos padres historiadores (Figura 1), perpassam o *boom* arqueológico do século XIX, e encontram, no século XX, destacados denunciantes, alarmados pelo perigo eminente da destruição dos sítios sambaquieiros e, junto a eles, informações valiosíssimas sobre a ocupação do território brasileiro, ou seja, sobre a "pré-história" brasileira.



Figura 1. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, localizado no antigo Colégio dos Jesuítas, em Salvador. Detalhe das paredes construídas com pedra e argamassa feita com conchas, um exemplo típico da arquitetura colonial. De acordo com Fernão Cardim, "destas cascas [dos mariscos que comiam os índios] fazem cal, e de um só monte se fez parte do Collegio da Bahia, os paços do Governador, e outros muito edifícios e ainda não he exgotado" (Cardim, 1925, p. 141). Imagem disponível em: <http://www.mae.ufba.br>. Acesso em 12 out 2015.

Ainda em 1904, o artigo de autoria do artista e historiador autodidata Benedicto Calixto foi dedicado à defesa da preservação dos sambaquis. Para Calixto, o posicionamento dos cientistas a respeito do valor arqueológico dos sítios seria fundamental para frear a exploração econômica dos sambaquis. "Ora, isto diziamos nós em 1894 ou 95, entretanto, não obstante termos ainda sobre sambaquis a mesma idéa que tinhamos naquella épocha, jamais nos resolveriamos a tratar desse assumpto" (Calixto, 1904, p. 491).

No mesmo volume, Calixto apresentou um mapa da região litoral sul de São Paulo, com mais de vinte dos "principaes sambaquis, hoje destruídos" (Figura 2) (Calixto, 1904, p. 735). O objetivo central do artigo era discutir teses veiculadas na *Revista* de que os sambaquis tinham formação natural, ou não tinham valor pré-histórico. Entretanto, por trás de uma discussão acadêmica, é latente em seu texto

o desejo de que as autoridades científicas legitimassem os sambaquis como sítios pré-históricos, a fim de preservá-los contra a destruição promovida pela indústria caieira: "Nesse clamor aos poderes publicos, fazemos côro com A. Löfgren, H. Von Ihering e outros que tanto se interessam pela questão de conservação dos sambaquis" (Calixto, 1904, p. 504).

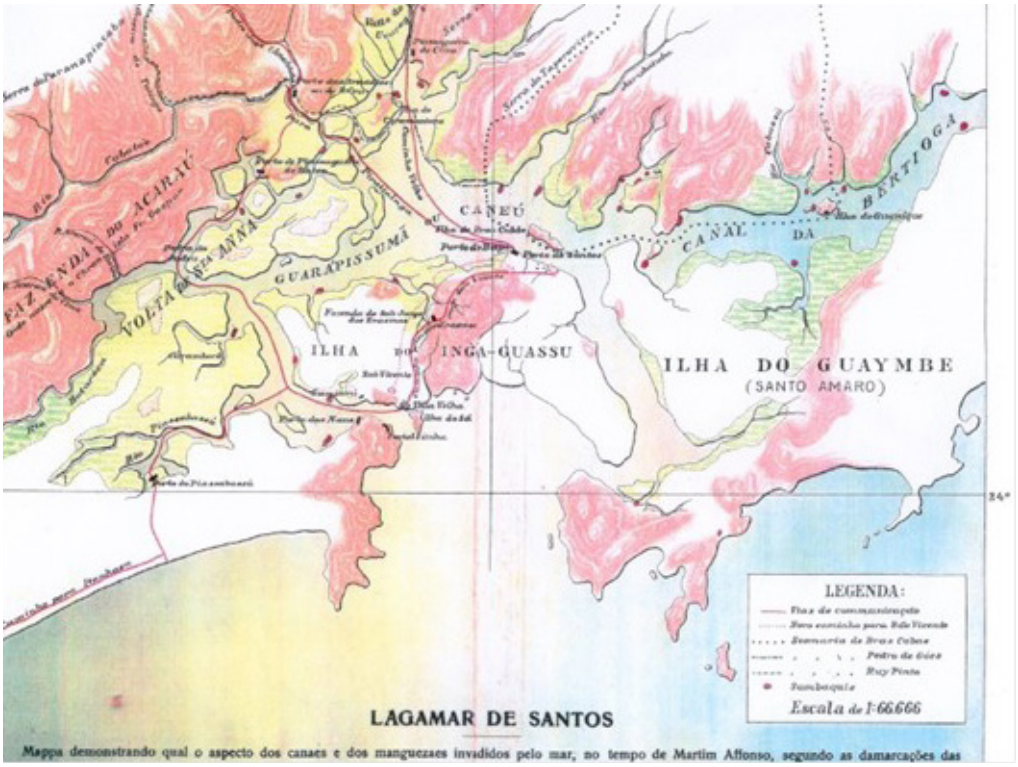


Figura 2. Mapa de Benedicto Calixto, representando parte do litoral paulista. Os pontos vermelhos localizam os sambaquis. In: Calixto, 1904, p. 735

Existe um trabalho de 1938, de autoria de Othon H. Leonardos, todavia, é atribuído o ponto pacífico sobre as origens naturais ou antrópicas dos sambaquis (Leonardos, 1938). *Concheiros naturais e sambaquis*, ainda hoje pode ser considerado o mais audacioso, erudito e completo trabalho sobre estes sítios, mesmo se levarmos em consideração o fato de que foi elaborado antes das datações por carbono, e do que autores qualificam como "período científico" da arqueologia, isto é, pós década de 1950. O fluminense Leonardos era, na verdade, funcionário do departamento nacional de mineralogia. Daí até aventurar-se pelas veredas da arqueologia, pesou o fato dos sambaquis serem jazidas de valor ambíguo no momento, ao mesmo tempo, mina de cal e sítio arqueológico. Estabelecer esta diferenciação, para além do

nominalismo, foi medida que reverberou nos dois mundos, científico e industrial. A partir de então, chamar-se-iam de concheiros, aquelas aglomerações naturais de conchas, ao passo que sambaqui seria o nome reservado aos sítios arqueológicos.

O amparo legal à demanda pela preservação dos sambaquis veio, por sua vez, de maneira indireta e parcial. Primeiro, sob forma do decreto-lei 25/1937, que deu diretrizes ao Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e que patrimonializou "o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (Brasil, 1937). Aqui, pesou o fato da lei exigir um "excepcional valor arqueológico", fator que, em se tratando de sambaquis, era um tema ainda controverso.

O Decreto-Lei nº 1985, de 29 de março de 1940, conhecido como "Código de Minas", que "define os direitos sobre as jazidas e minas, estabelece o regime do seu aproveitamento e regula a intervenção do Estado na indústria de mineração, bem como a fiscalização das empresas que utilizam matéria prima mineral", regulamentou a exploração dos sambaquis, reconhecidos como jazidas minerais. De maneira controversa, a mesma ótica que submeteu os sambaquis à exploração industrial os colocou sob domínio da lei. Evidentemente, essa lei esteve contextualizada em um projeto mais amplo, qual seja, o projeto de desenvolvimento nacional do Estado Novo, mais do que em um plano de preservação do patrimônio arqueológico do país.

Dois anos depois, ainda durante o governo Vargas, um novo Decreto-Lein°4146, de 04 de março de 1942, promulgou os depósitos fossilíferos como propriedades do Estado, e que as intervenções para quaisquer fins dependeriam de autorização emitida pelo Ministério da Agricultura. Esse decreto também conferiu certa autonomia às explorações de fins científicos e acadêmicos: "Independem dessa autorização e fiscalização as explorações de depósitos fossilíferos feitas por museus nacionais e estaduais, e estabelecimentos oficiais congêneres".

A primeira vez que os sambaquis foram mencionados diretamente pela legislação nacional foi em 1961, com a Lei n°3924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre "monumentos arqueológicos e pré-históricos". Nesse decreto, os sambaquis são definidos como monumentos arqueológicos, como vestígios de cultura paleoameríndia. São definidos também a proibição de sua destruição ou mutilação, o direito à pesquisa sob anuência da União e sua exploração prevista pelo Código de Minas, desde que com autorização do Sphan.Evidentemente, tais normativas, postas em

perspectiva histórica, ocultam a grande mobilização intelectual voltada à causa da preservação dos sambaquis durante as décadas anteriores, da qual Paulo Duarte foi, sem dúvidas, seu maior expoente. A existência de tais leis por si tampouco garante qualquer preservação patrimonial.

Sendo queixa unânime entre arqueólogos hodiernos o prejuízo causado pela exploração industrial dos sambaquis, dedicamos as páginas seguintes à análise de como a arqueologia do século XIX administrou a destruição dos sambaquis neste período de consolidação dos sítios como fatos de relevância científica.

O caminho das conchas

Sob um determinado ponto de vista arqueológico, os objetos têm vida própria. Nesse sentido, um arqueólogo pode ser também um biógrafo das coisas. Artefatos são confeccionados por pessoas, refletem suas necessidades e habilidades. Entretanto, são tão dependentes de seres humanos quanto esses são dependentes de suas coisas. Tal premissa teórica, elaborada na segunda metade do século XX por arqueólogos como Michael Schiffer e Ian Hodder, permite-nos enxergar tanto sambaquis como casas coloniais de alvenaria como um complexo arqueológico, partes de um mesmo processo, no caso, a trajetória de vida de uma série de conchas, vistas como artefato.

Sambaquis e as casas coloniais, sob esta perspectiva, não podem ser desassociados, pois o próprio material constitutivo entrelaça os dois feitos do gênio humano. Tampouco a exploração econômica e científica dos sambaquis são universos apartados. Ao contrário, os documentos da arqueologia podem ser fontes preciosas para compreender essa indústria. Supomos também que a via inversa, o uso de documentos comerciais também seja válido para a compreensão da atividade arqueológica no século XIX. Propomos uma tentativa de acompanhar a trajetória da primeira.

A exploração caieira pelos textos da arqueologia

No Brasil, desde o século XVI, as conchas e ossos extraídos dos sambaquis consistem em uma das principais matérias-primas da arquitetura colonial, para a elaboração de cal e argamassa, conforme apontam os diversos documentos que trabalhamos. O consumo dos sambaquis como fonte para a construção civil durante séculos demonstra a relevância que tais ostreiras possuíam para a administração colonial. Por isso, é comum que alguns sambaquis atuais estejam associados na paisagem a

fornos construídos para a queima das conchas e ossos. A dimensão dessa exploração, isto é, quantos sítios foram esgotados, contudo, não podemos saber.

A indolência da qual os indígenas foram acusados foi respondida pela insensibilidade da engenharia e arquitetura do período: moer ossos para construir igrejas! Embora a cal não fosse obtida exclusivamente a partir das conchas dos sambaquis – usava-se também conchas marinhas de bancos naturais e, mais tarde, de pedras calcárias, sobretudo nos interiores do país – a exploração destes sítios perpassou leis de proteção e continua no século XXI, a despeito de monumentais esforços de preservação[4].Apesar das descrições, não é possível saber quais são os sambaquis mencionados pelos trabalhos dos autores do XIX. Tais informações seriam importante contribuição para o estudo dessas relações intersítios.

Santa Catarina

Os oito concheiros descritos por Conde de la Hure, no litoral norte da província de Santa Catarina, foram relacionados como propriedades particulares e locais de exploração da cal. Por esta mesma razão, o Conde escreveu em 1865 para o IHGB, solicitando verba para que pudesse indenizar os proprietários dos sambaquis (De La Hure, 1985a). Sobre o sítio *B*, localizado nos entornos do Lago Saguassu, o Conde afirmou:

> A altura atual deste concheiro é de 3 metros, mas deve ter sido muito mais elevado, os empréstimos que foram feitos para a fabricação de cal e para outros usos diminuíram consideravelmente as dimensões. […] As marcas do fogo são profundas e tal era o ardor em certos pontos que as conchas estão reduzidas à cal em uma espessura de dois centímetros (De La Hure, 1985b).

Apesar das marcas da exploração, o "prestativo proprietário" M. Francisco de Souza, permitiu, segundo De la Hure, que fossem feitas as pesquisas que julgasse úteis. O mesmo proprietário conduziu o Conde a outro concheiro, localizado em um monte chamado de Montão de Trigo, margem direita do braço de mar São Francisco do Sul, denominado em suas notas pela letra *C*. O sítio *C*, segundo consta, pertenceu a muitos proprietários que, durante mais de duzentos anos extraíram

4 CAL. In: CORONA; LEMOS. Dicionário da Arquitetura brasileira. São Paulo: Edart, 1972, p. 96-97.

parte considerável do sambaqui, para fazer "toda a cal necessária à Vila de São Francisco do Sul" e a diversos pontos da costa. Naquela época, o autor registrou sua altura de 45 a 50 metros, e circunferência de "pelo menos 500 jards" (Figura 3).

Tempus edax, homo edacior[5], lastima De la Hure. No concheiro *D,* de propriedade de M. Manoel dos Santos, situado à margem esquerda do Rio Velho também havia marcas de exploração para o fabrico de cal. Ainda assim o missivista registrou altura de 18 metros e 128 [...] de circunferência. Charles Wiener, que, em 1876, fez parte da expedição que informou ao Museu Nacional sobre sambaquis de Santa Catarina, em uma região cem quilômetros mais ao sul em relação à do trabalho do Conde de la Hure, também constatou grandes sambaquis em estado de exploração pela indústria caieira. Segundo o autor, a região se ocupava dos sambaquis "antes pelo lado industrial do que pelo scientifico". Em carta introdutória, dirigida ao diretor do Museu, Ladislao Netto, lamentou: "Saint-Hilaire, Burton e Agassiz mencionaram-nos, e[...] Deixáram infelizmente aos seus successores o cuidado de estudar monumentos que a industria explora todos os dias e que desapparecem sem deixar vestígios" (Wiener, 1876, p. 3).



Figura 3. Vista da lateral da igreja matriz de São Francisco do Sul-SC. Conde de La Hure informou que toda a cal que abasteceu a vila foi obtida a partir dos sambaquis do litoral norte da província. Foto capturada do site da prefeitura do município. <http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/>.

5 "O tempo é voraz, o homem é ainda mais". Cf. nota introdutória deste texto.

O do rio Tavares, "tendo sido em grande parte explorado por fabricantes de cal não apresentava mais contorno algum; não nos foi possivel levantar o plano d'este sambaqui, nem obter uma secção vertical que nos satisfizesse". Outros dois, *segundo* e *terceiro*, estavam intactos ainda. Wiener também testemunhou "enormes casqueiros", de *Sanhassu* e de *Cachoeira* em exploração.

> Nosso companheiro de viagem o sr. Carlos Schreiner encontrou no Saco dos Limões, perto do Desterro, um homem chamado Severino Martins que fornecia á sua freguezia toda a cal de que ella precizava. Elle pescava a birbigôa de que, em parte, se nutria a sua família, e do producto da cal a que reduzia a casca, provia as suas despezas. Ora se um homem póde reunir tão consideravel quantidade de moluscos, que muito é que uma tribu forme montanhas como a de que falla o sr. de La Hure ou series de colinas como as de S. Paulo (Wiener, 1876, p. 17).

Pará



Figura 4. Fortaleza de Óbidos, citada por Penna e Hartt como um dos destinos da cal obtida a partir dos sambaquis. Ao fundo, o rio Amazonas.

In: Iphan/PA. Caixa 259. ARQ.01.MOV.01.EST.07.PRA.01.POS.06, set 1985.

O trabalho de Ferreira Penna sobre os sambaquis do Pará, publicado na *Archivos* no ano de 1877, também mencionou a exploração da cal oriunda das conchas dos sambaquis. A exploração arqueológica, que resultou na publicação da *Breve notícia…*, tinha a importante missão de estudar a composição das minas de sernamby do Pará, a partir da perspectiva antropológica que estava sendo elaborada

pelos intelectuais do Museu Nacional. Todavia, a expedição já começou por uma surpresa. Depois de perder seis dias no mar, o pequeno grupo liderado por Ferreira Penna soube que "não existe Sambaqui algum nas visinhanças daquella povoaçao [Salinas]" (Penna, 1876, p. 84). Ocorreu, na verdade, que as informações obtidas por relatos escritos e orais levaram à constatação que, já ao final da década de 1870, os sambaquis paraenses estavam reduzidos em quantidade e em tamanho, devido à exploração industrial. Ferreira Penna, em esforço para gerar registro e informações aos "homens scientificos", "futuros exploradores" e "poupar-lhes muitos dos embaraços e decepções" assim os descreveu.

O sambaqui *Mina de Apicuns*, ao pé da boca de um pequeno igarapé, que entra na margem direita do Araripó e sobre terreno pedregoso, formava uma espécie de ilha. Apontado como "completamente exhausto e ha já muito tempo abandonado pelos exportadores de conchas; as que restam d'estas estão misturadas com terra preta, pedras e fortemente incrustadas" (Penna, 1876, p. 87-88). *Mina de Tijolo*, como era conhecido um sambaqui situado em "uma pequena ilha do Furo que communica o rio Inajá com o Pirabas" estava já completamente extinto. Assim como o sambaqui *Mina de S. João*, em terra firme, "á margem direita do Igarapé *Axindêua* e quasi na juncção deste com o rio Pirabas" (Penna, 1876, p. 86). A transformação do sítio também foi descrita por Ferreira Penna: "Sobre elle e á custa délle se elevou, ha 2 annos, a pequena povoação de S. João, composta de uma capellinha e de 12 casas, em grande parte dispersas e algumas fóra da área do Sambaqui". Na outra margem do Axindêua, pertencente a um particular que possuía uma casa perto dali, o autor descreveu um sambaqui sobre uma "collina pedregosa e muito arvorejada, que se eleva cerca de 15 metros acima do nivel do rio". Era o sambaqui Mina do Vianna, "muito perturbado", mas sem descrição de atividade caieira (Penna, 1876, p. 89). O sambaqui *Mina da Coroa-Nova*, no centro da ilha que fica entre os rios Guapirica e Pirabas, classificado como de "dominio publico, e como tal tem sido e continua ainda a ser explorada [a mina] e arrasada pelos carregadores de Sernamby".

> Segundo o testemunho de pessoas conspicuas, este Sambaqui formava uma collina tão alta que dominava as mais altas arvores da ilha, e da sua summidade se avistava perfeitamente o mar e os dois rios vizinhos; agora seu horizonte circumscreve-se aos troncos de Mangue, e sua altura sobre o nivel do Igarapé que alli vae ter, não excede 6 metros (Penna, 1876, p. 89).

Outro sambaqui, a *Mina do Capitão Clarindo*, no meio da Ilha do Marinheiro, era explorado por seu proprietário, o Capitão Clarindo Pinheiro "que tem alli casa e um bom forno onde prepara a cal de que se suppre a Cidade de Bragança" (Penna, 1876, p. 90). Segundo o autor, os sambaquis fluviais, do interior da província, estavam ainda mais arrasados que os da costa marítima: "apparecem tambem em muitos pontos do interior [...], principalmente á beira do Lago Grande das Campinas, perto da Costa meridional do Amazonas, quasi em frente de Obidos, e nas vizinhanças da costa occidental do Tocantins, em differentes districtos da Cidade de Cametá.". Destes, Ferreira Penna visitou dois, os sambaquis de *Curuça*, (perto da cidade) e o de *Jassapetuba* (ao norte de Cametá dez milhas distante) "Explorados ha muito mais de um seculo e arrasados pelos fabricantes de cal, os dous Sambaquis estão ainda mais destruidos do que os da costa maritima; nem um d'elles se eleva hoje sensivelmente acima do terreno circumvisinho" (Penna, 1876, p. 91). Tais recortes destacados do *Breve notícia…* de Ferreira Penna nos permitem afirmar que apesar de encontrar os sambaquis em estado de exploração ou mesmo de extinção, o autor não tratou em momento algum esta constatação com pesar, tampouco, ao longo do texto, reclamou a interseção de autoridades para impedir a exploração das conchas dos sambaquis. Ao contrário, o autor tratou com naturalidade a empresa industrial nas minas paraenses.

A exploração da cal das conchas oriundas dos sambaquis, aliás, é referida por um texto do século XVIII usado como referência por Penna: "Entre a Villa Viçosa (atual cidade de Cametá) e o canal do Limoeiro se acham dilatadas minas de Bribigões e as conchas marinhas a que dão o nome de *Sernamby*, de que a faz consideravel quantidade de cal, que é outro ramo do commercio d'aquella villa" (Noronha, 1856)[6]. A referência do Arcipreste Dr Noronha levou Ferreira Penna à conclusão de que os sambaquis já estariam bastante reduzidos em relação ao que teriam sido dois séculos antes (Penna estimou a idade dos sítios em duzentos ou trezentos anos, concordando com a tese de Wiener sobre os concheiros de Santa Catarina), em consequência da exploração que supriu as demandas das fábricas de cal da capital. O negócio da cal mostrou-se rentável, de acordo com a aproximação calculada pelo autor:

> Contei 8 barcos nos rios Pirabas e Juapirica, occupados em carregar Sernamby, e fui informado de que mais 4 tinham partido carregados para a capital. O maior desses barcos tem capacidade para 600 alqueires de Sernamby e o menor não carrega mais de 60.

6 No mesmo texto, há uma nota de Ferreira Penna: "As conchas não são marinhas, mas sim fluviaes, havendo muitas terrestres".

O Sernamby posto na fabrica é pago a 500 rs por alqueire e cada barco, tiradas as despezas, deixa ao dono o lucro liquido de 10 a 30$000, em cada viagem, não entrando na conta os juros do capital empregado e a despeza de reparos e de conservação do navio (Penna, 1876, p. 93).

João Batista de Lacerda, o antropólogo que elaborou o primeiro artigo antropológico específico sobre sambaquis, afirmou os distúrbios causados pela exploração econômica, que modificou as formas originais dos sítios e sua estratigrafia.

> Infelizmente, essas explorações industriaes contribuiram não pouco para modificar a fórma primitiva d'essas collinas artificiaes, perturbando o natural arranjo das suas camadas componentes e d'esta sorte difficultaram as explorações scientificas que mais tarde se fizeram. D'ellas, um pequeno numero, porém, pôde escapar a essa brutal devastação, conservando intactos os seus moldes primitivos (Lacerda, 1885, p. 177-178).

Os sambaquis estavam em estado tão vulnerável que, quando o professor Charles Hartt visitou outros sítios paraenses, menos de uma década após a investida de Ferreira Penna, encontrou-os também devastados, como descreveu em sua publicação da *Archivos* em 1886. O forte de Óbidos (Figura 4), constatou, teve sua cal oriunda toda de um sambaqui "situado no logar chamado Mondongo, no lado occidental do rio Trombetas".

> Fragmentos de louça e uns poucos de ossos humanos foram encontrados em outros sambaquis. Pessoas fidedignas informaram que ha annos foram encontrados no sambaqui da Corôa Nova dous esqueletos humanos, de bruços, ao lado um do outro e muito juntos. N'um outro sambaqui foi encontrado em 1875 um esqueleto humano inteiro, dentro de um grosseiro vaso de barro que estava soterrado entre as conchas. No mesmo sambaqui foram encontrados ultimamente ossos que dizem ser de dimensões extraordinárias" (Hartt, 1885, p. 6).

Paraná

Herman von Ihering identificou no rio Boguaçu, bacia de Paranaguá, a cinco quilômetros de distância da praia, dois sambaquis, um que denominou *grande* e outro, menor, *do Teodolico*. Sobre aquele, afirmou: "O sambaqui grande porém é

utilizado para a fabricação de cal, e será, para este fim, rendoso por muito tempo, pois que seu volume total foi calculado em nada menos de 750 000 m. cub., achando-se o serviço em andamento ha 8 meses" (Von Ihering, 1903, p. 449).

São Paulo

> "Destas conchas dos mariscos que comêraõ os Indios, se tem feito toda a cal dos edifícios desta Capitania desde o tempo da fundação até agora, e tarde se acabaráõ as Ostreiras de Santos, S. Vicente, Conceiçaõ, Iguape, Cananéa" (Madre De Deus, 1797, p. 20).



Figura 5. Alicerce da Casa Martim Afonso, ou Sítio Bacharel, em São Vicente – SP. A edificação colonial foi construída sobre um sambaqui datado de 3000 AP. (cf. Esteves; Gonzalez, 2013, p. 51).

O texto de cunho científico mais antigo dentre os que trabalhamos, que documenta a exploração da cal nos casqueiros do litoral paulista foi da breve notícia de Richard Burton, publicado em 1866, na revista da *Anthropological Society of London*. Otimista, Burton descreveu, observando os mesmos sambaquis que, anos depois, impressionariam Loefgren, que:

> Of these kjökken-möddings there are in Santos Bay about twenty, besides many down the coast at Iguapa, Cauanen, and their maritime hauts southwards. Some are of great size. On December 3rd, in company with Senor Juan Baptista da Silva Bueno, and Messrs. Glennie and Miller of this city, I visited a deposit in the 'Ilha de Casceiro,' to the north-west of Santos. It contains three mounds, one of which is about 200 feet high, and about 2800 feet each way. The oysters in question form a conglomeration (of which a specimen is forwarded) in blocks which reach a ton weight. They have supplied the country with lime for the last three centuries, and will yet last for a long time[7].

Carl Rath documentou o consumo da cal obtida dos sambaquis em seu texto publicado na revista do IHGB. Fê-lo a partir do texto clássico de Frei Madre de Deus, mas suas palavras revelam uma dura postura que condena a prática exploratória dos colonos:

> O próprio brasileiro (santista) Fr. Gaspar da Madre de Deus, apezar de tudo, descreve-os melhor que todos os viajantes e naturalistas estrangeiros até hoje, porque os mesmos portuguezes conquistadores d'esta terra não dizem palavra alguma sobre estes montes de ostras e berbigões, que elles mesmos destruiram desde o começo de sua chegada n'este paiz, para com isso fazer cal para seus edifícios e castelos primitivos (RATH, 1871, p. 291). O extenso trabalho de Albert Loefgren, de 1893, teve declarado o objetivo de registrar a existência destes sítios, em iminente desaparecimento: "O fim que visa é apenas o da utilidade a futuros investigadores que desses estudos fazem especialidade; porque, [...] existem fundados receios

7 Destes kjoekkenmoeddings que há na Baía de Santos, perto de vinte, muitos descendo a costa em Iguape, Cananeia e suas ilhas sul afora. Alguns são de tamanho grande. Em 3 de dezembro, em companhia do Senhor Juan Baptista da Silva Bueno, Srta. Glennie e Miller, desta cidade, visitei um depósito na "Ilha do Casqueiro" ao noroeste de Santos. Ele contém três mounds, um deles de mais ou menos 200 pés de altura e cerca de 2800 pés cada lado. As ostras em questão formam uma conglomeração (de cuja espécie é enviada) em blocos que alcançam uma tonelada. Elas têm suprido a região com cal pelos últimos três séculos, e ainda vão durar muito tempo. Tradução livre. Burton, 1866, p. cxciv.

> para acreditar-se num breve desaparecimento dos sambaquis que ainda perduram, visto não existirem de muitos sinão a tradição".

A extinção de conchas de sambaquis aparece em todos os quatro centros categorizados por Loefgren, por exemplo, o da ilha do Casqueiro, no rio de mesmo nome, perto da cidade de Santos. Sua descrição é bastante vívida.

> Quando pela primeira vez atravessámos o braço de mar que separa a ilha de S. Vicente da terra firme, no mez de Maio de 1875, passámos perto da ilha do "Casqueiro". N'essa época havia alli muita vida. Um numeroso grupo de trabalhadores lá se movia em plena atividade, revolvendo a superfície e enchendo carrocinhas que desciam até beira-mar, ao pé de uns fornos que deitavam espessas nuvens de fumaça e onde umas lanchas chatas recebiam carregamento de sacos cheios.
>
> Admirados deste movimento industrial numa ilha pequena, perguntámos ao nosso companheiro: "que estabelecimento é aquelle"?
>
> É uma fabrica de cal", esclareceu-nos ele.
>
> "De cal"? replicámos, "esta ilha é então formada de uma rocha calcarea"?
>
> "Não", respondeu, "extraem a cal das cascas de ostras de um grande sambaqui que cobre quase toda a ilha" (Loefgren, 1893, p. 13).

A exceção de lugares inacessíveis, "onde o difícil transporte não compensa o trabalho", como um dos sambaquis do rio Preto (quarto centro) (Loefgren, 1893, p. 15), denunciou Loefgren, grande parte dos sambaquis já estavam destruídos, especialmente pelo surto de desenvolvimento que São Paulo experimentava com as riquezas produzidas a partir da produção do café. Para além da Ilha do Casqueiro, Loefgren ainda documentou exploração da cal em outros pontos da Ilha de São Vicente, como no canal de Santos, de cujos 24 sambaquis, 7 foram registrados pelo autor como "completamente extinctos", sabidamente o de nome *Itapema* (Loefgren, 1893, p, 23). Na Ilha de Santo Amaro, o sambaqui chamado de *Guayuba*, foi assim descrito:

> Cobre este sambaqui uma camada de excelente terra vegetal de 38 centimetros de espessura, termo médio. Nesta camada foram encontrados vários cacos de telhas e de pratos de louça antiga portuguesa. A presença destes objetos, relativamente modernos, é sem duvida devida ao estabele-

> cimento de algum rancho para descanço dos trabalhadores ocupados na extracção das cascas para a fabrica de cal, da qual ainda existem vestígios a cerca de 200 metros de distancia, na encosta do morro do lado de Oeste (Loefgren, 1893, p. 26).

Os sambaquis da Ilha do Cardoso e Cananéia, onde havia maior concentração de sítios, também perpassam os registros do autor. "Indicaram-nos ahi 16 sambaquis, quase todos já desaparecidos, com exceção de 5 que são: 2 no rio Mosquiteiro, 2 no Guaraú e um no centro da ilha" (Loefgren, 1893, p. 38). Depois, "[...] Nesta ultima parte contam-se mais de 40 sambaquis, muitos dos quaes, porém, já se acham completamente arrasados, tendo sido o seu conteúdo aproveitado para a fabricação de cal" (loefgren, 1893, p. 34). E, na própria vila de Cananéia: "Mais da metade deste sambaqui já foi extrahida para o fabrico da cal; porém essa exploração parece hoje acabada" (Loefgren, 1893, p. 45). Todavia, não era apenas a indústria caieira a responsável pela exploração econômica dos sítios. O enorme sambaqui de Vila Nova, no quarto centro, descrito por Loefgren a partir de relato de moradores locais como tendo alcançado 100000 m^3, assim relatou:

> Todo o sambaqui está coberto por uma camada de terra vegetal de 0,1 a 0,3 m. de espessura, sobre a qual já se tinha desenvolvido então uma rica vegetação de matta virgem. Esta hoje está substituída pelas hortas dos moradores que ahi encontraram um solo ubérrimo para suas plantações caseiras, tirando ao mesmo tempo bom proveito das conchas que lhes forneciam um lucro fácil e certo pelo fabrico do cal.

Esta indústria já floresce há mais de 12 annos, a custa dos depósitos deste importante sambaqui; porém ainda não conseguiram diminuir o seu volume sinão em uma oitava parte; e insto ainda assim é uma perda sensível para a sciencia pátria (Loefgren, 1893, p. 35).

Artefatos de pedra também foram aproveitados por moradores da região, na construção de suas casas. Para Loefgren, isso demonstrou estima pelos objetos talhados pelos povos construtores dos sambaquis.

> Acharam-se nestes sambaquis muitas pedras trabalhadas que foram quebradas e utilizadas para assentarem-se os fundamentos e os muros de uma casa que existe alli, e onde ainda se pode admirar esta prova de quanto eram estimados esses infelizes restos de uma civilisação primitiva. A falta de pedras nas proximidades do logar não deixa de ser um atenuante para este sacrilégio inconsciente (Loefgren, 1893, p. 36).

A dimensão pedagógica da pré-história

Os autores que lamentavam a destruição dos sambaquis, faziam-no por encararem estes sítios como elementos cruciais para desvendar questões científicas. Por outro lado, compreendiam que o conhecimento da pré-história, do passado primitivo de um povo e de um território corresponderiam diretamente ao tão almejado desenvolvimento e ilustração da nação brasileira. Conde de la Hure, nesse sentido, figurou entre os mais românticos paladinos da pré-história, apesar de seu ceticismo em relação aos romances da literatura.

> Vasto é o campo da ciência, e nem todos podem entrar nela sem risco de transvio. [...] Para fazer uma ideia da sua importância, seria preciso que o leitor descesse os últimos degraus da civilização, até aos povos primitivos, que ainda se pode estudar neste país, até os selvagens, para dar-lhes o nome próprio, cuja miserável existência atesta a ausência completa de noções econômicas. É aplicando este escalão do estado selvagem às sociedades civilizadas, e mostrando os pontos de contato que infelizmente ainda existem entre esses dois extremos, que se conhece melhor o que falta a estas últimas. [...] Agora voltemos os nossos olhos para a sociedade no seio da qual vivemos. Acompanhemo-la nos períodos que ela atravessou desde a infância até a maturidade, que é o seu estado atual, [...]. As pessoas que, em matéria de história, só conhecem a dos personagens que vivem na imaginação dos romancistas, e que acham entretanto interesse nessas existências fantásticas, essas pessoas, profetizo-lhes eu, hão de interessar-se mais por personagens reais que, no fim das contas, são os seus antepassados, e a história por demais dramática das gerações que nos precederam na via do progresso. [...] O atrativo dos estudos históricos nada é comparado à sua imensa utilidade. Porquanto a história é o resumo da experiência dos séculos, e há nada que possa valer e substituir a experiência? É porque os povos e os governos recorrem raramente a essa fonte que os vemos girar eternamente no círculo dos mesmos erros; e os que souberam evitá-los, ao menos em parte, e levantar-se acima dos outros, são exatamente os que aproveitaram as lições do passado. Pelo contrário, os povos cujo nível social parece sujeito a uma lei fatal de estagnação, de servidão, nos imensos continentes da Ásia e da África, são os povos cuja história é mal ou incompletamente escrita, ou que nem mesmo têm história (Rouanet, 2009, p. 409-410).

A missiva do conde é exemplar sobre a estreita relação ciência e política, e, especificamente, arqueologia e o projeto imperial, que se delineou no Brasil no Segundo Reinado. Este mesmo projeto, no entanto, era dotado de nuances diversas. Por um lado, havia a prática científica que produzia resultados que reforçavam o domínio territorial do Império, que reafirmavam a superioridade racial dos grupos no poder sobre a população indígena, a escravizada, as populações mestiças e marginalizadas, e cuja ideologia se estendeu até o período republicano. Sob outro ponto de vista, há em textos como do Conde de La Hure, o desejo de que os resultados da ciência sejam divulgados, sirvam de ferramentas de ilustração e emancipação de povos subjugados. Este é um caráter dos textos de ciência que pode ser mais explorado em investigações futuras.

Apesar do amparo legal, que já existe desde há algumas décadas, não é apenas o conhecimento sobre a ciência e sobre nosso passado que está em risco. É o próprio registro arqueológico. Em diversos pontos do país, existe desconhecimento sobre este patrimônio arqueológico, dentro e fora das universidades. A perda de cada sambaqui implica na irrecuperável eliminação da única fonte de informação que nos restou sobre os primeiros habitantes do litoral brasileiro.

Agradecimentos

Agradeço a Francisco Assis de Queiroz, que orientou a pesquisa de mestrado originária deste trabalho, e a Paulo De Blasis, pela incursão no mundo dos sambaquis. A gratidão se estende a Celma Pinto, Francisco Torres, Maria Aparecida dos Santos, Marildo Passerani, Rubens Brito, Welington Borges, a cada artista do Coletivo 302 e a todas as pessoas engajadas na pesquisa, difusão e preservação do patrimônio histórico e arqueológico de nossa cidade, Cubatão.

Referências bibliográficas

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, n. 44, p. 32-51, 1999.

BLASIS, P. **Os sambaquis vistos através de um sambaqui**. Monografia (Livre Docência em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 138 f, 2005.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1985, de 29 de março de 1940**. Código de Minas de 1940. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111067/codigo-de-minas-de-1940-decreto-lei 1985-40>. Acesso em: 19 jun 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 19 jun 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº4146, de 04 de março de 1942**. Dispõe sobre a proteção de depósitos fossilíferos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4146.htm> Acesso em 13 maio 2015.

BURTON, R. F. On a kjokkenmodding of Santos, Brazil. **Journal of the Anthropological Society of London,** Londres, vol. 4, p. Cxciii-cxciv, 1866.

CALAZANS, M. O. Arqueologia, craniometria e inteligência: notas a partir das escavações no Brasil dos oitocentos. **Khronos**, n. 2, p. 34-49, 2016a.

CALAZANS, M. O. **Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016b.

CALIXTO, B. Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaen e de Santos. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, vol. VI, pp. 490-518, 1904.

CAPANEMA, G. S. **Os Sambaquis.** Ensaios de sciencia por diversos amadores, vol I. Rio de Janeiro, Brown & Evaristo, Editores, 1876.

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil.** Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia., 1925.

CORONA; LEMOS. **Dicionário da Arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

DE LA HURE, Conde. **Considérations sommaires sua l'origine des amas de coquillages de la côte du Brésil.** Dona Francisca. 1865b. IHGB, Lata 15, doc 9.

DE LA HURE, Conde. **Ilmo e Excmo Sr Visconde.** IHGB, lata 311, doc 9. Rio de Janeiro, 1865a.

DUARTE, P. **O sambaqui:** visto através de alguns sambaquis. São Paulo: IPH--USP, 1968.

ESTEVES, E; GONZALEZ, M. Casa Martim Afonso: Edificação Histórica, sítio arqueológico e acervo em um único espaço físico a serviço da comunidade. **Humanitas**, Santos-SP, vol. 1, ano 2, pp. 45-53, 2013.

FERREIRA, L. M. **Território primitivo:** A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FERREIRA, L. M.; NOELLI, F. Richard Francis Burton, os sambaquis e a Arqueologia no Brasil Imperial (Com tradução de textos de Burton). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 17, p. 149-168, 2007.

GASPAR, M. D. **Sambaqui:** arqueologia do litoral brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

HARTT, C. Contribuições para a ethnologia do valle do Amazonas. **Archivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 6, p. 1- 174, 1885.

KESSLER, J. C. *Babel and Bastille*: architecture as metaphore in Victor Hugo's Notre Dame de Paris. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/40551243?uid=3737664&uid=2134&uid=2484106827&uid=2&uid=70&uid=3&uid=2484106817&uid=60&sid=21104714790017>. Acesso em 30 set 2014.

KUHL, B. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov 2006/ abr 2007.

LACERDA, J. B. O homem dos sambaquis. **Archivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, vol.6, p. 175-202, 1885.

LANGER, J. Os sambaquis e o império: Escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 11, 2001.

LEONARDOS, O. H. **Concheiros Naturais e Sambaquis**. Avulso n. 37. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1938.

LOEFGREN, A. Os Sambaquis de São Paulo. **Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo**, n. 9, p. 1-54, 1893.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**. Lisboa: Typografia da Academia, 1797.

MORO-ABADÍA, O. **Arqueología préhistorica e historia de la ciencia**. Hacia uma historia crítica de la arqueologia. Barcelona: Bellaterra Arqueología, 2007.

NORONHA, J. M. Roteiro de Viagem da cidade do Pará aos ultimos dominios portugueses no Amazonas. Colleção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações ultramarinas. Vol 6. Lisboa, 1856. In: PENNA, D. S. F. Apontamentos sobre os Ceramios do Pará (carta ao Sr. Dr. Ladisláu Netto). **Archivos do Museu Nacional**, vol. 2, 1877.

PENNA, D. S. F. Apontamentos sobre os Ceramios do Pará (carta ao Sr. Dr. Ladisláu Netto). **Archivos do Museu Nacional**, vol. 2, pp. 47-71, 1877.

PENNA, D. S. F. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. **Archivos do Museu Nacional**, vol. 1, 1876.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

RATH, C. Noticia Ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, em como o seu interior antes do dilúvio universal. **Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo XXXIV, pp. 287-292, 1871.

ROUANET, S (Coord.). **Correspondência de Machado de Assis**. Tomo II, 1870-1889. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

SCHIFFER, M. B. **Behavioral Archaeology:** Principles and practice. London: Equinox, 2010.

SILVERMAN, H; ISBELL, W. **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008.

VON IHERING, H. A origem dos sambaquis. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, vol. VIII, p. 446-457, 1903.

WIENER, C. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil. **Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, vol.1, p. 1-20, 1876.

MARIETA E JOSEFA NO PRÉDIO DA LOUCURA: UMA ARQUEOLOGIA DOS ESPAÇOS MANICOMIAIS[1]

Juliana Brandão[2]

Resumo

A partir de fontes documentais e materiais, conheci Marieta e Josefa: duas meninas que acredito terem tido suas vidas entrelaçadas no Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (Belo Horizonte – MG). Suas histórias, aqui (re)construídas por mim de forma livre, nos guiarão pelo hospital criado em 1947, o qual recebeu desde crianças com sofrimento mental até órfãs ou portadoras das mais diversas doenças. Com discursos de poder e controle materializados na espacialidade do prédio, espero discutir, por meio da Arqueologia da Arquitetura, como essa instituição funcionou como um mantenedor da ordem urbana ao tirar de circulação uma gama de pequenos indesejáveis rechaçados pela sociedade.

Palavras-chave: Arqueologia da Arquitetura; Poder; Hospital de Neuropsiquiatria Infantil

Abstract

Based on documental and material sources, I met Marieta and Josefa: two girls I believe had their lives entwined and confined in the Neuropsychiatric Children's Hospital (Belo Horizonte – MG). Their stories, reconstructed here by me in a free form, will guide us through the hospital created in 1947, which received from children with mental suffering up to orphans or carriers of many types of diseases. With discourses of power and control materialized in the spatiality of the building, I hope to discuss, through Archeology of Architecture, how this institution functioned as a maintainer of urban order by removing a range of undesirable children rejected by society.

Key-words: Archeology of architecture; Power; Neuropsychiatric Children's Hospital

1 Este artigo teve sua primeira versão publicada na Revista de Arqueologia, *[S. l.]*, v. 31, n. 2, p. 239–255, 2018. DOI: 10.24885/sab.v31i2.596

2 Doutora em Antropologia, área de concentração em Arqueologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Temporária no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande Contato: jumbrandao@yahoo.com.br.

Introdução

Neste artigo proponho-me a desenvolver uma discussão a partir de uma abordagem do tipo *storytelling*[3], na qual apresentarei alguns aspectos da minha dissertação de mestrado[4] sobre o antigo Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI), localizado na cidade de Belo Horizonte (MG) e que esteve em atividade entre os anos de 1947 e 1980.

O prédio onde funcionou o HNPI abrigou outros usos. Ele foi inaugurado em 1914 como 1º Hospital Militar da Força Pública do estado de Minas Gerais, e manteve essa funcionalidade por 31 anos, quando foi cedido, mediante pagamento de indenização, para tornar-se uma instituição psiquiátrica infantil. Passados 33 anos como HNPI, o prédio transformou-se na Escola Estadual Yolanda Martins Silva, que manteve suas atividades até 1994 – ano em que foi desocupado devido à sua estrutura comprometida e, concomitantemente, recebeu o tombamento municipal.

Após 19 anos de portas trancadas, o prédio recebeu uma nova proposta de uso: ser um memorial de Juscelino Kubitschek, haja vista este ter integrado o corpo médico do Hospital Militar em 1931. Tal projeto, apresentado pela Fundação Educacional Lucas Machado (FELUMA)[5], foi contestado por um grupo de artistas, ativistas, educadores, profissionais autônomos e produtores culturais que não aceitavam mais um lugar de memória ao antigo prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e também antigo presidente do Brasil. Defendendo o discurso do direito democrático à cidade, essas pessoas traziam consigo uma ideia diferente de (re)uso para aquele espaço por tanto tempo abandonado: torná-lo um centro de arte, cultura e educação autogestionado.

Foram várias as audiências com membros do coletivo, representantes da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (FHEMIG), da FELUMA, do Governo do Estado de Minas Gerais e da Diretoria de Patrimônio Público de Belo Horizonte, tendo como mediadora a procuradora do Ministério Público. Até que, no dia 18 de dezembro de 2013, o prédio foi, enfim, cedido às e aos ocupantes para ser usado

3 Esta abordagem foi inspirada na discussão apresentada por Senatore e Zarankin (2014) no artigo "*Storytelling*, *Big fish* y arqueología: repensando el caso de la Antártida".

4 Mestrado realizado entre os anos de 2013 e 2015 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do Prof. Dr. Andrés Zarankin e com apoio financeiro da CAPES. Esse mestrado resultou na dissertação intitulada "Arquitetura que enlouquece: Poder e Arqueologia".

5 FELUMA é a instituição mantenedora da Faculdade e Pós-Graduação em Ciências Médicas, do Hospital Universitário Ciências Médicas e do Ambulatório Ciências Médicas, em Belo Horizonte.

por um período de 20 anos. Naquele momento, o antigo HNPI tornava-se *Espaço Comum Luiz Estrela*.

Na narrativa aqui apresentada, somam-se histórias fictícias com dados provenientes da leitura da espacialidade do HNPI feita pelo viés da Arqueologia da Arquitetura. Essa abordagem se deu por meio do uso de uma ferramenta metodológica proposta pelos arquitetos Bill Hillier e Julienne Hanson chamada *modelo gamma* (Hillier; Hanson, 1984). Tal ferramenta, quando aplicada na planta baixa da edificação estudada, permite compreender como são os acessos e movimentação em seu interior. Na Arqueologia, muitas pesquisadoras e pesquisadores (Correia, 2014; Lopes, 2017; Markus, 1993; Moreira, 2015; Stanchi, 2008; Zarankin, 1999, 2002, 2003, entre outros) utilizam dessa ferramenta de análise para compreender os discursos materializados nos superartefatos que pesquisam. Entendem que a distribuição espacial no interior de uma edificação possui relação direta com o controle e domesticação dos corpos que transitam por esses espaços, uma vez que pode favorecer ou dificultar certos encontros, pode criar pontos de vigilância, de maior privacidade ou apresentar características de confinamento.

O produto obtido a partir do modelo gamma é um *gráfico espacial* no qual os círculos (ou nós) representam espaços/cômodos, e as linhas que ligam cada círculo representam os acessos (ou entradas). Dessa maneira, é possível visualizar os cômodos com maior ou menor facilidade de acesso, relações de hierarquia entre eles, bem como áreas panópticas[6], as quais apresentam maior potencial de vigilância e controle.

Além dos dados obtidos por meio da leitura da distribuição espacial do HNPI, informações retiradas dos jornais *Diário de Minas* (1956) e *Estado de Minas* (1980), do Decreto-Lei nº 2094 – que criou o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil e o Instituto de Psicopedagogia – e de bibliografia referente à instituição também contribuíram para a construção dessa narrativa.

6 No final do século XVIII, o filósofo e jurista inglês Bentham concebeu, pela primeira vez, a ideia do panóptico. Para isso, ele estudou o sistema penitenciário e criou um projeto de prisão circular, em que um observador central poderia ver todos os presos. Bentham também sugeriu que esse mesmo projeto de prisão poderia ser utilizado em escolas e no trabalho, como meio de tornar mais eficiente o funcionamento desses locais. Foi nesse período da história que, segundo Foucault (2013), iniciou-se um processo de disseminação sistemática de dispositivos disciplinares, a exemplo do panóptico: um conjunto de dispositivos que permitiria uma vigilância e um controle social cada vez mais eficiente. Desse modo, uma arquitetura panóptica contribui para colocar os sujeitos em evidência dentro do sistema de vigilância, os quais, uma vez cientes disso, interiorizam a disciplina de maneira tal que o poder exercido sob seus corpos é garantido e mantido de forma automática – tornando-os, assim, corpos dóceis e mantenedores do poder.

Juntos, percorreremos o dia a dia do HNPI, guiados pela Marieta e pela Josefa, duas crianças que conheci durante a pesquisa, as quais deram corpo, sentido e emoção ao meu trabalho, ao mesmo tempo em que me ajudaram a explicar a vida naquele lugar.

A chegada ao Hospital de Neuropsiquiatria Infantil

Marieta era uma menina de 10 anos, morava com sua família no interior de Minas Gerais e sofria com fortes ataques de epilepsia. Ela era motivo de enorme preocupação para seus pais que, muito humildes, precisavam trabalhar o dia inteiro a fim de garantir o sustento da família e, portanto, não dispunham de tempo para acudir a filha nos momentos de crise.

Josefa, de 13 de anos de idade, não apresentava nenhuma complicação nervosa. Por aqueles tempos, sofria de uma gripe mal curada devido ao inverno que a castigava pelas ruas de Belo Horizonte. Josefa tinha apenas uma vaga lembrança de quem eram seus pais. Ficou órfã muito novinha e passou a ser criada pela tia que a colocava para trabalhar como empregada doméstica. Mal alcançava a boca do fogão e já cozinhava feijão. Na casa onde trabalhava, era muito maltratada pela família que pouco lhe pagava. Optou pela rua. Ao menos ali seria livre.

Ambas foram levadas ao Hospital de Neuropsiquiatria Infantil de Belo Horizonte.

Marieta foi levada pelos pais, os quais esperavam que ali ela recebesse a atenção e tratamento de que necessitava. Josefa chegou numa viatura da polícia. Um policial a encontrou no canto da praça, sozinha, delirando de febre.

Espere. Mas o hospital não era uma instituição psiquiátrica?

Sim, era. No entanto, estava em vigor o regulamento de Assistência e Proteção a Menores Abandonados e Delinquentes, criado pelo Decreto nº 7680, de junho de 1927. Nesse regulamento, estava previsto que todos os menores de 18 anos classificados como pervertidos, delinquentes ou anormais, que não tinham habitação, meio de subsistência, ou cujos pais fossem incapazes financeira ou moralmente de cuidá-los, ficariam sob responsabilidade do Estado. Eles deveriam ser encaminhados para uma instituição adequada, a qual lhe cedesse atenção e lhes incutisse valores morais, intelectuais e econômicos (Carvalho, 2011).

De fato, o HNPI não era o ambiente mais adequado para receber Josefa. No entanto, conforme afirmou a Senhora Latife, primeira dama do estado em 1980, aquela instituição era um depósito de "problemas sociais". Ali residiam "crianças



Figura 1. Hospital de Neuropsiquiatria Infantil, sem data.
Fonte: Acervo pessoal de Luiz Eduardo Ribeiro Almeida.

sem pais, portadoras de outras doenças", que necessitavam ser remanejadas para outro lugar que lhes oferecesse uma assistência mais adequada (Estado De Minas. Belo Horizonte, 15 jul. 1980). Marieta e Josefa, agora, compunham esse grupo.

Ao adentrar o hospital, as meninas logo perceberam que aquele era um prédio estranho. Suas paredes eram muito grossas, haja vista que, na ausência de colunas, eram as próprias paredes que sustentavam o prédio; havia cômodos que pareciam já terem tido passagem direta com outros; além disso, havia uma sucessão de corredores, portões, grades e cadeados que davam às meninas a impressão de estarem em um presídio. Por que janelas tão pequenas no alto da parede? E se elas não conseguiam alcançar as janelas, por que elas tinham grades? Até a televisão da sala recreativa era gradeada! Que gente doida essa que administra esse hospital!

O que Marieta e Josefa não sabiam era que muito da estranheza causada por aquele prédio era porque ele não fora construído para ser uma instituição psiquiátrica infantil. Na realidade, aquela construção abrigara o Hospital Militar da Força Pública de Belo Horizonte – muitos anos antes da chegada das meninas, em 1914.

Por meio de pagamento de indenização e verbas provenientes do convênio entre o Governo de Minas Gerais e o Serviço Nacional de Doenças Mentais, do Governo Federal, o prédio começou a abrigar, a partir de 1947, o HNPI e o Instituto de Psicopedagogia. De acordo com o Decreto-Lei nº 2094, que lhes deu origem, o Hospital destinava-se ao atendimento, hospitalização e tratamento de crianças de ambos os sexos, portadoras de doenças nervosas e mentais. O Instituto, por sua vez, tinha por finalidade oferecer orientação pedagógica às crianças identificadas como "anormais" (Decreto-Lei nº 2094, 1947, 14 de março).



Figura 2. Hospital Militar. Fonte: Silveira *et. al.*, 2011, p. 127.

Para o quadro de funcionários do HNPI estavam previstos: três psiquiatras, um médico internista, um médico residente, um oftalmo-otorrinolaringologista, um médico cirurgião, um médico laboratorista, um farmacêutico, um cirurgião-dentista, uma enfermeira, três auxiliares de enfermagem, um terceiro oficial, um quarto oficial e um psiquiatra para o cargo de diretor. Além desses especialistas, compunham também o quadro de funcionários um porteiro, guardas, cozinheiras, duchistas, entre outros servidores.

Nos dois primeiros anos de funcionamento, o HNPI atendia somente em regime ambulatorial. Em seguida, a partir de 1949, começaram a ser aceitas internações. Nesse período, o Instituto de Psicopedagogia prestava serviço em condições precárias, uma vez que era feito nas próprias instalações do HNPI. Somente depois de concluídas as obras de reforma e ampliação, em 1952, o Instituto tornou-se uma espécie de "clínica de orientação infantil" (Cirino, 1992, p.70), a qual, entre outras funções, colaborava na alfabetização das crianças internadas no Hospital. O Decreto-Lei de sua fundação, inclusive, previa para o quadro de funcionários do Instituto quatro regentes de classe.

O antigo Hospital Militar precisou passar por uma série de mudanças para receber sua nova funcionalidade. Vejam, pelas plantas abaixo apresentadas, como o espaço interno do prédio sofreu compartimentações[7].

7 Durante a realização desta pesquisa, não encontrei plantas baixas que mostrassem as mudanças ocorridas nesses diferentes usos da edificação. Portanto, para ter uma ideia de como o prédio teria sido originalmente e no que ele se transformou, realizei o exercício de me deslocar por ele atenta às modificações sofridas em sua arquitetura. Esse foi um trabalho feito em conjunto com arquitetos, um engenheiro e colegas arqueólogas, no qual percorremos o prédio buscando identificar mudanças estruturais tardias, tais como o fechamento de antigas passagens, a divisão de um cômodo em vários outros, o fechamento de janelas e construção de outras, a implantação da laje que sobrecarregou a estrutura arquitetônica e a mudança da localização da escada de acesso ao segundo pavimento. Ao fim dessa etapa do trabalho, foi possível chegar a duas plantas baixas aproximadas dos períodos anterior e posterior à implantação do HNPI no prédio. Todas as plantas baixas aqui apresentadas foram adaptadas a partir da planta elaborada pelos membros da Oficina de Arquitetura e Restauro, que vem atuando no Espaço Comum Luiz Estrela (atual uso estabelecido naquele antigo hospital), e que representa a forma como a edificação se encontrava no ano de 2014.

Momento anterior ao HNPI:

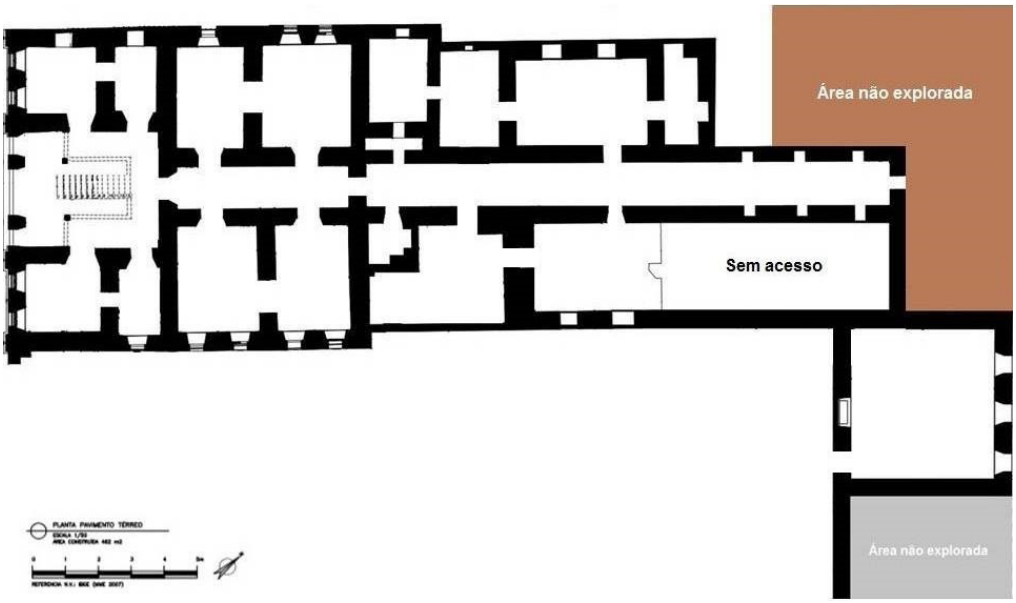


Figura 3. Planta baixa nº 1: primeiro pavimento, momento anterior à implantação do HNPI.
Fonte: Adaptação de planta baixa cedida pela Oficina de Arquitetura e Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela. Juliana Brandão, 2015.

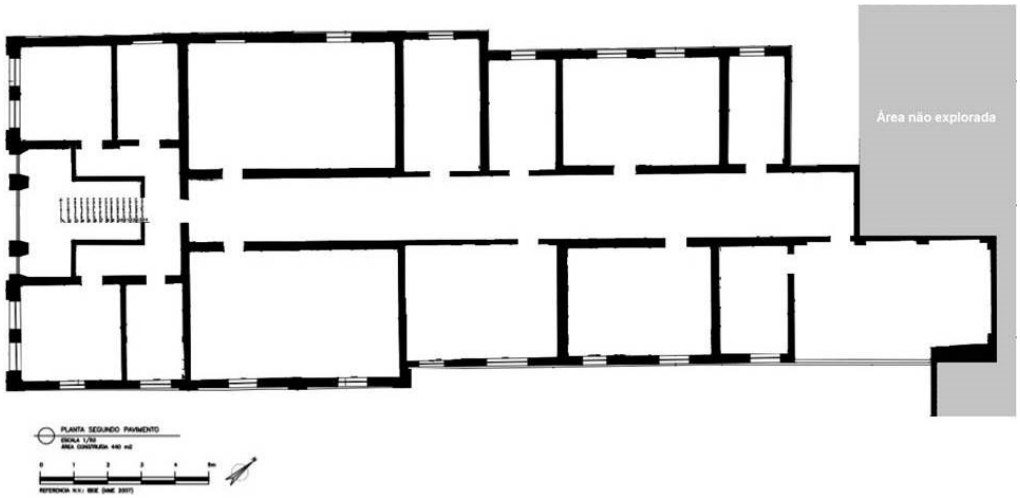


Figura 4. Planta baixa nº 2: segundo pavimento, momento anterior à implantação do HNPI.
Fonte: Adaptação de planta baixa cedida pela Oficina de Arquitetura e Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela. Juliana Brandão, 2015.

Momento após a implantação do HNPI

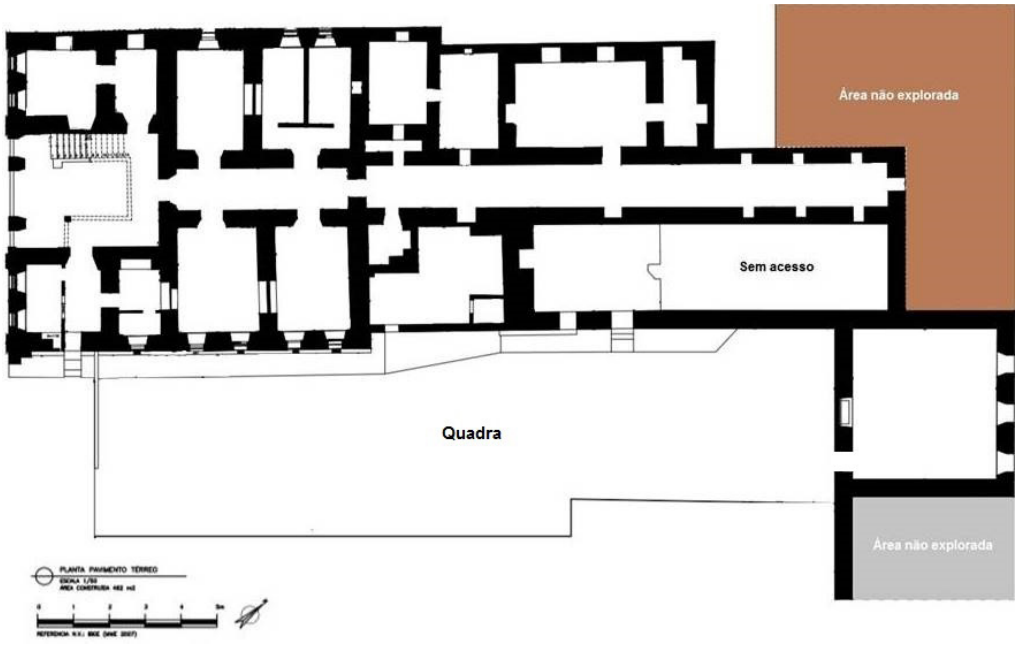
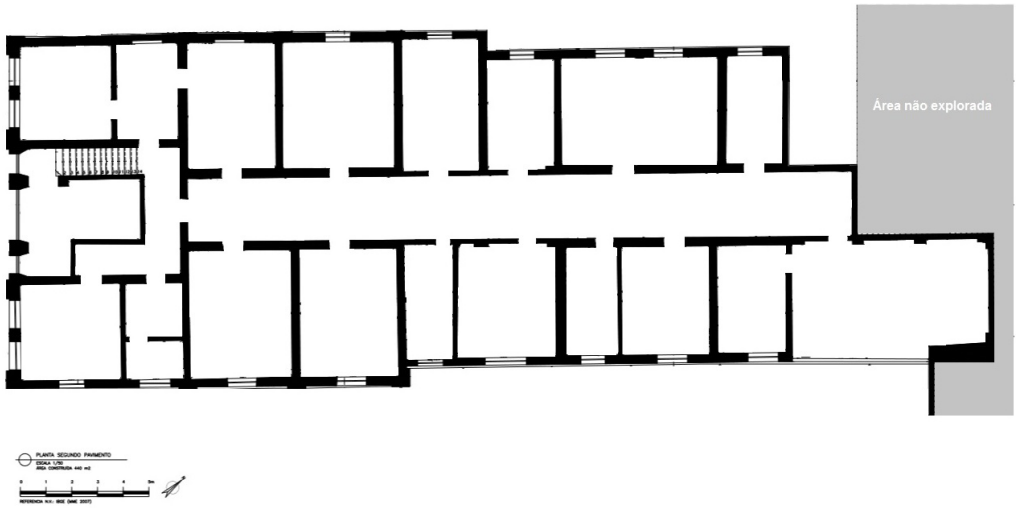


Figura 5. Planta baixa nº 3: primeiro pavimento, momento posterior à implantação do HNPI.

Fonte: Adaptação de planta baixa cedida pela Oficina de Arquitetura e Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela. Juliana Brandão, 2015.



Legenda:

Área não explorada em razão das condições estruturais.

Área não explorada porque, atualmente, pertence à FHEMIG, e seu acesso não foi permitido.

Figura 6. Planta baixa nº 4: segundo pavimento, momento posterior à implantação do HNPI.

Fonte: Adaptação de planta baixa cedida pela Oficina de Arquitetura e Restauro do Espaço Comum Luiz Estrela. Juliana Brandão, 2015

As meninas também tinham a impressão de que tudo no prédio instigava a manutenção da ordem e do controle. Isso ficava evidente, sobretudo, nos corredores. Elas não conseguiam ficar longe dos olhares dos funcionários, pois, não importando para onde fossem, tinham de atravessar o único corredor do primeiro ou do segundo pavimento. E mesmo quando estavam nos quartos ou nas salas, sabiam que os funcionários tinham os olhares postos nelas, haja vista que eles também eram obrigados a passar pelos corredores e, por conseguinte, manter a ordem sob quem transitava pelo prédio, bem como verificar se todos os cômodos estavam em ordem.

Quando o prédio funcionou como Hospital Militar, não foi muito diferente. No entanto, antes havia enfermarias maiores, janelas amplas e passagens que ligavam um cômodo a outro. Agora, porém, todos eram obrigados a passar pelos corredores, opção única de acesso a vários pequenos cômodos.

Se observarmos isso a partir de um gráfico espacial, fica evidente o aumento no número de cômodos controlados por cada área panóptica. No gráfico, cada um dos espaços do interior do Hospital é representado pelos círculos, e as linhas que os ligam representam os acessos entre cada um deles. Já as marcações coloridas destacam as áreas panópticas. Desse modo, no período anterior à implantação do HNPI, o corredor do segundo pavimento, representado pelo círculo nº 27 do primeiro gráfico, por exemplo, dava acesso a nove cômodos (círculos 28 a 36). Após o funcionamento do hospital, esse mesmo corredor (representado no Gráfico 2 pelo círculo 32) passou a dar acesso a 12 cômodos (círculos 34 a 45).

Momento anterior ao HNPI:

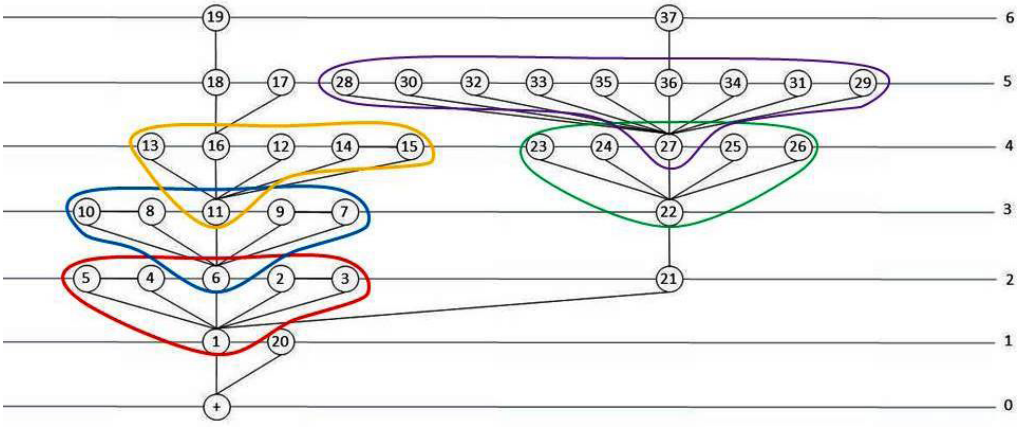


Gráfico 1 – Gráfico espacial correspondente ao momento anterior à implantação do HNPI, destacando cinco áreas panópticas.

Momento após a implantação do HNPI

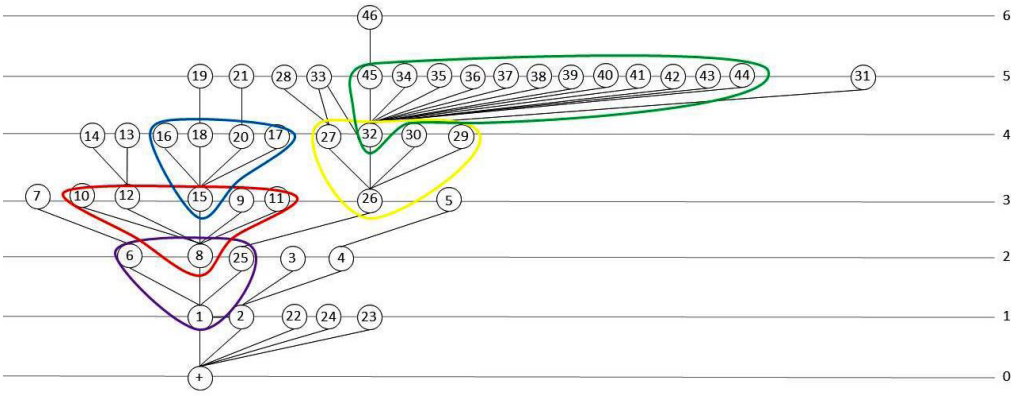


Gráfico 2 – Gráfico espacial correspondente ao momento posterior à implantação do HNPI, destacando cinco áreas panópticas.

Os hospitais, assim como outras instituições totais[8], utilizam do poder disciplinar como mecanismo para transformar em corpos dóceis e úteis todos que por eles transitam. Afinal, numa instituição hospitalar (independente de sua natureza), a disciplina é fundamental: a separação dos pacientes de acordo com sexo, idade e doença; o rigor dos horários referentes à alimentação e medicação são fatores que interferem sobremaneira no sucesso (ou não) do tratamento. Além disso, o próprio espaço pode ser disciplinado, de modo a criar, no interior da instituição, localizações funcionais. Assim, espaços "que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos" são agrupados a fim de "satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar espaço útil" (Foucault, 2013, p. 139). Exemplar nesse sentido foram as compartimentações que observamos nos cômodos do segundo pavimento do prédio após a implantação do HNPI. Possivelmente, a criação de um número maior de espaços tenha sido necessária para se alcançar os objetivos institucionais.

8 Instituição total é um "local de residência e trabalho onde muitos indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (Goffman, 1974, p. 11).

O dia a dia das internas

Não tardou muito para Marieta e Josefa entenderem que havia outras formas de o Hospital manter o controle sobre elas. Havia os equipamentos de contenção e aquelas práticas que diziam ser terapêuticas: o quarto de contenção, o eletrochoque e a aplicação de psicofármacos e da insulinoterapia.

Em razão da epilepsia, Marieta passava por frequentes sessões de eletrochoque. Após cada sessão, sempre era levada de volta ao quarto numa maca, meio desfalecida, exausta. Acreditava-se que os choques acalmariam seu sistema nervoso e diminuiriam suas crises. Josefa ficava tensa toda vez que a amiga era levada para a sala de convulsoterapia. Tinha medo de exagerarem nos choques e ela nunca mais poder ver aquele sorriso doce e sereno de Marieta.

Embora não precisasse de tratamento psiquiátrico, volta e meia Josefa era trancada no quarto de contenção por cerca de 40 minutos. O confinamento era um castigo devido ao seu comportamento rebelde e temperamental.

Ela sentia tédio ali. Não havia espaço nem material suficientes que lhe permitisse ter alguma diversão – como jogar bola, por exemplo. Os momentos de lazer resumiam-se a um banho de sol na paisagem cinza que era o pátio de concreto. Sentia-se num presídio, e não em um lugar onde moravam tantas crianças. O próprio diretor do HNPI dizia que a estrutura do antigo Hospital Militar não favorecia a criação de um ambiente infantil. Por esse motivo, Josefa tentou fugir várias vezes. Embora ali fosse bem alimentada e recebesse assistência médica sempre que precisava, na rua, ao menos, ela seria livre.

Bem, nenhuma das suas tentativas de fuga foi bem sucedida. E sempre que era pega em flagrante, corria dos sermões ou se mostrava agressiva com os funcionários. Era então que lhe colocavam no quarto de contenção. Pra Josefa, isso não fazia muita diferença. Estava presa do mesmo jeito e sabia que cedo ou tarde lhe tirariam dali – não sem algumas palavras do tipo “espero que tenha pensado bem sobre seu comportamento”.

Mas havia um momento na rotina do Hospital que, tanto Josefa como Marieta, gostavam muito: a ida à Unidade Psicopedagógica.

Algumas grades e cadeados mantinham separadas ambas as instituições localizadas no mesmo terreno. Na Unidade, elas aprendiam um pouco de carpintaria, de sapataria, de tecelagem e de costura. Além disso, elas recebiam a atenção de neu-

rologista, foniatra, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, pediatras, psiquiatras, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e professores.

No entanto, nem todas as crianças do HNPI eram atendidas na Unidade Psicopedagógica. Para lá eram enviadas somente aquelas crianças que o diretor considerasse "melhorzinhas" (Estado De Minas. Belo Horizonte, 15 jul. 1980). O que seriam crianças "melhorzinhas", não se sabe exatamente. Talvez fossem aquelas cujo transtorno mental não comprometesse suas habilidades motora e intelectual, sendo, desse modo, consideradas produtivas pela e para a sociedade.

Naquela época, década de 1980, a Unidade atendia mais de 400 crianças, dentre as quais 57 eram internas do HNPI. As outras eram atendidas num regime de externato (Estado De Minas. Belo Horizonte, 16 jul. 1980). Tanto a Unidade quanto o HNPI eram as únicas instituições psiquiátricas infantis públicas existentes do Estado de Minas. Logo, não admira o número tão elevado do público que as frequentavam.

A propósito, naquele mesmo período, o repórter conhecido por publicar uma série de reportagens-denúncia sobre o Hospital Colônia de Barbacena, Hiram Firmino, visitou o HNPI. Após ter contato com o Colônia, que foi classificado por Franco Basaglia – psiquiatra italiano líder da luta antimanicomial – como um campo de concentração nazista, Firmino estava curioso em saber como eram as demais instituições psiquiátricas espalhadas pelas Gerais. As reportagens resultantes de sua visita ao HNPI e à Unidade Psicopedagógica foram publicadas de modo impactante, conforme lhe era característico no modo de escrever.

Segundo Firmino, havia um contraste gritante entre ambas as instituições, de modo que ele classificou o HNPI como o "inferno", e a Unidade como o "paraíso". Em duas reportagens publicadas no jornal *Estado de Minas*, nos dias 15 e 16 de junho de 1980, ele explicou que a ausência de cores, brinquedos, de espaço para as crianças brincarem e o excesso de grades tornavam o HNPI semelhante às demais instituições psiquiátricas para adultos que existiam em Minas Gerais. A Unidade Psicopedagógica, por sua vez, embora sofresse com carência de verbas, que inviabilizava, por exemplo, a construção de um *playground* ou de uma quadra de futebol melhor, ainda assim apresentava-se como um ambiente muito mais acolhedor.

Quando Firmino questionou o contraste existente entre ambas as instituições, Maria Matoso, então diretora da Unidade, afirmou que a culpa era de quem administrava. Se a FHEMIG não tinha verba para repassar, que encontrassem um meio

alternativo para oferecer o mínimo de conforto e qualidade de atendimento para as crianças – ainda que fosse obtendo recursos por meio da venda de rifas.

Observando Maria Matoso defender seu trabalho à frente da administração da Unidade Psicopedagógica, e que a maioria do seu quadro de funcionários era composto por mulheres, a conclusão de Hiram Firmino naquele momento foi que talvez a presença feminina fosse o diferencial da instituição, haja vista que, segundo o jornalista, as mulheres eram mais sensíveis no trato com crianças de uma maneira geral.

Até aqui, vimos as formas de controle e discurso de poder materializados na distribuição espacial do prédio e nas práticas ali exercidas, e como eles se tornaram mais incisivos com o passar dos anos. Por outro lado, havia um aspecto que era constante no prédio: a falta de recursos para a sua manutenção. Diretores do Hospital nas décadas de 1950 e 1980 afirmavam que aquele não era o lugar adequado para uma instituição psiquiátrica infantil.

Em 1956, o então diretor José Abrantes Gonçalves disse que o prédio tinha tantas goteiras, que, em dias de chuva, os funcionários não sabiam se ficavam ali dentro ou se iam para a rua (Diário De Minas. Belo Horizonte, 08 jan. 1956). Raphael Mesquita, diretor do hospital em 1980, foi mais enfático ao afirmar que "o certo mesmo era jogar […] tudo no chão e fazer um outro hospital pros meninos" (Estado De Minas. Belo Horizonte, 16 jul. 1980).

E a Marieta e a Josefa? Como ficavam no meio disso tudo? Suas vidas se resumiam a choques e isolamento?

Claro que não!

Embora sofressem com a tentativa de domesticação proveniente da rotina e controle institucionais, elas encontravam meios de subverter tudo isso e de se expressar. Um desses meios eram os desenhos. Mas não aqueles desenhos que as funcionárias da Unidade Psicopedagógica pediam para que elas fizessem em papéis. Com objetos pontiagudos, elas deixavam inscrições pelas paredes e muros do Hospital. Enquanto Marieta treinava sua caligrafia às escondidas na parede de um dos cômodos, Josefa preenchia o muro com palavrões. O diretor sabia dessas infrações de Josefa; no entanto, não a castigava nem a repreendia por isso. Ele reconhecia que, na ausência de espaço e de atividades que a mantivessem ocupada, aquela era uma maneira de dar vazão ao estresse e monotonia que era viver no Hospital.




Figuras 7 e 8. Nomes inscritos nas paredes do antigo HPNI.
Fonte: Acervo pessoal. Fotos de Juliana Brandão, 2014.




Figuras 9 e 10. Desenhos nas paredes do antigo HPNI.
Fonte: Acervo pessoal. Fotos de Juliana Brandão, 2014.

Todo o rebuliço causado pelas reportagens de Hiram Firmino, bem como pelas mobilizações dos militantes da causa antimanicomial, resultou no Projeto de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica, na FHEMIG. Assim, em fins da década de 1980, ocorreu a fusão administrativa do HNPI e da Unidade, formando o Centro Psicopedagógico. A partir daquele momento, gradativamente tiveram fim as internações, e o atendimento passou a ser somente ao longo do dia.

Marieta voltou para sua cidade natal, a fim de residir novamente no seio familiar. A distância de Belo Horizonte, no entanto, era um problema e ela temia não suportar os ataques de epilepsia. Porém, ela temia mais ainda voltar a viver longe do abraço de sua mãe.

Josefa, que não tinha família, foi adotada por uma das funcionárias que se comoveu e compreendeu aquele espírito rebelde.

Em 1994, o prédio que comportou tantas histórias foi fechado, tombado pelo município como bem patrimonial, e abandonado. Nessa época, ele funcionava como Escola Estadual Yolanda Martins, cujos alunos eram crianças portadoras de sofrimento mental. Contudo, as rachaduras e infiltrações eram um risco grande, de modo que o prédio poderia desabar a qualquer momento.

Um prédio louco

Por fim, o prédio que, por tantos anos, foi lugar de segregação, acabou sendo segregado. Conhecido como lugar da loucura, ele mesmo foi tratado como "louco", sendo esvaziado, fechado, segregado na malha urbana e esquecido pelo poder público. Aquele corpo de concreto foi mantido em silêncio, envolto de correntes, observando o tempo passar, as coisas se modificarem no seu entorno, desgastando-se perante a ausência de reparos, sofrendo ao surgimento de cada nova fenda.

Sofreu. Porém resistiu.

O simples abandono não foi o suficiente, pois o prédio continuou a existir, e sua existência causava incômodo – sobretudo em razão do seu desamparo, cicatrizes e memórias que suscita. Era feio. Sua monumentalidade, obviamente, impunha certa beleza trágica e romântica. Mas, ainda assim, era feia aquela coisa abandonada, desgastada e que insistia em ficar de pé. Na realidade, o prédio parecia ter vida própria.

A cada rachadura que crescia e pedaço de reboco que caia, ainda era possível senti-lo respirar. As correntes de ar gelado que atravessavam seus corredores sussurravam o medo da solidão. O seu toque era frio, porém não cadavérico. Ele fazia ruídos, te envolvia de maneira ao mesmo tempo sutil e sufocante. Apesar de todos os maus tratos, o prédio mantinha-se vivo!

Não adiantou, portanto, apenas segregar. Era necessário silenciar aquele corpo de concreto que insistia em chamar a atenção por meio de sua existência desoladora. Foi, então que, em 2013, a FELUMA apresentou a proposta de transformar o prédio em um memorial de Juscelino Kubitschek, haja vista este ter integrado o corpo médico do Hospital Militar em 1931. Reverenciar a memória do político bossa nova implicaria, por outro lado, enterrar de vez no solo do esquecimento

tantas pessoas que, tais como o prédio, foram abandonadas e silenciadas – isto é, manter-se-ia a prática de segregar os indesejáveis.

Por vezes, me pergunto: acaso ser esquecido também não seria uma forma de tortura que leva ao enlouquecimento? Afinal de contas, de que serve o passado senão para incomodar?

Por esse motivo, um grupo de artistas, ativistas, educadores, profissionais autônomos e produtores culturais questionaram a proposta da FELUMA. E questionaram ocupando o prédio do antigo HNPI.

Nos dias de auge do funcionamento do Hospital Colônia de Barbacena, muitas pessoas chegavam ali de trem, conhecido à época como "trem de doido". Essa expressão, atualmente incorporada ao vocabulário mineiro para se referir a algo positivo, foi criada pelo escritor Guimarães Rosa no conto "Sorôco, sua mãe, sua filha", do livro *Primeiras estórias*. O conto fala do viúvo Sorôco que teve de deixar a mãe e a filha no trem que as levaria até Barbacena para receber tratamento psiquiátrico. Sorôco nunca mais viu as mulheres que compunham sua única família e, de fato, muitos passageiros do "trem de doido" faziam uma viagem sem volta.

Na madrugada de 26 de outubro de 2013, o que chegou ao antigo HNPI foi um ônibus cheio de "doidos" fantasiados, com purpurina, roupas coloridas, máscaras, penas nos cabelos, tinta pelo corpo e instrumentos musicais. "Internaram-se" no prédio, e no hall de entrada viram o dia amanhecer ao coro suave de *Filhos de Gandhi*. A partir daquele momento, o prédio tornou-se *Espaço Comum Luiz Estrela*.

O moribundo prédio louco, que por tanto tempo comportou a loucura, passa então a ser dirigido por "loucos". Seus novos residentes arrancaram-lhe a camisa de força e, com arte, começaram a curar as feridas e a afastar o frio e a escuridão. Afinal, não se desmonta um inferno sem tinta, pincéis, colagens, panos coloridos, modelagens, melodia, dança e, de quebra, algumas arqueólogas bem dispostas.

O poeta, ator, escritor, dramaturgo, roteirista e diretor de teatro de aspirações anarquistas, Antonin Artaud, após várias passagens por manicômios e experiências traumatizantes, concluiu que: "Ninguém alguma vez escreveu ou pintou, esculpiu, modelou, construiu ou inventou senão para sair do inferno" (Artaud, 1925). Os novos residentes que se internaram no antigo HNPI, artistas em sua maioria, não tinham espaço na cidade e abrigaram-se no prédio da reclusão por excelência. Desejam ironia maior?

Foi quando esse mesmo prédio tornou-se Estrela, que pude conhecer Marieta e a Josefa, por meio das inscrições que deixaram nas paredes daquela antiga instituição.

A presença daquelas meninas me guiou durante toda a pesquisa. Elas me ajudaram a sentir de forma corpórea a experiência manicomial, a pensar além da lógica tradicional e, sobretudo, a me envolver afetiva e emocionalmente com meu trabalho. Posso dizer que fui tocada pelas histórias trancadas naquele lugar e saí dali transformada, de modo que hoje tenho uma visão diferente daquilo que é chamado de loucura. Se considerarmos que esse conceito se trata, na realidade, de uma construção social, tal como é uma construção os padrões de comportamento ditos "normais", fico com a assertiva do Gato que, ao encontrar Alice, afirmou: "[…] somos todos loucos por aqui. Eu sou louco. Você é louca" (Carroll, 2010, p. 80). De fato, em meio às nossas relações sociais excludentes, que olham com desconfiança o outro que se apresenta como diferente do nosso eu, somos todos um pouco loucos.

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Dr. Andrés Zarankin pela leitura atenciosa e sugestões que ajudaram a moldar este artigo; e à Fernanda Codevilla, que esteve comigo durante meus encontros com Marieta e Josefa e me inspirou a construir suas histórias.

Referências bibliográficas

ARTAUD, A. Carta aos Médicos-chefes dos Manicômios. **Intensidadez**, 1925. Disponível em: <http://intensidadez.unblog.fr/2014/09/09/antonin-artaud-carta-aos-medicos-chefes-dos-manicomios-1925/>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CARROLL, L. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do espelho e o que Alice encontrou por lá**. Trad. de M. L. X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

CARVALHO, E. V. **Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e deliquentes: a classificação e a educação dos "menores" na legislação mineira de 1927**. 2011. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais-vi-cbhe/conteudo/res/trab-670.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CIRINO, O. O descaminho daquele que conhece. **Fascículos FHEMIG**, Belo Horizonte, 7, p. 39-83, 1992.

CORREIA, S. B. G. **'Úteis a si e à pátria'. Arqueologia, Arquitetura e Poder Disciplinar:** um estudo de caso da Colônia Isabel em Pernambuco. Trabalho de Conclusão de Curso. São Raimundo Nonato, Universidade Federal do Vale do São Francisco, 104pp, 2014.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 08 jan. 1956.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 15 jul. 1980.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 16 jul. 1980.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir***:* nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Perspectiva, 1974.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The Social Logic of Space**. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

LOPES, R. C. S. **Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata, Pará** – Arqueologia em uma Instituição Total Amazônica. Tese de Doutorado. Belém, Universidade Federal do Pará.164pp, 2017.

MARKUS, T. A. **Building and Power:** Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types. Londres e Nova York, Routledge, 1993.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei nº 2094, de 14 de março de 1947. Cria o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil e o Instituto de Psico-pedagogia. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=-DEL&num=2094&comp=&ano=1947>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MOREIRA, J. M. B. Arquitetura que enlouquece: Poder e Arqueologia. **Dissertação de Mestrado**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 148pp, 2015.

SENATORE, M. X.; ZARANKIN, A. Storytelling, Big fish y arqueología: repensando el caso de la Antártida. In: RIVOLTA, M. C.; MONTENEGRO, M.;

FERREIRA, L. M. (Orgs.). ***Multivocalidad y activaciones patrimoniales en arqueología*:** perspectivas desde Sudamérica. Buenos Aires, Fundación de Historia Natural Félix de Azara, pp. 111-130, 2014.

SILVEIRA, A. J. *et al.* Saúde e Arquitetura em Belo Horizonte. In: MARQUES, R.; SILVEIRA, A. J.; FIGUEIREDO, B. (Orgs.). **História da Saúde em Minas Gerais:** Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958). Barueri, Manole e Fiocruz, pp. 117-158, 2011.

STANCHI, R. P. **Modernidade, mas nem tanto:** O caso da vila operária da fábrica Confiança, Rio de Janeiro, Séculos XIX e XX. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 199pp, 2008.

ZARANKIN, A. Casa tomada: sistema, poder y vivienda familiar. In: ZAZANKIN, A.; ACUTO, F. **Sed non Siata:** Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporânea. Buenos Aires, Del Tridente, pp. 239-271, 1999.

ZARANKIN, A. **Paredes que Domesticam:** Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires. São Paulo, Fapesp, 2002.

ZARANKIN, A. Arqueología de la Arquitectura, modelando al individuo disciplinado en la sociedad capitalista. **Revista de Arqueología Americana**, México, 22:25-41, 2003.

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA TÉCNICA E CIENTÍFICA DE PINTURAS RUPESTRES: A FOTOGRAFIA DIGITAL COMO FERRAMENTA DE ESTUDOS E PRESERVAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Alexandre Oliveira Costa[1]
Dr. Alexandre Cruz Leão[2]
Dr. Luiz Antônio Cruz Souza[3]

RESUMO

Este artigo visa apresentar os estudos realizados e atividades desenvolvidas durante a documentação fotográfica por meio de imagens técnicas e científicas de pinturas rupestres pré-históricas, aqui entendidas como legítimo Patrimônio Cultural, Patrimônio Arqueológico Brasileiro e memória ancestral. Sendo ainda pouco estudadas no âmbito local, no que tange às recentes tecnologias científicas de documentação, torna-se relevante este trabalho com vistas a sua salvaguarda e preservação para o futuro. No desenvolvimento do projeto foram utilizadas técnicas abalizadas em Documentação Científica por Imagem de Bens Culturais no Laboratório de Documentação Científica por Imagem da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (iLAB/EBA/UFMG). Para tanto foram utilizadas técnicas de imageamento com apurado controle de cores além de procedimentos científicos para geração de imagens digitais, capazes de registros não perceptíveis sob luz visível (fluorescência de ultravioleta e radiação infravermelha refletida), com posterior análise dessas imagens. Técnicas complementares, tais como

1 Bacharel em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis pela UFMG. Colaborador no Laboratório de Arqueometria e Preservação em Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Colaborador no Laboratório de Documentação Científica por Imagem da Escola de Belas Artes (iLAB/EBA/UFMG). aleksaknussen@gmail.com

2 Professor de Fotografia do Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema da Escola de Belas Artes da UFMG. Doutor e Mestre em Artes pela Escola de Belas Artes da UFMG. Coordenador do iLAB – Laboratório de Documentação Científica por Imagem e do Estúdio de Fotografia da Escola de Belas Artes – UFMG. Membro do ICOM – International Council of Museums; IS&T – Society for Imaging Science and Technology. alexandre.leao.ufmg@gmail.com

3 Cientista da Conservação, Doutor em Química, professor associado da UFMG, coordenador do Laboratório de Ciência da Conservação da Escola de Belas Artes – UFMG (Lacicor/EBA/UFMG). Diretor do Cecor – Centro de Conservação/Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes – UFMG (Cecor/EBA/UFMG). luiz.ac.souza@gmail.com

Reflectance Transformation Imaging (RTI) e Fotogrametria também foram utilizadas neste estudo. O local escolhido foi o sítio arqueológico Lapa da Sucupira (Sucupira I, grande abrigo) localizado na Serra do Cipó, Santana do Riacho, Minas Gerais, local que possuí grande importância no contexto arqueológico pré-histórico de Minas e do Brasil. Tais imagens visaram o registro mais fidedigno possível das pinturas rupestres ali presentes, como forma de documentação e com vistas a um futuro monitoramento do estado de conservação das pinturas rupestres, em uma proposta de estudo interdisciplinar entre Arqueologia, Conservação-Restauração e Ciências do Patrimônio.

Palavras-chave: Fotografia Científica, pintura rupestre, Arqueologia.

ABSTRACT

This article aims to present the studies conducted and activities carried out during the photographic documentation of prehistoric rock paintings using technical and scientific imaging, understood here as legitimate Cultural Heritage, Brazilian Archaeological Heritage, and ancestral memory. Being still underexplored at the local level regarding recent scientific documentation technologies, this work is particularly relevant for the safeguarding and preservation of these paintings for future generations.The project utilized established techniques in Scientific Imaging Documentation of Cultural Assets at the Scientific Imaging Documentation Laboratory of the School of Fine Arts, Federal University of Minas Gerais (iLAB/EBA/UFMG). The methodology involved advanced color control imaging techniques, as well as scientific procedures for generating digital images capable of capturing details not visible under standard light conditions (ultraviolet fluorescence and reflected infrared radiation), followed by a detailed analysis of the resulting images. Complementary techniques, such as Reflectance Transformation Imaging (RTI) and Photogrammetry, were also employed in this study.The selected site was the archaeological site of Lapa da Sucupira (Sucupira I, large shelter), located in the Serra do Cipó, Santana do Riacho, Minas Gerais, an area of significant importance within the prehistoric archaeological context of Minas Gerais and Brazil. The primary objective of the imaging was to create the most accurate documentation possible of the rock paintings present at the site, serving as both a record and a basis for future monitoring of their conservation status. This study represents an interdisciplinary approach integrating Archaeology, Conservation-Restoration, and Heritage Sciences.

Keywords: Scientific Photography, cave paintings, Archaeology.

INTRODUÇÃO

Documentação Científica por Imagem

O termo documentação é bastante amplo e abrange uma série de significados. Temos em Dicio (2018)[4]: qualquer objeto ou fato que serve de prova, confirmação ou testemunho – documentos fotográficos. Assim, no escopo deste projeto, documentação se insere com o sentido de registrar, por meio de técnicas fotográficas digitais e equipamentos afins, as pinturas rupestres presentes no Sítio Arqueológico Lapa da Sucupira. Para tanto as técnicas utilizadas são as preconizadas em Documentação Científica por Imagem de Bens Culturais, já estabelecidas de forma consagrada pelo Laboratório de Documentação Científica por Imagem da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (iLAB/EBA/UFMG). Quanto a isso e segundo Leão (2015):

> O termo "Documentação Científica por Imagem" tem sido adotado na área da Conservação-Restauração de Bens Culturais no Brasil para referenciar as imagens dos objetos que serão estudados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção e/ou que deverão ser registrados de forma técnico-científica para efeito de arquivo. Dessa forma, a Documentação Científica por Imagem atende diversas áreas, tal como a já citada Conservação-Restauração, mas também à Arquivologia, à Museologia e a todas as áreas que demandam esse tipo de imagem em suas atividades (Leão, 2015, p. 140).

E, para além dos exames organolépticos iniciais de qualquer bem, aqui nos referindo ao Patrimônio Cultural como um todo, a Fotografia sob Luz Visível, na faixa visível do espectro luminoso (Leão, 2015), pode ser considerada o início de todo o processo de Documentação e/ou registro fotográfico do objeto a ser estudado. Está claro que no âmbito da Documentação Científica por Imagem não é qualquer fotografia que se presta a um registro fotográfico com vistas a estudos mais aprofundados, em que fatores como qualidade e fidelidade da imagem, em termos de perspectiva e colorimetria, são de suma importância na obtenção de resultados confiáveis. Hoje, com o avanço da tecnologia digital e a vasta gama de dispositivos capazes de gerar imagens fotográficas digitais, é extremamente fácil incorrer em erro, produzindo imagens que, apesar de bonitas e agradáveis ao olhar, devido ao grau de automação desses dispositivos, não traduzem a realidade fotografada.

4 In <https://www.dicio.com.br/documento/>Acesso em 12/05/2018

Concernente a isso, a Documentação Científica dos Bens Culturais, aqui pensando na Preservação desses bens e/ou atividades de Conservação-Restauração, é uma etapa fundamental na metodologia requerida (Baptista, 2009), estabelecendo apoio técnico e auxílio investigativo antes, durante e depois do processo de intervenção, seja revelando técnicas e materiais da obra em si, ou documentando o andamento do processo. Para um registro fotográfico fidedigno do objeto em questão, torna-se imprescindível o uso de medidas e protocolos confiáveis, a serem considerados por ocasião da geração das imagens. É necessário refinar a metodologia, distinguindo com clareza similaridades e diferenças nos diversos contextos, para codificá-las em sistematização e padrões. A sistematização favorece a criação de protocolos para reunir dados consistentes, passíveis de repetição e ordenamento. Isso é possível com a introdução de parâmetros de referência já estabelecidos e adequados aos objetos, bem como às condições de tomada das fotografias. Com vistas a isso, questões como nitidez e consistência cromáticas são extremamente importantes para se chegar a um resultado aceitável e condizente com os objetivos propostos, seja para uma futura intervenção, seja para colaborar com o processo de autenticidade. Tais protocolos podem ser sistematizados e repetidos, o que proporciona rigor técnico e controle apurado.

Assim, os dois propósitos de geração de imagens no campo da Conservação-Restauração são: imagens como documento (arquivo) e imagens para diagnóstico (Leão, 2015). As primeiras objetivam registrar o estado e características atuais daquele bem, utilizando para isso a Luz Visível, podendo também se prestar a diagnóstico. Já as imagens específicas de diagnóstico, utilizam diferentes tipos de luz e fontes de energia incidentes sobre o objeto, sendo as de uso mais comum: Fluorescência de Ultravioleta, Infravermelho, Falsa Cor de Infravermelho, *Reflectance Transformation Imaging* (*RTI*). Algumas dessas fontes, utilizadas no estudo das Pinturas Rupestres serão referidas com maior detalhamento, mais à frente.

Considerando que imagens fotográficas digitais devem obedecer a certos critérios para se adequarem à Conservação-Restauração, devem ser utilizados equipamentos fotográficos capazes de gerar imagens de nível profissional: câmeras fotográficas que gerem arquivos em formato RAW (formato de arquivo digital de imagem no qual os ajustes são armazenados separados dos dados brutos, sem compressão ou modificações da câmera permitindo uma gama bem maior de ajustes e/ou alterações em softwares de edição de imagem, do que o tradicional Jpeg, um tipo de arquivo que é processado na própria câmera, com redução de tamanho e compressão de dados), fontes de iluminação estáveis e confiáveis, cartelas dimensionais e de referência cromática para ajustes no processamento das imagens com softwares específicos (procedimento fundamental e importantíssimo, sem o qual não se atinge o objetivo desejado). Além

disso é necessário um conhecimento das metodologias aplicadas às diferentes técnicas de imagem, bem como do pós-processamento adequado a cada uma delas.

Documentação como forma de Preservação do Patrimônio Cultural

Considerando o Patrimônio Arqueológico como o que de fato é, Patrimônio Cultural, ou seja, um bem a ser protegido, preservado e legado às gerações futuras, no Brasil os aspectos legais para sua proteção estão contemplados na Constituição Federal de 1988 nos arts. 23, § III e IV e 216, § V, além disso já estava presente no Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, na criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão responsável pela tutela e proteção dos bens arqueológicos do Brasil. Essa proteção é exercida pelo Centro Nacional de Arqueologia, Unidade Especial e integrante do Comitê Gestor do Instituto, normatizada pelo Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009.

Inserida a Arte Rupestre no seu contexto de vestígio material de grupos humanos do passado, Azevedo Netto entende que essa manifestação cultural pode e muitas vezes deve ser abordada de forma "[...] interdisciplinar, agregando elementos tanto da esfera da ciência, como da esfera da arte, ou mesmo da filosofia da arte." (Azevedo Netto, 2013, p. 67). Acrescenta ainda que o fenômeno possui grande potencial de informação, cujos mecanismos de representação se dão por dados observáveis, ou seja, o próprio objeto é a fonte de informação. Informação essa que pode se apresentar sob vários aspectos técnicos, formais e/ou interpretativos. Assim:

> As diferentes fontes de informações dos fenômenos rupestres podem ser agrupadas quanto à origem: técnica, temática, estética, espacial e relacional. Cabe aqui ressaltar que, nem sempre, tais informações se apresentam em sua totalidade em um único evento desta natureza, uma vez que o tempo e as intempéries interferem na conservação das obras, chegando muitas vezes, a alterar o seu sentido. (Azevedo Netto, 2013, p. 91).[5]

5 O autor especifica os respectivos tipos de Informação: *Técnica* – quanto ao modo de execução, pinturas e gravuras; *Temática* – temas adotados categorizados como figurativos, geométricos e abstratos ou livres; *Estética* – motivos representados por meio de seus quadros genéricos, antropomorfos e zoomorfos, com atributos de cor e dimensão; *Espacial* – tipo de suporte e distribuição dos painéis, blocos soltos, paredões, tetos de grutas etc.; *Relacional* – relações que os signos estabelecem entre si, com seu suporte (por exemplo: painéis ou figuras isoladas) e com os demais elementos do registro arqueológico (estruturas habitacionais e/ou rituais) que

Desse modo inferimos que a questão peculiar da Arte Rupestre, que por suas particularidades, como a localização dos sítios arqueológicos, muitas vezes localizados em áreas sob pressão desenvolvimentista, expansão demográfica, atividades extrativistas e do agronegócio, está em risco constante. Soma-se a isso sua natureza material e tipologia de suporte, sujeita às condições naturais do ambiente em que está inserida, além de depredações e vandalismos, devido à ignorância e falta de educação patrimonial, aliadas às questões de ordem gerencial e falta de verbas disponíveis, fato bastante recorrente. Outrossim:

> O atual contexto de acelerada degradação ambiental coloca em risco o patrimônio arqueológico, de natureza frágil e finita. Ao considerar que os ambientes são construídos por grupos sociais ao longo do tempo, preservar os recursos ambientais implica mantê-los como patrimônio das comunidades, como fonte de sobrevivência e legado identitário. (Ferreira, Froner, Souza. 2015, p. 16).

Frente ao impacto que os inúmeros sítios arqueológicos do Brasil[6] vêm sofrendo, faz-se urgente adotar medidas de proteção e salvaguarda. Para tanto torna-se necessário, na medida do possível, a multiplicação de estudos destinados a esse fim, sendo a documentação e o registro fiel uma primeira forma altamente eficaz nesse sentido.

> Nesta situação de fragilidade perante tantos possíveis atores e interessados na preservação do patrimônio cultural, o papel da Ciência e da Tecnologia como ferramentas de gestão de preservação é exatamente o de oferecer:
>
> - as bases de conhecimento;
>
> - a documentação científica e o diagnóstico por imagem
>
> - a utilização de tecnologias inovadoras de preservação, conservação e restauração de bens culturais. (Santos, Froner, Souza, 2015, p.6).
>
> Contudo, a preservação deste ou daquele sítio, paisagem ou monumento depende de uma rede complexa de relações: a comunidade onde se localiza;

compõem os sítios arqueológicos (Azevedo Netto, 1994).

6 O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Iphan apresenta mais de 27 mil sítios arqueológicos registrados, entre históricos e pré-coloniais, contando o Estado de Minas Gerais com mais de dois mil registros, sendo mais de 1200 pré-coloniais. Fonte: CNSA disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699/> acesso em 12/05/2018.

> a comunidade que o visita; as autoridades locais, do Estado e/ou da União (conforme a organização de cada país); as verbas disponíveis; a disponibilidade técnico-científica; a educação e, acima de tudo, a compreensão profunda do sentido de preservação daquele bem. (Froner, 2001, p. 170)

Pinturas Rupestres

As pinturas rupestres, também chamadas grafismos rupestres, se inserem no contexto que denominamos Arte Rupestre, que engloba também as gravuras rupestres, o qual, segundo Prous (1992):

> Por 'arte rupestre' entendem-se todas as inscrições (pinturas ou gravuras), deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (paredes de abrigos, grutas, matacões, etc.). A palavra rupestre, com efeito vem do latim *rupe-is* (rochedo); [...]
>
> Alguns autores denominam as figuras pintadas 'pictografias' e as gravuras 'petróglifos';[...]. A palavra tupi itacoatiara (= pedra pintada) é frequentemente usada para denominar os rochedos decorados. (Prous, 1992, p. 510).

A Arte Rupestre está disseminada pelo mundo, Europa, África, Américas e Austrália, com datações que podem remeter a mais de 30 mil anos como a Gruta de Chauvet na França (Prous, 2007). Segundo o mesmo autor, no Brasil, existem milhares de sítios rupestres, desde o Rio Grande do Sul até o Norte (fronteira com Colômbia, Venezuela e Guianas), havendo uma maior concentração no Brasil Central e Nordeste, talvez devido à existência de inúmeros abrigos e grutas nos maciços calcários, quartzíticos ou de arenito nesses locais. (Prous, 2007).

Inúmeros estudos já foram realizados no Brasil acerca da Arte Rupestre, sendo a pesquisa sistemática desenvolvida a partir da década de 1970 e intensificada a partir dos anos 1980 (Prous, 1992, 2007). Porém a maioria dos estudos estão relacionados a questões de crono-estilística e cópias em tamanho natural, por meio de decalques das figurações em plástico transparente e também fotografias, para estudos em laboratório. Com o advento da tecnologia digital, novas formas de registro foram incorporadas pelos arqueólogos em seus estudos, fotografias digitais, escaneamento e outros, contudo, sem abandonar as cópias em tamanho natural, aliando-as aos novos recursos disponíveis, tais como projeção em laboratório e vetorização dos

motivos com o auxílio de softwares de edição. A esse respeito podemos citar os estudos realizados por Pereira, Rubio e Barbosa (2013) justamente no campo da documentação digital, em dois sítios arqueológicos em Monte Alegre no Pará, em que a autora diz:

> Um dos aspectos mais importantes no estudo da arte rupestre é a documentação. No Brasil, são raros os trabalhos que apresentam os métodos e as técnicas empregados na documentação deste tipo de vestígio arqueológico. Grande parte dos estudos publicados no país está voltada para a classificação, a terminologia, as definições crono-estilísticas, interpretações e comparações entre conjuntos gráficos. Atualmente, a fotografia digital e os programas de manipulação de imagem constituem ferramentas de grande utilidade e precisão para a documentação da arte rupestre. (Pereira, Rubio, Barbosa, 2013, p.585).

A autora acrescenta ainda que "A precisão da documentação interferirá diretamente na fiabilidade da análise e também na preservação [...]" sendo o fator primordial "[...] a necessidade de registrar com o maior grau de rigor e precisão as imagens plasmadas nas rochas. [...] visto que a qualidade da documentação é o que vai sustentar as análises posteriores da arte rupestre." (Pereira, Rubio, Barbosa, 2013, p. 586). Isso posto, passemos ao objeto de nosso estudo: a Lapa da Sucupira.

A Lapa da Sucupira

O sítio arqueológico "Lapa da Sucupira" (Sucupira I, grande abrigo –CNSA_MG00475_SUCUPIRA I_SANTANA DO RIACHO)[7] está localizado às margens do Rio Parauninha, no município de Santana do Riacho e é um dos mais importantes sítios arqueológicos da Serra do Cipó. Consiste num grande abrigo sob rocha com cerca de 150 m, um paredão com vários painéis de pinturas rupestres, contendo um patamar com sedimentos e pedras desabadas na área protegida**.** Os painéis são repletos de inscrições, numa possível datação que pode variar entre 2000-3000 BP até 7000 BP ou mais além (Prous, 1992, p. 535) nas cores vermelha, amarela, preta e branca, com figuras que retratam animais, desenhos geométricos e figuras humanas. Está inserida numa Área de Proteção Ambiental (APA) Morro da Pedreira, conforme mapa da Figura 1.

7 CNSA/SGPA/Iphan. CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. SGPA – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico.

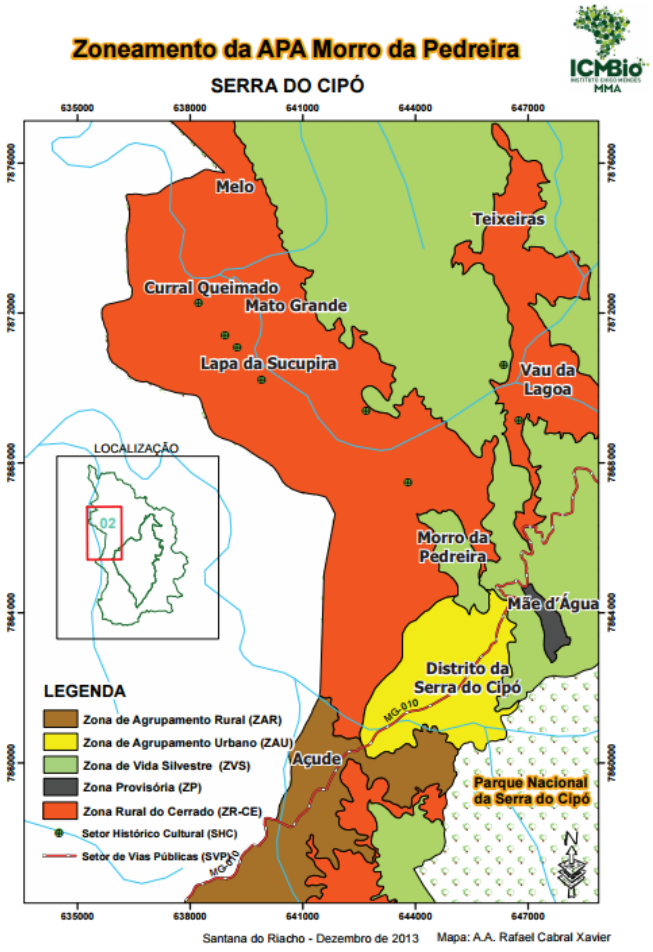


Figura 1. Mapa de zoneamento APA Morro da Pedreira

Fonte: Revista Plano de Manejo APA Morro da Pedreira, ICMBio Instituto Chico Mendes – Ministério do Meio Ambiente, p.69. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/apa-morro-da-pedreira/arquivos/revista-plano-de-manejo-apa-versao-publicadafinal-copia.pdf/view

Em termos geográficos a Serra do Cipó, região Sul da Cadeia do Espinhaço, em Minas Gerais, está localizada a cerca de 100 km a norte de Belo Horizonte. Entre os limites 19°12'30"-19°30'35"S e 43°20'25"-43°40'00"W está delimitada pelo Rio Cipó e seus afluentes do leste. A serra abrange parte dos municípios de Congonhas do Norte e Santana do Pirapama ao norte, Conceição do Mato Dentro, Jaboticatubas e Santana do Riacho ao centro-sul, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro a leste, e Nova União e Taquaraçu de Minas ao sul.

O Paredão

O Paredão está situado nas coordenadas geodésicas 19º 15.442'S e 043º 40.167'W, a 752 m de altitude (dados obtidos em 08/05/2018), orientado no eixo Sudoeste-Nordeste, com a face pintada voltada para Sudeste. Ele abriga centenas de pinturas rupestres, abrangendo cerca de 30 metros de comprimento (face pintada, objeto desse estudo) sendo que a maioria de suas figuras estão situadas nas partes mais baixas da parede, rente ao piso. Além dessas figuras, o paredão possui também alguns painéis localizados em alturas na ordem de três a quatro metros do solo,

Segundo Baeta (2011),

> Os conjuntos de figurações rupestres atribuídos à Tradição Planalto predominam [...], do ponto de vista visual e quantitativo, nas paredes da grande maioria dos sítios da área de pesquisa [...] *Carste de Lagoa Santa e Serra do Cipó* (grifo nosso) [...]. Em alguns casos, estão representados em camadas sucessivas, como nos sítios Cerca Grande, Lapa do Sumidouro, Altamira, Grande Abrigo Santana do Riacho e Sucupira. Figuras monocrômicas compostas, sobretudo por quadrúpedes, cervídeos, peixes, alinhamentos de pontos e traços, são imediatamente associadas a essa tradição (Baeta, 2011, p.16).
>
> [...] foram reorganizados em momentos cronológicos sucessivos buscando, sempre que possível, estabelecer correspondências ou analogias entre os grafismos do Carste de Lagoa Santa e Serra do Cipó (Baeta, 2011, p.16)
>
> Os níveis mais antigos nas duas áreas, por exemplo, são representados por grandes cervídeos, peixes preenchidos por traços e pontos, além de antropomorfos esquemáticos, elaborados nas cores amarela e vermelha (Baeta, 2011, p.17).

As pinturas foram realizadas diretamente no paredão, sem preparação.

Nas pinturas rupestres no Brasil não se sabe ao certo o material usado como aglutinante[8]. Na Serra do Cipó os grandes abrigos de pinturas rupestres podem ser

8 Aglutinante em pintura é a substância que funciona como uma cola, usada na composição das tintas para ligar e fixar as partículas de pigmento à base escolhida para a pintura. Resinas de árvore, gema de ovo e sumo de alho são exemplos de aglutinantes usados na composição de tintas, assim como a cola plástica ou resina acrílica, na atualidade. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo27/aglutinante> Acesso em 25/05/2018.

observados em afloramento calcário ou em afloramento de quartzito. No caso da *Lapa da Sucupira,* o elemento predominante é o calcário no maciço rochoso. Em relação aos pigmentos utilizados no local, exames de Fluorescência de Raios X por Energia Dispersiva (EDXRF) realizados em 2017, onde foi possível a irradiação, utilizando espectrômetro portátil Tracer III SD da Bruker®, foram identificados os seguintes elementos químicos:

Preto (manganês, ferro, cálcio, estrôncio, enxofre);

Vermelho (ferro, cálcio, estrôncio, enxofre);

Amarelo (ferro, cálcio, estrôncio, enxofre);

Na parte do paredão sem tinta (cálcio, estrôncio, ferro);

Nas pinturas de cor branca não foi possível realizar amostragem devido ao fato de estarem localizadas em pontos de difícil acesso (grande altura).

A espectrometria de fluorescência de raios X por energia dispersiva (EDXRF- Energy Dispersive X-Ray Fluorescence)[9] é uma técnica de análise química multielementar que possibilita determinar simultaneamente um intervalo amplo de elementos, consistindo num método não destrutivo, sendo possível irradiar a amostra várias vezes. Baseia-se na emissão de raios X de alta energia para identificar e quantificar a concentração de elementos químicos presentes nas amostras.

Análise preliminar do estado de conservação da Lapa da Sucupira

De um modo geral podemos dizer que as pinturas rupestres da Lapa da Sucupira estão em estado razoável, dada sua cronologia e considerando o fato que o local é de livre acesso, apesar de situar-se em propriedade particular. Na visita que fizemos em 8 de dezembro de 2018 foram constatadas as seguintes ocorrências, além do intemperismo natural e sujidades como depósitos de poeira:

Eflorescência por *carbonatação* no suporte pétreo (carbonatação é o processo químico que ocorre na reação do calcário com o gás carbônico atmosférico, na

9 Disponível em <http://edxrf.if.usp.br/index.php/EDXRF/OEpsilon5> Acesso em 25/05/2018

presença de água, que leva à formação de carbonato de cálcio na superfície do paredão). Em alguns locais essa eflorescência já praticamente cobriu algumas pinturas

Desprendimento de placas do suporte pétreo por *termoclastia* (fraturamento em lâminas da superfície rochosa, causado por grande amplitude térmica no local – variação térmica em relação ao dia e a noite). Essa ocorrência acaba por ocasionar lacunas em algumas pinturas, o que é irreversível.

Ação biológica de insetos, aves e morcegos, entre outras e microbiológica por líquens

Ação antrópica de vandalismo

As Figuras 2 a 7 mostram exemplos dessas degradações.



Figura 2. Ocorrência de carbonatação cobrindo pintura rupestre. Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 3. Ocorrência de descamação por termoclastia. Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 4. Teias de aranha; ninhos de vespa

Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 5. Sujidades de aves e/ou morcegos

Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 6 – Colônias de líquens (pontos brancos). Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 7 – Ação antrópica de vandalismo

Fonte: Alexandre Costa, 2018

DESENVOLVIMENTO

Objetivos

Objetivos gerais

Implementar as principais técnicas de Documentação Científica por Imagem de Bens Culturais com fins de estudo, mapeamento e diagnóstico dos painéis de pintura rupestre do sítio Lapa da Sucupira.

Objetivos Específicos

Fotografia de Luz Visível:

Plano geral

Detalhes

Fotografia de Luz Rasante

Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta com fins de observar elementos superficiais, marcas singulares, materiais e substâncias fluorescentes entre outros.

Fotografia de Radiação Infravermelha Refletida, com fins de observar aspectos subjacentes à superfície do suporte não visíveis a olho nu.

Sistematizar protocolos de geração de imagens digitais de pinturas rupestres passíveis de serem utilizados em outros Sítios Arqueológicos.

Construir um modelo tridimensional localizado, a partir de fotografias de partes específicas dos painéis de pinturas rupestres ali existentes (fotogrametria por meio do software profissional AgisoftPhotoScan Pro).

Técnicas de imageamento

As seguintes técnicas foram utilizadas no desenvolvimento desse estudo.

Fotografia de Luz Visível

Também chamada como Fotografia de Luz Direta (Leão, 2015), são as imagens fotográficas geradas sob luz natural ou artificial (fontes de iluminação com lâmpadas de uso profissional em fotografia ou sistema de flash eletrônico). Consiste na vista geral do objeto/bem cultural com fins de se ter um registro bem definido. Para tanto, utiliza-se câmera fotográfica profissional ou câmera técnica de estúdio, equipamentos digitais em que os parâmetros de configuração devem se efetuar com fins de gerar a melhor qualidade de imagem do objeto em questão. Além disso devem ser utilizadas objetivas de alta qualidade ótica, posicionadas em distância focal adequada para evitar distorções e/ou falta de nitidez bem como aberrações cromáticas na imagem. O uso de cartelas de referência cromática é imprescindível, pois permite correções tais como ajuste cromático (procedimento básico a avançado), ajuste de exposição (quantidade de luz na imagem) ou geração de perfis de cores (procedimento avançado).

Para a fotografia de luz visível, deve-se procurar iluminar uniformemente todo o objeto e, no caso de luz artificial, devem ser utilizadas lâmpadas de IRC[10] elevado, bem como flashes eletrônicos de boa qualidade. O posicionamento da câmera em relação ao objeto deve levar em conta a perspectiva real, pois erros dessa natureza implicam em erros dimensionais e de proporção. Quando possível é preferível utilizar objetivas de distância focal fixa, porém de boa qualidade, que minimizam as distorções causadas pelas lentes zoom.

10 IRC significa Índice de Reprodução de Cores. Esse índice varia de 0 a 100%, sendo que, quanto mais próximo de 100%, maior a fidelidade e precisão das cores vistas dos objetos.

Além disso as imagens obtidas devem ser processadas em computador (de alto desempenho) com o uso de softwares específicos para processamento (também chamado tratamento) das imagens. Note-se que existe uma diferença entre processamento e manipulação de imagens. O processamento de imagens tem por objetivo recuperar informações e/ou características originais da imagem, sua correta visualidade, melhorando sua qualidade e tornando-a mais próxima da realidade, da maneira como a percebemos com vista desarmada. Assim, são realizados ajustes como o balanço de branco (*White Balance* – WB), ajuste da exposição (luminosidade), ajuste cromático e perfil de cores. Para tanto é de importância fundamental a utilização de cartelas de referência cromática de qualidade durante a geração das imagens e no pós-processamento em computador. Tais cartelas são elaboradas e fabricadas de forma altamente técnica com um rigoroso e apurado controle de cores (as cores são produzidas com pigmentos minerais extremamente estáveis, o que se traduz em confiabilidade, fidelidade e consistência cromática). A manipulação de imagens configura um procedimento em que há modificações que geram uma imagem falsa do objeto em si.

Fotografia de Luz Rasante

Também chamada de Fotografia de Luz Tangencial, implica no posicionamento da fonte de luz de forma a gerar sombras e/ou contrastes sobre a superfície fotografada, gerando imagens que revelem detalhes do "relevo" daquela superfície, tais como: textura, tridimensionalidade, características de depressão ou abaulamento entre outras. A fonte de luz pontual, também chamada de "luz dura" é a mais indicada (gera maiores contraste) devido, além do seu posicionamento em relação ao objeto, ao comportamento da luz em sua propagação: a intensidade luminosa é inversamente proporcional ao quadrado da distância, portanto, a fonte de luz deve estar posicionada de forma que a superfície fotografada receba a mesma quantidade de luz. No pós-processamento da imagem, ajustes no histograma permitem enfatizar as áreas de maior contraste, revelando os detalhes de acordo com os objetivos requeridos ou pretendidos na análise. Além disso, a imagem convertida em tons de cinza pode facilitar a interpretação (Leão, 2015).

Outra técnica fotográfica que utiliza Luz Rasante nos seus procedimentos é denominada *Reflectance Transformation Imaging* (RTI). Caracterizado como um método fotográfico computacional, que captura a forma e a cor da superfície (textura) de um determinado objeto, em linhas gerais o procedimento consiste na geração de uma série de imagens fotográficas digitais com a câmera fotográfica em posição estacionária e alterando o ângulo da luz (fonte de iluminação) incidente a cada fo-

tografia, produzindo imagens de um mesmo assunto com diferentes realces e sombras. As imagens são processadas por meio de um software específico (*RTIBuilder*) que cria um modelo matemático da superfície fotografada, a partir das informações de iluminação, possibilitando uma observação interativa. Apesar de assemelhar-se a uma imagem fotográfica bidimensional (2D), cada imagem de RTI possui informações de reflectância derivadas da superfície tridimensional (3D) do objeto, obtidas de acordo com os ângulos de iluminação incidentes. Num software específico de visualização (*RTIViewer*), é possível observar detalhes finos dessa superfície, de acordo com a posição selecionada.[11]

Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta

Também chamada de Fotografia UV, o principal objetivo dessa técnica é observar aspectos da camada superficial do objeto, a fluorescência ou absorção da energia emitida pela fonte de radiação ultravioleta (radiação UV-A, cujo pico de energia na fonte está no comprimento de onda de 365 namoetros – nm) devido às propriedades moleculares dos materiais e/ou substâncias presentes naquela superfície. Para a correta interpretação das imagens é necessário o uso de um filtro especial na frente da objetiva (filtro Kodak 2E que corta os comprimentos de onda até 415 nm) eliminando as influências da radiação UV sobre o sensor da câmera digital, deixando passar as energias acima dessa frequência, portanto, na faixa visível do espectro luminoso, que para o olho humano é compreendido entre 400 nm e 700 nm. A radiação ultravioleta é dividida em três partes de acordo com a região do espectro de ondas em que se encontra: Radiação **UV-A**: ocupa a faixa de 320 a 400 nanômetros; Radiação **UV-B**: ocupa a faixa de 280-320 nm; Radiação **UV-C**: vai da faixa de 280 a comprimentos de onda menores (100 nm)[12]. Algumas medidas são necessárias ao realizar esse tipo de fotografia, como a intensidade e distância da fonte em relação ao objeto, bem como o posicionamento e ajustes de configuração da câmera de maneira a obter qualidade técnica e resultados confiáveis.

Fotografia de Radiação Infravermelha Refletida – Fotografia IR

A esse tipo de fotografia denominamos de Fotografia IV (Infravermelha) ou, mais comum na literatura científica, Fotografia IR (*Infra Red* do inglês). Imagens obtidas com o uso dessa técnica permitem observar aspectos imediatamente sub-

11 Disponível em <http://culturalheritageimaging.org/Technologies/RTI/> Acesso em 25/05/2018
12 Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/quimica/tipos-radiacao-ultravioleta.htm>Acesso em 27/06/2018

jacentes sob a superfície do objeto. Tratando-se de obras de arte, principalmente pinturas, podem ser observados detalhes subjacentes à camada pictórica tais como desenhos preparatórios, arrependimentos do autor, repinturas etc. As duas principais maneiras de se obter esse tipo de imagem são: por uma câmera digital convencional, da qual se removeu o filtro IR da frente do sensor digital, e a outra é utilizando uma câmera específica para esse fim. Geralmente as câmeras digitais convencionais possuem sensores digitais com sensibilidade que vai da faixa do visível até o IR próximo, ou seja, dos 400 nm até 900 nm, sendo que alguns podem chegar até a 1100 nm. Para captar imagens somente na faixa do visível as câmeras digitais contam com um filtro de fábrica, que corta a faixa do espectro correspondente aos comprimentos de onda acima dos 700 nm. Ao remover esse filtro da câmera (procedimento técnico a ser efetuado por profissionais abalizados), recupera-se a sensibilidade original do sensor e podem ser captadas imagens na faixa do IR próximo. o uso de um filtro científico que bloqueia as radiações na faixa do espectro visível (geralmente um filtro que bloqueia radiações abaixo de 720 nm, permitindo a passagem de comprimentos de onda maiores), posicionado na frente da objetiva da câmera. Um procedimento necessário ao efetuar esse tipo de fotografia é a correção do foco na objetiva durante a geração da imagem, pois ele se forma imediatamente subjacente à superfície atingida pela radiação IR, onde estariam os detalhes a serem analisados. As câmeras fabricadas especificamente para fotografias IR possuem sensores com sensibilidade na faixa dos 900 nm aos 1700 nm, portanto capazes de atingir camadas mais profundas do objeto, registrando aquelas informações. Esse tipo de técnica é chamado Reflectografia de IR, porém obtidas em faixas diferentes do espectro.

Outra questão pertinente à Reflectografia de IR diz respeito à fonte de energia necessária à geração desse tipo de imagem. A IR é dissipada no ambiente sob a forma de calor, também conhecida como radiação térmica, portanto é necessária uma fonte luminosa capaz de gerar energia térmica[13] que possa ser refletida pelo objeto em estudo. Para essa técnica, costumam-se utilizar lâmpadas halógenas (de potência entre 50 a 1000 watts, sendo a potência condizente com o objeto para evitar danos). Para câmeras digitais modificadas para infravermelho, costumam também ser utilizados refletores ou iluminadores de LED infravermelhos, utilizados em câmeras de segurança e circuitos fechados de televisão (CFTV), cujo pico de emissão é na faixa de 860 nm.

13 Apesar da energia térmica IR estar disseminada pela atmosfera terrestre e por corpos, objetos presentes na superfície terrestre refletem essa energia em maior ou menor escala.

Fotogrametria

De acordo com Tommaselli *et al.* (2009, p.1) e na definição da American Society of Photogrammetry, na atual concepção da palavra, "Fotogrametria é a arte, ciência e tecnologia de obtenção de informação confiável sobre objetos físicos e o meio ambiente através de processos de gravação, medição e interpretação de imagens fotográficas e padrões de energia eletromagnética radiante e outras fontes". Inicialmente relacionada à análise de fotografias, atualmente também diz respeito a imagens obtidas por sensores remotos, câmeras digitais, drones e outros dispositivos capazes de gerar imagens com qualidade fotográfica.

Os objetivos dessa técnica tanto podem ser a geração de dados quantitativos como áreas e coordenadas, usados na confecção de mapas e cartas topográficas (fotogrametria métrica), quanto de dados qualitativos a partir das análises de imagens fotográficas e de satélite (fotointerpretação). O uso atual da fotogrametria também se expandiu para usos de natureza industrial ou estudos científicos e acadêmicos, aplicações das mais diversas naturezas: Arquitetura, Arqueologia, Patrimônio Cultural, modelos e protótipos industriais, impressoras 3D, entre outros. Concernente a isso existem diversos softwares capazes de executar tarefas realizadas na fotogrametria (geração de modelos tridimensionais), tais como 3DMax da Autodesk e o Blender3d. Para o estudo das pinturas rupestres usamos o software Agisoft PhotoScanPro, que gera modelos tridimensionais a partir de fotografias realizadas com câmera digital sob condições específicas tais como: iluminação uniforme; posicionamento e ajustes de configuração de câmera; uso de escalas de cor, dimensional e alvos (targets) gerados pelo próprio software para otimização do processo.

Materiais e Metodologia

Materiais

Câmeras Fotográficas: Canon EOS 7D, com objetiva EF 24-70 mm f/4L IS; Canon EOS 6D com objetiva EF 17-40 mm f/4L USM; Canon EOS T3 Rebel com objetiva 18-55 mm; Nikon D810 com objetiva micro Nikkor 60 mm; Canon G15; Sony NEX F3 com objetiva 18-55 mm; Nikon D60 (preparada para fotografia de Infravermelho) com objetiva Nikkor 60 mm.

Filtros científicos especiais Kodak 2E (Ultravioleta) e 87 (Infravermelho); suporte Cokin para filtro, com anéis adaptadores às objetivas.

Telefones celulares com qualidade fotográfica: Asus Zenfone 3 Zoom; iPhone 8;

Tripés para fotografia, tripés de iluminação, suportes e adaptadores para cartelas

Iluminação: Flashes eletrônicos Nikon SB-910; sombrinhas difusoras/refletoras; calhas de iluminação com lâmpadas fluorescentes ultravioletas; refletor de LED Infravermelho; refletor de lâmpada analítica de luz ultravioleta (Lacicor), lanterna de LED, luz branca; Nobreak (fonte de energia elétrica); lanternas; extensões elétricas e adaptadores.

Cartelas de referência cromática: Gretag-Macbeth® Colorchecker Classic da X-Rite com 24 amostras de cor, Colorchecker Passport Photo da X-Rite, também com 24 amostras e cartela Qp-Card 101 com três amostras de cinza. Papel Colorplus cinza para referência de Balanço de Branco Personalizado. Cartela Ifrao confeccionada no iLAB, segundo os padrões colorimétricos recomendados.

GPS, trena, nível de bolha, escalas dimensionais, alvos AgisoftPhotoscan, kit RTI.

Metodologia

Devido à existência de inúmeras figurações rupestres no paredão e o tempo disponível para a realização das atividades, foi necessário fazer um recorte metodológico, selecionando alguns locais específicos, aqui denominados como painéis e identificados de acordo com suas características formais: *Antropomorfo I, Antropomorfo II, Zoomorfo I* e o local da fotogrametria sem denominação específica. Vide Figuras 8 a 12.



Legenda: 1– *Antropomorfo I;* 2 – *Antropomorfo II;* 3 – *Local da Fotogrametria;* 4 – *Zoomorfo I*

Figura 8. Vista panorâmica da Lapa da Sucupira com os locais dos painéis selecionados.

Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 9. Painel rupestre *Antropomorfo I,* Fotografia de Luz Visível (ambiente).
Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 10. Painel rupestre *Antropomorfo II,* Fotografia de Luz Visível (ambiente).
Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 11. Painel rupestre *Zoomorfo I,* Fotografia de Luz Visível (ambiente).
Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 12. Limites da área fotografada para Fotogrametria, com escala dimensional (1m) e os alvos posicionados. Fonte: Alexandre Costa, 2018

Na geração de imagens os critérios básicos foram formato de arquivo RAW, câmera em modo manual, balanço de branco personalizado com papel cinza Colorplus (valores de RGB = 163) na luz visível. Nas imagens científicas (Fluorescência de Ultravioleta e Fotografia IR) e com flash eletrônico, balanço de branco de acordo com a fonte de iluminação (10000 K para UV, lâmpada de tungstênio para IR, flash para Flash). ISO, velocidade de obturador e abertura de diafragma compatíveis com as respectivas imagens a serem geradas, câmera sobre tripé. Nas imagens sob Luz Visível é imprescindível a utilização de cartelas de referência cromática (neste caso a Gretag-Macbeth Colorchecker®, de 24 amostras de cores, nas versões Classic e Passport), num procedimento em que é gerada uma imagem com cartela e outra sem cartela nas mesmas configurações de câmera e iluminação para o pós-processamento. Exemplo do procedimento nas Figuras 13 e 14.



Figura 13. Painel rupestre *Antropomorfo I,* Fotografia de Luz Visível com cartela de cores

Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 14. Painel rupestre *Antropomorfo I,* Fotografia de Luz Visível, sem cartela de cores

Fonte: Alexandre Costa, 2018

Nas Fotografias de Luz Visível, Luz Rasante e Fluorescência de Ultravioleta foi utilizada câmera DSLR Canon EOS 7D com objetiva EF 24-70 mm f/4L IS, sendo que na Fotografia UV foi posicionado na frente da objetiva o filtro científico Kodak 2E, com fonte de iluminação de lâmpadas fluorescentes ultravioletas para a geração das imagens no período noturno (ver item 2.2.3. a respeito dessa técnica). Em relação às imagens geradas para o *RTI* foi utilizada câmera DSLR Nikon D810 com objetiva Nikkor 60 mm, iluminação de flash eletrônico Nikon SB-910 e na Fotografia IR foi utilizada câmera Nikon D60 IR, adaptada para fotografia de infravermelho com objetiva Nikkor 60 mm, e filtro científico Kodak 87, posicionado na frente da objetiva, sendo a fonte de radiação um refletor/projetor de LED infravermelho (ver item 2.2.4. acerca de Fotografia IR). Tanto na Fotografia UV quanto na Fotografia IR, foi utilizado um Nobreak para fornecer energia para as fontes de iluminação UV e radiação IR. Na Fotogrametria foi utilizada uma câmera Sony NEX F 3 com objetiva Sony 18-55mm.

No processamento das imagens em computador foram utilizados os softwares Adobe Photoshop®, com os plug-ins (aplicativos) Adobe Bridge® e Adobe Câmera RAW® no tratamento das imagens das várias técnicas. De um modo geral esse processamento inicial consiste em efetuar ajustes no Adobe Câmera RAW® na imagem com a cartela de cores, tais como balanço de branco (WB-*White Balance*) e exposição (fotometria) e sincronizar com as demais imagens realizadas sob a mesma configuração de câmera e iluminação. No Adobe Photoshop® são feitos ajustes finos (Nitidez e correções pontuais de exposição). Além disso, nas imagens de *RTI* são utilizados os softwares *RTIBuilder* e *RTIviewer,* para a construção do modelo matemático e sua visualização. Nas imagens para a Fotogrametria, foi utilizado o

software *Agisoft PhotoScan Pro*, de uso profissional, para a construção do modelo tridimensional do local selecionado.

Resultados e discussão

Apresentamos a seguir os resultados por cada painel fotografado.

Painel rupestre *Antropomorfo I*

Nesse painel as técnicas utilizadas foram: Fotografia sob Luz Visível; Fotografia sob Luz Rasante; Fotografia de Infravermelho; Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta; *RTI.*

Conforme podemos verificar nas imagens, todas elas apresentaram resultados positivos, com as figurações rupestres ali presentes delineadas de modo bastante perceptível nas imagens correspondentes a cada técnica. Sob Luz Visível (Figura 15), aí inclusas a Luz Rasante (Figura 17) e o *RTI* (Figura 19 e 20), percebe-se claramente os limites formais da figuração rupestre, bem como questões de ordem microbiológica ocorrendo no local (colonização por líquens), além da aparência da topografia da superfície rochosa do paredão.

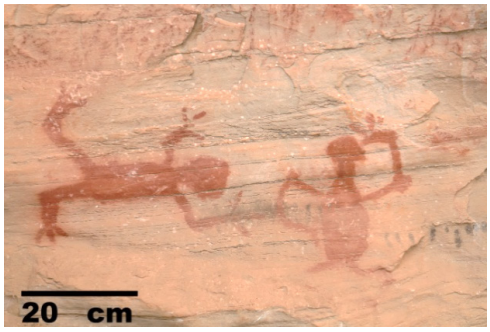


Figura 15. Painel *Antropomorfo I* – Fotografia de Luz Visível.
Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 16. Painel *Antropomorfo I* – Fotografia de Infravermelho – refletor de LED infravermelho
Fonte: Alexandre Costa,. 2018



Figura 17. Painel *Antropomorfo I* – Fotografia de Luz Rasante

Fonte: Alexandre Costa, Alexandre Leão, 2018



Figura 18. Painel *Antropomorfo I* – Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta

Fonte: Alexandre Costa, Alexandre Leão 2018



Figura 19. Painel *Antropomorfo I*, imagem *RTI*

Fonte: Adriano Bueno, 2018



Figura 20. Painel *Antropomorfo I*, imagem *RTI*

Fonte: Adriano Bueno, 2018

Além disso, após o processamento a imagem de Luz Visível recuperou as informações de colorimetria da figuração. As imagens de Fotografia IR (Figura 16) e Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta (Figura 18) também apresentaram resultados compatíveis, sendo que na Fotografia IR as colônias de líquens ficaram bastante evidenciadas e na Fotografia UV, além dessa evidenciação dos líquens, os contornos e limites formais da figuração ficaram bastante nítidos devido ao contraste aplicado no processamento das imagens, no Ultravioleta.

Painel rupestre *Antropomorfo II*

Nesse painel foram feitos dois tipos de enquadramento, por ocasião da geração das imagens: um mais aberto (plano geral) com as técnicas de Fotografia de Luz Visível e Fotografia de Infravermelho; e outro mais fechado e detalhado (plano médio, mais próximo ao paredão) com as técnicas de Luz Visível, Fotografia IR e Fotografia UV.

Nas Fotografias de Luz Visível (Figuras 21 e 23), nos dois enquadramentos, além da recuperação da informação colorimétrica das figurações rupestres desse painel, podemos observar que alguns motivos ou traços estão bastante esmaecidos e/ou apagados, devido possivelmente à degradação natural devido ao intemperismo no local. Acresce-se a isso questões de ordem físico-mecânicas devido à descamação por *termoclastia* (perda de camadas superficiais da rocha devido às variações de temperatura no local – quente durante o dia e frio durante a noite). Além disso, notam-se também degradações de natureza antrópica, causadas por vandalismo.



Figura 21. Painel *Antropomorfo I* – Fotografia de Luz Visível, 1º enquadramento

Fonte: Alexandre Costa e Alexandre Leão, 2018



Figura 22. Painel *Antropomorfo II* – Fotografia de Infravermelho – 1º enquadramento

Fonte: Alexandre Costa e Alexandre Leão, 2018

Na Fotografia IR (Figuras 22 e 24), as figurações em vermelho e amarelo (pigmentos à base de óxido de ferro) não refletiram a radiação IR incidente, portanto não puderam ser observadas, fenômeno que demanda um estudo mais aprofundado para seu entendimento. Mas permaneceram observáveis os motivos pintados em preto.



Figura 23. Painel *Antropomorfo II* – Fotografia de Luz Visível – 2º enquadramento

Fonte: Alexandre Costa, Alexandre Leão, 2018

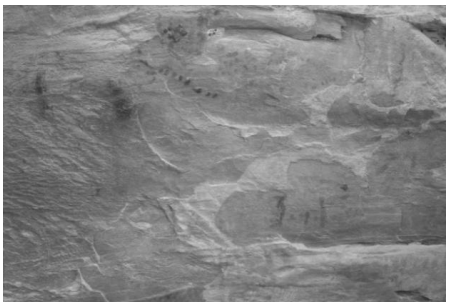


Figura 24. Painel *Antropomorfo I* – Fotografia de Infravermelho – 2º enquadramento

Fonte: Alexandre Costa, Alexandre Leão, 2018

Contrapondo-se a isso, na Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta (Figuras 25 e 26) as figurações e os motivos das diversas cores ficaram bastante evidentes, com os contornos bem delimitados, inclusive os motivos bastante esmaecidos na cor amarela, comprovando a eficácia da técnica na recuperação de informações nesse local específico ou seja: os limites formais das figurações, imagens já apagadas e quase imperceptíveis à vista desarmada, entre outras. A imagem convertida em preto e branco da Fotografia UV (Figura 26) com maior contraste complementa a imagem UV original,



Figura 25. Painel *Antropomorfo II* – Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta – 2º enquadramento

Fonte: Alexandre Costa, Alexandre Leão, 2018



Figura 26. Painel *Antropomorfo II* – Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta-preto&branco

Fonte: Alexandre Costa, Alexandre Leão, 2018

Painel rupestre *Zoomorfo I*

As técnicas implementadas foram Fotografia de Luz Visível, luz natural (ambiente) e iluminação oriunda de lanterna de LED; Fotografia de Infravermelho (IR); Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta (UV) e *RTI.* Nesse painel em particular as figurações rupestres e os motivos aí existentes já estão bastante apagados e esmaecidos, como podemos comprovar na imagem de Luz Visível com iluminação natural do ambiente (Figura 27). Porém na Fotografia de Infravermelho (Figura 28) podemos notar que os contornos e os limites formais da figuração rupestre principal, o cervídeo, tornaram-se bastante evidentes, o que comprova a eficácia da técnica nesse painel.



Figura 27. Painel *Zoomorfo I* – Fotografia Sob Luz Visível.

Fonte: Alexandre Costa, 2018



Figura 28. Painel *Zoomorfo I* – Fotografia no Infravermelho.

Fonte: Alexandre Leão, 2018

Analogamente a Fotografia de Luz Visível, com iluminação da lanterna de LED (Figura 29), também foi capaz de revelar tanto a figuração por inteiro como os motivos a ela adjacentes, plasmados na rocha, fato que também podemos observar nas imagens de *RTI* (Figura 31 e 32). Levando-se em conta que as figurações desse painel estão quase imperceptíveis sob luz natural, podemos afirmar que alcançamos resultados bastante positivos e alvissareiros no conjunto das técnicas Luz Visível com iluminação por lanterna de LED, Fotografia IR e *RTI.* Em contrapartida a Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta nada revelou, não sendo possível, inclusive, visualizar nenhuma figuração (Figura 30). Isso corrobora com a máxima muito utilizada em Conservação-Restauração de que "*cada caso é um caso"* em relação aos resultados diferentes das técnicas de Fotografia IR e Fotografia UV implementadas nos painéis *Antropomorfo II* e *Zoomorfo I.*



Figura 29. Painel *Zoomorfo I* – Fotografia Sob Luz Visível, lanterna de LED

Fonte: Alexandre Leão, 2018

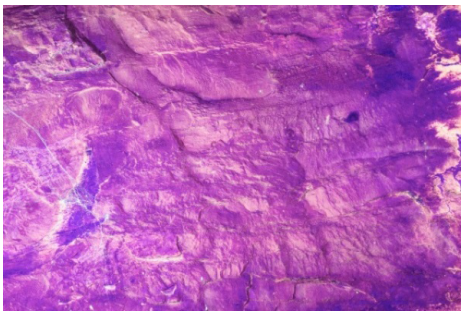


Figura 30. Painel *Zoomorfo I* – Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta

Fonte: Alexandre Leão, 2018

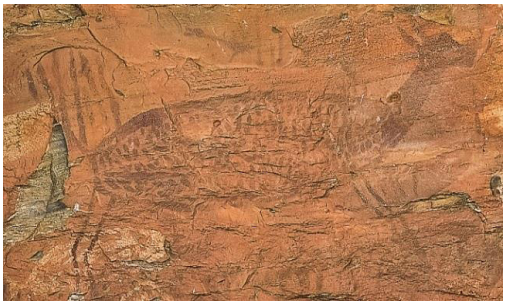


Figura 31. Painel *Zoomorfo I* – Imagem *RTI*

Fonte: Adriano Bueno, 2018

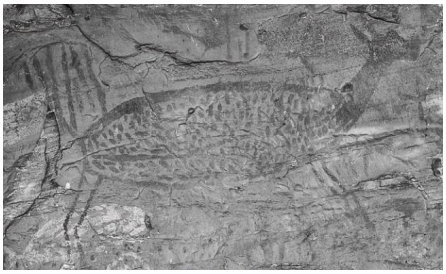


Figura 32. Painel *Zoomorfo I* – Imagem *RTI* em preto&branco

Fonte: Adriano Bueno, 2018

Fotogrametria

Na Fotogrametria foi construído um modelo tridimensional do local fotografado utilizando o software Agisoft PhotoScan Pro. Para essa técnica foram geradas 162 imagens em formato RAW, sendo uma com a cartela Colorchecker e as outras logo na sequência (Figura 33). Conforme já dissemos, no processamento inicial os ajustes realizados na imagem com a cartela foram sincronizados nas demais imagens e então foi construído o modelo, no caso o software selecionou 155 imagens para o processamento 3D. Essa técnica é interessante e bastante eficaz, pois permite visualização interativa em modo real do local fotografado, constituindo-se numa técnica não intrusiva (como toda imagem fotográfica de bens culturais) além de que nem sempre é possível ao pesquisador realizar estudos in loco, visto que demanda deslocamentos. Alia-se a isso o fato de que é possível disponibilizar o modelo 3D em outras plataformas ou mesmo *on line.*

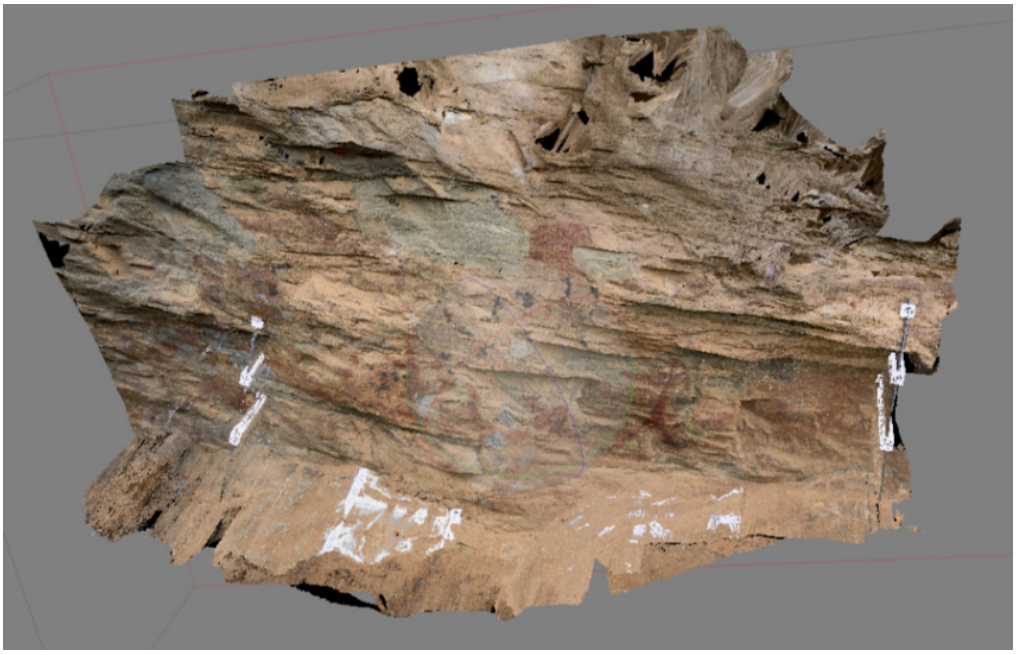


Figura 33. Vista frontal de modelo 3D do local da fotogrametria, como exemplo do procedimento. Fonte: Alexandre Costa, 2018

CONCLUSÃO

Em relação ao estudo realizado na Lapa da Sucupira, ressaltamos o importante papel da Documentação Científica por imagem, tanto na identificação dos motivos como na recuperação de informações em termos colorimétricos e limites formais. Podemos dizer que os objetivos propostos foram cumpridos e foi possível observar que uma técnica apenas não é capaz de elucidar todas as questões suscitadas num sítio arqueológico de tal magnitude. Em que pesem as circunstâncias e considerando as centenas de figurações rupestres do local, com as particularidades inerentes a cada uma delas, somente um conjunto de técnicas aplicadas de forma complementar tem comprovada eficácia na resposta das diversas indagações que surgem, seja no campo da Conservação-Restauração seja no campo da Arqueologia, ressaltando e favorecendo o trabalho interdisciplinar e colaborativo nos dois campos de pesquisa e investigação.

Considerando o caráter frágil e finito da tipologia material do objeto estudado, a pintura rupestre, sujeita a inúmeros fatores de degradação, a fotografia técnica e científica enquanto registro fidedigno consiste numa forma altamente eficaz na

questão da preservação desse bem arqueológico, estabelecendo-se como um documento real, passível de estudos por outros profissionais.

Neste estudo, na pesquisa e atividades realizadas na *Lapa da Sucupira,* tivemos de agir seletivamente. Frente a gama de pinturas rupestres ali presentes os locais selecionados foram os que no momento nos pareceram mais apropriados e, felizmente, conseguimos resultados promissores na implementação das técnicas fotográficas que utilizamos e no processamento das imagens geradas. Fato que indica claras possibilidades de estudos, utilizando técnicas científicas de imagem e fotografia, quanto à documentação e registro dessa tipologia de bem cultural: pinturas e/ou figurações rupestres, trazendo contribuições relevantes ao Patrimônio Arqueológico, que transcende fronteiras regionais e que, de certa forma, resgata nossa humanidade e nosso passado primevo.

Os resultados auferidos com essa pesquisa permitem também avançar rumo a uma consolidação cada vez maior da Conservação-Restauração como campo necessariamente inter e transdisciplinar, com procedimentos que favorecem as múltiplas imbricações com outros campos e disciplinas científicas. Nesse primeiro quarto do século XXI, com conceitos como Sustentabilidade e Ciências do Patrimônio cada vez mais abrangentes, é imprescindível esse tipo de colaboração em estudos do Patrimônio Cultural, unindo teoria e prática. Afinal, em última instância, são as ações levadas a cabo com ética e responsabilidade, numa visão ampliada do conceito, e as formulações pertinentes ao campo que são capazes de estabelecer valores e ocupar espaço num conhecimento em permanente construção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma direta e indireta colaboraram neste trabalho, aos Doutores Alexandre Cruz Leão e Luiz Antônio Cruz Souza, pelo incentivo, orientação e colaboração, ao colega Adriano Bueno pela cessão das imagens de sua autoria, à Elaine Pessoa, pelo grande auxílio na formatação, bem como aos técnicos e equipe do Laboratório de Documentação Científica por Imagem (iLAB) e Laboratório de Ciência da Conservação (Lacicor) da Escola de Belas Artes da Universidade de Minas Gerais, bem como aos autores que serviram de referência ao artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO NETTO, C. X. **A representação e interpretação de um antigo sistema de informação:** Os grafismos rupestres no brasil. João Pessoa: Editora da UFPB, 318.p, 2013.

BAETA, A. **Os Grafismos Rupestres e suas unidades estilísticas no Carste de Lagoa Santa e Serra do Cipó.** Tese (Doutorado em Arqueologia), 280 f. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.71.2011.tde-18082011-142504 Acesso:05/11/2017

BAPTISTA, P. **Documentação fotográfica digital de bens culturais: O exemplo do Laboratório de Documentação Científica da EBA/UFMG,** 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/27397212 Acesso em 12/11/2017.

FERREIRA, M. R. A.; FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, L. A. C. **A preservação do patrimônio arqueológico pelo Estado brasileiro: desafios e conquistas**, p.15-55. In: ROSADO, A.; GONÇALVES, W. B. (Org.). **Ciências do patrimônio. Horizontes Transdisciplinares.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2015, 347p.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C.; MAGALHÃES, M. H. A.; BORGES, S. M. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 9. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 263 p, 2013.

FRONER, Yacy-Ara. **Os domínios da memória:** um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da museologia, arqueologia e Ciência da Conservação. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LEÃO, A. C. **Documentação Científica por Imagem de Bens Culturais:** competências, desafios, técnicas e tecnologias, p. 139-154. In: ROSADO, A.; GONÇALVES, W. B. (Org.). **Ciências do patrimônio. Horizontes Transdisciplinares.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2015, 347p.

PEREIRA, E.; RUBIO, T. M.; BARBOSA, C. A. P. Documentação digital da arte rupestre: apresentação e avaliação do método em dois sítios de Monte Alegre, Amazônia, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v.8, n.3, p.585-603. Belém, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1981-81222013000300007>Acesso em 12/11/2017

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 613p., 1992.

PROUS, A.; PIMENTEL, L. G. **Arte pré-histórica do Brasil.** Belo Horizonte: C/Arte. 127p., 2007

SANTOS, V. M.; FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, L. A. C. Apresentação. In ROSADO, A.; GONÇALVES, W. B. (Org.). **Ciências do patrimônio**. Horizontes Transdisciplinares. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, p.5-7, 2015.

TOMMASELLI, A. M.G *et al.* **Fotogrametria Básica – Introdução**. Apostila, 2009. Disponível em <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/891/introducao_a_fotogrametria.pdf> Acesso em 01/05/2018.

Websites acessados, por ordem de aparecimento no texto.

<https://www.dicio.com.br/documento/>Acesso em 12/05/2018

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699/> Acesso em 12/05/2018

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/apa-morro-da-pedreira/arquivos/revista-plano-de-manejo-apa-versao-publicadafinal-copia.pdf/view> Acesso em 13/05/2018

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo27/aglutinante> Acesso em 25/05/2018

<http://edxrf.if.usp.br/index.php/EDXRF/OEpsilon5> Acesso em 25/05/2018

<http://culturalheritageimaging.org/Technologies/RTI/> Acesso em 25/05/2018

<https://brasilescola.uol.com.br/quimica/tipos-radiacao-ultravioleta.htm>Acesso em 27/06/2018

ONDE ESTÃO AS QUADRÍCULAS? A DECAPAGEM MECÂNICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DE UNIDADES DOMÉSTICAS NO CONTEXTO DA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA[1]

Bruno de Souza Barreto[2]

Resumo

A partir dos anos 80, a Household Archaeology surge como uma abordagem alternativa aos tradicionais modelos evolucionistas de escala regional. Reduzir o nível de análise para o estudo de habitações e assentamentos ofereceu novas possibilidades para abordar a vida cotidiana no passado. À medida que novas perguntas começaram a ser formuladas, houve a necessidade de modificar as estratégias de escavação, que passaram de pequenos cortes estratigráficos para a abertura de amplas áreas horizontais. Em diversos locais do mundo, por exemplo, o uso de maquinário pesado na abertura de áreas muito amplas se tornou uma prática comum em pesquisas de arqueologia preventiva e acadêmicas. Na América Latina, essa metodologia vem sendo empregada com recorrência no Caribe, na Guiana Francesa e no Amapá, ao passo que sua aplicação no Brasil diverge posições. No norte do Espírito Santo, uma experiência bem sucedida ocorreu no sítio Oiterinho, um assentamento associado à Tradição Aratu, onde as superfícies escavadas superaram 1.400 m², permitindo abordar outras dimensões de variabilidade no registro arqueológico. É esse caso que apresentaremos, no intuito de pensar as estruturas de habitação como um novo caminho para discutir antigos problemas de pesquisa, a exemplo das identidades e fronteiras culturais na história indígena pré-colonial.

Palavras-Chave: Arqueologia de Unidades Domésticas, Decapagem Mecânica, Arqueologia Preventiva, Tradição Aratu, Espírito Santo.

1 Este artigo teve sua primeira versão publicada na Revista de Arqueologia, v. 36, n. 1, p. 199-224, 2023

2 Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia. E-mail: barretobrunosb@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9166-3875

Abstract

From the 1980s, Household Archaeology has emerged as an alternative approach to the traditional regional scale evolutionary models. Reducing the level of analysis to the study of houses and settlements offered new possibilities for addressing the past everyday life. From the raising of new questions, there was a need to modify the excavation strategies from small stratigraphic cuts to the opening of extensive areas. In many places around the world, for example, the use of heavy machinery to open large-scale areas has become a common practice in preventive archaeology and academic research. In Latin America, this methodology has been used with recurrence in the Caribbean, French Guiana and Amapá, while its application in Brazil causes divergences among scholars. In northern Espírito Santo, a successful experiment took place at the Oiterinho site, a settlement associated to the Aratu Tradition, where the excavated surfaces exceeded 1400 square meters, allowing to address other dimensions of variability in the archaeological record. It is about this experience we are discussing on, in order to think on house structures as a new way to approach old research problems, such as the identities and cultural boundaries in pre-colonial indigenous history.

Keywords: Household Archaeology, Large-scale Mechanized Excavations, Preventive Archeology, Aratu Ceramic Tradition, Espírito Santo

Introdução

A indagação *Onde estão as quadrículas?* é uma das muitas perguntas que arqueólogos e não arqueólogos têm realizado ao apresentarmos a proposta e os resultados da pesquisa desenvolvida no sítio arqueológico Oiterinho, localizado no norte do Espírito Santo. A curiosidade sobre a metodologia tem sido generalizada, o que nos incentivou a escrever esse texto, com o intuito de extroverter nossa experiência como uma alternativa positiva na preservação do patrimônio arqueológico no âmbito da arqueologia preventiva. Resultado de anos de dedicação ao tema, com experiências semelhantes desenvolvidas também na região amazônica, partimos de uma reflexão epistêmica da disciplina arqueológica, sobre *por que e como escavar*. Essas duas principais perguntas estão relacionadas às muitas novas questões que começaram a ser formuladas para o registro arqueológico, gerando a necessidade da criação de novas estratégias de escavação e preservação. Utilizamos essas indagações para observar de forma crítica a normatização metodológica existente na arqueologia

brasileira, em especial na arqueologia preventiva, que representa mais de 90% das portarias de pesquisa publicadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A crítica dá lugar a uma proposta, com a apresentação contextualizada de escavações de áreas amplas realizadas através da metodologia de decapagem mecânica e a importância desses estudos para compreensão de diferentes informações dos contextos arqueológicos. Como arcabouço do estudo, discorremos sobre a Household Archaeology. A chamada Household Archaeology surge como uma abordagem alternativa aos tradicionais modelos evolucionistas de escala regional. Ao privilegiar os estudos intra-sítio nos mais diversos contextos, a arqueologia de unidades domésticas, como iremos chamá-la em português, ofereceu novas possibilidades para abordar a vida cotidiana de populações pretéritas. Reduzir o nível de análise para o estudo de habitações e assentamentos permitiu aos arqueólogos discutir "pequenas histórias" e compreender em que medida as atividades desempenhadas pelas pessoas no espaço doméstico poderiam explicar processos de mudança e evolução cultural em larga escala (Gerritsen, 2004, p.143). Embora tenha sido constituída a partir de críticas às explicações regionais de padrão de assentamento, esse subcampo da arqueologia emergiu no âmbito do paradigma processualista como resultado de um maior interesse pelas análises espaciais. A padronização espacial de vestígios e seu potencial para explicar aspectos econômicos (Seibert, 2006, p. XV) revelou uma dimensão até então inexplorada pela arqueologia histórico-cultural: a de estabelecer regularidades transculturais replicáveis a diversos contextos.

Nesse âmbito, as escavações em área ampla também tiveram um papel preponderante ao fornecer um impulso inicial para o desenvolvimento desse tipo de abordagem, especialmente na Mesoamérica, nos Estados Unidos e na Europa (Flannery, 1976; Pluckhahn, 2010; Tringham, 2001;). Em diversos locais do mundo, por exemplo, a abertura de áreas muito amplas com uso de maquinário pesado se tornou uma prática comum em projetos de arqueologia preventiva e pesquisas acadêmicas (Demoule, 2012; Hildebrand, 2008; Hofman; Hoogland, 2016; Kuna; Smrz, 2012; Milisauskas, 1972, 1973, 1976; Rostain; Versteeg, 1997; Soudský, 1962; Vacher *et al*, 1998; Van den Bel, 2007, 2011; Wollák; Raczky, 2012), até mesmo antes do que se convencionou chamar de "Household Archaeology".

Na arqueologia brasileira, porém, escavações em áreas muito amplas com o emprego de maquinário são muito raras. Algumas das experiências conhecidas foram

realizadas na Amazônia sob a designação do termo "decapagem mecânica[3]", mais especificamente para o salvamento de sítios pré-coloniais no estado do Amapá (Barreto, 2015; Cabral *et al*, 2013a, 2013b, 2013c; Saldanha e Cabral, 2009a, 2009b, 2013; Silva, 2016). A única exceção a esses casos citados foi realizada durante atividades de arqueologia preventiva no norte do estado do Espírito Santo, que é o objeto principal desta discussão.

Ao levantar esse debate, este artigo tem o objetivo de discutir a importância de escavações de áreas muito amplas, com uso de maquinário pesado, para abordar a vida cotidiana das populações pretéritas a partir de outras dimensões de variabilidade no registro arqueológico. Para além das tecnologias cerâmica e lítica, que têm sido os principais vestígios estudados na arqueologia brasileira[4], olhar para as estruturas de habitação (as casas e seus vestígios associados) pode ser um novo caminho para discutir velhos problemas de pesquisa, tais como as identidades e fronteiras culturais na história pré-colonial indígena.

Dessa forma, apresentaremos a pesquisa realizada no sítio Oiterinho, um assentamento pré-colonial com cerâmica associada à Tradição Aratu, implantado no norte do Espírito Santo. O trabalho foi desenvolvido à luz das discussões da Household Archaeology e da constante inquietação nesse tipo de estudo, com a pergunta "por que e como escavar?".

Escavação arqueológica: por que e como escavar?

Algumas das questões que os arqueólogos se deparam ao pensar sobre estratégias para abordar um sítio arqueológico são por que e como escavar. Embora tais indagações sejam necessárias a qualquer pesquisa, o incremento da arqueologia preventiva no país tem demonstrado um descompasso entre os trabalhos realizados e as reflexões sobre nossas práticas de campo. Nos últimos anos, temos observado uma replicação irrefletida de métodos e técnicas uniformizadas, em sítios e contextos muito distintos, sem problematizar peculiaridades e a produção de resultados que possam responder perguntas relevantes.

3 Este termo é oriundo da designação francesa "*decapagem à la pelle mecanique a godet lise*" (Vacher *et al*, 1998).
4 A arqueologia brasileira tem se expandido para outros campos de pesquisa nos últimos anos, como as análises paleobotânicas de macro e micro vestígios e a bioarqueologia de uma forma geral. Porém, as pesquisas voltadas para análises de coleções cerâmicas e líticas ainda predominam no Brasil.

Ao realizar essa crítica, consideramos que não existem metodologias melhores do que outras, mas sim abordagens mais adequadas, ou menos adequadas, para responder os problemas de pesquisa levantados. Essa reflexão é necessária para compreendermos que ao decidirmos como escavar um sítio arqueológico, devemos primeiramente nos indagar: Por que o escavaremos? Quais dimensões da vida social desejamos entender? Quais perguntas faremos para o registro arqueológico?

Tais indagações jamais devem ser dissociadas dos aspectos epistemológicos da nossa disciplina, isso porque cada paradigma teórico exige meios diferentes para abordar o registro arqueológico. Um arqueólogo ou uma arqueóloga histórico-cultural poderia definir uma cultura arqueológica a partir de algumas cerâmicas coletadas em cortes estratigráficos de apenas três sítios, enquanto outro(a) processualista já estaria interessado(a) em entender processos de adaptação ecológica por meio da distribuição de sítios em uma região ou estudar a mudança cultural por meio de uma análise espacial dos assentamentos.

Essa reflexão pode parecer incoerente quando pensamos na arqueologia preventiva, tendo em vista que a maioria dos projetos são executados a grande velocidade e as motivações para escavar um sítio correspondem basicamente à necessidade de pesquisá-los antes de sua destruição pelos empreendimentos que serão implantados. No entanto, acreditamos que a arqueologia preventiva pode ser articulada de forma a responder problemas de pesquisa, ou mesmo para realizar abordagens que ainda não foram desenvolvidas para uma determinada região.

No caso do Brasil, o método de escavação por quadrículas de 1x1 m, com níveis artificiais de 10 m, tem predominado na maioria das pesquisas de arqueologia preventiva. Pouca atenção tem sido dada para feições (estruturas negativas) e outras estruturas de habitação, enquanto que as tecnologias cerâmica e lítica têm sido os principais elementos considerados na construção do passado pré-colonial.

Para avançarmos em direção a uma arqueologia de unidades domésticas no Brasil, é preciso considerar outras dimensões de variabilidade no registro arqueológico, inclusive nos estudos realizados no âmbito do licenciamento ambiental. Uma dessas dimensões é o estudo da planta baixa das casas e o layout dos assentamentos. Esses elementos, articulados com a materialidade doméstica, sepultamentos, análises de solo, macro e microvestígios botânicos, podem oferecer uma ampla gama de possibilidades para (re)construir os modos de vida no passado.

Contudo, evidenciar a planta baixa de casas e o layout de assentamentos requer a abertura de áreas muito amplas, o que é inviável se pensarmos em termos de

escavações com quadrículas de 1 m² em níveis artificiais de 10 cm. Especialmente no âmbito da arqueologia preventiva, é necessário explorar o máximo do potencial informativo que os assentamentos podem nos oferecer. Para isso, a metodologia baseada no emprego de maquinário pesado, mais conhecida na arqueologia francesa como decapagem mecânica[5] (Vacher *et al.*, 1998), constitui a melhor estratégia de escavação para uma abordagem do espaço doméstico.

A decapagem mecânica é uma técnica que consiste basicamente no emprego de uma escavadeira equipada com uma lâmina lisa para realizar retiradas de solo controladas, de 2 a 8 cm, sem prejuízo de fazer buracos e destruir os contextos de deposição. Na Europa, o emprego de maquinário pesado resultou em um salto qualitativo de escavações antes restringidas a pequenos cortes estratigráficos para a abertura de áreas muito amplas, o que permitiu aos arqueólogos estudarem grandes assentamentos no nível de análise da 'comunidade', compreendendo as atividades cotidianas permeadas em cenários específicos.

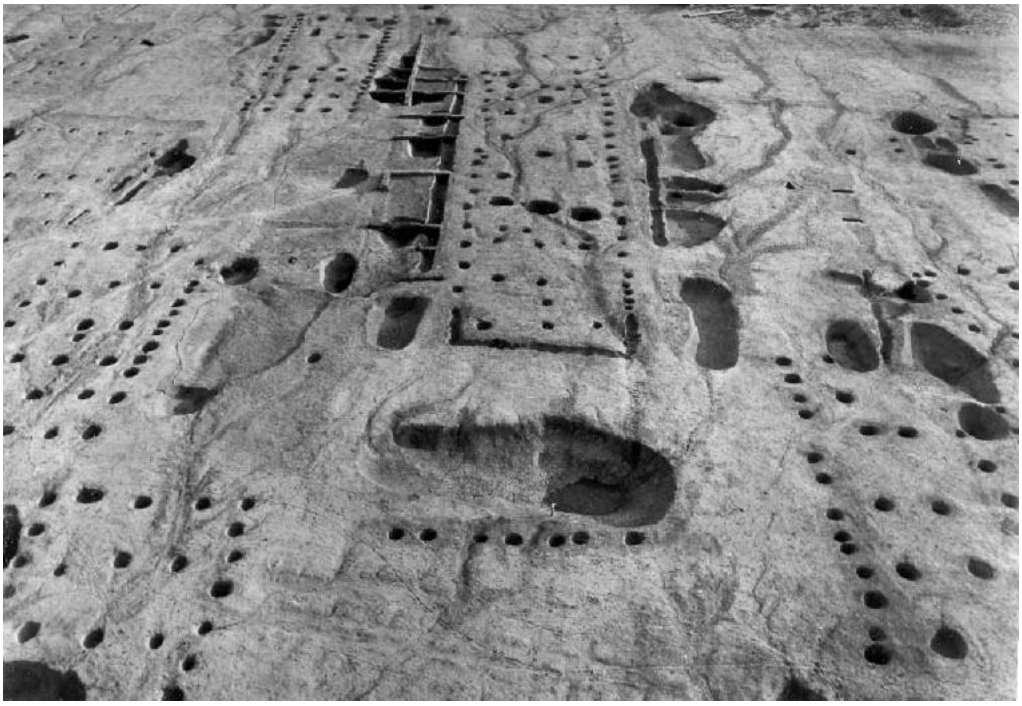


Figura 1. Primeira campanha de escavação do sítio Bylany, entre 1955 e 1964 (Soudský, 1966).

5 D*écapage à la pelle mécanique à godet lisse* (Vacher *et al*, 1998).

Esse tipo de estratégia foi utilizada pela primeira vez na década de 1950, na antiga Tchecoslováquia, em um importante sítio do período neolítico associado à cerâmica LBK (Linear Pottery Culture). Durante nove anos, uma equipe coordenada por Bohumil Soudsky (1962) abriu uma área de 7 hectares no sítio de Bylany, na Bohemia, revelando a planta baixa de diversas casas e uma variedade de estruturas associadas (Figura 01). Ainda hoje, esse sítio permanece sendo o de maior área escavada na região da Bohemia.

Escavações amplas também foram realizadas nos anos 1960 em Olszanica, um sítio neolítico situado na Polônia (Milisauskas, 1972, 1973, 1976). Esse assentamento, também associado à cerâmica LBK, passou por quatro campanhas de escavação que resultaram em uma área aberta de 13.292 m². Nos anos 70, esses métodos de escavação se difundiram na arqueologia preventiva Europeia, especialmente na França, onde houve um maior impacto das pesquisas realizadas no leste europeu (Malrain, 2008).

Nos Estados Unidos as escavações também se tornaram bastante comuns, especialmente em projetos de arqueologia preventiva (Pluckhahn, 2010; Van Horn *et al*, 1986). No leste dos país, por exemplo, o acréscimo de pesquisas relacionadas a estruturas de habitação levou um grupo de arqueólogos a criar um projeto chamado Eastern Woodland Household Archaeology Project, no qual são reunidos dados de plantas baixas de casas em todo o leste dos Estados Unidos, por meio de escavações em áreas amplas, geralmente com uso de maquinário pesado.

Na América Latina, essa metodologia vem sendo empregada com bastante sucesso no Caribe por arqueólogos ligados à Universidade de Leiden (Hofman; Hoogland, 2016; Versteeg; Rostain, 1999) e na Guiana Francesa pelos pesquisadores do Institut National de Recherches Archéologiques Préventives (Inrap) (Hildebrand, 2008; Van den Bel, 2007, 2011) e outros (Vacher *et al.*, 1998). Já no Brasil, as primeiras escavações de áreas amplas com maquinário foram realizadas no Amapá por João Saldanha e Mariana Cabral (2008, 2009, 2011), tendo seus resultados efetivos demonstrados em dissertações e teses.

Apesar de sua eficiência no que se refere à quantidade de informação qualitativa obtida, aliada à maximização do tempo, esse ainda não é um método difundido na arqueologia brasileira para abertura de áreas amplas. O uso de escavadeiras em outros contextos no Brasil geralmente esteve restrito à abertura de trincheiras e, na grande maioria dos casos, o maquinário não estava equipado com uma lâmina lisa soldada à concha (Caldarelli, 2001; Costa, 2009), o que dificulta o controle das escavações devido ao estriamento e desnivelamento do solo provocado pelos dentes da concha.

Para além das escavações realizadas no Amapá por Saldanha e Cabral (2009a, 2009b, 2013), alguns exemplos do emprego de maquinário pesado em pesquisas arqueológicas no país podem ser encontrados em Mello *et al.* (1994, 1996), Caldarelli (2001) e Costa (2009), embora os objetivos e as técnicas empregadas apresentem diferenças nítidas. No último caso citado, por exemplo, a retroescavadeira foi empregada apenas para a retirada de uma camada estéril que recobria o pacote estratigráfico arqueológico.

Este artigo é uma reflexão sobre os resultados do emprego dessa metodologia em uma ação pioneira no sudeste brasileiro, dentro do contexto da arqueologia preventiva. Em 2018, por meio do estudo de prospecção e delimitação do sítio arqueológico Oiterinho, evidenciamos características neste contexto que nos levaram à realizar uma escavação orientada por problemáticas da análise espacial e da *Arqueologia de Unidades Domésticas* no norte do Espírito Santo.

Análise Espacial e a Household Archaeology: do regional para o intra-sítio

Se olharmos para a produção arqueológica sob uma ótica historiográfica, vemos que a mudança teórica nos anos 60 provocou uma transformação na maneira como os arqueólogos abordam o registro arqueológico. Se antes a nossa disciplina estava preocupada em descrever eventos e estabelecer cronologias regionais, passamos então a abordar o espaço a partir de diferentes escalas.

Podemos então considerar que o interesse pelas análises espaciais na arqueologia se desenvolveu paralelamente ao surgimento do processualismo. Entretanto, alguns estudos já haviam explorado suas possibilidades anteriormente. Um dos trabalhos mais notáveis foi a pesquisa desenvolvida por Gordon Willey (1953) na região do vale do Virú, onde discutiu os padrões de distribuição dos assentamentos e o papel do ambiente natural na mudança dos sistemas culturais.

Apesar desse interesse dominante por abordagens voltadas à padrões de assentamento em nível regional, nos anos 1970, na Inglaterra, David Clarke (1977) já advogava sobre a importância de se articular diferentes escalas de análise como forma de reconstruir os modos de vida pretéritos. Em *Spatial archaeology*, por exemplo, ele estabeleceu três níveis de abrangência da arqueologia espacial, sendo estes o "micro", "semi-micro" e "macro", respectivamente correspondentes a "estruturas", "intra-sítio" e "inter-sítio". Em cada um dos níveis, o autor elencou os aspectos que

mais influenciam na variabilidade observada do registro arqueológico, sendo que os fatores "sociais e culturais" predominariam nas escalas "micro" e "semi-micro", enquanto os aspectos econômicos teriam maior peso na escala regional (Clarke, 1977, p. 11-13).

Do outro lado do atlântico, Kent Flannery e outros arqueólogos provavelmente foram os primeiros a desenvolver abordagens espaciais que se assemelham ao que mais tarde foi explicitamente definido como Household Archaeology. Em "The Early Mesoamerican Village", além das escavações em área ampla terem evidenciado um grande número de plantas baixas de casas, Flannery (1976) também empregou o conceito de *household* para abordar as atividades domésticas. No mesmo volume, *household* é definido por Winter (1976, p.25) como "um grupo de pessoas que interage e desempenha certas atividades" (tradução nossa). Dessa maneira, *household* pode ser compreendido com "Grupo Doméstico", ou seja, um fenômeno social cuja a manifestação material é refletida nas casas e os demais vestígios associados (Allison, 1999, p. 5; Wilk; Rathje, 1982).

Por meio das escavações em Oaxaca, Winter (1976, p.25) também definiu o conceito de Household Cluster, ou "Agrupamento Doméstico". Este último foi empregado como uma ferramenta analítica na compreensão dos padrões de distribuição de vestígios, cuja localização é demonstrada por agrupamentos da planta baixa das casas com outras feições. Para ser mais específico, Winter (1976, p.25) explica que um agrupamento doméstico consiste em "uma unidade doméstica e todos os poços de estocagem, enterramentos, lixeiras e outras feições no entorno que possam ser confiavelmente associados a ela (tradução nossa).

Enquanto na arqueologia ocidental tais abordagens convergiam de forma mais ou menos homogênea, no leste europeu uma gama de pesquisas envolvendo habitações em sítios do neolítico vinha sendo desenvolvida desde a segunda metade dos anos 1950 (Milisauskas, 1972, 1973, 1976; Soudský, 1962), especialmente na antiga Techoslováquia[6] e Polônia. Nos países do chamado "socialismo real", as escavações em áreas muito amplas possibilitaram evidenciar um grande número de casas em assentamentos associados à cerâmica LBK. Na Europa oriental esses projetos foram realizados a partir de 1955 em uma atmosfera política mais favorável à cooperação internacional após a morte de Stálin (Milisauskas, 2017 p.132). As investigações no sítio Olszanica, por exemplo, tiveram a participação

6 No caso da Tchechoslováquia, as pesquisas no sítio neolítico de Bylany foram desenvolvidas de forma independente em relação à arqueologia realizada no ocidente capitalista.

de arqueólogos da Universidade do Missouri (Milisauskas, 2017, p.133) e resultaram na escavação de mais de 15 casas, algumas com comprimento de até 40 m (Milisauskas, 1976, p.31-33).

Embora essas pesquisas tenham sido as primeiras na Europa oriental a discutir atividades domésticas a partir de uma visão ampla das casas e assentamentos, as publicações dos anos 60 e 70 não mencionam os termos *Household* ou *Household Archaeology*. Uma explicação para isso, ao nosso ver, seria devido à natureza empirista da arqueologia realizada no leste europeu, em razão da imposição de um marxismo ortodoxo como única abordagem epistemológica possível (Krekovic; Baca, 2013, p. 263, 268).

Por outro lado, até mesmo no ocidente a Household Archaeology só começou a ser tratada como um subcampo da arqueologia a partir do final dos anos 1970, e mais explicitamente a partir da década seguinte, com a publicação de Wilk e Rathje (1982). Os autores oferecem uma perspectiva de voltar-se ao particular como forma de entender as mudanças culturais a partir do estudo dos grupos domésticos, tendo em vista que esse nível de análise refletiria a "articulação direta de processos econômicos e ecológicos" de maior escala (Wilk; Rathje, 1982, p. 618).

Wilk e Rathje (1982, p.617) entendem também que o estudo do nível doméstico poderia preencher as lacunas da "teoria de médio alcance", funcionando como uma ponte para explicação de processos sociais a partir de dados arqueológicos. É importante ressaltar que o "grupo doméstico" representa uma entidade social que pode ser acessada através do registro arqueológico e nunca deve ser confundida de forma simplista com os vestígios materiais das casas.

Esse postulado reflete a ideia de que o "grupo doméstico" consiste na existência de pessoas que desempenham atividades cotidianas, as quais geram um registro arqueológico que pode ser acessado a fim de reconstruir os modos de vida do passado. Ao colocar essa questão, Wilk e Rathje (1982, p.620-621) argumentam que os arqueólogos não escavam os "grupos domésticos", mas apenas o registro material produzido pelas suas atividades. Este, por sua vez, pode fornecer informações sobre as dimensões de produção, distribuição, transmissão e reprodução no passado. Para abordá-las, é preciso ter em mente que os aspectos materiais dessas atividades não são compostos apenas pelas casas, mas também pelos objetos de uso cotidiano que estão associados aos vestígios arquitetônicos[7].

7 Os vestígios arquitetônicos, no caso da arqueologia pré-colonial brasileira, consistem de buracos de poste e

É notável que desenvolvimentos significativos da análise espacial e da Household Archaeology ocorreram incialmente com o surgimento da Nova Arqueologia nos anos 1960. Tais abordagens estavam voltadas para um entendimento funcionalista na relação do comportamento humano com o espaço construído, em que este último era entendido enquanto resultado de respostas adaptativas (Seibert, 2006, p.XV). Nesse contexto, estudos transculturais também foram enfatizados por meio de analogias do presente etnográfico com o registro arqueológico (Kent, 1987).

A partir do final dos anos 1980, com o surgimento da Arqueologia Contextual e suas críticas ao processualismo, questões referentes ao cosmos e à visão de mundo das sociedades estudadas passaram a ser levadas em consideração na construção do espaço social (Bailey, 1990; Barrett, 1994; Pearson; Richards, 1994), assim como as relações de poder, as estruturas sociais e questões de gênero (Allisson, 1999; Pluckhahn, 2010; Tringham, 2001). Dessa forma, as abordagens da Household Archaeology se diversificaram e hoje incluem uma gama de possibilidades que coexistem paralelamente com as abordagens funcionalistas mais tradicionais.

Nessa reflexão, nosso objetivo não consiste em discutir cada uma dessas abordagens detalhadamente, mas contextualizar o campo da Household Archaeology, com ênfase para as contribuições das escavações em área ampla com uso de maquinário pesado, método utilizado por nós no estudo apresentado neste artigo. Como a arqueologia de unidades domésticas requer a identificação de estruturas de habitação em larga escala, a maneira como os sítios são escavados é um ponto crucial para possibilitar esse tipo de abordagem.

Nesse sentido, a escolha de metodologias arqueológicas deve ser adequada à cada problema de pesquisa, de modo que seja possível responder as perguntas levantadas. No caso da Household Archaeology, por exemplo, as escavações precisam ser extensas o suficiente para identificar a planta baixa das casas e os padrões espaciais de organização do assentamento. Portanto, é nesse âmbito que o emprego da decapagem mecânica mostra-se como a estratégia metodológica mais efetiva para discutir unidades domésticas no contexto da arqueologia preventiva, e capaz de trazer importantes contribuições para a disciplina arqueológica a partir de estudos realizados na esfera do licenciamento ambiental. Sobre essa ótica que apresentamos a seguir a experiência desenvolvida no sítio arqueológico Oiterinho.

paleosolos. A inexistência de estruturas positivas (como muros e fundações de pedra), não impede os arqueólogos brasileiros de estudarem a arquitetura das sociedades pré-colombinas, tendo em vista que esse aspecto pode ser acessado através de alinhamentos de buracos de poste que compõem a planta baixa das casas.

A experiência no sítio Oiterinho, norte do Espírito Santo

O sítio Oiterinho estava situado em um platô plano na margem direita do Cricaré, no município de São Mateus, estado do Espírito Santo. Sua localização, em termos geomorfológicos, encontra-se exatamente na transição do terciário para o quaternário, sendo aquele o último platô de uma cadeia de tabuleiros que surge no interior e é interrompida por uma planície que segue até a costa. A margem do rio Cricaré é composta por uma planície aluvial extensa, onde pode-se ter fácil acesso à água (Figura 2). No local estava prevista a instalação de um empreendimento residencial de aproximadamente 50 hectares e, portanto, a pesquisa foi realizada no âmbito da arqueologia preventiva.



Figura 2. Fotografia do sítio, em uma das áreas escavadas, com vista da planície aluvial ao fundo.

O sítio já havia sido registrado junto ao Iphan, no entanto, seus limites não eram conhecidos e foi necessário realizar uma prospecção prévia para orientar as estratégias de escavação para o resgate arqueológico.

Durante a prospecção para delimitar o Sítio Oiterinho, foi possível perceber que o contexto arqueológico encontrado na área do empreendimento era de alta densidade de artefatos, com presença de estruturas negativas (feições) que seguiam para o substrato geológico. Em um dos poços-teste abertos foi identificada uma estrutura de deposição cerâmica quebrada *in situ* e arranjada sobre a abertura de uma fossa. No centro da deposição, havia uma mancha escura com apenas alguns fragmentos cerâmicos erodidos, que após ser escavada demonstrou ser uma feição de quase 120 cm de profundidade (Figura 3).

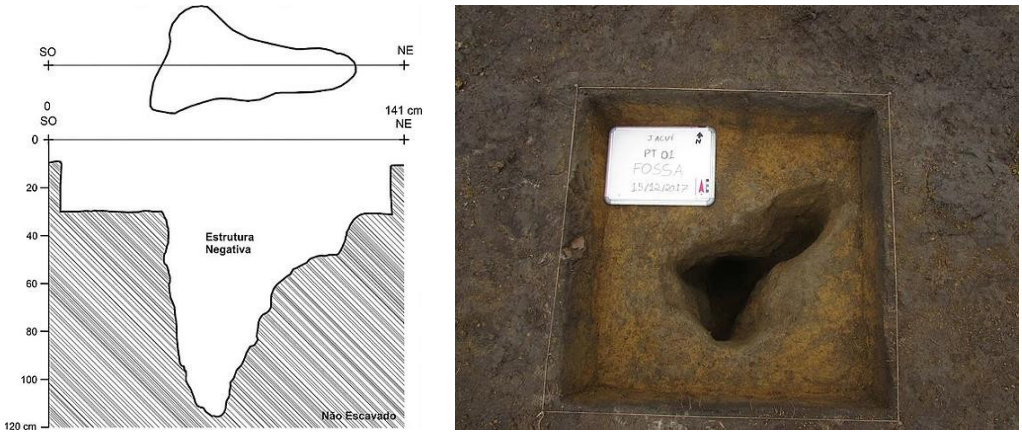


Figura 3. À esquerda, perfil da estrutura negativa (feição) escavada após a retirada da deposição cerâmica. À direita, fotografia de topo da fossa situada abaixo da deposição.

Tais estruturas são geradas pelas atividades cotidianas desempenhadas no assentamento e podem representar funções variadas, como descarte ou deposição de cerâmicas em fossas e a abertura de buracos para fixar postes de sustentação das casas. A evidência desse tipo de estrutura demonstra a presença de vestígios característicos de habitações indígenas, o que torna este sítio especial, pois assinala a possibilidade de estudarmos o assentamento com ênfase na compreensão das unidades domésticas.

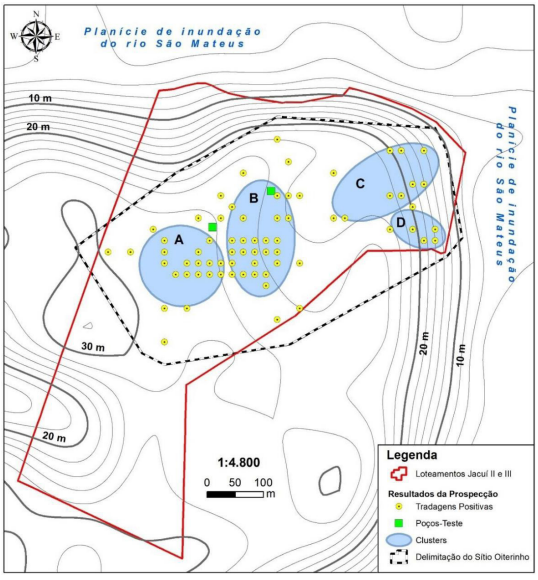


Figura 4. Croqui de delimitação do sítio Oiterinho, com identificação das áreas com maior incidência de vestígios (clusters).

A prospecção possibilitou identificar as áreas de maior potencial arqueológico do sítio por meio de tradagens com espaçamento equidistante de 20 m. Com o auxílio de um teste estatístico de análise espacial de clusters pelo método *k-means*, os dados obtidos na prospecção foram utilizados para identificar os locais de maior concentração de vestígios. Esse teste foi empregado como uma ferramenta analítica para verificar a relação espacial entre as diferentes tradagens positivas de forma não hierárquica, no intuito de perceber agrupamentos que pudessem indicar áreas prioritárias para a escavação de salvamento arqueológico.

O teste estatístico se apresenta num padrão de agrupamentos delimitados por círculos, que são essenciais no estabelecimento de áreas de atividade: "Verifica-se que a análise *k-means* é útil na identificação de locais de atividades individuais e é também precisa no delineamento de áreas de atividade (tradução nossa)" (Blankholm, 1991, p.61). Por meio disso, foram identificados quatro *clusters* que representam as áreas de maior concentração de vestígios arqueológicos, denominados aqui de "A", "B", "C" e "D" (Figura 4).

Conforme demonstrado na Figura 04, os clusters A e B representam os locais de maior concentração de vestígios e por esse motivo foram as áreas escolhidas como prioritárias para condução do salvamento arqueológico. Os clusters C e D apresentam tradagens com presença de vestígios, porém a maior parte delas está situada em áreas de declividade ou alagadiças e, portanto, demonstram um contexto de escoamento do material arqueológico em decorrência de processos erosivos percebidos na área durante o campo. Por esse motivo, as áreas "A" e "B" foram privilegiadas para a escavação.

Antes das escavações com maquinário, foi efetuada a abertura de seis unidades de 1x1 m distribuídas ao longo da área do sítio. Esses poços-teste forneceram informações relevantes sobre a estratigrafia do sítio e distribuição dos vestígios em cada nível artificial de 10 cm.

Após termos uma noção da estratigrafia do sítio em diferentes pontos, a escavação foi realizada por decapagem mecânica, com a abertura de áreas muito amplas que alcançaram 1.418 m². Para desempenhar tal tarefa, a concha da máquina foi equipada com uma chapa lisa soldada a ela para neutralizar a ação dos dentes do equipamento, o que resulta no maior controle das decapagens de modo a efetuar retiradas uniformes na camada arqueológica, através da raspagem do solo. Para otimizar sua execução operacional, a lâmina de metal soldada à concha da máquina ultrapassava as dimensões desta última, alcançando 1,90 m de largura por 41 cm

de altura. Nas laterais e na parte superior, outras três chapas foram soldadas para formar uma nova concha lisa e evitar que o sedimento escapasse a cada retirada prejudicando a visibilidade das feições (Figura 5).



Figura 5. Detalhe da adaptação feita na concha da máquina, com soldagem de uma chapa lisa.

De modo a evidenciar a ocorrência e distribuição espacial desses vestígios, a escavação por decapagem mecânica retirou gradativamente o sedimento antrópico até o topo das estruturas negativas, ou até encontrar alguma deposição cerâmica na camada antrópica de solo escuro. Com isso, o sedimento arqueológico foi raspado pela concha lisa em camadas de 2 a 8 cm de espessura, sempre com o acompanhamento do arqueólogo, que observava o solo para identificar estruturas arqueológicas e feições na interface entre a camada antrópica e o latossolo, assim como deposições cerâmicas situadas no próprio nível da camada antropizada.



Figura 6. Realização de decapagem mecânica e coleta do material arqueológico disperso na camada antrópica da Unidade de Coleta (UC).

Nesse tipo de escavação, não utilizamos a delimitação de uma malha de quadrículas para escavação e registro espacial dos vestígios. O material arqueológico fragmentado na camada arqueológica escavada com máquina era coletado de acordo com a sua localização em cada trincheira aberta com a pá mecânica, cujo nome adotado para referência foi o termo "Unidade de Coleta" (UC). Todas as peças foram referenciadas às UCs onde foram encontradas, identificadas nos sacos de acordo com sua proveniência.



Figura 7. Realização de decapagem mecânica e coleta do material arqueológico disperso na camada antrópica da Unidade de Coleta (UC).

Cada UC[8] recebe uma numeração sequencial e suas dimensões correspondem à largura da lâmina lisa e ao alcance máximo do braço da máquina para realizar as raspagens, 2 m por 3,5 m. A cada decapagem da máquina, o arqueólogo verifica a presença/ausência de estruturas e coleta todo o material arqueológico (Figura 06). Para assegurar as informações espaciais de cada UC, foram colocados piquetes identificadores, posteriormente registrados com a estação total, assim como foi feito com as estruturas escavadas manualmente. À medida que a decapagem mecânica vai retirando o solo antrópico, a atenção para a evidência de estruturas e feições é redobrada, o arqueólogo acompanha cada movimento da máquina, fazendo também decapagens manuais para maior precisão (Figura 7).

Na maioria das vezes, as manchas estratigráficas que representam os buracos de poste e fossas só foram visíveis na interface com o latossolo. Em outras ocasiões, as

8 Sigla abreviada para corresponder ao termo "Unidade de Coleta".

estruturas negativas já eram perceptíveis em meio ao solo escuro antropizado, o que acontece especialmente no caso de fogueiras, onde a presença de carvão concentrado em maior quantidade dá um aspecto mais escuro do que o seu entorno (Figura 8).



Figura 8. Evidência de estrutura negativa (feição) do tipo fogueira composta por carvão e laterita, já perceptível em meio à camada antrópica de solo escuro (UC).

Ao identificar uma possível estrutura arqueológica, a escavação por decapagem mecânica foi imediatamente interrompida para escavação manual dos vestígios com instrumentos leves, em níveis artificiais. As estruturas identificadas foram inicialmente demarcadas com uma colher descartável branca fincada no centro da mancha estratigráfica, para ser posteriormente escavada conforme demandado. Nessa metodologia é fundamental que a equipe esteja organizada em duas frentes de trabalho, o arqueólogo que acompanha integralmente o maquinário com o auxílio de auxiliares e uma segunda frente composta por arqueólogos que desenvolvem as escavações manuais das estruturas identificadas (Figura 9).



Figura 9. Decapagem mecânica e limpeza da terra solta com as enxadas.

Para as deposições cerâmicas que estavam situadas totalmente na camada antrópica de terra escura, foram deixados blocos da camada antrópica como testemunhos para serem escavados posteriormente (Figura 10).

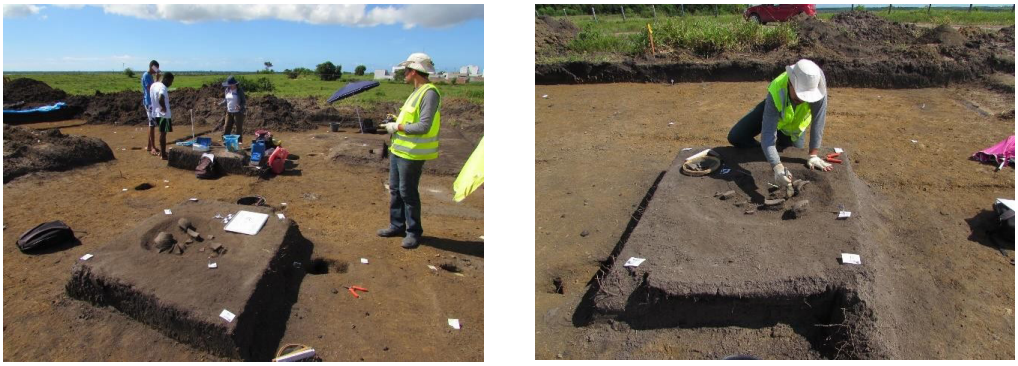


Figura 10. Testemunhos deixados para escavação manual das estruturas cujo material estava evidente antes da interface com o latossolo.

Cada estrutura identificada foi registrada e durante sua escavação foi feita a coleta de carvão e sedimento associado ao material arqueológico, enquanto as informações referentes a ela (como o desenho de perfil e outras descrições) são anotadas em detalhe. O registro foi feito por meio de desenhos de perfil, fotografias e descrições das estruturas em fichas individuais. No final das escavações, a localização espacial de cada uma dessas ocorrências antrópicas foi registrada em coordenadas x/y/z com a estação total, a fim de gerar um croqui com a distribuição espacial de todas as estruturas no assentamento.

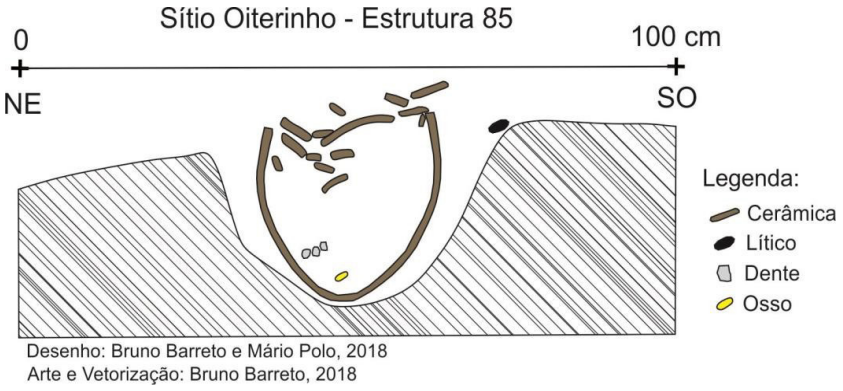


Figura 11. Desenho de Perfil da estrutura 85, uma deposição cerâmica

Para registrar as coordenadas Universal Transversa de Mercator (UTM) de cada estrutura, foram definidos dois pontos de referência representados por piquetes fincados no solo em cada lado da estrutura, orientados na direção dos pontos cardinais. A distância entre os piquetes foi anotada tanto nos desenhos de perfil (Figura 11) e plano de topo feitos em papel milimetrado, quanto na ficha individual de descrição. A fotografia da vista de topo foi feita após o desenho (Figura 12), na qual ambos os piquetes estavam visíveis para possibilitar o georreferenciamento de cada estrutura com fins de reconstituir a planta baixa do sítio.



Figura 12. Fotografias de topo de estruturas escavadas.
À esquerda, estrutura de combustão com pedras.
À direita, estrutura de buraco de poste.

No total, foram abertas quatro áreas amostrais com o emprego de maquinário pesado, cuja soma totalizou 1.418,22 m² (Figura 14). Das quatro áreas amostrais, a Área 02 foi a de maior abrangência, alcançando 868,22 m², enquanto que as demais não passaram de 300 m², conforme demonstrado na tabela abaixo (Tabela 01).

Área Amostral	Abrangência	Quantidade de Estruturas
Área 01	67,36 m²	0
Área 02	868,49 m²	141
Área 03	286, 20 m²	42
Área 04	196, 17 m²	50
Total	1418,22 m²	233

Tabela 01. Áreas abertas por decapagem mecânica.

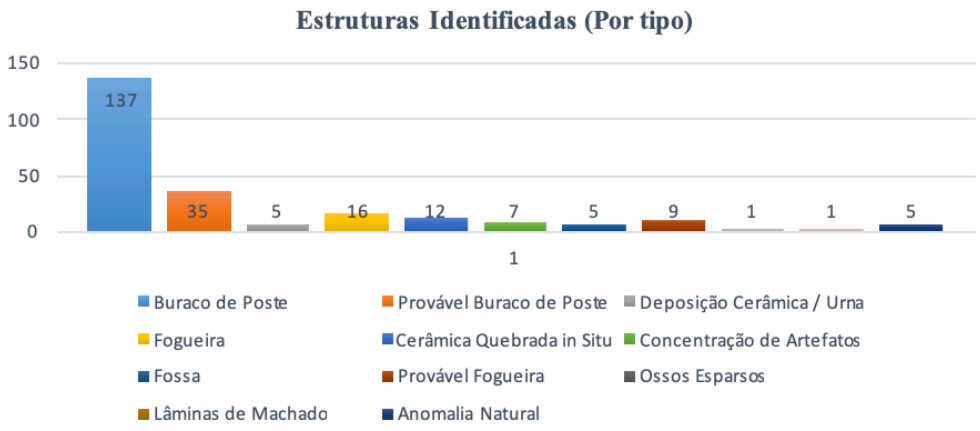


Figura 13. Gráfico com quantidade de estruturas identificadas, por tipologia.

Ao final da campanha de escavação, foram identificadas 233 estruturas arqueológicas em três das quatro áreas escavadas, a maioria correspondente à buracos de poste, fogueiras e cerâmica quebrada *in situ* (Figura 13), o que indica tratar-se de um sítio habitação associado à cerâmica Aratu. A Área 01, de quase 68 m², não apresentou nenhuma estrutura, apenas fragmentos cerâmicos dispersos na camada antrópica.

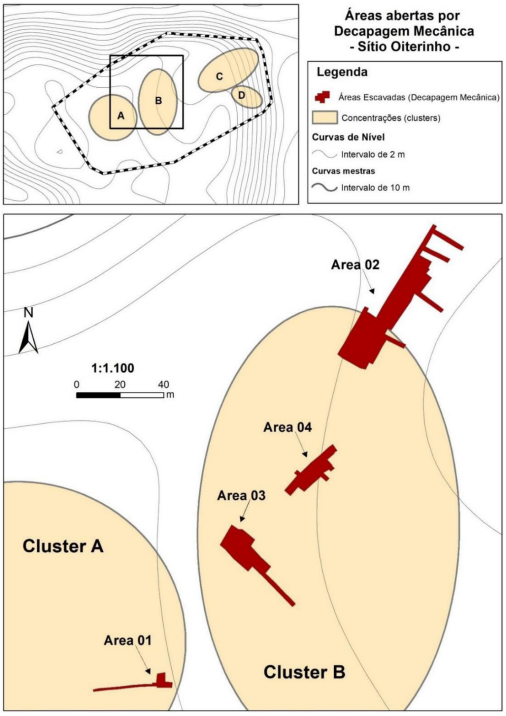


Figura 14. Disposição das áreas amostrais escavadas por decapagem mecânica.

Com base nessa ampla gama de dados contextuais, onde a localização de cada estrutura é sistematicamente registrada, a escavação com maquinário possibilitou a compreensão do sítio arqueológico do ponto de vista da organização espacial do assentamento, numa abordagem que combinou informações de um variado leque de vestígios. Esse viés nos permite discutir tanto o cotidiano (áreas de atividade) das populações que ocuparam a região, quanto as possíveis mudanças culturais que podem ter ocorrido ao longo do tempo (com o suporte de datações radiocarbônicas).

A arqueologia de unidades domésticas e o sítio Oiterinho

A maior parte das estruturas escavadas consistem de buracos de poste, vários deles com alinhamentos perceptíveis em campo. O uso de drones para fotografia aérea possibilitou observar vários desses alinhamentos, que estão sendo confirmados pelo processo de vetorização de toda a planta baixa da área escavada, o que possibilita verificar a relação entre as estruturas de habitação (Figura 15).



Figura 15. Foto aérea feita com drone na Área 02, onde é possível observar alguns alinhamentos de buracos de poste.

O layout da aldeia ainda é incipiente devido ao fato da escavação ter sido o primeiro estudo em área ampla na região, o que dificulta comparativos e por não ter alcançado a completude do sítio. Novos dados estão sendo somados ao estudo com o avançar das análises laboratoriais ainda em curso e estão aprimorando a interpretação sobre o assentamento. Das quatro áreas escavadas, a que possibilitou ter maiores informações sobre as casas foi a Área 02, devido a sua maior extensão (Figura 16) ter permitido evidenciar uma grande quantidade de buracos de poste, além de fogueiras, deposições de vasilhas e estruturas com cerâmicas quebradas *in situ*.



Figura 16. Foto aérea feita com drone na Área 02, onde é possível observar alguns alinhamentos de buracos de poste.

Pelo que foi possível constatar de forma preliminar a partir da escavação e do croqui disposto na Figura 17, a Área 02 trata-se de uma área com espaços específicos compostos por concentrações de fogueiras ao sul e concentrações de deposições cerâmicas ao norte. As fogueiras estão situadas no limite dos alinhamentos de buracos de poste com uma área mais limpa que parece ser uma praça situada entre as unidades domésticas, onde os buracos de poste praticamente desaparecem e a quantidade de outras estruturas diminui consideravelmente. Já ao norte, parece haver um padrão de estruturas com cerâmicas quebradas (oriunda de diversas vasilhas)

depositadas dentro de fossas, o que nos indica preliminarmente sua função como lixeiras para o descarte de cerâmica (Figura 18).

Também na porção norte da área 02, apareceram duas deposições de vasilhas Aratu deitadas em fossa escavada no substrato (Figura 18). Esse padrão de deposição é muito distinto de outros sítios Aratu conhecidos, onde geralmente as vasilhas são depositadas em pé, porém também em fossas escavadas no substrato. Esse fato nos chama atenção para a necessidade de destacar os contextos de deposição como formas de variabilidade, tendo em vista que a atenção tem sido dada essencialmente para as tipologias cerâmicas.

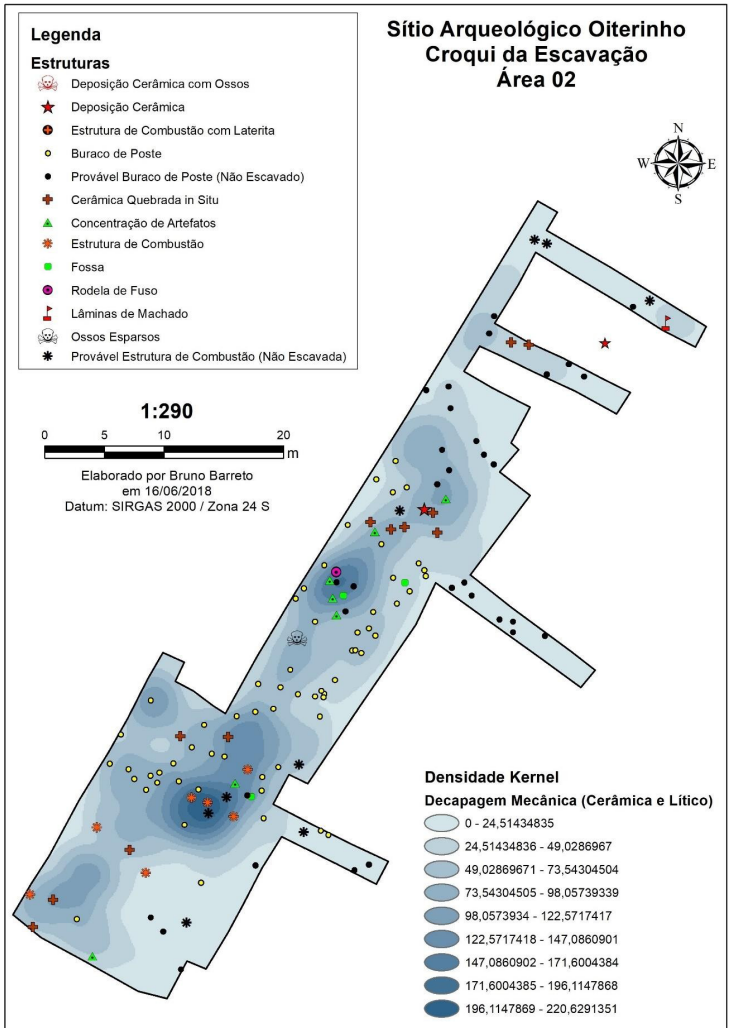


Figura 17. Croqui da escavação na Área 02.



Figura 18. À esquerda, estruturas de descarte identificadas na porção norte do sitio. À direita, urna Aratu depositada deitada em um fundo de fossa.

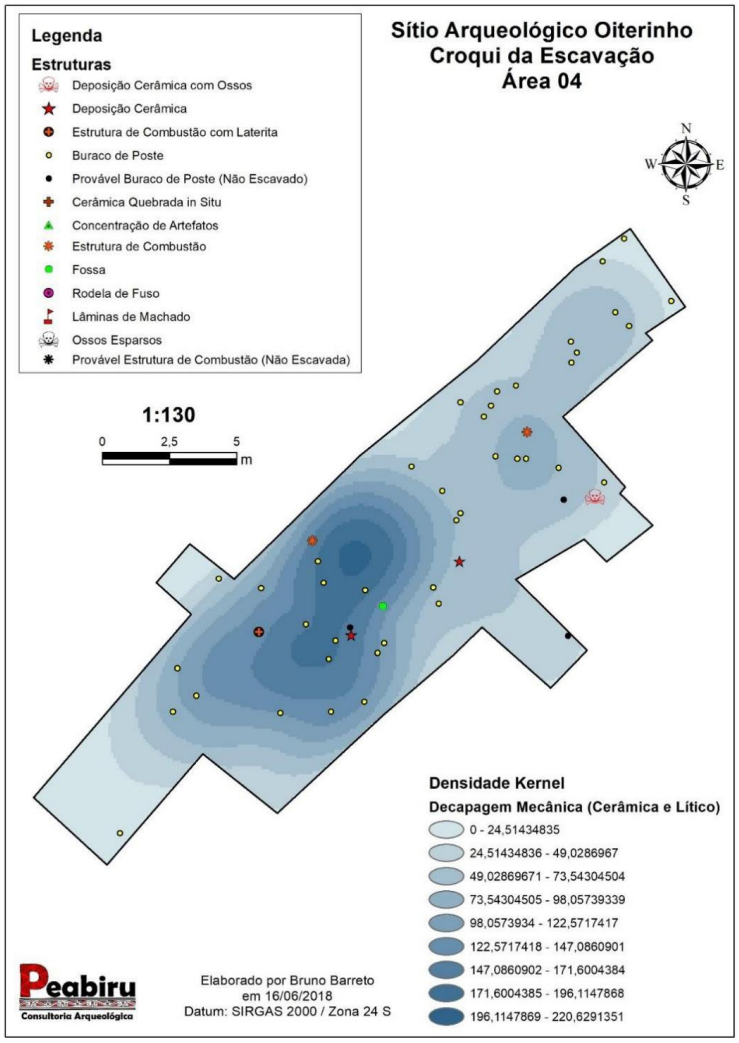


Figura 19. Croqui da escavação na Área 04.

Na Área 03 havia uma menor densidade de artefatos na camada de ocupação. Foram identificadas seis fogueiras e uma deposição cerâmica composta por uma vasilha piriforme de pequenas dimensões, depositada de forma alinhada com duas fogueiras laterais. A disposição de buracos de poste não apresenta um padrão evidente, mas com a ampliação do estudo pode gerar um dado importante para pensarmos a espacialidade do assentamento, especialmente por meio da vetorização das estruturas domésticas em uma planta baixa.

A Área 04 (Figura 19) evidenciou uma alta densidade de artefatos na camada de ocupação, três fogueiras (uma dela composta por um aglomerado de lateritas), duas deposições cerâmicas (uma delas emborcada em um fundo de fossa), uma vasilha quebrada *in situ* e mais de 40 buracos de poste. Na camada de terra preta foi coletada uma quantidade significativa de material lítico lascado, com suportes em pequenos seixos de quartzo hialino. O solo nessa área era muito mais escuro que nos demais locais escavados do sítio, o que pode indicar ser esse um local de atividade doméstica muito recorrente, com uma possível oficina de lascamento.

Embora os dados ainda sejam preliminares, tendo em vista que a pesquisa está em curso, o desenvolvimento de análises laboratoriais da enorme quantidade de vestígios coletados e as observações em campo nos demonstram o grande potencial desta pesquisa para traçarmos inferências sobre a organização espacial do assentamento, bem como pela identificação de áreas de atividade. Tais informações são inéditas para região e também para contextos da Tradição Aratu, o que poderá trazer novas questões relativas à vida cotidiana das populações produtoras dessa cerâmica.

Considerações para uma arqueologia de unidades domésticas no Brasil

A perspectiva das unidades domésticas consiste num viés inovador para a arqueologia pré-colonial brasileira, uma vez que a maioria das pesquisas arqueológicas no país ainda está voltada para o estudo da materialidade cerâmica e lítica em escala regional. Se fizemos um levantamento dos trabalhos que incluem perspectivas da arqueologia espacial, são poucas as pesquisas que abordam o registro arqueológico através de uma visão ampla das aldeias.

De uma forma geral, a arqueologia brasileira tem produzido pouquíssima informação sobre como eram as casas pré-coloniais, como elas funcionavam e qual o seu papel na vida cotidiana dentro dos espaços domésticos. As poucas abordagens conhecidas foram desenvolvidas no Amapá (Barreto, 2015; Saldanha, 2017; Silva,

2016) e no baixo rio Urubu (Bassi, 2016). Outras abordagens também vem sendo desenvolvidas a partir das casas subterrâneas em sítios situados nas terras altas do sul do país (Saldanha, 2005; Souza *et al.*, 2016), embora nestes casos os limites das unidades domésticas já estejam delimitados pela própria feição da casa escavada no solo, o que facilita sua identificação.

Para além de compreender as atividades cotidianas permeadas no interior de casas e assentamentos, a arqueologia de unidades domésticas, conforme aponta Tringham (2001), não pode ser considerada como um fim em si mesma, mas deve ser entendida como um meio para compreender as trajetórias e dinâmicas sociais no passado (Samson, 2013). Em maior medida, a Household Archaeology pode nos dar outras dimensões de variabilidade para pensar a Tradição Aratu, especialmente porque o que temos utilizado para comparar é essencialmente a cerâmica e esta tem se mostrado homogênea em termos morfológicos, por uma extensão territorial muito ampla.

Para realizar essa perspectiva é necessário comparar dados disponíveis de regiões, aldeias e casas. Essas informações, articuladas em escala regional nos possibilitariam entender quais elementos permanecem e quais variam ao longo de diferentes áreas onde a cerâmica Aratu está presente, bem como as atividades cotidianas permeadas em cenários específicos. Tal perspectiva só poderá ser efetivada através de escavações em áreas muito amplas, que nos permitam evidenciar um grande número de estruturas de habitação em larga escala. Sem dúvida, a decapagem mecânica é o melhor meio de alcançar tais objetivos, especialmente se executada em projetos de arqueologia preventiva. É essencial destacar que a metodologia, assim como qualquer ação de escavação, por ser irreversível e envolver a preservação do patrimônio arqueológico, deve ser empregada após muito estudo e muita experiência com o método.

Os resultados obtidos para o sítio Oiterinho ainda são preliminares. A grande quantidade de vestígios e informações coletadas numa escavação dessa magnitude, tem demandado anos de estudo em laboratório. Dessa forma, ainda estão sendo desenvolvidos a vetorização da planta baixa de toda as áreas escavadas, análises dos materiais arqueológicos, datações radiocarbônicas e análises de micro vestígios.

No entanto, a escavação realizada representa hoje a maior área já aberta em um sítio associado à cerâmica Aratu e, dessa forma, demonstra o pioneirismo no emprego desta metodologia, que pode servir como parâmetro para o teste de hipóteses em outras regiões onde esse material está presente, como forma de orientar uma arqueologia preventiva baseada em problemas de pesquisa relevantes.

Agradecimentos

Agradeço imensamente a toda equipe de arqueólogos, arqueólogas e trabalhadores que participaram da campanha de escavação do sítio Oiterinho, pela parceria e dedicação. Um agradecimento especial para a arqueóloga Daiane Pereira, coordenadora geral do projeto, que tornou possível a aplicação da metodologia neste estudo e foi parceira no desenvolvimento da reflexão apresentada neste artigo.

Referências Bibliográficas

ALISSON, P. **The archaeology of household activities**. Routledge: London, 1999.

BAILEY, D. W. **The Living House:** signifying continuity. IN: SAMSON, Ross. The Social Archaeology of Houses. Edinburgh: Edinburg University Press, 1990.

BARRETO, B. **Diacronia e cultura material no sítio Laranjal do Jari 01**: um assentamento associado às cerâmicas Jari e Koriabo, baixo rio Jari, sul do Amapá (750 – 1450 AD) (Dissertação de Mestrado). Laranjeiras: PROARQU/UFES, 2015.

BARRETT, John C. Defining domestic space in the bronze age of southern Britain. IN: PEARSON, M. P.; RICHARDS, C. **Architecture and Order:** approaches to social space. New York: Routledge, 1994.

BASSI, F. S. **A Maloca Saracá:** uma fronteira no médio Amazonas pré-colonial, vista da perspectiva de uma casa (Tese de Doutorado). São Paulo: MAE/USP, 2016.

BLANKHOLM, H. P. **Intrasite Spatial Analysis in Theory and Practice**. Aarhus University Press: Aarhus, 1991.

CABRAL, M. P. *et al*. **Prospecção arqueológica e educação patrimonial junto às obras da UHE Cachoeira-Caldeirão** - 1º Relatório Parcial. Macapá: IEPA, 2013a.

CABRAL, M. P. *et al*. **Prospecção arqueológica e educação patrimonial junto às obras da UHE Cachoeira-Caldeirão** - Relatório Final de Prospecção junto ao canteiro de Obras. Macapá: IEPA, 2013b.

CABRAL, M. P. *et al*. **Relatório preliminar do projeto de resgate arqueológico junto ao canteiro de obras da UHE Cachoeira Caldeirão** – Resgate do sítio arqueológico "EDP". Macapá: IEPA, 2013c.

CALDARELLI, S. B. O emprego de maquinário pesado na pesquisa arqueológica por contrato. **Revista do CEPA**, Santa Cruz, UNISC, 25 (33), p. 81-90. 2001.

COSTA, F. W. S. **Arqueologia das Campinaranas do Baixo Rio Negro:** em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central. Tese USP. 2009.

CLARKE, D. **Spatial Archaeology**. New York: Academic Press, 1977.

DEMOULE, J. P. **Rescue Archaeology:** A European view. Annual Review of Anthropology 41, 2012, p. 611-626.

FLANNERY, K. V. **The early mesoamerican village**. London: academic press, 1976.

FLANNERY, K. V.; WINTER, M. C. Analyzing Household Activities. In: FLANNERY, K. **The Early Mesoamerican Village.** London: Academic Press, 1976.

GERRITSEN, F. Archaeological perspectives on local communities. In: BINTLIFF, J. **A companion to archaeology.** Oxford: Blackwell Publishing, p. 141-154, 2006.

HILDEBRAND, M. *et al*. **Saut-Saillat:** une occupation diachronique sur berge haute (Guyane Française). Rapport de fouille. Cayenne: INRAP, 2008.

HOFMAN, C.; HOOGLAND, M. **Connecting stakeholders:** collaborative preventive archaeology projects at sites affected by natural and/or human impacts. Leiden: Leiden University, 2016.

KENT, S. **Method and theory for activity area research:** an ethnoarchaeological approach. Columbia: Columbia University Press, 1987.

KREKOVIC, E.; BACA, M. Marxism, communism and Czechoslovak archaeology. **Anthropologie**, 2013.

KUNA, M.; SMRZ, Z. The past and the present of large-scale excavations in the Czech Republic. In: BOFINGER, J.; KRAUSSE, D. **Large-scale excavations in Europe:** fieldwork strategies and scientific outcome. Budapest: Aduprint printing and publishing Ltd, p. 115-136, 2012.

MALRAIN, F. Silence au fond des vallées. **Archéopages**, 2008.

MELLO, P. J. C; VIANA, S.A; RUBIN, J. C. R. ; SILVA, R. T. ; MELO, J. I. S. ; LOPES,

E. **Projeto de levantamento e resgate do patrimônio arqueológico da ADA pela UHE Corumbá**. Goiânia, UCG/Furnas. 1996.

MELLO, P. J. C; RUBIN, J. C. R. ; BARBOSA, M. S. S. **Levantamento e regate do patrimônio arqueológico da ADA pela PCH Costa Rica (MS)**. Goiânia, UCG. 1994.

MILISAUSKAS, S. An analysis of linear culture longhouses at Olszanica B1, Poland. **World Archaeology** 4, p. 57-74, 1972.

MILISAUSKAS, S. Investigation of an early Neolithic community in Poland. **Current Anthropology** 14, p. 287-290, 1973.

MILISAUSKAS, S. Olszanica: an early farming village in Poland. **Archaeology** 29, 1976, pp. 30-41.

MILISAUSKAS, S. Historical observations on archaeology in the Polish People's Republic, 1945-1989. In: LOZNY, L. **Archaeology of the communist era:** a political history of archaeology of the 20th century. Springer: New York, p. 123-150, 2017.

PEARSON, M. P.; RICHARDS, C. Ordering the World: perceptions of architecture, space and time. IN: PEARSON, M. P.; RICHARDS, C. **Architecture and Order:** approaches to social space. New York: Routledge, 1994a.

PLUCKHAHN, T. Household Archaeology in the Southeastern United States: History, Trends and Challenges. **Journal of Archaeological Research** 18, p. 331-385, 2010.

ROSTAIN, S.; VERSTEEG, A. H. **The Archaeology of Aruba:** The Tanki Flip site. Oranjestad: Foundation for Scientific Research in the Caribbean, 1997.

SALDANHA, J. D. **Paisagem, Lugares e Cultura Material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil** (Dissertação-Mestrado). Porto Alegre: PPGH/PUC, 2005.

SALDANHA, J. D. de M.; CABRAL, M. P. **Relatório Final:** projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico na Área da Mina do Projeto Ferro Amapá (MMX). Macapá: IEPA, 2009a.

SALDANHA, J. D. M.; CABRAL, M. P. **Relatório preliminar de resgate do sítio arqueológico Laranjal do Jarí I. Macapá, IEPA**, 2009b.

SALDANHA J. D. M; CABRAL, M. P. **Projeto de resgate arqueológico no sítio Laranjal do Jari 02, Laranjal do Jari, AP (Relatório Final).** Macapá: IEPA, 2013.

SAMSON, A. Household Archaeology in the Pre-Columbian Caribbean. In: KEEGAN,

W. F.; HOFMAN, C. L., *et al* (Ed.). **The Oxford Handbook of Caribbean Archaeology**. Oxford: Oxford University Press. cap. 25, p.363-377, 2013.

SEIBERT, J. Introduction. In: ROBERTSON, E. C. *et al*. **Space and Spatial Analysis in Archaeology**. Calgary: University of Calgary Press, 2006.

SILVA, M. **Aldeias e organização espacial dos povos produtores da cerâmica Aristé: contribuições para uma arqueologia das unidades habitacionais na costa atlântica do Amapá** (Dissertação de Mestrado). São Paulo: MAE/USP, 2016.

SOUDSKÝ, B. The Neolithic site of Bylany. **Antiquity** 36, p. 190-207, 1962.

SOUDSKÝ, B. **Bylany: osada nejstarších zemědělců z mladší doby kamenné**. Praga: Academia, 1966.

SOUZA, J. G. *et al*. Understanding the chronology and occupation dynamics of oversized pit houses in the southern Brazilian highlands. **Plos One** 11 (7, p. 287-290), 2016.

TRINGHAM, R. Household Archaeology. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. **Internationnal Encycclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. Berlim: Elselvier, p. 6925-6929, 2001.

VACHER, S. *et al.* Amérindiens du Sinamary (Guyane): archéologie em fôret equatoriale. **Documents d'archéologie française**, Vol. 70. Paris: Maison des sciences de l'Home, 1998.

VAN DEN BEL, M. Crique Sparouine: un site amérindien de hauter dans l'arrière pays du Bas Maroni, Saint Laurent du Maroni, Guyane Française. **Rapport d'operation**. Cayenne: INRAP, 2007.

VAN DEN BEL, M. Chemin Saint-Louis. **Rapport d'operation**. Cayenne: INRAP, 2011.

WILLEY, G. Prehistoric Settlement Patterns in the Virú Valley, Peru. Washington DC: **Bureau of American Ethnology**, 1953.

WINTER, M. C. The archaeological Household Cluster in the valley of Oaxaca. In: FLANNERY, K. **The Early Mesoamerican Village**. London: Academic Press, 1976.

WILK, R. & RATHJE, W. Household Archaeology. **American Behavioral Scientist** 25, p. 617-639, 1982.

WOLLÁK, K & RACZKY, P. Large-scale preventive excavations in Hungary. In: BOFINGER, J. & KRAUSSE, D. **Large-scale excavations in Europe:** fieldwork strategies and scientific outcome. Budapest: Aduprint printing and publishing Ltd, p. 115- 136, 2012.

ARQUEOLOGIA DOS GESTOS NA INDÚSTRIA LÍTICA DO SÍTIO COLÔNIA MIRANDA – SE[1]

Janaína Patrícia Coutinho[2]
Paulo Jobim de Campos Mello[3]

RESUMO

O presente artigo expõe uma análise da coleção lítica do sítio Colônia Miranda (localizado no município de São Cristóvão, estado de Sergipe), no qual se baseia principalmente na arqueologia dos gestos. O bem acautelado foi identificado durante as atividades produzidas no projeto de levantamento arqueológico da Bacia do Rio Vaza Barris. Para essa análise foi utilizada uma perspectiva de cunho estrutural, fundamentada na antropologia das técnicas. Dessa maneira o objetivo é averiguar os aspectos tecnológicos dos grupos pretéritos que produziram tais ferramentas na região, aliado aos possíveis gestos utilizados. Tendo assente conceitos como cadeia operatória, homem total e condutas motoras, este trabalho empenhou-se em inferir sobre a relação do gesto e a influência da tradição cultural para a incorporação das técnicas na etapa de produção e funcionamento dos instrumentos.

Palavras-Chave: Gestos, Lítico, Colônia Miranda, Técnica, Cultura

ABSTRACT

This one article presents an analysis of the lithic collection of the Colônia Miranda site (located in the municipality of São Cristóvão, Sergipe state) based mainly on the archeology of gestures. The site was identified during the activities produced in the Vaza Barris River Basin archaeological survey project. For this analysis a structural perspective was used, based on the anthropology of the techniques.

1 Este artigo teve sua primeira versão publicada na Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v. 39, p. 227-248, 2022, Dossiê "Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos museus: pesquisa, preservação e comunicação", DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2022.171232.

2 Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. Contato: janainapatricia@gmail.com

3 Professor Associado do Programa de Pós-graduação PROARQ da Universidade Federal de Sergipe. Contato: paulojc.mello@gmail.com

Thus, the objective is to ascertain the technological aspects of the past groups that produced such tools in the region, together with the possible gestures used. Based on concepts such as the operative chain, total man and motor behavior, this work examined the relation between gesture and the influence of cultural tradition for the incorporation of techniques in the production and operation of instruments.

Keywords: Gestures, Lithic, Colônia Miranda, Techniques, Culture

Introdução

O conhecimento que se tem sobre o período pré-colonial no estado de Sergipe ainda é bastante limitado, uma vez que poucos projetos sistemáticos foram desenvolvidos nesse território. Para tentar sanar esse problema, estudos estão em andamento com o objetivo de se fazer um mapeamento dos sítios pré-históricos do estado. Um deles foi o projeto de levantamento arqueológico da Bacia do Rio Vaza Barris, sob a coordenação de Paulo Jobim de Campos Mello.

A partir dessa pesquisa foram identificados 35 sítios, e dentre eles está o Colônia Miranda, localizado no município de São Cristóvão, estado de Sergipe. Não obstante o objeto de estudo do presente artigo é a sua indústria lítica, e foi optado como linha de pesquisa a arqueologia dos gestos, aliada à antropologia das técnicas. Logo o objetivo deste trabalho é observar a incorporação das técnicas e os processos gestuais presentes na confecção e uso dos instrumentos.

Tal abordagem foi escolhida porque a mesma permite uma análise estrutural dessa indústria lítica, assim como a observação da interação do sujeito com o objeto, e como as questões sociais, psicológicas e biológicas podem influenciar as atividades humanas. Essa linha se diferencia de estudos que possuem um cunho morfotipológico, pois vai além das similaridades formais entre as peças, tendo em vista que tal perspectiva pode limitar a percepção dos aspectos socioculturais.

Pensou-se em aspectos gestuais aliados à tecnologia, porque tal característica trata-se de um indício sociocultural de qualquer sociedade, dessa maneira esse dado pode auxiliar na melhor compreensão das rotinas dos grupos pretéritos que produziram os instrumentos. Destaca-se que esse é um estudo pontual, pois não há interesse em inferir sobre outros aspectos, tais como questões simbólicas e análise inter-sítios.

Contexto da Área

Projeto Arqueológico do Vaza Barris e o Sítio Colônia Miranda e as Atividades Efetuadas

Tendo como objetivo o mapeamento de sítios arqueológicos na bacia do Vaza Barris (Figura 1), o projeto de Levantamento Arqueológico foi iniciado em 2009, financiado pelo CNPq e Fapitec, buscando inserir novos estudos sobre a pré-história do Nordeste, uma vez que havia poucas pesquisas efetuadas no estado de Sergipe, sendo que as informações sistemáticas conhecidas acerca do pré-colonial da região estavam focadas na área da UHE de Xingó (Coletivo, 2002; Martin, 1997).

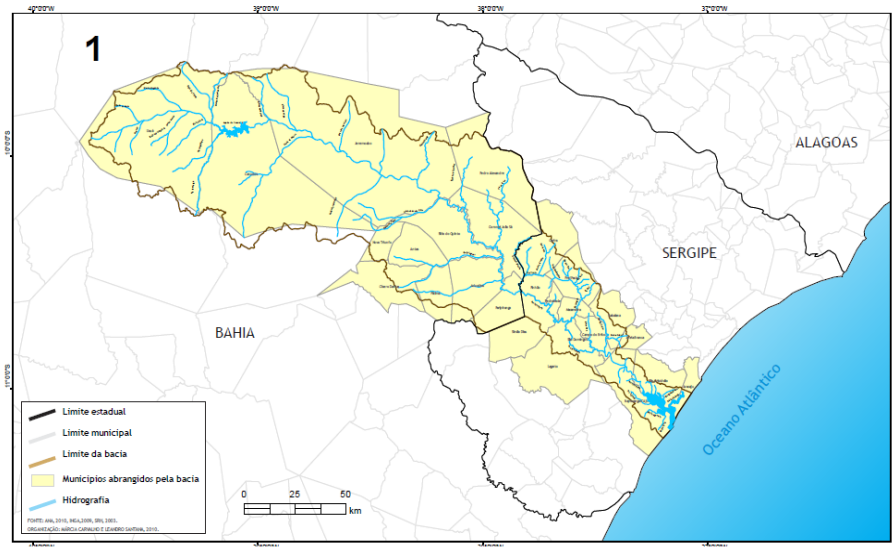


Figura 1. Bacia hidrográfica do rio Vaza Barris. Fonte: Carvalho, 2012

Por meio desse estudo houve a descoberta de 35 pontos com a presença de material arqueológico, e a metodologia utilizada para o levantamento foi a assistemática. Ocorreram entrevistas com moradores e observação de terrenos com boa visibilidade para a identificação de sítios arqueológicos. As cidades trabalhadas foram as seguintes: Areia Branca, Campo de Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Pedra Mole e São Cristóvão. Segundo Mello (2012), dentre os 35 pontos localizados, 12 apresentam material lítico lascado, 16 possuem material cerâmico, 6 lito-cerâmicos e um com objetos históricos.

Um desses sítios, denominado de Colônia Miranda, é o alvo da presente pesquisa.

Sítio Colônia Miranda

O sítio localiza-se no povoado Colônia, município de São Cristóvão, estado de Sergipe (Figuras 2 e 3), em um terreno plano, à margem esquerda do rio Comprido, afluente do rio Vaza Barris, na UTM 24L 691016/8783025.

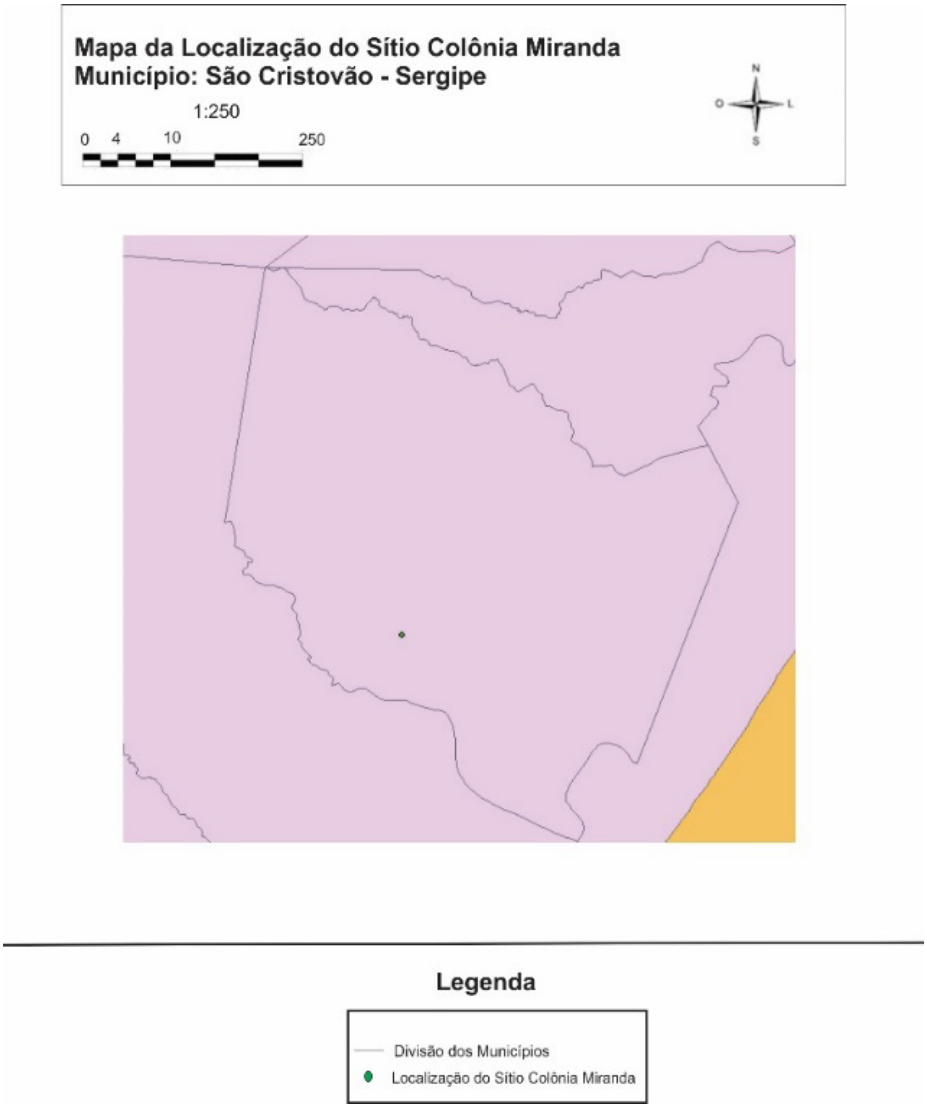


Figura 2. Localização do Sítio Colônia Miranda



Figura 3. Localização do município de São Cristóvão



Figura 4. Área do sítio Colônia Miranda. Fonte: Coutinho, 2015

Trata-se de um sítio lito-cerâmico de subsuperfície, com predominância de artefatos líticos (Figuras 5 e 6). Na superfície o material é encontrado em uma área de aproximadamente 60 x 40 m. Já o material em subsuperfície houve a identificação de vestígios em uma profundidade do depósito arqueológico de até 15 cm, sendo que quando se atingia o nível estéril era possível perceber uma alteração na coloração do solo.



Figura 5. Artefatos líticos em superfície. Fonte: Coutinho, 2015



Figura 6. Artefatos líticos em superfície. Fonte: Coutinho, 2015.

Após sua localização, ele foi trabalhado como um sítio-escola junto aos alunos de graduação em arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, entre os anos de 2010 a 2014, sob coordenação dos professores Paulo Jobim de Campos Mello e Emílio Fogaça.

Para escavação do sítio a metodologia aplicada foi a decapagem por níveis naturais, com o intuito de se associar tanto a verticalidade (que trata da temporalidade) como também sua horizontalidade (a dispersão do material em uma determinada superfície) (Figura 7).



Figura 7. Escavação da quadra 5 – Fonte: Coutinho, 2015.

Para Vilhena-Vialou (2006), esse procedimento é essencial para se perceber uma autêntica unidade espaço-temporal do sítio, e assim verificar se os testemunhos arqueológicos estão relacionados uns aos outros, revelando assim um solo de ocupação. No total, foi escavada uma área de 60 m², espalhada pelo sítio (Figura 8).

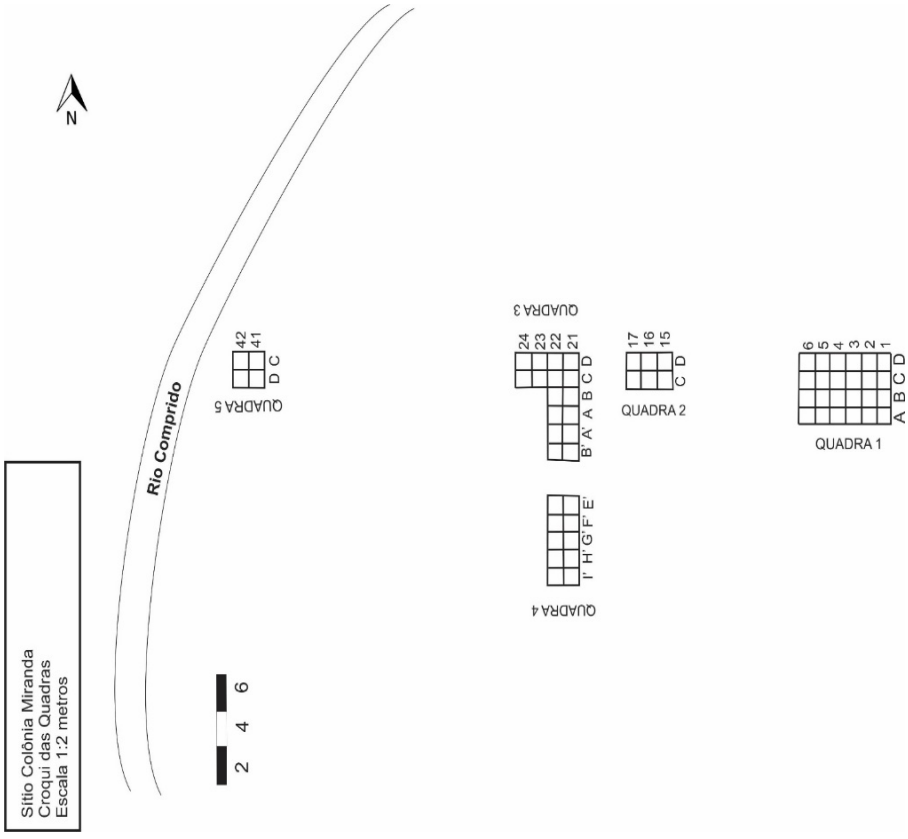


Figura 8. Croqui com a distribuição das quadras produzidas na área dos sítios Colônia Miranda. Fonte: Coutinho, 2015.

Houve o registro de todas as camadas por meio de croquis, com escala de 1:20 em papel milimetrado, com o intuito de representar a densidade e a distribuição dos objetos na quadra por coordenadas convencionais. Tinha-se a preocupação de situar o objeto no espaço, por meio dos eixos *x* e *y* para o plano horizontal, e *z* para o plano vertical, assim como o controle topográfico no decorrer da escavação. Também foi feita a verificação do sedimento recolhido por meio da peneira para a coleta de material que tenha escapado da escavação.

O registro do material era feito com etiquetas e nelas havia a identificação da quadrícula em que foi localizada (bem como as coordenadas). Já o acondicionamento dos objetos era produzido em sacos plásticos devidamente registrados.

Material

Houve um total de 992 peças líticas coletadas, e essas foram divididas em seis classes: lascas, fragmentos de lascas, lascas fragmentadas, instrumentos, núcleos e percutores. A matéria-prima predominante refere-se ao sílex lascados sobre bloco, seguidos de placa, além de poucos artefatos em arenito silicificado e quartzo.

A matéria-prima era adquirida fora do sítio (exceção do quartzo, que é local), a aproximadamente 500 metros de distância, em direção sudeste, onde há um afloramento de sílex não muito extenso.

Métodos

Ao estudar a tecnologia na pré-história não se tem como objetivo apenas descrever a forma da peça, mas principalmente buscar entender os aspectos socioculturais que subjazem um determinado artefato, e isso se dá por meio da compreensão do saber fazer do grupo estudado. Dentro desse panorama há essencialmente a ação aliada ao gesto técnico, sendo esse um movimento predeterminante para que se possa gerar um instrumento funcional de forma eficiente (Fogaça, 2006). Por conseguinte, não se trata de ações aleatórias, mas que por trás de todo esse processo há de forma indiscutível questões de ensino, aprendizagem, consequentemente uma carga social.

Nesse sentido, buscando aspectos culturais, o presente artigo irá focar especialmente nas questões gestuais presentes na confecção e funcionamento do instrumento, com a chamada arqueologia dos gestos.

A Arqueologia dos gestos

Como informado anteriormente, o gesto é um aspecto cultural dentro de uma sociedade. Segundo Warnier (1999, p. 23):

> É uma totalidade complexa feita de normas, de hábitos, de repertórios de ação e de representação, adquirida pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão dos grupos e dos indivíduos e de diferen-

> ciação diante de outros, bem como fator de orientação dos atores, uns em relação aos outros e em relação ao seu meio. Toda cultura é transmitida por tradições reformuladas em função do contexto histórico.

Trata-se assim de uma característica singular e de identificação de uma sociedade, sendo eficiente somente por meio da presença de uma tradição. Destaca-se que no decorrer do tempo ela sofre alterações, mas que são naturalmente aceitas pelo grupo, e esse fator indica um interesse por trás desse processo educativo e tradicional.

Para justificar esses interesses por trás da educação, Mauss (1950) utiliza o conceito de "homem total". Ele afirma que para se obter esse caráter de transmissão de conhecimento, e não apenas uma imitação no ato dos gestos, é necessário observar as técnicas do corpo como fatos biológicos, sociológicos e psicológicos. Logo, o elemento psíquico atua como engrenagens e não como causas, envolvido por fatores individuais. Quanto ao elemento social, o autor entende que o conhecimento é transmitido pela e para a sociedade, no sentido de manter uma ordem da autoridade social sobre os indivíduos, logo trata-se de um conhecimento transmitido de cima para baixo. Por último, o fato biológico que se refere ao uso do corpo no aspecto fisiológico.

Nesse sentido, ao se estudar os gestos há possibilidade de compreender melhor as estruturas sociais envolvidas nos comportamentos coletivos.

Mauss (1950) afirma que o estudo das técnicas do corpo é separado das instrumentais, pois o corpo é considerado como o principal instrumento do indivíduo: "o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo" (Mauss, 1950, p. 407). Nesse sentido, para ele há uma dicotomia na relação sujeito e objeto. Por conseguinte, o estudo das técnicas do corpo permite perceber os aspectos socioculturais que permeiam a etapa de fabricação e funcionamento do instrumento. Porém, como há um estudo da cultura material no estudo arqueológico, é essencial perceber a relação entre sujeito e objeto.

Nesse sentido, é interessante avaliar o estudo de Warnier (1999). Segundo ele, na relação entre sujeito e artefato há a formação de um corpo só, não existindo um dualismo entre eles, pois essa dinâmica se trata de um mesmo fenômeno, que são as chamadas condutas motoras:

> "Ora, o sujeito não "possui um corpo. Ele é um corpo". Ao falar das condutas motoras do sujeito, evita-se a armadilha do dualismo camuflado sob o vocabulário do corpo. Num caso como noutro, no final das contas,

> trata-se do mesmo fenômeno, ou seja, a capacidade que o sujeito possui de memorizar e incorporar condutas motoras perfeitamente adaptadas à dinâmica da relação com os objetos e com o meio – condutas, ou seja, conjuntos de ações motoras finalizadas" (Warnier 1999, p. 4).

Warnier (1999) discute a ação do objeto e sua dinâmica sobre o sujeito e essa relação é denominada de "esquemas corporais" ou "condutas motoras". "São gestos ou séries de gestos que, em decorrência da repetição, podem ser efetuados sem esforço nem atenção particular" (Warnier, 1999, p. 4). Com isso, a dinâmica da relação de dominação do sujeito sobre o objeto (que permanece no exterior) faz gerar estereótipos motores do corpo: os gestos.

Nesse sentido não há possibilidade de se falar de técnicas do corpo e técnicas instrumentais, pois essa relação se dá em conjunto. Homem e objeto formam um único corpo, o que gera uma espécie de prótese. Isso se dá porque as técnicas se incorporam ao corpo com o tempo de maneira tal que as ações humanas são produzidas maquinalmente. Assim, o sujeito "forma um corpo" com o objeto (Warnier, 1999).

Esse fenômeno permite gerar recorrências e padrões que são percebidos nas indústrias líticas a partir de pistas sobre esses elementos na cultura material, permitindo assim diagnosticar os vestígios sobre a dinâmica do corpo, objeto e espaço.

Uma das maneiras de se perceber esse fator é observar uma padronização das cadeias operatórias e método de produção dos instrumentos. Segundo Chazan (2005), essa análise é viável a partir da leitura do objeto, com a observação de como um núcleo foi explorado, a direção das retiradas das lascas, dentre outras análises. Tais dados podem revelar movimentos específicos do corpo para um objetivo final, haja visto que para obter sucesso na etapa de produção é necessária uma ação controlada. Logo no ato do lascamento ficam algumas marcas que se tornam permanentes, tais como as ondas de impacto, o bulbo, talão etc. Esse fator auxilia bastante na análise, assim como a verificação de possíveis estados mentais construídos pelo lascador no momento da fabricação do instrumento, com isso é possível inferir acerca da ligação entre pensamento e ação (Chazan, 2005).

Nesse sentido não há movimentos aleatórios, e dependendo da intencionalidade do lascador há um tipo de ação que com o passar do tempo é incorporada na sua técnica, para um determinado fim. Nesse sentido a arqueologia dos gestos contribui nos estudos da cultura material, pois por meio dessa linha metodológica há uma maior possibilidade de se observar o planejamento efetuado pelo indivíduo preté-

rito, a partir da constatação de certos padrões técnicos intrínsecos ao instrumento. Por conseguinte, essa linha de pesquisa permite constatar que tais ações tecnológicas são processos cognitivos e corporais, elaborados de maneira não aleatória (Chazan, 2005).

Entendendo assim o gesto como um indício cultural de uma determinada sociedade, o estudo do tipo de técnica utilizada na fabricação e funcionamento dos instrumentos permite entender, de forma parcial, aspectos sociais dos grupos estudados. Essas ações não aleatórias envolvem variadas questões na etapa de produção dos instrumentos, tais como uma visualização prévia do instrumento ou lasca desejada pelo artesão, como também habilidades que foram adquiridas no decorrer do tempo por meio do aprendizado e memória.

Para melhores inferências e um estudo holístico, o pesquisador de grupos pré-coloniais utiliza-se do conceito de cadeia operatória, pois a partir dessa perspectiva é possível perceber recorrências tecnológicas em uma determinada indústria lítica. Com isso, o presente artigo levou em consideração os três planos de domínio do comportamento operatório do homem: (1) o automático, que possui uma natureza biológica como plano de fundo; (2) o maquinal, adquirido pela experiência e educação, no qual, a partir de qualquer interrupção acidental nesse processo, gera uma confrontação; (3) lúcido, que age no reparo ou ruptura para a produção de novas cadeias.

Tais planos se encaixam no aspecto psicológico: inconsciente, subconsciente e consciente, respectivamente (Leroi-Gouhan, 1985). Assim, no que se refere ao estudo dos grupos pré-coloniais, focaremos nas chamadas cadeias operatórias maquinais, pois trata-se de organizações coletivas, consequentemente mais acessíveis para a construção de inferências plausíveis, tendo em vista que é a partir dela que se pode observar as características culturais/étnicas, por meio do estudo da técnica.

Antropologia das técnicas

Como o objetivo de pesquisa é o estudo dos gestos e análise do saber fazer de um grupo na produção de ferramentas líticas, optou-se pela antropologia das técnicas como linha metodológica, pois ela se apresenta de maneira mais eficiente para estudar a ação do objeto e seu funcionamento de forma estrutural.

Em relação à análise tecnológica do material lítico lascado, há duas grandes famílias estruturais: a debitagem e a *façonnage.* A debitagem é definida por meio do

ato de produzir lascas de um determinado núcleo, transformando as mesmas em instrumentos. Já a *façonnage* se trata da redução volumétrica de um determinado bloco de matéria-prima para a obtenção de um instrumento matriz e, em um segundo momento, a alteração das bordas desse suporte para a obtenção de um ou vários instrumentos no mesmo objeto (Boeda, 2006). Logo todo material, desde a mínima estilha ao núcleo, será utilizado como fonte de análise para a compreensão dessa caracterização tecnológica.

Para melhor compreensão, especialmente da etapa de elaboração dos instrumentos e o método utilizado na exploração de um determinado bloco, utiliza-se do conceito de cadeia operatória, em que se foca no chamado "sistema de debitagem".

Especificamente para o núcleo, Tixier *et al.* (1999) definem alguns parâmetros de análise:

- Planos de percussão que foram ou não preparados para a aplicação de força no ato da retirada da lasca, sendo esses produzidos por percussão ou por pressão de forma direta (com um percutor duro – seixo, ou macio – madeira ou osso), ou indireta (a força aplicada por meio do percutor não atinge diretamente o bloco e sim um outro objeto que está em contato com o bloco).

- Superfície de Debitagem em que há a presença dos negativos referente às lascas retiradas.

Segundo Viana (2005), nessa etapa dos chamados *sistemas de debitagem,* há uma estrutura tecnológica, sendo necessário para o estudo dessa perspectiva uma observação além da morfologia, pois trata-se de ações pensadas e concebidas seguindo critérios e regras pré-estabelecidas.

A partir dessa concepção foi-se definido os seguintes sistemas (Boeda, 2013):

Debitagem "A" – não há um padrão na escolha do suporte a ser explorado, havendo espatifamento;

Debitagem "B" – Há uma escolha específica do suporte, no qual se observa a angulação, nervuras e matéria-prima específica;

Debitagem "C" – Percebe-se em áreas específicas do bloco um maior controle da largura e comprimento das lascas a serem retiradas;

Debitagem "D" – São os núcleos discóides ou piramidais, em que se leva em

consideração o bloco como um todo no qual ou se aproveita sua estrutura natural, ou há modificações para objetivos específicos, sendo assim predeterminantes, pois a última retirada vai influenciar a próxima, havendo assim sinergia;

Debitagem "E" – Concepção Laminar;

Debitagem "F" – representada pelo núcleo Levallois, sendo a maior evolução da linhagem de debitagem.

As Unidades técnico-funcionais

Do mesmo modo que existem esquemas de produção, há de funcionamento do instrumento, e esse depende de vários aspectos associados, tais como sujeito-instrumento, sujeito-objeto, instrumento-objeto (Rabardel, 1995). Observa-se assim a estrutura aliada à sinergia das propriedades técnicas presentes no artefato. A partir daí ele é dividido em três partes: uma receptiva de energia, que permite o funcionamento do objeto; uma parte preensiva, que deixa o instrumento funcionar, e a parte transformativa. Cada uma dessas porções, que serão detalhadas mais adiante, foram definidas como Unidades Tecno-Funcionais – UTFs (Boeda, 1997) (Figura 9).



Figura 9. Ilustração sobre UTF preensiva (= UTF receptiva) e UTF transformativa.

Em relação à UTF preensiva do exemplo acima, ela está totalmente ligada ao gesto que vai ser utilizado para a transformação de uma determinada matéria-prima, consequentemente há sinergia entre instrumento e a mão.

Segundo Fogaça e Lourdeau (2008), a mão humana possui uma estrutura topográfica única dentre os primatas, no qual a associação do antebraço, punho e dos dedos, especificamente do polegar[4], que possui uma função essencial para essa diferenciação. Essa anatomia irá gerar movimentos específicos, tais como: de flexão/extensão, abdução/adução e rotação, e esse processo envolve questões ligadas à habilidade, força e precisão.

Já a UTF transformativa tem por objetivo, como o próprio termo deixa explicito, ter contato com a matéria-prima com intuito de transformá-la. Essa UTF é composta por um gume que possui dois planos: (1) o de corte, que é a superfície que permite a acomodação de um gume retocado; (2) o de bico, que é a parte responsável pela transformação/ruptura da matéria a ser trabalhada. A partir do ângulo desses planos pode-se definir funcionalidades, tais como raspar, cortar, furar etc., sendo que esses podem ser: plano/plano, plano/convexo e plano/côncavo. Sendo assim, um suporte pode comportar variados instrumentos, em que cada UTF transformativa irá receber um tratamento diferente, dependendo de sua funcionalidade (Fogaça; Lourdeau, 2008).

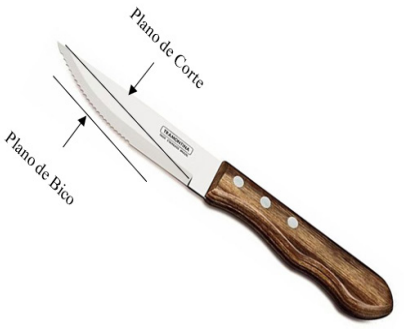


Figura 10. Demonstração da localização do Plano de Corte e Plano de Bico

4 Segundo Fogaça e Lourdeau (2008), o polegar permite movimentos únicos, que somente o ser humano é capaz de executar, pois tal configuração permite movimentos mais precisos, tais como de oposição e contra-oposição, e com capacidade de se descolocar no espaço com alto grau de liberdade. Com isso sempre a ação preensiva vai ter a influência direta do polegar, associado à palma da mão e aos outros dedos.

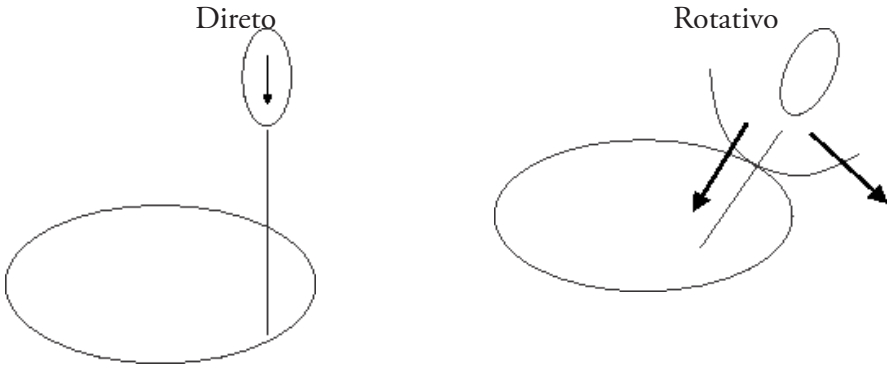
O uso da experimentação para ajudar na leitura técnica

Para a leitura da estrutura técnica presente em uma indústria lítica, a experimentação é essencial para perceber as regras inerentes ao ato do lascamento. Dentre as vantagens, uma delas é a de que essa linha permite verificar desde os métodos utilizados, como também as formas de avaliação, tais como a escolha da matéria-prima e o tipo de percussão que se irá utilizar para um determinado objetivo (Boeda, 1997; Crabtree, 1975).

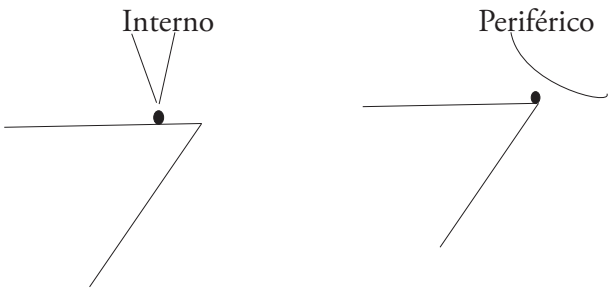
Boeda (2014), por meio da experimentação, percebeu cinco regras que devem ser seguidas para que haja sucesso na produção de um instrumento efetivamente funcional.

A primeira é a **aplicação da força** em um determinado bloco, em que a transmissão de energia deve vir de um ponto específico, no qual as duas superfícies devem ser convexas, ou uma delas aplainada. Isso se dá, pois, ao se tentar lascar em superfícies irregulares a energia é dispersa em pontos distintos. Outra questão é a escolha do percutor, pois ele é a ferramenta mais importante na produção de um instrumento. A segunda regra é **ter uma superfície de percussão para sair uma lasca, em que a mesma pode ser natural ou configurada**. Por meio desse plano é que se vai moldar o tipo de lasca que se pretende retirar, ademais é necessário observar a inclinação do bloco no ato do lascamento. Já a terceira regra refere-se à **angulação da fratura**, em que a mais eficiente é a de 90°, podendo também ser inferior a essa medição, e não podendo nunca utilizar uma que seja acima disso (90°). A quarta regra segue o **princípio físico da inércia**, no qual é necessário a adaptação da massa do percutor com o bloco, pois massa + energia irá efetivar de forma positiva o lascamento. Finalmente a quinta regra refere-se ao **gesto utilizado na percussão**.

Sobre esse tema há dois tipos:



O impacto pode ser:



Resultados

Como havia o objetivo de obter uma análise holística, o estudo contemplou todos os vestígios coletados na amostra selecionada do sítio Colônia Miranda. Dentre estes estão presentes instrumentos, núcleos, lascas, fragmentos de lascas, percutores e detritos. Na Tabela 1 está a quantificação de cada categoria.

Categoria	**Quantidade**
Instrumento	33
Núcleo	11
Lasca	218
Lasca Frag.	94
Frag. de Lasca	609
Percutor	5
Detrito	22

Tabela 1. Quantificação dos vestígios do Colônia Miranda

Tem-se assim **992 peças[5] dentro da coleção, sendo que a matéria-prima predominante nos vestígios é o sílex (956), seguido de quartzo (12), arenito silicificado (01) e arenito (01) (Gráficos 1 e 2).**

5 Os 22 detritos e percutores não serão inseridos na análise, estão presentes apenas como forma quantitativa, devido a isso eles serão colocados apenas no primeiro gráfico.

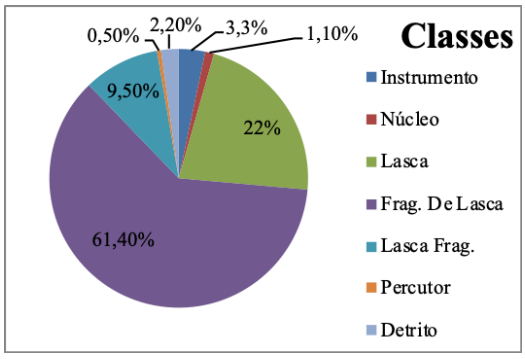


Gráfico 1. Classes

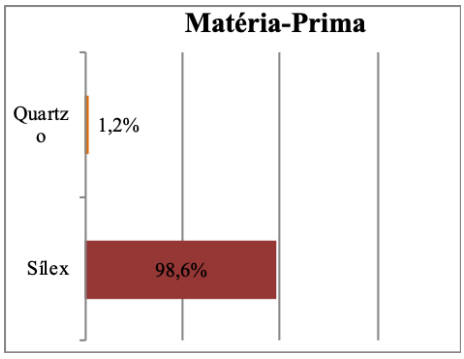


Gráfico 2. Matéria-prima

Grupos tecnológicos

Núcleos

A partir da análise de 11 núcleos, observou-se que há dois tipos: o tipo C (9) e o tipo Discoide (2). Cinco do tipo "C" apresentaram apenas um plano de percussão, enquanto os outros 4 tinham dois planos opostos (Figura 11). As medidas são as seguintes: comprimento variou de 32 mm a 98 mm (média de 71,6 mm); largura de 55 mm a 120 mm (média de 82,5 mm). E espessura de 27 a 47 mm (média de 38,4 mm).

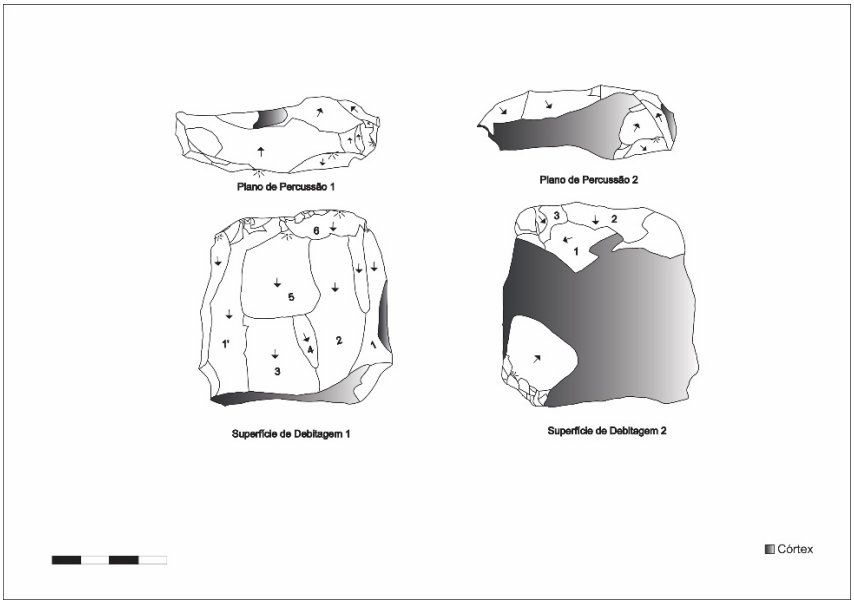


Figura 11. Núcleo tipo C. Desenho J. Coutinho

Já os núcleos discoides possuem as seguintes medidas: 62 mm x 69 mm x 27 mm; 75 mm x 65 mm x 20 mm (Figura 12).

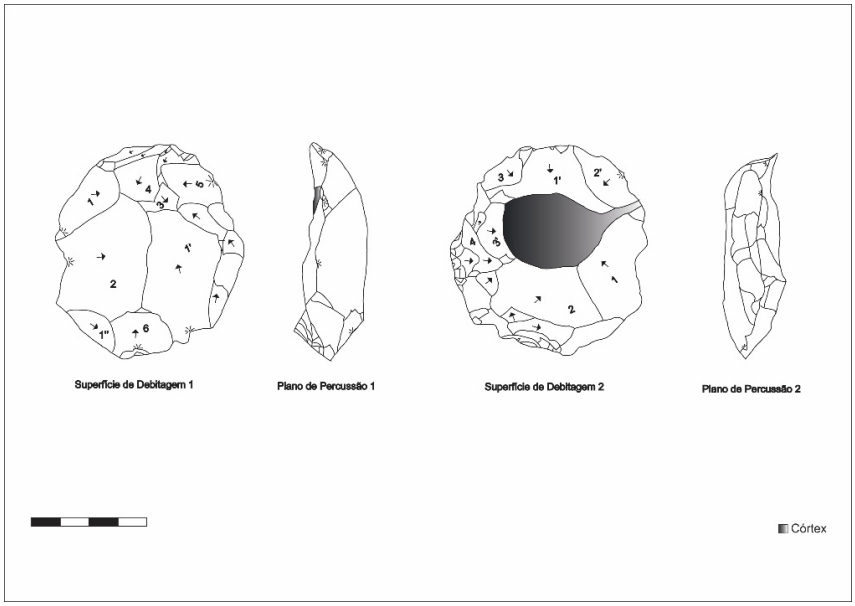


Figura 12. Núcleo discoide. Desenho J. Coutinho

Instrumentos

Quanto aos instrumentos, por meio da identificação e descrição das UTF's preensivas e transformativas, e suas relações, buscou-se indicar a possível funcionalidade do instrumento. Destaca-se que não se teve a intenção de tentar verificar qual a matéria que foi transformada pelos instrumentos, pois tal análise só é possível com uso da traceologia. A partir daí observou-se dois gestos: transversal e longitudinal. Dentro dos parâmetros citados acima, foram definidos cinco grupos tecnológicos. Segue a descrição de cada um deles:

Grupo 1 (11 instrumentos), produzido sobre lasca ou fragmento de matéria-prima, apresentando apenas uma UTF transformativa (UTFt), com pouca transformação do suporte para alteração de volume (na grande maioria retoques diretos). Seu funcionamento seria por meio de movimento transversal (Figura 13).

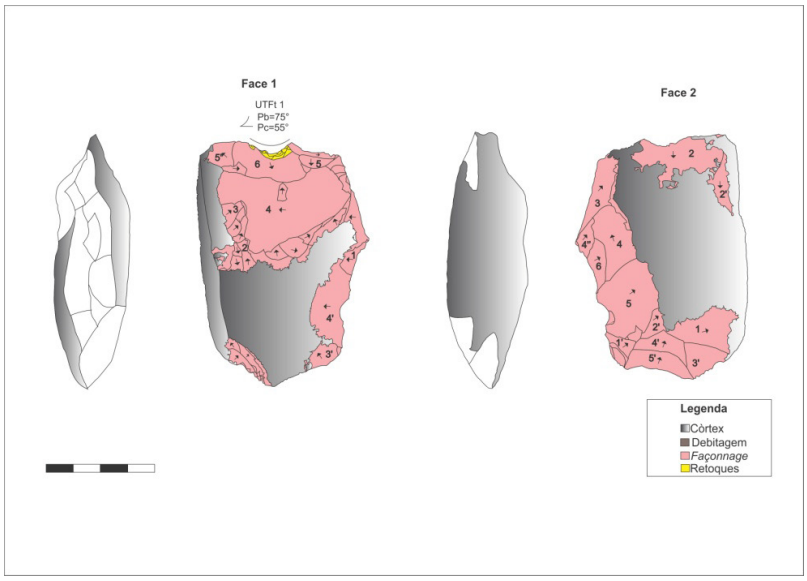


Figura 13. Instrumento grupo 1. Desenho J. Coutinho

Grupo 2 (4 instrumentos), produzido sobre lasca ou fragmento de matéria-prima, apresentando uma ou mais UTFt, alteração do suporte para redução de volume (retoques diretos ou bifaciais). Seu funcionamento seria por meio de movimento longitudinal (Figura 14).

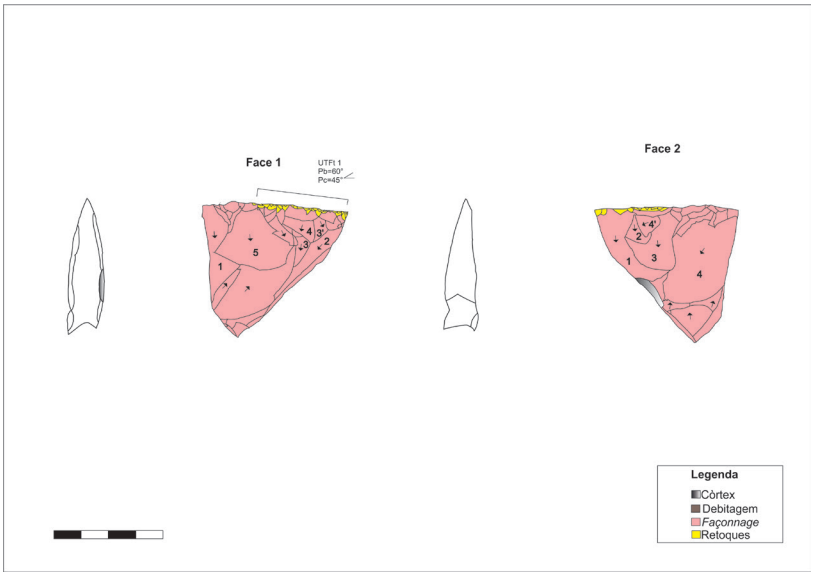


Figura 14. Instrumento grupo 2. Desenho J. Coutinho

Grupo 3 (7 instrumentos), produzido sobre lasca ou fragmento de matéria-prima, apresentando mais de uma UTFt. Há pouca alteração do suporte para redução de volume (na grande maioria retoques diretos). Seu funcionamento seria por meio de movimento transversal (Figura 15).

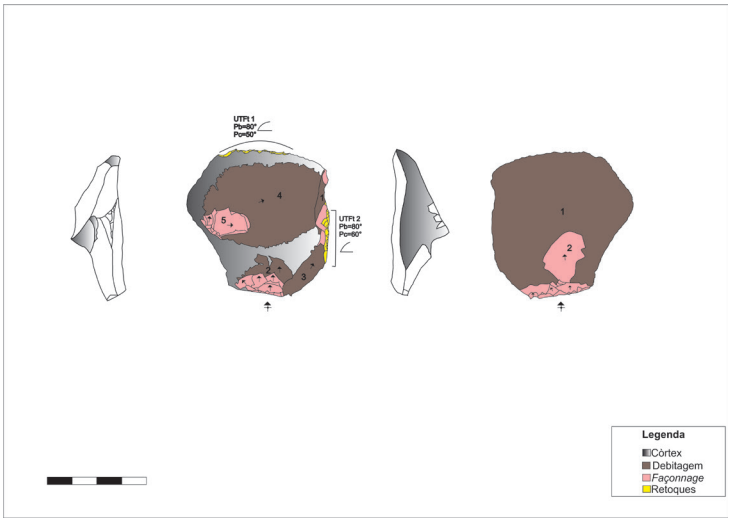


Figura 15. Instrumento grupo 3. Desenho J. Coutinho

Grupo 4 (8 instrumentos), produzido sobre lasca, apresentando variadas UTFt, com planos de bico de variados delineamentos e alteração do suporte para redução de volume (retoques direto). Seu funcionamento seria por meio de movimentos variados (Figura 16).

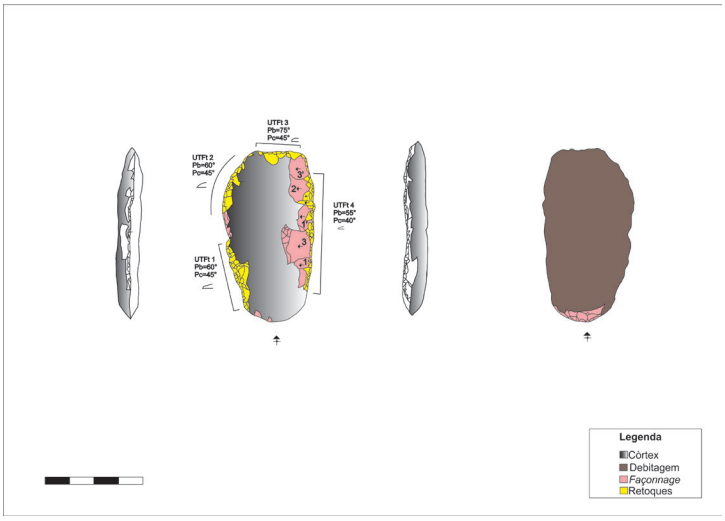


Figura 16. Instrumento grupo 4. Desenho J. Coutinho

Grupo 5 (2 instrumentos), produzido sobre lasca ou fragmento de matéria-prima, apresentando variadas UTFt, com planos de bico de diversos delineamentos, alteração do suporte para redução de volume (retoques bifaciais). Seu funcionamento seria por meio de movimentos variados (Figura 17).

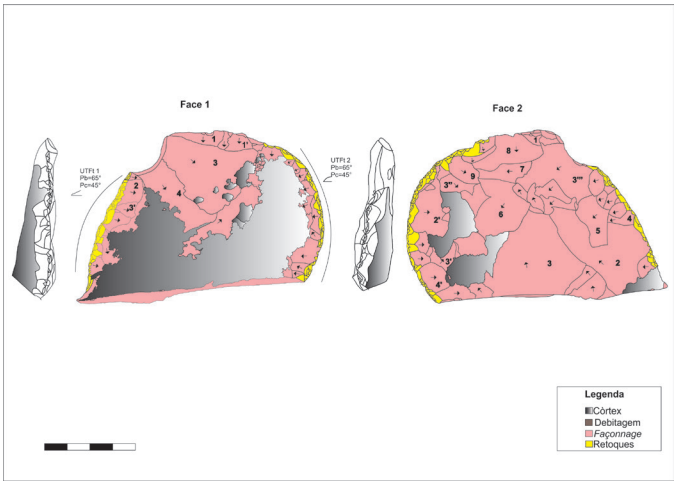


Figura 17. Instrumento grupo 5. Desenho J. Coutinho

Experimentação

Essa foi dividida em duas etapas: uma com sílex da região de São Raimundo Nonato (sob orientação do Professor Eric Boeda) e a segunda em Sergipe (Figura 18), com matéria-prima similar à que foi encontrada no sítio Colônia Miranda (localizada a 33 km, no povoado Mussuca). Em ambas as campanhas houve a atenção para os seguintes aspectos: escolha do percutor mais adequado para o sílex (seixo de quartzo com tamanho e volume mediano), lascamento com o gesto direto e o rotativo/tangencial, e observação dos estigmas deixados nas lascas.



Figura 18. Bloco em sílex, coletado no povoado Mussuca (SE), lascado, uma das etapas de experimentação

A percepção do tipo de gesto utilizado no ato do lascamento é feita por meio dos estigmas deixados na lasca, e esses se referem aos localizados na área proximal da peça. Por meio das experimentações produzidas, foi possível perceber os seguintes aspectos (Figuras 19 e 21):

Gesto Direto



Figura 19. Exemplo de lasca que foi produzida com gesto direto. Fonte: Janaína Coutinho, 2014



Figura 20. Exemplo de lasca que foi produzida com gesto direto. Fonte: Janaína Coutinho, 2014

Gesto Rotativo



Figura 21. Exemplo de lasca que foi produzida com gesto rotativo. Fonte: Janaína Coutinho, 2014



Figura 22. Exemplo de lasca que foi produzida com gesto rotativo. Fonte: Janaína Coutinho, 2014

Discussão

Cruzamento de dados

Com isso, a partir da análise, levando em consideração a dimensão e formato dos negativos dos núcleos (que são a base de inferência acerca do tipo de lasca retirado do bloco), lascas e instrumentos, observou-se que há uma inter-relação entre as três classes, auxiliando assim na hipótese de tratar-se de um único tipo de indústria lítica, como pode ser observado nos esquemas abaixo:

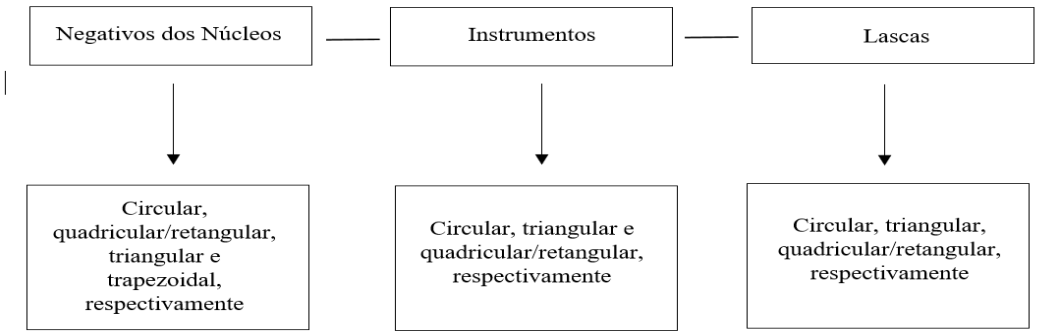
Medidas dos negativos, instrumentos e lascas

Negativos do Núcleos	**Instrumentos**	**Lascas**
Grupo 1 C = 100 mm / L = 55 mm a C = 76 mm/ L = 63 mm	*Grupo 1* C = 81 mm / L = 56 mm a C = 67 mm / L = 37 mm	*Grupo 1* C = 144 mm / L = 60 mm a C = 90 mm / L = 24 mm
Grupo 2 C = 51 mm / L = 31 mm a C = 46 mm / L = 26	*Grupo* 2 C = 57 mm / L = 40 mm a C = 40 mm / L = 48 mm	*Grupo 2* C = 59 mm / 30 mm a C = 66 mm / 10 mm
Grupo 3 C = 37 mm / L = 30 mm C = 29 mm/ L = 20 mm	*Grupo 3* C = 38 mm / L = 49 mm C = 32 mm / L = 32 mm	*Grupo 3* C = 29 mm / 11 mm a C = 45 mm / L = 7 mm

Referente a esse aspecto, pode-se inferir que havia uma preferência por lascas de suporte com dimensões medianas, pois em relação aos negativos dos núcleos e instrumentos, a maior incidência refere-se ao grupo dois. Já sobre o grupo um que está com a menor quantidade, dentro do universo dos negativos, infere-se que as lascas foram retiradas em etapas anteriores da debitagem, ou seja, não estão mais presentes os negativos dessas possíveis lascas suporte.

Já acerca do formato:

Inter-relação do formato dos negativos dos núcleos, instrumentos e lascas



Fonte: Coutinho, 2015

Apesar de uma certa variação em relação ao formato (especialmente no negativo dos núcleos, pois aqueles presentes são das etapas finais da debitagem), observa-se um padrão nas lascas e nos suportes dos instrumentos, ou seja, pode-se afirmar que são retiradas pré-determinadas.

Cadeia operatória

A partir da análise, levando em consideração o estudo de todo o processo de produção e produto, pôde-se inferir que há a presença de três cadeias operatórias:

Cadeia Operatória 1: Peças produzidas por debitagem sem alteração do volume do suporte

Cadeia Operatória 2: Peças produzidas por debitagem com alteração do volume do suporte

Cadeia Operatória 3: Peças produzidas por *façonnage*

O gesto na produção dos instrumentos

A partir dos dados referentes à experimentação, pode-se chegar às seguintes inferências:

Nas etapas de descortificação e de produção de lascas com formato para suporte de instrumentos houve uma preferência pelo gesto direto, pois em sua maioria as lascas apresentam um bulbo bem-marcado e são mais espessas

Já as etapas de *façonnage,* em que se produziu lascas menos espessas, provavelmente resultado do processo de redução de volume, optou-se pelo gesto rotativo/tangencial, pois essas apresentam o bulbo difuso.

Para produção de retoques (que é a última etapa da cadeia operatória) optou-se pelo gesto rotativo/tangencial, pois as lascas de retoque também possuem o bulbo difuso.

Na Tabela 2 estão os instrumentos sobre lasca, e o possível gesto utilizado para a sua produção:

Instrumento	**Gesto**
1291	Direto
117	Direto
1289	Direto
14	Direto
1298	Direto
1288	Direto
1283	Direto
1285	Direto
128	Direto
1105	Rotativo
1101	Direto
1290	Direto
179	Direto
191	Direto
18	Direto
1300	Rotativo

Tabela 2. Possível gesto utilizado na retirada da lasca suporte

Dessa forma, a maioria presente refere-se ao gesto direto, sendo assim um indício da escolha desse tipo de força para a produção de lascas de suporte, em que ela precisa ser mais espessa.

Conclusão

Por meio dos estudos produzidos no sítio Colônia Miranda, pode-se considerar que os artefatos líticos não foram produzidos de forma aleatória, e que há um planejamento e intencionalidade acerca das ações daqueles que produziram tais instrumentos.

Não obstante, tendo como objetivo principal o estudo da arqueologia dos gestos, com a utilização da linha metodológica antropologia das técnicas, observa-se que se trata de uma investigação criteriosa e não apenas intuitiva, tendo em vista que engloba todos os vestígios presentes na coleção. Essa análise é bastante eficiente no que se refere à percepção de aspectos socioculturais que subjazem os objetos. Como dito anteriormente, o gesto é algo cultural e essa ação não se trata apenas de uma imitação, e sim de atividades que envolvem uma tradição e um saber fazer característico de um determinado grupo.

Como a análise foi dividida em duas etapas (a de produção e a de funcionamento), foi possível perceber um planejamento prévio e ações bem elaboradas para que haja sucesso na confecção de tais instrumentos e a configuração das ferramentas como uma entidade mista.

Sobre a etapa de **produção**, observa-se que há uma intencionalidade nas ações dos antigos artesãos, percebida tanto por meio do cruzamento dos dados como na experimentação. Foi observado uma inter-relação entre o formato e medidas dos negativos, das lascas e dos suportes, presentes nas cadeias operatórias.

Já sobre o gesto, foi possível observar que o direto foi utilizado de maneira mais intensa nos casos em que havia o intuito de retirar lascas maiores (ou para descortificação ou produção de suporte) e o rotativo predominou-se nos casos que o objetivo era a redução de volume (*façonnage*) e produção de retoques.

Já acerca dos núcleos, apesar da coleção apresentar apenas dois com estrutura discoide, é inegável o nível de predeterminação na produção (vide o cruzamento dos dados), enquanto no núcleo tipo C (que é predominante) "o lascador introduz

uma estrutura seguindo critérios técnicos precisos que agirão em sinergia para obter o resultado previsto" (Mello, 2005, p. 284).

Em relação ao **funcionamento** dos instrumentos, com os resultados pôde-se inferir que essa indústria lítica tem uma característica relativamente linear, em que as ações são feitas para objetivos específicos, tais como a produção de instrumentos com uma única UTF transformativa, ou aqueles que possuem um suporte que acomode variados instrumentos e movimentos distintos (transversal ou longitudinal). Nas UTFs preensivas a configuração possui três padrões: (1) a área preensiva é o negativo da etapa de debitagem; (2) produção de pequenas retiradas para melhor acomodação da mão; (3) elaboração de um dorso que atinge toda uma porção do instrumento, o que auxilia de forma direta ou indireta a acomodação da mão para a aplicação de energia.

Logo não é possível que se obtenha gestos planejados para um determinado objetivo sem que essa forma de fazer não tenha como plano de fundo uma carga social que influenciou diretamente nessas atividades, assim como as engrenagens que permeavam esses aspectos (porém elas são inacessíveis nesse estudo).

No que se refere ao funcionamento, por meio da análise dos instrumentos, esses se tornaram aquilo que Warnier (1999) define como prótese. É necessária uma total sinergia entre corpo e instrumento para que a ação desejada tenha sucesso, e essa está também aliada ao gesto que será produzido para a transformação de uma determinada matéria-prima.

Não obstante, a arqueologia dos gestos, aliada ao estudo tecnológico e à arqueologia experimental, de fato contribui consideravelmente para estudos líticos, permitindo assim extrapolar o aspecto morfológico, no qual é possível observar a relação entre sujeito e objeto por meio de uma análise plausível.

Agradecimentos

Primeiramente ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional e Centro Nacional de Arqueologia pela oportunidade de expor os trabalhos que estão sendo produzidos no estado de Sergipe dentro do âmbito arqueológico. Ao Proarq da Universidade Federal de Sergipe que com seu corpo docente houve um grande avanço teórico para melhores discussões do presente trabalho, oriundo de uma dissertação defendida em 2015, além do espaço disponibilizado para análise do

material do sítio Colônia Miranda. A todos da área administrativa do Max pelo apoio dado e pelo espaço cedido por um ano e, finalmente, à instituição Capes que apoiou financeiramente a pesquisa.

Referências Bibliográficas

BOËDA, E. **Technogenése de systémes de production lithique au Paléolithique inférieur et moyen en Europe occidentale et au Proche-Orient**. Tese (doutorado), vol. 1, Paris, 1997.

BOËDA, E. Levallois: Uma construção volumétrica, vários métodos, uma técnica. **Revista do Museu de Arqueologia do Xingó**, nº7, junho. p. 37-77, 2006.

BOËDA, E. **Seminário:** para uma abordagem técnica, tecnológica, tecno-logica e histórica das indústrias líticas. Goiânia, 2014.

BOËDA, E. **Techno-logique & Technologie. Une Paléo-histoire des objets lithiques tranchants.** Archeo-editions.com, Paris, 2013.

CHAZAN, Michael. **Towards an archaeology of gesture**, 2005. (http://semioticon.com\virtuals\archaeology\indez\html)

COLETIVO **Salvamento Arqueológico de Xingó**. Relatório Final. UFSE/MAX, 2002.

COUTINHO, J. P. **Arqueologia dos gestos na indústria lítica do Sítio Colônia Miranda** – Sergipe. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 228 f, 2015.

CRABTREE. DON E. Comments on lithic technology and experimental archaeology. In: SWANSON, E.H. **Lithic Technology**. Ed. Earl Herbert Swanson. Chicago, 1975.

FOGAÇA, E., LOURDEAU, A. Uma abordagem tecno-funcional e evolutiva dos instrumentos plano-convexos (lesmas) da transição Pleistoceno/Holoceno no Brasil Central. **Revista FUMDHAMentos**. v. VII, p. 261-293, 2008.

FOGAÇA, E. Um Objeto Lítico. Além da Forma, a Estrutura. **Revista do Museu de Arqueologia do Xingó**, 7, p. 11-35, 2006.

LEROI-GOURHAN, A. **O gesto e a palavra: 2 – Memória e ritmos.** Lisboa: Ed. 70, 1985.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 2. ed. Edições 70, Recife, 1997.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. Cosac Naify, França, p. 399-421, 1950.

MELLO, P. J. C. **Análise de sistemas de produção e da variabilidade tecno-funcional de instrumentos retocados: as indústrias líticas de sítios a céu aberto do vale do rio Manso (Mato Grosso, Brasil)**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MELLO, P. J. C. **Levantamento Arqueológico na bacia do Rio Vaza Barris, no Estado de Sergipe**. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2012.

RABARDEL, P. **Qu'est-ce qu'un instrument?** appropriation, conceptualisation, mises en situation. In: **Outils pour le calcul et le traçage de courbes**, p. 61-65. Ed. CNDP–DIE, 1995.

TIXIER. J. *et al*. **Technology and Terminology of Knapped Stone**. CREP, 1999.

VIANA, S.A. **A variabilidade tecnológica do sistema de debitagem e de confecção dos instrumentos líticos lascados de sítios lito-cerâmicos da região do Rio Manso/MT**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VILHENA-VIALOU, A. **Pré-História do Mato Grosso**. vol. 2. São Paulo: Ed. Usp, 2006.

WARNIER, J. P. **A mundialização da cultura**. Ed. Universidade do sagrado coração. França, 1999.

ARQUEOLOGIA DO AXÉ: O EXU SUBMERSO E A PAISAGEM SAGRADA[1]

Luciana de Castro Nunes Novaes[2]

RESUMO

Este artigo trata da presença submersa de uma estrutura de ferro atribuída a divindade africana Exu na área portuária de Salvador/Bahia Utiliza-se de três linhas analíticas.A primeira apresenta uma Arqueologia das Religiões Negras capaz de recuperar, por meioda materialidade, processos e técnicas rituais elaborados no trânsito diaspórico. A segunda linha enfoca a triangulação epistêmica entre o contexto arqueológico, a presença das feiras livres e a formação antrópica da enseada de Água de Meninos em Salvador. A terceira linha problematiza o ritual de submersão do assentamento de Exu no leito da Baía de Todos os Santos e a potência invisível de sua presença.

Palavras-chave: Arqueologia das religiões negras; assentamento de Exu; paisagem sagrada; enseada de Água de Meninos.

ABSTRACT

This article deals with the submerged presence of an iron structure attributed to the African deity Exu in the port region of Salvador / Bahia structured by three analytical lines. The first presents an Archeology of Black Religions capable of rescuing, by materiality, ritual processes and techniques developed in diasporic transit. The second line focuses on the epistemic triangulation between the archaeological context, thepresence of open markets and the anthropic formation of the Água de Meninos cove in Salvador. The third line discusses the ritual of

1 Este artigo teve sua primeira versão publicada na Revista Vestígios, v. 16, n. 1, 2022

2 Doutora e Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. Mestra em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia. Historiadora pela Universidade Católica de Salvador Docente no Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual da Bahia

submerging Exu's assentamento on thebed of the Todos os Santos Bay and the invisible force of his presence.

Keywords: Archeology of black religions; Exu's assentamento, sacred landscape, Água de Meninos Bay.

Quem apaga o fogo é a água

Esse artigo apresenta uma pesquisa construída pela interface entre a Arqueologia Histórica, a Arqueologia Marítima e os Estudos Étnicos e Africanos[3] para problematizar a presença de uma estrutura afro-religiosa submersa na Baía de Todos os Santos, Bahia. O objetivo principal enfoca o ritual de submersão do assentamento deExu e os processos de ressignificação sagrada da enseada de Água de Meninos, localizada no Centro Histórico de Salvador. Para tanto, foi necessário compreender a atualização de práticas litúrgicas africanas em realidades diaspóricas.

Exu é um Orixá. Patrono das encruzilhadas e das estradas largas, da circulação e negociação, do comércio, do sexo e do ato sexual. Tanto na África quanto no Brasil, a divindade Exu é cultuada no interior das feiras e dos mercados, bem como em espaços públicos da cidade. Exu é filho mítico de Yemanjá e o primeiro Orixá a ser criado. ÉEle próprio o elemento fogo. Pela boca que tudo come, pelo falo que tudo procria e fecunda. Também é o mensageiro entre os dois mundos, o orun (céu) e o ayê (terra); nada pode ser feito sem a sua permissão, é o primeiro Orixá a ser cultuado e reverenciado. Sem Ele, nada é feito.

Ian Hodder (1982, p. 164), indica que a Arqueologia utiliza o termo ritual para o queé visível, pois o que não é possível observar materialmente não é funcional, e, portanto, é descartado da compreensão científica. Com isso, para ir além do clássico binômio morte-enterramento, foi crucial a construção de um arcabouço teórico-metodológico voltado para uma Arqueologia das Religiões Negras capaz derecuperar, por meio dos materiais, atos e ambientes, os processos e técnicas rituais diaspóricas.

3 Para Maldonado-Torres (2006, p. 115), os Estudos Étnicos objetivam "empoderar" as comunidades negligenciadas diante do sistema vigente, ou seja, conduzidos por uma agenda de descolonização interna.

O trabalho foi realizado a partir do contato com as pranchas fotográficas do *Estudo de Impactos da Ampliação da Ponta Norte do Porto Organizado de Salvador* e da recomendação específica de "avaliação e consulta acerca da necessidade de ações de caráter religioso referente à retirada ou manutenção do 'exu de porteira'" (Iphan, 2010, p. 258). A estrutura foi localizada visualmente pelos mergulhadores que compunham a equipe de arqueologia subaquática em área de abrigo do ambiente submerso da enseada de Água de Meninos, "próximo à rampa de acesso secundário do complexo do ferry-boat" (Iphan, 2010, p. 258), a partir da aplicação do método de linhas de prospecção perpendicular e paralelo à linha de costa.

Este artigo considera o trabalho desenvolvido na enseada de Água de Meninos entre 2011 e 2013[4] e aborda o caráter público da Arqueologia para o fortalecimento das identidades religiosas de matriz africana no Brasil, motivado pelo ineditismo da pesquisa mesmo após uma década de sua realização, acrescida da repercussão do Exu Submerso[5] em jornais e mídias sociais entre os anos de 2018 e 2019.

A pesquisa desenvolvida em nível acadêmico indicou que a estrutura afro-religiosa foi ali submersa em momento posterior ao projeto de modernização do porto ocorrido entre 1906-1913 e a construção do terminal do ferryboat em 8 de dezembro de 1970[6], justificado pelos sucessivos processos de aterro na região (Rosado, 1983). Mesmo que relativamente recentes para a tradição clássica das pesquisas arqueológicas, escalas temporais mais próximas do presente permitem um olhar mais detalhado para uma tradição ancestral pautada na potência sagrada do comércio e dos ambientes aquáticos salvaguardada pelas feiras livres registradas na borda do mar no decurso do século XX e em séculos anteriores (Novaes, 2018).

A delimitação do sítio arqueológico nessa pesquisa subverte a compreensão clássica de que um objeto não tem competência para definir um espaço arqueológico de análise, reduzindo-o à condição de evidência isolada. A estrutura submersa

4 A pesquisa foi desenvolvida junto ao Laboratório de Arqueologia da Paisagem, Identidade e Contato (Lapic) e ao Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (Laaa), associados ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, contando com a orientação da Prof. Dr. Márcia Guimarães e apoio institucional do Prof. Dr Gilson Rambelli, além de recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão do Sergipe – Fapese (2012-2013) e colaboração do Ilê Axé Torrundê Ajagum, Salvador/Bahia.

5 A dissertação *A morte visível e a vida invisível: Um estudo sobre o assentamento de Exu e a Paisagem Sagrada da Enseada de Água de Meninos, Salvador (Bahia)*, foi publicada em formato livro com o nome *O Exu Submerso: Uma Arqueologia da Religião e da Diáspora no Brasil* pela editora Prismas em 2018 e Appris em 2019.

6 Jornal da Bahia, 8/12/1970.

evoca relações sociais entre realidades vividas e imemoriais, possui status religioso e étnico-racial e é capaz de transformar uma paisagem pública e de caráter econômico em uma paisagem sagrada.

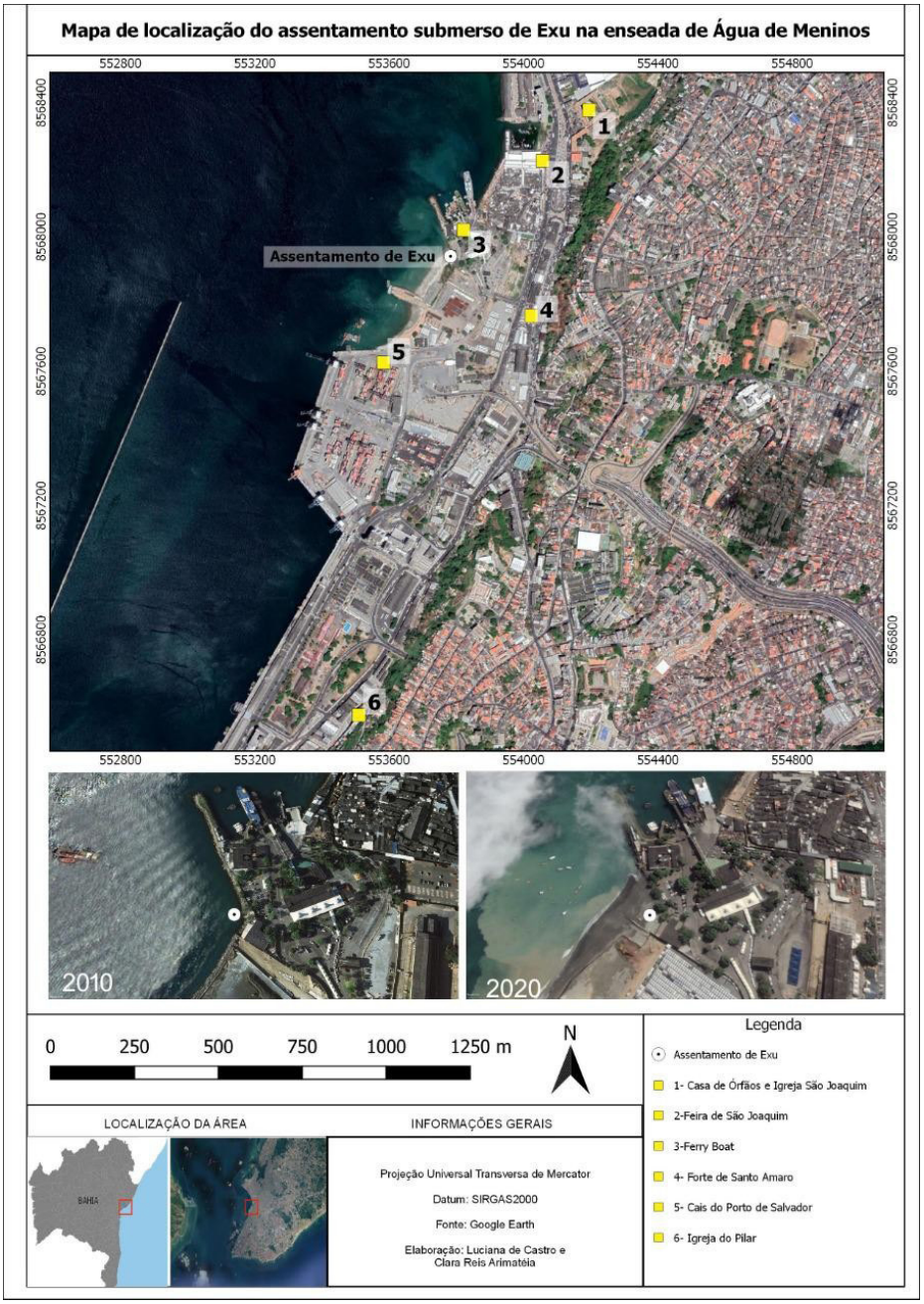


Figura 1. Mapa de localização da presença subaquática do assentamento de Exu na enseada de Água de Meninos, Salvador/Bahia.

Os limites geográficos do sítio da enseada de Água de Meninos foram definidos pela Feira de São Joaquim ao Norte, o cais do Porto de Salvador ao Sul, o Forte Santo Alberto a Leste, e a Baía de Todos os Santos a Oeste. Por meio da delimitação do sítio foi possível traçar os caminhos para apreender a historicidade da relação entre a estrutura submersa e o caráter sagrado da paisagem, a partir da presença de feiras livres na região e do impacto de sucessivos incêndios em suas estruturas físicas.

A identificação "Agoa de meninos", escrita na planta da cidade de Salvador do século XVII, refere-se a uma fazenda jesuítica datada de 1550 e doada por Tomé de Souza a Companhia de Jesus em forma de sesmaria (Sousa *apud* Leite, 1956, p. 195). O terreno estava localizado na baixa praia, ao norte da enseada, provido de nascente deboa água (Peixoto, 1945, p. 61). Patrimônio doado junto às terras, o Engenho D'Água dos Padres tinha por destaque o potencial em bebedouros naturais, tornando-se uma parada de embarcações para se abrigarem e se abastecerem de água potável (Teixeira, 2001, p. 7).



Figura 2. Trecho de aterro com contenção na enseada de Água de Meninos, dezembro de 2012. (Foto:Luciana de Castro).

O estudo levou em consideração múltiplas temporalidades na composição do ritual de submersão, seguindo a indicação de Bradley (1991), em que a concepção de tempo está atrelada a assuntos do cotidiano. Desse modo, foram priorizadas tanto a longa duração da ocupação espacial e da manutenção de práticas votivas que envolvem pessoas e materiais em ambientes aquáticos, quanto a curta duração, produzida pelas obras de dragagem na área direta de impacto e o aterro do patrimônio Negro (em letra maiúscula, porque Negro é sujeito e não objeto) à revelia das recomendações do Relatório Final.

Os bens submersos "são únicos, não renováveis e de interesse público" (Rambelli, 2008, p. 54). Exu foi aterrado em seu contexto submerso, tornando-se duplamente invisível. As recomendações do relatório arqueológico sobre a estrutura identificada não foram efetivadas, tanto por não ter sido comunicado o povo de santo da existência do assentamento de Exu no leito do mar quanto por ter sido negligenciada sua existência, dando-se continuidade às obras de modernização da Ponta Norte do Porto de Salvador.

A organização cristã OM Ships International responsável pela embarcação Logo Hope, ao dirigir para o Porto de Salvador em 5 de outubro de 2019, afirmou pelo Facebook que a cidade era "conhecida pela crença do povo em espíritos e demônios". Devido à publicação com repercussão negativa, essa fala foi parar no Ministério Públicoda Bahia (MP-BA) que instaurou procedimento para investigar possível prática de ato de racismo e intolerância religiosa.

O protesto nomeado "O demônio quem traz são vocês! A Bahia é de todos os Santos, encantos e Orixás!", organizado pela Frente Nacional Makota Valdina, realizou no dia 4 de novembro de 2019 um ebó coletivo no Terminal da França, em frente ao Porto de Salvador, com o intuito de repudiar a declaração da organização responsável pelo navio Logos Hope. Nesse contexto, fui procurada pelo jornalista Alexandre Lyrio, do Jornal Correio, para conceder uma entrevista sobre o *Exu Submerso*, livro lançado no ano anterior e sobre o qual circulou reportagem no mesmo veículo de comunicação.

A imagem do assentamento de Exu, registrada por André Lima e Leandro Duran, "apareceu" aos meus olhos na segunda semana do semestre letivo do curso de mestradono Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Sergipe (Proarq/UFS). Nas margens do Cotinguiba, em Laranjeiras, avistei o que pensei seruma manipulação de imagem, pois não fazia parte do meu imaginário. Iniciada noCandomblé desde os 15 anos, atualmente

Iyalorixá do Ilê Axé Bairá Omo Torrundê[7],nunca tinha visto um assentamento de Orixá abaixo d'água, e mais, de Exu, Orixá Fogo.Essa imagem alteraria profundamente o curso da minha vida, levando-me à formação contínua em mergulho científico, alterando o projeto aprovado de mestrado, mesmo que mantida a mesma proposta teórico-metodológica: construir uma Arqueologia do Axé[8].

A Arqueologia é genuinamente uma ciência pública. Voltar ao processo de tessitura da pesquisa arqueológica desenvolvida entre os anos de 2011-2013 por ummotivo tão forte para minha comunidade, como é o racismo religioso, levou-me acompreender que as justificativas reais de alteração do projeto e o enfoque dado aoassentamento não eram somente pelo ineditismo que saltava aos meus olhos, mas pelo que estava ocorrendo pelas vias institucionais, com a negligência das recomendações doRelatório Final devidamente protocolado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Bahia.

O Porto de Salvador, no final de 2019, informou ao jornalista Alexandre Lyrioque jamais recebeu notificação do Iphan-BA sobre a existência do Exu, no entanto, ao registro documental no âmbito do Licenciamento Ambiental contradiz essa afirmação. Na cidade de Salvador, todes têm a consciência de que a Baía de Todos os Santos é muito mais do axé do que do amém e é secular a interconexão atlântica entre o culto deExu aqui no Brasil e em África. A água é condutora de energia, e uma hora o racismoestrutural e epistêmico secular seria anunciado para a sociedade mais ampla. Sendo assim, a foto de Exu estampou a primeira capa[9] do jornal e apresentou ao público o quejá havia formulado no estudo dissertativo. A invisibilidade do assentamento se tornarápotência de luta por liberdade, pois Yemanjá[10], como mãe mítica de Exu, propagou adenúncia do racismo antinegro que esse país colonial engendra até os dias atuais e Xangô, o Orixá da Justiça, fez chegar até o Ministério Público.

Yemanjá reflete em seu abebe a criação do mundo, o interior da humanidade, o futuro ancestral. Carrega o ofangi, a espada mítica que sangra a dor até aniquilar, colheo alimento com rapidez para amenizar a fome do mundo, constrói casas, ca-

7 Candomblé localizado no município de Camaçari, Bahia

8 Energia vital de caráter mágico que circula e potencializa objetos, pessoas e espaços.

9 Reportagem do Jornal Correio em 26/04/2019, com matéria extensa de Alexandre Lyrio intitulada "Tem Exu debaixo do Navio", replicada em sua versão digital por diversos domínios, inclusive pela Carta Capital.

10 Yemanjá nada se assemelha com Maria Santíssima. Elas são mulheres-pássaros, mulheres-peixes, antropozomórficas, mulheres-homens, que edificam as famílias, que regulam as decisões, que julgam e punem enquanto alimentam e educam.

beças e o caráter de toda uma comunidade. A cristandade, o Ocidente, a Europa e a Idade Moderna tenderam a retirar de Yemanjá e de todas as Iyabás o masculino, a virilidade, a potência masculina, a estratégia, sagacidade e a potência feroz.

Para tanto, essa e outras sequências de violências perpetradas pela branquitude[11] ao povo negro de Axé nos últimos anos, motiva-nos a reencontrar o assentamento de Exu submerso e a paisagem sagrada da enseada de Água de Meninos, com o interesse em aprofundar, neste artigo, uma discussão acerca da construção da identidade religiosa associada aos ambientes aquáticos. Com isso, teorizar o racismo religioso a partir de um estudo de caso não significa fundar a violência como modelo de organização textual, mas examinar a modalidade do fenômeno por meio da resistência, reconstrução e liberdade promovidas pela ancestralidade africana em contextos coloniais e de racismo contemporâneo. Porque quem apaga o fogo é a água.

Por uma Arqueologia das Religiões Negras

Em 1989 ocorre uma das primeiras conferências sobre Arqueologia da Religião. Intitulada *Sacred and Profane*, foi realizada na Universidade de Oxford, e reconheceu a religião e o ritual como passíveis de darem sentido à vida (Garwood *et al*., 1991, p. v). Muito do que se constitui como sagrado, em oposição ao secular, é definido a partir de percepções modernas e europeias extraídas de uma limitada área do mundo. Com efeito, a distinção entre mundos não é necessariamente um padrão, pois a paisagem pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes, e pode reunir em si o caráter sagrado e secular do cotidiano das pessoas que circulam por ela (Bender *et al*.1997, p. 149).

A partir da década de 1980, a Arqueologia Afro-americana consolidou-se como uma vertente da Arqueologia Histórica, com seus próprios simpósios, reuniões e revistas, apresentando revisões e críticas dos trabalhos anteriores e propondo a aplicaçãode novas abordagens nesses estudos (Orser, 1998; Singleton, 1995). Portanto, o objetivo de compreender arqueologicamente a enseada de Água de Meninos na

11 Faz referência à identidade racial branca que conta com atualizações históricas. É um lugar de privilégios e de poder objetivo e subjetivo centrado na legitimidade de corpos e ideias brancas, ou seja, abarca tanto narrativas como processos materiais, contribuindo para construção, reprodução e manutenção do preconceito racial e do racismo antinegro e anti-indígena.

cidade de Salvador como uma paisagem sagrada, composta por camadas de significados materiais e intangíveis associados a ancestralidade africana e em diáspora, necessitou que métodos variados fossem acionados, a exemplo da cartografia, iconografia, historiografia e etnografia.

Contudo, as fontes utilizadas foram consideradas como partes complementares do protagonismo exercido pela análise arqueológica da estrutura de ferro, identificada como um assentamento de Exu. Assentamento é um termo êmico para as religiões negras, que significa fazer morada, fixar a energia sagrada da divindade, sedimentar. Isso significa que, a partir de um assentamento de Orixá, a divindade passa a sercultuada não somente pelo ambiente natural – água, fogo, terra, ar, relevo, clima, sensação térmica –, nem somente pelo corpo da pessoa, que pode ou não incorporar a Natureza, mas passa a existir em sua dimensão física, formando, assim, uma triangulação iniciática. Desse modo, os materiais que compõem um assentamento estão diretamente associados à configuração de sua cadeia operatória de produção. O ferro é forjado ao fogo, um minério manipulado e transformado pelas mãos experientes ecuidadosas de quem exerce o ofício de ferreiro.

As evidências iconográficas, discursivas e documentais foram consideradas enquanto corpus de dados distintos nessa pesquisa, utilizados para gerar hipóteses, mesmo que possuam um status epistemológico independente (Feinman, 1997). Além da documentação manuscrita, o interesse passou pela compreensão do processo de deposição de oferendas e da presença de assentamentos religiosos na Baía de Todos os Santos ou em demais espaços públicos da cidade, principalmente na orla da Cidade Baixa de Salvador, elencando os jornais "Diário de Notícias" e o "Diário da Bahia" nas primeiras décadas do século XX.

Compreender a enseada de Água de Meninos como uma paisagem sagrada está diretamente relacionado ao ritual de submersão do assentamento de Exu em seu leito marítimo. No entanto, os rituais elaborados pelas religiões negras, quando do envolvimento com processos mágicos, não configuram um modelo unívoco, mesmo que sejam realizados a partir de uma tecnologia antiga compartilhada. Essa relação entre materialidades – estrutura, artefatos, corpos, deslocamento espacial e paisagem – não é deliberada, mas possui vínculos históricos e míticos compreendidos através de itans[12], orikis[13], rezas e tradições orais preservadas no interior dos Candomblés baianos.

12 História, narração, conto.

13 Poemas mitológicos de tradição Yorubá ou de família.

Na ótica naturalista perpetrada pelo evolucionismo, a evidência arqueológica foi empregada na construção de grandes sequências evolutivas da religião, como na interpretação arqueológica de Hawkes (1954), cuja escada de inferência colocava processos técnicos na base de um método progressista. Ao contrário, a perspectiva afrocentrada não compreende a vida por uma ótica fragmentada, mas identifica que instituições religiosas e espirituais estão imbricadas na prática vivida; ou seja, as dinâmicas econômicas, sociais e políticas não se distanciam do âmbito mágico, energético e invisível.

Para o marxismo clássico, a religião funciona como uma ilusão, ou mesmo alienação. A religião é entendida pela ótica da ideologia, desenvolvida pela elite para a manipulação das massas, conhecido por "despotismo teocrático" (Childe, 1947, p. 73). Childe (1945, p. 78), reconhece as "experiências espirituais dos humanos", mas adota uma posição pessimista diante do que pode ser recuperado de tais experiências, pois considera que os arqueólogos só podem investigar o resultado, ou seja, a ação material dessas experiências, como enterros, sacrifícios e templos.

Essa noção nivelar de compreender o religioso também está registrada em Lewis Binford, em que o vetor econômico esteve privilegiado diante dos aspectos religiosos e simbólicos. Ao classificar os objetos úteis como artefatos tecnômicos e os sociotécnicos como representantes do status social, reduziu os ideotécnicos usados na esfera religiosa como de menor importância para compreender um assentamento (Binford, 1972). Clarke (1968), por sua vez, reconheceu a religião como um aspecto do comportamento humano passível de investigação arqueológica, mas o tratou como um subsistema do sistema sociocultural total.

Considero que não seja possível afirmar que todos os sistemas de crenças são semelhantes ou comparáveis, mas o termo "religião" implica certos correlatos que são gerais, se não universais. Colin Renfrew (1985) argumentou que a observação de um culto emprega a atenção do arqueólogo em uma variedade de dispositivos. Para oarqueólogo cognitivo, o propósito do ritual religioso é "garantir a atenção" da divindade ou das forças transcendentais evocadas, passíveis de serem identificadas a partir de quatro grandes temas: foco de atenção; zona de fronteira entre este mundo e o outro; presença da divindade; participação e oferta.

Whitehouse (1996, p. 10), voltado para a abordagem pós-processual, define seis subtipos de grupos rituais: sacros, devotos, de oferendas, com objetos usados em rituais, artigos mortuários e amuletos em recorrência. No entanto, a separação em nichos culturais é uma crítica que persiste na modelagem teórica dessa proposta.

Portanto, uma Arqueologia das Religiões Negras rompe com a linhagem intelectual da arqueologia ocidental – histórico-cultural, processual e pós-processual – por não fragmentar a vida vivida, resultando em uma ótica afrocentrada em que os materiais, atos e ambientes estão em integração.

A ciência arqueológica que se propõe a decolonizar o pensamento religioso deve estar comprometida em fazer emergir novas formas em que a linha de cor é expressa na atualidade, propondo novos caminhos analíticos e institucionais para extrapolar a configuração evidenciada. É necessário, seguindo as indicações de Maldonado-Torres (2006), encontrar outras formas de teorizar as permanências das amarras coloniais que interferem nas vivências dos indivíduos contemporâneos, bem como declarar publicamente a reparação histórica, com a reescrita da História para romper com a violência e a opressão racial.

O efeito devastador da colonização não é somente uma marca, mas um marconas cosmologias das sociedades submetidas a essa política, mas isso não impede que indivíduos e sociedades sejam atualizados ao longo do devir histórico (Appiah, 1997). Siân Jones (1997), diria que o temor científico ao êmico, àquilo que está preservado e salvaguardado por comunidades tradicionais, é provavelmente um resíduo do positivismo; ou seja, construir um modelo analítico que cristalize o "africano" e o "negro" é inviabilizar a capacidade desses grupos de agenciar múltiplas realidades no passado e de verificar sua diversidade de presença e atuação no presente. Dessa forma, é necessário abandonar a procura por grupos étnicos homogêneos e limitados, e enfocar as maneiras em que os estilos particulares da cultura material podem tersido envolvidos na expressão ativa da etnicidade em diferentes contextos (Jones, 2005, p. 39).

A Arqueologia da Religião, por meio das abordagens pós-processuais, analisa o contexto arqueológico a partir de aspectos subjetivos do cotidiano, com interesse pelas possíveis motivações que levaram o indivíduo ou o grupo a se relacionar com o sagradoem suas distintas formas religiosas e rituais, porém a intenção é insuficiente para compreender o ritual de submersão do assentamento de Exu. Fagan (1998, p. 8) enfatiza a ciência moderna como um meio de se aproximar do "intangível". Com isso, uma arqueologia que se volta para a relação das pessoas com as coisas e dos materiais em processos no ambiente precisa levar em consideração que, para além da materialidade visível, existe uma vida invisível a ser compreendida pela pesquisa.

As realidades não humanas podem ser vistas como deuses e deusas, e a Natureza como forma humana, animal e vegetal, precipitada como um ambiente ou um

fenômeno climático. Insoll (2004), em seus estudos de caso na África Ocidental, identificou entreos grupos Iorubás a importância do papel da analogia e da emoção na manipulação da cultura material sagrada. Entre os Dogon, no Mali, avaliou conceitos de colisão, tempo e sincretismo implicados à cultura material, considerando que não há um padrão demistura, pois é a prática ritual que dará o contexto do agenciamento das múltiplas características (Insoll, 2004, p. 123-132).

Gilson Rambelli indica que "praticamente todos os grupos humanos que seestabeleceram junto à água ao longo de sua história, a utilizaram, além de fonte de abastecimento, como lugar de oferenda" (Rambelli, 2002, p. 44). Como referência na América, os poços naturais, ou cenotes, localizados na península de Yucatán[14], no México, e o lago Amatitlán, na Guatemala, são clássicos dessa relação.

O depósito de objetos em ambientes aquáticos pelo povo de Axé é descrito desdeo início do século XX por Nina Rodrigues (1906). O pesquisador das religiões e religiosidades afro-brasileiras comenta sobre as oferendas à divindade feminina das águas salgadas Yemanjá, na Baía de Todos os Santos. Também reflete sobre a utilizaçãodas praias da "Calçada ao Bonfim", na Cidade Baixa, para banho e como espaço de despacho (descarte) dos objetos litúrgicos pertencentes aos indivíduos falecidos doCandomblé baiano. Artur Ramos (2001), integrante do grupo teórico de Nina Rodrigues, desenvolveu pesquisas utilizando matérias de jornais, inclusive uma sobre o ciclo de festa das águas em Salvador.

> Era uma verdadeira feira extravagante de objetos de todas as qualidades. Cortes de fazenda, pentes, escovas, caixinhas de pó, estojos e inúmeros artigos de bijuteria. Havia ainda, pratos com laços vistosos de fita ao pescoço, galinhas e até nutridos perus...(...) (O Imparcial, Bahia, 11-8-1932 *apud* Ramos, 2001,p. 247).

O aceite das oferendas possui código físico. Caso submersas, foram bem-sucedidas; se fossem devolvidas pela maré ou permanecessem na superfície da água, expressaria a negativa, e com isso levaria a coleta por transeuntes que as avistassem. A faixa litorânea da Baía de Todos os Santos, como outras áreas costeiras brasileiras que possuem em sua historicidade a presença de populações diaspóricas, têm potencial arqueológico para o registro de distintas materiali-

14 Em 1904 e na década de 1960, o cenote de Chichén-Itzá, foi objeto de pesquisas subaquáticas, resultando na produção de conhecimentos sobre as relações estabelecidas entre as populações Maias e os ambientes aquáticos (Bass, 1969; Blot, 1988; Rambelli, 2002).

dades que anunciam as dinâmicas religiosas entre o mundo terrestre, o mundo das divindades, encantos e espíritos.

A relação religiosa com os ambientes aquáticos não se restringe ao mar, mas é estabelecida em corpos de águas doces, como as lagoas e os rios. Como exemplo, o Rio Paraguaçu, sentido Cachoeira/São Félix (Bahia), em que oferendas às Iyabás são submersas por um filho de santo em uma loca na Pedra da Baleia[15]. No caso dessa tradição religiosa, o desempenho ritual é dedicado às Iyabás, divindades por excelência dos espaços aquáticos. Contudo, o caso analisado aqui refere-se a uma enseada que recebe em seu leito um assentamento de Orixá, ou seja, uma presença material da própria existência divina que de forma direta está associado ao fogo. Exu foi assentadoe submerso, apresentando uma realidade inédita para o povo de santo contemporâneo.

Entre contextos: do mítico ao submerso

O estudo arqueológico do assentamento submerso de Exu considerou a formaçãoda paisagem de Água de Meninos, tanto para datação relativa quanto para compreensão das motivações de submersão da estrutura de ferro. Arqueólogos históricos têm procurado associar o passado de populações humanas com tipos específicos de cultura material, referindo-se a tais aspectos tangíveis como marcadores raciais, étnicos e identitários.

A diáspora africana está para além da definição de dispersão catastrófica que possui um momento original identificável, e avança para a elaboração de modelos de liberdade, flexibilidade de identidades e produção de vínculos territoriais a partir das bordas atlânticas (Gilroy, 2001). Segundo Parés (2007), no caso da diáspora forçada da população africana no Brasil, verifica-se uma situação específica nas quais diversos grupos étnicos foram transladados de suas sociedades e instituições religiosas para um novo espaço de produção de múltiplas referências culturais, valores e práticas.

Como resultado do cruzamento entre fontes, foram identificados dois grandes processos de aterro antrópico que formaram a linha litorânea do antigo Bairro da

15 Formação rochosa no meio do rio, ressignificada miticamente como registro do deslocamento deYemanjá da África até o Recôncavo Baiano.

Praia em Salvador (Schiffer, 1987). O primeiro momento indica que os aterros realizados na área do Porto Colonial (1715, 1777, 1785, 1798 e 1822) tiveram como principal objetivo melhorar a atracação das embarcações (Rosado, 1983). Tal modificação da paisagem está diretamente relacionada ao crescimento da entrada de africanos escravizados no Porto de Salvador, originários da Costa da Mina até os três primeiros quartos do século XVIII e do Golfo da Baía do Benin entre 1770 e 1850 (Verger, 1987, p. 9).

A melhoria nos ancoradouros no século XVIII decorreu do fluxo de navios negreiros que atracavam nos cais, que exigiam condições estruturais favoráveis para atender às demandas de uma intensa circulação de pessoas e mercadorias. Apopulação escravizada que aportava em Salvador, chegava a seiscentos indivíduos por cada embarcação de grande porte. Outras embarcações menores; lanchas, saveiros, fragatas, içar de velas, eram responsáveis pelo reembarque desses africanos escravizados tendo como destino o Recôncavo Baiano ou Itapagipe.

O segundo momento está relacionado ao plano de modernização, com proposta de intervenção da Alfândega até a Praça do Comércio, capitaneado pelo negociante João Gonçalves Ferreira em 1854, mas foi somente em 1913 com o governo de J. J. Seabra (1912-1916) que tal projeto foi consolidado (Rosado, 1983, p. 42). O plano moderno difere do plano colonial pela proposta de modificação da paisagem, mas segue um contínuo perpetrado pela branquitude. Se o primeiro momento a intenção era propiciar a entrada em larga escala da população africana na cidade de Salvador, o segundo pretendia a exclusão dessa mesma população para as franjas da cidade, em razão da política higienista aportada no Brasil.

Aos olhos ocidentais, a poluição é uma questão de estética e moral,acompanhada de sanções sociais – desprezo, ostracismo, tagarelices e perseguiçõespoliciais (Douglas, 1991, p. 50). A justificativa histórica para tamanha violência estava sustentada pelo fenômeno da mendicância e do trabalho manual diversificado na região dos cais de Salvador, resultado de séculos de escravismo e de um pós-abolição sem reparação histórica. As políticas higienistas do final do século XIX e início do XX buscavam interferir nessa realidade pelos ideais de raça e evolução (Schwarcz, 1993).

O Código de Posturas Municipais da Cidade de Salvador, editado no início de 1920, era o principal instrumento para regular o cotidiano de mulheres e homens pobres,que vendiam nas ruas ou em estabelecimentos comerciais de pequeno porte. O código implicava "a regulamentação dos horários e dias para a venda exclusiva de artigos comode 'plantas vivas ou mortas', previamente permitidos pelo Município.

Não cumprindo as determinações, os feirantes deveriam pagar o dobro da taxa em forma de multa". (Novaes, 2019, p. 80-81).

A espacialidade das feiras está atrelada a urbanização de Salvador. A partir dos ideais de civilização que aportaram no Porto de Salvador entre as últimas décadas do século XIX e o primeiro quarto do século XX, a organização das feiras em espaços abertos e o comportamento de quem circulava nessas áreas foram alvos de questionamento diante dos ideais de branqueamento e de salubridade vigentes nas primeiras décadas da República, haja vista que o cotidiano das feiras era construído, emsua maioria, por mulheres, homens, crianças e idosos negros e não-brancos (Mattoso, 1978; Nascimento, 1986; Paim, 2005; Reis, 1996; Vilhena, 1964).

O levantamento sistemático da documentação historiográfica sobre a região de Água de Meninos, em particular da Cidade Baixa de modo geral, foi determinante para a compreensão da formação da paisagem e da identificação das distintas feiras quecontribuíram para essa construção. O levantamento da documentação primária foi realizado no Arquivo Público do Estado da Bahia, na Biblioteca Central de Salvador, no Arquivo da Companhia das Docas do Estado da Bahia e na Associação Comercial da Bahia, indicando as etapas de aterro ocorridas ao longo dos séculos na região do Porto de Salvador, bem como da presença e deslocamento espaço-temporal da Feira do Sete, da Feira de Água de Meninos e da Feira de São Joaquim.

A Feira do Sete foi uma feira móvel, localizada próximo ao Armazém nº 7, no extenso areal que ia da Jequitaia, identificada como bairro da Praia do início do século XX (Barros *apud* Araújo, 1999, p. 103). Eram comercializados produtos pronenientesprincipalmente do Recôncavo Baiano: frutas, farinha, rapadura, cerâmica e artesanato embarcados em saveiros. Artigos do mar tinham destaque nesse comércio; peixes, mariscos e produtos alimentícios prontos eram comercializados em tabuleiros (Novaes, 2018). Em 1934 a Feira do Sete foi alvo de um incêndio e transferida para a enseada de Água de Meninos, continuando com o mesmo direcionamento comercial. Contudo, verifica-se que na enseada de Água de Meninos, desde o século XVII, há registros documentais de feiras móveis circulando nessa área (Araújo, 2009, p. 3).

Na década de 1960, a Prefeitura de Salvador iniciou diálogo com líderes da feira de Água de Meninos a fim de remanejá-los para a enseada de São Joaquim. No entanto, não foi necessária a confirmação dos feirantes para o deslocamento, pois em setembro de 1964 aconteceram dois incêndios que destruíram praticamente todo o espaço. Depois dessa tragédia, a feira de Água de Meninos foi deslocada para

a enseada de São Joaquim,na Avenida Frederico Pontes, regulamentada por acordo assinado entre a Prefeitura de Salvador, a Capitania dos Portos, o Sindicato dos Feirantes e a Companhia das Docas da Bahia (Codeba).

A mudança dos feirantes da extinta Água de Meninos para São Joaquim se concretizou, mesmo que parcialmente, num dia significativo para a população soteropolitana. Data consagrada a Nossa Senhora da Conceição da Praia, era feriado de 8 de dezembro, e as águas festejavam o fim de tanto fogo em sua trajetória.

O assentamento de Exu Submerso

Essa pesquisa reconhece a materialidade negra não como simples recipientes estáticos de autoatribuição étnico-racial, mas como expressões elaboradas pelo sentimento de pertença e de liberdade. Essa linha de investigação permite pensar os artefatos, estruturas, corpos, paisagens e deslocamentos espaciais inseridos em intençõescotidianas e formulados a partir de particularidades históricas que não fragmentam a noção de pessoa e a experiência com o sagrado.

Robin Osborne (2004) indica que o objeto empregado em uma troca sobrenaturalpode ter sido confeccionado com essa intenção ou convertido nesse sentido. Em ambos os casos, a possibilidade de que a estrutura de ferro foi dedicada à divindade Exu reflete muito sobre o mundo mais amplo das coisas. Ainda, Osborne (2004) indica três fatores que devem ser levados em consideração na análise arqueológica: o privilégio do objeto sobre o grupo que o oferta; a dificuldade no reconhecimento de que um objeto foi dedicado, e não simplesmente descartado; e, por fim, como as pessoas pensavam diante de objetos individuais.

Seguindo as questões formuladas por Osborne (2004), o assentamento de Exu é compreendido enquanto manipulação específica por um determinado grupo ou indivíduos que comungam da mesma religiosidade. É compreendido como consequência de uma deposição intencional, e não de descarte; e, por fim, agente em potencial para ressignificar uma enseada urbana como uma paisagem sagrada.

A importância da análise arqueológica sobre as relações entre as comunidades e os ambientes aquáticos tem sido subestimada por causa de pressupostos agrocêntricos inerentes ao pensamento arqueológico, acrescidos da falta de identidade sentida pelo público para com as antiguidades vindas do mar (Blôt, 1999, p. 51). As informações orais que compunham o corpus de dados dessa pesquisa foram obtidas a partir de entrevistas com comerciantes da Feira de São Joaquim e de entrevistas

realizadas com pessoas iniciadas e antigas no Candomblé, a exemplo do Babalorixá Dary Mota, a Iyalorixá e Iyá Moro Sônia Nunes e a Iyalorixá e Iya Ajé Giovanilza de Castro. A etnografia realizada na Feira de São Joaquim ocorreu entre os meses de agosto esetembro de 2012, com o intuito de compreender sua organização, seus limites físicos e sua história a partir dos seus agentes, os comerciantes.

Na etnografia realizada na Feira de São Joaquim, duas vendedoras, Maria Lurdes, da barraca de folhas sagradas, e Camila, das panelas de barro, comentaram de forma incisiva sobre a existência de "muitos diabinhos" pela feira; segundo elas, na época dafeira de Água de Meninos, muitos eram colocados na praia, pois a praia estava à frente da feira e "diabo que é diabo fica é na porta, esperando você chegar e sair". Tal discurso, apreendido pelas entrevistas, remete a uma problemática deveras discutida na produção antropológica: a imagem ambígua de Exu e sua condição mítica de protetor das entradas e do comércio.

A associação de Exu com o Diabo remonta ao século XVIII na região yorubá, sudoeste nigeriano, em que missionários franceses e ingleses reduziram a divindade aos aspectos físicos de seu fetiche, como o tridente e o falo, que o aproximavam da construção do diabo europeu medieval. O termo fetiche foi utilizado pela primeira vez em 1760 por Charles de Brosses, com o intuito de caracterizar a primeira religião da humanidade, no entanto a origem do termo remete aos séculos XVI e XVII, tendo sido cunhado por navegantes e comerciantes portugueses e holandeses na costa ocidental de África. Desse modo, fetiche é um termo "destinado a designar os objetos materiais que os 'africanos' elaboravam e aos quais estranhamente atribuíam supostas propriedades místicas ou religiosas, passando então a adorá-los" (Goldman, 2009, p. 34).

No momento de deslocamento e atualização do culto de Exu ao continente americano, tais características são reafirmadas pelo caráter colonizador e cristão da formação da identidade nacional brasileira, acrescido de novas interpretações errôneas a partir do alargamento de igrejas neopentecostais nas últimas décadas. Exu, patrono da fertilidade, da procriação e do prazer, é reduzido ao sexo, à luxúria e à tentação carnal. Como não é possível nenhum paralelo, como foi feito com os demais Orixás diante aos Santos Católicos, foi pareado a própria figura do Diabo, inexistente nas religiões negras.

Segundo Souza (2007), a partir das pesquisas arqueológicas realizadas no Engenho de São Joaquim, Goiânia, com base no modelo gama, o espaço pode ser entendido enquanto uma "construção da diferença", não feita propriamente nos lugares,

mas sim nos "encontros por ele criados" (Souza, 2007, p. 74). Para tanto, o espaço submerso humanizado pela presença do assentamento de Exu permitiu a ressignificação sagrada da enseada de Água de Meninos, na medida em que símbolos e significados foram postos em associação com a parte emersa em que se encontram a feira e o porto, assim como atualizaram uma memória mítica africana para a população diaspórica da região da Cidade Baixa.

Bradley (1990, p. 202) argumenta que o depósito de oferendas votivas em ambientes aquáticos pode ser evidenciado ao longo de um período, assim como pode ter sido utilizado de maneiras muito diferentes no decurso do tempo. Isso significa que uma transação informal pode vir a ser transformada em uma atividade política central. Com isso, em conexão com a fala das duas vendedoras, a porta é referência de Exu e sua localização no mar da Baía de Todos os Santos indica o oceano como entrada e saída de produtos, saberes e pessoas ao longo dos séculos, por meio da navegação de grande porte e de cabotagem.

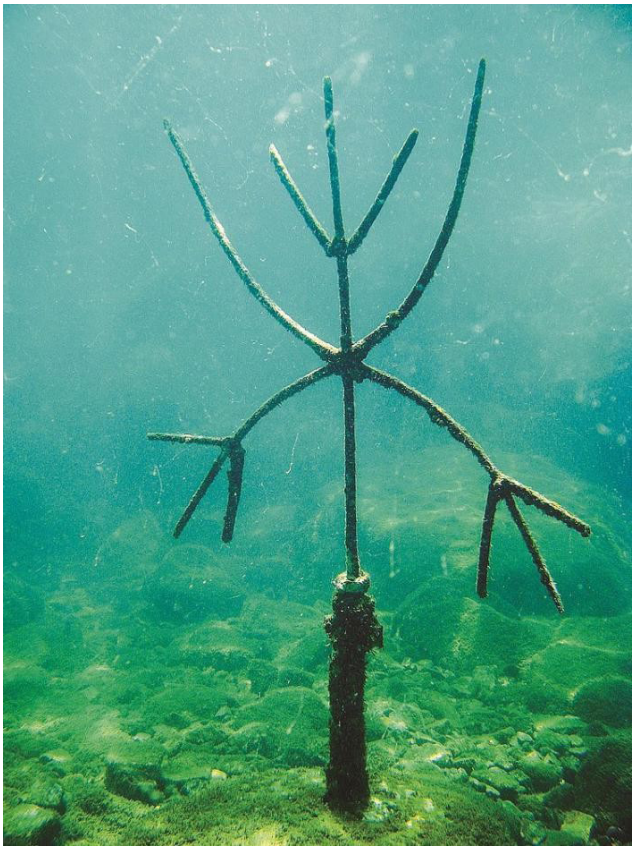


Figura 3. Assentamento de Exu submerso na enseada de Água de Meninos (Foto: André Lima *apud* Novaes, 2019, p. 100).

Para tanto, o assentamento de Exu não pertence ao universo da morte, tão marcante nas religiões afro-brasileiras, mas sim, ao da vida vivida de seus integrantes. Essa é uma afirmação evidenciada pela própria constituição material (Barret, 1991), pois a estrutura de ferro foi fixada em uma base para garantir estabilidade diante das correntes marítimas, diferente do que ocorre com o assentamento no ritual de axexê. Quando algum iniciado ou iniciada no Candomblé falece, seu corpo e sua memória participam de rituais fúnebres de desconexão entre o corpo invisível e o corpo visível. Segundo o Babalorixá Dary Mota[16], um dos rituais que compõem esses ritos fúnebres é o da entrega (despacho) da cultura material do morto no mar, às vezes incluindo o próprio assentamento do Orixá, pois em alguns casos os assentamentos continuam a ser zelados por familiares ou pelo terreiro a que pertenciam.

Pelo contexto arqueológico em que foi registrado o assentamento de Exu, configura-se como um caso diferente do ritual fúnebre, pois foi manipulado por um mergulhador ou mergulhadora até a sua presença no leito da enseada. Assentar Exu em um espaço de interface comercial, entre o Porto de Salvador, a Feira de São Joaquim e do ferryboat, certamente serve para pensar sobre as esferas de deslocamento e transição que as populações negra e afrodescendente construíram ao longo de sua presença em Salvador, resistindo à invisibilidade que lhes foi conferida em diversos espaços.

Zeusse (1987, p. 409) indica que "o campo ritual é formado por correspondências e fronteiras", sendo uma entrada para entender "que o ritual é o grau de mediação sobre as experiências finais e básicas do corpo". Com isso, a partir da estrutura de ferro, é possível identificar pelo menos três indivíduos, a Iyalorixá ou o Babalorixá, liderança sacerdotal competente para o assentamento de uma Natureza sagrada em uma matéria física como o ferro; o ogã que irá realizar os procedimentos técnicos, a exemplo do sacrifício animal, para que a Natureza seja presentificada na estrutura; e aquele ou aqueles que terão a divindade Exu assentada e alvo de culto e zelo.

Segundo a Iyalorixá Sônia Nunes e também Iya Morô[17], processos rituais antecederam o ritual de assentamento, provavelmente com o preparo do padê. O ritual do padê foi trazido das regiões Yorubá e inserido de forma muito semelhante nos

16 Entrevista realizada em 10/08/2012 no Ilê Axé Torrundê Ajagum, Escola de Menor, Paripe, Salvador.

17 Responsável pelo culto de Exu no interior de um terreiro de Candomblé. Entrevista realizada em 23/09/2012 no Ilê Axé Torrundê Ajagum, Escola de Menor, Paripe, Salvador.

Candomblés. Por isso, descendentes de africanos continuaram a realizar o culto dos Orixás de forma bem preservada. Nessas ocasiões, muito frequentes, orações são feitas sucessivamente a Exu, o mensageiro dos Orixás; aos esa, os antigos africanos que instituíram os cultos iorubás na Bahia e, enfim, às iyami, as ancestrais femininas[18].

Outro ponto a ser destacado é quem poderia ser esse indivíduo, ou mesmo grupo, que teve motivações para submergir o assentamento de Exu na enseada de Água de Meninos. Uma entrevista realizada com a Iyalorixá Vanderlúcia de Oyá[19] em decorrência de uma pesquisa arqueológica outra trouxe informações importantes para a compreensão do ritual de submersão da divindade africana. Ao ver a imagem, capa do livro que ganhou repercussão em seu segundo lançamento, nomeou o Exu Submerso de *Gilu*, um Exu de Oxalá[20], que é assentado na água. Essa informação aprofunda adinâmica de compreensão das relações mágicas estabelecidas entre materiais, atos e ambientes.

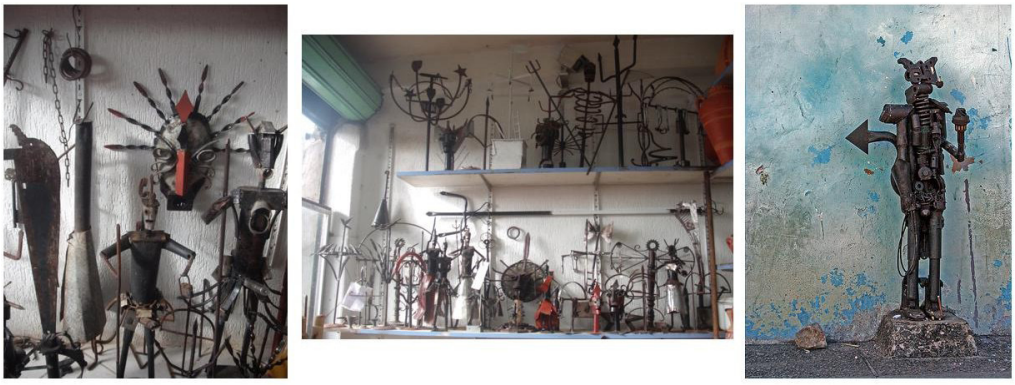


Figura 4. Painel de assentamentos de Exu. As duas primeiras fotos registradas na loja Palácio de Oxossi, Feira de São Joaquim, e a terceira na parte frontal da Casa Jorge Amado, Pelourinho (Foto: Luciana de Castro, 2012).

18 NOVAES, Luciana de Castro Nunes. As panelas das feiticeiras: Uma etnografia do segredo e ritual de Iyami no Candomblé. Dissertação defendida pelo Pós-Afro (UFBA), 2012.

19 Entrevista concedida em 07/11/2019 no Terreiro de Azoani, Itinga, Lauro de Freitas. A pesquisa oral está associada ao Levantamento de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Intervenções integradas de Manejo de Águas Pluviais no Rio lpitanga e afluentes e no Rio Joanes, que perpassam os municípios de Lauro de Freitas e Salvador, na Bahia, realizado em 2019.

20 Orixá associado à criação do mundo e da humanidade. Cultuado como o alvorecer, a pureza do branco, o Pai Supremo.

Exu é assentado por diversas motivações, com interesses individuais e coletivos. O exemplo individual refere-se ao culto do Exu pessoal, pois, segundo o Candomblé cada filho e filha, possuem o Orixá Exu juntamente com sua família de Orixás. Para a Iyalorixá Giovanilza de Castro[21], o assentamento de Exu é concebido no momento da fundação de um Candomblé, individualizado na iniciação pessoal ou como protetor de centros urbanos de feiras, mercados ou outros negócios. Uma possível motivação se sobressai às outras elencadas, pois a localização do assentamento do Exu está próxima à Feira de São Joaquim, o que permite pensá-lo a partir do acúmulo de significados que a feira possui para a população diaspórica soteropolitana.

Exu apresenta o poder de articulação e manipulação das populações diaspóricas em meio às adversidades impostas no deslocamento e na reconstrução de suas vidas em uma nova realidade transatlântica. A cultura material, por estar submersa, confere uma complexidade de significados para tal contexto e se estende aos limites das relações entre secular-público e sagrado-privado. Os assentamentos de Orixá, até então somente foram registrados em locais terrestres, como no interior de Candomblés e lugares públicos, a exemplo do assentamento de Exu em frente à Casa Jorge Amado, no Pelourinho, sendo o caso do Exu de Água de Meninos um caso especial, pois mesmo em espaço público permaneceu em segredo devido a sua invisibilidade na paisagem.

Exu é a divindade dos inícios ou aberturas. É Ele quem inicia o ritual; quem guarda o portão; quem está enterrado no limiar das portas; e, finalmente, é Ele quem agarra o homem pela garganta, castigando-o com doenças nas vias bucais. É ao mesmo tempo uma divindade do caminho, é o "homem da rua". Suas oferendas são levadas aos caminhos mais afastados ou às encruzilhadas, pois ali se entrecruzam as vias de comunicação. Foi justamente porque preside as aberturas de caminhos, e não por outras razões, que se tornou mensageiro de todos os Orixás; e é por isso que abre a porta que separa a natureza das coisas divinas, unindo duas camadas do mundo (Bastide, 2001, p. 191).

A invisibilidade do artefacto, por sua condição submersa e de não interferência visual na parte emersa, pode ser pensada pelas categorias de lugar e não lugar de Marc Augé (2007), pois o lugar não seria completamente invisível e o não lugar nunca se realizaria completamente. Para Meyer (2008), disposições e aspectos

21 Entrevista realizada em 14/10/2012 na sua residência no bairro da Boca do Rio, em Salvador.

míticos relacionados às formas materiais estão enraizadas e confirmadas por uma estética religiosa particular. Estética entendida não no sentido estreito kantiano do belo, mas no sentido mais abrangente da estética, ou seja, a experiência sensorial do mundo e do conhecimento sensível do mundo.

Exu carrega em si a energia do fogo e foi simbolicamente submerso, permitindo metaforizar sobre a capacidade e o poder adquirido ao longo dos séculos pela população afro-religiosa em transformar realidades, transmudar cotidianos, controlar energias opostas, manipular materialidades pautadas em um universo intangível. Dessa forma, é possível analisar o assentamento de Exu a partir dessa fronteira, transpondo o lugar e o não lugar, o tangível e o intangível, porém sem os eliminar, pois as camadas de invisibilidade são construídas precisamente para aumentar a sua força.

Conclusões

Fundamentar a abordagem da pesquisa arqueológica através do aparatoteórico-metodológico da Arqueologia das Religiões Negras é alargar a perspectiva sobre a presença sagrada no cotidiano de cidades portuárias e coloniais, como Salvador. Fomenta avançar nas redes de significados construídas entre os povos diaspóricos, suas propriedades intelectuais e seus rearranjos em novas territorialidades. As relações entre as pessoas e as coisas são impulsionadas por necessidades particulares, requerendo um olhar contextual para compreender o que de fato pode ser associado quando se trata de um estudo de caso.

Paden (1994, p. 57) afirma que "um mundo religioso é um lugar habitado", e não um conjunto de ações rituais desumanizadas. Com isso, a Arqueologia das Religiões Negras alcança tanto o estudo de santuários, templos, terreiros, locais sagrados, igrejas, quanto as miudezas usadas no cotidiano, estatuetas, patuás, terços e contas. Envolve também a materialidade utilizada em rituais institucionalizados ou de caráter privativo, além de poder ser verificada no corpo por meio das escarificações, tatuagens, pinturas ou adornos, na iconografia ou em produtos de consumo.

No cenário brasileiro, os estudos das religiões negras adquirem especificidades tanto no trato da materialidade quanto no desenvolvimento da interpretação arqueológica. Dessa forma, as motivações que levaram à submersão do assentamento de Exu na enseada de Água de Meninos estão associadas à condição mítica e à historicidade da ancestralidade negra no espaço.

O assentamento de Exu submerso na enseada atribui o caráter de continuidade entre o ambiente marítimo e o ambiente terrestre, assim como do mundo visível e do mundo invisível, modelando a paisagem como sagrada. O uso dos mares e oceanos ganha novos sentidos a partir das relações religiosas e rituais, sendo espaços de liberdade, criatividade e força. Mesmo após uma década do registro, identificação, análise e aterro do Exu submerso, é evidente que sua potência é ampliada no decurso do tempo, apresentando-se ao povo negro na sua forma imagética, bem como informando a ciência arqueológica que nós, povo negro de Axé, mesmo que o racismo atualize as formas de destruição de nossos corpos e patrimônios, decidimos juntos viver. Laroyê Exu, Mojubá!

Agradecimentos

Agradecimento ao Laboratório de Arqueologia da Paisagem, Identidade e Contato (Lapic) e ao Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (Laaa) da Universidade Federal de Sergipe pelo apoio institucional da pesquisa de mestrado desenvolvida entre os anos de 2011 e 2013. À Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão do Sergipe (Fapese) pela bolsa de financiamento entre os anos de 2012 e 2013. A Márcia Guimarães pela orientação acadêmica. A Gilson Rambelli pela formação básica e avançada no mergulho científico Naui/Laaa. Ao mergulhador André Lima e ao arqueólogo-mergulhador Leandro Duran. A Carlos Caroso pela autorização de utilização dos dados, quando Diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE-UFBA). Às lideranças religiosas do Ilê Axé Torrundê Ajagum e do Terreiro de Azoany pelas entrevistas concedidas em 2012 e em 2019, respectivamente. Aos vendedores da Feira de São Joaquim, representados por Maria de Lourdes, Seu Manoel Silva e Pedro Santos. À gerência do Palácio de Oxóssi na Feira de São Joaquim. À arqueóloga Clara de Arimatéia pela confecção do mapa de identificação do assentamento de Exu.

Referências Bibliográficas

APPIAH, K. A.. **Na casa de meu pai.** Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

ARAÚJO, G. A. F. **Feira de Barcelos (Portugal) e São Joaquim (Brasil) enquanto espaço diverso, de bens simbólicos e práticas culturais plurais nacontemporaneidade.** IV Congresso Internacional de Estudos Comparativos da ABRAEC UEPB, Campina Grande – Brasil, 2009.

AUGÉ, M. **Não-Lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. SãoPaulo: Papirus, 2007.

BARRETT, J. 1991. Towards an Archaeology of Ritual. In: GARWOOD, P., JENNINGS, D., SKEATES, R. and TOMS, J. (eds.) **Sacred and Profane:** Proceedings of a Conference on Archaeology, Ritual and Religion. Oxford University Committee for Archaeology, Monographs, n°32, p. 1-9, 1991.

BARROS, A. Depoimento. In: ARAÚJO, U. C. (Org.). **Salvador era assim: memórias da cidade.** Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999.

BASS, G. F. **Arqueologia Subaquática**. Lisboa: Verbo, 1969.

BASTIDE, R. **O Candomblé da Bahia:** rito nagô. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz.São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BENDER, B., HAMILTON, S. and TILLEY, C. Leskernick: Stone Worlds; Alternative Narratives; Nested Landscapes. **Proceedings of the Prehistoric Society** 63, p.147–78, 1997.

BINFORD, L. Mortuary Practices: Their Study and Their Potential. In: BINFORD, L. **An Archaeological Perspective**. New York: Seminar Press, p. 208–43, 1972.

BLOT, Jean-Yves. O mar de Keith Muckelroy: o papel da teoria na arqueologia do mundo náutico. Al-Madan, Almada, **Centro de Arqueologia**, Série 2, n. 8, p. 41-55, out. 1999.

BRADLEY, R. **The Passage of Arms:** An Archaeological Analysis of Prehistoric Hoards and Votive Deposits. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BRADLEY, R. Ritual, Time and History. **World Archaeology** 23, p. 209–19, 1991.

CHILDE, V.G. **Progress and Archaeology**. London: Watts, 1945.

CHILDE, V.G. **History.** London: Cobbett Press, 1947.

CLARKE, D.L. **Analytical Archaeology**. Second edition London: Methuen, 1968.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

FAGAN, B. **From Black Land to Fifth Sun**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1998.

FEINMAN, G. M. Thoughts on new approaches to Combining thearchaeological and historical records. **Journal of Archaeological Method and Theory**. V.4, n° 3/4, 1997.

FENNELL, C. **Crossroads and Cosmologies**. Diasporas and ethnogenesis in the new world. University Press of Florida, 2007.

GARWOOD, P., JENNINGS, D., SKEATES, R. and TOMS, J. (eds). **Sacred and Profane**. Oxford University Committee for Archaeology, Monograph 32,192, 1991.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

GOLDMAN, M. Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaio de simetrização antropológica. **Análise Social**, vol. XLIV (190), p. 105-137, 2009.

HAWKES, C. Archaeological Theory and Method: Some Suggestions from the Old World. **American Anthropology** 56, p. 153–68, 1954.

HODDER, I. **The Present Past**. London: Batsford, 1982.

INSOLL, Timothy. **Archaeology, ritual, religion**. London: Routledge, 2004.

IPHAN. **Diagnóstico e Lavantamento Arqueológico Subaquático - Relatório Final - Estudo de Impactos Culturais da Ampliação da Ponta Norte do Porto Organizado de Salvador.** MAE-UFBA, Salvador, 2010.

JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity.** Constructing identities in the past and present. Londres, Routledge, 1997.

JONES, S. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, P. P. A. ORSER JR., Charles E. & SCHIAVETTO, S. N. de O. **Identidades, discurso e poder:** Estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

MALDONADO-TORRES, N. Pensamento crítico desde a subalternidade: os Estudos Étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das Ciências Sociais no século XXI. **Afro-Ásia**, 34, p. 105-129, 2006.

MATTOSO, K. M. Q. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no séc. XIX**. São Paulo: HUCITEC: Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura,1978.

MEYER, B. "Powerful Pictures: Popular Christian Aesthetics in Southern Ghana" **Journal of the American Academy of Religion**, Vol. 76, No. 1, p. 82–110, 2008.

NASCIMENTO, A. A. V. **As 10 freguesias da cidade do salvador:** aspectos sociais e urbanos do séc. XIX. Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

NOVAES, L. C. N. A borda do mar como um lugar cultural: arqueologia de praias e a dialética étnico-maritíma do patrimônio imaterial no sítio da Preguiça, Salvador/Bahia. **Revista de Arqueologia**. Vol.31, n°1, 2018.

NOVAES, L. C. N. **O Exu Submerso:** uma arqueologia da religião e da diáspora no Brasil. Paraná: Appris, 2019.

OSBORNE, R. Hards, votives, offerings: the archaeology of the dedicated object. **World Archaeology** Vol. 36(1), p. 1–10, 2004.

ORSER, C.E. The Archaeology of the African Diaspora. Annu. **Rev. Anthropol**, 1998.

PADEN, W. **Religious Worlds**. Boston, Mass.: Beacon Press, 1994.

PARÉS, L. N. **A Formação do Candomblé: História e Ritual da Nação Jeje na Bahia.** Campinas, editora Unicamp, 2007.

PAIM, M. R. S. **Do Sete a São Joaquim:** O Cotidiano de "Mulheres de Saia" e Homens em Feiras Soteropolitanas (1964 – 1973). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2005.

PEIXOTO, A. **Breviário da Bahia.** Livraria Agir Editora, 1945.

RAMBELLI, G. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002.

RAMBELLI, G. Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimôniocultural subaquático no Brasil • **HISTÓRIA**, São Paulo, 27 (2), 2008.

RAMOS, A. **O negro brasileiro**. São Paulo, Ed. Nacional, 2001.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil:** A historia do levante dos malês - 1835. SãoPaulo: Brasiliense, 1986.

RENFREW, C. **The Archaeology of Cult.** London: Thames and Hudson, 1985.

RENFREW, C. The Archaeology of Religion. In RENFREW, C. and ZUBROW, E. (eds), **The Ancient Mind.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 47–54, 1994.

RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil.** Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977[1906].

ROSADO, R. C. S. C. **O Porto de Salvador:** Modernização em Projeto: 1854/1891. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciências Sociais da UFBA, Salvador/BA, 1983.

SCHIFFER, M.B. **Formation Processes of the Archaeological Record.** Albuquerque: University of New Mexico, p. 3-23, 1987.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SINGLETON, T. A. The archaeology of slavery in North America. Annu. **Rev. Anthropol.** 24, p. 119–40, 1995.

SOUSA, T. Sesmaria de "Água de Meninos", dada pelo governador Tomé de Sousa ao P. Manuel de Nóbrega, Baía. In: LEITE, S, S.J. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil:** 1538-1553. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1956.

SOUZA, M. A. T. de. Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás. **Vestígios**, (1): 1, p. 59-92, 2007.

TEIXEIRA, Cid. "Do Comércio à Ribeira". In: **Revista História Visual**. Salvador. Correio da Bahia, 2001.

WHITEHOUSE, R. Ritual Objects. Archaeological Joke or Neglected Evidence? In: WILKINS, J. (ed.) **Approaches to the Study of Ritual:** Italy and the Ancient Mediterranean. London: Accordia Research Centre, p. 9-30, 1996.

VERGER, P. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987.

VILHENA, L. S. **A Bahia no século XVIII**. Bahia: Itapua, 1964.

ZEUSSE, E.M. *Ritual.* In Eliade, M. (ed.). **The Encyclopedia of Religion.** Volume 12. London: Macmillan, p. 405–22, 1987.

APRENDIZAGEM E PESQUISA EM PERSPECTIVA INTERCULTURAL: REFLEXÕES DE UMA ARQUEÓLOGA TRABALHANDO NO RIO NEGRO[1]

Helena Pinto Lima[2]

Resumo

Este artigo versa sobre as possibilidades de diálogos interculturais em torno da arqueologia no alto rio Negro, com foco em experiências pessoais de ensino e pesquisa na região por meio da Licenciatura Intercultural Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal do Amazonas. Apresentarei em maior detalhe um processo coletivo de pesquisa desenvolvido com estudantes indígenas do polo Tukano, em Taracuá (município de São Gabriel da Cachoeira/AM), entre 2015 e 2018. Compartilho reflexões de uma rica troca de saberes que envolveu, entre outras coisas, a necessidade de aberturas conceituais da arqueologia para abarcar categorias de pensamento mais amplas.

Palavras-chave: Arqueologia indígena, interculturalidade, aprendizagem pela pesquisa

Abstract

This article deals with the possibilities of intercultural dialogues around archaeology in the upper Rio Negro, focusing on personal teaching and research experiences in the region through the Intercultural Degree in Educational Policies and Sustainable Development, from the Federal University of Amazonas. I will present

1 Este artigo teve sua primeira versão publicada no livro Descolonizando a Universidade: educação, interculturalidade, outros saberes e fazeres para além do discurso/ Organizadores Ivani Ferreira de Faria et al., - Embu das Artes, SPO: Aleza Cultural; Manaus: EDUA, 2022, 530 p.

2 Arqueóloga, pesquisadora do Museu Paraense Emilio Gocldi e professora colaboradora do Curso de Licenciatura Indígena Políticas Educucacionais c Desenvolvimento Sustentável - UFAM (2010 a 2019). E-mail: helenalima@museu-goeldi.br

in greater detail a collective research process developed with indigenous students from the Tukano pole, in Taracuá (municipality of São Gabriel da Cachoeira/AM) between 2015 and 2018. I share reflections on a rich exchange of knowledge that involved, among other things, the need for conceptual openings to encompass broader categories of thought in the research and teaching processes.

Key Words: Indigenous archaeology, intercultural research, research learning

Introdução

"A correlação da natureza por nós povos desta região do Alto Rio Negro tem uma imensa conexão desde a origem do mundo e da humanidade. Ressalta que nas narrativas dos mais antigos, não há separação dos encantados que são espíritos das árvores, pedras, peixes, etc.... onde os espíritos falavam com humanos [...]. Por isso, a Mãe Natureza é imprescindível à vida dos Pamu bahuari mahsa e ela fala através de petróglifos, história de uma serra, de um rio e tudo isso é ligado à nossa origem. O benzimento, danças, rituais, são interligados na nossa cultura e em nosso cotidiano. Este tipo de entendimento e atitude vai fortalecer e deixar a futura geração valorizar e levantar sua autoestima, assim fortalecendo a nossa identidade e a nossa territorialidade"[3].

3 Excerto do texto elaborado coletivamente pela turma de 2014 dos estudantes da Licenciatura Indígena/Ufam – Polo Tukano, Taracuá



Figura 1. Aquarela de Félix Rezende Tuyuca, situando a passagem da cobra canoa na pedra (lugar sagrado, casa de transformação) em Taracuá. Iconografia elaborada em 2017, para compor o trabalho de pesquisa da turma (Rezende, 2017).

Neste artigo, exploro as elaborações de alguns conceitos caros à arqueologia como o de sítio arqueológico e de patrimônio cultural e a própria noção de história, a partir de perspectivas de aprendizagem e pesquisa experienciadas desde 2010 junto à Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Amazonas. Esta licenciatura é desenvolvida na Terra Indígena Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira/AM, nos polos Tukano (comunidade de Taracuá, rio Uaupés); Nheengatu (comunidade de Cucuí, rio Negro) e Baniwa, (comunidade de Tunuí Cachoeira, rio Içana). A proposta visa promover a formação de professores/pesquisadores a partir de processos pedagógicos próprios, respeitando a diversidade cultural dos povos indígenas da região do Rio Negro (Faria, 2018, 2020).

O Noroeste amazônico abrange uma área com 71 milhões de hectares compartilhados por quatro países: Brasil, Colômbia, Guiana e Venezuela, e abriga 45 povos indígenas em 91 territórios indígenas reconhecidos oficialmente, e 13 ainda

sem reconhecimento, além de 23 Unidades de Conservação de Proteção Integral e 13 de Uso Sustentável (Cabalzar, 2006). São Gabriel da Cachoeira é o município do Brasil com maior predominância indígena, onde há três línguas indígenas oficializadas. Nessa região, vivem vinte e três povos indígenas, pertencentes a quatro famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruák, Yanomami e Maku (ou Nadahup) (Epps, 2005; Stumpf, 2019).

A trajetória cultural da região é milenar, com ocupações ancestrais por diferentes povos indígenas, cuja interação resultou na formação de um complexo e único sistema regional de interações multiétnicas e plurilinguísticas. Esse sistema interétnico tem suas origens nos tempos antigos, pré-coloniais (Neves, 1998). A territorialização dos grupos linguísticos na região é bastante clara: o rio Içana e afluentes são ocupados por falantes de línguas Aruaque; o rio Uaupés e afluentes são ocupados por falantes de línguas da família Tukano Oriental; e as áreas de interflúvio são ocupadas por falantes de línguas Maku, sendo que cada um desses troncos e famílias é representado por um grande número de línguas (Neves, 1999, p.123), além de Yanomami no rio na região do Parque Nacional do Pico da Neblina. Embora pertençam às diferentes famílias linguísticas, esses povos, Aruak e Tukano Oriental, apresentam certas semelhanças em seus costumes e tradições, que resultam dos intensos contatos interétnicos que ocorreram na região ao longo de milênios (Sarmento, 2019).

Além do plurilinguismo e do pluriculturalismo, próprios da região, ela abriga dois patrimônios culturais do Brasil reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): a Cachoeira de Iauaretê (registrada em 2006) e o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (registrado em 2018). Uma consequência direta do registro é a criação de políticas públicas através de planos de salvaguarda desses "chamados" patrimônios nacionais, e também o incremento das discussões patrimoniais junto às comunidades locais.

Sendo uma área de colonização antiga da Amazônia, o rio Negro integrou desde cedo, e de maneira acentuada, o sistema colonial de exploração dos recursos humanos e naturais (Wright, 2005). Tal sistema persistiu ao longo do período colonial e também pós-colonial tendo acomodado a forma de relações sociais e comerciais ao sistema de aviamento (Meira, 2018).

Os povos da região vivenciaram séculos de desarticulação das práticas rituais e expressões culturais promovidos pelo contato permanente, catequese e escolarização. Deste longo histórico resultou o testemunho de muitos povos da região do

enfraquecimento de elementos tradicionais da cultura indígena, que vinham sendo substituídos por valores ocidentais. Contudo, nas últimas décadas essas interferências vêm dando lugar à retomada e valorização dos conhecimentos indígenas. Por este motivo, muitas das turmas da licenciatura indígena se mostraram bastante empenhadas em rediscutir, repensar e valorizar as problemáticas relacionadas à cultura tradicional indígena, problemáticas que foram designadas a mim como orientadora junto aos estudantes.

Algumas considerações iniciais se fazem necessárias: em primeiro lugar, esta é uma região de fantástica diversidade cultural. Atuar como professora-pesquisadora em tal contexto enriqueceu minha experiência de vida e profissional, sobretudo atuando dentro de uma proposta pedagógica que é inovadora. O chamado "ensino via pesquisa", doravante "aprendizagem pela pesquisa", parte de um curso com currículo aberto (pós-feito e flexível), onde as práticas investigativas são um processo que envolve aprendizagem e pesquisa integrados e contextualizados. Conceitos, métodos e técnicas são incorporados de acordo com as demandas conceituais e instrumentais ligadas à problemática tratada. O projeto visa promover a formação de professores/pesquisadores proporcionando a formulação de políticas públicas educacionais e processos pedagógicos próprios respeitando a diversidade cultural dos povos indígenas da região do Rio Negro (Faria, 2018, 2020).

As discussões se dão ao longo de etapas presenciais, enquanto que nos períodos intermediários os estudantes desenvolvem pesquisas em suas comunidades. Para atuar nessa metodologia, nós professores passamos por constantes formações e qualificações, das quais participei várias vezes, ministrados por Gilvan Muller e Ivani Faria. Sendo uma licenciatura, a perspectiva é que os acadêmicos do curso realizem pesquisas sistematizando conhecimentos contextualizados aos diferentes povos na região, para posteriormente fossem trabalhados nas escolas indígenas nas comunidades.

Participei do projeto por vários anos, e tive a oportunidade de orientar diferentes práticas investigativas com problemáticas voltadas ao patrimônio cultural, arqueologia, e os lugares sagrados. A situação fica clara: como falar de cultura – e diversidade cultural – junto a um público como este? Me considero, neste contexto, muito mais ouvinte, aprendiz, do que qualquer outra coisa. As aulas se dão em torno da discussão de alguns textos e temas, desenvolvidos nas línguas indígenas, e posteriormente traduzidas ou sumarizadas em português apenas para o professor-orientador. As problemáticas propostas abordaram temas como cultura, patrimônio

cultural, diversidade cultural, paisagens culturais, e mecanismos de gestão cultural, mas sempre orientadas pelas problemáticas/perguntas que nortearam as pesquisas[4]. Como recurso pedagógico, os estudantes produziam glossários, nas línguas indígenas, com suas elaborações em torno de conceitos próprios, epistemologias próprias ou trazidos pela literatura proposta e pelas discussões.

Ainda, a publicação de produtos acadêmicos nas línguas maternas promove a valorização das línguas indígenas e o fortalecimento da educação indígena superior específica e democrática. Entre outros, incluem os Cadernos Tukano, *Ohpekõ Di'ta*, que significa mãe terra; os Cadernos Yegatu, denominado de *Yegatu Resewa*, que significa falando sobre o Yegatu, e os Cadernos Baniwa, *Baniwanai Ianheekh*, que significa conhecimento ou saberes do povo Baniwa, e são produtos que dedicam a publicar as pesquisas elaboradas pelos estudantes indígenas. Infelizmente, o programa sofreu com cortes acentuados de verbas nos últimos anos e sua continuidade se encontra ameaçada.

Eu não vou falar aqui especificamente sobre as minhas pesquisas. Antes, vou concentrar esse texto nas relações estabelecidas no processo de aulas em pesquisas coletivas na orientação dos muitos trabalhos de conclusão de curso (TCC) durante oito anos. Trabalhando no alto rio Negro, aprendi que é particularmente importante considerar as interações entre múltiplos sujeitos e agências (humanos e não-humanos) que interagem ao longo do processo da pesquisa.

O entendimento dessas relações e ressignificações permite uma abordagem dialógica entre o conhecimento local e o conhecimento dos pesquisadores vindos de fora. Da experiência de trabalho com licenciatura, compartilho

4 Componentes curriculares trabalhados por mim entre 2010 e 2018 (Ufam) LIT007 – Quais são os patrimônios dos povos indígenas do alto rio Negro? LIT009 – O que é cultura e quais as manifestações culturais no Brasil?
LIT015 – PESQUISA III – Como têm sido cuidados os valores das culturas do rio Negro?
LIN020 – PESQUISA IV – Como estão sendo valorizadas as nossas culturas nas nossas comunidades?
LIN022 – Quais os elementos que definem as culturas?
LIT022 – Quais os instrumentos de gestão e conservação do patrimônio indígena? LIT047 – O que é patrimônio?
LIT053 – PESQUISA III – Como devemos cuidar dos lugares sagrados para que serem respeitados?
LIT048 – Qual o significado de cada lugar sagrado dentro das narrativas?
LIT049 – Quais os meios jurídicos de proteção dos lugares sagrados?
LIT051 – Como mapear os lugares sagrados?
LIB104 – TCC – Ciências Humanas e Sociais, Conhecimento Imaterial IS030 – TCC – Ciências Humanas e Linguagens.

aqui ideias sobre as maneiras pelas quais um programa de pesquisa verdadeiramente intercultural pode ser transformador – para a ciência, ainda muito compartimentada, e também para a "humanização" dos cientistas. Uma questão que fica clara é como as categorias da ciência ocidental são pequenas frente ao universo indígena.

Porque não servem as nossas caixinhas

Aqui tratarei de formas de construir conhecimento que extrapolam as "categorias e categorizações", as "disciplinas e disciplinarizações" elaboradas pela ciência ocidental dos últimos séculos. A própria ciência ocidental vem repensando suas possibilidades integrativas, levadas à cabo em abordagens multi-inter ou transdisciplinares. Aqui, meu olhar virá das interfaces da arqueologia (uma ciência que é interdisciplinar por definição) e sua inserção em circuitos integrados (e contextualizados) de conhecimentos de diferentes naturezas, que, no caso dos povos indígenas, não são disciplinares.

Enquanto teoria do conhecimento, a epistemologia (etimologicamente a ciência da ciência ou a filosofia da ciência) aborda problemas de diferentes ordens: lógica, semântica, metodológica etc., além de problemas éticos e ontológicos. Ela nos leva, então, a uma reflexão profunda e crítica sobre o universo da ciência e o lugar do conhecimento no mundo. Sabemos que a ciência (ocidental) ocupa um lugar de destaque na sociedade atual e que ela foi cúmplice da industrialização, na medida em que contribuiu, organizou e racionalizou os processos de produção (Tesser, 1994).

Foi partícipe direta de processos de colonização, na medida em que as relações sociais que se estabeleceram historicamente a partir de tal modelo industrial dominaram e dominam o mundo contemporâneo globalizado.

As disciplinas de cunho histórico, como é o caso da arqueologia, participaram ativamente desses processos ao contribuíram para a alienação das histórias nativas, rompendo os laços entre as sociedades indígenas contemporâneas e as referências materiais deixadas pelos grupos antigos sob o nome de "registro arqueológico" (Gnecco, 2009). Contudo, tal violência epistêmica (contra outras sociedades e seus modos de fazer história) vem dando lugar à novas formas de produção de conhecimento histórico. E são essas novas perspectivas que me interessam aqui. São "estratégias de pesquisa participantes relevantes para contextos

locais e [que] incentivam a produção de conhecimento alternativo, outro, a partir do reconhecimento do conhecimento tradicional e de suas visões de mundo correspondentes" (Gnecco, 2009, p. 19).

Temos visto essa importante virada epistemológica acontecendo na arqueologia nas últimas décadas. Por exemplo, a maioria dos arqueólogos atuantes no Brasil já não usa mais o termo "pré-história do Brasil", pois, como coloca E. Neves, "ele não faz justiça à rica história dos povos que habitavam o que é hoje nosso país antes da chegada dos europeus. Em substituição a 'pré-história', utilizam-se hoje designações como 'história pré-colonial' ou mesmo 'história antiga'" (Neves, 2015, p. 43).

Em uma perspectiva antropológica, *Pacificando o branco*, um clássico sobre as teorias do contato e do colonialismo, focaliza o modo como as sociedades indígenas estruturam, reorientam, interpretam ou influenciam o rumo do encontro colonial, e assim nos explicam a "reconstruir nossa reflexão sobre as situações sócio-históricas de contato a partir das concepções indígenas de tempo, alteridade e mudança" (Albert; Ramos, 2002, p. 20). Sendo assim, contribui para uma renovação dos estudos sobre o "contato interétnico" e, sobretudo, a consciência histórica dessas sociedades, trazendo mecanismos que permitem a reversa daquilo que nós tomamos como sendo a história (do senso comum) (Cunha, 2017).

Esse alargamento da ideia de história dentro da antropologia, "longe de estar unicamente voltada para o passado, deve ser também uma antropologia do contemporâneo, capaz de dar conta da historicidade das situações sociais e das elaborações simbólicas atuais, ou seja, de 'historicizar o presente'" (Bensa; Naepels, 1998, *apud*. Albert; Ramos, 2000, p. 11).

Enquanto a antropologia nos tem mostrado formas únicas (e não ocidentais) das relações de diversos povos indígenas da Amazônia com a natureza e com as temporalidades, é importante salientar que compete também à arqueologia entender tais processos, na medida em que essas relações definem e constroem aquilo o que chamamos de "registro arqueológico" (Lima & Shepard no prelo). Isso é algo que nos demonstram os povos do alto rio Negro, no qual as relações entre pessoas, paisagens, território e coisas são carregadas de ancestralidade, e determinam as formas de relação social, as obrigações e proibições, em temporalidades que extrapolam a linearidade do "tempo ocidental" e das cronologias construídas pela arqueologia (Lima; Lins, 2019, p. 16).

Se a antropologia possui uma tradição mais longa neste sentido, do ponto de vista da arqueologia, que foi durante muito tempo interpretada como ciência restrita ao passado, as pesquisas colaborativas com povos indígenas têm indicado um caminho justamente oposto. Os fecundos trabalhos desenvolvidos por M. Cabral (2014; 2015) junto aos Wajãpi; por F. Silva (2002; 2011) e seus colaboradores com os Assurini do Xingu; e por J. Machado (2013; 2017) com povos Laklãnõ Xokleng de Santa Catarina, trazem abordagens arqueológicas sensíveis à existência de outros modos de conhecer o passado.

O rio Negro é um lugar especial e privilegiado para esse tipo de pesquisa

histórica em perspectivas indígenas, já que possui uma tradição em diálogos interculturais (*eg.* Andrello, 2012; Barreto, 2013; Cabalzar, 2010). Na arqueologia, foi justamente em sua interlocução com a história oral presente nas narrativas ancestrais dos povos da região, que possibilitou o pioneiro trabalho de E. Neves a propor as origens pré-coloniais daquele sistema cultural regional (Neves, 1998, 1999).

Indo mais além, essas perspectivas nos levam a repensar as próprias categorias que utilizamos na arqueologia. Por exemplo, aquilo que os arqueólogos chamam de sítios arqueológicos são, na perspectiva rio-negrina, lugares sagrados – lugares carregados de histórias ancestrais. Conforme Valle, "muitas vezes o arqueólogo acaba sendo um violador de lugares sagrados. Pois, a maioria dos sítios aonde trabalhamos possuem esferas sagradas, que muitas vezes são alienadas das análises" (Tuyuka; Valle, 2019). Na aula orientada pelo Prof. Poani Higino Tenório (*in memoriam*)[5] em Taracuá, novembro de 2017, quando ele nos ajudava a conceitualizar a arqueologia, ele dizia: "Para eles, os arqueólogos, é um estudo, uma ciência. Para nós é sagrado, é lugar sagrado".

Essa perspectiva é muito bem expressa nos admiráveis trabalhos sobre a arte rupestre desenvolvidos por Higino e seu amigo arqueólogo *pekasã* (não indígena), Raoni Valle. Juntos, em uma interlocução intelectual e afetiva que certamente acarretou significativo impacto nas trajetórias acadêmicas e de vida de ambos, eles desenvolveram uma nova maneira de classificar e interpretar os petróglifos existentes na região, percebendo a natureza ontológica das figurações rupestres: "a atenção dada às formas [tradicional da arqueologia] cedeu lugar a uma dimensão de estudo

5 Presto aqui minha sincera homenagem ao amigo, conhecedor e filósofo Poani Higino Pimentel Tenório Tuyuca, com quem tive muitas oportunidades de conversas e profundos aprendizados. Perdemos seu Higino para a covid-19 em 18 de junho de 2020.

das naturezas dos seres gráficos", certamente mais fluidos em seus modos de existir, que eles chamaram de "dimensão ontológica da arte rupestre" (Valle; Tenorio, 2019, p, 115). Assim como para os petróglifos, aferir sobre trajetórias históricas no rio Negro requer o diálogo intercultural, pois envolve necessariamente o conhecimento e tradições dos povos indígenas dessa região, conjugados à arqueologia, etnologia, geografia, linguística, história, etc.

Se a arqueologia fornece uma fonte privilegiada para a compreensão dessas histórias de longo termo dos povos originários da Amazônia (Heckenberger; Neves, 2009), o fértil e crescente diálogo entre a arqueologia, a ecologia historicamente orientada e a etnografia tem ajudado a iluminar o sofisticado conhecimento ambiental que sustentou inúmeras gerações de sociedades indígenas no passado, e que está intrinsecamente vinculado a suas trajetórias históricas, estabelecendo importantes nexos entre o passado e o presente (Balée, 2008; Clement *et al.,* 2015; Heckenberger *et al.,* 2008; Levis *et al.*, 2018).

Na calha do rio Içana, um estudo recente focado na ecologia histórica em interface com arqueologia e com o conhecimento Baniwa, mostrou que as florestas ancestrais (ou florestas culturais) localizadas em assentamentos antigos (200 anos ou mais) possuem um padrão completamente diferente de composição de espécies de crescimento antigo ou florestas "imemoriais" sem nenhuma lembrança do passado ou vestígios da habitação Baniwa (Franco-Moraes *et al.*, 2019). As florestas ancestrais possuíam até 57% da biomassa arbórea consistindo em espécies de árvores frutíferas comestíveis que atualmente são gerenciadas de alguma forma pelas populações contemporâneas de Baniwa. Em comparação, apenas 7% das espécies são gerenciadas foram encontradas em florestas imemoriais. Além disso, as florestas ancestrais mostraram sinais claros de ocupação humana, como artefatos arqueológicos em superfície e carvão no solo, enquanto as florestas imemoriais não apresentaram tais sinais de superfície e quantidades muito menores de carvão no solo (idem).

Ressalta-se a natureza interdisciplinar (ou até mesmo não-disciplinar) dessa "ciência histórica" que é a arqueologia. Segundo Pombo (2008, p. 7), "interdisciplinaridade é um conceito que invocamos sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento, sempre que topamos com uma nova disciplina cujo lugar não está ainda tratado 'no grande mapa dos saberes". Disciplina é uma forma de a ciência moderna ocidental fragmentar o conhecimento

em uma visão cartesiana, sendo que mesmo para esta ciência, nos tempos antigos, o conhecimento era integrado, não-disciplinar. Assim sendo, interdisciplinaridade não rompe com a disciplinarização da ciência moderna, mas configura uma manifestação da transformação epistemológica em curso, e que aponta duas consequências principais: o (re)alargamento do conceito de ciência e a transformação da universidade (Pombo, 2005).

Pois se, de um lado, a ciência *perkasã* (não indígena) está pronta para a interdisciplinaridade, até que ponto está genuinamente pronta para a interculturalidade? Talvez seja esse um lugar cinza que nos desafia, mas que aos poucos se aclara, na medida em que se constroem alianças entre essas diferentes formas de conhecimento histórico. Como vimos, há várias experiências efetivas em tal proposta, sendo a licenciatura indígena da Ufam, que abordo nesse texto, uma delas.

O processo de uma pesquisa coletiva

Dentre as várias pesquisas e práticas investigativas que trabalhei nos diferentes polos com as turmas Tukano, Nheengatu e Baniwa, selecionei uma para apresentar aqui, a título de ilustração e análise do processo de aprendizagem pela pesquisa. Este se deu com a turma do polo Tukano de 2014, em diversas etapas presencias (fevereiro, julho e setembro de 2015, fevereiro de 2017) na comunidade de Taracuá, que foram intermediadas por etapas de trabalho individual ou em grupos nas comunidades de origem.

Taracuá se localiza no baixo rio Uaupés[6], e que é um dos distritos do município de São Gabriel da Cachoeira que compõem a região conhecida como triângulo Tukano, que engloba também os distritos de Iauaretê (rio Uaupés) e Pari-cachoeira (rio Tiquié). A turma é composta por falantes das várias línguas do tronco Tukano (oriental), entre elas Tukano, Kubeo, Miriti-tapuia, Kotiria, Arapaço, Tuyuka, Dessano, Yebá-mahsã, Tariano e Piratapuia.

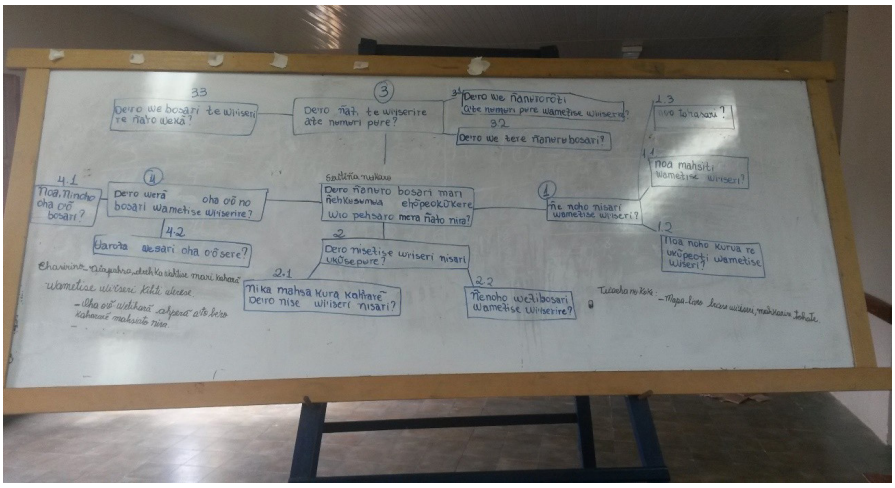
Iniciamos o processo com a construção de um mapa conceitual partindo de uma problemática inicial, na forma de uma questão: "Como devemos cuidar dos Luga-

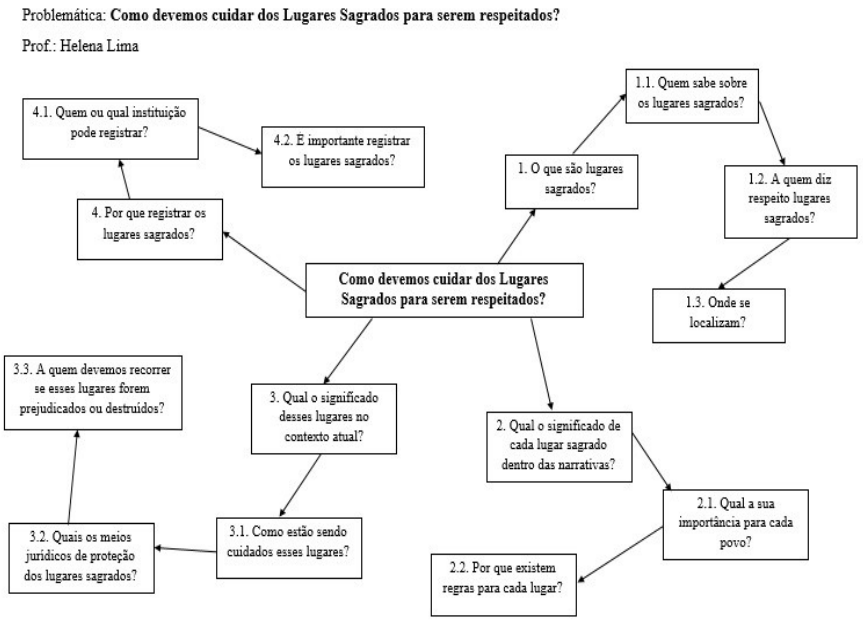
6 Boapés, ou Boupés (Uaupés) foi no passado atribuído aos habitantes desse rio, e também a um poderoso chefe cuja maloca situava-se na cachoeira de Iauaretê. Os feitos de Boupé são narrados em relatos coletados já no século XIX por Brandão de Amorim e Stradelli (Andrello, 2010).

res Sagrados para serem respeitados?" (*De'ro ñanuro bosari mari ñehkusumua ehõpeo kukere wio pehsaro mera ñato nira?*). Partindo da problemática central, se desdobram outras perguntas para serem trabalhadas/respondidas ao longo da pesquisa. E assim planejamos os conceitos e temas centrais de discussão, as oficinas para desenvolver habilidades necessárias para desenvolver a pesquisa, e as decorrentes atividades em campo e em sala de aula. Junto da elaboração do mapa conceitual com a problemática, é muito importante estabelecer as metas e produtos (Figura 2).



Figura 2. Acima: cartograma elaborado com a turma indicando comunidades e lugares sagrados, Abaixo: momentos de discussão, consolidação e socialização das pesquisas em sala de aula, em Taracuá (Fotos: acervo H. Lima).





Meta: Conhecer sobre os lugares sagrados e as narrativas de origem dos povos do rio Uaupés e seus afluentes, transmitir este conhecimento registrado para as gerações futuras, revitalizando as tradições culturais do ARN. Conhecer os mecanismos legais de proteção deste patrimônio.

Produto: Mapa para as escolas e comunidades do ARN.

. Imagem de satélite com os lugares plotados.

. Banco de dados intercultural, resultando no catálogo descritivo de cada lugar.

. Narrativa sobre a história de origem de cada etnia, tendo como referência os lugares sagrados.

Na construção do mapa conceitual (Figura 2, acima), uma preocupação evidente da turma foi a questão do respeito com esses lugares, incluindo o conhecimento sobre sua história e atenção às regras de comportamento envolvidas, assim como com a preservação dos mesmos, enquanto lugares sagrados portadores de significados para as culturas indígenas no alto rio Negro. As metas da problemática traduzem bem essas preocupações: "Conhecer sobre os lugares sagrados e as narrativas de origem dos povos do rio Uaupés e seus afluentes, expandir este conhecimento registrado para as gerações futuras, revitalizando as tradições culturais do Alto Rio Negro; e conhecer os mecanismos legais de proteção deste patrimônio".

As atividades são intensas durantes os encontros, e acontecem de manhã, tarde e noite (às noites geralmente com filmes relacionados à problemática). Neste processo discutimos conceitos a partir dos que eles traziam das pesquisas nas comunidades e da literatura acadêmica, com aulas que envolveram a leitura em aula, discussão de textos confrontados pelos conceitos e significados próprios de cada povo. Tratamos sobre o complexo conceito de cultura (*Kahtisetise*), incluindo mudanças e concepções a partir de leitura de textos (*eg.* Da Cunha 2018; Geertz, 2013; Sahlins, 1997), patrimônio cultural (*Wametise wiopehsase*) (Gonçalves, 2013) paisagens (*Ñakehepeo ktuosetiro*), incluindo a origem do conceito, a ideia de paisagem cultural desde a ecologia histórica e as implicações (Balée, 2008), e suas concepções no mundo indígena do rio negro, entre outras importantes referências para pesquisas no rio Negro (Wright, 2005). Ao longo das discussões se construíam os glossários para contextualizar os conceitos trazidos. Os glossários são instrumentos bastante úteis nas discussões envolvendo diferentes línguas e cosmovisões para fortalecimento e registro de suas epistemologias próprias.

Trabalhamos também aspectos legais e institucionais ligados ao gerenciamento do patrimônio cultural, incluindo formas de registro, tombamento e salvaguarda. A bibliografia selecionada incluiu as cartas e políticas patrimoniais do Iphan (*eg.* 2000; 2006; 2018) e da Unesco (2005). Aliás, a distinção entre patrimônio cultural (*Ñehkusumtta weo peoke*) material e imaterial não faz sentido na perspectiva por eles trazida, porém foi importante para que eles soubessem como a sociedade ocidental fragmenta e define esses conhecimentos e assim poderem ter suas próprias críticas em relação a questão. De fato, "a emergência de um conceito contemporâneo de patrimônio que considera tanto o material como o imaterial", seguindo Van Velthem (2012, p. 58), se aproxima mais das perspectivas indígenas do que das conceituações clássicas historicamente atribuídas ao termo.

Nos valemos extensivamente do livro de Koch-Grümberg (2010[1907]) que registrou petróglifos da região no início do século XX, bem como das experiências prévias de mapeamento de lugares sagrados promovidos pelo Instituto Socioambiental (ISA), Iphan, juntamente com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), em propostas unindo patrimônio imaterial, cartografia e narrativas (*eg*. Andrello *et al*., 2012; Cabalzar, 2006; Scolfaro *et al*., 2013). Todos esses elementos foram discutidos e redigidos em Tukano e Português, e compuseram o plano de trabalho da pesquisa definidos por eles. Este plano se organizou da seguinte forma:

1. O que são lugares sagrados?

1.1. Quem sabe sobre os lugares sagrados?

1.2. A quem diz respeito os lugares sagrados?

1.3. Onde se localizam esses lugares?

- Identificar os conhecedores.
- Conversar com os conhecedores (filmar, fotografar, gravar, escrever, montar roteiro de entrevista)
- Identificar os lugares no mapa.
- Formular um banco de dados para as informações obtidas.

2. Qual o significado de cada lugar sagrado dentro das narrativas?

2.1. Qual a sua importância para cada povo?

2.2. Por que existem regras?

- Conversar e registrar (fotos).
- Cada estudante pode ou não visitar, dependendo das possibilidades e restrições.

3. Qual o significado desses lugares no contexto atual?

3.1. Como estão sendo cuidados esses lugares hoje?

3.2. Quais os meios jurídicos de proteção dos lugares sagrados?

3.3. A quem devemos recorrer se esses lugares forem prejudicados ou destruídos?

- Observação *in loco*.
- Pesquisar a legislação (referencial bibliográfico).

4. Por que registrar os lugares sagrados?

4.1. Quem ou qual instituição pode registrar?

4.2. É importante registrar os lugares sagrados?

- Pesquisar referencial bibliográfico.
- Conversas com pessoas com essa experiência.

Estabelecemos o seguinte plano para a pesquisa: 1) divisão dos grupos por região ou comunidades para a pesquisa; 2) elaboração de croqui com calhas de rios, comunidades e lugares sagrados; 3) criação de uma proposta de banco de dados para registro dos lugares sagrados, 4) elaboração de fichas de registro de territórios e lugares; 5) elaboração de roteiro para as conversas com conhecedores. Elaboramos fichas para cada etapa do registro de campo. Elas foram importantes para organizar as informações registradas por cada grupo, em diferentes regiões e momentos. Assim, as informações poderiam ser mais facilmente sistematizadas, coletivamente (com o uso de planilhas digitais exibidas em Datashow), durante as etapas subsequentes às pesquisas intermediárias de campo.

Em uma das etapas presenciais, oferecemos uma oficina de mapeamento e cartograma participantes com noções de cartografia (orientada pelo geógrafo André Zumak), quando foi trabalhado a técnica do overlay das informações coletadas em imagens de satélite, plotadas em folhas A1.



Figura 3. Processo de mapeamento participativo de sítios arqueológicos, lugares sagrados e comunidades na calha dos rios Tiquié, Uaupés Negro, com produção de mapas e cartogramas (Fotos: H. Lima).

O trabalho de registro e mapeamento dos lugares sagrados abrangeu majoritariamente o rio Uaupés e seus afluentes, organizado em oito regiões: 1) Rio Negro (entre São Gabriel da Cachoeira e a foz do rio Uaupés), 2) Baixo Rio Uaupés; Médio Uaupés, Iauarete e Papuri; Alto Uaupés, Baixo Tiquié, Médio Tiquié e Umari, Alto Tiquié (Figura 3). Elaboramos quatro fichas de registro para orientá-los nas pesquisas nas etapas intermediárias (abaixo). Cada região foi pesquisada por um grupo de acadêmicos, que com descrição da região, cartograma (inclui nome dos participantes do grupo) e a sequência das descrições dos lugares, de acordo com a Ficha 1:

FICHA 1: **SERITIŃATIHI DI'TA / CADASTRO DE TERRITÓRIO PESQUISADO**

Ohori mera ño'ro/ **Mapa do Território**.

No'o seritia nɯkaro, seritiã tuokaro/**Localização e limites do território pesquisado**. Cursos d'água que estão localizados no território da pesquisa (rios, lagos, igarapés, etc.).

Seretiaka di'ta popeapu nise mahkari (wame, dikurã nirõ)/**Comunidades existentes** (incluindo nome, número de famílias…).

Mahsã kurari seritiãka di'ta popeapu nirã /**Grupos étnicos que ocupam o território pesquisado**.

Wemetise seritiãka di'ta popeapu nise (nuhkuri, poepa, uhtãpa, ahpeye)/ **Lugares sagrados registrados**

dentro do território (ilhas, cachoeiras, pedras, etc.)

Ñabehse bahusetise werero/ **Descrição e observações**

Seritiãkarã, seritiãka numu / **Grupo de pesquisadores e período da pesquisa**.

As conversas com os conhecedores indígenas (*kumua*) configuram um aspecto de destaque, e foram registradas da seguinte forma, na ficha 2: Roteiro de conversa. Depois de registrar informações detalhadas sobre o conhecedor (incluindo nome de batismo e de benzimento, etnia, local e data de nascimento, ocupação) e o pesquisador, a forma e local do registro das informações (gravado, filmado, anotado em caderno etc.), e os lugares mencionados na conversa (para fins de catalogação). As conversas seguiam às questões norteadoras (Ficha 2). As conversas foram realizadas exclusivamente pelos indígenas quando em campo nas comunidades, e não contaram com a presença da professora. Muitas foram feitas com parentes (pais, avós, tios…, que são os conhecedores).

FICHA 2: ROTEIRO DA CONVERSA

A'tiro ni seritiña, oha mahsiokurã, tirãwe wametise, wiopehsase ñase kahãsere, toho werã a'tikurã ni /

Apresentação dos integrantes do grupo e dos propósitos da pesquisa.

Wiopehsase ñasere, dihsenohore mahsiti a'ti mahkapũto kahãsere / **O que ele conhece do lugar de pesquisa.**

De'rowe bahua nũkapari? / **Como surgiram estes lugares sagrados?**

De'ro wa'setikupari? / **Quais os acontecimentos relevantes que ali aconteceram?**

Dihsenoho ñakahsa nũkopari añuse/ña'se be'ro kaharã pũre? ***/O que foi achado/criado para futura humanidade ali,*** tanto de bom quanto de ruim?

De'ro wero toho nisari? **Significados**

De'ro wesetino bosari to wametirore ñara? **/Quais as regras de comportamento que devemos observar nestes lugares?**

Dihsenoho duhi kũosari? **Quais os perigos os lugares podem apresentar se as regras de comportamentos não forem cumpridas?**

Para o registro dos lugares sagrados (Ficha 3), cada lugar mencionado e visitado era registrado de acordo com as seguintes informações.

FICHA 3: *WAMETISE WIOPEHSASE OHA ÓRI PURI* / **REGISTRO DE LUGARES SAGRADOS**

Wametirore ñamikaro õoro / **Imagem do lugar sagrado** (desenho ou fotografia)
Wiopehsaro wametiro / **Nome do lugar sagrado**
No toharo, de'ro nironoho / **Localização: calha de rio, igarapé, lago…, comunidade, localidade, etc.**
Wereoro pu waña ni wereoro / **Coordenadas Geográficas** (quando GPS disponível)
De'ro nisetiro, noa, dikurã, ñe noho nipari too re / **Descrição: tipo de lugar, quem, quantos e o que tinha neste local etc.**
A'tiro bahuapã, de'ro toho wametipari? / **Como surgiu e por que recebeu este nome**
Ñe noho niti na to kuke? / **Legados deixados neste local** e
Ñanuruti? **Como as pessoas stão cuidando e se relacionando com este local.**
A'tiro weya nigu, de'ro kũbosari? **Recomendações para o lugar**

Wereorã (conhecedores que mencionaram este lugar sagrado) *Seritiñagu(*o) (Nome dos pesquisadores que efetuaram o registro) *Serutiñari numu* (Data/referência da entrevista)

Por fim, a última ficha (Ficha 4: *wametise wiopehsase seritiñari puru* / relação de pessoas com quem conversamos) se prestou a sistematizar os dados de todos as fontes de pesquisa, em especial as pessoas contatadas pelas conversas, igualmente com vistas a facilitar a sistematização das informações adquiridas nas comunidades.

Sendo Taracuá um sítio arqueológico, muitas das práticas das técnicas de pesquisa em arqueologia foram facilitadas. Como preparação para o campo, trabalhamos juntos no mapeamento e registro do sítio arqueológico existente em Taracuá, e preenchendo a ficha de cadastro nacional de sítios arqueológicos (CNSA/ Iphan) que é um instrumento regularmente utilizado por arqueólogos, e a partir do qual trabalhamos questões como tipos de sítios arqueológicos, aspectos geográficos de implantação na paisagem, procedimentos de delimitação não interventiva, a utilização de aparelhos de GPS, elaboração de croquis, documentação de feições de terra preta a partir de perfis expostos; e de cerâmicas em superfície (inclusive, lamentamos não poder realizar coletas devido à ausência de permissão legal para esse fim, um aspecto legal que foi igualmente trabalhado) (Figura 4).



Figura 4. Registro do sítio arqueológico em Taracuá, fragmentos cerâmicos, feições de solo antropogênico (terra preta) e uso de GPS para delimitação (Fotos: H. Lima, agosto 2015).

Ainda em campo na comunidade, fizemos juntos o acompanhamento e registro do processo de abandono de uma casa e de uma maloca, para refletirmos sobre os processos culturais e naturais de formação do registro arqueológico e tafonomia.

Os vários volumes da coleção "Narradores Indígenas" foram fontes preciosas para pesquisa bibliográfica. Trazem histórias de clãs específicos, pertencentes a diversos grupos da região (Desana, Tukano, Tariano etc). Segundo Andrello (2010), o uso da escrita nesses livros (geralmente narrados por um conhecedor a um filho que traduz e elabora o texto em português) atualiza uma dinâmica ritual de transmissão de conhecimento, materializando em texto escrito narrativas que antes eram passadas oralmente, em elaborações relacionais dos grupos indígenas entre si, e destes com os brancos.

Importante ressaltar ainda que nas etapas presenciais em Taracuá, sempre fizemos questão de promover a integração entre os acadêmicos da licenciatura (em torno de 40 pessoas e seus familiares, vindos de outras comunidades e que recebidos em Taracuá em alojamentos comunitários) na vida social da comunidade. Assim, era frequente a participação nas atividades do centro social da comunidade, nas missas e nos jogos de futebol aos domingos e no final da tarde. Em uma ocasião especial, a convite do capitão Sr. Afonso e em recebimento da Expedição Anaconda (mapeamento dos lugares sagrados do rio Negro) uma iniciativa da Foirn, Iphan e ISA, pudemos nos juntar a eles nas gravações com sabedores (Figura 5).



Figura 5. Momentos de socialização com a comunidade de Taracuá (Fotos Frank Matos, fevereiro 2015).

Ao final da pesquisa, a turma elaborou um produto com o registro, mapeamento e descrição de mais de 400 lugares sagrados presentes no triângulo Tukano, e suas significações e regras de comportamento, a produção textual foi coletiva. Assim aprendemos que "sítios arqueológicos" e "moradas antigas" no rio Negro têm conotações diferentes, como discutirei adiante. Essa pesquisa se desdobrou em vários TCC, com especificidades para cada povo ou região. Orientei dez estudantes em oito pesquisas de TCC, somente nessa turma. Em posterior colaboração com o Instituto Socioambiental (ISA, ajudei a organizar um volume editado da *Aru – Revista de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro*[7], lançado em 2019. Além de meu texto que reflete sobre a perspectiva intercultural que a prática arqueológica nesta região necessariamente requer, grande parte dos artigos publicados foram dos meus orientandos, com estudos sobre lugares sagrados, etc. Diferente dos cadernos de pesquisa da licenciatura, que são publicados na língua indígena, as pesquisas publicadas na *Aru* em português têm o potencial de atingir um público mais amplo e fora do rio negro, e assim trazem uma consubstanciada contribuição à arqueologia e a outros povos indígenas do Brasil.

Em mais umas das disjunções entre as categorias legais (pautadas na ciência ocidental) e indígenas, se vê a proteção do chamado patrimônio arqueológico. As leis que amparam os sítios e vestígios não recaem, por exemplo, sobre todas as casas de transformação, que são lugares de origem da humanidade, portanto embebidos de história, mas cujos vestígios materiais nem sempre são reconhecíveis aos olhos da ciência. Cachoeiras, ilhas, lagos, que não se enquadram na categoria de sítio arqueológico. O TCC do acadêmico da licenciatura ũ*remini* Odilson Almeida (Tukano residente da comunidade de Matapi, baixo Uaupés), intitulado *Quais os lugares sagrados e sítios arqueológicos no território da comunidade Matapi?* faz muito bem essa ponderação:

> "*nós, povos indígenas da região do alto rio Negro, entendemos que os sítios arqueológicos não são somente os sítios abandonados pelos antigos moradores ou mesmo por certos grupos étnicos que neles habitavam. Por isso, na visão dos conhecedores kumuã (pajés), os sítios arqueológicos já faziam parte da*

7 *Aru* é uma revista periódica semestral de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro, na Amazônia. Produzida pelo Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). É uma publicação dedicada a divulgar pesquisas, ensaios, artigos, entrevistas, mapas e outros materiais produzidos em ambiente de intercâmbio e estudos interculturais no noroeste amazônico (https://loja.socioambiental.org/aru-revista-de-pesquisa-intercultural-da-bacia-do-rio-negro-volume-3.html).

> *nossa história desde a origem da humanidade, pois estes são os nossos lugares sagrados. Nesses sítios, nossos antepassados deixavam marcas dos vários fatos ocorridos em cada lugar por onde passaram. Por isso, há desenhos (ohori), pinturas (ohori) ou mesmo pegadas (siake'e), mas os nossos ancestrais não tinham a forma humana, eles tinham a forma de peixe gente (wa'i mahsã)*'" (Almeida, 2019, p. 26).

Conforme apontei em outra ocasião (Lima; Lins, 2019), a legislação brasileira ampara os sítios arqueológicos, contudo, a definição do que é um sítio arqueológico ainda vem sendo alvo de debates, e que acarreta, inclusive, na proteção desses lugares. Segundo a perspectiva rio-negrina, os sítios arqueológicos são lugares relevantes de sua memória histórica e podem, ou não, conter vestígios reconhecíveis ao olhar da/o(s) arqueóloga/o(s). Ora, as moradas dos antigos e casas de transformação ancestrais estão presentes na memória cultural daqueles povos. Como então definir esses lugares de história, ou lugares de memória, em nossas categorias?

Recentemente, em uma iniciativa para definição de "sítio arqueológico", o Iphan, na Portaria nº 316, estabeleceu os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos (pelo Iphan), e definiu que "Sítio Arqueológico é o local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período pré-colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica" (Iphan, 2019). Penso que este representa um avanço importante, mas a arqueologia como um todo ainda carece de refletir mais sobre o tema. "*Os indígenas respeitam esses lugares, mas os brancos (pekasã), não*". Segundo Marcos Barbosa (Tuyuca), a situação é agravada pelo fato de que "*às vezes, quebram as pedras sagradas, por isso acontecem as doenças*" (Barbosa, 2019, p. 59). Ou seja, a preservação (o respeito) a esses lugares está diretamente ligada à vida, à saúde e a reprodução social desses povos. Lamento o fato de que muitas vezes, nem mesmo com nossa legislação adstrita, não somos capazes de preservar nem aqueles lugares (sítios) que guardam registros materiais (arqueológicos *strictu sensu*) e imateriais (arqueológicos *lato sensu*). Um triste exemplo ocorreu no sítio arqueológico com petróglifo e lugar sagrado (casa de transformação) de Itapinima, localizado no baixo rio Uaupés, que teve suas gravuras parcialmente destruídas em 2012 (Figura 6).



Figura 6. Petróglifos depredados no baixo rio Uaupés. À esquerda, fonte: https://apublica.org/2013/08/gravuras-rupestres-somem-de-sitios-arqueologicos-da-amazonia, À direita, fotos: Helena Lima, 2013.

De que forma vamos manejar esse mundo?[8]

Ao final do processo, aprendemos e registramos muito sobre os significados dos Lugares Sagrados para a cultura indígena do Alto Rio Negro. Esclareço que, excetuando-se a imagem da Figura 7, não inseri nenhuma fotografia ou desenho desses lugares por questões éticas e de respeito às regras de acesso e visualização do território. Segundo a turma, em texto coletivo:

"os locais sagrados como morro de terra, casa de pedras, casa de pedra de mármore, montanhas, lagos, igarapés, cachoeiras, ilhas, moita, chavascais, bebedouros, barrancos, habitat de peixes, praias, ressacas, paranás ou atalhos de rios, pontas de rio, fendas nas pedras, são elementos deixados pelos nossos ancestrais, já colocando

8 Essa é mais uma das inspiradoras provocações de Poani Higino Tenório, em ocasião de interação com a turma na casa de transformação em Taracuá (fevereiro de 2015).

regras para futura geração, e isso atribui benzimentos, danças, limites territoriais, condutas, e outros. E o não cumprimento destas regras a pessoa pode adquirir tipos de doenças ou desgraças à família como: febre, diarreia, cefaleia, leishmaniose, tumor, deficiência, reumatismo prematuro e outras mazelas. Portanto, em virtude destes conhecimentos temos que valorizar, respeitar, reconhecer, pois é a nossa identidade e a fonte de conhecimento, vamos repassar para nossa futura geração"[9].

Mas o que a arqueologia tem a ver com isso? As pesquisas colaborativas em arqueologia podem contribuir para uma transformação teórica (e metodológica) dessa ciência. Desde um viés mais político e decolonial, demonstra um amadurecimento científico, no qual os tradicionais compromissos somente com a pesquisa e destacados dos seus contextos sociais, claramente não são mais suficientes para fazer justiça às demandas apresentadas àqueles dispostos a desenvolver uma pesquisa engajada. Arqueologia é uma ferramenta poderosa que traz à luz passados que por muito tempo foram silenciados, e muitas vezes a garantia dos direitos territoriais das comunidades tradicionais caminha junto com a preservação dos recursos arqueológicos neles depositados (Neves, 2018; Pugliese Jr.; Valle, 2015; Rocha *et al.*, 2014).

Essa "virada ontológica", um dos caminhos para "destruir o passado como categoria", "precisa ser feita com a própria transformação de QUEM faz arqueologia. É evidente que se não mudarmos os sujeitos, as mudanças serão restritas, limitadas" (Dos Reis; Cabral, 2018, p. 39). Ainda dialogando com Reis e Cabral (*idem*), "precisamos falar sobre tempo, cosmologias ameríndias, ontologias e outras", e sim, a arqueologia tem tudo a ver com isso. Como dito, as várias pesquisas indígenas sobre essa mesma temática, incluindo os petróglifos e lugares sagrados no rio Negro, dão grande importância às recomendações de como proceder em cada lugar sagrado, a fim de evitar doenças e outros efeitos ruins. Esses comportamentos são regulados pela vivência cotidiana e ritual naquelas comunidades.

Por fim, se as pesquisas interculturais revelam uma história complexa e diversificada da região, e destacam como práticas tradicionais que criaram paisagens antropogênicas complexas nos últimos milênios, tais práticas possuem implicações ainda mais significativas para a conservação e a sustentabilidade na região hoje e para o futuro, considerando a gravidade das ameaças atuais sobre o ambiente e culturas

9 Excerto do texto elaborado coletivamente pela turma de 2014 dos estudantes da Licenciatura Indígena/Ufam – Polo Tukano, Taracuá.

locais e globais (Franco-Moraes *et al*., 2019). Temos, então, a ciência (*strictu* e *lato sensu*), ou o conhecimento, como uma poderosa ferramenta nas lutas pelos direitos indígenas (Lima, 2019) (Figura 7).

Finalmente, pergunto: que arqueologia queremos para o rio Negro? Ou, mais importante, que arqueologia querem os povos indígenas para rio Negro? Entendo, então, que uma arqueologia culturalmente sensível e socialmente engajada se tornará um poderoso instrumento político em disputas territoriais e na agenda política na Amazônia.



Cartazes contra o prefeito de São Gabriel da Cachoeira e os interesses do setor de mineração



Profa Ivani denunciou os interesses do setor de mineração na promoção da audiência pública

Os professores da própria Ufam chamaram atenção para o fato de nã serem consultados e chamados para o debate. "Essa programação d evento não é uma proposta de universidade democrática e transparente como estávamos construindo. Essa atividade veio de cima para baixo e não foi sequer conversada com os professores. Nã é trazendo propostas comerciais e empresariais de exploração de terras indígenas que se faz uma audiência pública", enfatizou a professora Ivani Ferreira de Faria, que coordena o laboratório Dabukuri, do departamento de geografia da Ufam. Ela contou que desde 2004 os professores da universidade em São Gabriel vêm construindo uma proposta para o campus no município junto ao movimento indígena. "Estamos falando de um município com 95% da

Figura 7. Notícias veiculadas na mídia sobre a atuação política de professores e estudantes da licenciatura (Fonte:https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/populacao-indigena-protesta- contra-mineracao-em-sao-gabriel-da-cachoeira-am).

Agradecimentos

Compartilho os créditos deste artigo com os estudantes da Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável da Ufam – principal, mas não somente, os da turma Tukano de 2014 relacionados a seguir, aos quais sou muito grata pela experiência:

Frank Matos (Desano), Lucimar Vasconcelos (Tariano), Odilson Almeida (Tukano), Virgilio da Silva (Desano), Pancrácio Azevedo (Tukano), Anagildo Pedrosa (Tukano), Maria Elisangela Pedrosa (Tukano), João Carlos Pedrosa (Tukano), Dário Azevedo (Tukano), Cornélio Gonçalves (Desano), Romero Pedrosa (Tukano), Angilson Azevedo (Tukano), João Batista Massa (Desano), Edson Lima (Tuyuka), Gilberto Bastos (Tukano), Jodair Marques (Tukano), Félix Barbosa (Yeba Mahsu), Alexandre Rezende (Tuyuka), Marcos Barbosa (Tuyuka), Paulo Ricardo Ramon (Tukano), Lucas Duarte (Tukano), Francilene Monteiro (Desano), Carmem Menezes (Tukano), Domingos Gonçalves (Tukano), João Batista Prado (Tuyuka), Edimar Soares (Tariano), Aldo Lindoso (Tukano), Ademir Viana (Tukano), Jeremias Fonseca (Piratapuya), Viviane Freitas (Tukano), Nelly Areiza (Tariano), João Paulo Maia (Tukano), Diego Dias (Tukano), Claudio Ferraz (Kotiria), Sergio Trindade (Kotiria), Roberto Paiva (Kotiria).

Agradeço também aos colegas professores da licenciatura com quem compartilhei etapas de campo e, sobretudo, aos dedicados e batalhadores coordenadores do curso, Ivani Faria e Frantomé Pacheco (este último, *in memoriam*). O curso é resultado de reivindicações dos povos indígenas do alto rio Negro por uma Educação de nível superior diferenciada, uma conquista da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

Hoje integro o Parinã – Programa Arqueológico Intercultural do Noroeste Amazônico e carrego comigo a aprendizagem das trocas interculturais que experienciei junto à licenciatura. Novas portas à colaboração se abrem, agora com pesquisadores licenciados indígenas e outros parceiros[10].

10 Programa iniciado em 2019, uma colaboração entre a FOIRN, o Museu da Amazônia [MUSA], *University College of Londo*n, Museu Paraense Emílio Goeldi [MPEG], ISA, entre outros. Em julho/2019, colaboramos com alguns estudantes indígenas de graduação em arqueologia, da Universidade Estadual do Amazonas [UEA], quando realizamos uma primeira escavação em São Gabriel da Cachoeira, sendo os dados arqueológicos resultantes bastante relevantes.

Referências Bibliográficas

ALBERT, B; RAMOS, A. R. **Pacificando o branco:** cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo, Ed UNESP, 2000.

ALMEIDA, Uremini Odilson Penha. Lugares sagrados e sítios arqueológicos no entorno da comunidade Matapi do baixo Uapés. In: ARU, **Revista de pesquisa intercultural da bacia do Rio Negro**, n.3, p. 24-41, 2019.

ANDRELLO, G. **Falas, objetos e corpos:** autores indígenas no alto rio Negro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 73, p. 5-26, 2010.

ANDRELLO, G (org.). **Rotas de criação e transformação**. Narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro. ISA, FOIRN. São Paulo, 2012.

BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens**. Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 9-23, 2008.

BARBOSA, M. R. Por que os lugares sagrados são importantes para o povo Tuyuka em São Pedro, alto Tiquié? In: ARU – **Revista de pesquisa intercultural da bacia do Rio Negro**, n.3, p. 58-67, 2019.

BARRETO, J. P. L. *et al*. **Wai-Mahsã:** peixes e humanos. Um ensaio de Antropologia Indígena. 2013.

CABALZAR, A. **Mapa-livro povos indígenas do Rio Negro:** uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira. FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.

CABALZAR, A. (Ed.). **Manejo do Mundo:** conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, Noroeste Amazônico. FOIRN, 2010.

CABRAL, M. P. "E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi." **Anuário Antropológico II**, p. 115-132, 2014.

CABRAL, M. P. No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta. Goiânia: **Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 12.2., p. 331-332, 2015.

CLEMENT, C. R; DENEVAN, W. M.; HECKENBERGER, M. J., *et al*. **The Domestication of Amazonia before European Conquest.** Proceedings of the Royal Society of London B: Biological Sciences 282(1812), 2015.

CUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru, EDUSC. 1999.

DA CUNHA, Manuela Carneiro. **Cultura com aspas**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

DOS REIS, J. A.; CABRAL, M P. Precisamos falar sobre tempo, cosmologias ameríndias, ontologias e outras… mas, o que é que a arqueologia tem a ver com isso? Vestígios-**Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2018.

FARIA, I. Por uma Educação Indígena Superior: a experiência do Curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Amazonas. In: **EDUCACIÓN superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: políticas y experiencias de inclusión y colaboración intercultural.** Buenos Aires: UNTREF, 2018.

FARIA, I. Aprendizagem pela pesquisa e currículo pós-feito: uma proposta intercultural para descolonização do saber e autonomia dos povos indígenas. In: Faria, Ivani. (Org.). **Descolonizando a academia:** cruzando os rios da interculturalidade, percorrendo as trilhas para autonomia. 1ed.Curitiba: CRV Editores, p. 207-231, 2020.

FRANCO-MORAES, J.; BANIWA, A. F. M. B.; COSTA, F. R. C.; LIMA, H. P.; CLEMENT, C. R.; SHEPARD, G. H. Historical landscape domestication in ancestral forests with nutrient-poor soils in northwestern Amazonia. **Forest Ecology and Management**, v. 446, p. 317-330, 2019.

GEERTZ, C. (Introdução) **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 323 p, 2013.

GNECCO, C. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2009.

GONÇALVES, J. R. O patrimônio como categoria de pensamento. In: **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Abreu, R. e Chagas, M. (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HECKENBERGER, M. J.; RUSSELL, C.; FAUSTO, C, *et al*. Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes & the Future of the Amazon. **Science 321**: 1214–1217. 2008.

HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G. Amazonian archaeology. **Annual Review of Anthropology**, v.38, p. 251-266, 2009.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. IPHAN decreto 3551 de 2000.** Brasília:IPHAN, 2000.

IPHAN. Dossiê 7 **Cachoeira de Iauaretê: Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM)**, 2006.

IPHAN. **Política do Patrimônio Cultural Material. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização**, 2018.

IPHAN. **Portaria nº 316, de 4 de novembro de 2019**. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Publicado em: 05/11/2019 | Edição: 214 | Seção: 1 | Página: 25. In: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-316-de-4-de-novembro--de-2019-225612769

KÊHÍRI, T; PÃRÕKUMU, U. **Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kêhíripõrã**. FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro; UNIRT-União das Nações Indígenas do Rio Tiquié, 1980.

KOCH-GRÜNBERG, T. **Petróglifos Sul-Americanos:** Museu Paraense Emílio Goeldi e Instituto Socioambiental. 2010 [1907].

LEVIS, C.; FLORES, B.; MOREIRA, P., *et al*. How People Domesticated Amazonian Forests. **Frontiers in Ecology and Evolution** 5: 171, 2018.

LIMA, H. P.; LINS, J. Arqueologia em perspectiva intercultural no alto rio Negro. ARU **Revista de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro**, v. 3, p. 15-23, 2019.

MACHADO, J.S. História (s) indígena (s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de arqueologia**, 26(1), p. 72-85, 2013.

MACHADO, J.S. Arqueologias Indígenas, os Laklãnõ Xokleng e os objetos do pensar. **Revista de Arqueologia**, 30(1), p. 89-119, 2017.

MARQUES, *Ahkuto Jodair de Jesus Rezende; BASTOS, Kumaro Gilberto Rezende.* **Olhando e Respeitando os Lugares Sagrados do alto rio Tiquié**. Trabalho de Conclusão de Curso wametise wiopehsase. Licenciatura Indígena – Políticas Educacionais e Desenvolvimento sustentável do Instituto de Filosofia Ciências Humanam e Social, 2017.

MEIRA, Márcio. **A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico**. EdUFSCar, 2018.

MEIRA, M.; van VELTHEN, L. H.; LIMA, H. P.; MARQUES, FERNANDO L. T. ;

EMPERAIRE, L. ; GUSMAN, D. A. . Povoamentos indígenas e assentamentos coloniais no rio Negro: perspectivas de pesquisa colaborativa. ARU **Revista de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro**, v. 3, p. 119-131, 2019.

NEVES, E. G. **Paths in dark waters: archaeology as indigenous history in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon**. Tese de doutorado-Indiana University, 1998.

NEVES, E.G. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3,p. 319-330, 1999.

NEVES, Eduardo Goes. Uma rede de fios milenares: um esboço da história antiga do Rio Negro. **Baré: povo do rio**, p. 43-58, 2015.

NEVES, E.G. The Heart of Lightness: Doing Archaeology in the Brazilian Central Amazon. **Engaging Archaeology**: 25 Case Studies in Research Practice, 2018.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, v. 1, n. 1, 2005.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.

PUGLIESE Jr., F. A.; VALLE, R. A gestão do patrimônio arqueológico em territórios indígenas. **Revista de Arqueologia** 28.1, p. 30-51, 2015.

ROCHA, B. C.; BELETTI, J.; PY-DANIEL, A. R.; MORAES, C. de P.; OLIVEIRA, V. H. Na margem e à margem: Arqueologia amazônica em territórios tradicionalmente ocupados. **Amazônica Revista de Antropologia**, 6(2), p. 358–384, 2014.

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um" objeto" em via de extinção (parte II). **Mana**, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.

SARMENTO, F. O Alto Rio Negro indígena em mais de dois mil anos de história. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 11, n. 2, 2019.

SCOLFARO, Aline *et al*. **Cartografia dos sítios sagrados:** iniciativa binacional Brasil- Colômbia. 2013.

SHEPARD JR, G. H. *et al*. Objeto, sujeito, inimigo, vovô: um estudo em etnomuseologia comparada entre os Mebêngôkre-Kayapó e Baniwa do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 12, n. 3, p. 765-787, 2017.

SILVA, F. A. Mito e arqueologia: a interpretação dos Asuriní do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu – Pará. **Horizontes Antropológicos,** 8(18), p. 175–187. https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000200008, 2002.

SILVA, F. A.; BESPALEZ, E.; STUCHI, F. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. **Amazônica- Revista de Antropologia** 3.1, 2011.

SYMANSKi, L. C. P. Arqueologia–antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia** 2.1. 2014.

STUMPF, B. O. Reflexões sobre interdisciplinaridade, interculturalidade e interinstitucionalidade em processo formativo de professores indígenas. **Tellus**, v. 19, n. 38, p. 319-340, 2019.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em revista** 10, p. 91-98, 1994.

TUYUKA, P. H. T.; VALLE, R. B. M. Utã Wori-um diálogo entre conhecimento Tuyuka e arqueologia rupestre no baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil. **Tellus**, p. 17-37, 2019.

VALLE, R. B. M.; TENÓRIO, P. H. Utã woritire no baixo rio Negro. In: ARU – **Revista de pesquisa intercultural da bacia do Rio Negro**, n.3, p. 102-117, 2019.

VAN VELTHEM, L. H. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 51-66, 2012.

WRIGHT, R. M. História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro. **Lucha y Supervivencia En El Noroeste de La Amazonia,** (FAEP, UNICAMP). 2005. Retrieved from http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-0020923563&partnerID=40&md5=d896cd146ccd501b-06c96a70a4a9579b

O PASSADO QUE NÃO QUER CALAR: UMA ARQUEOLOGIA DO DOPS/MG

Andrés Zarankin[1]
Denise Neves Batista Costa[2]
Caroline Murta Lemos[3]

Resumo

O passado ditatorial brasileiro foi um período de grandes violações dos direitos humanos, marcado pelo desaparecimento forçado de pessoas, prisões clandestinas e assassinatos. No contexto político atual, cada vez mais é propagandeada a ideia de um negacionismo e revisionismo histórico em relação a esse período, e disseminada uma política de esquecimento. Neste trabalho, discutimos como a arqueologia pode contribuir para a construção da memória, por meio do estudo da materialidade dos espaços de repressão remanescentes da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Para tanto, analisamos o prédio que foi sede do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops/MG), antigo centro de detenção localizado na cidade de Belo Horizonte – MG. Atuando dentro do projeto "Pesquisas interdisciplinares para subsidiar a musealização do antigo Dops/MG: leituras da repressão e da resistência", para a implementação do futuro Memorial dos Direitos Humanos no local, desenvolvemos o trabalho arqueológico, e apresentamos aqui os resultados preliminares dessa pesquisa.

Palavras-chave: Arqueologia da Repressão e da Resistência, Ditadura civil-militar brasileira, Políticas de Memória.

1Dr. e Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
2 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia com área de concentração em Arqueologia da UFMG.
3 Dra. pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe.

Abstract

The Brazilian dictatorial past was a period of great violations of the human rights, marked by the forced disappearance of people, clandestine arrests, and murders. In the current political context, where there is an increasingly discourse of denial and historical revisionism about this period, we discuss how archaeology can contribute to the construction of memory, through the study of the materiality of the spaces of repression that remain from the Brazilian civic-military dictatorship (1964-1985). Therefore, we analyzed the building that was the headquarters of the Department of Political and Social Order of Minas Gerais (Dops / MG), former detention center located in the city of Belo Horizonte-MG. Within the project "Interdisciplinary research to support the musealization of the former Dops/MG: readings of repression and resistance", for the implementation of the future Memorial of Human Rights at the site, we developed the archaeological work, and here we present the preliminary results of the research.

Keywords: Archaeology of Repression and Resistance, Brazilian civic-military dictatorship, Memory Policies.

Introdução

"Quem procura [osso] é [cachorro]". O cartaz estava afixado desde 2005 no gabinete do ex-deputado federal e hoje Presidente do Brasil Jair Bolsonaro, que também tem se referido como "herói nacional" ao ex-coronel Brilhante Ustra, um dos torturadores mais ferozes que já existiram. Em 2019, primeiro ano de seu governo, Bolsonaro determinou o encerramento do Grupo de Trabalho Perus, responsável por identificar corpos de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar (1964-1985) que analisava 1.047 caixas com ossadas da vala comum de um cemitério na zona oeste de São Paulo (SP). Nesse mesmo ano determinou que fossem feitas comemorações em unidades militares no dia 31 de março, data em que teve início o regime ditatorial no Brasil, em 1964. Em 2020, o presidente recebeu com honras o tenente-coronel reformado do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura, um dos militares responsáveis pela repressão à Guerrilha do Araguaia nos anos 1970, durante a ditadura.

Eleito com 57 milhões de votos em 2018, Jair Bolsonaro construiu grande parte de seu discurso centrado em um "revisionismo negacionista" da ditadura civil-militar, que a transformou em uma "revolução libertadora" ou, como insolitamente

falou o Ministro do Supremo Tribual Federal (STF) Dias Toffoli, "movimento de 1964". Surge assim a pergunta: por que assistimos a uma volta do fascismo no Brasil? Sem dúvida existem diversas razões e motivos que podem ser elencados, desde a tradição escravocrata até o peso das religiões neopentecostais conservadoras, incluindo a ideologia da elite local, os problemas e acertos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), e a necessidade de naturalizar as desigualdades sociais. Porém, dois pontos nos parecem centrais: a falta de responsabilização penal dos agentes estatais culpados pelos crimes e violações de direitos humanos cometidos durante o regime ditatorial, pautada na Lei da Anistia, e a ausência de políticas públicas sistemáticas para construir uma memória sólida sobre esse trágico período da história nacional. Já foram implementadas algumas tentativas importantes, como as comissões da verdade, mas foram situações fora da curva, já que, desde o fim da ditadura, a política tem sido tratar essas questões cautelosamente para "não mexer no vespeiro". Tem quem fale que um dos principais motivos do impeachment da Presidenta Dilma foi uma vingança de um setor cívico-militar poderoso, por ela ter determinado a proibição dos quartéis de comemorar datas relativas ao golpe e por ter quebrado a tradição de ocultamento e invisibilidade da violência política desse regime ao permitir a abertura das Comissões da Verdade.

Para nós, ainda que justiça e memória precisem avançar de forma conjunta, resulta fundamental que a segunda funcione como sustento da primeira. É com a lembrança das evidências incontestáveis que a justiça pode encontrar o apoio social fundamental para que possa progredir. Claramente isso não foi o que aconteceu no Brasil. Fecher (2017) discute como os movimentos de direitos humanos, junto aos ex- perseguidos políticos, sobreviventes e familiares das vítimas da ditadura civil-militar brasileira foram os principais responsáveis pela construção das narrativas em prol da memória e da luta por justiça, contrapondo o discurso de esquecimento das violações dos direitos humanos e trazendo as histórias de resistência. A participação estatal na implantação dos poucos lugares de memória existentes no Brasil, assim como em outros países que também viveram sob contextos traumáticos, veio então como uma resposta às demandas de grupos sociais (Salerno; Zarankin, 2016).

Os lugares de memória relacionados ao passado traumático das ditaduras são espaços que, conforme Jelin e Langland (2003), são frutos de processos políticos e sociais, que adquirem diversos sentidos conforme as práticas que ali ocorreram. O passado e a memória, dessa forma, são acionados conforme a agência das distintas coletividades que atuam sobre esses espaços, os transformando em "lugares". A transformação de lugares de repressão (como antigos centros de detenção) em lugares de memória, ressignifica suas existências dentro dos contextos sociais em

que estão inseridos e, também, na maneira com que a sociedade os percebe dentro da história, no passado e no presente.

A materialidade dos lugares de repressão está intimamente ligada à memória desse passado; a memória da ditadura civil-militar brasileira está relacionada à forma com que essa materialidade é recordada e à sua existência no tempo presente. A recuperação da memória histórica desses locais, como discutido por Compañy *et al.* (2011), é a recuperação da memória dos sujeitos que foram marginalizados da história. Recuperar a memória material da ditadura é trazer para o presente as vivências e experiências que vão saindo desse lugar marginal e começam a adentrar a historiografia "oficial" (Costa, 2020).

E a Arqueologia, nesses contextos, tem um papel social de extrema importância, por ser uma disciplina que tem como função principal construir discursos sobre o passado a partir da materialidade de seus restos (Shanks; Tilley, 1987). Diferentemente de outras disciplinas que trabalham com tempos pretéritos, a Arqueologia tem a seu favor a eloquência das evidências físicas, concretas. Assim, seguindo a ideia de McGuire (2008), a Arqueologia como "ação política" tem o potencial de não só chamar a atenção para certas temáticas "malditas", mas, principalmente, de funcionar como uma forma de memória material que permita que as pessoas reflitam, questionem e lembrem a partir de evidências concretas.

O desenvolvimento da Arqueologia da repressão e da resistência (Funari; Zarankin, 2006) reflete essas ideias. Esse campo de estudo tem como objetivo pesquisar as estratégias políticas de opressão e de resistência atreladas às ditaduras civis-militares latino-americanas, que perduraram até a década de 80, assim como a construção de memórias materiais associadas à engenharia do extermínio desses governos autoritários (Zarankin; Salerno, 2008, 2012). A construção de memórias materiais desse período tem o potencial de reforçar as lembranças desses acontecimentos traumáticos e de ajudar no combate aos "revisionismos negacionistas", fortalecendo e compartilhando histórias que por muito tempo foram simplificadas, distorcidas e excluídas pelos discursos oficiais.

A Argentina, como Salerno e Zarankin (2015, p. 76) colocam, foi um dos países pioneiros no desenvolvimento dessa linha de pesquisa, foi "[…] onde se levaram a frente a maior quantidade e diversidade de estudos em torno da temática". Por exemplo, em 1984 teve-se a criação da *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF) que atuou na identificação e resgate de corpos de desaparecidos políticos não apenas na Argentina, mas em diversos países da América Latina, da África e

na ex-Iugoslávia (Fondebrider, 2006), se tornando uma referência mundial nessa área de pesquisa (Zarankin; Salerno, 2008). E, além da EAAF, outros times de Antropologia Forense foram criados no país: o *Grupo Interdisciplinario de Arqueología y Antropología de Tucumán* (GIAAT) e o *Colectivo de Arqueología, Memoria e Identidad de Tucumán* – Camit (Salerno *et al.*, 2012). Além disso, de acordo com o levantamento de Lemos (2020), é também na Argentina que uma maior quantidade de trabalhos arqueológicos voltados para a análise de centros de detenção e de lugares de memória da ditadura foram efetuados. Nesse quesito, se destacam as pesquisas arqueológicas realizadas nos ex-centros clandestinos de detenção (ex-CCDs) *Club Atlético*, *D2* e *Pozo* (ver Salerno; Zarankin, 2015). Para completar, também existe uma pesquisa desenvolvida por Salerno (2007), que analisou as vestimentas encontradas em exumações realizadas pela EAAF e sua relação com a desconstrução identitárias dos presos políticos.

No Chile, o *Grupo de Antropología Forense* (GAF), criado em 1990, atuou em diversos trabalhos de exumação até 1994 (Padilla; Reveco, 2004). Também já foram desenvolvidas no país análises de materialidades associadas à repressão/resistência política de seu regime ditatorial, entre elas, os centros de detenção *Estadio Víctor Jara*, *Cuartel Terranova* e *Londres 38* (Fuentes *et al.*, 2009; Fuenzalida, 2011; San Francisco *et al.*, 2010; Seguel *et al.*, 2013); o Centro Cultural Gabriela Mistral – GAM (Arcaya *et al.*, 2016); e os panfletos e murais de rua da década de 80 de Santiago ligados às estratégias de resistência (Fuenzalida; Sierralta, 2016). No entanto, como ressalta Fuenzalida (2017), apesar dos estudos realizados nessa linha de pesquisa no país constituírem esforços relevantes, eles não são sistemáticos e ainda não solidificam um campo disciplinar.

No Uruguai, trabalhos forenses foram realizados pela EAAF, no início dos anos 2000, no cemitério de Colônia do Sacramento (Mazz, 2006) e por um grupo de antropologia criado no país em 2005, o *Grupo de Investigação e Antropologia Forense* (Giaf), em cemitérios e centros de detenção no país (Suaréz, 2016). Em relação aos estudos que abordam o funcionamento dos centros de detenção, têm-se como exemplos: uma discussão sobre a história e atuação do ex-CCD *La Tablada Nacional* (Suárez; Tomasini, 2019) e as intervenções arqueológicas realizadas no ex-CCD *Los Vagones del Barrio Olímpico* – Canelones (Suárez *et al.*, 2019). Isso demonstra que apenas muito recentemente os centros de detenção do Uruguai passaram a ser objeto de análise de arqueólogos, uma situação não muito diferente da do Brasil, visto que apenas a partir de 2015 trabalhos arqueológicos com essa temática começaram a ser publicados.

No Brasil, as buscas e identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos, realizadas principalmente pelo Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) e pelo Grupo de Trabalho Perus (GTP) contando com a atuação de arqueólogos, são as ações de maior visibilidade desenvolvidas no âmbito da Arqueologia da Repressão e da Resistência no país (ver Hattori, 2019; Justamand; Mechi, 2015; Justamand *et al.*, 2014; Soares, 2014; Soares; Funari, 2014; Souza, 2014). No entanto, na última década tem crescido o número de contribuições de arqueólogos brasileiros à discussão do papel político-social desse campo de estudo e de suas potencialidades na construção de conhecimento sobre os regimes ditatoriais e a violência política (ver Anjos, 2012; Fernandes *et al.*, 2019; Funari, 2014; Lemos, 2016, 2020; Poloni, 2014; Poloni *et al.*, 2019; Soares; Funari, 2019). Nesse sentido, é possível afirmar que viemos trabalhando há vários anos para ajudar a construir narrativas que evidenciem as estratégias repressivas desenvolvidas pela ditadura como uma forma de contra-arrestar os discursos revisionistas/negacionistas.

Dentro desse contexto, alguns pesquisadores também têm desenvolvido pesquisas centradas em discutir os centros oficiais e clandestinos de detenção (ver Baretta, 2015, 2020; Bellé, 2017; Costa, 2020a; Lemos, 2019; Maguire; Costa, 2018). Mas todos esses trabalhos tiveram um caráter mais teórico, já que foram feitos a partir de análise de plantas arquitetônicas, visitas aos locais e depoimentos de sobreviventes.

Apenas no segundo semestre de 2020, em pleno governo Bolsonaro, por inacreditável que possa parecer, aconteceu o primeiro trabalho arqueológico envolvendo escavações e intervenções físicas em um centro de detenção da ditadura, o Dops/MG[4]. Neste artigo, iremos apresentar os resultados preliminares dessa pesquisa que foi desenvolvida por nós.

Resulta importante salientar que o estudo arqueológico fez parte de um projeto maior *Pesquisas interdisciplinares para subsidiar a musealização do antigo Dops/MG: leituras da repressão e da resistência*, que tem como objetivo fornecer os subsídios necessários para a implementação do futuro Memorial de Direitos Humanos (MDH), criado pela Lei nº 13.448/2000. Sendo assim, o desenvolvimento do projeto museológico para o MDH envolveu, além dos estudos arqueológicos, estudos nos campos da Museologia, Arquitetura, História e Direito, o que configurou a

4 O antigo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops/MG) é um centro de detenção oficial (COD) da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), onde foram presos e torturados diversos militantes políticos durante todo o regime. O Dops/MG está localizado na Avenida Afonso Pena, nº 2.351, no bairro Funcionários do município de Belo Horizonte.

interdisciplinaridade inerente à natureza das instituições museológicas. O projeto é resultado de uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Diretoria de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos, da Subsecretaria de Direitos Humanos e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese).

O antigo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops/MG) é um centro de detenção oficial (COD) da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), onde foram presos e torturados diversos militantes políticos durante todo o regime. O Dops/MG está localizado na Avenida Afonso Pena, nº 2.351, no bairro Funcionários do município de Belo Horizonte.

O Dops/MG

O Dops/MG é um dos lugares mais emblemáticos da repressão política na cidade de Belo Horizonte, as suas instalações, localizadas em uma área posicionada entre as avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro, foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha – MG) em 2015 (Figura 1).



Figura 1. Fachada das antigas instalações do prédio do Dops/MG. Fonte: Google (2019).

Segurança do Estado estava em alta; entre 1956 e 1959 também foram construídas novas sedes para o Departamento de Investigações (DI) e o Departamento Estadual de Trânsito (DET – atual Detran), todas com desenho do arquiteto Hélio Ferreira Pinto (SILVA, 2018). Apesar da sede do Dops/MG datar de finais da década de 1950, a criação do departamento remonta à década de 1920.

No ano de 1924 o estado de São Paulo criou a primeira Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) em sua capital (Motta, 2006, 2013). Enquanto isso, Minas Gerais, já em 1922, também investia na polícia política por meio de um setor da Polícia Civil chamado Gabinete de Investigações e Capturas, subordinada ao Serviço de Investigações (Assunção, 2006 *apud* Silva, 2018). Foi em 1927 que se implantou a então Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social – ainda subordinada ao Serviço de Investigações. Posteriormente, em 1931, a instituição foi desmembrada em duas delegacias: a Delegacia de Segurança Pessoal e a Delegacia de Ordem Pública (DOP); essa última, de acordo com Rosângela Assunção (2006), foi responsável inclusive pela apuração de crimes "contra a Segurança Nacional e Economia Popular", diretamente focada em limitar a ação dos movimentos subversivos, principalmente os comunistas, por meio de intensa vigilância e controle (Costa, 2020a).

Durante a década de 1950, o Dops passou por uma reestruturação organizacional e, no ano de 1954, foi denominado Delegacia Especializada de Ordem Pública – Deop (Assunção, 2006; Barbosa, 2012; Silva, 2018). A preocupação com a movimentação de grupos comunistas e o controle das oposições às políticas vigentes já se estruturavam e sistematizavam nessa delegacia – que posteriormente se tornaria o Dops/MG – bem antes da ditadura de 1964. Esse esforço direcionado para a repressão política também já era materializado por meio do tipo de armamento que foi direcionado ao Deop nesse período. Tais armamentos, além de incluir armas "comuns" como revólveres, também incluíam itens específicos para repressão de mobilizações e controle de multidões, como pistolas de gás lacrimogênio e "cargas de gás" para cassetetes (Assunção, 2006; Costa, 2020a).

Retomando o contexto de construção da sede do Dops/MG, no ano de 1956, em um momento de intensas reformas administrativas, a "Chefia de Polícia" foi transformada em Secretaria de Segurança Pública, fazendo com que a Polícia Civil de Minas Gerais tivesse um maior destaque e, por conseguinte, também o Dops. A polícia especializada que se desenvolvia no Dops tinha como função não apenas manter a ordem pública, mas também a social. Esse fator se fez ver inclusive pela existência de uma área do Departamento com foco no combate às drogas por meio

da Brigada do Vício (Motta, 2013, p. 72). Com a transformação do Dops/MG em um Departamento – de fato – e a importância que ele adquiria dentro da estrutura de Segurança, fez-se necessária a criação de espaços físicos com condições para comportar a contingência funcional da instituição.

A nova sede do Dops foi construída na região central da capital mineira, pela Construtora Loyola Ltda, em apenas cinco meses[5]. No próprio Dossiê de Tombamento do prédio há uma discussão acerca da tradição arquitetônica na qual o edifício se insere, já que, desde seu projeto, ele está vinculado a uma tradição modernista. Porém, um modernismo com "concessões às soluções tradicionais", dentro do chamado modernismo vanguardista (IEPHA, 2015: 47). Como discutido também por Costa (2020a), os aspectos do modernismo no prédio se apresentam na fachada, com a presença de estilemas no "prisma" de sustentação de alto impacto visual, além de conter um painel artístico, de criação de Haroldo Mattos, mesclando "arquitetura e arte", contendo ainda um pilar em formato "V", que, segundo o Dossiê de Tombamento, tem função apenas estética, pois não aparenta realmente ser necessário para o sustento da estrutura (Figura 2).

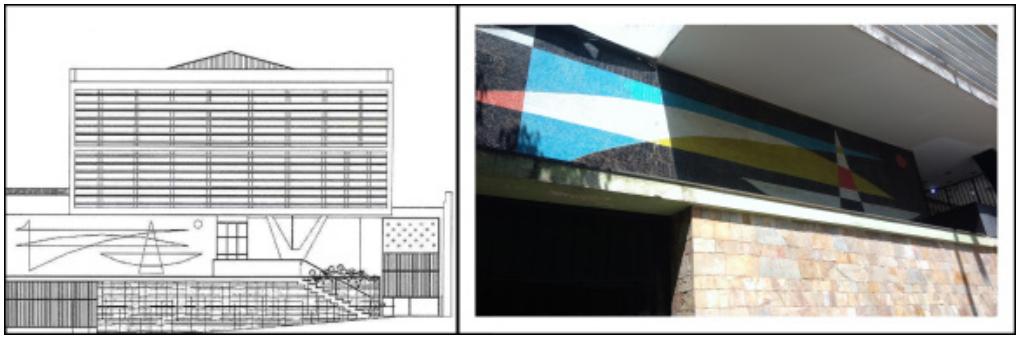


Figura 2. À esquerda, representação da fachada do edifício. Fonte: Iepha (2015). À direita, detalhe do painel artístico da fachada do edifício. Fonte: Costa (2020).

5 Até o momento não conseguimos encontrar informações sobre quais estruturas existiam no lote antes da construção do Dops/MG, porém os trabalhos arqueológicos permitiram localizar vestígios construtivos que podem ser do início do século XX.

O prédio do Dops/MG, que surge diretamente ligado às pautas da polícia política como uma instituição de "inteligência", ao longo da década de 1960 foi se transformando num espaço altamente repressor, característica essa que fica clara após o golpe de Estado de 1964. Com a ditadura civil-militar, a delegacia "moderna" e "eficiente", assim como os outros Dopss espalhados pelo país, foi reformulada, militarizada e passou a funcionar de acordo com os preceitos da Doutrina da Segurança Nacional – DSN (Bauer, 2007), se tornando um dos maiores centros de tortura da capital mineira.

Já nos anos iniciais da ditadura, era no Dops que se realizavam os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), os interrogatórios, buscas, apreensões, perícias e vistorias (CNV, 2014). O papel principal do Departamento foi o de coletar informações dos suspeitos e das organizações consideradas "subversivas" pelo governo para fornecer dados aos órgãos de inteligência nacional (Kushnir, 2006 *apud* Silva, 2018). O Dops, em teoria, funcionava como um local de triagem e fichamento dos presos, mas, na realidade, nas dependências desse departamento aconteceram atividades clandestinas, como tortura e detenções ilegais (CNV, 2014). Com o decreto do AI-5 e o início dos "anos de chumbo", a truculência dos interrogatórios se intensificou, trazendo um novo e mais violento modo operacional.

A partir de 1970 o terceiro e quarto andares do prédio foram ocupados pelo Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI/MG). Das informações do período de atuação da organização no prédio, pouco se tem escrito. De acordo com Joffily (2008), a falta de dados e registros acerca da entrada do órgão no Dops/MG está relacionada à própria lógica de funcionamento dos DOI-CODIs, sempre em confidencialidade e ligado ao alto escalão das Forças Armadas.

É nesse momento que as diversas denúncias de tortura começaram de fato a aparecer. A prisão clandestina, a tortura e a violência se tornaram elementos marcantes e as principais características do modus operandi do Dops/DOI-CODI de Minas Gerais. E, como nos "anos de chumbo", o Dops/MG manteve sua função de "fichar" e identificar os presos políticos, o número de pessoas que passaram por esse departamento durante a ditadura civil-militar foi enorme, já que era "a porta de entrada" para a repressão (IEPHA, 2015). Além disso, como os primeiros interrogatórios ocorriam no Dops/MG, esse órgão teve um caráter estratégico na malha tecida pelo sistema de informações da ditadura e pelas operações de perseguição à oposição.

O fim do Dops/MG, no ano de 1989, não significou o fim da tortura no prédio. Durante a década de 1990, se implantou no local o Departamento Estadual de Operações Especiais (Deoesp). O Deoesp "herdou" algumas das delegacias que eram parte da estrutura investigativa do Dops: a de Armas, Munições e Explosivos e a de Crimes Contra a Administração Pública (IEPHA, 2015). No ano de 2008, numa conjuntura de reestruturação da Polícia Civil, o Deoesp foi transferido do edifício. Com isso, o Departamento de Investigação Antidrogas passou a ocupar os andares superiores e a carceragem foi utilizada pelo Centro de Remanejamento do Sistema Prisional da Regional Centro Sul (Ceresp/Centro Sul), local destinado a receber mulheres presas em flagrante ou com prisão decretada, sendo apenas uma prisão temporária, onde se aguarda o julgamento (IEPHA, 2015; Costa, 2017). A partir das várias denúncias e do contexto lastimável da carceragem do Ceresp, em 2016, por meio da Portaria nº 002/2016 da Secretaria de Estado de Administração Prisional (Seap), o Ceresp começou a ser desativado e, no ano de 2017, a carceragem deixou de funcionar oficialmente (Silva 2018, p. 68).

Arqueologia no Dops/MG

A pesquisa arqueológica, como ferramenta para gerar informações relevantes tanto para a instalação de um futuro memorial no local, como para a análise da história dos conflitos do regime civil-militar brasileiro, estudou a organização espacial desse centro como um dispositivo arquitetônico de confinamento e tortura de pessoas e resgatou objetos e materiais de valor histórico e testemunhal sobre os eventos ocorridos e sobre as experiências humanas vividas nesse órgão estatal durante a ditadura. Além disso, esta pesquisa registrou e interpretou as informações e a carga histórica contidas na materialidade Dops/MG, evidenciando a maneira com que o espaço foi construído e alterado ao longo do tempo de acordo com o contexto no qual esteve inserido, incluindo os períodos anteriores e posteriores à ditadura.

Os trabalhos arqueológicos na antiga sede do Dops/MG se iniciaram no ano de 2020, quando o país passava por um quadro grave na pandemia causada pelo covid-19. Os impactos da crise de saúde, é claro, afetaram também os planos para o desenvolvimento dos trabalhos e algumas adaptações foram necessárias, como, por exemplo, o adiamento da parte do projeto que envolveria visitas guiadas do público ao processo de pesquisa e escavação dentro do prédio. Contamos com um trabalho prévio ao campo, que constou de um levantamento bibliográfico e documental, como a análise de entrevistas e relatos (CNV, 2014; COVEMG, 2017), e a análise

espacial do local a partir de alguns estudos já desenvolvidos (Costa, 2020, 2020a; Maguire; Costa, 2018).

As pesquisas arqueológicas para o subsídio do MDH foram planejadas para ocorrer em duas etapas. A primeira, já realizada, consta das seguintes intervenções: 1) o mapeamento total do espaço com o auxílio de um *laser scan*; 2) o registro fotográfico sistematizado das paredes das celas; 3) a realização de sondagens arqueológicas em locais estratégicos e a coleta dos vestígios nelas encontrados.

Por meio do escaneamento em 3D, utilizando o equipamento Leica ScanStation P20, foi possível mapear todos os espaços de cada cômodo e cada andar do interior do prédio e também de seus pátios externos (Figura 3). O material produzido com esse levantamento possui um grande diferencial; além de enriquecer o registro documental sobre o espaço, será incorporado nos acervos do futuro MDH, possibilitando maior divulgação científica e digital, trazendo uma reconstrução que pode, por exemplo, refazer os trajetos e as estratégias de repressão.



Figura 3. Mapeamento 3D do pátio na ala de carceragem do edifício (2020).

A materialidade da antiga sede do Dops/MG carrega as marcas do tempo. Os diversos usos que o espaço teve ao longo dos anos são vestígios presentes em todos os seus espaços, principalmente nas paredes, como é o caso da ala de carceragem. A olho nu, podemos ver camadas de tinta descascadas, grafites de diversas épocas se sobrepondo (Figura 4). Foram realizadas duas sondagens na parede de uma das celas a fim de investigar com mais cautela as sobreposições temporais que se manifestam nas camadas de tinta. Por meio dessas duas sondagens iniciais, já foi possível observar a existência de, pelo menos, três camadas contendo grafites, transcritos na Figura 5.



Figura 4. Sondagem na parede de uma das celas, evidenciando a sobreposição das camadas de tinta. (2020).

"Que o medo da solidão se afaste
e o convívio comigo mesmo se torne ao menos suportável
que o espelho reflita meu rosto num doce sorriso
que me lembro ter dado na infância
pois metade de mim é a lembrança do que fui
a outra metade não sei
Que as minhas loucuras sejam perdoadas.
Pois metade de mim é amor e a outra é ódio."
Poema "Metade" de autoria do Oswaldo Montenegro.

Obs: No poema original a última frase é: "Pois metade de mim é amor e a outra metade"

"E a vida passa, efêmera e vazia
Num adiantamento eterno que se espera
Numa espera eterna que se adia."
Trecho do poema "Legenda dos dias" de autoria do Raul de Leoni.

"Walisson
Prai. 1982/21
19/12/003"

Figura 5. Transcrição dos grafites revelados com a escavação de um trecho da parede de uma das celas (2020).

Também, a fim de registrar os grafites antes de outras intervenções, realizamos o registro fotográfico das paredes (Figura 6), de modo a permitir uma futura reconstrução digital para análise desse material. Tanto as intervenções murarias pontuais, quanto os registros fotográficos sistemáticos, são parte de um esforço para que se volte o olhar para as vivências e experiências dos que ali estiveram presos ao longo dos anos, traçando assim também um panorama mais amplo da sistemática de repressão que excedeu a existência do próprio Dops/MG.

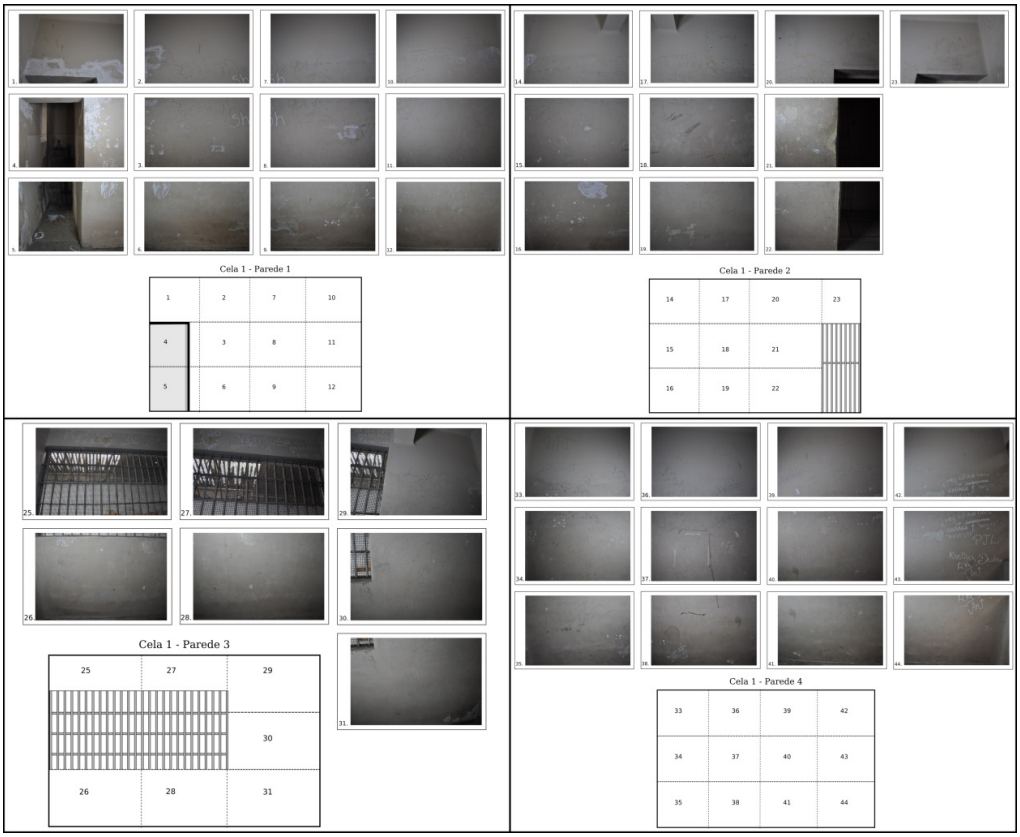


Figura 6. Registro fotográfico das paredes de uma das celas (2020).

A escolha dos locais para a abertura das sondagens seguiu determinados critérios considerados por nós relevantes para essa primeira etapa de intervenções. Dentre eles, destacamos espaços mencionados em testemunhos como locais onde estiveram presos políticos durante o regime ditatorial; espaços que possivelmente apresentam vestígios de construções/reformas não documentadas; espaços que foram alterados/cobertos em período posterior à construção do prédio (Figura 7). Foram abertas seis sondagens no total, com dimensões padrão de 1m x 1m.

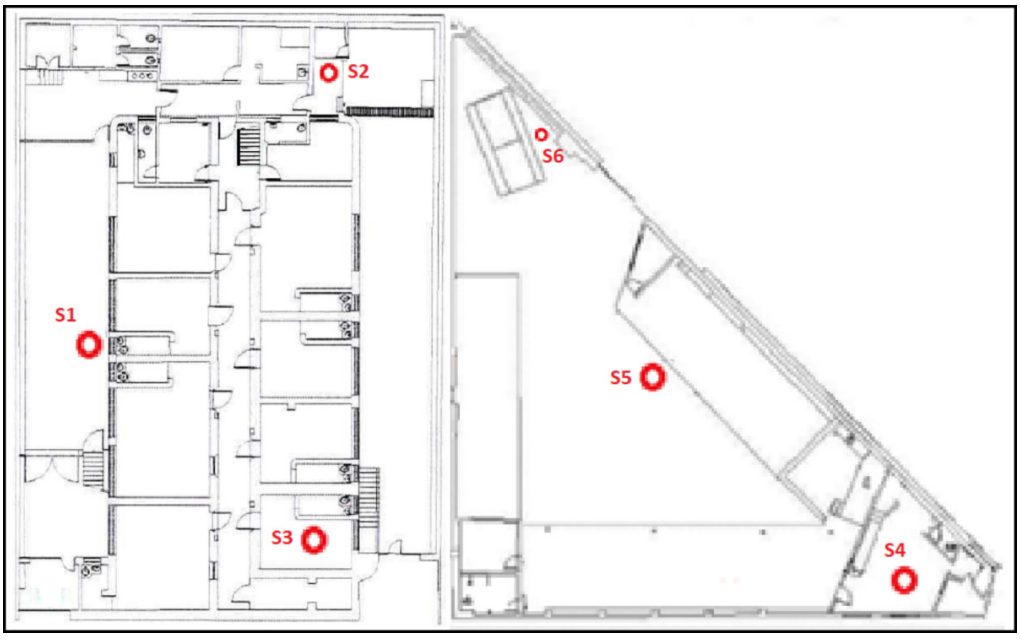


Figura 7. Planta baixa do lote das instalações do Dops/MG com os locais de execução das seis sondagens demarcados em vermelho. Adaptada de: IEPHA (2015).

Localizada no pátio lateral à ala de carceragem, a sondagem identificada como S1 (Figura 8) nos mostrou diversas camadas construtivas, incluindo sinais de reformas mais contemporâneas para instalação de encanamentos, além de vestígios de estruturas possivelmente anteriores à construção do Dops/MG, incluindo um fragmento de um cano de grés (Figura 8), que possibilita considerar uma datação do início do século XX para esse conjunto. Os dados sobre essas estruturas anteriores, assim como das modificações na arquitetura do Dops/MG junto com suas respectivas datas, são de interesse e relevância para nós, já que se trata de um local que não possui documentação a respeito das alterações internas pelas quais passou ao longo dos anos, variações essas que estão diretamente implicadas na estrutura repressora do período ditatorial e dos anos que o seguiram.



Figura 8: Sondagem 1. À esquerda, fragmento do cano de grés encontrado na S1 (2020).

Outro local onde foi realizada uma sondagem foi a sala conhecida como "sala do poço e sauna", sobre a qual existe uma suspeita de ter sido utilizada para sessões de tortura de afogamento e de "esquenta e esfria"[6] na época em que o edifício era ocupado pelo Deoesp (IEPHA, 2015; Costa, 2020, 2020a; Maguire; Costa, 2018).

Essa sala, de estrutura e característica tão peculiares, continha um poço coberto por uma camada de cimento (Figura 9), e veio a ser identificada por nós como sondagem S4. Após a retirada da camada de cimento, nos deparamos com um preenchimento desse poço por tijolos, areia, pedras, azulejo e ossos de animas, ou seja, entulho e lixo. A retirada desse material nos possibilitou não só delimitar as dimensões do poço – que tem profundidade da borda de 1,40m e do centro de 1,50m, e diâmetro de 1,60m – mas, também, conseguir uma datação média para quando esse poço foi preenchido e tampado. Por meio de datas de jornais e embalagens encontradas (Figura 9), estimamos que o poço foi fechado entre dezembro de 2007 e setembro de 2008, quando foi realizado o levantamento arquitetônico pela empresa Século XXX (ver: IEPHA, 2015, p. 155). O poço foi encoberto no período de transição da ocupação do prédio pelo Deoesp e pelo Ceresp.

Essa estratégia de tortura do "esquenta-esfria" consiste basicamente no aquecimento do corpo do interrogado em um ambiente quente (como uma sauna) e então no rápido resfriamento do mesmo em água fria (Maguire; Costa, 2018).



Figura 9. Sondagem 4, antes, durante e depois do processo de escavação. À direita, fragmento de jornal encontrado na S4, datando "11 de Dezembro de 2007". (2020).

Palavras finais

Com essa etapa inicial já pudemos ver o potencial e a amplitude de informações que os vestígios materiais desse espaço carregam. Desde as paredes das celas, ao subsolo dos pátios, conseguimos cada vez mais compreender como um espaço de repressão, bem no centro de Belo Horizonte, operou e marcou aqueles que por ali passaram. As pesquisas arqueológicas têm sido desenvolvidas justamente a fim de contribuir para marcar esse local como um espaço de memória, para que as tentativas de que ele se mantenha esquecido e de que suas histórias sejam "apagadas" não se concretizem, mas, pelo contrário, que sejam tiradas da obscuridade.

Ademais, o trabalho arqueológico realizado no Dops/MG também constitui um avanço significativo no desenvolvimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência, pois foi a primeira vez que a Arqueologia atuou efetivamente no processo de memorialização da materialidade de um centro de detenção da ditadura. Isso demonstra que, embora os trabalhos nesse campo de estudo continuem minoritários, nos últimos anos esse panorama tem começado a se transformar, abrindo a possibi-

lidade de sistematizar um conjunto de estudos que antes se apresentava como fragmentário e desarticulado. Em termos gerais, a arqueologia não só tem contribuído para a compreensão do funcionamento dos sistemas de repressão política da ditadura civil- militar brasileira, como também tem colaborado com a construção de uma memória material desse período. Atualmente, o desafio é garantir a continuidade desses trabalhos e estimular a criação de novas pesquisas como a que realizamos.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer à UFMG, à Letícia Julião (coordenadora geral dos grupos de trabalho do MDH e do Plano Museológico), assim como aos colegas Emílio Peluso Neder Meyer, Renata Moreira Marquez, Miriam Hermeto de Sá Motta e Rodrigo Patto Sá Motta. Também ao pessoal da Sedese, Ana Carolina Rezende Oliveira e Pauline Louise Araújo Silva. Ao governo e autoridades de Minas Gerais envolvidos na realização e apoio do projeto. À María Jimena Cruz, à Flora Villas Carvalho, à Maria Antônia de Oliveira Castro e à Iara Cabral, por terem colaborado com os trabalhos desenvolvidos no Dops/MG.

Também deixamos aqui nosso reconhecimento e solidariedade às pessoas que foram afetadas pela atuação do Dops/MG.

Referências bibliográficas

ANJOS, G. C. A arqueologia da repressão no contexto das ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil. **Arqueologia Pública**, n. 5:79-92, 2012.

ARCAYA, N. A. G.; IRRAZABAL, L. M.; YURASZECK, F. P.; GONZÁLEZ, C. S. Lo material como reflejo de un contexto sociopolítico: el caso del Centro Cultural Gabriela Mistral, Santiago de Chile. **Revista de Arqueologia**, v. 29, n. 2: 06-17, 2016.

ASSUNÇÃO, R. P. de A. **Dops/MG. Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação de Mestrado: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. 175 pp, 2006.

BARETTA, J. R. **Arqueologia e a construção de memórias materiais da ditadura militar em Porto Alegre/RS (1964/1985)**. Dissertação de mestrado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 193 pp, 2015.

BARETTA, J. R. **Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)**. Tese de doutorado: Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

BARBOSA, J. L. C. **Conhecendo o inimigo:** Criminalidade política e subversão, o Dops mineiro na ditadura militar (1964-1973). Dissertação de Mestrado: Departamento de História, Universidade Federal de São João del Rey, 2012.

BAUER, C. S. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (Dops/RS): Terrorismo de Estado e ação de polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. **Revista Ágora**, n. 5: 1-31, 2007.

BELLÉ, M. F. **Memória em conflito:** dilemas da arqueologia da repressão em Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. 141 pp, 2017.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**.

Brasília: CNV, 2014.

COMPAÑY, G.; GONZÁLEZ, G.; OVANDO, L.; ROSSETTO, D. A political archaeology of Latin America's recent past: A bridge towards our history. Em: MYERS, A.; MOSHENSKA, G. **Archaeologies of Internment**. Springer, 2011.

COSTA, D. N. B. Arqueologia e memória: a materialidade da repressão no Dops de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil). **BAR International**, Série 2979. Arqueología de la dictadura en Latinoamérica y Europa. Oxford: BAR Publishing, pp. 67-82, 2020.

COSTA, D. N. B. **Memórias de repressão, memórias de resistência:** As marcas da ditadura no Dops/MG (1964 – ?). Dissertação de Mestrado: Programa de Pós- graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. 155 pp, 2020a.

COSTA, D. N. B. **O passado que ninguém quer lembrar:** uma arqueologia dos espaços de repressão em Belo Horizonte. Trabalho de conclusão de curso: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

COVEMG, Comissão da Verdade em Minas Gerais. **Relatório/Governo do Estado**.

Belo Horizonte: COVEMG. 1781 pp, 2017.

FECHER, V. **Onde a humanidade vence a barbárie:** Histórias de vida e Direitos Humanos no Memorial da Resistência. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

FERNANDES, M. C. M.; CORONEL, L. P.; THIESEN, B. V. **Arqueologia e ação política: resultados da instalação vestígios de uma ausência**. *Rev. Arqueologia Pública*, v. 14, n. 1: 57-74, 2019.

FONDEBRIDER, L. Arqueología y Antropología Forense: un breve balance. Em: FUNARI, P.; ZARANKIN, A. (Orgs.). **Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980**. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, pp. 129-138, 2006.

FUENTES, M.; SEPÚLVEDA, J.; SAN FRANCISCO, A. Espacios de represión, lugar de memoria. El Estadio Víctor Jara como campo de detención y tortura masiva de la dictadura en Chile. **Revista Atlántica Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social**, v. 11: 137-169, 2009.

FUENZALIDA, N. Apuntes para una arqueología de la dictadura chilena. Revista Chilena de Antropología, v. 35: 131-147, 2017.

FUENZALIDA, N. Cuartel Terranova análisis de la Configuración espacial en relación a las estrategias de represión y control de los cuerpos de detenidos y torturados. **La Zaranda de Ideas, Revista de Jóvenes Investigadores en Arqueología,** v. 7: 49-63., 2011.

FUENZALIDA, N.; SIERRALTA, S. Panfletos y murales: la resistencia popular a la dictadura chilena (1980-1990). **Revista de Arqueologia**, v. 29, n. 2: 96- 115, 2016.

FUNARI, P. P. A. A arqueologia na UNICAMP e a Revista de Arqueologia Pública: trajetória e perspectivas. **Rev. Arqueologia Pública,** n. 10: Editorial, 2014.

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. **Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980**. Córdoba: Encuentro Grupo Editor. 186 pp, 2006.

HATTORI, M. L. Enquadramentos de uma Antropologia Forense Brasileira na busca de Desaparecidos Políticos. Em: AMADEO, J. (Org.). **Violência de Estado na América Latina**. São Paulo: Editora Unifesp, pp. 497-520, 2019.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. 2015. **Processo n.º PTE-149/2015 para tombamento do imóvel situado na avenida Afonso Pena, n 2.351 (antiga sede do Dops – Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais) localizado no município de Belo Horizonte**. Acervo IEPHA/MG. 216 pp.

JELIN, E.; LANGLAND, V. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. España: Siglo XXI de España Editores, 2003.

JOFFILY, M. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese de Doutorado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 349 pp, 2008.

JUSTAMAND, M.; MECHI, P. S. Arqueologia, História e Direitos Humanos: um estudo da Guerrilha do Araguaia. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 9, n. 3: 122-133, 2015.

JUSTAMAND, M.; MECHI, P. S.; FUNARI, P. P. A. Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira. Em: MECHI, P. S.; MELO, W. F. (Orgs.). **Questões da Ditadura:** vigilância, repressão, projetos e contestações. Palmas: Eduft, pp. 28-43, 2014.

LEMOS, C. M. **Arquitetando o terror:** um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do brasil (1964-1985). Tese de Doutorado: Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe. 384 pp, 2019.

LEMOS, C. M. A violência institucional do terrorismo de Estado e suas materialidades: Por uma Arqueologia da Repressão e da Resistência. BAR International Series 2979, Arqueología de la dictadura en Latinoamérica y Europa / Archaeology of Dictatorship in Latin America and Europe: 22-31, 2020.

LEMOS, C. M. Construindo "memórias materiais" da ditadura militar: a Arqueologia da Repressão e da resistência no Brasil. Revista de Arqueologia, v. 29, n. 2: 68-80 2016.

MAGUIRE, P. F.; COSTA, D. N. B. 'Scientific torture'? Scientism and the marks of torture inside a police station in Belo Horizonte, Brazil. **Vibrant: Virtual Braz. Anthr.**, v. 15, n. 3: 23 pp, 2018.

MAZZ, J. M. L. Una mirada arqueológica a la represión política en Uruguay (1971- 1985). Em: FUNARI, P.; ZARANKIN, A. (Orgs.). **Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980**. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, pp. 147- 158, 2006.

MCGUIRE, R. H. **Archaeology as political action**. Londres: University of California Press, Ltd, 2008.

MOTTA, R. P. S. Arquivos da polícia sob o foco da história. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano 49, n. 1, 2013.

MOTTA, R. P. S. O Ofício das sombras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano XLII, n. 1: 52-69, 2006.

PADILLA, E.; REVECO, I. Memorias del Grupo de Antropología Forense y su Aporte al Campo de los Derechos Humanos en Chile. **V Congreso Chileno de Antropología**, Tomo II Actas: 1100-1108, 2004.

POLONI, R. J. S. Arqueologia da repressão e da resistência: as contribuições da ciência na justiça de transição e na sociedade democrática. **Projeto História**, n. 50: 247-273, 2014.

POLONI, R. J. S.; FUNARI, P. P. A.; MARCHI, D. M. Patrimônio, mudanças e memórias traumáticas: a Arqueologia da Repressão e da Resistência. **Estudos Ibero-Americanos,** v. 45, n. 3: 51-62, 2019.

SALERNO, M. "Algo Habrán Hecho…" La Construcción de la Categoría "Subversivo" y los Procesos de Remodelación de Identidades a través del Cuerpo y el Vestido (Argentina, 1976-1983). **Revista de Arqueología Americana**, 24: 29-65, 2007.

SALERNO, M.; ZARANKIN, A. Consolidar o realizado; ir pelo que falta: arqueologia das ditaduras militares na América do Sul. **Rev. Arqueologia Pública**, v. 9, n. 4[14]: 72-98, 2015.

SALERNO, M.; ZARANKIN, A. Espacios para la memoria: narrativas sobre la violencia. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 10: 3-28, 2016.

SALERNO, M.; ZARANKIN, A.; PEROSINO, M. C. Arqueologías de la clandestinidad. Una revisión de los trabajos efectuados en los centros de detención clandestinos de la última dictadura militar en Argentina. **Revista Universitaria de Historia Militar**, v. 2: 49-84, 2012.

SAN FRANCISCO, A.; FUENTES, M.; SEPÚLVEDA, J. Hacia una Arqueología del estadio Víctor Jara. Campo de detención y tortura masiva de la Dictadura en Chile (1973-1974). **Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana,** v. 4: 91-116, 2010.

SEGUEL, R. Q.; ROUBILLARD, M. E.; ESPINOSA, F. I.; ESCOBAR, A. I. **Prospección Exploratoria para la Búsqueda, Recuperación y Análisis de Evidencia Cultural y Biológica Asociada a la Ocupación del Inmueble de Londres 38, con Especial Énfasis en el Período septiembre 1973 – septiembre 1974**. Centro Nacional de Conservación y Restauración, Santiago. 74 pp, 2013. Disponível em: http://www.londres38.cl/1937/articles-93589_recurso_1.pdf.

SHANKS, M; TILLEY, C. **Social Theory and Archaeology**. Cambridge: Polity Press. 243 pp, 1987.

SILVA, D. R. R. **Disputas em torno do Dops/MG:** Guerras de narrativas, memorialização e patrimonialização (1989-2018). Dissertação de mestrado: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOARES, I. V. P. S. Novas perspectivas para a Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil depois da comissão nacional da verdade. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 8, n. 2:177-194, 2014.

SOARES, I. V. P. S.; FUNARI, Pedro P. A. Arqueologia da resistência e direitos humanos. **Evocati Revista**, n. 103:1-7, 2014.

SOARES, I. V. P. S.; FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia e direitos humanos, uma introdução**. Curitiba: Editora Appris. 144 pp, 2019.

SOUZA, R. A. Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 8, n. 2: 213-230, 2014.

SUARÉZ, C. M. "A 80 cm de la superficie". Once años de arqueología de la dictadura en Uruguay. **Revista de Arqueologia**, v. 29, n. 2: 36-54. 2016.

SUÁREZ, C. M.; TOMASINI, M. La Tablada Nacional. Historia de un edificio de las afueras de Montevideo al servicio del Estado. Em: ATALIVA, V.; GERÓNIMO, A.; ZURITA, R. D. (Coords.). **Arqueología forense y procesos de memorias:** saberes y reflexiones desde las prácticas. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, pp. 187-214, 2019.

SUÁREZ, C. M.; GAZZÁN, N.; AGUIRREZABAL, D.; MILLÁN, A. A.; CANCELA, C.; DÍAZ, N.; BLASCO, J.; RUIZ, A. G.; MACÉ, J. F.; BIURRUN, J. A.; HARO, I. A.; BERTERRECHE, M. M.; IZAGUIRRE, M. J. O centro clandestino de detenção e tortura Los Vagones del Barrio Olímpico (Canelones). Testemunho material e prova judicial da participação da polícia uruguaia no terrorismo do estado. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 13, n. 2: 193-217. 2019.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. Después de la tormenta. Arqueología de la represión en América Latina. **Complutum**, Madrid, v. 19, n. 2:21-32, 2008.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. "Todo está guardado en la memoria…"; Reflexiones sobre los espacios para la memoria de la dictadura en Buenos Aires (Argentina). Em: ZARANKIN, A.; SALERNO, M.; PEROSINO, M. C. (Eds.). **Historias Desaparecidas;** Arqueología, violencia política y memoria. Córdoba: Brujas, pp. 11-21, 2012.

ARQUEOLOGIA, BUROCRACIA E POVOS INDÍGENAS: A DISPUTA PELO PATRIMÔNIO CULTURAL E PELO TERRITÓRIO NA RETOMADA MBYA GUARANI DA PONTA DO ARADO, PORTO ALEGRE (RS/BRASIL)[1]

Marcus A. S. Wittmann[2]

Resumo

Ao olhar etnograficamente para as pesquisas arqueológicas efetuadas no âmbito do licenciamento ambiental, nota-se como a definição de patrimônio cultural material está em um campo de disputa entre estado, ciências e populações tradicionais. Esse artigo pretende expor os termos dessa disputa através da análise de documentos legais e burocráticos, de relatórios técnicos de arqueologia para o licenciamento ambiental e de um estudo de caso: a retomada Mbya Guarani na Ponta do Arado (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil). Esse panorama mostra como a ciência arqueológica pode ser constrangida por documentos burocráticos e legais, e como demandas políticas e territoriais de grupos indígenas atuam contra definições e práticas instituídas pelo estado, demonstrando suas incongruências e violências.

Palavras-chave: Arqueologia, Antropologia, Povos Indígenas, Licenciamento Ambiental.

Abstract

When looking ethnographically at the archaeological research carried out within the scope of environmental licensing, it can be seen how the definition of material

1 Este artigo teve sua primeira versão publicada no Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.38, p. 218-242, jul-dez. 2022.

2 Doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/PPGAS/UFRJ).

cultural heritage is in a field of dispute between the state, sciences and traditional populations. This article aims to expose the terms of this dispute through the analysis of legal and bureaucratic documents, technical reports of archeology for environmental licensing and a case study: the reclaim of a Mbya Guarani territory in Ponta do Arado (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil). This panorama shows how archaeological science can be constrained by bureaucratic and legal documents, and how political and territorial demands by indigenous groups act against definitions and practices instituted by the state, demonstrating their inconsistencies and violence.

Key-words: Archaeology, Anthropology, Indigenous People, Environmental Licensing.

> Andamos sobre uma língua morta, sobre guaranis mortos, e que merecem respeito, de maneira que não anoto os toponímicos que os lembram e dessa forma merecemos nos perder, senão por nada ao menos em homenagem àquilo que eles fizeram por nós, que sobre os seus disparamos nossos pesados exércitos e os enviamos para o silêncio, silêncio que é todos esses lugares, essas jazidas arqueológicas que aramos com saraquás, charruas e discos.
>
> (Luiz Sérgio Metz, "Assim na terra")

Introdução

O licenciamento ambiental funciona como uma ferramenta burocrática do estado para fiscalizar e legislar sobre as obras de engenharia que impactam de alguma forma o meio ambiente, populações e o patrimônio cultural brasileiro. Para esse fim, diferentes áreas do conhecimento são necessárias, como a biologia, antropologia, geografia, geologia e arqueologia. A prática dessas ciências nesse contexto resume-se, geralmente, à identificação e registro das características da área onde será feito o empreendimento, apontando as medidas a serem tomadas. O papel da arqueologia nesse âmbito é o de registro e salvaguarda do patrimônio material arqueológico. Atualmente, a prática arqueológica no licenciamento ambiental é responsável pela grande maioria das atividades profissionais dessa área, sendo mais de 90% dos projetos protocolados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ligados a projetos de licenciamento (Wittmann, 2019, p. 218).

Ao olhar etnograficamente para a prática arqueológica no licenciamento ambiental, notam-se as disputas entre estado, ciência e burocracia, no que tange às possibilidades de ação, os tipos de análise, o controle do tempo de pesquisa, e, principalmente, a disputa pela definição de patrimônio arqueológico (Wittmann, 2018). Patrimônio é, por um lado, um conceito jurídico e burocrático – constituído por diferentes legislações, documentos e trâmites – e, por outro, um conceito êmico da ciência arqueológica – construído pelos(as) arqueólogos(as) através de suas formações, posições teóricas e experiências. Todavia, quando se inserem demandas por territórios tradicionais indígenas nos processos, novas camadas surgem nesse embate entre ciência, estado e povos tradicionais. Nesse contexto, a arqueologia – enquanto ciência hegemônica, capaz de construir uma grande narrativa sobre o passado, identidade étnica e território –, ao atuar dentro do estado, entra em embate com outros saberes e cosmovisões, os quais botam em cheque essa hegemonia.

Esse trabalho, partindo de uma etnografia da prática arqueológica (Edgeworth, 2010) através de suas burocracias e documentos, pretende refletir sobre algumas dimensões cruciais da prática arqueológica que estão negligenciadas e sobre como se produz conhecimento e dados científicos em relação para com o estado. O exercício do olhar etnográfico para documentos procura entender a burocracia através de suas materialidades, de suas micropolíticas, de suas relações entre documentadores e documentados (Lowenkron; Ferreira, 2014). Essa perspectiva de análise da prática arqueológica e do licenciamento ambiental os coloca "em ação", em constante movimento e constituição de seus aparatos, disputas, entidades e de si mesmos. O engajamento da ciência com o estado, de fatos científicos com a política e de práticas de conhecimento com práticas burocráticas demonstra como estes estão são coproduzidos um pelo outro (Jasanoff, 2006):

> Nessa visão, tanto a ciência como a política são atividades mundanas, ou mesmo modestas, prosaicas e frágeis, permanecendo abertas à dúvida, à revisão, e passíveis de equívocos, tão logo suas delicadas operações não sejam constantemente sustentadas. A única coisa que *elas não podem se permitir é atuarem separadamente*: sem os instrumentos da ciência, o corpo político jamais saberá quantas entidades desconhecidas é preciso levar em consideração. E sem a política, o mesmo corpo político jamais saberá ordenar, selecionar e ranquear aquele número desconcertante de agências com as quais ele tem de compor progressivamente um mundo comum (Latour, 2014, p. 18).

A proposta deste artigo é analisar o trajeto do processo de licenciamento arqueológico de um empreendimento na Ponta do Arado (Porto Alegre, RS). Esse local fica na beira do Lago Guaíba, é parcialmente composto por uma área de proteção ambiental e há o registro de um sítio arqueológico Guarani. Durante os trâmites necessários para licenciar a construção de um condomínio de luxo na área, a equipe de arqueologia inicialmente contratada propôs o recadastro do sítio arqueológico abarcando uma área maior e outras ocorrências arqueológicas. Isso gerou uma disputa de caráter teórico e burocrático entre a Superintendência do Iphan do Rio Grande do Sul[3] (Iphan-RS) e os(as) arqueólogos(as). A situação ficou mais complexa quando famílias Mbya Guarani retomaram a área do sítio, reivindicando o local como de ocupação tradicional e sagrado. Nesse cenário complexo, lógicas diferentes sobre terra, território, propriedade, materialidade e patrimônio entram em disputa pelos diferentes atores envolvidos.

Território e patrimônio, estado e arqueologia

A grande paisagem ao longo do Lago Guaíba, a qual engloba a Ponta do Arado, é intensamente habitada por fragmentos materiais do passado e da ancestralidade Guarani, além de Terras Indígenas atuais. O próprio nome "Guaíba" vem da língua Guarani, significando "lugar onde o rio se alarga"[4] (Dias; Baptista da Silva, 2014, p. 82). Por toda e extensão desse lago, em suas margens, pontais e ilhas, há 37 sítios arqueológicos Guarani cadastrados. Esses locais não são pontos materiais isolados da ocupação Guarani pretérita, mas sim formam um grande sistema de vias terrestres e aquáticas[5] que liga diferentes pontos da região com características ambientais diferentes, além de uma rede de sociabilidade com aldeias e grupos diferentes.

Esses sítios arqueológicos, referenciados como "marcas do caminhar dos avós" por alguns Mbya Guarani (Baptista da Silva *et al.*, 2010, p. 19), demonstram uma relação mnemônica e de ancestralidade com esse território, o qual, segundo as datações vão desde os primeiros séculos do primeiro milênio, até poucas centenas e dezenas de anos antes da chegada dos europeus no território brasileiro (Dias; Baptista da Silva, 2014, p. 110). A localização, distribuição e densidade desses sítios de-

3 O IPHAN é dividido em Superintendências, uma em cada estado do Brasil, nos processos de licenciamento há ainda a participação do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CNL), ambos com sede em Brasília.

4 *Gua* = grande; *yy* = água; *ha* = lugar.

5 Segundo Noelli (1993), o raio de mobilidade e troca entre aldeias Guarani pré-coloniais podiam exceder 50km, logo deve-se pensar os sítios arqueológicos como pertencentes a um sistema de mobilidade.

monstram um sistema de ocupação estratégico e social do lago Guaíba. Esse sistema se mantém na manifestação atual de (re)ocupação dessa região pelos Mbya Guarani (Dias; Baptista da Silva, 2013, p. 69), seja através de acampamentos[6], aldeias já estabelecidas[7] ou retomadas, como é o caso da Ponta do Arado. Esses territórios são considerados *Tekoha*[8]:

> O tekoha, para o Guarani, talvez seja a síntese da concepção e da relação que esse povo mantém com o meio ambiente. No plano físico poderíamos dizer que o tekoha é a aldeia, é o lugar onde a comunidade Guarani encontra os meios necessários para sua sobrevivência. É a conjugação dos vários espaços que se entrecruzam: o espaço da mata preservada onde praticam a caça ritual; espaço da coleta de ervas medicinais e material para confeccionar artesanatos e construir suas casas; é o local onde praticam a agricultura; é também um espaço sócio político, onde constroem suas casas de moradias, a casa cerimonial/Opy, o pátio das festas, das reuniões e do lazer. Não é possível conceber o tekoha sem a composição dos espaços, ou apenas um dos espaços; nesse caso, não poderão viver a plenitude e assim se quebra a relação que mantém com o meio, produzindo o desequilíbrio (Brighenti, 2005, p. 42).

O modo de ser tradicional Guarani extrapola a dimensão do espaço físico e geográfico. Não se trata apenas de habitar um local com as características ambientais tradicionais, mas também o entendimento desse território como habitado por outras entidades e divindades, como certos tipos de animais, árvores, plantas, substâncias, água, dentre outras que povoam esses cosmos Guarani. Esse território composto por diversas *Tekoha* e habitado por humanos e não-humanos recebe o nome de *Yuyrupa*[9], uma área sem divisões, seja aquela entre natureza e cultura, ou as geopolíticas:

> Esta compreensão de Yvyrupa contradiz a concepção de território do Estado-nação que envolve limites e propriedade de uso exclusivo de um único sujeito de direito. Neste sentido, alguns enfatizaram a ideia de que inexistem fronteiras entre o Brasil e países vizinhos, já que esses territórios são historicamente habitados pelos Guarani Mbya, mesmo antes da invenção e delimitação dos Estados-nação (Oliveira, 2012, p. 96).

6 São eles: Lami/*Tekohá Pindó Poty*, Passo Grande/*Tekohá Petim* e Flor do Campo.

7 São elas: Itapuã/*Tekohá Pindó Mirim*, Cantagalo/*Tekohá Jataity* e Coxilha Grande/*Tekohá Porã*.

8 *Teko* = modo de ser, vida; *ha* = local.

9 *Yvy* = terra; *rupa* = centro.

O território em disputa analisado nesse trabalho se situa dentro desse contexto etno-arqueológico e sociocosmológico. A Ponta do Arado, situada na zona sul de Porto Alegre, no bairro Belém Novo as beiras do Lago Guaíba, é uma área de preservação ambiental que faz parte da propriedade da Fazenda do Arado Velho. Esse local possui 426 hectares e foi adquirido pela empresa responsável pelo projeto do empreendimento. O processo de licenciamento propunha a construção de um condomínio de luxo com três edificações de moradia, o que resultaria no aterro de uma grande porção da área, suprimindo assim banhados, várzeas e áreas de inundação. Um dos entraves para a concessão da licença do empreendimento desde o início do processo em 2011 era de que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade colocava a área em questão como zona rural, o que impossibilitava a construção de um empreendimento desse porte. O plano diretor foi modificado em 2015, sem consulta pública, alterando as áreas rurais da cidade e possibilitando essa categoria de condomínio na região. Nesse mesmo ano, um grupo de moradores do bairro, conjuntamente com um coletivo ambientalista, se organizaram para barrar o empreendimento, alegando que o local, devido ao seu aspecto histórico e ambiental, deveria ser preservado, além de pontuar a grande mudança que o condomínio traria no dia a dia do bairro e a falta de infraestrutura da região para sustentar a quantidade de novos moradores. Em 2017, o movimento de moradores conseguiu anular essa mudança na justiça. Em 2021 a prefeitura de Porto Alegre retomou essa proposta de mudança do plano diretor, a qual continua em debate.

Na área da Fazenda do Arado Velho há vários patrimônios culturais dos séculos XVIII e XIX. A sede da fazenda é um marco arquitetônico e paisagístico do bairro Belém Novo, nos seus arredores há diversas estruturas, principalmente de habitação, que foram identificadas por arqueólogos(as) e moradores locais como casas de bisavós e de outros parentes da comunidade. As pesquisas arqueológicas efetuadas pela primeira equipe contratada para o licenciamento, indicaram o potencial e valor patrimonial da área como um todo, abrangendo tanto as estruturas habitacionais coloniais e modernas, quanto o patrimônio indígena Guarani, composto por, pelo menos, dois sítios arqueológicos. Um deles, cadastrado ainda na década de 1990 como RS-JA-16, foi pesquisado por Gaulier (2001-2002), a qual atestou a importância do sítio como local de ocupação Guarani na beira do Guaíba, conjuntamente com outros sítios da região. Esse sítio não foi escavado na época, a arqueóloga responsável relatou que o local se encontrava em litígio frente ao proprietário, assim apenas o material em superfície foi recolhido e algumas sondagens efetuadas. Esse sítio é constituído por duas áreas: uma desde a beira da praia até o início da vegetação mais densa (local de acampamento de pescadores e ocupado pela Retomada

Mbya Guarani), e outra mais para o interior da mata, totalizando uma área de 2 mil m². Um segundo sítio arqueológico – mais afastado da orla e em um local de maior altitude – foi descoberto durante os trabalhos de licenciamento arqueológico, não tendo sofrido nenhuma intervenção nesse primeiro momento, e ainda não foi registrado no Iphan. O relatório[10] dessa equipe sugeriu o registro coletivo desses diferentes bens como um grande sítio arqueológico de 3 km², abarcando assim não apenas um espaço extenso, mas também uma profunda temporalidade (Oliveira, 2017, p. 958-962). Entretanto, o setor de arqueologia do Iphan-RS não aceitou as fichas de registro, alegando o seguinte:

> Entendemos que, do ponto de vista paisagístico-cultural, o pesquisador tenha a proposição de compreensão mais ampla do que apenas os locais detentores de vestígios arqueológicos e consequentemente do contexto, seja ele de superfície ou de subsuperfície. Mas tal compreensão, paisagística-cultural, não possui respaldo legal para corresponder à poligonal de cadastramento de sítio arqueológico Conjugado a questões teóricas e metodológicas, o sítio arqueológico trata-se de locais que possuem vestígios móveis ou imóveis de ocupação humana, conformados em um contexto arqueológico. Logo, não se está dizendo que áreas adjacentes ao contexto arqueológico não tenham sido ocupadas, mas que os residuais dessa ocupação se encontram em área delimitada, seja por ações naturais ou antrópicas preservaram-se. Quanto às questões teóricas e metodológicas, o contexto arqueológico é definido por se tratar desses resíduos da vida, da ocupação no local. Esses resíduos são registros materiais e estratigráficos de uma ocupação humana. Logo, só podemos conceber como sítio arqueológico os locais onde é possível observar tais registros (Iphan, 2017, p. 1176-1177).

Nessa passagem nota-se como certas interpretações teóricas da arqueologia são constrangidas pelas leis e documentos burocráticos. Os técnicos do Iphan-RS, sendo eles(as) também arqueólogos(as), colocam que o problema não é a interpretação dada para o local e seu contexto arqueológico e patrimonial, mas sim a impossibilidade legal de considerar tal entendimento. Esse constrangimento burocrático se soma àqueles vindos dos empreendedores, da própria hierarquia do Iphan, e,

10 O processo completo – como todos os projeto, relatórios, pareceres técnicos, troca de e-mails, comunicação interna do Iphan e com o empreendedor e a equipe de arqueologia – está disponível para consulta pública no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Iphan através do número de protocolo: 01512.001438/2011-69. Todos os documentos citados a seguir que compõe esse processo (Iphan, 2011) seguem a numeração digital do SEI.

em alguns casos de políticos e do Ministério Público (Wittmann, 2018). A definição e registro de um patrimônio arqueológico, de um bem cultural material, não depende apenas de uma base de paradigmas científicos ou da percepção dos(as) arqueólogos(as) através de suas teorias e metodologias de análise (Pellini, 2014). Isso passa também – e, no contexto do licenciamento ambiental, principalmente – por conceitos, trâmites e documentos legais, jurídicos e burocráticos, os quais serão analisados a seguir. Sendo assim, o patrimônio arqueológico também tem sua materialidade constituída por estes, os quais possuem intrinsecamente teorias e métodos arqueológicos. Patrimônio arqueológico, legislação e estado mostram-se assim relacionados de maneira muito forte:

> Indeed, a fetishized and reified heritage (our heritage, the heritage of all, national heritage, and the like) easily surrenders to the tight grip of the law. The legal apparatus is a naturalizing device that requires forgetting that the law is a historical artefact, just the codification of collective moral desires in specific times and places (but not in others). Law and heritage, however, are not conterminous. What forces them to occupy the same conceptual space? Why is heritage subjected to the rule of law? We are not just subjected to a wide and all-encompassing fetishism of the law; fetishism, as a law, is brought to heritage. Heritage is not discussed; it is regulated. Its regulation becomes a purely technical matter: it defines who can find it (the archaeologist on the excavation, the historian in the archive), who can embellish it (the restorer), who can display it (the museographer), who must watch over it (the police, officials of state agencies), who must protect humanist rights (transnational actors). This technical reductionism is not operational but ideological (Gnecco, 2015, p. 264-265).

O principal documento para a definição de patrimônio arqueológico é a lei 3.924 de 1961. A Lei da arqueologia, como é comumente conhecida, estabelece o patrimônio arqueológico como bem da União – como propriedade do estado – definindo "monumento arqueológico ou pré-histórico" como "as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil" – desta forma, a concepção de arqueologia apresentada por essa lei é aquela que tem seu objeto de estudo na pré-história e nas populações nativas que não possuem mais ligação com os indígenas atuais. Importante salientar aqui a palavra "jazida", pois ela restringe a definição de sítio arqueológico para aquilo que está abaixo da terra e ocupa um espaço definido pela presença de cultura material.

Essa lei também assegura o aproveitamento econômico de uma área onde se encontre um sítio arqueológico apenas após a devida "exploração científica" e o parecer favorável do instituto patrimonial – sendo ela uma das bases jurídicas da participação da arqueologia no licenciamento ambiental. Esse dispositivo legal enumera alguns exemplos de sítios arqueológicos, como cemitérios, grutas, inscrições rupestres e aldeias, além de qualquer outro não especificado por ela, contanto que seja de "significado idêntico a juízo da autoridade competente", ou seja, a definição fica de responsabilidade do corpo técnico do Iphan, o qual começou a estruturar melhor como se daria esse juízo a partir da década de 1980.

Baseando-se nos preceitos e definições da Lei 3.924, a Portaria nº 7 de 1988 rege sobre os estudos necessários para registrar e salvaguardar os "bens de interesse arqueológico e pré-histórico". É esse documento que estipula a obrigatoriedade do cadastro com localização e descrição dos sítios arqueológicos a serem pesquisados, além das medidas adotadas para proteção e conservação dos mesmos. Embora essa portaria já demandasse o registro do sítio através de um "formulário próprio", é apenas em 1998 que a ficha de registro dos sítios arqueológicos (Portaria nº 241 de 1998) é definida e regulamentada pelo Iphan a fim de "implantar padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios arqueológicos visando a montagem do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos". Essa ficha é essencial para compreender como se dá a fabricação de patrimônio arqueológico frente ao estado, e é peça chave no conflito da retomada da Ponta do Arado.

A ficha resume os sítios arqueológicos a duas características principais: sua materialidade e localização. O(a) arqueólogo(a) responsável pelo preenchimento desse documento deve apresentar basicamente uma descrição sumária do sítio arqueológico (com as "características morfológicas e culturais observáveis sem intervenção"), a área do sítio[11] e sua vinculação a uma tradição arqueológica[12], além de sua localização cartográfica exata ou as coordenadas em UTM. Em 2019 o Iphan publicou a Portaria nº 316, a qual esclarece qual definição de sítio arqueológico é aceita por esse instituto, que é: "Sítio Arqueológico é o local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período pré-colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica[13]". O estabelecimento da área do sítio arqueológico também se baseia na disper-

11 Comprimento, largura, área total e o modo de medição (estimada, passos, mapa, uso de algum instrumento).

12 Baseia-se em uma análise tecno-tipológica dos anos 1960 que agrupa culturas materiais como cerâmica e líticos ao longo do tempo e do espaço.

13 A definição de contextualização, segundo a Instrução Normativa 01/2015, é "a interpretação dos dados

são dos "vestígios de natureza arqueológica", comprovada através de "métodos interventivos em subsuperfície, excetuando-se os sítios em que esta metodologia não seja necessária para a sua delimitação". Sem alguma dessas informações, ou dados que não correspondam àqueles definidos pela legislação ou descritos nos relatórios técnicos, a ficha é indeferida e o registro do sítio arqueológico não efetuado.

A Instrução Normativa nº 1 de 2015 – legislação mais extensa e detalhada sobre as normas para os estudos, métodos, projetos e relatórios arqueológicos no licenciamento ambiental – também segue a mesma lógica. Essa IN define como se identifica o potencial arqueológico de uma área de pesquisa, o qual se baseia no "cruzamento de dados, do processo histórico de ocupação, com a incidência de sítios cadastrados, indicadores geomorfológicos e demais modelos preditivos de avaliação". Pode-se ver como a definição de patrimônio arqueológico é consolidada nesses documentos através de sua materialidade entendida pela arqueologia como aquela referente à ação humana, por uma localização geográfica exata planificada em um mapa, e pela comprovação desses dados por métodos empíricos interventivos que demonstrem a presença material abaixo do solo. Além disso, a participação da comunidade, seja a do entorno do bem patrimonial, seja aquele povo indígena que pode estar relacionado à ocupação humana comprovada pelo sítio arqueológico, não adentram na tomada de decisões sobre a identificação, registro e salvaguarda do patrimônio arqueológico.

Essa concepção se baseia na ideia de que o patrimônio, por fazer parte da história do estado e ser de sua propriedade, deve ser preservado e protegido das ações do tempo, de qualquer tipo de dano e de descaracterização. Logo, o patrimônio deve ficar distanciado das pessoas não-especialistas como algo a ser admirado e observado de uma certa distância. Os materiais, objetos e artefatos arqueológicos devem ser expostos em museus ou guardados em instituições especializadas, passando apenas pelas mãos dos especialistas, tanto no que tange a sua manipulação, quanto na definição dos seus significados, importância e relação cultural (Hamilakis, 2009, p. 17). Os documentos legais que citam e regem a relação entre patrimônio arqueológico, comunidade e povos tradicionais – abrindo para outras interpretações sobre sítios, locais, objetos e paisagens – são recentes e, como veremos no caso da Ponta do Arado, ainda não surtem muito efeito prático nos trâmites e decisões relativas às pesquisas arqueológicas no licenciamento ambiental.

referentes às dimensões temporal, espacial e cultural do sítio arqueológico, somada à correlação com outras informações, como fontes documentais, orais, iconográficas e outros bens arqueológicos".

O conceito de Paisagem Cultural Brasileira é regido pela Portaria nº 127 de 2009, a qual considera que "os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta" e que "o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio". Para que essa visão mais fluída e abrangente sobre um local que agrega tanto patrimônios materiais quanto imateriais seja posta em prática e instaurada, devem ser "consultados os diversos setores internos do Iphan que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos". Cabe ressaltara que, quando a ficha de registro do sítio da Ponta do Arado foi indeferida, a política de paisagem cultural já estava em voga quando desse caso, todavia ela não foi citada nem pela equipe de arqueologia, nem pelo Iphan-RS, o qual também, em nenhum momento do processo, incluiu outros setores do Instituto, como o de patrimônio imaterial, na discussão.

Até 2011 não havia uma legislação que definisse a necessidade de trabalho conjunto entre o Iphan e outros órgão e institutos que legislassem sobre populações tradicionais. Nesse ano é instaurada a Portaria Interministerial nº 419, a qual foi revogada em 2015 pela Portaria Interministerial nº 60. Esta regulamenta as ações do Iphan conjuntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Fundação Cultural Palmares[14] (FCP) nos trâmites do licenciamento ambiental. Uma mudança para as outras legislações e documentos até aqui analisados é que essa portaria interministerial coloca sob a alçada do Iphan o registro e salvaguarda dos bens culturais em uma definição ampla. Sendo assim, promulga que tanto os bens materiais arqueológicos devem ser estudados na área de interesse, quanto aqueles com valor histórico, cultural, paisagístico e imaterial. Entretanto, o modo como esse tipo de pesquisa deve ser efetuado não é posto, ela penas define que estudos de componente indígena só serão efetuados quando os empreendimentos estiverem em um raio que varia de 3 km a 40 km (dependendo do tipo de obra e localização) de Terras Indígenas[15].

14 Responsável pela demarcação de quilombos e pela promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na sociedade brasileira.

15 A portaria não especifica se são apenas as TIs homologadas, ou se considera também as em estudo e demarcadas.

A legislação mais recente sobre esse assunto é a Política de Patrimônio Cultural Material – PPCM (Documento Legal nº 375, de 17 de agosto de 2018), a qual segue a linha dos últimos dois documentos analisados no que tange ao entendimento sobre patrimônio cultural. A PPCM visa também inserir de maneira mais profunda a participação da comunidade, povos indígenas e remanescentes de quilombolas. Um dos seus objetivos principais é "estabelecer práticas para a 12 coletiva dos instrumentos de preservação, de forma a ampliar a legitimidade perante as comunidades locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada dos bens acautelados". Para que esse objetivo seja atingido, o documento estabelece alguns princípios como: o da indissociabilidade entre "os bens culturais materiais e as comunidades que os tem como referência"; o da ressignificação, que leva em conta a constante atribuição de novos significados ao patrimônio cultural material, o qual "deve ser entendido para além de um registro do passado"; além de estabelecer a premissa de que "as ações e atividades devem partir da leitura do território e da compreensão das dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais ali existentes".

A PPCM estipula uma visão mais holística entre patrimônio cultural e ambiental, através do princípio da integração, o qual afirma que o "meio ambiente é fruto da interação do conjunto de elementos naturais e culturais", e o do acesso equitativo, que estabelece que "todos têm direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais e os recursos do meio ambiente". Esses princípios são corroborados pelas ações e atividades estipuladas para a conservação do patrimônio cultural material, como a de "fomentar os usos tradicionais, o uso habitacional e demais usos que apoiem e incentivem a permanência, nas imediações do bem, da população em suas rotinas diárias". Esses princípios possuem uma visão teórica sobre patrimônio diferente da Lei 3.924, por exemplo, a qual relega o patrimônio material arqueológico para um passado dissociado das populações indígenas atuais[16]. Entretanto, é importante notar que uma lei tem mais poder jurídico do que uma política como essa, o que resultou no entrave visto acima para a definição de um sítio arqueológico Guarani na Ponta do Arado.

Há também algumas discrepâncias entre as premissas e princípios estipulados pela PPCM e as ações descritas para o trabalho arqueológico na mesma. O artigo 45 do

16 Todavia, a PPCM mantém os princípios básicos das outras legislações sobre quais devem ser as ações fundamentais acerca do patrimônio material: localizar, conhecer e caracterizar. Inclusive, o capítulo específico sobre patrimônio arqueológico trata apenas sobre as ações de identificação e registro de sítios arqueológico, sem citar a participação da comunidade ou de populações indígenas e levar em conta o princípio de indissociabilidade.

Capítulo II "Da patrimonialização de um bem cultural material" trata especificamente sobre o âmbito do licenciamento ambiental. Nele se lê que o Iphan tem as seguintes finalidades nesse contexto: 1) "Preservar os bens materiais acautelados, passíveis de impactos causados por atividades ou empreendimentos em processos de Licenciamento Ambiental"; 2) "Compatibilizar procedimentos de preservação do patrimônio cultural material ao desenvolvimento socioeconômico"; e 3) "Efetivar os princípios da Precaução[17], da Prevenção[18] e da Reparação[19] de danos em processos de Licenciamento Ambiental". Ou seja, não há, no contexto do licenciamento ambiental, citação sobre os princípios e premissas analisados mais acima. Nesse âmbito, as comunidades e populações indígenas não têm participação direta sobre a identificação e caracterização dos bens culturais, pois os objetivos da prática arqueológica e do Iphan ao longo dos processos de licenciamento são apenas os de medir impactos e os mitigar.

Sobre a relação entre patrimônio cultural material e povos indígenas, a PPCM tem um capítulo específico para isso, o qual apresenta algumas incongruências com as premissas e princípios da própria política e com documentos legais anteriores. Primeiramente, a participação e consulta aos povos indígenas é apenas citada para as ações e atividades de conservação e preservação dos bens culturais, e não de sua identificação, localização e interpretação. Todavia, o ponto que causa mais estranhamento, dentro dos parâmetros legislativos sobre a questão indígena, é a não citação da participação da Funai em nenhum processo ou atividade que envolva populações indígenas. A PPCM estipula que será papel do Iphan definir conjuntamente com populações indígenas programas de preservação e gestão do patrimônio material cultural e fazer consultas[20] a eles e/ou às suas instituições representativas sobre alguma ação ou medida que possa afetá-los diretamente. Mesmo que o Iphan possua em seu quadro técnico antropólogos, esse instituto não tem poder legislativo sobre a questão indígena, além de que essas definições da PPCM vão em sentido contrário ao trabalho conjunto entre esses órgãos da Portaria Interministerial nº 60. No caso da retomada Mbya Guarani na Ponta do Arado, essa questão se complica mais ainda, pois o Iphan-RS relegou a responsabilidade de consulta à comunidade indígena para a equipe de arqueologia contratada pelo empreendimento.

17 "Não se pode intervir em um bem cultural material antes de demonstrar que a ação não será adversa ao bem".

18 "Deve ser garantindo o caráter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e avaliação das obras ou intervenções e atos suscetíveis de afetar os bens culturais materiais."

19 "Todo dano sofrido por um bem cultural, sempre que possível, deverá ser reparado".

20 As consultas prévias a povos indígenas são definidas na Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, todavia esse documento também não é citado na PPCM, nem o modo como essas consultas devem ser efetuadas.

Retomando territórios, reativando patrimônios

Como se viu, na grande maioria dos documentos legais referentes ao licenciamento ambiental, a interpretação e significado dados por populações indígenas para o patrimônio cultural arqueológico não são citados e nem levado em conta. Esse constrangimento legal e burocrático – que poderíamos chamar também de violência epistêmica – sobre o registro arqueológico se reflete também nos relatórios técnicos escritos pelas equipes contratadas para pesquisar as áreas de futuros empreendimentos. Nesses textos, as paisagens, locais e regiões prospectadas são povoadas apenas pelo registro positivo ou negativo de uma cultura material reduzida a sua forma e função desde uma perspectiva tecno-tipológica (Wittmann, 2018).

Isso se reflete também na apresentação sobre a história da região pesquisada para cada processo. Há, geralmente, uma divisão entre a pré-história do local – na qual é apresentado um levantamento ou listagem dos sítios arqueológicos cadastrados e a descrição dos materiais – e a história propriamente dita – com datas e fatos sobre a ocupação europeia até os tempos mais modernos, sem citação sobre a presença indígena em tempos mais recentes (Wittmann, 2018, p. 117). Deste modo, nota-se a construção de uma clara divisão entre a história do processo de formação política, social, cultural e identitária da região pesquisada, e uma narrativa que coloca a arqueologia como se referindo apenas a um passado distante e desconexo do presente. Nos projetos e relatórios apresentados para o licenciamento da área da Ponta do Arado, é exatamente isso que ocorre. Inclusive, quando é citada a história da ocupação Guarani na região, as informações se baseiam em dados arqueológicos apresentados de maneira resumida e simplificada e na bibliografia missioneira. Na parte referente à história da cidade de Porto Alegre, não há nenhuma citação sobre a presença indígena no seu processo de formação, há, no máximo, uma listagem das Terras Indígenas homologadas pela Funai para o estado do Rio Grande do Sul.

O silenciamento e ocultação dessas populações, de suas histórias e interpretações sobre o patrimônio cultural se dá também pelo apagamento do conflito, seja socioambiental, político, econômico, que perpassa os processos de licenciamento ambiental. O papel da arqueologia nesse âmbito é avaliar os impactos ao patrimônio arqueológico, todavia, esse impacto é entendido apenas como aquele de caráter material: se haverá ou não dano a bens arqueológicos. A preservação também é unicamente da materialidade, pois ela significa ou a escavação dos sítios arqueológico e a guarda dos materiais em instituições de endosso, ou a

manutenção *in loco* dos sítios sem intervenções[21]. Não há uma discussão sobre outras definições de impacto ou dano, seja de ordem de acesso da comunidade ou populações tradicionais àquela área, ou sobre a retirada de materiais do solo e sua exposição ou armazenamento em museus, por exemplo. O principal desafio ético da arqueologia, seja ela praticada na academia ou no licenciamento ambiental, é aquele que envolve a inclusão e equidade das interpretações, visões de mundo e participação das populações tradicionais no poder de decisão sobre todos os aspectos da prática arqueológica, desde a concepção de evidência, até sobre as questões e objetivos da pesquisa, e pelos conceitos de preservação, curadoria e manejo do patrimônio (Nicholas; Hollowell, 2009, p. 73).

Em nenhum momento os relatórios arqueológicos para o licenciamento do empreendimento na Ponta do Arado deram um panorama sobre o processo histórico mais recente da presença Guarani na região, tentando entender, por exemplo, a relação entre os sítios arqueológicos ao longo do Lago Guaíba e a distribuição das Terras Indígenas nessa mesma área. Há, no Rio Grande do Sul, 48 Terras Indígenas – desde aquelas em estudo, regularizadas, delimitadas ou homologadas –, suas áreas somadas são referentes a 0,4% do território do estado. Ao mesmo tempo, há 3.295 sítios arqueológicos pré-coloniais cadastrados no site do Iphan[22], o que representa 88% de todos os sítios do Rio Grande do Sul. As pesquisas arqueológicas não se propõem a compreender essa discrepância entre o território indígena atual e pretérito e sua relação com o esbulho de terras, destruição de paisagens e expansão urbana e industrial[23]. Mesmo a equipe de arqueologia contratada após o acontecimento da Retomada da Ponta do Arado não cita nada sobre esse acontecimento, tentando seguir o trabalho de prospecção da área como se não estivesse em curso ali um conflito socioambiental. Como veremos mais adiante, isso só muda quando a presença dos Guarani impede os trabalhos arqueológicos em uma parte da área e o Iphan-RS se utiliza da Política do Patrimônio Cultural Material para tentar dar seguimento ao processo.

É olhando para o contexto e trâmites do licenciamento ambiental que se nota mais claramente como a construção do registro e do patrimônio arqueológico é constrangida por práticas e condições tanto sociopolíticas quanto disciplinárias, além de documentos burocráticos e legais. Também pode-se ver como esse é um

21 Essa preservação *in loco* geralmente resulta na colocação de uma placa explicativa que aquele local é um sítio arqueológico protegido por lei e uma cerca em volta.

22 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699> Consultado em: 02/09/2021.

23 Assim como a tese do Marco Temporal.

processo que pode ser influenciado pela "habilidade desses fragmentos do passado em estender suas agências para o presente" (Hamilakis, 2009, p. 23). Há o exemplo mais claro disso para o Rio Grande do Sul que é o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, mais conhecido como Redução de São Miguel das Missões. As ruínas dessa igreja missioneira, construída no século XVII, são consideradas Patrimônio Cultural Material (tanto estadual, quanto nacional, sul-americano e mundial), mas o povo Guarani possui uma interpretação mais complexa e múltipla sobre esse local. Eles o referenciam como "Tava", a imagem de uma aldeia divina feita de pedra que flutua acima da copa das árvores (Catafesto de Souza; Morinico, 2009). Essa concepção foi registrada como Patrimônio Imaterial do Povo Guarani, sendo um dos únicos bens culturais imateriais do estado do Rio Grande do Sul.

Esse exemplo mostra como nem sempre há uma verdade única acerca da localização, significado, história e importância de um sítio arqueológico, local ou paisagem. A negação dessa multiplicidade pela arqueologia, ou por qualquer outra ciência ocidental moderna, e pelos trâmites legais sobre a propriedade e tomada de decisões sobre uma área, causa não apenas uma violência epistêmica contra povos indígenas, mas também os tolhe – ainda mais sem um processo de consulta prévia – da tomada de decisões sobre um território e de suas próprias territorialidades. A situação da retomada da Ponta do Arado é um exemplo desses fragmentos do passado estendendo suas agências para o presente, não tanto no que tange a sua ressignificação, mas sim em um deslocamento do poder de decisão sobre a memória, passado, materialidade e territorialidade do povo Guarani. Se, no início, a disputa era de cunho ambiental e patrimonial, quando ocorre a retomada Mbya Guarani em junho de 2018, além de um novo ator envolvido nela, adiciona-se o fator étnico nesse embate, o qual também toma novas proporções narrativas.

A presença indígena na Ponta do Arado, ainda mais com famílias compostas desde crianças até pessoas mais velhas, ocupando um local de propriedade privada na beira de um corpo d'água no início do inverno gerou uma certa comoção e indignação de autoridades, da mídia e de movimentos sociais. Muitas vezes o discurso se aproximava de uma tutela frente aos Mbya Guarani e, principalmente, com uma narrativa de que a Retomada teria ocorrido por força de vontade de algum grupo exógeno à comunidade indígena querendo frear o progresso da região[24]. Essa versão foi veiculada e fomentada tanto por jornais de grande circulação, quanto em

24 O atual prefeito de Porto Alegre chegou a sugerir em sua fala em uma consulta pública de que os Guarani que estão reocupando a área do Arado Velho teriam vindo de avião de Santa Catarina, demonstrando todo o racismo e desinformação que rondam a questão.

postagens em redes sociais e aplicativos de mensagens, os quais também veiculavam um racismo contra os Mbya Guarani, alegando que os mesmos trariam perigo a população do bairro e causariam danos ambientais na Ponta do Arado. Essas narrativas foram contrapostas por publicações em jornais digitais, em jornais do bairro, em blogs e em eventos e palestras com a presença das lideranças da Retomada. O cacique Timóteo afirmou diversas vezes o direto tradicional e legal da ocupação da área pelos Guarani, além de ressaltar que o que levou eles a retomarem esse território foi um sonho com *Nhanderu* – o demiurgo Guarani – que o apontou essa área como um local onde encontrariam alegria e a possibilidade de seguir seu modo de vida tradicional[25]. O ímpeto para o deslocamento e ocupação de novos ou antigos territórios entre os Guarani se dá tanto por fatores cosmológico e religioso, quanto ambientais e culturais, numa caminhada que também gera ensinamentos e a formação de lideranças (Pissolato, 2007; Pradella, 2009).

Esses conflitos não ficaram apenas no nível discursivo, burocrático e midiático. As famílias Mbya Guarani foram literalmente cercadas na área, limitando sua movimentação para apenas uma estreita faixa da orla do Lago (o que os impossibilitava inclusive de chegar a pontos com água potável), eram constantemente vigiadas por uma empresa de segurança, sofreram diversos pedidos de reintegração de posse, e foram atacadas duas vezes com tiros de armas de fogo. Após muita luta e resistência, os Mbya Guarani conseguiram no final de 2019 e início de 2020, ganhar na justiça a retirada da cerca e da vigilância, além do acesso por terra ao local da Retomada (até então só era possível chegar de barco) e o início de um processo na Funai para estudos antropológicos de demarcação de Terra Indígena.

Esses episódios de violência contra a presença de famílias Mbya Guarani em um território tradicional são mais um capítulo da história de violência, expulsão e etnocídio das populações indígenas no sul do Brasil. A área da atual Porto Alegre era, até o século XVII, povoada por indígenas Guarani e Kaingang. Tal ocupação é comprovada tanto por relatos históricos, quanto por sítios arqueológicos. Entretanto, os documentos históricos de meados do século XVIII mostram uma grande diminuição da presença indígena na região. Nessa época os Guarani foram deslocados para as Missões Jesuíticas, no oeste do estado, escravizados por bandeirantes ou escaparam para regiões mais inóspitas no interior do estado. A (re)ocupação dessa área se deu apenas após o declínio dessas Missões, quando famílias indígenas foram

25 A revelação onírica de territórios entre os Guarani já foi registrada desde Nimuendaju ([1914] 1987) até a contemporaneidade (Oliveira, 2012).

deslocadas para Gravataí, na região metropolitana de Porto Alegre, e alguns outros voltando aos poucos para a região (Noelli *et al.,* 1997; Pereira; Prates, 2012). Esse processo histórico se reflete ainda hoje com as poucas e pequenas Terras Indígenas na área, sendo a grande maioria não apta para o modo de vida Guarani, ou seja, possuir mata nativa e água, o que propicia não apenas implantação de roças, mas também a coleta de vegetais para a preparação de medicinas tradicionais (Aguilar, 2013, p. 105-106). Essas características, presentes na área da Ponta do Arado, foram festejadas, principalmente pelas mulheres Mbya Guarani, quando chegaram nesse território.

O processo de licenciamento no Iphan-RS estava parado desde a negativa sobre o cadastro do sítio em abril de 2017. No início de 2018, lideranças Mbya Guarani solicitaram ao Ministério Público Federal uma averiguação da área da Ponta do Arado, apontada como de interesse demarcatório, e a paralisação do projeto de licenciamento do condomínio, pois, "além do sério comprometimento ambiental que a construção do condomínio representaria, há outra razão pela qual a obra deve ser impedida: a área é composta de sítio arqueológico pré-colonial Mbyá-Guarani" (MPF, 2018, p. 1202). Desse modo, é solicitado ao Iphan-RS uma explicação sobre as ações adotadas para o resguardo do patrimônio cultural possível de ser impactado pelo empreendimento. Tal solicitação aprofunda a complexidade do processo, em parte porque o cadastro do referido sítio arqueológico – e a descoberta de um segundo – ainda estava em análise pelo Iphan-RS e a equipe de arqueologia que enviou a ficha de registro não estava mais ligada ao projeto. Por outro lado, o Iphan é um instituto que funciona no âmbito do licenciamento ambiental de forma reativa, geralmente apenas analisando os dados recebidos por terceiros, além de não possuir infraestrutura e pessoal o suficiente para fiscalizar as pesquisas de campo (Wittmann, 2018, p. 74). Sendo assim, a resposta esperada pelo MP necessitava da continuidade das pesquisas arqueológicas na área. Em junho de 2018 ocorre a retomada Mbya Guarani, em dezembro foi apresentado um novo projeto de outra equipe de arqueologia contratada pelo empreendedor, e em abril de 2019 um novo relatório.

Nesse projeto, em nenhum momento a presença Guarani na área é citada, a metodologia e as ações propostas não levam em conta uma ocupação indígena em um local com remanescentes arqueológicos. Mesmo com informações sobre Retomada da Ponta do Arado sendo veiculadas na mídia, a equipe de arqueologia parece não ter tomada ciência dela. No primeiro informe apresentado ao Iphan-RS a arqueóloga responsável afirma que "a área denominada de "roça 2" está ocupada por um acampamento indígena impossibilitando a realização das atividades previstas pelo projeto naquele local" (Barth, 2018, p. 1469). As fotos apresentadas para comprovar tal afir-

mação foram tiradas a distância e nenhum contato com o grupo indígena feito.

O parecer técnico do setor de arqueologia do Iphan-RS sobre esse relatório é importante, pois insere na sua análise e solicitações a Política do Patrimônio Cultural Material pela primeira vez. Partindo das premissas e princípios apresentados mais acima, o Iphan-RS aponta para a necessidade de contato com os Mbya Guarani pois "não consta no documento apresentado que a comunidade acampada tenha sido procurada pela equipe de arqueologia, de modo que não há informação acerca da posição destes ocupantes em relação à realização de pesquisa arqueológica na área" (Iphan, 2019, p. 1475). Entretanto, essa preocupação inicial de entender a posição dos indígenas acerca das pesquisas torna-se uma apreensão de que estes causem danos ao patrimônio arqueológico, pois estariam acampados na área do sítio. A solicitação e preocupação principal do Instituto é que a equipe de arqueologia gere os dados necessários para a resposta do MP, ou seja, um cadastro dos sítios arqueológicos na área e uma análise sobre o impacto a eles:

> Há que se observar a informação constante no processo de que esta área costuma ser usada como acampamento de pescadores, o que pode resultar em prejuízo ao contexto arqueológico. Da mesma forma, a presença do acampamento indígena sobre o sítio também pode resultar em danos ao contexto arqueológico. Por outro lado, a presença do acampamento pode inviabilizar o acesso ao solo para realização de levantamentos de superfície e subsuperfície nas áreas onde foram instaladas as estruturas do acampamento. Em suma, a caracterização desta área pela equipe de arqueologia é imprescindível para atualizar as informações do Iphan acerca deste sítio arqueológico e garantir medidas adequadas para a sua gestão (Iphan, 2019, p. 1475).

Desde a época do registro do sítio na década de 1990 já se sabia de acampamentos de pescadores na área e que podiam causar algum impacto ao sítio. Todavia, em nenhum momento do processo como um todo se solicitou alguma medida contra isso, a não ser a preservação do sítio *in locu*, ou seja, sem escavação. A presença Guarani com um acampamento mais fixo mudou a perspectiva do Iphan-RS. Inclusive a Retomada, que será nomeada *Tekoha Yjerê*[26] se a terra for demarcada, nunca é citada deste modo ao longo do processo de licenciamento – nem pela equipe de arqueologia, nem pelo Iphan-RS –, mas sempre como acampamento. Tal termo

26 Terra circundada por água; *Yy* = água; *jere* = volta, dobra.

dá um tom mais temporário e apolítico à ação dos Guarani. Mesmo que anteriormente o Instituto tenha citado a necessidade de algum relato sobre a posição das famílias Mbya, nas recomendações apresentadas sobre o relatório, isso desaparece. O Iphan-RS solicita mais informações sobre a "recepção do grupo acampado à equipe de arqueologia", "se houve alguma tentativa de contato, e como esta foi recebida" e, principalmente a "avaliação da arqueóloga acerca da situação atual da área – extensão do acampamento, quantidade de estruturas, etc., e suas considerações acerca dos impactos deste acampamento na área" (Iphan, 2019, p. 1476). Diferentemente do que a PPCM instaura, o Iphan-RS não está solicitando uma consulta com os Guarani, mas apenas um contato. Esse contato foi feito pela equipe, e, em um primeiro momento o cacique Timóteo negou acesso à área da Retomada para a prospecção. Em um segundo momento, em contato com outra liderança, eles foram liberados para efetuar a prospecção.

Segundo os mapas apresentados, o acampamento da Retomada estaria sobreposto a uma parte da área do sítio arqueológico. Entretanto, o relatório de diagnóstico arqueológico (Barth, 2019) aponta que apenas uma das sondagens feitas na área da Retomada deu positivo para material arqueológico. Ainda há material em superfície, pois os Guarani recolheram alguns fragmentos de cerâmica no local, principalmente para os mostrar para representantes do estado e repórteres, e afirmar a presença de seus ancestrais no local. Já na área prospectada para além da cerca que limitava a circulação das famílias Mbya – local de trânsito de veículos da empresa de segurança e do acampamento deles (inclusive com uma pequena habitação para passar a noite) –, onze sondagens feitas pela equipe de arqueologia deram positivo. A interpretação apresentada a partir disso no relatório é, primeiro que "não é possível analisar o grau/intensidade do dano causado pela ocupação indígena no local" (Barth, 2019, p. 2232) – em nenhum momento é citado o possível impacto causado pelo trânsito de veículos e dos seguranças contratados na área onde foram evidenciados uma quantidade maior de material arqueológico. Mas na conclusão do relatório, na última página, a equipe de arqueologia afirma que: "A constante locomoção do grupo na área do sítio (roça 2) acarreta a perturbação da fina camada estratigráfica ainda existente e consequentemente impede a preservação deste patrimônio arqueológico", enquanto o mesmo "não será impactado pelo empreendimento" (Barth, 2019, p. 2235). A interpretação de dano aqui (o qual em realidade não se caracteriza pelas dados apresentados) é apenas aquele de caráter material, não se leva em conta que a descaracterização da paisagem do entorno dos sítios por um condomínio de luxo e a dificuldade de acesso a eles ao transformar a única entrada por terra em uma área privada pode causar impacto, seja de fruição da comunidade e de povos indígenas ao local, seja pela perda de

características ambientais importantes para compreender o contexto arqueológico e também tradicionais dos Mbya Guarani.

O outro sítio arqueológico identificado, localizado mais afastado da orla do Guaíba, foi delimitado e alvo de sondagens pela equipe de arqueologia. Todo o material encontrado (fragmentos cerâmicos e líticos) foi levado para a instituição de endosso[27], para posterior análise e guarda. Novas fichas de registro[28] foram feitas, agora separando os dois sítios arqueológicos[29], não relacionando eles de qualquer maneira e os delimitando apenas através da presença de cultura material. Em nenhum momento a equipe de arqueologia consultou os Mbya Guarani sobre esse outro sítio e nem o setor de arqueologia do Iphan-RS solicitou algum tipo de consulta a respeito de intervenções nele, sua proteção e gestão do material arqueológico – a preocupação era apenas com o sítio passível de impacto pela Retomada. Para o prosseguimento da pesquisa, ou seja, a proposição de medidas para a proteção e salvaguarda de sítios arqueológicos, o Iphan-RS aponta a importância de que se considere o arcabouço legal da PPCM – especialmente o princípio de indissociabilidade – e "a complexidade das relações que se estabeleceram no local do sítio arqueológico RS-JA-16, mesmo que este não seja impactado diretamente pelo empreendimento" (Iphan, 2020, p. 2261). Logo, forma-se uma grande contradição, a definição de sítio arqueológico continua sendo definida pela Lei 3.924, mas as estratégias de preservação e gestão do mesmo devem ser debatidas e consultadas com os povos indígenas. Como propor planos para isso, se o alvo deles pode ter uma outra concepção para as populações que devem ser consultadas e dizer como se preservar e gerir?

Conclusão

Os Mbya Guarani que aportaram na beira do Lago Guaíba não apenas retomaram um território, mas também reativaram esse local e os seus fragmentos materiais do

27 A instituição de endosso apresentada pela segunda equipe de arqueologia é outra daquela do início do projeto. Os materiais arqueológicos retirados do sítio RS-JA-16 desde a década de 1990 se encontram na cidade de Porto Alegre. A nova instituição de guarda se localiza no interior do estado, fazendo com que a coleção referente a esse sítio tenha se dispersado, algo não aconselhado por profissionais da arqueologia e da museologia, mas não institucionalizado pelo Iphan.

28 O parecer do Iphan-RS indeferiu as fichas, principalmente por não apresentarem os dados exatos da localização dos limites dos mesmos, mas a não apontou problemas na definição legal deles.

29 O segundo sítio foi registrado como RS-PA-01.

passado tanto cosmologicamente, quanto politicamente. Não há muitos trabalhos etnográficos ou etnoarqueológicos que tratem sobre as interpretações Guarani dos artefatos arqueológicos. Algumas pesquisas sobre a fabricação de vasilhames cerâmicos Guarani tiveram etapas onde oleiras e lideranças foram levados em reservas técnicas para analisar o acervo arqueológico. Todavia, na grande maioria das vezes o objetivo eram os relatos acerca das formas, iconografia e nomenclatura desses objetos.

Etnografias sobre os artefatos considerados tradicionais pelos Mbya Guarani, como o petyngua[30] (cachimbo), adornos e alguns instrumentos musicais, demonstram como o próprio corpo Guarani é constituído pela relação com esses objetos, estes sendo uma extensão daquele (Assis, 2006, p. 149). Artefatos que também possuem um ciclo vital, pois vão ganhando vida aos poucos através da ação humana e de sua ativação (Montardo, 2002, p. 170), podendo ser também materializações de encontros e relações com divindades, com seres e substâncias extra-humanas e até de antigas memórias sobre seus antepassados (Baptista da Silva, 2013, p. 48). Se esses objetos são seres, substâncias, encontros, relações, agências e fluxos, como encaixá-los em uma concepção ocidental e moderna de patrimônio, de objeto arqueológico, etnográfico e/ou museológico?

O que esse episódio da Retomada da Ponta do Arado traz é que essa discussão, mesmo dentro do âmbito do licenciamento ambiental e na luz de novas políticas e legislações sobre patrimônio cultural, não abrange apenas a questão da materialidade de artefatos arqueológicos para os povos indígenas, mas envolve também o fator da temporalidade, já que esses objetos podem remeter a passados históricos e/ou mitológicos, e à relação com seres não-humanos, como divindades. Os fragmentos cerâmicos Guarani na beira da Ponta do Arado estavam, até então, esquecidos – sendo apenas uma parte de uma discussão legal e burocrática sobre a definição de sítio arqueológico. Entretanto, quando os Mbya voltam para esse local após talvez centenas de anos, esses artefatos voltam a ter agência e são atualizados (Barcelos Neto, 2008), tomando parte essencial em um discurso e uma luta pelo pertencimento a um território e pelos direitos dos povos indígenas. Essa reativação dos objetos e retomada do território mostram também as incongruências de políticas do estado sobre o patrimônio. Elas podem, no texto, pregar conceitos como a indissociabilidade do caráter material e imaterial de bens, a ressignificação que eles podem passar na contemporaneidade e a participação de populações indígenas na gestão de locais e objetos, todavia, na prática continuam engessadas em perspecti-

30 *Pety* = fumo, tabaco; *gua* = recipiente.

vas coloniais e ocidentais, nas quais os especialistas ainda são aqueles que detêm o poder de decisão e definição de entidades e práticas.

O processo de licenciamento na Ponta do Arado ainda não foi finalizado[31], e toda a questão envolvendo a retomada Mbya Guarani, seu direito pela terra e sua permanência no local continua em disputa, tendo a arqueologia um importante papel nela. O Iphan-RS solicitou alterações e complementações no relatório, e os novos desdobramentos da Retomada, com a vitória na justiça para o início de um processo na Funai de demarcação, deixaram os trâmites em suspenso. Esse evento como um todo faz pensar sobre diversas questões como a prática arqueológica em áreas de conflito socioambiental, sua participação em processos de licenciamento ambiental, a definição de impacto e preservação e sobre a consulta a povos indígenas acerca do patrimônio arqueológico. No Rio Grande do Sul há uma grande fragmentação do território indígena Guarani em pequenas terras indígenas e uma dispersão muito grande de sítios arqueológicos ligados a esse povo por todo o estado. O processo histórico de violência e de esbulho de terras não é levado em conta quando se pensa na consulta aos povos indígenas para pesquisas em sítios arqueológicos, numa lógica de que na grande maioria das vezes estes estão longes das terras demarcadas – como se a distância geográfica significasse também uma distância étnica e de possibilidade interpretativa. Mas e quando, ao invés de os arqueólogos irem até os indígenas com perguntas sobre objetos, os próprios indígenas retomarem seus territórios e irem até os arqueólogos com demandas e novas concepções sobre patrimônio e território? A Retomada da Ponta do Arado mostra um pouco como isso seria.

Referências Bibliográficas

AGUILAR, R. A. S. **Cidade rururbana de Porto Alegre: uma análise etnoconservacionista sobre as áreas protegidas e os espaços de circulação Guarani-Mbya**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS, 2013.

ASSIS, V. S. **Dádiva, Mercadoria e Pessoa: as trocas na constituição do mundo Mbyá-Guarani**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre: UFRGS, 2006.

31 Até o fechamento desse artigo, a última movimentação do processo no SEI foi em fevereiro de 2020.

BAPTISTA DA SILVA, S. Cosmo-ontológica mbyá-guarani: discutindo o estatuto de "objetos" e "recursos naturais". **Revista de Arqueologia**, Vol. 26, No. 1, p. 42-54, 2013.

BAPTISTA DA SILVA, S.; TEMPASS, M. C; COMANDULL, C. S. Reflexões sobre as especificidades Mbyá-guarani nos processos de identificação de Terras Indígenas a partir dos casos de Itapuã, Morro do Coco e Ponta da Formiga, Brasil. **Amazônica**, Vol. 2, No. 1, p. 10-23, 2010.

BARCELOS NETO, A. Choses (in)visibles et (im)périssables : Temporalité et materialité des objets rituels dans les Andes et en Amazonie. **Gradhiva**, Vol. 8, p. 112-129, 2008.

BARTH, M. A. "Carta externa" In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Processo Administrativo Nº 01512.001438/2011-69**, 2018.

BARTH, M. A. Relatório de disgnóstico arqueológico interventivo, prospecção intensiva e educação patrimonial no empreendimento urbanístico Ponta do Arado, bairro Belém Novo, município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Processo Administrativo Nº 01512.001438/2011-69**, 2019.

BRASIL, **Documento Legal nº 375**, de 17 de agosto de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.

BRASIL, **Instrução Normativa nº 1**, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

BRASIL, **Lei nº 3.924**, de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BRASIL, **Portaria SPHAN nº 07**, de 01 de dezembro de 1988.

BRASIL, **Portaria nº 127**, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

BRASIL, **Portaria nº 241**, de 19 de novembro de 1998.

BRASIL, **Portaria nº 316**, de 4 de novembro de 2019. Estabelece os procedi-

mentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Iphan.

BRASIL, **Portaria interministerial nº 419**, de 26 de outubro de 2011. Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007.

BRASIL, **Portaria interministerial nº 60**, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

BRIGHENTI, C. A. Necessidade de novos paradigmas ambientais: implicações e contribuição guarani. **Cadernos PROLAM/USP**, Ano 4, Vol. 2, p. 33-56, 2005.

CATAFESTO DE SOUZA, J. O.; MORINICO, J. C. P. Fantasmas das brenhas ressurgem nas Ruínas. Mbyá-Guranis relatam sua versão sobre as missões e depois delas. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T (org.). **História geral do Rio Grande do Sul 5: Povos indígenas.** Passo Fundo: Méritos, p. 301-330, 2009.

DIAS, A. S.; BAPTISTA DA SILVA, S. Arqueologia guarani no lago Guaíba: refletindo sobre a territorialidade e a mobilidade pretérita e presente. In: MILHEIRA, R. G., WAGNER, G. P. (org.). **Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil.** Curitiba: Appris, p. 81-114, 2014.

DIAS, A. S.; BAPTISTA DA SILVA, S. Seguindo o fluxo do tempo, trilhando o caminho das águas: territorialidade guarani na região do lago Guaíba. **Revista de Arqueologia**, Vol. 26, No. 1, 2013, pp. 58-70.

EDGEWORTH, M. On the boundary: new perspectives from ethnography of archaeology. In: GARROW, D.; YARROW, T (eds.). **An offprint from Archaeology and Anthropology**. Oxbow Books, p. 54-68, 2010.

GAULIER, P. L. Ocupação pré-histórica guarani no município de Porto Alegre, RS: considerações preliminares e primeira datação do sítio arqueológico [RS-71-C] da Ilha Francisco Manoel. **Revista de Arqueologia**, Vol. 14-15, p. 57-73, 2001-2002.

GNECCO, C. Heritage in Multicultural Times. In: WATERSON, E.; WATSON, S. (eds.). **The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research**. Palgrave Macmillan, p. 263-280, 2015.

HAMILAKIS, Y. From Ethics to Politics. In: HAMILAKIS, Y.; DUKE, P. (eds.). **Archaeology and Capitalism: from ethics to politics**. Left Coast Press, p. 15-40, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo Administrativo Nº 01512.001438/2011-69**, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. "Parecer Técnico nº. 361/2017 IPHAN-RS". In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **Processo Administrativo Nº 01512.001438/2011-69**, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. "Parecer Técnico nº 80/2019/COTEC IPHAN-RS/IPHAN-RS". In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **Processo Administrativo Nº 01512.001438/2011-69**, 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. "Parecer Técnico nº 20/2020/COTEC IPHAN-RS/IPHAN-RS". In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **Processo Administrativo Nº 01512.001438/2011-69**, 2020.

JASANOFF, S. The idiom of co-production. In: JASANOFF, S. **States of Knowledge: The co-production of science and social order**. Routledge, p. 1-12, 2006.

LATOUR, B. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno, **Revista de Antropologia**, Vol. 57, No. 1, São Paulo, USP, p. 11-31, 2014.

LOWENKRON, L.; FERREIRA, L. Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant**, Vol. 11, No. 2, p. 75-111, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. "OF/NUCIME/PR/RS/Nº 1789/2018". In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **Processo Administrativo Nº 01512.001438/2011-69**, 2018.

MONTARDO, D. L. O. **Através do Mbaraka: música e xamanismo Guarani**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo: USP, 2002.

NICHOLAS, G.; HOLLOWELL, J. Ethical challenges to a postcolonial archaeology: the legacy of scientific colonialism. In: HAMILAKIS, Y.; DUKE, P. (eds.). **Archaeology and Capitalism: from ethics to politics**. Left Coast Press, p. 59-82, 2009.

NIMUENDAJU, C. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo, Hucitec, 1987.

NOELLI, F. S. **Sem tekohá não há tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio do delta do rio Jacuí-RS**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre: PUCRS, 1993.

NOELLI, F. S.; SILVA, F. A.; VIETTA, K.; TOCCHETTO, F. B.; CAPPELLETTI, A.; COSTA, J. F. G.; SOARES, A. L. R.; MARQUES, K. J. O Mapa arqueológico parcial e a revisão historiográfica a respeito das ocupações indígenas pré-históricas no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Revista de História Regional**, Vol. 2, No. 1, p. 209-221, 1997.

OLIVEIRA, A. T. D. Diagnóstico arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo, município de Porto Alegre/Rio Grande do Sul. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **Processo Administrativo Nº 01512.001438/2011-69**, 2017.

OLIVEIRA, L. C. P. **Reconhecimento dos direitos territoriais indígenas: uma mediação entre os Guarani e o Estado**. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

PELLINI, J. R. Os sacerdotes da verdade: ética e o conceito de registro arqueológico. **Habitus**, Vol. 12, No. 2, p. 291-306, 2014.

PEREIRA, C. C.; PRATES, M. P. Nas margens da estrada e da história juruá: um ensaio sobre as ocupações Mbyá na região hidrográfica do Guaíba (estado do Rio Grande do Sul). **Espaço Ameríndio**, Vol. 6, No. 2, p. 97-136, 2012.

PISSOLATO, E. **A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)**. São Paulo: Unesp, 2007.

PRADELLA, L. G. S. Jeguatá: O caminhar entre os Guarani. **Espaço Ameríndio**, Vol. 3, No. 2, p. 99-120, 2009.

WITTMANN, M. A. S. **Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre: UFRGS, 2018.

WITTMANN, M. A. S. Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias. **Anuário Antropológico**, Vol. 44, p. 217-252, 2019.

POR UM MUSEU DO FORTE VIVO: ARQUEOLOGIA PÚBLICA JUNTO AOS QUILOMBOLAS DO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Louise Cardoso de Mello[1]
Elvis Pessoa (*in memoriam*)[2]
Edilaine Barros Fernandes[3]

Resumo

Este artigo apresenta o projeto de sensibilização e educação patrimonial, Por um Museu do Forte Vivo, desenvolvido junto à Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, para acompanhar a devolução do material arqueológico resgatado após o incêndio do Museu Nacional ao Forte Príncipe da Beira, na Amazônia rondoniense. Inspirada na campanha Museu Nacional Vive, a concepção do projeto esteve orientada por duas importantes reflexões. Primeiramente, como devolver esse patrimônio arqueológico à sociedade e, em específico, à comunidade quilombola do Forte não como migalhas, mas sim como vestígios de um novo capítulo a ser incorporado à biografia dos fragmentos e artefatos? Em segundo lugar, como esse processo de ressignificação nos obriga a repensar a forma como a coleção arqueológica é representada no Museu do Forte local? Por meio de uma metodologia de ensino-aprendizagem que emergiu da necessidade de se adaptar às restrições em tempos de pandemia, o artigo contribui ao debate sobre como fazer a arqueologia dialogar com o conhecimento estudado nas escolas, enfocando a produção de apostilas como ferramentas-chave da Arqueologia Pública para a construção de uma ponte mais do que necessária entre a universidade e o chão da escola. Em ocasião da inclusão do Forte Príncipe da Beira na lista indicativa a patrimônio da humanidade pela Unesco, este projeto persegue, portanto, um duplo objetivo. Por

1 Doutora em História com especialização em Arqueologia da Amazônia. Curadora da América Latina no Museu Britânico e chefe do Centro de Pesquisa Santo Domingo para a América Latina (SDCELAR). louise_ribeiro@hotmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2009-5724

2 Ex-Presidente da Associação Quilombola do Forte Príncipe da Beira (ASQFORTE) e técnico em Finanças pelo Instituto Federal de Rondônia (*in memoriam*).

3 Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Escola General Sampaio, distrito do Forte – Costa Marques/RO. edilainebfernandes@hotmail.com

um lado, pretende construir de forma coletiva a significância do Forte Príncipe da Beira, e por outro, busca "ressuscitar" não só o material arqueológico resgatado, mas também o Museu do Forte, fazendo-o renascer das cinzas do esquecimento e desuso, para se tornar um museu vivo e vivido, parte ativa da vida da comunidade quilombola e de sua trajetória de luta.

Palavras-chaves: Arqueologia Pública, Forte Príncipe da Beira, Museu Nacional, sensibilização patrimonial, comunidades quilombolas.

Abstract

This paper presents *Por um Museu do Forte Vivo*, the heritage awareness and educational project developed alongside the Forte Príncipe da Beira maroon-descendant community, with the aim of accompanying the return of the archaeological material rescued from the fire that ravaged Brazil's National Museum to the Amazonian fortress. Inspired by the *Museu Nacional Vive* campaign, the project was designed with two questions in mind. Firstly, how to return this archaeological collection to society, and more specifically, to the local maroon-descendant community, not as scraps, but as material testimonies to a new chapter to be incorporated into the biography of these fragments and artefacts. Secondly, how this process of resignification prompts us to rethink the way the archaeological collection is represented at the local Fortress' Museum. By means of a teaching--learning methodology derived from the need to adapt to the restrictions brought about by the pandemic, this article contributes to the debate on how archaeology may intersect with the production of knowledge in schools by focusing on the elaboration of school handouts as a key tool of Public Archaeology to bridge the gap between academia and schooling. Due to the inclusion of the Príncipe da Beira Fortress in Unesco's World Heritage tentative list, this project pursues two main objectives. On the one hand, it intends to collectively build the significance of the Príncipe da Beira Fortress, whereas on the other, it aims to "resurrect" not only the archaeological material rescued, but also the Fortress' Museum, by making it rise from the ashes of oblivion and disuse, to become a living museum with a new lease of life as an active part of the life and struggle of the local maroon-descendant community.

Keywords: Public Archaeology, Príncipe da Beira Fortress, National Museum of Brazil, heritage awareness, maroon-descendant communities

Educação Escolar Quilombola é um instrumento de luta, de identificação, de acolhimento dos conhecimentos locais e universais, de valorização da pessoa, da afirmação enquanto sujeitos de direitos.

Givânia da Silva[4]

O dia 2 de setembro de 2018 não só entrava para a história, mas também marcava para sempre nossa memória, conforme milhões de pessoas ao redor do Brasil e do mundo assistiam ao vivo o Museu Nacional ser consumido por um avassalador incêndio. Havia menos de três meses que o museu celebrara seu aniversário de 200 anos, sendo um icônico edifício histórico no Rio de Janeiro e a instituição científica mais antiga do país. Seu imenso acervo, estimado em mais de 20 milhões de itens, reunia coleções consideradas de referência em âmbito nacional, continental e/ou mundial, que salvaguardavam desde registros únicos da flora e fauna brasileira a vestígios materiais e imateriais que conformavam o patrimônio tanto nacional, como de toda a humanidade. O impacto do incêndio do Museu Nacional é, de fato, inestimável.

Parte desse trágico cenário foi a total destruição do laboratório onde estava armazenado o material arqueológico do Forte Príncipe da Beira (Costa Marques/RO), que incluía mais de sete mil fragmentos e artefatos que haviam sido amostrados no início desse mesmo ano para análise por parte da autora em sua pesquisa de doutorado. Vale ressaltar que a amostragem e conservação *in situ* desse material foram desenvolvidas na primeira fase de um projeto de Arqueologia Comunitária junto aos membros interessados da Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira (Cardoso De Mello, 2019). Quando do incêndio, 98% do material amostrado já havia sido analisado e fotografado.

Após um período de verdadeiro luto, a ânsia coletiva de luta foi canalizada na iniciativa Museu Nacional Vive, que abraçou as mais diversas ações destinadas a recuperar, reerguer e revitalizar o museu e tudo o que ele encerrava. Uma das principais foi a Campanha de Resgate, que esteve dedicada à cuidadosa recuperação e consolidação do acervo, bem como à quantificação dos danos (Cardoso De Mello, 2020), vindo a confirmar muitas perdas, mas também a renovar algumas esperanças.

4 Educadora e quilombola, Givânia da Silva é uma das fundadoras da CONAQ e desde 2023 é coordenadora-geral de Regularização de Territórios Quilombolas no INCRA (Silva, 2012).

Um marco transcendental de todo esse esforço chega precisamente quatro anos mais tarde, em ocasião do bicentenário da independência do Brasil, com a apresentação da fachada do museu totalmente restaurada, jorrando luz sobre novos tempos e uma outra efeméride: o Museu Nacional vive, e revive. Para muitos, o fogo que atingiu o Museu Nacional foi visto como um evento simbólico de um obscuro período sobre o qual o país se precipitava. Para outros, como é o caso dos Tupinambá da aldeia Maracanã, situada próxima ao Palácio de São Cristóvão, o fogo também foi visto como parte do ciclo da vida, uma espécie de morte que, entretanto, permite o renascimento. Conforme analisa João Pacheco de Oliveira (2019), curador das coleções etnológicas do Museu Nacional, após a catastrófica destruição do incêndio, o renascimento acontece com a reconstrução não apenas do museu, mas também de sua forma de representar a história e a memória da diversidade dos povos do Brasil.

Essa perspectiva foi vital na hora de olhar para o material arqueológico do Forte Príncipe da Beira resgatado dos escombros do Museu Nacional e de pensar como devolvê-lo à sociedade e, em específico, à comunidade quilombola do Forte não como migalhas, mas como vestígios de um novo capítulo a ser incorporado à biografia dos fragmentos e artefatos. Mais do que isso, este processo de ressignificação também nos leva a repensar a forma como a coleção arqueológica é representada no Museu do Forte local.

Inspirado na campanha Museu Nacional Vive, o projeto Por Um Museu do Forte Vivo[5] foi concebido com base nesses questionamentos e reflexões, para acompanhar a fase de devolução do material arqueológico ao Forte Príncipe da Beira em 2021. Diante disso, este artigo apresenta o processo de desenvolvimento e implementação desse projeto, que esteve voltado para a sensibilização e educação patrimonial junto a diferentes coletivos da Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, oferecendo uma reflexão sobre os principais desafios e resultados.

Em ocasião da inclusão do Forte Príncipe da Beira na lista indicativa a patrimônio da humanidade pela Unesco, este projeto foi ideado com um duplo objetivo. Por um lado, buscou-se construir de forma coletiva a significância do Forte, e por outro, "ressuscitar" não só o material arqueológico do Forte Príncipe da Beira, mas também o Museu do Forte, fazendo-o renascer das cinzas do esquecimento e desuso, para se tornar um museu vivo e vivido, parte ativa da vida da comunidade quilombola e de

5 Projeto financiado parcialmente pela FAPERJ (2018), pela Bolsa Santander Investigación (2019-2020) e pela Universidad Pablo de Olavide de Sevilha, Espanha (2020-2021).

sua trajetória de luta. Com isso, o artigo contribui ao debate sobre como fazer a arqueologia dialogar com o conhecimento estudado nas escolas, elencando as ferramentas que a Arqueologia Pública tem a empregar para decolonizar o currículo escolar. A coautoria deste trabalho é testemunha desta ponte tão necessária entre a academia e a escola, que este artigo se propõe a solidificar, para que nunca mais se deixe de transitar.

Do patrimônio e da memória: a Arqueologia Pública na interseção entre passado e presente

No despertar de 2003, era promulgada a inclusão obrigatória do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo dos ensinos fundamental e médio. Essa legislação seria retificada cinco anos mais tarde, em 2008, ampliando o ensino compulsório da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, na tão citada Lei 11.645. Desde então, a luta antirracista tem avançado desde a ocupação do currículo escolar à apropriação dos processos pedagógicos para, no caso das escolas indígenas, "trazer o saber indígena para a educação escolar" (Kaingang, 2019, p. 33), e também o saber afrodiaspórico para a educação escolar quilombola.

É interessante observar como a história tem sido identificada pelos povos originários e pelas comunidades tradicionais como instrumento de construção e ressurgimento de identidades étnicas, e como elemento de combate na defesa da integridade dos seus territórios e seus direitos de possuir e contar sua(s) própria(s) história(s) (Arruti, 2006). Ao longo da última década, em um contexto cada vez mais marcado pelas forças centrípetas da globalização e por processos centrífugos de etnogênese, a preocupação com a participação e o engajamento de comunidades indígenas e afrodescendentes no desenvolvimento de projetos de arqueologia tem sido tratados como compromisso ético por muitos pesquisadores.

Em 2019, esse compromisso ético-social chegou a ser elevado de tema de debate a lema da mudança de paradigma das denominadas "Arqueologias Sociais em um mundo globalizado" (Mizoguchi; Smith, 2019). No livro homônimo, os autores ressaltam a capacidade das comunidades locais de rescrever as histórias oficiais consolidadas em torno de monumentos que são usados como símbolos dos mitos da nação.

As experiências da Arqueologia Pública ou comunitária nas diversas regiões das Américas mostram como o modelo multivocal da metodologia participativa permite articular as diferentes escalas (local, nacional e mundial) da narrativa sobre o patrimônio (Atalay, 2008). Conforme destacam Cristóbal Gnecco e Carolina Hernández (2008), a Arqueologia Pública, enquanto prática reflexiva e socialmente

comprometida, dispõe dos meios e métodos para amparar o processo de ressignificação de referentes materiais da história oficial no contexto de autoafirmação de grupos étnicos locais. Ao analisar o contexto colombiano, os autores constatam algo que pode ser aplicado a uma conjuntura compartilhada por todo o continente latino-americano, onde

> [...] as histórias nacionais não só transformaram, apropriaram-se, apagaram e domesticaram as histórias locais, mas também estabeleceram um monopólio sobre a forma de representá-las (Gnecco; Hernández, 2008, p. 440. Tradução própria).

No Brasil, as experiências no âmbito da História ou da Arqueologia Pública têm depositado todos os seus esforços na democratização do acesso à informação produzida por pesquisadores, bem como na "construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões" (Almeida; Rovai, 2011, p. 7). Contudo, o processo de construção do conhecimento histórico ainda se depara com importantes limitações. Conforme destacam alguns estudiosos, a divulgação de estudos ao público não especialista ainda é insuficiente e persiste um distanciamento do ensino escolar com respeito às pesquisas acadêmicas (Meneses, 2018), o que acaba produzindo certo estranhamento do grande público com a academia.

De acordo com Marta Rovai (2017, p. 9), a História Pública precisa ir além da preocupação pelo ensino, pela divulgação do conhecimento ou pela preservação patrimonial, e ter como objetivo último "contribuir para que cada indivíduo ou comunidade possa pensar e entender sua própria história, a relação intrínseca entre passado, presente e futuro". O que Rovai aponta sobre o fazer social do historiador também pode – e precisa – ser aplicado na Arqueologia Pública.

Um exemplo bem-sucedido dessa linha de atuação pode ser encontrado no projeto de arqueologia e educação patrimonial realizado por Márcia Bezerra e Fernando Marques na Vila de Joanes, em Marajó junto à comunidade de Salvaterra. Essa experiência se debruça sobre questões de alta relevância para o presente projeto, como: a relação entre a memória social e o patrimônio arqueológico, o papel das ruínas na vida diária dos moradores, e o impacto do conhecimento produzido pelo projeto arqueológico, entre outros objetivos. Segundo constata Márcia Bezerra (2012), a memória coletiva acerca das ruínas da ocupação colonial missioneira da Vila de Joanes se relacionava não só com o domínio afetivo, mas também com um processo de presentificação do passado.

Ana Rios e Hebe Mattos (2005) enfatizam como as pesquisas voltadas para a construção de conhecimento sobre a história recente demonstram cada vez mais interesse pela memória coletiva e pelo modo como ela afeta a forma de comemorar, rememorar ou até mesmo de esquecer a história. Em ocasião do 244º aniversário do Forte Príncipe da Beira, celebrada em 20 de junho de 1776, o presidente da Associação Quilombola do Forte Príncipe da Beira (Asqforte) e coautor deste artigo, publicou o seguinte texto de sua autoria nas redes sociais:

> A minha casa tem a história mais bela. De sangue e suor se fizeram as muralhas do forte, entre línguas diversas e abraços de saudade de casa do país de origem surge uma nova nação, contradizendo ordem dos maiores surge uma história proibida de amor, com a destruída história de Ana Moreira surge o quilombo de príncipe da beira, construindo um sonho ainda desejado eis um povo arrojado que não desistiu de contar teu passado. Com uma importância grande dada aos militares do passado e do presente que passa pelo bandeirante Raposo Tavares aos passos de Mariano Cândido Rondon. Pessoas de culturas diferentes seguimos em frente eternizando esta história de grandes conquistadores. Ao orgulho dos militares passageiros ao orgulho de cada morador quilombola neste rincão do estado brasileiro. Parabéns Real Forte Príncipe da Beira!!!!!! (Pessoa, 2019)

O texto citado reflete fragmentos de uma história frequentemente rememorada nas conversas com diferentes membros da comunidade quilombola do Forte, perpetuada na memória comunitária e entrelaçada com fatos da história nacional e feitos de seus desbravadores e heróis. A rememoração do passado no presente produz uma história viva, em permanente diálogo com os conhecimentos produzidos pelas pesquisas científicas sobre a região e em constante ressignificação ao longo da trajetória de luta da comunidade por seus direitos constitucionais. As referências a "contar o passado" e "eternizar a história" evidenciam a presentificação do passado ao aludir aos "militares passageiros", diante dos "moradores" quilombolas que estão para ficar.

A figura da mulher negra, de nome Ana Moreira, por exemplo, é rememorada não só como antepassada legítima da comunidade, mas principalmente como habitante ancestral do território e, portanto, evidência da presença negra antes da ocupação portuguesa. De fato, há um conhecimento coletivo informado de que ao chegar ao Forte de Bragança, em abril de 1775, o engenheiro encarregado das obras, Domingos Sambucetti, relatou que se havia aquartelado "nas casas que fora da preta Ana Moreira", as quais havia encontrado, segundo ele, em muito mau estado (Carta, 1775, p. 126).

A menção às casas que haviam pertencido a Ana Moreira nas fontes históricas costuma ser popularmente interpretada em um contexto de expropriação. Esse passado é, portanto, constantemente revisitado e ressignificado no presente e na memória histórica da comunidade, traduzindo-se na leitura das formas de opressão atualmente vivenciadas, e vocalizando-se na denúncia recorrente de que mais de 200 anos depois, as Forças Armadas querem fazer o mesmo com a comunidade dos dias de hoje.

Em vista disso, é interessante constatar que a principal batalha travada no Forte Príncipe da Beira tem sido a batalha legal e a disputa epistêmica entre o Exército Brasileiro e a comunidade quilombola local. A construção do que Celso Castro (2006, p. 9-10) qualificou como "tradição inventada da conquista da Amazônia" pelo Exército Brasileiro se fundamenta sobre uma disputa pela antiguidade e continuidade da presença militar na região amazônica sob o lema "Fizemos ontem, faremos sempre!".

Essa tradição inventada se plasma em outro lema, situado este no pavilhão de comando do pelotão do Forte Príncipe da Beira, de autoria do ex-comandante General Rodrigo Otávio Ramos, que diz: "Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia, muito mais difícil, porém, foi a dos nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la". Ao confeccionar uma memória ancestral sobre a presença militar na Amazônia, o Exército Brasileiro não só exalta e se apropria do processo (violento) de conquista colonial, mas também justifica seu dever de continuá-lo. Diante da tão aclamada e autoproclamada missão de defender e "desenvolver" a Amazônia, a qual supostamente vem sendo realizada pelos militares desde o século XVI, restam-nos duas perguntas: quem têm sido os mais afetados por sua alegada defesa e quem têm sido os mais beneficiados por seu cobiçado desenvolvimento?

Publicações de caráter comemorativo produzidas por comandos militares, como o da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, defendem uma "presença militar contínua no sudoeste da Amazônia Ocidental" desde o século XVIII, alegando que "com a Proclamação da República, a guarnição que defendia o Real Forte Príncipe da Beira foi desativada por medida de economia e por estarem as nossas fronteiras muito bem delineadas" (Comando, 2018). Outras publicações em revistas militares de maior afã científico sugerem interpretar a fortaleza como "lugar de memória luso-brasileira", em linha com um discurso de exaltação da formação da nação e da identidade nacional (Paula, 2015). Nessa disputa de memórias, marcada por uma clara assimetria de poder entre minorias locais e forças hegemônicas, o entendimento da multivocalidade não pode se limitar a ouvir a diversidade de vozes, mas

precisa dar passo à plurivocalidade, de modo a garantir a representação das vozes da diversidade.

Se analisamos igualmente o discurso historiográfico produzido por integrantes de alta patente do Exército português, é difícil não reparar nas similaridades dialéticas sobre o papel dos militares no processo de ocupação do Pará e conquista do Amazonas, que se remete igualmente à expedição pelo rio Amazonas do alferes Pedro Teixeira (1637), quem teria tomado "posse [do território] em nome da Coroa Portuguesa" (Ferreira, 2002, p. 45-46). Porém, é ainda mais curioso observar como a mesma expedição de Teixeira que é tida pelo Exército Português como um marco da colonização do Brasil, é articulada por seu irmão de farda brasileiro como marco da colonização da Amazônia pelos militares. O Exército Brasileiro se coloca, portanto, como principal herdeiro direto do legado da dominação colonial, reproduzindo até hoje a lógica da colonialidade do poder.

Embora a luta da Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira por direitos territoriais se desenvolva há décadas (Cardoso De Mello, 2019), a longa batalha legal foi iniciada em 2014 mediante a apresentação de uma Ação Pública Judicial pelo Ministério Público Federal contra a União e o Incra, com o fim de obter a delimitação do território, como solução idônea para os conflitos locais com o Exército, que possui um pelotão de fronteira em frente ao Forte Príncipe da Beira, junto à comunidade.

Em 2015, em uma audiência de conciliação, o Exército apresentou uma proposta de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) para a regularização fundiária. No entanto, essa proposta não considerava a comunidade como quilombola, mas sim como "famílias de baixa renda que integram a comunidade da área adjacente ao Real Forte Príncipe da Beira" (Ferreira, 2020, p. 36). O questionamento da identidade comunitária por parte dos militares do pelotão é sintomático do racismo estrutural e colorismo institucional, conforme registrado nas palavras da professora Mary Nascimento (*in memoriam*):

> Eles não respeitam, não reconhecem, falam na nossa cara que a gente é boliviano, que a gente é nordestino, que a gente é qualquer coisa menos quilombola. Eles não respeitam nossa história, nossos antepassados, quem construiu isso. Eles falam que a gente é branco, amarelo, azul, de qualquer cor, mas não é preto (informação verbal de Mary Nascimento *apud* Ferreira, 2020, p. 34).

As vozes das mulheres da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira sobre o conflito fundiário com os militares são recopiladas no documentário *Aquarteladas*, produzido em 2018. Em resposta à vídeo-reportagem, o Exército alegou uma vez mais que o pelotão antecede a comunidade (Aranda, 2018).

A análise do processo de judicialização e negociação da convivência entre os quilombolas e o Exército realizada por Rebeca Ferreira (2020) ajuda a iluminar o que a autora classifica como "apartheid epistêmico", marcado pelo distanciamento físico e simbólico do campo jurídico com respeito às lutas sociais. De fato, a comunidade não só vive aquartelada, mas também com canhões apontados para ela, como bem observa Ferreira (2020). A CDRU foi rechaçada unanimemente pela comunidade quilombola, que até finais de 2022 ainda aguardava a delimitação do seu território.

Desde 2017, o Forte Príncipe da Beira está incluído na lista indicativa a patrimônio da humanidade pela Unesco enquanto bem seriado no Conjunto de Fortificações Brasileiras, cuja candidatura se pretende oficializar até 2024 por meio de uma parceria entre o IPHAN, a Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funceb) e o Governo Federal.

Um dos requisitos necessários para a apresentação dessa candidatura é a construção da significância do Forte Príncipe da Beira, à qual a presente pesquisa de doutorado espera contribuir de forma dialógica com a comunidade quilombola local, iluminando a plurivocalidade da interpretação desse patrimônio nacional. Para isso, o projeto Por um Museu do Forte Vivo, por meio da Arqueologia Pública, visa se aprofundar no processo de ressignificação do Forte Príncipe da Beira pela comunidade quilombola local, não só através de sua relação com as ruínas, mas também por meio da reocupação de espaços.

Da universidade ao chão da escola: decolonizando os currículos escolares através da Arqueologia Pública

Longe de ser uma ação isolada, o projeto de sensibilização e ensino-aprendizagem patrimonial Por um Museu do Forte Vivo dialoga com as experiências e (boas) práticas de outros projetos similares, muitos deles de maior respaldo institucional, que vêm sendo desenvolvidos no Brasil e no nosso continente. Afinal, o compartilhamento de conhecimentos e o intercâmbio de experiências são em si mesmo um fim perseguido pelo fazer da Arqueologia Pública.

Nesse sentido, de grande relevância para esta pesquisa foi o projeto institucional desenvolvido pelo Iphan com sete escolas nos municípios de Recife e Ilha de Itamaracá (Pernambuco) no contexto similar de inclusão do Forte de Orange no conjunto de 19 fortificações brasileiras candidatas a patrimônio mundial pela Unesco. Segundo explica a instituição, esse tipo de intervenção junto às comunidades locais é sempre observado na construção das candidaturas, nos casos aplicáveis, ressaltando que

> Além de garantir a difusão de informações sobre as fortificações e sua patrimonialização, o principal objetivo de toda a ação era conhecer as comunidades que habitavam o território localizado no entorno das fortificações, saber sobre as relações pessoais estabelecidas com esses bens, despertar reflexões sobre seu significado no passado e no presente, proporcionar novas apropriações e identificar outros valores até então desconhecidos, não identificados ou sequer atribuídos (Romeu, 2019, p. 12).

Dentre os diversos objetivos do projeto realizado junto às comunidades vizinhas ao Forte de Orange, está o de considerar "a significação afetiva e de memória coletiva de quem utiliza o território como espaço de vida e, portanto, como seu estimado jeito de ser e estar no mundo" (Romeu, 2019, p. 21). A maior escala desse projeto permitiu o desenvolvimento de inúmeras atividades lúdico-educacionais junto aos docentes e discentes das escolas locais, muitas das quais inspiraram a elaboração das unidades concebidas neste projeto, como o Mapa afetivo, os Objetos biográficos, as Cartas a quem vem de longe e as Histórias locais, contadas por avós ou antepassados.

Outra pesquisa que contribuiu para a perspectiva intergeracional do presente projeto foi o trabalho desenvolvido junto ao quilombo (afro)indígena de Tiririca dos Crioulos, no sertão pernambucano. Essa atuação esteve voltada para a "busca participativa no inventário dos seus bens de patrimônio cultural" e na configuração

de um "território de memórias" formado por narrativas daqueles que já não estão e daqueles mais jovens diante da "possibilidade de outro mundo" (Sá *et al.,* 2016, p. 7). Nessa mesma linha, cabe destacar o Proyecto de Investigación Arqueológico Regional Ancach, desenvolvido no sítio arqueológico e comunidade rural de Hualcayán, na serra de Ancash, no Peru. O projeto inclui a cocreação de um museu comunitário e a realização de oficinas de história oral com crianças e jovens da comunidade de modo a engajar os estudantes ao (re)descobrirem sua história (Bria; Cruzado Carranza, 2015).

Além de oferecerem uma importante contribuição ao campo, todos esses projetos e experiências produziram insumos e resultados palpáveis para a comunidade, seja na forma de publicação de livros, na produção de documentários ou até na construção de museus. Com isso em mente, a iniciativa *Por um Museu do Forte Vivo* foi desenhada não apenas para compartilhar os resultados, mas principalmente para revertê-los para a comunidade. Esta ação é o resultado da adaptação do projeto de difusão e sensibilização patrimonial inicialmente planejado para 2020 no formato de uma oficina de uma semana junto aos discentes e docentes da escola local e por meio de entrevistas semiestruturadas com membros interessados da comunidade, principalmente os idosos e as ex-integrantes da associação de mulheres, que havia deixado de existir recentemente.

Enquanto as entrevistas buscavam conhecer o processo mais recente de transformação e ressignificação do patrimônio e da paisagem através das gerações e do papel desenvolvido pelas mulheres, as atividades em sala de aula estavam orientadas à valoração e educação patrimonial. Contudo, devido à pandemia do coronavírus, que atingiu de forma particularmente grave as populações indígenas e tradicionais nos estados do Amazonas e de Rondônia, o projeto teve de ser adaptado à nova realidade do ensino remoto e de distanciamento e limitação da interação social, porém sem necessariamente perder seu foco. Ainda assim, em meio a tantas mudanças, uma pergunta permanecia: como elaborar uma atividade de educação patrimonial com todas essas restrições?

Diante da suspensão do ensino presencial no Distrito do Forte, as apostilas se mostraram um instrumento-chave para o redesenho de uma abordagem renovada, aqui denominada metodologia de ensino-aprendizagem patrimonial. Essa metodologia visou trabalhar os temas e objetivos gerais acima referidos de forma transversal junto aos alunos do 6º ao 9º ano da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental General Sampaio, através de unidades temáticas incluídas nas apostilas, cada uma com objetivos específicos para cada turma.

Com isso, o foco principal dessa metodologia é a construção dialógica junto à comunidade quilombola da significância do Forte Príncipe da Beira a partir da valorização dos conhecimentos, da historicidade e das vivências comunitárias. Nesse sentido, o enfoque de ensino-aprendizagem busca enfatizar essa relação dialógica, a qual vai além da educação patrimonial ao situar as crianças e adolescentes como agentes que aprendem e também ensinam e contribuem na construção do conhecimento.

A devolução do material arqueológico resgatado no Museu Nacional ao Forte Príncipe da Beira apresentou um contexto *sui generis* para trabalhar junto aos estudantes da comunidade quilombola a importância e o significado de patrimônio, assim como o papel dos museus em sua conservação e representação. Essa reflexão foi usada como ponte para levar a discussão sobre a significância do patrimônio local da pesquisa acadêmica ao chão da escola.

Por um Museu do Forte Vivo: desafios em tempos de pandemia e aprendizados para um futuro pós-pandêmico

O projeto Por um Museu do Forte Vivo desenvolvido em 2021 junto aos discentes do Ensino Fundamental da Escola General Sampaio, situada dentro do aquartelamento militar no Distrito do Forte, em Costa Marques/RO, contou com o importante apoio da direção da escola, que recebeu a iniciativa de braços abertos. Em linha com o pensamento freiriano, a elaboração das apostilas dentro do projeto buscou não se limitar a compartilhar o conhecimento produzido sobre o Forte Príncipe da Beira e a história regional pela pesquisa de doutorado, mas sim gerar as possibilidades para a construção e a (re)produção do conhecimento comunitário.

Com isso em mente, foram desenhadas quatro unidades, uma para cada ano, que foram incluídas nas apostilas bimestrais do primeiro semestre de 2021, as quais são disponibilizadas integralmente na tese de doutorado, atualmente, em processo de conclusão. Cada unidade foi concebida para uma disciplina distinta para abordar o tema do patrimônio de modo transversal e transdisciplinar: Artes (6º ano), Geografia (7º ano), Língua Portuguesa (8º ano) e História (9º ano). Vale destacar que todas as unidades observam os objetos de conhecimento e as habilidades previstas na base nacional comum curricular e no referencial curricular do estado de Rondônia.

Nesta fase do projeto, teve especial destaque a atuação da professora de Educação Infantil e Fundamental da Escola General Sampaio e coautora do presente artigo. Ao entregar as apostilas aos responsáveis dos alunos, a professora explicava o projeto Por um Museu do Forte Vivo e assessorava os(as) discentes através do WhatsApp.

As respostas e o preenchimento dos exercícios dessas unidades foram corrigidos pela própria professora e compartilhados com a autora principal do projeto, sempre protegendo a confidencialidade dos dados. Cabe sublinhar que nenhum dado resultante dessas unidades temáticas é citado ou referenciado sem a devida autorização por escrito dos responsáveis.

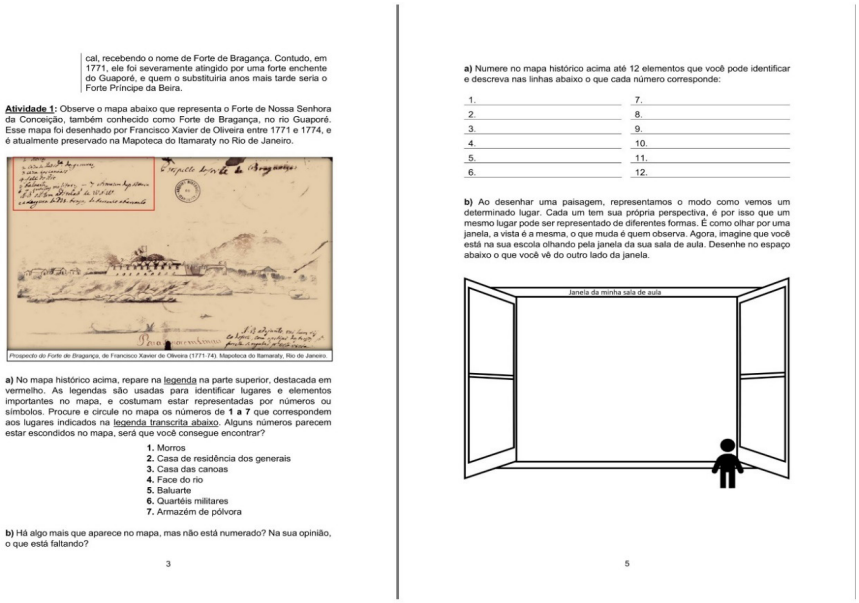
Cada unidade buscou trabalhar com os(as) alunos(as) conceitos-chave relacionados ao patrimônio e sua preservação, focando em ferramentas conhecidas da educação patrimonial com vistas a incitar a reflexão e a produção de conteúdo criativo por parte dos(as) discentes, conforme esquematizado na tabela a seguir (Figura 1). Em cada unidade, buscou-se também incluir um exercício voltado para os "Saberes dos mais velhos", com o intuito de valorizar, resgatar e registrar os conhecimentos dos familiares ancestrais do núcleo de convivência do(a) discente, sempre respeitando as medidas de segurança da pandemia de coronavírus para proteger nossos idosos.

ANO	DISCIPLINA	UNIDADE DIDÁTICA	CONCEITO - CHAVE	FERRAMENTA
6º	Artes	Cartografia afetiva do Forte Príncipe da Beira	Mapa Cartografia	Mapa afetivo
7º	Geografia	Forte Príncipe da Beira: candidato a Patrimônio Mundial	Patrimônio mundial	Redação com Carta para o visitante
8º	Língua Portuguesa	Os museus e seu papel na preservação do nosso patrimônio: O Museu Nacional Vive	Patrimônio cultural e natural	Redação sobre o Museu do Forte
9º	História	O Forte Príncipe da Beira através dos objetos e artefatos arqueológicos	Artefato Bem cultural móvel e imóvel	Objetos biográficos

Figura 1. Resumo esquemático do projeto de ensino-aprendizagem *Por um Museu do Forte Vivo*

A primeira das unidades, desenvolvida para o 6º ano na disciplina de Artes, enfocou no tópico da *Cartografia Afetiva do Forte Príncipe da Beira* para trabalhar sobre a interpretação e representação gráfica do espaço, do território e da territorialidade a partir das experiências locais e vivências cotidianas, além de difundir o conhecimento sobre o patrimônio regional e sua história local (Figura 2). Nesse sentido, essa unidade trabalha os conceitos-chave de "mapa" e "cartografia" enquanto representação não somente física do espaço (e seu estudo), mas também de sua realidade social, ambiental, econômica, histórica, cultural, e também sentimental, por meio dos mapas afetivos.

Essa unidade destaca ainda a relevância interdisciplinar da cartografia para o estudo da geografia, da história, assim como das artes, além de introduzir dados nem sempre conhecidos sobre a fortaleza e sua população. Ao fazer uso de mapas históricos, os exercícios promovem a interação dos alunos, que são convidados a interpretar diferentes perspectivas, identificar e escrever itens no mapa a partir das legendas e produzir suas próprias representações do território por meio de desenhos. Cada mapa aborda um aspecto distinto da história do Forte, desde sua construção e seus habitantes e trabalhadores negros e indígenas, até seu abandono e necessidade de preservação. Além disso, todo mapa é acompanhado do título, ano e o arquivo em que é preservado (seja no Brasil ou no exterior), de modo a enfatizar sua dimensão enquanto documento histórico.



cal, recebendo o nome de Forte de Bragança. Contudo, em 1771, ele foi severamente atingido por uma forte enchente do Guaporé, e quem o substituiria anos mais tarde seria o Forte Príncipe da Beira.

Atividade 1: Observe o mapa abaixo que representa o Forte de Nossa Senhora da Conceição, também conhecido como Forte de Bragança, no rio Guaporé. Esse mapa foi desenhado por Francisco Xavier de Oliveira entre 1771 e 1774, e é atualmente preservado na Mapoteca do Itamaraty no Rio de Janeiro.

Prospecto do Forte de Bragança, de Francisco Xavier de Oliveira (1771-74). Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

a) No mapa histórico acima, repare na legenda na parte superior, destacada em vermelho. As legendas são usadas para identificar lugares e elementos importantes no mapa, e costumam estar representadas por números ou símbolos. Procure e circule no mapa os números de **1** a **7** que correspondem aos lugares indicados na legenda transcrita abaixo. Alguns números parecem estar escondidos no mapa, será que você consegue encontrar?

1. Morros
2. Casa de residência dos generais
3. Casa das canoas
4. Face do rio
5. Baluarte
6. Quartéis militares
7. Armazém de pólvora

b) Há algo mais que aparece no mapa, mas não está numerado? Na sua opinião, o que está faltando?

3

a) Numere no mapa histórico acima até 12 elementos que você pode identificar e descreva nas linhas abaixo o que cada número corresponde:

1. _____ 7. _____
2. _____ 8. _____
3. _____ 9. _____
4. _____ 10. _____
5. _____ 11. _____
6. _____ 12. _____

b) Ao desenhar uma paisagem, representamos o modo como vemos um determinado lugar. Cada um tem sua própria perspectiva, é por isso que um mesmo lugar pode ser representado de diferentes formas. É como olhar por uma janela, a vista é a mesma, o que muda é quem observa. Agora, imagine que você está na sua escola olhando pela janela da sua sala de aula. Desenhe no espaço abaixo o que você vê do outro lado da janela.

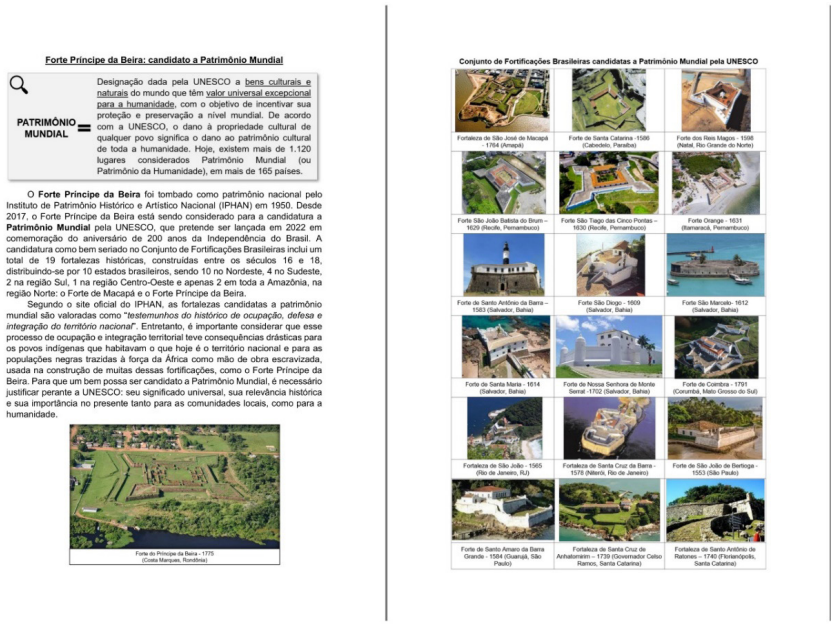
Janela da minha sala de aula

5

Figura 2. Extrato da apostila de Artes elaborada para o 6º ano sobre mapas e cartografia afetiva

A unidade do 7º ano foi desenhada para a disciplina de Geografia e introduz a temática da candidatura do Conjunto das 19 Fortificações Brasileiras a Patrimônio da Humanidade pela Unesco (Figura 3). Parte-se, assim, do conceito-chave de "patrimônio mundial" para dar a conhecer alguns aspectos relevantes das fortificações que compõem a candidatura como bem seriado e trabalhar sobre aspectos geográficos, como as distintas regiões do país representadas, os processos históricos de suas construções, com atenção especial ao Forte Príncipe da Beira.

Intitulada "Forte Príncipe da Beira: candidato a Patrimônio Mundial", a unidade explica a justificativa preliminar sobre a qual se apoia a candidatura. O exercício final, em formato de redação, incentiva o aluno ou aluna a expressar sua própria visão sobre o significado universal do Forte Príncipe da Beira em sua candidatura a Patrimônio Mundial, bem como a relatar sua relevância histórica e a importância do seu papel no presente tanto para a comunidade quilombola, como para o restante da sociedade. A modo de conclusão, pede-se aos alunos e alunas que resumam em um parágrafo o que eles diriam para um visitante de fora para incentivá-lo(a) a vir conhecer o Forte Príncipe da Beira, no formato de uma "carta ao visitante". O principal objetivo dessa unidade é que os(as) estudantes participem na coconstrução da significância da fortificação em sua candidatura a patrimônio da humanidade.



Forte Príncipe da Beira: candidato a Patrimônio Mundial

PATRIMÔNIO MUNDIAL =

Designação dada pela UNESCO a bens culturais e naturais do mundo que têm valor universal excepcional para a humanidade, com o objetivo de incentivar sua proteção e preservação a nível mundial. De acordo com a UNESCO, o dano à propriedade cultural de qualquer povo significa o dano ao patrimônio cultural de toda a humanidade. Hoje, existem mais de 1.120 lugares considerados Patrimônio Mundial (ou Patrimônio da Humanidade), em mais de 165 países.

O **Forte Príncipe da Beira** foi tombado como patrimônio nacional pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1950. Desde 2017, o Forte Príncipe da Beira está sendo considerado para a candidatura a **Patrimônio Mundial** pela UNESCO, que pretende ser lançada em 2022 em comemoração do aniversário de 200 anos da Independência do Brasil. A candidatura como bem seriado no Conjunto de Fortificações Brasileiras inclui um total de 19 fortalezas históricas, construídas entre os séculos 16 e 18, distribuindo-se por 10 estados brasileiros, sendo 10 no Nordeste, 4 no Sudeste, 2 na região Sul, 1 na região Centro-Oeste e apenas 2 em toda a Amazônia, na região Norte: o Forte de Macapá e o Forte Príncipe da Beira.

Segundo o site oficial do IPHAN, as fortalezas candidatas a patrimônio mundial são valoradas como "*testemunhos do histórico de ocupação, defesa e integração do território nacional*". Entretanto, é importante considerar que esse processo de ocupação e integração territorial teve consequências drásticas para os povos indígenas que habitavam o que hoje é o território nacional e para as populações negras trazidas à força da África como mão de obra escravizada, usada na construção de muitas dessas fortificações, como o Forte Príncipe da Beira. Para que um bem possa ser candidato a Patrimônio Mundial, é necessário justificar perante a UNESCO: seu significado universal, sua relevância histórica e sua importância no presente tanto para as comunidades locais, como para a humanidade.

Forte do Príncipe da Beira - 1775
(Costa Marques, Rondônia)

Conjunto de Fortificações Brasileiras candidatas a Patrimônio Mundial pela UNESCO

Fortaleza de São José de Macapá - 1764 (Amapá)
Forte de Santa Catarina -1586 (Cabedelo, Paraíba)
Forte dos Reis Magos - 1598 (Natal, Rio Grande do Norte)
Forte São João Batista do Brum – 1629 (Recife, Pernambuco)
Forte São Tiago das Cinco Pontas – 1630 (Recife, Pernambuco)
Forte Orange - 1631 (Itamaracá, Pernambuco)
Forte de Santo Antônio da Barra – 1583 (Salvador, Bahia)
Forte São Diogo - 1609 (Salvador, Bahia)
Forte São Marcelo- 1612 (Salvador, Bahia)
Forte de Santa Maria - 1614 (Salvador, Bahia)
Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat -1702 (Salvador, Bahia)
Forte de Coimbra - 1791 (Corumbá, Mato Grosso do Sul)
Fortaleza de São João - 1565 (Rio de Janeiro, RJ)
Fortaleza de Santa Cruz da Barra - 1578 (Niterói, Rio de Janeiro)
Forte de São João de Bertioga - 1553 (São Paulo)
Forte de Santo Amaro da Barra Grande - 1584 (Guarujá, São Paulo)
Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim – 1739 (Governador Celso Ramos, Santa Catarina)
Fortaleza de Santo Antônio de Ratones – 1740 (Florianópolis, Santa Catarina)

Figura 3. Extrato da apostila de Geografia elaborada para o 7º ano sobre a candidatura do Conjunto das Fortificações Brasileiras a patrimônio da humanidade pela UNESCO

A unidade do 8º ano foi desenhada para a disciplina de Língua Portuguesa, dentro do campo jornalístico-mediático, conforme estabelecido pelo MEC. Intitulada "Os museus e seu papel na preservação do nosso patrimônio", essa unidade apresenta uma matéria adaptada sobre o incêndio do Museu Nacional e suas consequências para a preservação do patrimônio que este guardava (Figura 4). Além de introduzir o tema central da unidade, o objetivo desse texto é explicar que uma parte do material arqueológico do Forte Príncipe da Beira estava entre as coleções atingidas pelo incêndio do Museu Nacional. Por outro lado, também se explica como cerca da metade dessa amostra foi resgatada após o incêndio, junto a outras peças do Museu, e que seria devolvida ao Forte em breve.

Após o texto, inclui-se um link e código QR que leva a um pequeno vídeo jornalístico sobre o Museu Nacional com um ângulo diferente, focado nas políticas públicas de preservação patrimonial e suas carências. Nessa unidade, os conceitos-chave de patrimônio cultural e natural são introduzidos e trabalhados nos seus dois exercícios voltados para a prática da leitura, compreensão e produção de texto. O primeiro exercício de interpretação de texto com quatro perguntas busca que o(a) aluno(a) reflita sobre o papel e a importância dos museus e da preservação patrimonial, relacionando o conteúdo do texto e a perspectiva do vídeo.

Já o segundo exercício foi desenhado para que o(a) aluno(a) possa ampliar suas reflexões a partir das próprias experiências locais. Nesse sentido, propõe-se ao discente que escreva uma redação sobre o museu na sua comunidade, descrevendo-o, relatando sua experiência ao visitá-lo e se incentiva os(as) estudantes a refletirem sobre sua importância, seus principais problemas e como gostariam que fosse o museu da sua comunidade. Nessa redação, o(a) discente é estimulado(a) a pensar sobre o que faria de diferente se um novo museu fosse criado e o que gostaria que estivesse representado. O objetivo desse exercício é fazer com que os alunos e alunas elaborem suas respostas sobre a importância do museu tanto como espaço de preservação do patrimônio quanto de representação da memória coletiva.



Os museus e seu papel na preservação do nosso patrimônio

PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

Bens de natureza material (como monumentos, prédios, paisagens naturais e objetos) e imaterial (como música, festas, saberes e tradições) que se referem à identidade, ação e memória coletiva dos diferentes povos e culturas que conformam a sociedade brasileira, incluindo: suas formas de expressão; seus modos de vida; suas criações científicas, artísticas e tecnológicas; suas obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; seus conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico. Cada nação é responsável de proteger, conservar e valorizar seu patrimônio cultural e natural, e também de transmiti-lo para as gerações futuras.

O incêndio do Museu Nacional: uma perda incalculável para o patrimônio e a memória não só do país, mas de toda a humanidade

(Fonte: Adaptado de UOL, "Ciência - o que o Brasil perdeu com o incêndio do Museu Nacional?" por Carolina Cunha, Novelo Comunicação.)

No dia 2 de setembro de 2018, o Museu Nacional foi consumido por um incêndio de grandes proporções, no que é hoje considerado a maior tragédia museológica do Brasil. Localizado no Rio de Janeiro, o Museu Nacional foi fundado por D. João VI e celebrava 200 anos. Era, portanto, a primeira instituição

2

científica do país e um dos edifícios históricos mais antigos da cidade, tendo servido como residência da família real desde sua chegada ao Brasil, em 1808.

Como uma sociedade pode preservar a sua memória? O museu é o lugar onde se guardam vestígios do passado de importância para a história de um país, de uma época e de um povo. O museu exerce uma função científica na produção de conhecimento através da pesquisa. Quando visitamos um museu, ele cumpre também um papel social e educativo na divulgação de conhecimento sobre seus bens culturais e naturais e na transmissão da memória. É como uma biblioteca de nossas memórias enquanto humanidade. Por isso, a destruição de suas coleções também significa o fim de parte da história do Brasil e do mundo.

O Museu Nacional possuía um acervo de mais de 20 milhões de itens, incluindo um Herbário com 550 mil espécimes de plantas brasileiras e a Biblioteca de Antropologia, a maior do continente com mais de 537 mil livros. Um dos poucos elementos que resistiram às altas temperaturas do fogo foi o Meteorito de Bendegó, que ficou intacto em meio aos escombros do edifício.

Meteorito de Bendegó

A seção de Paleontologia exibia fósseis e a réplica do *Maxakalisaurus topai*, o maior dinossauro já montado no país, com cerca de 13 metros de comprimento e 9 toneladas. O destaque da seção de Arqueologia era Luzia, nome dado a um dos fósseis humanos mais antigos encontrados na América do Sul, com mais de 11 mil anos. Luzia era considerada a "primeira brasileira".

Crânio de Luzia

Trono de Daomé

A seção de Etnologia era riquíssima, com mais de 40 mil artefatos. A coleção de Etnologia Indígena era a maior do país, representando mais de 300 povos indígenas, muitos deles já extintos. "É como se fôssemos extintos novamente", disse o historiador indígena Daniel Tutushamum Puri. Vários objetos também ajudavam a contar a história dos povos africanos e afrodescendentes no Brasil. Com cerca de 700 itens, a coleção de Etnologia Africana e Afro-brasileira era uma das mais importantes do mundo. Dentre as peças destruídas está o trono do rei africano Adandozan (1718-1818), do Reino do Daomé (atual Benim).

Já a coleção de Egiptologia era considerada a maior da América Latina. Considerado nosso primeiro "egiptólogo", Dom Pedro II havia viajado em 1876 para o Egito, onde recebeu o caixão da Dama Sha-Amun-en-su como presente.

Caixão de Sha-Amun-en-su

Os museus abrigam não só bens históricos, culturais e naturais, mas também a memória dos povos brasileiros, e por isso, devem ser preservados diante dos perigos que ameaçam a integridade de seus acervos e edifícios. Portanto, precisam ser constantemente cuidados e modernizados. O incêndio devastador do Museu Nacional não é um caso isolado no país. Várias instituições culturais sofrem com a falta de manutenção e de investimento, o que demonstra a necessidade de atuação dos governos e de políticas públicas para a preservação do nosso patrimônio cultural.

3

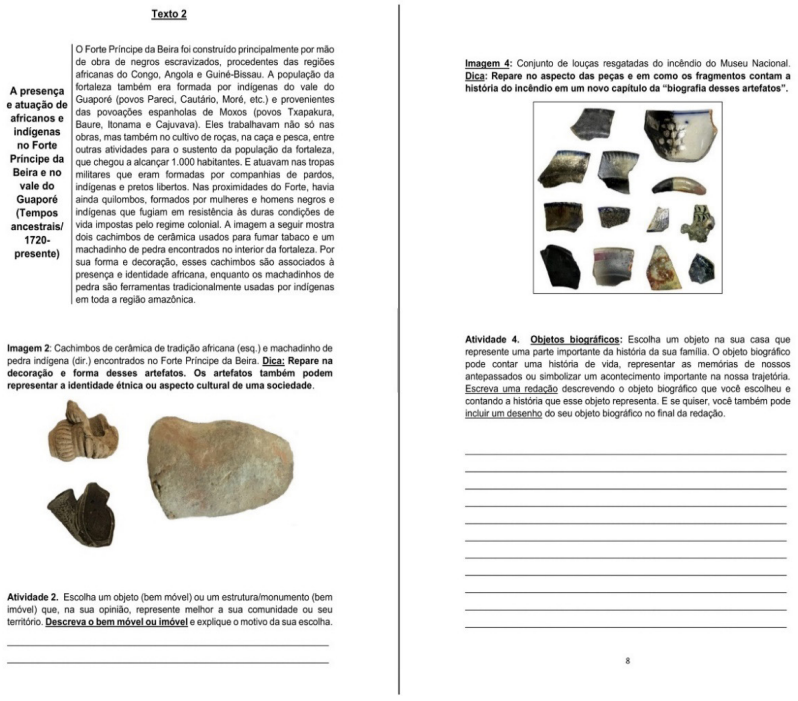
Figura 4. Extrato da apostila de Língua Portuguesa elaborada para o 8º ano sobre o incêndio do Museu Nacional e o papel dos museus na preservação patrimonial

Por último, a unidade do 9º ano foi desenhada para a disciplina de História. Intitulada "O Forte Príncipe da Beira através dos objetos e artefatos arqueológicos", essa unidade explorou o tópico dos objetos biográficos como ferramenta para trabalhar sobre o modo como os objetos podem contar histórias e carregar memórias, e como os artefatos arqueológicos podem representar e expressar materialmente a identidade, a territorialidade e aspectos culturais de uma sociedade (Figura 5). A partir dos conceitos de artefato e bem cultural móvel e imóvel a unidade busca promover a interpretação da história local através dos artefatos arqueológicos, a partir do caso específico do Forte Príncipe da Beira.

Ao longo de quatro exercícios, os temas abordados são os mais variados, indo desde a presença negra e indígena no registro arqueológico, até a representação material da religiosidade e da memória dos ancestrais sobre a época da borracha nos seringais do Guaporé. Essa abordagem cumpre o objetivo adicional de difundir e compartilhar o conhecimento sobre o material arqueológico do Forte Príncipe da Beira adquirido ao longo da pesquisa com os(as) discentes e docentes. Com o apoio

de diferentes recursos audiovisuais, em linha com as recomendações da BNCC, a unidade explora a materialidade das manifestações culturais de matriz africana, para promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial da região, através da Festa do Divino.

Com o fim de exemplificar como os objetos podem contar histórias, trajetórias ou recordações de acontecimentos importantes, o exercício final apresenta a relação entre o Forte Príncipe da Beira e o Museu Nacional, explicando como suas histórias se conectaram devido ao incêndio, representado pelas peças resgatadas. Por fim, os alunos e alunas são convidados(as) a escolherem um objeto que represente uma parte importante da história da sua família. Após esclarecer que o objeto biográfico pode contar uma história de vida, representar as memórias de nossos antepassados e simbolizar um acontecimento importante na nossa trajetória, pede-se que os(as) discentes desenhem seus objetos e compartilhem a sua história.



Texto 2

A presença e atuação de africanos e indígenas no Forte Príncipe da Beira e no vale do Guaporé (Tempos ancestrais/ 1720-presente)

O Forte Príncipe da Beira foi construído principalmente por mão de obra de negros escravizados, procedentes das regiões africanas do Congo, Angola e Guiné-Bissau. A população da fortaleza também era formada por indígenas do vale do Guaporé (povos Pareci, Cautário, Moré, etc.) e provenientes das povoações espanholas de Moxos (povos Txapakura, Baure, Itonama e Cajuvava). Eles trabalhavam não só nas obras, mas também no cultivo de roças, na caça e pesca, entre outras atividades para o sustento da população da fortaleza, que chegou a alcançar 1.000 habitantes. E atuavam nas tropas militares que eram formadas por companhias de pardos, indígenas e pretos libertos. Nas proximidades do Forte, havia ainda quilombos, formados por mulheres e homens negros e indígenas que fugiam em resistência às duras condições de vida impostas pelo regime colonial. A imagem a seguir mostra dois cachimbos de cerâmica usados para fumar tabaco e um machadinho de pedra encontrados no interior da fortaleza. Por sua forma e decoração, esses cachimbos são associados à presença e identidade africana, enquanto os machadinhos de pedra são ferramentas tradicionalmente usadas por indígenas em toda a região amazônica.

Imagem 2: Cachimbos de cerâmica de tradição africana (esq.) e machadinho de pedra indígena (dir.) encontrados no Forte Príncipe da Beira. **Dica: Repare na decoração e forma desses artefatos. Os artefatos também podem representar a identidade étnica ou aspecto cultural de uma sociedade**.

Atividade 2. Escolha um objeto (bem móvel) ou um estrutura/monumento (bem imóvel) que, na sua opinião, represente melhor a sua comunidade ou seu território. **Descreva o bem móvel ou imóvel** e explique o motivo da sua escolha.

Imagem 4: Conjunto de louças resgatadas do incêndio do Museu Nacional. **Dica: Repare no aspecto das peças e em como os fragmentos contam a história do incêndio em um novo capítulo da "biografia desses artefatos".**

Atividade 4. Objetos biográficos: Escolha um objeto na sua casa que represente uma parte importante da história da sua família. O objeto biográfico pode contar uma história de vida, representar as memórias de nossos antepassados ou simbolizar um acontecimento importante na nossa trajetória. Escreva uma redação descrevendo o objeto biográfico que você escolheu e contando a história que esse objeto representa. E se quiser, você também pode incluir um desenho do seu objeto biográfico no final da redação.

8

Figura 5. Extrato da apostila de História elaborada para o 9º ano sobre a interpretação dos artefatos arqueológicos do Forte Príncipe da Beira e de objetos biográficos

O caminho de volta: da sensibilização patrimonial à reocupação de espaços

Em julho de 2019, o processo público judicial aberto pelo Ministério Público junto à Asqforte contra a União e o Incra foi encerrado, e a Justiça Federal homologou um acordo de convivência entre o Exército e a comunidade quilombola do Forte. Além de retomar os trabalhos para o Relatório de Identificação e Delimitação do Território (RTID), o acordo prevê, entre outras estipulações, a construção de uma nova sede para a associação comunitária e de uma nova escola fora do aquartelamento do pelotão.

Conforme avalia o presidente da associação quilombola, a construção da nova sede, bem como da nova escola, são formas de ocupar o espaço. Portanto, a disputa de poder em torno do Forte Príncipe da Beira se produz não só por meio da ocupação física do espaço, mas também através da ocupação simbólica da paisagem, para além dos limites do aquartelamento e das barreiras impostas por seu cercamento.

A construção da nova escola poderá garantir o acesso à educação diferenciada às crianças e jovens da comunidade quilombola, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Já a construção da nova sede da Associação Quilombola do Forte Príncipe da Beira, iniciada em 2020, poderá conferir à comunidade um espaço legitimado de reunião, organização e desenvolvimento de atividades e eventos, de formação, e por que não, de interpretação.

Nesse sentido, a análise dos resultados do projeto Por um Museu do Forte Vivo buscou não só dialogar com esse contexto de transformação na comunidade, mas também tentar aproveitá-lo como uma oportunidade para traçar novos caminhos. Em primeiro lugar, é importante salientar que havia alguns anos que o Ensino Fundamental da Escola General Sampaio contava com poucos alunos. Segundo pontua a coautora, isso é um reflexo do fato de muitos terem deixado a comunidade devido à relação conflitiva e ao mal-estar generalizado com o Exército. Assim, em 2021, o Ensino Fundamental da EMEIF General Sampaio tinha 16 estudantes, sendo 3 do 6º ano, 5 do 7º ano, 5 do 8º ano e 3 do 9º ano. A participação foi de 75%.

Apesar do reduzido grupo de estudantes, os resultados foram bastante elucidantes. Como vimos anteriormente, as unidades foram desenhadas com uma finalidade didática, para apresentar aos jovens quilombolas algumas das temáticas mais significantes levantadas ao longo da pesquisa, como a presença africana e indígena no Forte Príncipe da Beira através da cultura material, o papel dos museus na preservação e representação patrimonial, bem como a candidatura das fortificações a

patrimônio mundial. Desse modo, a análise dos resultados foi realizada apenas sobre as respostas dos(as) discentes às ferramentas de ensino-aprendizagem incluídas nos exercícios finais de cada unidade.

Primeiramente, vale ressaltar que se há um aspecto que permeia a maior parte das respostas dos estudantes, deixando-se refletir de distintas formas em seus escritos e desenhos, é o cercamento dos espaços na comunidade pelos militares. O desenho realizado por um dos alunos do 6º ano, mostrado na Figura 6, ilustra bem essa segregação espacial entre o aquartelamento e o restante da comunidade, representados a ambos os extremos do desenho. Ao centro, em posição de destaque e em maior detalhe, figura o Forte Príncipe da Beira, situado entretanto mais próximo das casas da comunidade (do que do aquartelamento, que aparece isolado), conectando-se a elas por caminhos. A situação do Forte entre a comunidade e o pelotão pode ser interpretada como um elemento de divisão ao mesmo tempo que de mediação entre ambos.

Há uma vasta literatura especializada na interpretação de desenhos infantis no campo da psicologia, a qual infelizmente foge do escopo desta pesquisa. Contudo, em linhas gerais, resulta de interesse considerar que um dos mais testes projetivos – que avaliam fatores da personalidade a partir de desenhos – mais comuns realizados com crianças é o denominado Teste HTP (casa-árvore-pessoa). Esse recurso enfoca o desenho da árvore como uma projeção do inconsciente, representando a conexão da criança com o ambiente e as pessoas de sua convivência (Koppitz, 1983).

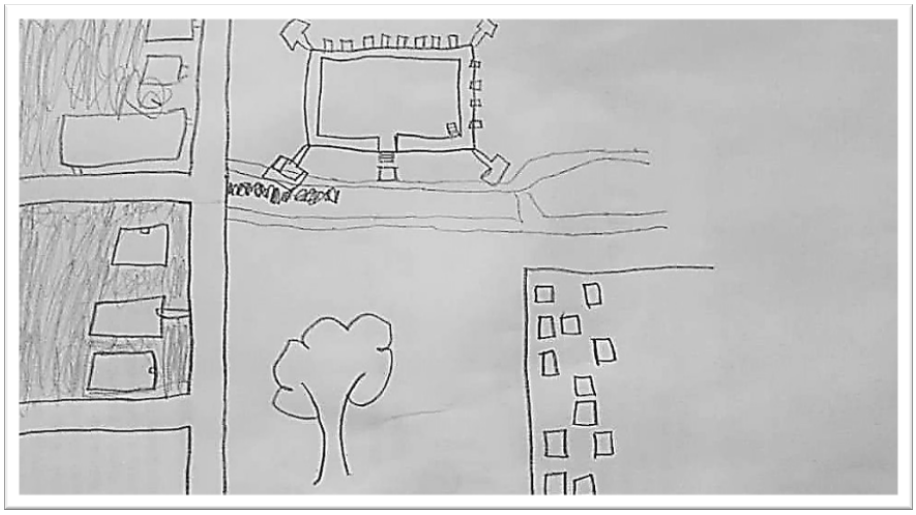


Figura 6. Desenho produzido por um dos alunos do 6º ano
(Fonte: acervo da coautora)

No desenho aqui analisado, uma grande árvore chama atenção ao estar representada de forma proeminente no centro inferior da imagem. Por um lado, a imagem da árvore nos remete imediatamente à frondosa mangueira que existe próxima ao portão de entrada da área militar, que também dá acesso ao Forte. Vale lembrar que a mangueira é uma árvore típica e muito comum na comunidade quilombola, sendo referida popularmente como sinônimo de fartura por seus abundantes frutos. Nesse sentido, a árvore da mangueira poderia representar a comunidade e/ou um dos símbolos de orgulho local. Por outro lado, desde uma visão mais introspectiva e considerando que o exercício pedia ao aluno que se incluísse no desenho, a posição central da árvore pode representar, de certa forma, a subjetividade da criança na vivência do seu dia a dia, em sua relação com a comunidade, com o aquartelamento (onde fica a escola) e com o Forte.

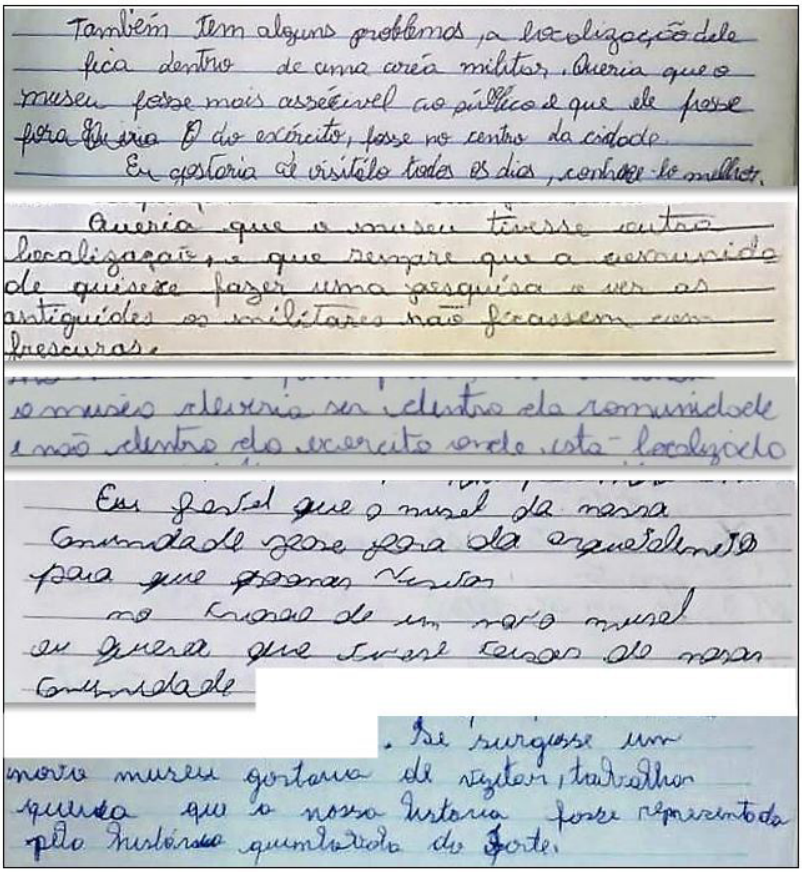


Figura 7. Trechos das redações produzidas pelos discentes do 8º ano (Fonte: recorte da autora)

Já os alunos do 8º ano, ao serem perguntados sobre os principais problemas do museu da sua comunidade, isto é, o Museu do Forte, e sobre o que poderia ser mudado caso fosse criado um novo museu, as respostas foram muito diagnósticas do problema de sua localização dentro da área militar. A Figura 7 recolhe alguns trechos selecionados das redações produzidas pelos discentes do 8º ano do Ensino Fundamental, que expressam, por exemplo, como gostariam de poder ir mais ao museu, conhecê-lo melhor e inclusive trabalhar nele, e que mais pessoas da comunidade pudessem visitá-lo e realizar pesquisas. Quando perguntados sobre o que eles gostariam que fosse representado em um novo museu, alguns responderam que desejariam ver representados aspectos da comunidade e a "história quilombola do Forte".

Ao refletir sobre a importância da candidatura do Forte Príncipe da Beira a patrimônio da humanidade, os alunos e alunas do 7º ano destacaram a importância da fortificação como bem tombado e como uma das maiores de sua categoria, o que mostra a familiaridade dos jovens com o processo de patrimonialização do Forte. Outros aspectos da relevância da candidatura para o Forte são resumidos de forma bastante eloquente por um dos estudantes, segundo o(a) qual:

> É muito importante a candidatura a patrimônio mundial porque ajudaria muito no processo de conservação e até restauração. Isso possibilitaria melhor condição de atendimento ao turista e geraria uma renda melhor para a comunidade (discente A do 7º ano, 2021).

É interessante observar como os jovens identificam o turismo, juntamente com a pesquisa, como oportunidades de trabalho na comunidade e como fonte de renda. Nesse sentido, é importante lembrar que o êxodo da juventude em busca de trabalho a Costa Marques, Ji-Paraná e Porto Velho, entre outros núcleos urbanos, é um problema denunciado pela associação comunitária, pelos docentes da escola e em conversas com os moradores mais idosos, constituindo um grave risco para o futuro da comunidade.

Ao se dirigir ao visitante para incentivá-lo(a) a conhecer o Forte Príncipe da Beira, os estudantes do 7º ano reproduziram a percepção compartilhada por grande parte da comunidade de que há uma enorme brecha entre a história como ela é vivida e conhecida localmente e a história como ela é escrita nos livros. Em suas próprias palavras, expressam a importância de "uma nova forma de leitura da história do Brasil", como declara um dos alunos. Os escritos dos discentes também deixam entrever certa sensação de esquecimento, invisibilização ou inclusive de "anonimato" – como revela outro aluno. Essa sensação, entretanto, parece ser repudiada pela

juventude quilombola, ao combatê-la vividamente no apelo aos visitantes que são chamados a "conhecer um pouco mais além da história, com muitos conhecimentos e acontecimentos passados sobre a comunidade" (discente B do 7º ano, 2021), ou são convocados com o seguinte convite: "Venha conhecer a história do Brasil não contada nos livros, venha e viva a história" (discente A do 7º ano, 2021).

Em linha com o compromisso decolonial da Arqueologia Pública de zelar pela horizontalidade dos conhecimentos, os resultados deste projeto de ensino-aprendizagem foram divulgados em um trabalho apresentado pela autora principal junto à coautora no 31º Simpósio Nacional de História da ANPUH em 2021 (Cardoso De Mello; Barros Fernandes, 2021). A experiência foi extremamente positiva, permitindo conversar e debater com colegas e com o público geral sobre os aspectos positivos do projeto, os desafios encontrados e as possibilidades de melhora, os quais são aqui delineados com a esperança de que sirvam como experiência para outros pesquisadores e possam ser aperfeiçoados em projetos futuros.

Apesar das vantagens previamente ponderadas sobre o uso das apostilas, as dificuldades intrínsecas ao ensino remoto foram um obstáculo. Assim, a idoneidade de trabalhar as apostilas com os alunos de forma presencial e em grupo se mostrou irrefutável, ao assegurar uma melhor compreensão do tema central, ao promover o debate prévio à realização das atividades, bem como a troca de opiniões com os colegas.

Outro aspecto que também se viu restringido pela impossibilidade de socialização da aprendizagem foi a abordagem intergeracional, que buscava promover o intercâmbio e a valorização dos conhecimentos dos ancestrais. Embora presente em todas as unidades, a abordagem e seus resultados se viram dificultados e limitados pelas diversas restrições de interação social tanto na escola quanto em casa. Se aperfeiçoada, esta abordagem pode conseguir que as crianças e jovens não só aprendam com seus familiares mais velhos, valorizando seus conhecimentos, mas que também se tornem artífices do "resgate" e registro das histórias orais, trajetórias de vida, tradições e saberes de sua comunidade.

A identificação conjunta desses âmbitos de melhora foi muito construtiva. Finalmente, a contundente participação da professora na mesa temática do simpósio conferiu a todos os ouvintes a oportunidade de expandir o diálogo do meio universitário até as escolas públicas e de aprender mais sobre o panorama da Educação Quilombola através dos olhos e da voz de um membro atuante da comunidade. Pois para a abordagem decolonial, já não cabe mais dar voz, nem sequer ouvi-la; é preciso simplesmente saber assumir um lugar ativo de escuta.

Seguindo à atividade de ensino-aprendizagem junto aos estudantes do Ensino Fundamental da comunidade, procedeu-se no mês de junho à devolução de cerca de 50% da amostra original resgatada após o incêndio do Museu Nacional ao Museu do Forte, sob custódia do Exército Brasileiro. Também por motivos da covid-19, o Museu do Forte – o único espaço do tipo na comunidade e em toda a região de Costa Marques – estava fechado ao público havia mais de 1 ano. Segundo o pelotão, exceções eram feitas apenas nos casos de visita de altas patentes do Exército e para ações pontuais de pesquisa.

Conforme se pode observar na Figura 8 a seguir, a entrega do material resgatado (em caixas de isopor) foi acompanhado da elaboração de um banner para ser exposto no Museu do Forte, de modo a contextualizar o episódio do incêndio do Museu Nacional e explicar ao visitante seu impacto sobre parte da coleção arqueológica do Forte Príncipe da Beira. No banner, também se incluiu um código QR para uma visita guiada virtual ao Museu Nacional, através da aplicação desenvolvida pelo Google Arts & Culture, a fim de incentivar o visitante a conhecer o Museu Nacional e seu acervo antes do incêndio.



Figura 8. Devolução do material arqueológico ao Museo do Forte.
Fonte: acervo da autora[1]

1 Na foto (de esquerda à direita): o coautor, a autora principal, o tenente comandante do 17º BIS e o sargento encarregado do Museu do Forte.

Após a devolução do material arqueológico ao Museu do Forte, foi realizada uma reunião com os membros da diretoria da Asqforte para divulgar os resultados da pesquisa e relatar a verdadeira odisseia do resgate do material arqueológico após o incêndio do Museu Nacional. Nessa reunião, conversou-se ainda sobre a riqueza arqueológica do território comunitário e sobre o projeto Por um Museu do Forte Vivo.

Igualmente foram compartilhados os resultados parciais do projeto de ensino-aprendizagem patrimonial, sobretudo no que diz respeito à identificação dos problemas de acesso da comunidade ao Museu do Forte e à importância da criação de um espaço comunitário independente do Exército, não só para a preservação da memória, mas também para a interpretação plurivocal da história e do patrimônio locais. Conforme sustentam teóricos do pensamento decolonial, mais do que espaços democráticos onde se preservam memórias diversas, os museus devem ser espaços onde as memórias são reconstituídas pelos próprios povos e comunidades que foram – e são – destituídos pelo colonialismo e pela colonialidade do poder (Mignolo, 2021).

A ideia do museu ou centro de interpretação comunitária foi muito bem acolhida e discutida pelos membros da associação, que contribuíram com sugestões sobre as diversas possibilidades de uso e sobre as diferentes histórias, personagens e manifestações locais que poderiam ganhar representação. O local preliminarmente designado para a criação do museu comunitário foi a nova sede da Associação Quilombola, onde se prevê igualmente acolher um espaço do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro), destinado à formação dos jovens da comunidade. Contudo, até setembro de 2022, as obras estavam paralisadas devido à falta de verbas e à espera de nova licitação. A nova sede também espera disponibilizar a toda a comunidade acesso a computadores e à internet, podendo abrigar além do mais, uma biblioteca e um centro de recebimento para visitantes, com mostras de arte, artesanato e produtos locais.

Para contribuir à materialização do centro de interpretação comunitária, além do banner sobre o incêndio do Museu Nacional, também foram doados para a Asqforte todos os livros usados na pesquisa de doutorado sobre o Forte Príncipe da Beira e o vale do Guaporé para sua incipiente biblioteca, assim como material para a conservação de eventuais restos arqueológicos que costumam ser encontrados em superfície, sendo por vezes destruídos ou espoliados. Dentre os livros, estão incluídas obras raras e de difícil acesso, algumas delas contendo iconografia e cartografia histórica que são muito apreciadas por alguns membros da comunidade e

que podem contribuir a um maior interesse da juventude quilombola por conhecer e pesquisar a história local, especialmente para aqueles que se dedicam às visitas turísticas ou desejam fazê-lo.

Com relação ao material para conservação, foi proporcionado todo tipo de envoltórios e embalagens, além de etiquetas para guardar restos arqueológicos procedentes da área extramuros e exterior ao aquartelamento que precisem ser custodiados por questões preventivas e/ou de segurança (seguindo as normas aplicáveis) no novo museu comunitário. Assim, o museu comunitário pode vir a ser um centro de apoio para novas pesquisas e novos pesquisadores. A semente foi plantada, agora, resta esperar que germine quando a primavera chegar.





Figura 9. Reunião com a Asqforte para divulgação da pesquisa e doação de banner e símbolo do Museu Nacional para o futuro museu comunitário. Fonte: acervo da autora (junho de 2021)





Figura 10. Futura sede da Asqforte (em construção), com espaço para um centro de formação e de interpretação comunitária. Fonte: acervo da autora (junho de 2021)



Figura 11. Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental General Sampaio, Distrito do Forte Príncipe da Beira (Costa Marques – RO). Fonte: Cortesia de Maria Sônia Vieira Rodrigues, diretora da Emeif General Sampaio (agosto de 2021)



Figura 12. Interior da Escola General Sampaio e doação de livros e material de pesquisa arqueológica para o futuro centro de interpretação comunitária. Fontes: (foto à esquerda) Cortesia de Sônia Rodrigues; (foto à direita) acervo da autora (junho de 2021)[1]

1 Na foto (de esquerda à direita): a diretora da Emeif General Sampaio, Maria Sônia Vieira Rodrigues, a autora principal e a coautora.

Considerações finais

A consulta iniciada pelo Icom, em 2016, sobre a necessidade de elaborar uma nova definição de "museu", levantou várias propostas em diferentes países e comitês que, de certa forma, convergem em uma interpretação comum dos museus como espaços democratizantes. Contudo, o exercício de suas funções de conservação, difusão e educação não pode se cingir apenas à produção e garantia do acesso democrático ao conhecimento. É necessário que os museus também exerçam seu papel ativo na reconstituição da memória e do conhecimento, para configurar-se antes de tudo como espaços decolonizantes. Como vimos, os museus comunitários mais do que preservar memórias, podem ser um espaço privilegiado para reconstituí-las. Na experiência aprendida na Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, a democratização do Museu do Forte provavelmente não teria sido suficiente. Faz-se necessário "ocupar" novos espaços de controle e produção do conhecimento.

Este artigo também demonstrou como a Arqueologia Pública pode ser um sólido pilar da ponte entre a Educação Universitária e o Ensino Escolar. A produção de insumos para as escolas públicas nas comunidades envolvidas deve ser um compromisso assumido por toda pesquisa científica para selar a profunda brecha entre o conhecimento acadêmico e o que se aprende nas escolas. Nesse sentido, o formato das apostilas resulta muito útil.

Em suma, as apostilas mostraram ser um excelente instrumento para complementar e atualizar o material didático e os currículos escolares com os resultados de pesquisas recentes, bem como para alcançar mais membros da comunidade, mediante sua abordagem intergeracional, indo além do âmbito escolar para chegar até os pais e familiares mais velhos dos(as) jovens estudantes. A partir dos conteúdos por estes gerados e compartilhados nas apostilas, o projeto produziu valiosos insumos que embasam não só a criação de um centro de interpretação comunitária, mas também a construção coletiva da significância do Forte Príncipe da Beira em sua candidatura a patrimônio da humanidade como referencial da presença negra na Amazônia e na afirmação identitária de comunidades quilombolas territorializadas no vale do médio e baixo Guaporé.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

(Freire, 2003, p. 47)

Agradecimentos

Ao amigo e liderança Elvis Pessoa que se foi cedo demais, deixando um grande vazio e um legado ainda maior na luta pela conquista de direitos dos quilombolas do Forte. A metade do prêmio recebido pelo presente artigo foi compartilhada com a ASQFORTE para a construção de um barracão em homenagem ao querido Elvis. Nossos mais sinceros agradecimentos a todos os integrantes da Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira e da associação Asqforte que participaram e acolheram as ações e iniciativas propostas ao longo dos últimos cinco anos, em especial, aos responsáveis dos alunos da Escola General Sampaio, assim como sua diretoria e professores colaboradores, bem como à família Pessoa, pela amizade e hospitalidade. Um reconhecimento especial a todos os que colaboraram a reerguer o Museu Nacional, e ao Centro Nacional de Arqueologia, por seu apoio ao longo dessa dura trajetória.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J.; ROVAI, M. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

AQUARTELADAS. Reportagem: Maria Fernanda Ribeiro. Fotografia: Marcela Bonfim. Projeto "Olhando por dentro da Floresta Amazônica"/Amazônia Real, 2018 (13 min), son. color., HD 1080 X. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9S1mNrRVG-c. Acesso em 31 ago. 2021.

ARANDA, A. Exército diz que pelotão existe antes de comunidade e que faz ações sociais. **Amazônia Real**, 2 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/exercito-diz-que-pelotao-existe-antes-de-comunidade-e-que-faz-acoes-sociais/ Acesso em 1 set. 2022.

ARRUTI, J. M. **Mocambo:** Antropologia e História do processo de formação quilombola. São Paulo: EDUSC, 2006.

ATALAY, S. Multivocality and Indigenous Archaeologies. In: HABU, J.; FAWCETT, C.; MATSUNAGA, J. M. (Ed.). **Evaluating Multiple Narratives**. New York: Springer, p. 29-44, 2008.

BEZERRA, M. Signifying heritage in Amazon: a public archaeology project at vila de Joanes, Marajó Island, Brazil. Chungara. **Revista de Antropología Chilena**, v. 44, n. 3, p. 533-542, 2012.

BRIA, R.; CRUZADO CARRANZA, E. Making the Past Relevant: Co-Creative Approaches to Heritage Preservation and Community Development at Hualcayán, Peru. **Advances in Archaeological Practice**, v. 3, n. 3, p. 208–222, 2015.

CARDOSO DE MELLO, L. Arqueologia da destruição: o resgate do material arqueológico do Forte Príncipe da Beira após o incêndio do Museu Nacional. **Vestígios**, v. 14, n. 2, p. 5-26, 2020. (Edição especial: Conservação em Arqueologia Histórica).

CARDOSO DE MELLO, L. O Forte Príncipe da Beira como patrimônio afro-amazônico: Arqueologia comunitária e resgate patrimonial. **Anais do V Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico**, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, p. 167-198, 2019.

CARDOSO DE MELLO, L.; BARROS FERNANDES, E. História Comunitária entre os quilombolas do Forte Príncipe da Beira: Abordagens e práticas decoloniais de ensino-aprendizagem patrimonial. In: 31º **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH**, [online], 21 de julho de 2021.

CARTA de Domingos Sambucetti (possivelmente a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres), Forte da Conceição, 27 abr. 1775. In: MENDONÇA, M. C. **Rios Guaporé e Paraguai.** Primeiras Fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xérox, p. 126, 1985.

CASTRO, C (org.). **Amazônia e Defensa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COMANDO da 17ª Brigada de Infantaria de Selva. **Resgate Histórico – 17ª Brigada de Infantaria de Selva. Brigada Príncipe da Beira.** Porto Velho: Cidade Gráfica e Ed., 2018.

FERREIRA, A. M (Major-Genral). Fortificações portugueses. Conquista do Pará e defesa do Amazonas. **Jornal do Exército**, ano XVLLL, n.º 512, Lisboa: Estado-Maior do Exército, 2002.

FERREIRA, R. C. Fortes quilombolas do forte: judicialização e resolução de conflitos no Quilombo do Forte Príncipe da Beira, Rondônia. **Amazônica – Revista de Antropologia**, vol. 12, n. 1, p. 21 – 47, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GNECCO, C.; HERNÁNDEZ, C. History and Its Discontents: Stone Statues, Native Histories, and Archaeologists. **Current Anthropology**, v. 49, n. 3, p. 439-466, 2008.

KAINGANG, B. F. Conhecimentos indígenas: seus desafios nos dias atuais. In: SESC. Departamento Nacional. **Culturas indígenas, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, p. 2-39 (Educação em rede, v. 7), 2019.

KOPPITZ, E. Projective Drawings with Children and Adolescents. **School Psychology Review**, v. 12, n. 4, p. 421-427, 1983.

MENESES, S. Livros, leitores e internautas: Os guias da história e os embates pelo passado através da mídia. In: ALMEIDA, J. R.; MENESES, S. **História Pública em Debate**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MIGNOLO, W. **The Decolonial Epistemic Turn and The Idea of Latin America – A conversation with Prof. Walter Mignolo**. In: CLAREC SEMINAR, [online], 26 abr. 2021.

MIZOGUCHI, K.; SMITH, C. **Global Social Archaeologies:** Making a Difference in a World of Strangers. New York: Routledge, 2019.

OLIVEIRA FILHO, J. P.; AELLAH, G.; TURNER, J. Interview: Rising from the ashes. **Anthropology Today**, v. 35, n. 1, p. 26-27, 2019. Disponível em: https://rai.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-8322.12485 Acesso em 01 mar. 2019.

PAULA. E. P. O Real Forte Príncipe da Beira como "lugar de memória" luso-brasileira. **Mama Sume**, n. 78, p. 82-87, Lisboa: Associação de Comandos, 2015.

PESSOA, E. (Elvis Pessoa). Aniversário do Forte Príncipe da Beira. Distrito do Forte, Costa Marques/RO, 14 jun. 2019. Facebook: elvis.pessoa.9. Disponível em: https://www.facebook.com/profile/100004076970677/search/?q=A%20minha%20casa%20tem%20a%20hist%C3%B3ria%20mais%20bela. Acesso em 16 jun. 2019.

RIOS, A. L.; MATTOS, H. M. **Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROMEU, G. (org.) **Novas (velhas) batalhas.** Educação patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco. Brasília: IPHAN, 2019, p. 12.

ROVAI, M. G. O. História Pública: a comunicação e a educação histórica. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 41-65, 2017.

SÁ, A. A. S.; SERRADELA, L. I.; LÉO NETO, N. A. (org.) **Tiririca dos crioulos: um quilombo-indígena.** Carnaubeira da Penha (PE): Associação dos Remanescentes do Quilombo Tiririca, 2016, p. 7.

SILVA, G. **Educação como processo de luta política: a experiência de "educação diferenciada" do território quilombola de Conceição das Crioulas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2012.

ARQUEOLOGIA DE CONTRATO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A TRAJETÓRIA DA LEGISLAÇÃO DO IPHAN ACERCA DA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS NO BRASIL (1986-2017).

Adson Rodrigo Silva Pinheiro[1]

Resumo

Este artigo tem o objetivo de entender como as ações educativas voltadas para o patrimônio cultural são desenvolvidas no âmbito dos licenciamentos ambientais, pensadas em seus aspectos teóricos e metodológicos dentro da legislação no âmbito federal no que se estabelece enquanto diretrizes no Iphan, e desenvolvidas por empresas por meio de contratos temporários. Com a ampliação das pesquisas na área do licenciamento ambiental e a cobrança de Programas de Educação Patrimonial (Portaria nº 230/02 do Iphan e a Portaria Interministerial nº 419/11), as ações educativas para o patrimônio passaram a ser exigidas como parte da rotina de profissionais envolvidos com a Arqueologia. Esta pesquisa tem como fontes a legislação do Iphan, sobretudo o Decreto nº 25/1937 e as portarias citadas ao longo do texto, que indicam como a norma aponta a realização das ações de educação patrimonial. Desse modo, entendemos que a Educação Patrimonial é fundamental neste tipo de processo, por se tratar de um instrumento que colabora para a compreensão do respeito que deve haver com as pessoas em relação ao patrimônio cultural local, bem como também cooperar como método para contribuir para a difusão, reflexão e preservação do patrimônio arqueológico.

Palavras-Chave: Arqueologia de Contrato, Educação Patrimonial, Licenciamento Ambiental, Iphan.

1 Doutorando em História Social – Universidade Federal Fluminense – UFF; Mestre em História Social – Universidade Federal do Ceará - UFC

Abstract

This article aims to understand how educational actions focused on cultural heritage are developed in the field of environmental licensing, analysed in their theoretical and methodological aspects within the legislation at the federal level in which it is established as guidelines at Iphan (National Institute of Historic and Artistic Heritage Protection) and performed by companies committed under the requirements of a temporary contracts. With the expansion of research in the area of environmental licensing and the increasing demand for Heritage Education Programs (Ordinance No. 230/02 from Iphan and Interministerial Ordinance No. 419/11), the cultural heritage educational actions became mandatory and part of professionals involved with Archeology everyday life. This research has as sources the Iphan legislation, especially Executive Orders nº 25 / 1937 and the ordinances mentioned throughout the text, which will determine how the law indicates the accomplishment of heritage education actions. In this way, we understand that Heritage Education is fundamental in this kind of process, as it is an instrument that contributes to the understanding of the respect that there must be with people in relation to the local cultural heritage, as well as cooperating as a method to contribute towards the dissemination, reflection and preservation of the archaeological heritage.

Keywords: Contract Archeology, Heritage Education, Environmental Licensing, Iphan.

INTRODUÇÃO

É recorrente, aqui e em outros países, a ligação preponderante da pesquisa arqueológica com a prestação de serviços ligados ao licenciamento ambiental. Segundo Rosana Najjar (2013, p. 3), 95% dos trabalhos de campo de Arqueologia no Brasil são realizados como caráter preventivo por empresas, principalmente se pensarmos a alta demanda crescente de empreendimentos de engenharia nos últimos anos, e os possíveis impactos a sítios arqueológicos porventura existentes.

Na carta "Esclarecimento à Futura Instrução Normativa do Iphan Relativa ao Licenciamento", uma resposta a outra carta assinada pelo promotor estadual de Minas Gerais, Dr. Marcos Miranda, é afirmado que, desde 2002, o número de autorizações de pesquisa arqueológica aprovadas pelo Instituto passou de 201 (2002) para 1.454 (2013), ou seja, um crescimento de 723% em onze

anos, o que possibilitou o surgimento de um mercado de trabalho em franco crescimento que, por sua vez, fomentou a criação de inúmeros cursos de arqueologia no país (Iphan, 2014a).

A necessidade de projetos que se insiram em um contexto de prestação de serviços para essas averiguações consequentemente subiu, exigindo do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) maior participação nos processos, por ser o setor responsável tanto por "emitir licenças para pesquisas arqueológicas a serem realizadas em todo o território nacional" como também "desenvolver normativas para a elaboração de projetos de educação patrimonial, no âmbito do licenciamento de pesquisas arqueológicas", além de fazer o monitoramento, avaliação e execução dos projetos, em consonância com as diretrizes de difusão e fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) conforme Portaria nº 92, de 5 de julho de 2012, no artigo 66.

Ainda, o CNA/Iphan complementa em seu site a análise da autora, apontando que esses trabalhos estão ligados à cobrança da legislação específica aplicável às etapas de licenciamento em obras de infraestrutura de grande impacto ao meio ambiente com o objetivo de proteger o patrimônio cultural brasileiro. Pode ser entendido como licenciamento ambiental o procedimento técnico administrativo de controle e de inspeção de intervenções planejadas por empreendimentos e atividades privadas ou públicas passíveis de processos de Licenciamento Ambiental delineados no Anexo I da Resolução Conama nº 237, de 1997, sobre um determinado território.

O resultado desse procedimento é a obtenção ou não da licença ambiental, a partir da análise do diagnóstico de impacto ambiental. A medida é tomada para o controle sobre a "construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores" ou, ainda, "capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental que dependerão de prévio licenciamento ambiental", como dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente. Essa proteção ao meio ambiente é de responsabilidade compartilhada entre órgãos federais, estaduais e municipais, além de outras instituições como o Iphan.

É relevante pontuar que, igualmente, a legislação do órgão federal de patrimônio cultural, desde sua criação e atuação, a contar do Decreto de nº 25, que o criou em 1937, tem uma preocupação com a definição e também com a proteção dos bens arqueológicos. Segundo o artigo primeiro:

> Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (grifo nosso).

Conforme Clarisse Jacques e Adriano Carvalho (2020, p. 255), com a incorporação à Constituição Brasileira da necessidade de previsão de estudos arqueológicos referentes a solicitações de licenças ambientais, o Iphan, responsável pela proteção e promoção dos bens culturais brasileiros, "cria em 1988 uma normativa (Portaria Iphan nº 07/1988) para regulamentar os procedimentos necessários para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em território nacional".

O termo "arqueologia preventiva"[2] aparece entre os itens que compõem a autorização de licenciamento. Na abordagem que destacamos ao longo do texto, que está circunscrito a esse tema, é a Portaria do Iphan nº 230, de 17 de dezembro de 2002, que institucionaliza e estabelece a necessidade de "compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico", exigindo maior alinhamento estratégico na instituição, "padronizando métodos de análise e de ações para salvaguardar os bens culturais, tanto da parte de atuação do corpo técnico do Iphan, como dos profissionais que lidam com o assunto" (Morais; Mourão, 2005, p. 346).

Como vimos, os estudos de impactos no meio ambiente e a preocupação em salvaguardar os "monumentos" arqueológicos, ainda nessa época com forte apelo ao excepcional, possibilitaram aos períodos posteriores uma preocupação de assegurar o caráter científico das pesquisas. Segundo Baima (2016, p. 29-30), a partir desse momento, houve uma preocupação em regulamentar as concessão de autorizações e permissões, obrigando, a partir dessa situação, a apresentação de "projeto de pesquisa, equipe devidamente qualificada, endosso institucional financeiro e de guarda do material resgatado e relatórios parcial e final".

O órgão foi constituído a pedido do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a Mário de Andrade, responsável por construir o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (Sphan), ao estabelecer a normatização e classificação do patrimônio histórico. Um olhar, como podemos perceber pelo artigo, voltado para uma política da qual a preservação do patrimônio cultural

2 Arqueologia preventiva, também denominada como arqueologia de salvamento ou arqueologia de contrato.

do Brasil se voltava para fatos memoráveis de uma pequena parcela de um grupo político e social e o excêntrico, onde o valor atribuído era mais importante pelo que de fato sua preservação representa, diferente dos dias de hoje, para a inclusão e envolvimento da população nas decisões de memória e identidades da atualidade.

Em suma, é imprescindível perceber nessa legislação o limite do tombamento, o que restringe a preservação do patrimônio arqueológico é o caráter de excepcionalidade que era atribuído ao bem. No escopo do Iphan, as ações iniciais de preservação supervalorizam os bens de natureza artística e arquitetônica, característicos do período colonial brasileiro e normalmente representativos às elites brasileiras. Dessa forma, bens associados aos pretos e aos indígenas tiveram um significado menor nas políticas preservacionistas iniciais, e, como efeito, deixou uma grande lacuna, que a pesquisa arqueológica no tempo atual tenta fechar, com a percepção e construção de narrativas que contemplem os diversos grupos formadores da sociedade brasileira.

Nessa proposta, conjuntamente, observamos como a proposição de Mário de Andrade estabeleceu a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, inclusive categorizando e fazendo relações diretas entre os bens com o patrimônio artístico. Isso é perceptível de forma similar na leitura do artigo quarto do mesmo decreto, que determina a existência de quatro Livros do Tombo para a inscrição das obras referidas no art. 1º da lei, sendo uma relação entre arte ameríndia e ciência arqueológica atribuída ao passado das manifestações culturais dos grupos populares agrupada em um mesmo livro (Gonçalves, 2013, p. 33).

Dessa forma, encontramos no primeiro livro do Tombo, citado na legislação, o valor arqueológico, etnográfico e paisagístico no agrupamento às coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular (Decreto nº 25/1937), o que significa ligar ao mesmo tempo a ideia de arte, mas também memorar os primórdios, remontando, muitas vezes, apenas ao período colonial brasileiro, representativo da ideia de identidade brasileira. Além disso, com a publicação da Portaria 230 do Iphan em 2002, mencionada anteriormente, ficou mais clara a forma de proceder, já que no artigo citado não tratava, de forma mais explícita e objetiva, como os órgãos licenciadores e os empreendedores deveriam realizar os estudos arqueológicos mais sistemáticos.

É a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, no artigo 2º, que define conceitualmente os bens de natureza material de valor arqueológico e sua proteção pela União nos seguintes termos:

> As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interêsse arqueológico ou paleo etnográfico; as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (grifo nosso).

A política de preservação dos monumentos arqueológicos brasileiros, sancionada por essa lei, foi resultante de debates a partir da atuação e discussão dos cientistas na interseção dos campos acadêmico e político. A significativa participação de Luiz de Castro Faria, perscrutador da história da construção do campo da antropologia no Brasil, contribuiu com a fundamentação científica para a elaboração da minuta que serviria de base ao texto da lei; é perceptível pela leitura dessa legislação as suas contribuições. Entre elas, os seus estudos antropológicos com foco nos vestígios arqueológicos, nas comunidades pesqueiras e nos sambaquis cooperaram para ampliar a ideia anteriormente de monumento e excepcionalidade para categorias que mirasse o olhar para os vestígios das antigas civilizações de forma mais ampla e questionasse o "autêntico" e ao "excepcional".

Conforme sistematiza Simão (2009, p. 432-433), a partir da elaboração dos pareceres desse estudioso, passou-se a criar pré-requisitos para a regulamentação das escavações arqueológicas e também a operação de categorias importantes como considerar vestígios, preocupando-se com denominações regionais e com o ponto de vista, zoológico e antropológico para entender a história de grupos humanos desaparecidos.

Dessa forma, a Lei Federal de 1961 possibilitou ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), a partir do desenvolvimento técnico-científico e de sistematização de pesquisas do campo, a tarefa de "cuidar do cadastramento dos sítios, da concessão de autorização para o seu estudo e exploração científica, da proteção e ação legal decorrente quando de sua mutilação ou destruição" (Simão, 2009, p.433). Ou seja, promoveu importantes debates teórico-metodológicos sobre o patrimônio cultural arqueológico, procurando problematizar a preservação dos bens arqueológicos, sejam sítios, jazidas e inscrições rupestres.

Quanto à participação da comunidade ou o papel dela, não aparecem explícitas na lei; o compromisso de articular a União, bem como os estados e municípios, aparece no artigo 13. Contudo, as escavações e pesquisas, no interesse da arqueologia e da pré-história em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvem construções domiciliares, somente com autorização federal. Observamos que os procedimentos tidos como irregulares implicaram interferências e intervenções diretas e coercitivas para os proprietários, de tal modo chegando a penas pecuniárias e não podendo se envolver, e nem a comunidade, no processo de reconhecimento, difusão ou menos exploração do bem que poderia servir para sua própria manutenção.

Como vimos até aqui, com o fortalecimento da legislação e a contribuição acadêmica, além dos movimentos sociais e políticos posteriores, os sítios arqueológicos passaram a ter proteção legal e serem reconhecidos e cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Contudo, o que foi feito para que as pessoas tivessem conhecimento ou envolvimento com os bens arqueológicos? A portaria de 2002 trouxe algumas respostas. Essa portaria organizou as etapas para a obtenção das licenças ambientais, incluindo a necessidade de realizar estudos preventivos acerca da existência de sítios arqueológicos nas áreas de impacto dos inúmeros empreendimentos que apareciam no país.

Ao mesmo tempo que a portaria garantia que os bens arqueológicos fossem preservados, também acabava reduzindo a interpretação da Resolução Conama nº 01/ 1986, que diminuía o interessante de olhar a valorização a partir das referências da comunidade, ao indicar os "sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade". Logo, colocava e centralizava a responsabilidade pela identificação e proteção apenas para técnicos especializados e nos bens já consagrados e acautelados pelo Estado.

A fim de normatizar melhor os procedimentos, as superintendências do Iphan, como as de Minas Gerais, Paraíba e Maranhão, elaboraram termos de referência que nortearam tantos os empreendedores quantos os técnicos, uma com normas que ampliaram um olhar mais integrado e uniforme com procedimentos de análises dos processos de licenciamento ambiental mais abrangentes (Silva, 2016, p.15). Baima (2016, p. 37) considera que com o aumento das pesquisas no licenciamento ambiental e "a exigência de Programas de Educação Patrimonial, as ações educativas passaram a fazer parte da rotina de muitos profissionais envolvidos com a Arqueologia".

Os conceitos e perspectivas elaborados tentavam, dessa forma, garantir a ampliação da compreensão da Portaria nº 230/2002 no que tange aos elementos do patrimônio cultural de natureza não apenas material, mas imaterial e natural integrados ao meio ambiente e igualmente ao patrimônio arqueológico, para impedir que fossem impactados pelos empreendimentos. Embora com pouca clareza, a portaria, em seu artigo 6º, § 7º, aponta a Educação Patrimonial como item que compõe as fases para os estudos arqueológicos, que implica em

> [...] trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma (grifo nosso).

A portaria não determina o que é denominado como "Educação Patrimonial" e de certa forma atribui ao responsável pelo empreendimento a realização de atividades educacionais, que seriam desenvolvidas durante o período contratual, ou seja, paralelo ao resgate dos bens arqueológicos.

Na relação de prestação desses serviços, as atividades educativas acabam sendo condicionadas, sendo que há uma busca do empreendedor de aplicação menor no orçamento para a realização das atividades de resgate e salvamento, relacionadas para uma possível preservação e valorização do patrimônio. O recurso prioritário, obrigado pela lei, tem destino em grande parte à constituição do relatório de pesquisa e aos trabalhos com escavação, tendo as práticas de educação para o patrimônio uma visão complementar ou de apêndice para o cumprimento de uma obrigação legal.

Nessa relação contratual o empreendedor pode também intervir, inclusive, na tomada de decisão acerca das técnicas de pesquisa e de gestão do patrimônio menos dispendiosas, pois dependerá do empenho sincero e louvável de muitos dos próprios empreendedores e desenvolvedores das escavações, para a escolha do que será preservado ou não, além de estabelecer o ritmo do trabalho, muitas vezes se exigindo pressa, injunções contraditórias (rentabilidade versus ética profissional), sofrimento no trabalho em condições precarizadas, perda de sentido em relação ao trabalho a ser feito etc. (Blein, 2019, p. 123).

Dessa forma, podemos perceber e questionar se há espaço para a realização concreta e qualitativa de atividades educativas ou se as ações de educação patrimonial têm um papel secundário, cabendo o seu desenvolvimento qualitativo ao bom senso do coordenador ou arqueólogo responsável pela decisão das ações a serem feitas. Portanto, o objetivo do estudo é entender como as ações educativas voltadas para o patrimônio cultural são desenvolvidas no âmbito dos licenciamentos ambientais, pensadas em seus aspectos teóricos e metodológicos dentro da legislação no âmbito federal no que se estabelece enquanto diretrizes no Iphan e desenvolvidas por empresas por meio de contratos temporários.

As empresas de arqueologia e as atividades de educação patrimonial no ceará

A partir do início do século XXI, o tema e a discussão sobre a Educação Patrimonial ganhou força e boas proporções como observamos. O Programa de Educação Patrimonial é demanda importante e muitas vezes entendida como maneira de divulgar os resultados da pesquisa para a população diretamente atingida, devendo ser executado de maneira contínua junto a todas as fases do licenciamento arqueológico. Isso é perceptível nos relatórios apresentados desses programas desenvolvidos, como os temas escolhidos nas palestras, realização de visitas às áreas de onde o empreendimento será realizado e pequenas exposições. Entretanto, nos cabe inquirir: estas ações escolhidas têm propiciado o efeito desejado de atingir a comunidade, de maneira mais ampla e eficaz, auxiliando no processo de formação de agentes preservadores sensíveis ao património cultural?

Em consonância com as premissas teóricas que envolvem a prática da Educação Patrimonial e buscando cumprir demanda sugerida pela Portaria nº 230, as empresas contratadas desenvolveram metodologias e reflexões de como se relacionar patrimônio com a comunidade, relações verticalizadas, como veremos mais adiante, desenvolvidas durante os processos de salvamento e monitoramento arqueológico na área destinada ao impacto por “especialistas”, sobretudo os arqueólogos.

Com o intuito de investigar como as ações de fato foram realizadas, decidimos levantar alguns projetos de Arqueologia de Contrato no Licenciamento Ambiental presentes no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Iphan-CE para serem analisados. A pesquisa na base de dados do SEI foi realizada entre abril e julho de 2022, servindo de limite temporal para o desenvolvimento. O estado escolhido como amostragem, o Ceará, se deu pela familiaridade com o espaço por parte do

autor. Dentro de todos os processos disponíveis no SEI do Iphan–CE, selecionamos aqueles com mais dados, e os quais fosse possível perceber as ações desenvolvidas. Até o ano de 2017, é possível perceber a influência da portaria nos programas desenvolvidos, embora ao longo do tempo, devido os debates sociais e acadêmicos no campo teórico, fizeram com que o conceito de educação patrimonial fosse instrumentalizado dentro dos processos, chamando atenção para o olhar indagador sobre os bens patrimoniais, o poder decisório das comunidades e o papel do arqueólogo no desenvolvimento das atividades.

Um exemplo disso é o de uma empresa no projeto para execução do Diagnóstico e Programa de Prospecção Arqueológica em Fortaleza, Ceará. Segundo o relatório define e aponta, educação patrimonial deve ser

> [...] uma importante ferramenta de discussão da importância do reconhecimento e salvaguarda de bens patrimoniais bem como para proporcionar uma leitura crítica sobre os patrimônios que já foram estabelecidos e, consequentemente, favorecer uma maior participação popular em instâncias decisórias. Dessa forma, compreendendo que o arqueólogo encontra-se em constante manuseamento com o patrimônio do "outro", este profissional possui o dever de construir uma mediação com os sujeitos que estão relacionados a esse bem que pode vir a servir como instrumento de fortalecimento de comunidades (Silveira; Bezerra, 2007 apud Iphan, 2014c, p.137, grifo nosso).

As ações de educação patrimonial foram desenvolvidas em novembro e dezembro de 2014 em formato de palestras em duas escolas de Ensino Fundamental e Médio, Professor Paulo Freire, situada na avenida Senador Fernandes Távora e no Colégio Filgueiras Lima, situado na avenida dos Expedicionários. As escolas escolhidas estavam localizadas na zona do impacto do empreendimento. O relatório dificulta entendermos muito o impacto do que foi realizado para cumprir os objetivos teóricos de "uma leitura crítica do patrimônio". Não se sabe a carga horária total e nem se o profissional envolvido na atividade fez encontros anteriores com os membros da comunidade escolar ou teve desdobramentos para além dos conteúdos realizados nas palestras.

Todavia, sabemos dos conteúdos e abordagem metodológica, descrita a seguir:

> As palestras foram divididas em dois momentos: no primeiro, buscou-se explicar o que é arqueologia e como o arqueólogo trabalha e no segundo

> momento, falou-se sobre a importância do patrimônio cultural e arqueológico. Nas exposições, procurou-se inserir os assuntos abordados em um contexto urbano, espaço que passa por constantes modificações, e por consequência, passa por recorrentes escolhas do que se deve ou não ser preservado (Iphan, 2014c, p.140).

Através dos pressupostos elencados em grande parte dos relatórios analisados, percebemos que a Educação Patrimonial é uma meta para a promoção da pesquisa restrita do que foi coletado, e ainda é superficial por buscar entender o contexto urbano da cidade e suas mudanças poderia levar ao questionamento sobre os impactos dos empreendimentos, principalmente eólicos, que interferem e impactam na paisagem. Onde ficam os debates e as discussões das relações políticas, sociais e culturais construídas também no território?

Acerca desses assuntos considerados nas palestras, o tema sobre a definição da importância de uma única ciência e do papel e autoridade do arqueólogo, é possível questionar se ele traz o sentimento para a comunidade acerca do seu papel na preservação do seu patrimônio cultural, ou se limita apenas ao papel de conscientização dessa comunidade daquilo que é considerado pelo arqueólogo?

Tenciona-se, então, a realização das ações de Educação Patrimonial integradas ao processo de pesquisa arqueológica, se realmente possibilita o despertar do interesse da comunidade pela valorização de suas referências culturais locais. Afinal, como é afirmado em um dos relatórios, os dados obtidos através das pesquisas "serão apresentados à comunidade e disponibilizados nos meios de comunicação, na internet, através de sites especializados, artigos científicos e apresentação de trabalhos" (Iphan, 2017, p.621), mas qual o real impacto para o dia a dia depois que o empreendimento já foi instaurado? Ele não deve impactar nas relações culturais construídas entre as pessoas com o espaço?

Desta forma, o Programa de Educação Patrimonial tem como propósito mais "informar à população" localizada no entorno dos empreendimentos sobre a natureza das pesquisas arqueológicas, do que priorizar a comunidade e seus conhecimentos no processo, tendo esses empreendimentos pouca preocupação de fato em valorizar os conhecimentos construídos localmente pela e na comunidade. Nos municípios onde se realizam as ações educativas, por exemplo, tais "contatos presenciais e de interação entre os pesquisadores e a comunidade" seriam subsidiados pela "adaptação dos conteúdos, o dimensionamento e elaboração das temáticas das exposições, exibição de material audiovisual, gráfico e oficinas educativas" (Iphan, 2017, p. 622).

A construção de uma "consciência preservacionista", pautada em conteúdos construídos externamente, ou que precisam de uma "tradução" para a comunidade e junto às novas gerações, foi fundamental para essa perspectiva pedagógica tradicional patrimonial, em que a comunidade precisava ser capacitada continuamente para a preservação dos bens culturais, cuja "perda" constituía, em geral, "uma lacuna irreparável, seja de um monumento histórico, de um prédio ou artefato, também de outras formas de manifestação, de expressão e de modos de vida" (Iphan, 2014c, p.140).

A categoria que permeia os discursos do patrimônio presentes no relatório para a realização de programas de Educação Patrimonial, como podemos observar, é a noção de "perda". Nos discursos preservacionistas do patrimônio brasileiro é usual sua utilização, principalmente pela influência de intelectuais como Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) e Aloísio Magalhães (1927-1982), "obcecados por uma "identidade nacional brasileira", defenderam de modo admirável o chamado patrimônio histórico e cultural brasileiro" (Gonçalves, 2015, p.216).

Nas concepções desses homens ligados ao órgão federal de preservação, o patrimônio "é percebido a partir de uma condição de possível 'perda', cabendo às agências de preservação resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento" (Gonçalves, 2015, p.216). Nesses discursos, ainda segundo o autor, o patrimônio aparece como "um dado individualizado, um objeto que pode ser nitidamente identificado, definido juridicamente" e, portanto, "preservado, embora sob a perene condição de possível perda de sua forma original ou de sua "autenticidade". Esses discursos também são assumidos nos relatórios de Educação Patrimonial, como vimos anteriormente. O medo de uma "perda irreparável" ou "recorrentes escolhas do que se deve ou não ser preservados" situam-se numa determinada concepção de manutenção de um tempo histórico, ou o controle de um futuro incerto, tentando manter uma identidade tida como singular ou que deveria ser mantida para "as futuras gerações".

No município de Amontada, no Ceará, uma empresa desenvolveu essa ação bem tradicional de educação patrimonial na arqueologia de contrato, que são as palestras, mas também incluiu outra, as chamadas visitas técnicas. A metodologia utilizada por ela para o desenvolvimento foi citada no item de metodologias em um outro volume, o primeiro, do relatório analisado, procedendo-se com duas atividades principais: uma aula expositiva e uma visita técnica. Ou seja, antes do desenvolvimento da ação, o Iphan toma ciência do que vai ser desenvolvido. A Aula Expositiva nesse caso contou com uma apresentação mais estruturada, pois contou com a distribuição dos conteúdos em eixos temáticos. O primeiro deles denominou de "O empreendimento Usina Eólio Elétrica Icaraí".

Nesse momento, junto ao público, o palestrante deveria explicar o que era a Usina Eólio Elétrica Icaraí e apresentar os objetivos e as ações do licenciamento ambiental e arqueológico; além disso explicar as leis do patrimônio cultural e a necessidade de valorização do patrimônio arqueológico.

Como podemos perceber pelos conteúdos, há uma grande preocupação de promover um letramento das pessoas da comunidade acerca do que está posto na legislação para promover discussões sobre o papel e a responsabilidade da sociedade em geral com aquelas peças encontradas no lugar. Isso se dá pela concepção e noção de "cidadania patrimonial", em que todos têm direitos e deveres com a preservação das memórias e identidades brasileiras. Entretanto, questiona-se se essa abordagem patrimonial distanciada do "mito da nação" só é capaz de debater sobre os conflitos e divergências que podem emergir quando pensamos o conceito de cidadania com o de transformação e interferência ativa na sociedade, principalmente encadeado à ideia de "resistência/negação assumida por atores sociais que politicamente se situam nas margens, nas fraturas e clivagens, ou seja, em direção a uma ideia de anti-mito da nação" (Lima Filho, 2016, p.140).

Podemos inferir que essa abertura para a participação e a inclusão de novos conceitos, inclusive o de garantir uma "cidadania patrimonial" mais crítica e participativa não acontece, pois o outro eixo-temático, reforça os aspectos mais conceituais e legislativos como a relação restrita entre "patrimônio Cultural e Arqueologia", não abrindo possibilidade para a transdisciplinaridade das disciplinas, além de definir alguns conceitos chaves presentes em boa parte das cartilhas e materiais produzidos como:

> [...] o que é patrimônio; conceito de patrimônio material e imaterial; O que é arqueologia; Como acontece a pesquisa arqueológica e uma escavação; Os sítios arqueológicos e tipos de vestígios encontrados na área da UEE Icaraí (Iphan, 2012, p.343).

Como podemos perceber pelos conteúdos, exigem do palestrante um conhecimento acadêmico específico, já que trata de um campo de saber, a arqueologia, para poder saber como a pesquisa deve ser feita e quais os tipos de vestígios localizados a partir da busca dos estudiosos. A questão não está apenas na forma de apresentar, mas em como os elementos são abordados quando se trazem essas questões. Será que são consideradas diversas categorias quando se pergunta ou questiona o que seria patrimônio cultural ou se restringe à definição da legislação? É possível renovar o repertório patrimonial, partindo das leituras das pessoas que vivem no território?

A discussão sobre os "tipos de vestígios" considera a história e narrativas do saber do subalterno, para lembrar Spivak (2010), do saber do indígena, do sertanejo, do camponês, do quilombola, do ribeirinho, do favelado e das múltiplas formas de estar presentes no discurso e na leitura de mundo, diante a produção permanente de conhecimento e de relações de poder? Ao observarmos nos relatórios, sobretudo o analisado aqui, feito na comunidade de Icaraí, em Amontada, a resposta é não, bem como os outros relatórios a serem analisados posteriormente aqui.

Não queremos, a essa altura, dizer que o conhecimento técnico não seja importante, mas é necessário que nesses tipos de abordagem o tema do patrimônio seja visto como espaço de disputa, e temos o compromisso profissional de considerar que a leitura de patrimônio extrapola o simples reconhecimento do que é, além do que são e o que representam enquanto portadores não só de identidades, mas de significados e experiências inesgotáveis de estar e fazer parte do mundo.

Logo, esse encontro entre profissionais, o "lugar do empreendimento" e as pessoas que vivem nesse cotidiano, exigem da empresa e dos profissionais envolvidos o exercício da escuta e da tradução para, assim, a partir desse movimento realizar um exercício não apenas intelectual, mas ético e político para a produção do próprio conhecimento e reconhecimento da produção gerada a partir dos saberes vividos e transformados ao longo do tempo e do espaço. Boaventura de Sousa Santos, em "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", pode nos ajudar a pensar nos nexos desses dois componentes, empreendimento e comunidade, ao estabelecer esse encontro em uma "zona de contato" pela qual se realiza um trabalho de tradução. A tradução como um procedimento que possibilita "criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, que incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas (e seus agentes)" (Santos, 2002, p.262). Por exemplo, questionar como o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade que o patrimônio e suas definições podem colocá-lo ou tirá-lo.

Ao reivindicar do profissional do patrimônio envolvido nessa atividade a capacidade de escuta e de tradução em posição frontal com o conhecimento dos grupos locais, deve agregar ao conceito de patrimônio outros valores para além dos levados pelo formador, e contribui para o aumento do vocabulário a partir dos diversos saberes, experiências e narrativas disponibilizados nesses encontros.

Já a outra atividade proposta é a da Visita Técnica. Os conteúdos desenvolvidos partiram de duas etapas. A Primeira se deu a partir da formação de turmas de 10 a

15 alunos que foram "levadas" para os locais onde estavam acontecendo escavações arqueológicas. No lugar, mediante explicação dos arqueólogos responsáveis, explanaram os seguintes conteúdos:

> Maneira como se forma um sítio arqueológico; Métodos usados para encontrar e entender os sítios; Como se realiza uma escavação; Como se procede para exumar os vestígios; O que os sítios e concheiros encontrados na UEE Icaraí podem nos contar sobre as populações que ali viveram; Importância de preservá-los (Iphan, 2012, p.344, grifo nosso).

Como é possível observar nas visitas técnicas, além de estabelecer uma apresentação sobre o ofício do arqueólogo e os procedimentos com o trato com os vestígios encontrados, as narrativas possíveis mencionadas ali naquele encontro com pessoas da comunidade se restringem ao passado das populações distante no tempo, sem fazer maiores relações com as memórias e relatos vivenciados e construídos pelas pessoas no tempo presente. Cabe só às pessoas terem ciência desse passado para "preservá-lo".

A geógrafa Simone Scifoni (2019, p.15) adverte que é preciso reconhecer que o debate da educação patrimonial não passa mais, necessariamente, pela explicação do desconhecimento da população sobre o tema, já que os grupos sociais estão cada vez mais engajados na preservação do patrimônio". Nesse sentido, não são apenas pessoas passivas no processo de apenas preservar, mas também intervir e ressignificar. Portanto, preservar sem estar atrelado e aberto a tradução pela comunidade, limita a própria ação educativa, já que as populações não se sentirão parte e agentes desse processo educativo participativo que hoje no campo de estudo patrimonial tanto reivindicamos.

A Segunda etapa desenvolvida pela equipe contratada pelo empreendimento foi: após visitar as escavações, os alunos conheceram o laboratório. Nesta etapa, foram trabalhados os seguintes conteúdos:

> Para onde são levados os vestígios e apresentação do material coletado em Campo; Como acontece o processo de curadoria (higienização, numeração, catalogação); Quais estudos científicos são realizados; Como o material arqueológico pode ser usado para entender o passado; Bate-papo com os alunos a fim de ouvir suas experiências (Iphan, 2012, p.344, grifo nosso).

Como podemos observar no trecho destacado, o movimento realizado pelo profissional do patrimônio seguiu as atividades previstas na Portaria nº 230/2002 em seu

artigo 6º, § 7º. Como vimos anteriormente, é apontada a educação patrimonial dos "trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo)", o que reforça a preocupação de que as pessoas entendam toda a forma que o trabalho é desenvolvido. Chamamos mais uma vez a atenção para o fato de que o material arqueológico é só usado para entender o passado, sem fazer relações com o presente e o horizonte de futuro. Um bate-papo serve apenas para ouvir a experiência do campo e não das vivências como todo do estudante, levando ele a também contribuir de forma horizontal com o conhecimento produzido ali, sobretudo com o empirismo do arqueólogo.

Para concluir as ações do Programa, os profissionais patrimoniais da empresa prestaram um serviço que denominaram como "assessoria aos educadores". Considerando a educação patrimonial como um processo continuado, que não se esgota apenas por meio das ações pontuais desenvolvidas pelo processo de licenciamento arqueológico, procuraram "sensibilizar e incentivar os professores a manter o desenvolvimento de tais atividades" (Iphan, 2012, p.344). Neste sentido, ofereceram para esses profissionais da educação alguns "materiais didáticos contendo planos de aula, com a temática do patrimônio cultural e arqueologia, foram distribuídos na escola" (Iphan, 2012, p.344).

É importante ressaltar a importância das escolas e do professor nesses processos, principalmente como pontes importantes entre os educandos e as comunidades. Segundo o educador Paulo Freire (1987), o papel do professor é estabelecer relações dialógicas de ensino e aprendizagem e não hierárquicas; isso significa dizer que o professor, ao passo que ensina, também aprende em um encontro democrático e afetivo, onde todos falam e são ouvidos. Dessa forma, os professores, agentes educadores, são peças fundamentais para a contribuição da educação patrimonial junto às crianças, e como articuladores com a direção da escola podem tornar o ambiente educativo um lugar mais acolhedor e convidativo.

Para além da informação sobre os conteúdos, os relatórios informam o número de pessoas envolvidas diretamente na ação. No caso da rede municipal de ensino de Icaraí de Amontada, as ações de educação patrimonial atingiram um número médio de 70 estudantes. Em nenhum momento do relatório foram feitas referências à história local ou consideradas as particularidades das identidades da região, o que faz inferir que há um modelo nesse tipo de abordagem nas regiões do empreendimento, como pode ser observado em outras experiências de programas de Educação Patrimonial na Arqueologia de Contrato (Iphan, 2012, p.343-344).

Em Acaraú, em 2017, ainda com alusão à portaria de 2002, foram pensadas e elaboradas as atividades de Educação Patrimonial junto às comunidades a partir de um cronograma que buscou abraçar diferentes grupos sociais por meio de diferentes abordagens, visando "vislumbrar todo o potencial que o assunto permite". A perspectiva foi "de associar a prática escolar cotidiana e concreta da educação básica à realidade não menos rotineira e concreta de cada contexto cultural particular e trazê-lo à comunidade em geral" (Iphan, 2017, p.628).

A Educação Patrimonial pode ser percebida numa perspectiva que amplia os tempos, espaços e oportunidades educativas na cultura escolar, mas também tem um potencial importante por contribuir na percepção dos "espaços da vida", e uma aproximação mais sensível das práticas sociais e culturais existentes nos espaços urbanos, reconhecendo os saberes escolares aos saberes articulados com os lugares da vida comunitária para a constituição de um espaço educativo. Essa concepção é grifada por Goulart (2010, p.29), que afirma que "todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente, é um espaço educativo".

Segundo o relatório, fazer com que essa realidade seja percebida tal como ela existe e se reproduz, já há uma preocupação com o protagonismo dos sujeitos para se "tornarem agentes de transformação e preservação do bem cultural dentro do seu próprio corpo social". Embora ainda com uma abordagem de atividades de palestras de 60 minutos, esse Programa observa outros agentes patrimoniais para além dos educadores e das escolas nas comunidades, para realizar com elas ações educativas, distribuindo-os em "grupos de trabalho".

O primeiro deles já apontamos, são os educadores de escolas da comunidade dos ensinos fundamental I e II. Para este grupo, foram apresentadas três atividades: duas palestras de 60 minutos, sendo que na primeira, apresentada e discutida sobre o tema: "Arqueologia e História", foi realizada uma abordagem geral da arqueologia regional e da arqueologia do município e a sua relação com a história local. Diferente de outras propostas, podemos observar uma relação melhor entre as disciplinas e uma preocupação não em trazer formações estritamente externas, mas situar localmente.

Os professores como agentes educadores são peças-chave para a educação patrimonial junto às crianças, alinhados com a direção da escola podem tornar o ambiente educativo um lugar mais agradável e acolhedor. Além disso, os pais podem ser convidados a participarem de exposições, palestras, sobre a impor-

tância de incentivarem os filhos na participação em atos comunitários junto à população, que visem à preservação da memória e dos bens patrimoniais do Bairro de Marechal Hermes. Os eventos comemorativos são dispositivos principais para essa ação.

Na segunda atividade foi realizado um debate sobre o tema "Arqueologia na escola". O objetivo foi de fazer refletir sobre a Arqueologia como colaboradora do âmbito escolar. Segundo Horta *et al.* (1999), mencionada pela equipe responsável da ação pela empresa no relatório, a "disseminação de conhecimento contribui para a ampliação de uma nova visão do patrimônio cultural brasileiro em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, como fonte primária de conhecimento e aprendizado".

A publicação de Horta é bastante usada nos textos dos relatórios. Ela foi organizada pelas estudiosas Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, chamada Guia Básico de Educação Patrimonial, é também considerada a primeira publicação instrucional do Iphan a fim de disseminar discussões pedagógicas e reflexões do campo relacionadas aos bens patrimoniais. A proposta do material é possibilitar "um roteiro de orientação para os debates e estudos do assunto e, principalmente, para a abertura de novas trilhas de exploração e descoberta dos significados que se escondem atrás da expressão Patrimônio Cultural Brasileiro" (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 5).

Conforme Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.5), "o patrimônio cultural e o meio ambiente histórico" a que se refere o patrimônio se apresentam como meios aptos a suscitar "sentimentos de surpresa e curiosidade" nos docentes, promovendo, assim, o interesse pela temática. Logo, a Educação Patrimonial se organiza como importante ferramenta para motivar o interesse dos estudantes pelos bens patrimoniais. Por consequência, pautado em uma metodologia bem detalhada, com enfoque multidisciplinar, além do estudo de aspectos físicos e simbólicos dos objetos patrimoniais, o Guia Básico de Educação Patrimonial é entendido como material metodológico facilitador da relação de ensino/aprendizagem que podem ser utilizados não apenas no ambiente escolar, mas em museus, comunidades em áreas de impacto ambiental como acontece rotineiramente.

Embora o material seja ainda muito utilizado, alguns pensadores trazem críticas principalmente por não entenderem que a educação patrimonial teria uma forma única de proceder com ações patrimoniais, além da pretensão alfabetizadora. Como se as pessoas não tivessem já um repertório cultural anteriormente produzido nas

vivências delas no cotidiano da comunidade. João Dermachi (2018, p. 151), por exemplo, questiona:

> Ora, se as comunidades, nas suas singularidades, expressam-se conforme sua complexa estrutura de compreensão da realidade, constituindo sua cultura, e, portanto, leem essa cultura a partir da mesma estrutura, como podem ser consideradas analfabetas culturais? Só incorrendo na invasão cultural.

O método de alfabetização de Paulo Freire, mais do que um método, constitui uma prática reflexiva, emancipadora, crítica, dialógica e interdisciplinar para mudar a lógica bancária de construção do conhecimento, a partir dos encontros, confrontos e negociações a partir das trocas de experiências entre os sujeitos no processo da aprendizagem, resultantes dos saberes, dos fazeres e das práticas. Afinal, como diz o próprio pedagogo (1987, p. 39): "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Logo, seria possível diante dessa dinâmica ainda considerar um processo de alfabetização das pessoas para o patrimônio cultural?

A terceira atividade se deu pela apresentação de uma exposição de réplicas e reproduções gráficas de vestígios, estruturas e demais feições arqueológicas, propiciando, assim, o contato dos professores com este tipo de patrimônio. Cabe ressaltar que essa atividade é feita por todos os grupos que passaram pela análise.

A confecção de réplicas em exposições é uma prática comum nos museus, porque para além de preservar a referência original, possibilita a acessibilidade. Essas réplicas acabam carregando alguns sentidos: para além de representar um elemento de uma época, elas também têm uma função de representação dentro do espaço museal ou na montagem da exposição. Dessa forma, potencializam a perspectiva didática, o que possibilita uma aproximação entre o presente e o passado e contribui com a compreensão do modo de vida das culturas antigas. Um elemento interessante é que as atividades descritas contaram com uma equipe multidisciplinar para além da presença de um arqueólogo, contou com um historiador e de um cientista social.

O segundo público formado foi por estudantes de uma escola com educandos do ensino fundamental do 4º e 5º ano. Para este público, a primeira atividade também foi uma palestra de 60 minutos com o tema: "Patrimônio Cultural e Arqueologia". Para os estudantes, foi tratado sobre o tema da arqueologia geral, arqueologia do

município de Acaraú, e a preservação do patrimônio cultural. O objetivo disso se fundamentava pela "relevância que os sujeitos envolvidos compreendam como se dá o processo arqueológico dentro de uma pesquisa"; e "como eles podem contribuir para a preservação do patrimônio cultural do meio onde estão inseridos" (Iphan, 2017, p.629). Aqui, como é possível perceber em comparação a outras práticas desenvolvidas por palestras, se mantém junto com os jovens apresentar como é feita apenas mostrando o processo de pesquisa ou ela já terminada, mas sem envolvê-los ativamente ao longo de todo o processo. A segunda atividade desenvolvida foi uma oficina sobre "Vestígios Arqueológicos", onde as crianças simulavam a construção de objetos de cerâmica através de massa de modelar e/ou argila. Essa atividade é importante por assegurar o caráter lúdico do lazer, a fim de estimular a criatividade e a participação cultural delas.

As práticas lúdicas, além de se constituírem em experiências de sociabilização, oportunizam a apropriação de conhecimentos de forma mais fascinante e prazerosa. Compreendendo que não existem limites para a exploração dos recursos lúdicos, a utilização pela Museologia da rica gama de possibilidades que a ludicidade proporciona pode vir a constituir-se em uma estratégia para não somente difundir os saberes gerados a partir dos patrimônios salvaguardados pelas instituições, mas, igualmente, como uma alternativa de revitalização das suas atividades e, consequentemente, atraindo, de tal forma, mais público para as suas programações. A ludicidade, sendo um dos recursos pedagógicos utilizados em ambas as metodologias educativas, sinaliza como uma possibilidade inovadora, interativa, instigante e agradável de transmissão dos mais variados conhecimentos. As vivências por meio de brincadeiras, jogos ou dramatizações, além de se constituírem em oportunidades de sociabilização, entre os participantes das mais variadas faixas etárias, podem ser instrumentos potencializadores de sensibilização e conscientização acerca dos patrimônios e das medidas preservacionistas para a salvaguarda desses bens (Ferrugem, 2015, p.33).

O terceiro público foi formado por artesãs e artesãos. Para este público, optou-se pela realização de duas palestras de 60 minutos. Na primeira, debateu-se o tema: "Contextualizando Arqueologia e os saberes tradicionais". As temáticas sobre preservação e legislação também serão amplamente discutidas, pois "são eles que através de seus trabalhos conseguem manter viva a memória e a cultura". (Iphan, 2017, p.630). A compreensão acerca da legislação vigente funciona como um mecanismo de defesa do patrimônio cultural, pois é de suma importância que "os sujeitos desenvolvam uma consciência crítica acerca de seus direitos" (Iphan, 2017, p.630). A segunda atividade foi uma palestra com o tema: "Arqueologia e

Patrimônio Cultural: conceitos e esclarecimentos". E a terceira atividade seguiu os moldes dos grupos anteriores.

O quarto público é o de pescadores, agricultores e trabalhadores da pecuária. Este grupo foi considerado intrinsecamente relacionado com o patrimônio cultural. A atividade da pesca tradicional, as técnicas de construção naval das jangadas e dos equipamentos de pesca, tais como o arrastão, a tarrafa, entre outros, envolve os saberes ancestrais de grande parte da comunidade e de seu cotidiano. A agricultura e a pecuária concentram saberes acerca do tempo (clima), das culturas e formas de plantio, e dos instrumentos utilizados para desenvolver as atividades no campo (Iphan, 2017). Importante salientar que esses saberes não foram usados como conteúdos nas palestras, o que enriqueceria bastante o debate patrimonial na comunidade.

Para este, público também foram apresentadas duas palestras com a mesma carga horária anterior. Na primeira atividade foi realizada uma palestra que discutiu a temática: "Arqueologia e Ancestralidade". Ressaltando a importância de se manter ativos os "costumes" de nossos antepassados como forma de preservar a identidade da comunidade. Na segunda atividade foi desenvolvida uma palestra sobre o tema: "Arqueologia e Patrimônio Cultural".

Algo importante nessa atividade é a valorização dos saberes tradicionais e da ancestralidade. Contudo, os fazedores de cultura são vistos como espectadores que necessitam de teorias para poder compreender a importância dos bens. Os temas imbricam-se ao cotidiano como a caça e a pesca, o artesanato, a construção, não são percebidos como pontos para serem trabalhados com o grupo de estudantes, também público alvo do projeto para a integração das gerações. Afinal, a partir dos saberes tradicionais que construímos com os educandos, refletimos sobre processos coletivos de ensino/aprendizagem e valorizamos o conhecimento do cotidiano, das práticas e vivências do lugar. A terceira atividade foi desenvolvida através da apresentação de uma pequena exposição de réplicas de vestígios arqueológicos como foi feita com outros grupos.

O último e quinto grupo foram formados por moradores da comunidade, a comunidade geral. Para este grupo seria apresentada uma exposição dos vestígios arqueológicos, como visto na terceira atividade dos outros grupos participantes. Ainda incluía duas palestras durante esta visita guiada: uma antes da visitação intitulada "Arqueologia e Patrimônio Cultural", com o objetivo de ressaltar a profissão do arqueólogo com o agente que irá promover, junto à comunidade, a preservação dos sítios arqueológicos da região. Após a visita guiada, ocorreu mais uma palestra,

com o tema: "Arqueologia: Licenciamento Ambiental e Legislação", tendo como finalidade destacar a importância da preservação do Patrimônio Arqueológico.

Cada palestra foi realizada mediante uma apresentação específica de slides, com o intuito de criar um diálogo aberto e livre com os participantes e com o tema exposto. A exibição de imagens e textos sobre as temáticas relacionadas à arqueologia foi frequente, bem como a apresentação básica de alguns conceitos da área, com o objetivo de envolver e informar o público participante como aconteceu com outros grupos (Iphan, 2017, p. 631).

A Exposição Arqueológica teve o objetivo de "propiciar o contato da comunidade com os bens arqueológicos, sendo este recurso o meio primordial para promover esta etapa", pois para o entendimento da equipe "para o conteúdo falado se torna mais atraente e envolvente quando contextualizado" (Iphan, 2017, p.632). Além disso, visou "utilizar réplicas de vestígios arqueológicos como difusores de informações do patrimônio cultural em uma linguagem mais didática e de uma forma mais realista" (Iphan, 2017, p.631).

Importante percebermos a utilização por parte da empresa de variar as estratégias para desenvolver atividades de educação patrimonial como visitas guiadas, exposições, oficinas. Todavia, é importante que essas atividades sejam feitas durante todo o processo de patrimonialização e de pesquisa e também de forma participativa, reflexiva e crítica, para que não sejam mais um instrumento de violência simbólica de alfabetização dos grupos sociais. Por fim, da análise avaliativa do que desenvolveram, a equipe de Educação Patrimonial responsável pelo relatório destaca a realização de uma extensa conceituação acerca das várias formas de Patrimônio Cultural (Material e Imaterial), ressaltando a sua importância para à comunidade, para a história local, e num contexto mais amplo, para a manutenção da história da região.

É significativo dizer que essa questão atribui maior importância acerca das ações de educação patrimonial desenvolvidas nos trabalhos voltados aos bens culturais, se deu por uma legislação importante, que inseriu a questão da educação patrimonial no âmbito do licenciamento ambiental, a Portaria Interministerial nº 419/2011 e trouxe esse debate. Em seu Anexo III-D, trouxe um termo de referência específico do Iphan complementar, exigindo que nos licenciamentos ambientais de competência federal, fossem realizados os diagnósticos socioeconômicos dos estudos ambientais ligados ao licenciamento, incluindo estudos relativos aos bens culturais de natureza material (arqueológicos, arquitetônicos, urbanísticos, rurais, paisagísticos,

ferroviários, móveis e integrados) e imaterial (saberes, fazeres, celebrações, formas de expressão e lugares) existentes nas áreas de influência direta da atividade ou empreendimento em estudo.

Ademais, a Portaria cobrava, ainda, sua complementação ao diagnóstico, a obrigatoriedade da Educação Patrimonial, que devia ser objeto de projeto específico, intitulado "Programa de Educação Patrimonial", elaborado e ministrado por profissionais com experiência comprovada, por isso aqui vemos constantemente a referência de um caráter mais multidisciplinar; outrossim, o projeto do "Programa de Educação Patrimonial" deveria apresentar a partir dos resultados contidos nos relatórios finais de Diagnóstico dos bens de interesse cultural e garantir que toda ação dos "atores envolvidos nas pesquisas de licenciamento ambiental, seja com as populações locais, seja com trabalhadores das obras, ou mesmo com o empreendedor, deverá ser norteada pelos princípios da educação patrimonial".

Por fim, podemos acompanhar o desenvolvimento de programas de Educação Patrimonial na Arqueologia de Contrato por meio de alguns estudos de caso que tiveram como fim desenvolver e promover, através de várias ações, a valoração e a promoção do patrimônio cultural, seja para cumprir a legislação ou atividades comprometidas para que os bens culturais comunitários fossem reconhecidos e sejam apropriados e ressignificados por toda a comunidade.

As equipes de educadores buscaram despertar, de forma objetiva, o sentimento de pertencimento dos moradores, por meio de palestras de sensibilização, para evidenciar os valores históricos e sociais possíveis de serem percebidos, mediante diversas dificuldades, principalmente da falta de recursos humanos e financeiros e um cronograma apertado.

Logo, para além da tradução em aspectos técnicos, há um desafio importante dentro da Arqueologia de contrato que é da maior importância: a preservação continuada e integrada com a comunidade, sobretudo pelas metodologias e definições de educação patrimonial, a fim de garantir o retorno e permanência das pessoas nas práticas de valorização e preservação dos bens arqueológicos, algo que não aparece de forma tão clara, mas como observado adiante, ao longo do tempo o exercício de educação patrimonial será melhor definido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi entender como as ações educativas voltadas para o patrimônio cultural são desenvolvidas no âmbito dos licenciamentos ambientais, pensadas em seus aspectos teóricos e metodológicos dentro da legislação no âmbito federal no que se estabelece enquanto diretrizes no Iphan e desenvolvidas por empresas por meio de contratos temporários.

Pensando no contexto da portaria criada na década de 2000, é possível entender as motivações e também debates sobre o tema Educação Patrimonial a nível nacional que provocaram, posteriormente, a maturidade de perceber as práticas educativas para o patrimônio cultural. Profissionais de áreas distintas reuniram-se ao longo do tempo para analisar, revisar e construir novos conceitos, abordagens e princípios para nortear as ações voltadas para a educação relacionada ao Patrimônio Cultural.

É inegável também afirmar que esse processo de inclusão mais madura de educação patrimonial, nessas práticas de licenciamento ambiental, contou com a influência da pedagogia freireana, bem como o avanço da "Arqueologia Pública", pois é uma vertente da arqueologia que pensa na realização de ações educativas ouvindo as pessoas, e realizando com elas, a partir de diálogos constantes e debates sobre as narrativas, histórias, identidades e referências culturais constituídas a partir da materialidade dos vestígios arqueológicos. A partir do fortalecimento dessa área, foi possível aproximar as reflexões necessárias sobre a relação entre a pesquisa e a gestão do patrimônio cultural com a sociedade, incluindo questões de planejamento social e econômico, ações culturais e políticas envolvidas na prática arqueológica. Logo, como afirma Paz (2010), a Arqueologia Pública busca valorizar nas atividades de elaboração até a execução dos projetos o envolvimento do público, fazendo com que os sujeitos daquele território também se vejam representados nas pesquisas realizadas.

Foi possível também identificar que, a partir dessas portarias, as ações educativas tornaram-se requisitos para instalação dos empreendimentos, obrigando-os a dialogar com a população local. Ficou evidente que a forma de dialogar e o envolvimento com as comunidades dependeu de muitos fatores, tais como o conhecimento e iniciativa do arqueólogo e do empreendedor de investimentos, do tempo de execução no cronograma e também da compreensão de que os grupos deveriam estar envolvidos no processo.

Com isso, em suma, compreendemos que a importância dada da educação patrimonial para todas as fases do licenciamento, sobremaneira a do Programa de Educação Patrimonial, se relaciona com o tempo disponível e, consequentemente, como as ações que envolvem o conjunto dos atores envolvidos nas pesquisas de licenciamento ambiental, o tripé formado pela equipe contratada, pelo empreendedor e sua empresa, pelo acompanhamento das políticas públicas por meio dos órgãos de fiscalização e a participação da comunidade e sua ação política e pública.

Um dos desafios que encontramos é a possibilidade de efetivar de fato o que é colocado nos princípios de educação patrimonial como temos hoje, para ir além do "Conhecer para preservar" e de fato intervir e transformar a sociedade. Partir do patrimônio cultural não como algo apenas dado, fetichizado, e sim concebê-lo como uma construção e apropriação social, com seus consensos e conflitos (Tolentino, 2016). Nesse sentido, utiliza-se de conceitos controversos, como o de alfabetização cultural, vai de encontro ao conceito antropológico de cultura.

Seis anos atrás, ainda bem recente, as concepções e orientações sobre educação patrimonial entendidas e aplicadas pelo Iphan foram descritas na publicação *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*, sendo institucionalizadas por meio da Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece as diretrizes desse processo de compreensão do conceito de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio o que mudou novamente o olhar sobre o tema, e acabou também por definir melhor as atividades educativas do Iphan como todo, sobretudo na Arqueologia de Contrato. O objetivo da portaria, conforme descrito em seu art. 1º, foi instituir um conjunto de marcos referenciais para a educação patrimonial enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan. Considerou, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio (Iphan, 2014b, p. 19).

As discussões atuais sobre Educação Patrimonial trazem os princípios norteadores desta portaria, que pode ajudar a colaborar na construção de projetos educativos no campo da Arqueologia de Contrato. A transversalidade é um deles. O saber arqueológico sozinho é capaz de contribuir, mas existem múltiplos componentes do saber que são essenciais para o processo de valorização e preservação como um todo, possibilitando a construção mais rica e coletiva do conhecimento, a partir do diálogo, procurando sair daquilo que se configura de mero caráter informativo, de

transmissão do conhecimento técnico, mas de uma soma de saberes, inclusive da própria comunidade.

Afinal, é a fragmentação da área patrimonial, com os profissionais dispersos em diversas instituições de origem, bem como as dificuldades operacionais do cotidiano do trabalho e das "caixinhas conceituais", as quais têm impossibilitado o tempo necessário para a reflexão e formação teórica desses educadores, que têm criado obstáculos ao avanço e a consolidação desta base mais conceitual.

Outra preocupação da portaria é envolver a Educação Patrimonial por todas ações patrimoniais (inventariação, diagnóstico, tombamento, registro, conservação, restauro, celebração) e, no caso da Arqueologia, deve transpassar as etapas de pesquisa, evitando-se desenvolvê-la apenas ao final do processo, quando o arqueólogo e sua equipe já reuniram todos os conteúdos e, muitas vezes, à comunidade não tem a dimensão do que foi reunido.

É aí onde estão também os princípios fundamentais desta última portaria: o diálogo e a mediação. O papel das instituições de preservação em relação à sociedade civil, deve fugir da lógica de apenas elas determinarem e atribuírem os valores. No sentido de mediação, é ampliar os olhares sobre a criação de espaços de aprendizagem e interação para fomentar a reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. As ações educativas devem, neste sentido, ser emancipatórias, ouvindo e construindo junto, socializando o conhecimento técnico-científico e, ao mesmo tempo, valorizando os conhecimentos e práticas sociais. E como as novas portarias que visam dar maior participação nas comunidades têm funcionado a partir dessa portaria de 2016?

Eis o desafio para futuras pesquisas, uma vez que a Educação Patrimonial, sobretudo a executada na Arqueologia de Contrato, deve partir de uma concepção de liberdade e autonomia dos sujeitos envolvidos, e os bens arqueológicos coletados e interpretados devem contar com a participação não só dos envolvidos no corpo técnico, mas de toda a sociedade.

AGRADECIMENTOS

A Janaildo Soares, Vagner Mesquita, Kellma Simplício e Ligia Holanda pelas colaborações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIMA, C. B. **A educação patrimonial nos projetos de arqueologia de contrato:** reflexões e contribuições. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, 2016. Disponível em: http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Carl%C3%BAcio%20de%20Brito%20Baima.pdf. Acesso em: 10 de set. 2022.

BRASIL. **Portaria Iphan n° 230, de 17 de dezembro de 2002**. Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BRASIL. **Resolução Conama nº 01**, de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

BLEIN, C. L'archéologie préventive, une source de solutions pour demain?. **Canadian Journal of Bioethics / Revue canadienne de bioéthique**, Montréal, v. 2, n. 3, pp. 3-35, 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental.** Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

DEMARCHI, J. L. O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial**. Revista CPC**, São Paulo, v. 13, n. 25), p. 140-162, 2018.

FARIA, A. B. G. **Cadernos Pedagógicos:** territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Ministério da Educação (MEC): agosto, 2010.

FERRUGEM, I. C. F. **Educação, Patrimônio E Ludicidade**: a experiência educativa do Setor do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SPH/UFRGS). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). da Universidade Federal do Rio Grande do Su, Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/134700/000987215.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 de set.2022.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONCALVES, J. R. S. O Mal Estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 211-228, 2015.

GONÇALVES, J. R.; GUIMARÃES, R. S.; BITAR, N. P. **A Alma das Coisas:** patrimônios, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013.

GOULART, B. **Cadernos Pedagógicos:** territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Ministério da Educação, 2010.

HORTA, M.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Iphan, 1999.

IPHAN. **Iphan Divulga Carta de Esclarecimento sobre Arqueologia Preventiva relativa ao Licenciamento.** Publicada em 04 set. 2014. Brasília, DF, 2014a.

IPHAN. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014b. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240. Acesso em: 20 jul de 2022.

IPHAN.**Processo nº 01496.000528/2012-69**. Assunto: Programa de Resgate e Monitoramento da Usina Eólica Icaraí, Amontada. Vol. 2, Parte 3. Iphan, Fortaleza, 2012.

IPHAN.**Processo nº 01496.000902/2014-98**. Assunto: Diagnóstico e Programa de Prospecção Arqueológica na Área de Instalação do BRT Av. Senador Fernandes Távora/Av. dos Expedicionários e Reforma e Ampliação do Terminal da Parangaba, em Fortaleza, Ceará - Parte 3. Iphan, Fortaleza, 2014c.

IPHAN. **Processo nº 01496.000208/2008-22.** Assunto: Estudos Arqueológicos na área de implantação da Central Eólica da Praia do Morgado - Município do Acaraú -CE- Volume 2, Parte 1. Iphan, Fortaleza, 2017.

IPHAN. **Portaria nº 137**, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília: DOU, União, seção 1.

IPHAN. **Portaria Interministerial nº 419**, de 26 de outubro de 2011. Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (revogada).

IPHAN. **Portaria Interministerial nº 60**, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA.

IPHAN. **Portaria MinC/SPHAN nº 07**, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece procedimentos para a comunicação prévia, às permissões e às autorizações de pesquisas arqueológicas previstas na Lei Federal nº 3.924/61.

IPHAN. **Portaria nº. 92**, de 5 de julho de 2012. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

JACQUES, C. C.; CARVALHO, A. B. Campos de atuação e os desafios da arqueologia empresarial no Brasil. **Brasiliana**, v. 9, p. 252-268, 2020.

LIMA FILHO, M. F. Cidadania Patrimonial. **Revista AntHropológicas**, Recife, v. 26, n. 2, maio, 2016.

MORAIS, J. L.; MOURÃO, H. A. Inserções do direito na esfera do patrimônio arqueológico e histórico-cultural. In: WERNECK, M. *et al.* (Coord.). **Direito ambiental:** visto por nós advogados. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

NAJJAR, R. P. **Preservação do Patrimônio Arqueológico**: normas e práticas no Brasil. Centro Nacional de Arqueologia – CNA, 2013.

PAZ, Y. Community Archaeology in Proto-Historical Tel Bareqet, Israel. In: ASCHERSON, N. & McMANAMOM, F. **Public archaeology,** London, v. 9, n.1, Maney Publishing, 2010.

PAIVA, A. S. G. **As dinâmicas das duas metades:** tombamento e patrimônio etnográfico no Iphan. Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DissertacaoPEP_AnaCristinaSGPaiva.pdf. Acesso em: 01 de set. 2022

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, 2002.

SCIFONI, S. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, São Paulo, v. 14, n. 27esp, p. 14-31, 2019.

SILVA, L. S. **Licenciamento ambiental:** desafios e possibilidades para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Luciano%20de%20Souza%20e%20Silva.pdf. Acesso em: 12 de set. 2022.

SIMÃO, L. M. "Elos do patrimônio": Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. **Bol. Mús. Pára**. Emílio Goeldi. Cien. Zumbir, Belém, v. 4, n. 3, set.- dez. pp. 421-435, 2009.

SPHAN. **Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988.** Estabelece procedimentos para a comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstos na Lei nª 3.924, de 26 de julho de 1961.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TOLENTINO, A. B. O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Atila B.; BRAGA, Emanuel O. (Orgs.). **Caderno Temático de Educação Patrimonial**. João Pessoa: Iphan/PB; Casa do Patrimônio da Paraıba, n. 3, 2016.

DIÁLOGOS AFRODIASPÓRICOS EM SALA DE AULA: POR UMA ARQUEOLOGIA ANTIRRACISTA

Patrícia Marinho de Carvalho[1]; Bruno de Souza Corrêa[2]; Gabrielle Reis Ferreira[3]; Gerson Machado Rosa[4]; Isabella Alves Guimarães[5]; João Ursine Magalhães de Andrade[6]; Julia Braga dos Santos[7]; Letícia Lemos de Sousa[8]; Thais de Oliveira Adamy[9].

Resumo

Este artigo é uma produção coletiva idealizada e produzida durante a disciplina "Seminários II: Arqueologia em contextos afrodiaspóricos", ministrada no segundo semestre de 2019, para estudantes do curso de Antropologia com linha de formação em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O objetivo da disciplina foi trazer a discussão antirracista para dentro da área arqueológica, partindo da constatação da ausência de reflexões sobre questões que afetam diretamente a população negra: como raça, racismo institucional, violência, entre outros, que devem ser considerados não apenas nas leituras que são feitas dos contextos arqueológicos afrodiaspóricos, mas na própria existência destes e profissionais ne-

1 Docente de Arqueologia do Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – de 2019 a 2020; Rede de Arqueologia Negra – Negrarqueo, e-mail: patymarinho@yahoo.com.br; https://orcid.org/0000-0001-5862-7584.

2 Graduando do curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e-mail: souza.brunocorrea@gmail.com; https://orcid.org/0009-0000-4941-4683

3 Mulher indígena borum-kren, mestranda em Antropologia com área de concentração em Arqueologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista Capes; Rede de Arqueologia Negra – Negrarqueo; e-mail: bibilelis18@gmail.com; https://orcid.org/0000-0002-9780-5352

4 Graduando do curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e-mail: gerson.machadorosa@gmail.com; https://orcid.org/0009-0006-1381-7476

5 Mestranda em Antropologia Social e Cultural na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), bolsista Capes, e-mail: bellaaguimaraes@gmail.com; https://orcid.org/0000-0003-1658-439X

6 Graduando do curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e-mail: joaoursine@gmail.com; https://orcid.org/0009-0008-0453-0216

7 Bacharela em Antropologia com linha de formação em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e-mail: juulia_braga@outlook.com; https://orcid.org/0000-0002-2577-7495

8 Graduanda do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e-mail: le_lemoss@hotmail.com; https://orcid.org/0009-0002-4375-7938

9 Bacharela em Antropologia com linha de formação em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e-mail: thais.adamy98@gmail.com; https://orcid.org/0009-0002-8064-3091

gros da arqueologia. Nesse sentido, a partir da bibliografia do curso, das discussões realizas e de nossa experiência pessoal, apresentamos um diálogo sobre temas que foram debatidos em sala de aula no sentido de praticar e encorajar uma arqueologia afrodiaspórica antirracista e afrocentrada.

Palavras-chaves: Antirracismo – diáspora africana – histórias de vida

Abstract

This article is a collective production idealized and produced during the course "Seminars II: Archaeology in Afrodiasporic contexts", offered during the second semester of 2019 to students of the Anthropology program majoring in Archaeology at the Federal University of Pelotas (UFPel). The objective of the course was to make the anti-racist discussion present in the archaeological discipline. It emerged from the realization of the absence of reflections on issues that directly affect Black people such as race, institutional racism, violence, among others. Such issues must be approached not only through the analysis of Afrodiasporic archaeological contexts, but of the very existence of Black professionals in archaeology. In this sense, based on the course bibliography, the discussions held and our personal experience, we present a dialog based on topics that were discussed in the classroom, to practice and encourage an anti-racist and Afro-centered Afrodiasporic archaeology.

Keywords: Anti-racism – African diaspora – life's history

Introdução[10]

Este artigo surgiu da minha experiencia docente do curso de Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e na relação estabelecida com alunes do curso.

10 Esse artigo se utiliza da linguagem neutra. A "linguagem não-binária" ou "linguagem neutra", um conceito defendido por ativistas dos movimentos feministas e LGBTQI+ que tem como objetivo descaracterizar o "binarismo" da linguagem, isto é, a ideia de que palavras são necessariamente femininas ou masculinas". Ver:

https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/07/10/Todxs-contra-x-l%C3%ADngua-os-problemas-e-as-solu%C3%A7%C3%B5es-do-uso-dx-linguagem-neutrx

No ano de 2019, tive a oportunidade de ministrar a disciplina "Seminários II: Arqueologia em contextos afrodiaspóricos". O objetivo central da disciplina, além do conteúdo explicitado no próprio título, foi discutir questões étnico-raciais, situando as pessoas discentes nesse debate tão fundamental para o entendimento do contexto social em que estão inseridos os estudos arqueológicos de sítios afrodiaspóricos, visando a construção de uma arqueologia antirracista.

Qualquer discussão sobre educação antirracista passa por uma reflexão sobre a Lei nº 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, e a Lei nº 11.645/2008 que inclui os povos indígenas e em seu Parágrafo 1º explicita a obrigatoriedade de se abranger nos currículos escolares, além da história da África, a luta de africanos e dos povos indígenas, sua cultura e contribuição na formação da sociedade brasileira.

Logo, se houve a necessidade de se criar uma lei para contar a história e cultura dos africanos trazidos forçadamente de seu continente para o trabalho escravo, bem como dos povos que habitavam essas terras antes da invasão europeia, chegamos à conclusão de que muitos estudantes chegam ao ensino superior sem essas referências básicas. A maioria só teve contato com a história e cultura de africanos, seus descendentes e dos povos indígenas nos dias 20 de novembro e 19 de abril respectivamente e, muitas vezes, de maneira estereotipada.

Esse distanciamento do continente, da história e da cultura africana e afro-brasileira é continuado durante os anos de formação do estudante no ensino superior e não é diferente na Arqueologia, pois muitos cursos não incluem essa temática em seus programas. É possível atribuir essa ausência à origem colonial da disciplina, que insiste em preservar seu eurocentrismo, num contexto de racismo estrutural e institucionalizado presente em nossa sociedade.

A arqueóloga e poeta, membra da Negrarqueo, Lara de Paula Passos em sua dissertação de mestrado (2018), que traz importante perspectiva crítica da produção de conhecimento em arqueologia, realizou levantamentos em cursos de pós-graduação em Arqueologia ou com área de concentração em Arqueologia, com recorte de raça, gênero e nacionalidade. As análises bibliométricas realizadas a partir das disciplinas obrigatórias desses cursos de pós-graduação indicaram a "permanência e a atualidade da colonialidade do poder, do racismo ambiental e epistêmico no modelo dominante de ensino arqueológico brasileiro" (Passos, 2018, p. 61-62). Os dados mostram que apesar das mulheres representarem a maioria nos cursos de

pós-graduação, são homens europeus e estadunidenses que ocupam o topo da lista com léguas de vantagem e, ainda, apenas uma mulher africana aparece no gráfico.

Em estudo sobre a produção científica sobre a Arqueologia Amazônica (Caromano *et al*., 2017) mostra algo muito semelhante. Mesmo em maioria, mulheres dificilmente chegam a cargos de coordenação e quando chegam ao auge de suas carreiras acadêmicas (bolsistas de produtividade) estão em minoria em relação a homens.

Nesse quadro geral, o curso de Arqueologia da UFPel é um dos poucos em que há dois professores titulares especialistas em Arqueologia da diáspora africana (Cláudio Baptista Carle e Lucio Menezes Ferreira).

A pouca presença de professores e, sobretudo, professoras negras é algo que ressoa negativamente em alunes que não se veem representados ao longo dos anos de formação acadêmica. É como se uma mensagem silenciosa ficasse a todo tempo reafirmando que aquele não é nosso espaço. Esse foi um diagnóstico feito pela turma que eu vivenciei na formação na Graduação em Ciências Sociais e na pós-graduação, porém devo reconhecer o privilégio de ter sido aluna dos professores Kabengele Munanga e Milton Santos (sorrisos de contentamento).

Essa realidade me instigou a construir um programa de aulas em conjunto com a turma matriculada na disciplina, que não focasse exclusivamente em questões clássicas da arqueologia da diáspora africana, mas que incluísse o diálogo do campo das relações étnico-raciais, refletindo assim os interesses da turma formada por pessoas negras, brancas e indígenas, trazendo suas experiências de vida para a sala de aula.

A Arqueologia não pode mais ignorar a influência das relações étnico-raciais ao olhar para os contextos arqueológicos afrodiaspóricos, nem tampouco pode se eximir de construir uma Arqueologia antirracista. É fundamental que se entenda como estudantes negros percebem suas próprias existências e como os estudantes não-negros percebem ou não essas mesmas existências no ambiente acadêmico, que até pouco tempo atrás não era habitado por pessoas negras.

Prática antirracista em sala de aula

Nesse caminho construído por perspectivas afrocentradas, a participação foi estimulada a partir de um ambiente libertário (Freire, 1967), para que juntes cons-

truíssemos um plano de aulas dentro do espectro da proposta da disciplina e que incluísse temas de interesse da turma. Assim, nas aulas introdutórias, enquanto debatíamos sobre nosso plano de aulas, foram disponibilizados uma seleção de vídeos, imagens e artigos, cujo foco esteve na apresentação do patrimônio cultural africano.

Também discutimos o papel da ciência europeia na construção da ideia falsa de uma África sem história, sem cultura, formada por seres inferiores. A Arqueologia praticada no início dos séculos XIX e XX subsidiou esse discurso.

O primeiro vídeo[11] que assistimos foi sobre o sítio arqueológico do Grande Zimbabwe. As ruínas de pedra que compõe o sítio já foram um importante centro comercial e político entre 1100 e 1450.

Durante o século XIX, o "santuário"[12] foi vítima de pilhagens promovidas por "caçadores de tesouro", expedições promovidas por ladrões pseudo-arqueólogues. Porém, durante todo o período colonial, que se estendeu de 1890 a 1980, os colonizadores britânicos se negaram a reconhecer suas origens africanas, atribuindo suas origens a populações de pessoas brancas. Nem mesmo em 1931, depois que os estudos da arqueóloga Gertrude Caton-Thompson (1931), confirmaram se tratar de um sítio arqueológico de origem africana. Talvez essa negação tenha sido reforçada pelo fato de Gertrude ser mulher e sua equipe ser composta exclusivamente por mulheres, já que racismo e sexismo são heranças europeias.

Esse vídeo foi impactante para a turma que desconhecia o Grande Zimbabwe, sua exuberância e importância na história e arqueologia da África, e ficaram positivamente estimulados ao ver profissionais da arqueologia nascidos no Zimbabwe atuando nos estudos do sítio, como o caso de Webber Ndoro, mesmo depois de séculos de pilhagem, destruição e apropriação.

Além de referências à pilhagem promovida pelos europeus ao patrimônio africano, também vimos exemplos de abusos e crueldades, que continuaram depois do fim da escravização transatlântica que arrancou milhares de pessoas africanas do continente.

---

11 The Lost City Of Zimbabwe | Archeology (Ancient Civilisation Documentary) | Timeline
Timeline – World History Documentaries. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lnC9UsZjsTU

12 Hoje, após a independência do Zimbabwe, arqueólogos africanos questionam a gestão do sítio arqueológico do Grande Zimbabwe, construída a partir de critérios eurocêntricos que desconsideram a relação das comunidades locais com o sítio. O arqueólogo nascido no Zimbabwe e primeiro arqueólogo Webber Ndoro africano formado trata do tema em sua tese de doutorado: *Your Monument our Shire: the preservation of Great Zimbabwe*. Doctoral thesis in Archaeology, Department of Archaeology and Ancient History, Uppsala University, 2001, 130p.

No último quarto do século XIX a política imperialista foi marcada pela disputa entre países europeus pelo controle de territórios africanos. Num dos episódios mais horrendos da história, sob a falsa bandeira da filantropia, o rei Leopoldo II da Bélgica se tornou **proprietário** do Congo, passando a explorar intensamente os recursos naturais da região, promovendo um verdadeiro genocídio da população, já desestruturada pela escravidão.

Esses foram alguns dos exemplos introdutórios a partir dos quais procurei demonstrar a riqueza cultural e histórica de povos africanos, mas também a exploração e o racismo no qual se estruturou a ciência ocidental e consequentemente a Arqueologia.

Assim, concluímos nosso plano de aulas no qual a interdisciplinaridade foi privilegiada nas leituras escolhidas, sendo que a própria turma trouxe o entendimento de que "a fragmentação dos saberes é algo a ser superado".

A busca de apoio na Sociologia e Antropologia foi o ponto de partida para o desenvolvimento do debate acerca de conceitos fundamentais como raça, racismo e antirracismo, dada a tradição desses estudos nessas áreas do conhecimento, em oposição ao silêncio existente na Arqueologia sobre o tema.

Dentre os temas de interesse da turma, destacamos as referências bibliográficas de alunes que cursaram as disciplinas da professora Loredana Ribeiro, uma das principais referências da arqueologia de gênero no país, e importante artigo de autoria de Gabby Hartemann e Irislane Moraes (2018), integrantes da Negrarqueo – Rede de Arqueologia Negra, que trazem uma proposta epistemológica afrocentrada para a arqueologia em contextos de diáspora africana.

No decorrer das aulas foi proposta uma atividade externa, um almoço comunitário junto aos colegas da Ocupa Canto de Conexão, em que procuramos unir a experiência comunitária construída nesse quilombo urbano, vizinho à UFPel, e a experiência da difusão do patrimônio cultural de origem africana por meio do alimento: acarajé e arqueologia (Carvalho, 2018). A Canto de Conexão é um exemplo de resistência, num contexto em que territórios afrodiaspóricos historicamente são alvo de processos de apagamentos de sua existência.



Figura 1: Acarajé no Quilombo Urbano Ocupa Canto de Conexão (da esquerda para a direita: Profa. Loredana Ribeiro, Gabrielle Reis "bibi" e Glênio, estudantes da UFPel) – Fotos Julia Braga dos Santos (estudante UFPel, 2019).



Figura 2: Acarajé cultura história e delícia! Foto: Julia Braga dos Santos, 2019).

A definição de um dos critérios de avaliação da disciplina também foi uma sugestão que partiu de um aluno. João foi quem sugeriu a elaboração deste artigo coletivo, após confirmar o quão incipiente é a Arqueologia na produção de estudos arqueológicos em contextos afrodiaspóricos, que dialoguem com temas transversais na compreensão desses contextos a partir de uma perspectiva antirracista. Assim, esperamos que nossa experiência coletiva venha a colaborar com o fortalecimento de uma arqueologia afrodiaspórica antirracista e afrocentrada.

Parte 1: Bruno e João: racismo científico; clássicos da Antropologia e Sociologia sobre raça, racismo e antirracismo.

O conceito de raça foi primeiramente empregado no âmbito das Ciências Biológicas e da Botânica para classificar a diversidade física de espécies não-humanas. Durante os séculos XVI e XVII, porém, o termo já era utilizado na Europa como

forma de discriminação entre supostas raças humanas, para diferenciar pessoas francesas – autoproclamadas "puras" – e pessoas gaulesas – consideradas socialmente inferiores por sua ancestralidade (Munanga, 2003).

No contexto do contato com povos não-europeus a partir do final do século XV, o reconhecimento ou não da humanidade desses "outros" passava, imprescindivelmente, pela decisão da Igreja, que por meio da "prova" contida no texto bíblico, concederia ou negaria a existência de alma nesses indivíduos. Com isso, a sagrada escritura se tornava o documento de autorização do genocídio ou da assimilação via catequização (Munanga, 2003).

No século XVIII, no auge do Iluminismo, os atestamentos religiosos são abandonados e deram lugar às categorias "científicas" recuperadas da Biologia e Botânica. Juntamente com os avanços dos estudos sobre genética humana e o uso da craniometria, se consolidou cientificamente a ideia da existência de raças humanas genética e fisicamente distintas e que, portanto, poderiam ser hierarquizadas. O discurso genético se aliou ao evolucionismo cultural buscando provar que as características fenotípicas estariam associadas a atributos psíquicos e socioculturais de maior ou menor grau evolutivo (Munanga, 2003).

Durante esse processo, a Arqueologia se institucionaliza na Europa em um contexto muito pautado nas práticas colecionistas/antiquaristas. Se valendo da perspectiva evolucionista cultural, a metodologia estava baseada na classificação tipológica exaustiva, que desconsiderava os povos envolvidos e suas subjetividades. Sob esse sistema classificatório, as dicotomias próprias da disciplina foram reforçadas, em especial passado X presente e sujeito X objeto.

Nesse sentido, ciências disciplinares como a Antropologia criaram a noção do "Outro", não-branco e não-ocidental, um ser social, cultural e intelectualmente inferior na escala evolutiva, em oposição da noção do "Eu" que corresponde à pessoa branca europeia, superior e modelo universal para a sociedade. Seguindo esses preceitos e com o respaldo da ciência, a ideia de estágios evolutivos serviu para incentivar e evidenciar materialmente ideias raciológicas, tornando a Arqueologia uma das bases epistemológicas da ciência vigente na época.

Dentro desse cenário, a ciência ocidental é cumplice do colonialismo e do racismo, que, de acordo com Grada Kilomba (2019), se esforçou em projetar nesse "outro" as partes mais reprimidas e "más" do "Eu".

Como afirma a autora:

> Essa cisão evoca o fato de que o sujeito branco de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego – a parte "boa", acolhedora e benevolente – é vista e vivenciada como "eu" e o resto – a parte má, rejeitada e malévola – é projetada sobre a/o "Outra/o" como algo externo. O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como um meio de escapar dos mesmos. (Kilomba, 2019, p. 34).

Mesmo com a constatação das ciências biológicas, durante o século XX, da inexistência de raças humanas distintas, o sistema de classificação que havia sido empregado durante todo o período em que a escravidão vigorou já estava arraigada no imaginário popular e se perpetuava nas relações sociais dos países colonizados. Embora, segundo Munanga (2003), o racismo sendo um conceito etnosemântico, isto é, seu significado e sua influência na estrutura de relações mudam no espaço, seu substrato essencialista não se alterou nos locais onde se empreendeu a escravização de povos não-europeus.

Com essa associação de uma carga pejorativa ao conceito de "raça", inicialmente repudiada pelos movimentos sociais pelos direitos civis e por igualdade racial em ascensão no cenário mundial pós-*apartheid*, o termo começou a cair em desuso no meio científico dando espaço ao conceito de "etnia". Segundo Kabengele Munanga, porém, existe uma diferença crucial entre essas categorias, pois:

> O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça "branca", "negra" e "amarela", pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. (Munanga, 2003, p. 12).

Essa substituição de termos está associada a um discurso que busca o "politicamente correto", em uma tentativa de retirar a ênfase ofensiva e preconceituosa do termo "raça". Mas o que se observa na realidade é a persistência de um sistema de classifica-

ção baseado em características morfofisiológicas das pessoas, relacionadas a atributos psicológicos e culturais. Desse modo, vê-se o surgimento de um "novo racismo", que independe da categoria "raça" para manter uma ideologia de dominação e opressão.

No caso do Brasil, onde as relações raciais foram historicamente construídas em cima da negação/relativização da raça e da existência do racismo, a "desracialização" das opressões sempre foi a regra, sendo tomada como modelo antes da introdução da categoria "etnia".

O mito da democracia racial, criado e difundido, principalmente, por Gilberto Freyre e Arthur Ramos, supunha um estado de harmonia e cordialidade entre as três raças, que deram origem a um país mestiço. Esse mito foi adotado pelo projeto nacionalista pós-abolição e se tornou a base para o racismo "à brasileira", assimilacionista e pigmentocrata (ou colorista), que mantinha sutilmente a ideologia de superioridade branca e que considerava o "verdadeiro" racismo como segregação formal (modelos norte-americano e sul-africano). Mesmo com a introdução de uma perspectiva marxista no estudo de relações raciais, seu caráter estrutural não foi superado, sendo a democracia racial transformada em ideal a ser alcançado e o capitalismo um estágio obrigatório para que se atinja a real estabilidade social (Guimarães, 1995).

Uma das formas de cumprir o ideal de nação mestiça foi por meio de métodos eugênicos de apagamento (social, físico, cultural) da população preta e indígena. O conceito de eugenia, que foi cunhado por Francis Galton no ano de 1883, também é pautado pela ideia de diferenças morfofisiológicas e psicológicas atreladas ao conceito de raça. A ideologia é que o Estado deveria criar uma "elite genética" por meio do controle da procriação, levando aquelas pessoas consideradas "inferiores" ou "menos aptas" a sucumbirem e não procriarem, o que faria prevalecer uma população branca geneticamente superior e "perfeita" (Bolsanello, 1996).

A eugenia foi uma prática muito presente em várias sociedades, inclusive no Brasil e que ainda hoje deixa seus rastros de preconceito em diversos níveis nas camadas sociais. Do mesmo modo, várias construções racistas que ecoam na sociedade são sistematicamente combatidas em diversas esferas sociais, sobretudo por intelectuais nas universidades, por lideranças afro-religiosas, por quilombolas, em rodas de capoeira, ou por qualquer pessoa reunida em grupos que se enquadre no que Nilma Lino Gomes definiu como "movimento negro educador" (Gomes, 2012; 2017), a partir de Santos (1994), pois segundo o autor:

> […] apresenta uma concepção mais alargada de movimento negro. Para o autor, ele pode ser compreendido como um conjunto de ações de mobilização política, de protesto antirracista, de movimentos artísticos, literários e religiosos, de qualquer tempo, fundadas e promovidas pelos negros no Brasil como forma de libertação e de enfrentamento do racismo. Entre elas encontram-se: entidades religiosas (como as comunidades-terreiro), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como "clubes de negros"), artísticas (como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia), culturais (como os diversos "centros de pesquisa") e políticas (como as diversas organizações do movimento negro e ONGs que visam à promoção da igualdade étnico-racial). (Gomes, 2012, p. 733-734).

Por meio da ação desse movimento negro ampliado, para além da militância organizada, se promove e se potencializa as práticas antirracistas, buscando criar uma identidade negra (afro-brasileira ou afrodiaspórica) unificada por meio do resgate e perpetuação de referenciais simbólicos, materiais e religiosos de uma herança cultural africana. Dessa maneira, o movimento antirracista se dá pelo combate à homogeneização etnocêntrica e epistemicida – que "mata" as formas não-brancas e modernas de perceber e construir conhecimento – da democracia racial e luta pela manutenção do vínculo com o legado "pandiaspórico" e global de África (Battle-Baptiste, 2011; Gomes, 2012; Guimarães, 1995).

Parte 2: Gabrielle, Júlia e Thais: Conceituando a diáspora; perspectiva afro-latino-americana

"[…] O sono dormido à toa
Sob as tendas d'amplidão!
Hoje… o porão negro, fundo,
Infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar…
E o sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado,
E o baque de um corpo ao mar…
Ontem plena liberdade,
A vontade por poder…
Hoje… cúm'lo de maldade,
Nem são livres p'ra morrer […]"
Navio Negreiro – Castro Alves (1870).

"Diáspora" tem como definição a palavra dispersão, que vem do grego *diaspeiren,* e que muitas vezes se relaciona à diáspora judaica. No entanto, entende-se por diáspora qualquer dispersão forçada contra um povo, como a escravidão transatlântica que aconteceu com os povos do continente africano, submetidos à escravidão colonial a partir do século XVI. Nesse sentido, essa movimentação forçada é denomina de Diáspora Africana (Carvalho, 2018, p. 12).

A travessia transatlântica foi extremamente violenta. O transporte das pessoas se dava por meio dos tumbeiros, também chamados de "navios negreiros". As condições eram precárias e insalubres, com situações desumanas, com frequentes mortes, suicídios e assassinatos acontecendo a bordo (Walker, 2018). De acordo com o site *Slave Voyages*[13]*, que abriga um dos maiores banco de dados sobre a escravidão transatlântica, estima-se que 12,5 milhões de pessoas tenham sido traficadas no período de 1501 a 1875, e que dessas, 10,7 milhões tenham desembarcado vivas. No Brasil, ainda de acordo com o site Slave Voyages*, desembarcaram cerca de 5 milhões de pessoas nesse período, que nos tornou uma das maiores regiões escravocratas do mundo moderno (Souza, 2013).

É evidente que esse processo deplorável refletiu e segue refletindo negativamente na sociedade brasileira, que muitas vezes prefere amenizar, ou mesmo negar as consequências que atuam ainda hoje na sociedade. A ideia de um estudo afrodiaspórico é para que possamos ouvir as vozes dessas 5 milhões de pessoas que "nunca estiveram em silêncio" (Battle-Baptiste, 2011, p. 2) e, dessa forma, quebrar com a narrativa hegemônica existente.

Os estudos na área não demoraram a surgir após a abolição da escravatura. E o termo "diáspora africana" se consolidou ainda no século XIX, em um periódico fundado por afro-americanos estadunidenses, que iniciaram os primeiros estudos acadêmicos do campo (Heywood, 2009). Uma das figuras mais importantes foi William Edward Burghardt Du Bois[14], membro fundador desse periódico, acadêmico e teórico que é considerado um dos fundadores do campo de pesquisa em diáspora, cujo marco está na publicação *The Suppression of the Slave Trade to the United States* de 1896 (Heywood, 2009).

13 Para acessar o site: https://www.slavevoyages.org/voyage/essays#interpretation/overview-trans-atlantic-slave-trade/introduction/0/pt/

14 Du Bois foi o primeiro Negro a obter um doutorado em Harvard.

No Brasil, as primeiras pesquisas são da década de 1930 e foram feitas por Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Manuel Querino entre outros, que se dedicaram a compreender a cultura afro-brasileira. No entanto, essas pesquisas possuem falhas, por desconsiderar não somente os contextos históricos relacionados ao tráfico de pessoas escravizadas, mas também por serem marcadas pelo racismo epistêmico, visto que, em sua maioria, foram produzidas por pesquisadores eurodescendentes, com exceção de Manuel Querino que é Negro (Heywood, 2009).

A escravidão foi o sistema econômico basilar do período colonial das Américas, ou seja, toda a produção material desse período está estritamente vinculada à ela. A opulência da casa grande, a vastidão dos engenhos, o crescimento das charqueadas, o soerguimento de cidades e igrejas ostentosas só puderam acontecer porque nas Américas se implantou um sistema colonialista escravista.

A Arqueologia e estudos desse campo tiveram seu início na década de 1960, nos Estados Unidos, ligados à arqueologia histórica ou mesmo uma "arqueologia da escravidão" associada aos contextos das *plantations*, influenciando os estudos no Brasil.

Porém, mesmo tendo a escravidão como sistema vigente nas Américas, no qual se construiu toda a materialidade colonial, há uma associação direta à materialidade afro-diaspórica quando se faz referência à arqueologia da escravidão. Nesse sentido, a arqueóloga Patrícia Marinho (2018, p.36) propôs:

> […] avaliar se o tema 'escravidão' continua sendo adequado para se referir à materialidade afrodescendente, tenha sido ela produzida durante ou depois da escravidão, tendo em vista as transformações na produção do conhecimento.

A autora afirma que utilizar do termo "diáspora africana":

> […] é mais abrangente e está associado a conceitos que colaboram para a melhor compreensão da materialidade associada aos grupos afrodescendentes, suas estratégias de produção e reprodução material. (Carvalho, 2018, p. 38).

Portanto, é um estudo que possibilita evidenciar essas pessoas e suas culturas e não somente colocá-las como escravizadas. Assim, uma arqueologia afrodiaspórica não trata somente de indivíduos que foram escravizadas no passado, mas também de seus descendentes do presente, trata-se de ancestralidade (Carvalho, 2018).

A autora (Carvalho, 2018) critica outros termos usualmente conhecidos, como o uso da palavra "escravos", entendendo que é o discurso escrito e falado que representa ideologicamente es pesquisadores e que precisamos ser críticas ao nosso vocabulário, para evitar que sejamos coniventes com discursos colonialistas, pois a revisão de conceitos faz parte do processo de desconstrução do epistemicídio. Nesse sentido, nos alerta Sheyla Walker, precisamos ter "**um reconhecimento do nosso desconhecimento**" (2018, p. 93).

Embora hoje o campo de pesquisa tenha uma maior visibilidade no Brasil, os estudos no campo da diáspora ainda não são tão abordados quanto poderiam ser. O termo só começou a ser utilizado na década de 1990, e, desde então, ainda há um número reduzido de trabalhos que foram produzidos, visto que a arqueologia histórica no país ainda se preocupa com contextos ligados ao colonizador (Heywood, 2018; Marinho, 2018). Em sua tese, Marinho (2018) listou alguns trabalhos já produzidos no país relacionados a remanescentes de quilombos, inclusive sua dissertação de mestrado (2012), intitulada *A Travessia Atlântica de Árvores Sagradas: Etnoarqueologia e Estudos de paisagem no Quilombo do Boqueirão – Vila Bela – MT*, um trabalho pioneiro na arqueologia, que propõe uma nova leitura sobre contextos afrodiaspóricos.

Contudo, a ideia de diáspora africana, como diz Whitney Battle-Baptiste (2011), é um "conceito maleável e fluido", não é somente um lugar ou uma teoria, mas uma identidade, memória que a materialidade carrega, uma forma de resistência, muitas vezes negligenciada pela arqueologia histórica. "As identidades diaspóricas são socialmente e historicamente construídas, reconstruídas e reproduzidas" (Battle-Baptiste, 2011, p. 45). Devemos, como arqueólogues, mostrar e ouvir suas memórias e resistências deixadas por meio da materialidade e da cultura que ainda se faz presente, além de quebrar com a narrativa hegemônica e colonial. Pois "nem todas as pessoas têm suas vozes e histórias valorizadas do mesmo modo no passado e no presente" (Battle-Baptiste, 2011, p. 2).

Parte 3: Letícia, Isabella "Bella": arqueologia afrocentrada em contextos afrodiaspóricos

Corpo e ciência: arqueologia afrodiaspórica

A sistematização da ciência que construiu a fragmentação dos conhecimentos entre saberes e fazeres legitima o sistema colonial capitalista com suas categorias eurocêntricas, universalizante e essencialistas. Seus padrões binários e dicotômicos produzem realidades na vida cotidiana de pessoas Negras, mulheres, indígenas e LGBTQIAP+, delimitando a vida e a existência. A construção dessa ciência não só exclui como reafirma uma demonização e inferiorização desses outros corpos e conhecimentos. Em contrapartida, os movimentos sociais antirracistas, feministas e ambientalistas adentram na academia na tentativa de unir a prática com a teoria, corporificando a ciência. Construindo epistemologias complexas, plurais e diversas, porém não dispersas (Marielle, presente!), a agência dos corpos dissidentes tem sido o objetivo científico desses conhecimentos.

A agência e resistência dos corpos dissidentes vêm a tempos gerando respostas à ciência, tanto em forma de teorias quanto em vivências. A construção da teoria afrocentrada inicialmente conceituada por Molefi K. Asante (2016), apresenta questionamentos que desestruturam a ciência hegemônica a partir da "a noção de 'lugar' se destaca como princípio básico da afrocentricidade" (Nascimento, 2009, p. 190). O lugar é por onde as experiências afrodiaspóricas são materializadas e expressas, o corpo coletivo. Os corpos diaspóricos compartilham a partir da descendência trocas de conhecimentos, saberes e fazeres da vida em África, como aspectos da religiosidade, da culinária, fala e da performatividade. A diáspora é mais que um movimento de dispersão, é um movimento de circulação da cultura africana por todo o mundo, que se inicia nos portos africanos.

A abordagem afrocentrada não se foca em reconhecer identidades, determinando moldes identitários, seu objetivo é construir bases para o autoreconhecimento, em que o sujeito possa reconhecer sua agência e resistência de maneira sócio-histórica, "agência, que denota protagonismo: o exercício da capacidade de pensar, criar, agir, participar e transformar a sociedade por força própria." (Nascimento, 2009, p. 192). Nessa mesma linha de pensamento, o movimento negro no Brasil avança na institucionalização de políticas antirracistas, especialmente com políticas de inclusão, permitindo outras abordagens epistemológicas na ciência.

As categorias da ciência eurocêntrica não comportam as epistemologias corporificadas, a base da ciência moderna está estruturada na neutralidade e objetividade do pesquisador em relação ao seu campo de pesquisa. A neutralidade consiste na distância entre razão e emoção, a pesquisa deve ser desenvolvida pela intenção

racional, por metodologias e técnicas que diminuiriam as chances ao erro. Para evitar os desacertos e desvios, é necessário que es pesquisadories busquem campos de pesquisa que são fora de seus corpos, alheios a sua rotina e cotidiano, assim a pesquisa seria regida pela técnica e pelo método. As emoções e as relações ancestrais causariam conflitos que não são frutíferos na perspectiva da ciência moderna.

Segundo Gabby Hartemann e Irislane Pereira de Moraes (2018), para a descolonização da ciência e a investida corporificada se faz necessário a desobediência epistêmica, o distanciamento dos pressupostos base da ciência moderna e a aproximação com o corpo, o diálogo e os contexto sócio-históricos. Os atravessamentos e fronteiras geopolíticas, raciais, de gênero etc., que o corpo de arqueólogues pertence, é indispensável para entender como, por que e para quem a pesquisa está sendo direcionada e como as relações de poder estão sendo negociadas no campo. É fundamental que pesquisadores reflitam criticamente sobre seu lugar de fala, sejam capazes de se autoafirmar dentro do contexto sócio-histórico do seu cotidiano e se mantenham no movimento de crítica ao decorrer da pesquisa. A relação entre pessoas arqueólogas e seu campo tem que acontecer em constante diálogo, em que as relações de poder precisam ser salientadas.

Considerações finais

Como forma de instigar a reflexão, apresentamos abaixo uma percepção sobre como es alunes incorporaram os conceitos e debates vistos na disciplina.

Bruno: A disciplina nos reforça o dever de sermos antirracistas. E no caso da discussão acadêmica sobre arqueologia, isso significa reconhecer sua cumplicidade na perpetuação das opressões e violência/racismo epistêmico contra populações não-brancas e não-modernas. Dessa forma, a disciplina se constitui em mais um espaço de extrema importância para o diálogo e o debate acerca do caráter estrutural do racismo e de formas de combatê-lo, principalmente por meio da educação, da consciência histórica e da manutenção de referenciais culturais, epistemológicos e ontológicos da rica herança africana e afrodiaspórica.

João: Acredito que os estudos de diáspora, tanto no meio acadêmico quanto fora dele, mas falando principalmente do meio acadêmico, têm uma função fundamental no combate ao racismo. As discussões que foram apresentadas na disciplina "Seminários II: Arqueologia em contextos afrodiaspóricos", proposta pela professora Patrícia Marinho de Carvalho, têm um poder de reflexão e de entendimento

sobre conceitos, como os que foram apresentados neste artigo, que nos fornecem o conhecimento e as ferramentas necessárias para levarmos essa discussão para a sociedade, amplificando o poder político e social que a academia nela exerce. Tendo em vista esse poder de mudança e de movimento, que apresenta um grande potencial, é fundamental que as questões de estudos diaspóricos sejam promovidas com o objetivo de fazer girar as informações e intensificar a luta contra o racismo, pois, acredito, que a luta antirracista seja de todes, independentemente da cor da pele, porém, é necessário saber reconhecer os locais de fala e os privilégios que estão envolvidos nesse tema, principalmente quando a fala parte de um homem branco inserido no meio acadêmico, como eu. Todos temos um papel fundamental e relevante na luta contra o racismo.

Bibi: Fazer essa disciplina me proporcionou um conhecimento enorme que com toda certeza vou utilizar dentro da universidade e na minha vida como futura profissional da arqueologia. Contudo, todos os textos, todas as discussões e este próprio artigo vão muito além dos muros da academia. Estar envolvida nessa cadeia me conectou de alguma forma com uma parte de mim que eu nunca nem tinha percebido que existia, me fez olhar para trás, como diz Hartemann no texto "Contar histórias e Caminhar com Ancestrais" e literalmente conversar com minhas ancestrais, me permitiu ouvir e me deu forças para continuar a lutar. Foi uma disciplina antirracista que deveria ser dada mais vezes por essa mulher preta maravilhosa: Paty Marinho. Agradecida pela oportunidade de aprender com você.

Gerson: Sou um homem que me declaro negro e que sou reconhecido pela sociedade como tal. Meus traços ditos "negroides" e meu cabelo crespo "4C" reforçam minha etnia. Tendo minha identidade como negro, muito bem construída, posso compartilhar que desde sempre sofri racismo, sendo este que me impulsionou a buscar argumentos para atingir meu espaço nessa sociedade brasileira oriunda de colonizadores, com práticas e pensamentos europeus (racistas e elitistas). Vi nessa disciplina a possibilidade de construir um arcabouço teórico, para aderir à prática antirracista e para a defesa de minha raça. Logo nas primeiras aulas tive a confirmação de que meu palpite foi assertivo, pois, partindo dessa disciplina, reforcei meu desejo de me tornar um arqueólogo que produza trabalho nesta temática (diáspora africana). Foi também durante a disciplina que enriqueci e fortaleci teoricamente meus argumentos contra o racismo. Ao longo do semestre notamos a carência de profissionais que tratem desse assunto, por isso reitero que tive o privilégio de comtemplar uma mulher negra dando aula nessa disciplina, reforçando e colocando em pratica o real valor da representatividade e da importância do lugar de fala, intensificando, assim, também a importância do antirracismo (empoderamento,

cotas raciais e sociais, movimento negro). Por essa experiência que tanto somou na minha trajetória acadêmica, congratulo a professora Patrícia pela sensibilidade seguida do desfio em nos permitir que junto construíssemos o cronograma e por sua vez o semestre. Agradeço a participação des colegues, negres ou não, que mostraram empatia e aliança a esta causa (diáspora africana) que se tornou ciência.

Júlia: Quando me matriculei na disciplina, achei que seria uma ótima oportunidade para enriquecer meu breve conhecimento sobre arqueologia Afrodiaspórica, principalmente por ser ministrada por uma mulher e especialista na área. No entanto, posso afirmar que a disciplina me agregou muito mais do que só conhecimentos acadêmicos. Como uma mulher branca, ter a oportunidade de ouvir a Professora Patrícia Marinho trazendo sua trajetória e perspectiva sobre o tema, realizando trocas em sala de aula, foi um enriquecimento pessoal incrível. Sem dúvidas foi uma disciplina instigante, que me fez refletir e criticar posturas confortáveis que muitas vezes tomamos sem perceber. Agradeço imensamente à Paty por todas as trocas e principalmente por todo carinho que sempre existiu com todes durante a disciplina. Que sigamos sempre construindo uma ciência mais inclusiva e antirracista.

Bella: A disciplina fluiu rapidamente para um espaço de reflexão e diálogo com todes dispostes a ouvir, escutar e falar, criamos juntes um lugar de expressão dos nossos entendimentos. A disciplina amplificou o processo de reaprender a partir do corpo político e conhecer narrativas da dispersão forçada afrodiaspórica. Potencializou nossos processos de desaprender a narrativa branca, elitista e cis hétero patriarcal, reaprendendo o Brasil como território afrodiaspórico e indígena, visibilizando suas narrativas e fomentando em nós questionamentos sobre identidade, raça, racismo e antirracismo. Como mulher branca não hétero, as aulas contribuíram para a autorreflexão constante sobre meus privilégios de acesso, de permanência e de estar viva, por consequência perceber minhas responsabilidades nas ações rotineiras. Paty compartilhou conosco quem ela é, em cada aula conhecíamos um pouco sobre suas amizades, seu amor por plantas, suas experiências de vida e adaptação a Pelotas, despertando a reflexão junto ao cotidiano, junto a nós e a sua trajetória de pesquisa. Valeu pela experiência de educação libertária!

Letícia: A disciplina "Arqueologia em contextos afrodiaspóricos" foi muito produtiva quando a minha experiência se dá a partir do corpo que tenho, negra, lésbica e periférica. O conteúdo que foi abordado em aula me fez relacionar com as minhas vivências e referências, coisa que é raro dentro da academia, normalmente o material que é abordado nas disciplinas têm um distanciamento do meu corpo. Paty, a professora da disciplina, compartilhou não só suas vivências, mas também referên-

cias acadêmicas e histórias de outros corpos afrodiaspóricos a partir de sua pesquisa e conhecimentos arqueológicos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil, trazendo o surgimento de questionamentos a partir de uma outra narrativa.

Paty: A possibilidade de ministrar essa disciplina em minha breve passagem pela UFPel foi marcante. A turma se sentiu instigada a participar desse processo libertário (FREIRE, 1967) na construção de um pensamento crítico, sobre a forma como a academia constrói e reproduz conhecimento, e tivemos encontros potentes, afetuosos e de muito aprendizado. Penso que todes também tiveram a oportunidade de trazerem suas histórias de vida para contribuir nesse debate, pois somos atravessados por questões étnico-raciais e, como pessoas estudantes e docentes, não podemos nos eximir da adoção de uma prática antirracista, na Arqueologia e em nossas vidas.

Referências Bibliográficas[15]

ARTEAGA, J. S. La Antropología física y los "zoológicos humanos": exhibiciones de indígenas como práctica de popularización científica en el umbral del siglo XX. Asclepio. **Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**, vol. LXII, nº 1, p. 269-292, 2010.

ASANTE, M. K. **Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia**. Tradução: Renato Nogueira, Marcelo J. D. Moraes e Aline Carmo. Ensaios Filosóficos, Rio de Janeiro, v. 14, p. 9-18, dez. 2016.

BARBIERI, R. **Documentário – Atlântico Negro: na rota dos orixás**, VIDEOGRAFIA CRIAÇÃO E PRODUÇÃO, Distrito Federal, 1998. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2I0gjOhcZ-o

BATTLE-BAPTISTE, W. **Constructing a Black Feminist Framework. Black Feminist Archaeology.** Left Coast Press, Walnut Creek, California. p. 33-72, 2011.

15 Adicionamos o símbolo akoma =, do sistema adinkra do povo akan, ao final de cada referência que foi escrita por uma mulher, ou que uma mulher participou de sua escrita, ou ainda da organização da publicação.

BOLSANELLO, M. A. **Darwinismo social, eugenia e racismo "científico":** sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. Educar, Editora da UFPR, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

CARLE, C. B.; SANTANA, I. A. S. F.; OLIVEIRA, C. N. P. As cumplicidades racistas da arqueologia. **Rev. Arqueologia Pública, Campinas**, v. 12, n. 2, p. 71-90, 2018.

CAROMANO, C. F.; GASPAR, M. V.; PEREIRA, E. R.; LIMA, M. N.; LIMA, J. C. F. Nem todas são Betty ou Anna: o lugar das arqueólogas no discurso da arqueologia amazônica. **Revista de Arqueologia**, v. 30, p. 115-129, 2017.

CARVALHO, P. M. **Visibilidade do Negro:** Arqueologia do Abandono na comunidade quilombola do Boqueirão – Vila Bela/MT. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CARVALHO, P.M. A travessia atlântica de árvores sagradas: etnoarqueologia e estudos de paisagem no quilombo do boqueirão – Vila Bela-MT. **Revista, Teoria e Sociedade**, n. 23.1, p. 237-265, 2015.

CASTRO, A. **O Navio Negreiro**, 1870. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf

CATON-THOMPSON, G. **The Zimbabwe Culture. Ruins and reactions**. Published by Oxford, At the Clarendon Press, 1931

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.

GILROY, P. **Atlântico negro:** modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34; UCAM. p. 351-419, 2002.

GOMES, N. L. **Movimento Negro e educação:** ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos Estudos, n. 43, p. 26-44, 1995.

HARTEMANN, G.; MORAES, I. P. Contar histórias e Caminhar com Ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. **Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 12, n. 2, 2018.

HEYWOOD, L. M. (org.). **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo, Editora Contexto, p. 7-29, 2009.

KABENGELE, M. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**-PENESB-RJ, 2003.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação.** Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019 (2008)

LANGER, J. Civilizações Perdidas no Continente Negro: o imaginário arqueológico sobre a África. **Mneme – Revista de Humanidades**, Campus de Caicó, v. 07, n. 14, 2010.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004. . Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 9 de agosto de 2021.

NASCIMENTO, B. M. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora** ano 3, número 6 e 7, 1979.

NASCIMENTO, B. M. O quilombo do Jabaquara. **Revista Vozes**, n. 3, 1973.

NASCIMENTO, E. L.. O olhar afrocentrado: introdução a uma abordagem polêmica. In: NASCIMENTO, E. L. (org). **Afrocentricidade:** uma abordagem epistemológica inovadora (Coleção Sankofa). São Paulo: Selo Negro, p. 181-195, 2009.

NEGRARQUEO – **Rede de Arqueologia Negra**. Carta de apresentação, 2019.

PASSOS, L. P. **Arqueopoesia:** uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia- Área de concentração: Arqueologia. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

PRETTO, N. L.; SERPA, L. F.P. **Expressão de Sabedoria, educação, vida e saberes – Mãe Stella de Oxóssi Juvany Viana**. Salvador: EDUFBA, 2002.

SANTOS, J.R. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, J.R.; BARBOSA, W.N. **Atrás do muro da noite:** dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília, DF: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 157.

SOUZA, M. Introdução: Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil. **Vestígios**, v. 7, n. 1, 2013.

TRIGGER, B. O início da arqueologia científica. In:____. **História do Pensamento Arqueológico**. Odysseus, São Paulo. p. 71-106, 2004.

WALKER, S. S. (org.). **Conhecimento desde dentro:** os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias. Tradução de Viviane C. Antunes. Rio de Janeiro, Kitabu, 2018.

WOODSON, C. G. **A deseducação do negro.** Tradução: Kwame Asafo N. Atunda. São Paulo, Medu Neter Livros, 2019.

ENTRE MEMÓRIAS E VESTÍGIOS: TEIAS DO TEMPO NO ENCONTRO DO PATRIMÔNIO VIVO – UM RELATO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ALTO DA LAGOA DE SANTA TERESA.

Heloísa Bitú dos Santos[1]
Antônio Nyck Wállace Tavares Freire[2]

RESUMO

Este artigo mergulha nas profundezas do passado, revelando o Sítio Arqueológico Alto da Lagoa de Santa Teresa, em Altaneira – CE. Memórias e vestígios dançam em teias do tempo, ecoando melodias dos ancestrais. A Educação Patrimonial e a Arqueologia Social Inclusiva são aliadas nessa jornada, promovendo inclusão social e fortalecendo laços comunitários. A preservação do patrimônio cultural é essencial para a construção de uma sociedade consciente de sua história. A abordagem inclusiva envolve diferentes grupos sociais e valoriza suas narrativas tradicionais. O estudo de caso foca nas ações de educação patrimonial no sítio, buscando entender seu impacto no engajamento da comunidade e na valorização do patrimônio arqueológico. Os resultados obtidos serão fundamentais para aprimorar práticas de Educação Patrimonial e Arqueologia Social Inclusiva, fortalecendo a cidadania e a preservação do patrimônio vivo.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Arqueologia Social Inclusiva, Inclusão Social.

1 Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Arqueologia do Cariri Dra. Rosiane Limaverde – IAC/FCG/URCA. Membro do Conselho Científico da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri. heloisaarqueokariri@gmail.com

2 Graduado em Letras – Universidade Regional do Cariri (Urca). Especialista em Arqueologia Social Inclusiva pela Universidade Regional do Cariri. Diretor de Comunicação Social da Fundação Casa Grande-Memorial do Homem Kariri. nyckwallace22@gmail.com.

ABSTRACT

This article delves into the depths of the past, revealing the Archaeological Site of Alto da Lagoa de Santa Teresa in Altaneira-CE. Memories and traces dance in webs of time, echoing melodies of our ancestors. Heritage Education and Inclusive Social Archaeology are allies on this journey, promoting social inclusion and strengthening community ties. The preservation of cultural heritage is essential for building a society conscious of its history. The inclusive approach involves different social groups and values their traditional narratives. The case study focuses on the actions of heritage education at the site, seeking to understand their impact on community engagement and the valorization of archaeological heritage. The results obtained will be crucial for improving Heritage Education and Inclusive Social Archaeology practices, enhancing citizenship, and preserving the living heritage.

Keywords: Heritage Education, Inclusive Social Archaeology, Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

No manto etéreo do passado, surge um relicário esquecido, o Sítio Arqueológico Alto da Lagoa de Santa Teresa, que abriga segredos antigos, onde lembranças e vestígios se entrelaçam nas teias do tempo, ecoando melodias dos antepassados, em um canto alegre e encantador.

Localizado em Altaneira, uma pequena cidade da região do Cariri cearense, esse sítio apresenta uma rica conjectura, com vestígios arqueológicos que remontam a diferentes períodos temporais. Dessa maneira, o objetivo principal desta comunicação é explorar como a Educação Patrimonial aliada à Arqueologia Social Inclusiva pode promover a inclusão social e fortalecer os laços comunitários nesse contexto específico.

Nas areias douradas da história, os enigmas repousam em silêncio, como sussurros das pedras, entrelaçados em mistério e crença, um quebra-cabeça da humanidade que o vento desvela gradualmente, revelando marcas esculpidas num alfabeto ancestral e misterioso. No coração da terra, a arqueologia social inclusiva se faz presente, desenterrando sementes de identidades, há muito adormecidas; emerge o pulsar dos antigos, o sentir de mãos outrora calejadas, de almas que ecoam em murmúrios, entre ruínas ressuscitadas.

No compasso desse artigo, a inclusão tece sua trama, em um entrelaçar de fios invisíveis, unindo passado e presente, como o sol e a lua em dança celestial, en-

toando harmonia, aproximando passos que antes se perdiam na vastidão do esquecimento. Nas páginas deste relato, somos convidados a caminhar pelos rastros dos que vieram antes de nós, no imenso legado do saber, e como arqueólogos de nós mesmos, encontramos nossas raízes, descobrindo que somos fragmentos, mas também parte do todo a florescer.

O Sítio Alto da Lagoa de Santa Teresa, guardião de histórias entrelaçadas, mantém segredos de uma herança compartilhada, e por meio da educação patrimonial se comporta como uma chave para abrirmos as portas do entendimento, desvendar o passado e trilhar os caminhos do presente, rumo ao futuro promissor.

A preservação e valorização do patrimônio cultural são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua história. Nesse contexto, a Educação Patrimonial surge como uma ferramenta poderosa para engajar comunidades locais e promover a compreensão e o respeito pelo patrimônio arqueológico.

Sendo um desafio relevante em nosso mundo em constante transformação, a valorização e compreensão do passado são essenciais para a construção de identidades individuais e coletivas, assim como para a promoção da cidadania e inclusão social. Nesse contexto, a Educação Patrimonial desponta como uma ferramenta fundamental, capaz de engajar comunidades e transmitir conhecimentos sobre o patrimônio arqueológico de forma acessível e participativa.

Florêncio (2012) sustenta a importância da Educação Patrimonial como um pilar fundamental na promoção e reconhecimento da diversidade cultural, visto que isso contribui para o fortalecimento das distintas identidades e diferenças, destacando as variadas formas de existência e participação no mundo. A autora prossegue ressaltando que esse fortalecimento das questões de identidade é uma maneira de realçar a visibilidade de culturas que foram frequentemente marginalizadas ou excluídas, elementos cruciais para facilitar os diálogos interculturais e reforçar o compromisso com uma cultura de tolerância diante da diversidade.

Nesse contexto, o presente estudo de caso tem como foco as ações de educação patrimonial que integraram a proposta de pesquisa arqueológica para caracterização do Sítio Alto da Lagoa de Santa Teresa, Processo Iphan Nº: 01496.0003912022-14.

Ao analisar as práticas educativas implementadas, busca-se compreender os impactos dessas abordagens no engajamento da comunidade local, na valorização do patrimônio arqueológico e na construção de identidades coletivas. Além disso, o estudo visa identificar os desafios e as potencialidades dessas práticas, contribuindo

para a reflexão e o aprimoramento das estratégias de Educação Patrimonial sob o viés da Arqueologia Social Inclusiva.

Por meio da análise de dados qualitativos e quantitativos, entrevistas, observação dos participantes, pretende-se obter uma visão abrangente e aprofundada sobre a eficácia dessas abordagens no sítio em questão. Os resultados obtidos fornecerão subsídios valiosos para a ampliação e aperfeiçoamento das práticas de Educação Patrimonial e Arqueologia Social Inclusiva, bem como para a compreensão do potencial dessas abordagens no fortalecimento da cidadania, da inclusão social e da preservação do patrimônio arqueológico.

Que a beleza das memórias desveladas inspire novos sonhos, que as vestes do passado encontrem morada no coração do hoje, e que o patrimônio vivo encontre a força da união inclusiva, para que, nessa jornada, a humanidade se redescubra, e a alma se renove.

Arqueologia Social Inclusiva

Nas margens do tempo, em que os rios do passado fluem, a Arqueologia Social Inclusiva se faz luz a iluminar o escuro véu, um baú de tesouros ocultos, tesouros humanos a cada fragmento, teias do tempo, entrelaçando memórias, construindo o presente. É inspirado na fala de Lopes (2009) que afirma que "O passado entra em cena, resgatando a memória nos lugares de memória" que tecemos o entendimento de uma arqueologia material, para o valor simbólico e intangível.

A Arqueologia Social Inclusiva (ASI) gestada pela Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, ora defendida pela Drª. Rosiane Limaverde, visa incorporar a diversidade de perspectivas e vozes na prática arqueológica, buscando promover a inclusão social e a equidade no estudo e na gestão do patrimônio. Ela se baseia na compreensão de que a arqueologia não é apenas um campo científico, mas também uma disciplina social intrinsecamente ligada às comunidades presentes nos locais de estudo arqueológico.

Como abordagem interdisciplinar visa incorporar diversas perspectivas, conhecimentos e comunidades no estudo e preservação do patrimônio arqueológico. Esta torna a arqueologia mais acessível e relevante para grupos historicamente excluídos do processo de interpretação e gestão do patrimônio cultural.

Tal perspectiva inclusiva reconhece que a arqueologia não deve ser apenas uma ciência acadêmica isolada, mas sim uma ferramenta para empoderar comunidades e

contribuir para a construção de identidades culturais e memórias coletivas. Ao adotar essa ciência cidadã, os arqueólogos trabalham em parceria com as comunidades locais, ouvindo suas histórias, conhecimentos e perspectivas, e incorporando-as na pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico.

Além disso, procura não apenas compartilhar informações e conhecimentos sobre o passado, mas também usar a arqueologia como uma plataforma para abordar questões contemporâneas, como justiça social, direitos humanos, preservação ambiental e desigualdade social.

Para promover a educação patrimonial de maneira inclusiva, os arqueólogos e educadores adotam diversos métodos e estratégias. Alguns desses métodos incluem o diálogo e a participação, os quais promovem um diálogo aberto e inclusivo com as comunidades locais, valorizando suas perspectivas e conhecimentos, e permitindo que participem ativamente do processo de educação patrimonial.

Oficinas e atividades práticas, organizando oficinas, escavações simuladas e atividades práticas que envolvam as comunidades concretamente, permitindo uma conexão mais significativa com o patrimônio arqueológico. Programas de capacitação, criando programas que permitam que membros da comunidade se tornem guardiões do patrimônio, desenvolvendo habilidades de preservação e interpretação do legado cultural. E a sensibilização e conscientização, pelas quais realiza campanhas sobre a importância do patrimônio arqueológico e seu papel na identidade cultural e na compreensão do passado. Ao adotar uma abordagem inclusiva, a arqueologia social contribui para uma compreensão mais rica e holística do passado, bem como para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

A "ASI" valoriza a colaboração entre arqueólogos e membros das comunidades locais, reconhecendo que essas comunidades têm um conhecimento valioso sobre o seu próprio passado e que suas perspectivas devem ser integradas aos diversos métodos de se perceber o patrimônio arqueológico. Tal abordagem visa superar desigualdades históricas e ampliar o acesso à pesquisa e à participação na gestão.

Uma das principais características da arqueologia social inclusiva é a ênfase na participação ativa das comunidades, isso implica em trabalhar em conjunto com os membros do território para a concepção de todas as fases do processo da metodologia arqueológica, desde a identificação, caracterização e salvaguarda dos sítios arqueológicos até à interpretação dos vestígios e extroversão dos conhecimentos gerados. Essa colaboração permite que diferentes perspectivas sejam consideradas,

e que a pesquisa arqueológica seja direcionada para atender às necessidades e interesses da coletividade.

Nessa óptica visa promover uma maior diversidade de vozes, incluindo crianças, jovens, grupos étnicos minoritários, mulheres, e grupos historicamente excluídos que não tiveram acesso a essa ciência. Isso implica em reconhecer e desafiar as estruturas de poder e desigualdade presentes na arqueologia e garantir que diferentes vozes sejam ouvidas e representadas nas discussões e decisões relacionadas ao patrimônio arqueológico.

Uma das referências fundamentais da arqueologia social inclusiva é a obra "Arqueologia Social" de Ian Hodder. Nela se discute a importância de considerar a dimensão social da arqueologia e de envolver as comunidades locais nas pesquisas arqueológicas, conhecido por suas contribuições para a teoria e prática da arqueologia social. A arqueologia social, conforme conceituada por Hodder, enfatiza os aspectos sociais das sociedades humanas do passado na busca de compreender as relações sociais, crenças e práticas que moldaram suas vidas.

Um dos principais conceitos pelo autor citado, na arqueologia social, é a ideia de "entrelaçamento", que sugere que a vida social e a cultura material estão profundamente interligadas e não podem ser estudadas isoladamente. Nessa perspectiva, não faz sentido privá-las de tal entrelaçamento, inclusive com os atores sociais do presente. Em seu trabalho enfatiza a necessidade de investigar as múltiplas camadas de significado incorporadas no registro material e como esses significados foram construídos e negociados pelas sociedades passadas.

> A expressão "Arqueologia Pública", surgida em âmbito anglo-saxão, significa "voltada para o público, para o povo". A Arqueologia Pública, entendida como ação com o povo, para usarmos uma expressão de Paulo Freire, permite que tenhamos uma ciência aplicada em benefício das comunidades e segmentos sociais. (Funari; Robrahn-González, 2008, p. 3).

Essas referências fornecem uma base sólida para compreender os fundamentos teóricos e práticos da arqueologia social inclusiva, bem como exemplos de sua aplicação em diferentes contextos e sua importância como uma Arqueologia Pública.

O sítio arqueológico e a pesquisa arqueológica no cariri cearense

Trata-se de um sítio lito-cerâmico pré-colonial previamente delimitado em área de 22.500 m^2 ao ar livre em alta vertente no entono da lagoa de onde se elevou o centro urbano de Altaneira – CE. O bem se configura de importância nacional por fazer parte de um conjunto de sítios da região com presença de cerâmica arqueológica tupi-guarani.

Nesse recorte investigativo, na saída da bacia sedimentar do Araripe, subindo as serras a oeste da Chapada, está o referido sítio, assentado em topo com gradiente topográfico médio acidentado, de onde se avista uma rede hidrográfica constituída por lagoas naturais (ver mapa da Figura 1). Essa compartimentação geográfica de lagoas de altitude interliga uma faixa de domínio a sudoeste do munícipio em direção ao rio Cariús, na cidade de Nova Olinda, e a oeste em direção ao município de Assaré, limitando-se nas paragens dos afluentes do rio Bastiões.

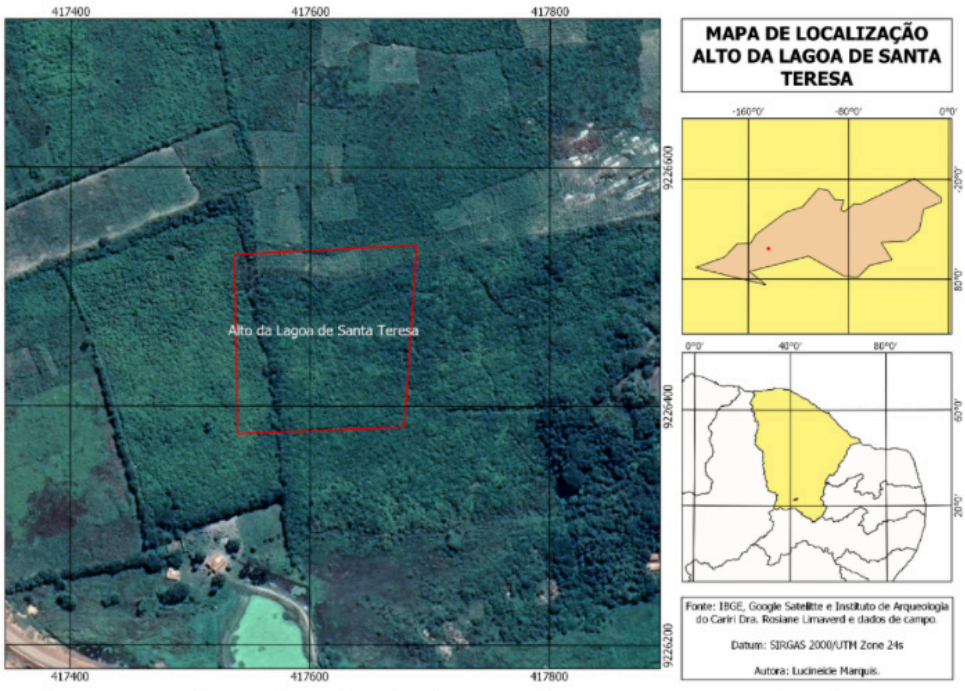


Figura 1. Localização do Sítio Alto da Lagoa de Santa Teresa em Altaneira, Ceará.

Fonte: CNSA, 2022.

A pesquisa científica na área contribuirá para o entendimento da dispersão desse grupo étnico no território brasileiro e na correlação temporal e espacial com outros grupos ceramistas, auxiliando na compreensão dos processos migratórios para além das fronteiras estaduais e regionais. As práticas desenvolvidas durante a execução da proposta de prospecção intensiva para caracterização do sítio buscaram atender aos princípios da Arqueologia Social Inclusiva de uma gestão colaborativa do patrimônio arqueológico local identificado, consolidando condutas que fortalecem à práxis da Arqueologia Social Inclusiva no território do Cariri.

As pesquisas arqueológicas no Cariri cearense são proposições recentes, adquiriram cunho sistemático e permanente apenas no início do século XXI, a partir das pesquisas acadêmicas empreendidas por Rosiane Limaverde em 2006, continuadas pelos pesquisadores colaboradores do Instituto de Arqueologia do Cariri – IAC/FCG/Urca, fundado em dezembro de 2016, e do crescimento paulatino pós-publicação das Resoluções e Normativas que compõem o licenciamento ambiental.

Entretanto, a bibliografia histórica local, a literatura jornalística regional e a oralidade popular sempre difundiram os fragmentos da memória dos povos originários assentados à sombra da Chapada do Araripe. Essas "primeiras notícias" dissertam ocorrências arqueológicas com material lítico e cerâmico, algumas urnas funerárias encontradas por meio de descobertas fortuitas por ocasiões de construções públicas, de empreendimentos econômicos diversos, da implantação da agricultura, bovinocultura, ou em menor escala durante a caça de animais nos pés de serra do Araripe e na depressão sertaneja.

Segundo Mendonça (2015), os fatores ambientais no Cariri favorecem a vida singularmente e os vestígios arqueológicos partem de uma compreensão que a escolha do habitat humano na região aconteceu desde épocas muito antigas. A cultura construída nesse território é fruto de uma história comum e interligada: a história humana e natural.

Nesse aspecto, a paisagem da Chapada do Araripe, com suas riquezas geomorfológicas, hidrológicas, de biomas, como também de fauna e flora, inspiraram com maior intensidade a criatividade humana, percebida na opulência de seu patrimônio material e imaterial. Essa criatividade humana, aflorada diante das dinâmicas de ocupação de um lugar, permitiram a construção de uma cultura singular, pulsante e evolutiva.

Na perspectiva de reconhecer e melhor compreender as dinâmicas de ocupação regional, bem como as possíveis migrações de grupos pré-coloniais de caçado-

res coletores nômades e/ou ceramistas no contexto do Cariri, Mendonça (2015) recorreu, preliminarmente, à análise espacial da disponibilidade dos vestígios na paisagem arqueológica.

Percebeu e mapeou as características de estruturação de corredores úmidos no entorno da chapada e pontuou as recorrências como hipóteses às escolhas e preferências culturais, dividindo as áreas prospectadas considerando as vertentes que compõem o contexto hidro geomorfológico da Chapada do Araripe. Com essa abordagem espacial, foi possível construir hipóteses acerca do deslocamento de caçadores coletores e sociedades ceramistas até a região.

Dos sítios lito-cerâmicos estudados no Cariri e registrados junto ao CNA/Iphan, 09 foram datados por meio da técnica radiocarbônica C14 (Beta Analytic, EUA). Majoritariamente, as amostras são provenientes de estruturas de combustão evidenciadas. Os resultados ampliaram o quadro cronológico da presença de grupos ceramistas no território em períodos cada vez mais recuados (Figura 2), cuja cerâmica associada apresentou características de manufatura e atributos decorativos pertencentes à cerâmica de povos de matriz Tupi e Jê.

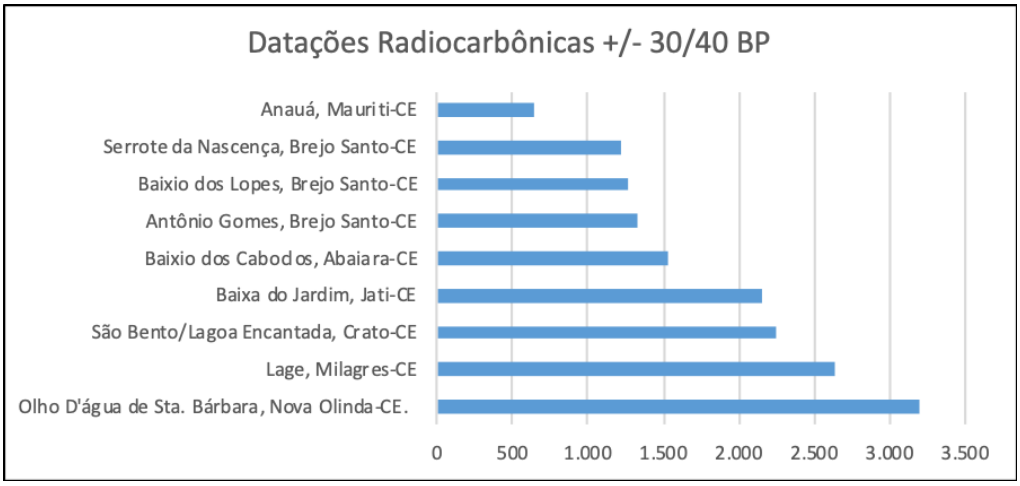


Figura 2. Gráfico das datações radiocarbônicas (margem de erro +/- 30/40 BP) dos sítios do Cariri cearense obtidos até 2023.

Fonte: Queirós (2021), Oliveira (2021), Bitú (2020), Limaverde (2015), Zanetinni (2008), Viana (2006).

No contexto de saída da bacia sedimentar do Araripe, subindo as serras na entrada para o sertão dos Inhamuns, está o sítio Alto da Lagoa de Santa Teresa. A alta densidade de materiais arqueológicos verificados em superfície e subsuperfície, durante visitas técnicas para identificação de vestígios informados pela comunidade do entorno, deflagram um novo contexto de escolhas ambientais para implantação desses grupos ceramistas: as lagoas naturais de altitude. É a iminência para a descoberta de novas dinâmicas de ocupação.

Ações e estratégias

A primeira estratégia para permitir o envolvimento social da comunidade altaneirense na pesquisa arqueológica foi a sensibilização e mobilização do poder executivo local para a elaboração de uma lei de cooperação financeiro-técnico-científica entre a esfera administrativa e a instituição de guarda e pesquisa do território.

A aprovação unânime da Lei Municipal N° 867/2022 permitiu a mútua colaboração de natureza financeira, cultural e técnico-científica entre a municipalidade e a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, para execução de pesquisa arqueológica e implementação de programa integrado de educação patrimonial no Sítio Arqueológico Alto da Lagoa de Santa Teresa. O qual permitiu a integração, envolvimento e protagonismo das comunidades e das instituições públicas no entorno do sítio deflagrado, durante as atividades investigativas.

A comunidade do entorno deve idealmente tornar-se coparticipes na defesa e proteção do patrimônio material ali presente, construindo uma identidade cultural que, como ressalta o Iphan (2013, p. 7):

> A identidade é o sentimento de um indivíduo ou grupo em pertencer a uma determinada região, prática social, ideia ou sistema de valores. A identidade cultural é construída a partir do conflito da visão de mundo do "outro" como diferente da visão do mundo do "eu", ou seja, das diferentes identidades. Pode-se acrescentar, ainda, que as identidades expressam uma postura e ação de afirmação (étnica, local, ideológica etc.) no jogo político do cotidiano.

Para construção dessa identidade, é importante realizar medidas de educação patrimonial caracterizada pelo art. 2º da Portaria nº 137/2016 do Iphan como sendo:

> "[…] processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (Iphan, 2016, p. 6)."

Diante disso, aqui se propõe estratégias preliminares de Educação Patrimonial visando a inclusão da comunidade em todos os processos, desde as prospecções até as ações de escavação ampla, gestão do patrimônio exumado e usufruto do conhecimento histórico e cultural por ele produzido.

A "Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades" representa um encontro fascinante entre a preservação do passado e a formação das identidades atuais. Nesse caderno temático, organizado por Átila Bezerra Tolentino, as páginas se desdobram em uma jornada que transcende o mero estudo dos objetos, abraçando a rica tapeçaria de memórias e culturas que compõem nosso patrimônio.

Não se limitando a uma disciplina isolada, em vez disso, ela transcende barreiras disciplinares, integrando história, antropologia, arqueologia e educação. O livro citado mergulha nas profundezas dessa interdisciplinaridade, ressaltando como a preservação e a compreensão do patrimônio tangível e intangível estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento de uma consciência crítica e ao fortalecimento das identidades individuais e coletivas.

Somos conduzidos a explorar não apenas os monumentos e artefatos que carregam a marca do tempo, mas também as histórias e narrativas que os envolvem. A Educação Patrimonial, como proposta nesse livro e disseminada nessa intervenção, é um processo que engaja as comunidades locais, valorizando suas tradições e contribuindo para a construção de uma consciência cidadã comprometida com a herança cultural.

A Educação Patrimonial não é uma viagem no tempo isolada, mas sim uma jornada com o poder de moldar o futuro, respeitando o legado do passado. Nessa perspectiva partiu-se para uma segunda ação na qual teve como a premissa a formação técnicas de crianças e jovens sobre os métodos e técnicas da pesquisa arqueológica por meio de oficinas (Figuras 3 e 4).



Figura 3. a) e b) Oficina de Georreferenciamento de vestígios arqueológicos com crianças e jovens da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri. Fonte: Letícia Diniz, 2022.



Figura 4. A) e b) Oficina de Simulação de Escavação Arqueológica com as crianças e jovens da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri. Fonte: Letícia Diniz, 2022.

Essas atividades, além de permitirem a inclusão dos recepcionistas da instituição na pesquisa de campo, também lhe deram autonomia para coordenar as oficinas de educação patrimonial junto às crianças da rede pública de ensino da cidade.

O projeto proposto englobou uma série de atividades cuidadosamente planejadas, todas voltadas para a promoção e divulgação do patrimônio arqueológico e a educação patrimonial junto às crianças e jovens da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri e à comunidade circundante.

Uma parte fundamental do programa foi a realização de atividades formativas focadas na introdução de métodos e técnicas de pesquisa arqueológica para as crianças e jovens envolvidos. Por meio dessas atividades, eles puderam ter a oportunidade de adquirir um entendimento mais profundo das ações tanto em campo quanto em laboratório, quando conduzidas durante a execução do projeto de pesquisa.

Esse processo educacional permite que esses jovens compartilhem e discutam com a comunidade local os conhecimentos adquiridos sobre o patrimônio arqueológico identificado. Outro aspecto notável é a inclusão ativa de jovens em atividades práticas (Figura 5).



Figura 5. a) e b) Jovens da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri durante as atividades de prospecção no Sítio Alto da Lagoa de Sta. Teresa. Fonte: Letícia Diniz, 2022.

A seleção cuidadosa de jovens para participar de maneira segura nas atividades de campo, laboratório e educação patrimonial demonstra o compromisso com a formação técnica infanto-juvenil, ao mesmo tempo em que proporciona uma perspectiva prática para a aprendizagem (Figuras 5 e 6).



Figura 6. a) e b) oficina de curadoria laboratorial com as crianças e jovens da fundação casa grande – memorial do homem kariri. fonte: Letícia Diniz, 2022.

O engajamento das crianças e jovens da Fundação Casa Grande também se estende à liderança de oficinas formativas. Essas oficinas ministradas por eles, com foco nos métodos e técnicas de pesquisa arqueológica, permitem construir um diálogo enriquecedor e a socialização do conhecimento com crianças e jovens da comunidade local, fortalecendo assim o vínculo entre as diferentes gerações em torno do patrimônio arqueológico compartilhado (Figura 7).



Figura 7. a) e b) Crianças da Fundação Casa Grande coordenando oficina de Simulação de Escavação Arqueológica com crianças da rede pública de ensino de Altaneira no Sítio Alto da Lagoa de Sta. Teresa. Fonte: Cris Amarante, 2022.

Além disso, a proposta de educação patrimonial teve em vista ampliar os horizontes dos participantes por meio de visitas educativas às atividades de pesquisa em campo no Sítio Arqueológico Alto da Lagoa de Santa Teresa. Essas visitas proporcionaram uma imersão direta nas práticas de pesquisa arqueológica, enriquecendo ainda mais a compreensão dos jovens sobre o processo e a importância dessa disciplina (Figura 8).



Figura 8. a) e b) Visita de Campo com alunos da rede pública de ensino às áreas de sondagem no Sítio Alto da Lagoa de Sta. Teresa. Fonte: Renan Diniz, 2022.

Por fim, a curadoria do acervo arqueológico resgatado e a subsequente exposição *in loco* para o público-alvo marcam uma etapa crucial no projeto (Figura 9). Essa exposição não apenas celebra os resultados da pesquisa, mas também compartilha os achados diretamente no ambiente em que foram descobertos, conectando os jovens participantes e a comunidade local de maneira tangível com o passado e a herança arqueológica.



Figura 9. a) e b) Exposição de algumas peças arqueológicas encontradas no sítio e réplicas junto às crianças da rede pública de ensino de Altaneira – CE. Fonte: Cris Amarante, 2022.

Em resumo, as atividades abraçam a educação patrimonial em toda a sua complexidade, transmitindo conhecimento, promovendo interações significativas e criando uma conexão profunda entre as gerações e o patrimônio arqueológico local.

CONCLUSÃO

A Educação Patrimonial e a Arqueologia Social Inclusiva são ferramentas poderosas para preservar e valorizar o patrimônio cultural e arqueológico de uma comunidade. No Sítio Arqueológico Alto da Lagoa de Santa Teresa, essas abordagens têm o potencial de unir passado e presente, resgatando memórias e identidades, e construindo um futuro promissor de inclusão e pertencimento. O estudo de caso oferece perspectivas valiosas para inspirar outras iniciativas semelhantes, promovendo uma sociedade mais consciente de sua história e mais conectada com suas raízes ancestrais.

A Educação Patrimonial revelou-se como uma ferramenta poderosa para engajar a comunidade local e fortalecer laços comunitários, permitindo que as pessoas se reconectem com suas raízes históricas e culturais. Ao promover uma abordagem inclusiva, a Arqueologia Social construiu pontes entre diferentes grupos sociais, dando voz às comunidades e valorizando suas memórias tradicionais.

A preservação e valorização do patrimônio cultural foram fundamentais para a construção de uma sociedade mais consciente de sua história e identidade. Nessa jornada, o Sítio Alto da Lagoa de Santa Teresa revelou-se como um guardião de histórias entrelaçadas, compartilhando uma herança valiosa que nos pertence a todos.

Os desafios enfrentados durante o estudo de caso mostraram que a Educação Patrimonial e a Arqueologia Social Inclusiva requerem constante reflexão e aprimoramento. Porém, os resultados obtidos também demonstraram seu potencial transformador, despertando um senso de pertencimento e orgulho em relação ao patrimônio arqueológico.

No mosaico da história, cada fragmento tem seu valor, e assim somos também nós, indivíduos que compõem a riqueza de uma coletividade. A educação patrimonial e a arqueologia social revelaram que somos parte desse legado vivo, responsáveis por preservá-lo e transmiti-lo às gerações futuras.

Portanto, o estudo de caso no Sítio Alto da Lagoa de Santa Teresa reafirma a importância da Educação Patrimonial aliada à Arqueologia Social Inclusiva como

ferramentas essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva, consciente e solidária.

Ao reconhecer e valorizar nossa história, honramos nossas origens, fortalecemos nossa identidade e abrimos caminhos para um futuro promissor, em que o patrimônio vivo e a cidadania se entrelaçam em uma dança contínua e cativante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, I. L. **Projeto de Prospecção intensiva no Sítio Arqueológico Alto da Lagoa de Santa Teresa, Altaneira, Ceará**. Portaria Nº: 65 de 04 de novembro de 2022, anexo III, PROCESSO Iphan Nº: 01496.0003912022-14. 74p, 2022.

AZEVEDO NETTO, C. X.; VAN HAVRE, G. (Organizadores). **De Ingá a Arqueologia inclusiva: novas linguagens volume 3**. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba 217, p. 3 v.: il, 2021.

BITÚ, H. *et al.* **Relatório Final do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE**, Processo Iphan nº 01496.000049/2018-38, 212p. Nov. 2020.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Portaria n.º 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2016. Seção 1, p. 72.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTANEIRA. **Lei Municipal N° 867/2022 de Altaneira-CE**. Autoriza o município a firmar instrumento na forma de cooperação, parceria ou convênio com a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri e dá outras providências. Disponível em: https://www.altaneira.ce.gov.br/site/midia/73/1666213667-4.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2023.

HODDER, I. **Arqueologia Social**. Edições 70, 2012.

FIGUEIREDO FILHO, J. **O Cariri**. Crato: Faculdade de Filosofia, 1964.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Á. B. (Org.). **Educação Patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Iphan-PB, (Caderno Temático 2), 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FUNARI, P. P. A.; ROBRAHN-GONZÁLES, E. M. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil.** História 27:13-30. 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Superintendência do Iphan na Paraíba. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**; Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Iphan, 108 p. (Caderno Temático; 3), 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2016, seção 1, p. 6. Disponível em: http://www.in.gov.br/autenticidade.html. Acessado em 12 de julho de 2023.

LOPES, M. C. **O passado em Cena: resgatar memória nos lugares de memória**. Texto apresentado no 12th International Seminar de Forum UNESCO – University and Heritage. Hanoi (Vietnam), 2009.

MENDONÇA, R. L. V. **Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe**. Coimbra: [s.n.], Tese de doutoramento. 2015. Disponível em http://hdl.handle.net/10316/28110. Acessado em 12 de julho de 2023.

OLIVEIRA, D. L. **As ocupações humanas na microrregião Brejo Santo, estado do Ceará, Brasil: dados arqueológicos e etno-históricos**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Teresina, PI, 204 páginas, 2021.

QUEIRÓS, A. F. *et al*. **Relatório Final do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Cinturão das Águas do Ceará-CAC**. Fase III – Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial - Processo Iphan Nº 01496.000257/2014-11, 141p. Abr. 2021.

VIANA, V. P. *et al*. Relatório Final. **Estudos integrados do Patrimônio Cultural ao longo da LT Milagres-CE/Coremas-PB**: arqueologia, patrimônio cultural imaterial e educação patrimonial, 2006.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de Diagnóstico Arqueológico, Histórico e Cultural da Ferrovia Transnordestina - Trecho Missão Velha (CE) - Salgueiro (PE).** Relatório Final, 2008.


CNA
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Edições IPHAN